DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2011

R$ 5,4 bilhões
receita operacional líquida

1.828 MW
de capacidade instalada de geração

24.544 GWh
de energia distribuída

2,832 milhões
de clientes atendidos

R$ 13,7 bilhões
de ativo total

R$ 1,5 bilhão
EBITDA

R$ 491 milhões
de lucro líquido

R$ 370 milhões
de dividendos distribuídos

ENBR3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA · Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG · Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2012 · Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC · Índice Valor Bovespa IVBX 2

www.edpbr.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Crescer de forma planejada é o caminho mais seguro para a perenidade das empresas. Coordenar e prevenir riscos significa proteger pessoas, ambientes e operações e garantir a sustentabilidade dos negócios. A promoção da eficiência, em todos os níveis, com redução de desperdícios e melhor uso de recursos, é requisito fundamental para manter o equilíbrio na busca da prosperidade. Na EDP Energias do Brasil trabalhamos todos os dias para conseguir "uma energia melhor, um futuro melhor, um mundo melhor". Foram essas as orientações que caracterizaram nossa atuação em 2011, período em que também promovemos a disseminação de princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Valorizamos aspectos relacionados a direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, na certeza de que só há progresso e criação sustentada de riqueza em um ambiente eticamente saudável e desenvolvido.

O agravamento das condições macroeconômicas internacionais e a crescente escassez de recursos têm direcionado a atenção e os esforços de empresas e indivíduos. Nossas diretrizes estratégicas, de crescimento orientado, risco controlado e eficiência superior, definidas há alguns anos, continuam aderindo, com grande justeza, às necessidades globais.

Crescimento orgânico

A redução de perdas e de inadimplência na distribuição, aliada à reorganização de processos e estruturas em todas as empresas do grupo, proporcionou uma atuação com foco na qualidade, na eficiência operacional e na obtenção de resultados. Tais medidas se tornam especialmente necessárias ao ter-se em vista a aplicação, em 2012, do terceiro ciclo de revisão tarifária na EDP Bandeirante, com previsão de impacto significativo sobre a geração de caixa.

Alcançamos, em 2011, excelentes resultados na ampliação do portfólio de geração de energia. Entrou em operação o Parque Eólico de Tramandaí, que agrega 70 MW de energia limpa e renovável ao sistema elétrico nacional. Atuamos com sucesso junto ao órgão regulador para demonstrar que as condições operacionais das nossas usinas de Mascarenhas e Peixe Angical asseguravam uma geração superior à licenciada em 8,5 MW e 46,8 MW, respectivamente. Foram, assim, adicionados 55,3 MW à nossa capacidade de geração sem qualquer necessidade de realização de obras de ampliação.

O maior avanço do ano se deu, todavia, com a aquisição dos direitos de exploração da usina hidrelétrica Santo Antônio do Jari (373 MW) situada na fronteira dos estados do Pará e do Amapá, que será concluída em 2014. Essa transação evidencia de forma exemplar o cumprimento de nossas diretrizes de crescimento em geração com risco controlado. Totalmente licenciado, o empreendimento tem fonte renovável e já possui contrato de longo prazo para a comercialização da sua energia.

Apesar da ocorrência de fatos não gerenciáveis que afetaram negativamente os trabalhos de construção da termelétrica Porto do Pecém I (demora na outorga, paralisação de trabalhadores, severidade climática anormal), prevê-se que a usina entre em operação no primeiro trimestre de 2012.

O acentuado abrandamento, no último trimestre do ano, do consumo de energia elétrica na área de concessão da Escelsa e dos clientes industriais na área de concessão da Bandeirante, em conjugação com o "aquecimento" do mercado de trabalho, produziram algum impacto negativo na margem bruta e nos resultados operacionais que, face ao ano anterior, cresceram menos do que esperávamos.

O mercado de ações reconheceu que somos uma Companhia com histórico consistente de entrega, o que se refletiu na valorização de 13,9% dos papéis em 2011. No ano, nossa receita líquida totalizou R$ 5.401,7 milhões, com aumento de 7,3% sobre 2010, e o EBITDA alcançou R$ 1.537,6 milhões (alta de 1,8%).

A oferta pública de ações da Companhia, realizada em julho, permitiu à Energias de Portugal captar R$ 810,7 milhões com a venda de 13,79% do capital acionário, além de aumentar a liquidez dos papéis da EDP Energias do Brasil. Em 22 de dezembro de 2011, nossa controladora anunciou a assinatura de um acordo para a venda de 21,35% do seu capital social para a China Three Gorges International, subsidiária da China Three Gorges (CTG), estatal da República Popular da China. A empresa apresentou a melhor oferta financeira, de 2,7 bilhões de euros, pelo bloco de ações, além de suporte de 4 bilhões de euros e recursos adicionais para investimento em energias renováveis.

Olhar à frente

Consolidamos em 2011 o conceito de *inovabilidade* para os nossos negócios, lançando no município de Aparecida o primeiro projeto de cidade energeticamente inteligente do estado de São Paulo. A iniciativa, denominada *InovCity*, conta não apenas com tecnologia de ponta em redes inteligentes *(smart grids)*, como também prioriza a sensibilização da comunidade para as questões de eficiência no consumo de energia. Cinco pilares norteiam o projeto: microgeração distribuída, mobilidade elétrica, iluminação pública, eficiência energética e inserção social.

A melhoria da qualidade de vida das populações e a otimização dos recursos energéticos são os principais direcionadores de trabalho da EDP no Brasil. A capacidade de reinventar-se é atributo indispensável para pensar o futuro. Diante da construção de um novo modelo energético, é absolutamente crucial manter foco em inovação para, de um modo sustentável, atender às demandas, crescentes, de eletrificação da sociedade.

Uma sociedade ambiental e socialmente desequilibrada não é propícia a negócios lucrativos. Manteremos a nossa trajetória de crescer em geração e aperfeiçoar o desempenho da distribuição, com respeito às pessoas e ao meio ambiente. Desenvolveremos modelos de negócios associados aos novos paradigmas do setor elétrico, sem abrir mão da qualidade e segurança dos serviços prestados.

A partir do exercício de 2012, a EDP Energias do Brasil passa a ser conduzida por Ana Maria Fernandes, que desempenhava a função de Administradora Delegada (CEO) da EDP Renováveis, S.A., e reúne experiência na área de finanças e investimentos e no setor de energia.

À nova Diretora-Presidente desejo os maiores sucessos. Estou seguro que liderará nossa equipe elevando ainda mais os nossos padrões de boa governança empresarial.

É com a sensação de ter cumprido o objetivo de levar a EDP Energias do Brasil a novos patamares de eficiência e crescimento que agradeço a todos - Diretoria, Conselheiros, Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Outras Entidades relacionadas - pela importantíssima participação nos resultados alcançados.

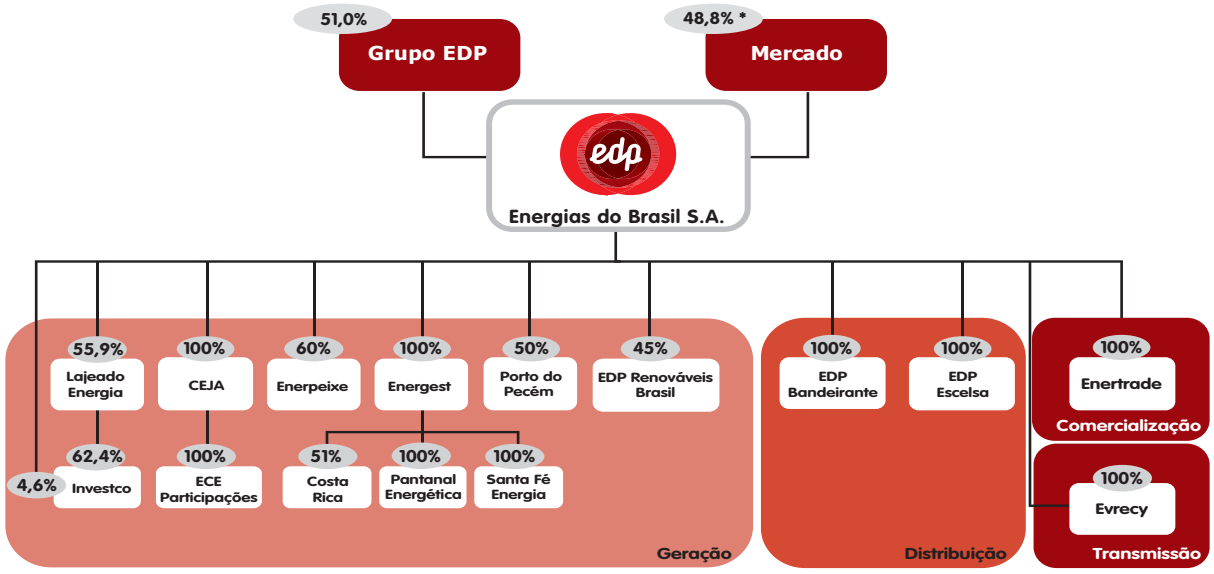
António Pita de Abreu
Diretor-Presidente

ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A EDP Energias do Brasil é uma *holding* que detém investimentos no setor de energia elétrica, consolidando ativos de geração, distribuição, comercialização e transmissão. Está presente no segmento de geração em oito estados (Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Ceará, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pará e Amapá), no segmento de distribuição em dois estados (São Paulo e Espírito Santo) e no segmento de transmissão em dois estados (Espírito Santo e Minas Gerais).

Controlada pela EDP Energias de Portugal, uma das maiores operadoras europeias no setor energético, a EDP Energias do Brasil abriu seu capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, em julho de 2005, aderindo aos mais elevados padrões de governança corporativa.

O organograma a seguir sintetiza a atual estrutura societária do Grupo:



** Ações em Tesouraria: 280.225 (0,2%)*

CENÁRIO MACROECONÔMICO E O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

No ano de 2011, diante de um cenário internacional repleto de incertezas, a economia brasileira seguiu em ritmo moderado. De janeiro a setembro de 2011, o PIB cresceu 3,2%, em relação ao mesmo período de 2010. Segundo o IBGE, no ano, o rendimento médio real cresceu 2,6%, em relação a 2010, e a taxa de desemprego registrou o menor valor (6,0%) desde o início da série histórica. O setor industrial ao longo do ano, no entanto, apresentou clara perda de ritmo que se refletiu num crescimento de apenas 0,3% na produção física da industria brasileira, em relação a 2010. Diante desse cenário, as políticas governamentais, a partir do segundo semestre, procuraram estimular a indústria com ações como redução de IPI e taxa de juros.

Segundo o IBGE, entre as categorias de uso, bens de capital foi o destaque positivo, sustentado principalmente pelo avanço na produção de bens de capital para transportes, enquanto o recuo de bens de consumo duráveis, por conta da menor fabricação de automóveis, exerceu a influência negativa mais relevante.

No comércio exterior, de acordo com o MDIC, a balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 29,79 bilhões em 2011, com aumento de 47,9% frente a 2010, melhor resultado desde 2007. No ano, as exportações somaram US$ 256 bilhões, 26,8% acima do registrado em 2010. No mesmo período, as importações foram recordes, somando US$ 226 bilhões, com aumento 24,5% ante o ano anterior.

CONSUMO DE ENERGIA

De acordo com a EPE (Empresa de Planejamento Energético), o consumo nacional de energia elétrica na rede totalizou 430,1 TWh em 2011, representando um acréscimo de 3,6% em relação a 2010. As classes residencial e comercial foram as que mais contribuíram para este resultado com taxas de aumento de 4,6% e 6,3%, respectivamente. Condicionantes como redução do nível de desemprego e elevação do rendimento das famílias explicam o crescimento do consumo desta classe no ano.

A classe industrial apresentou um crescimento mais modesto, 2,3%, reflexo da diminuição de ritmo da produção industrial brasileira e, do ponto de vista regional, segundo a EPE, devido ao retorno de autoprodução de grandes clientes na região Sudeste e desativação de uma planta de alumínio no Nordeste.

O mercado de energia elétrica da EDP, em 2011, seguiu em consonância com o mercado nacional.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Alterações Regulatórias

No segmento de distribuição de energia elétrica, a metodologia para realização do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária (3CRTP), que teve início em 2011, foi concluída pela ANEEL em novembro de 2011 com a publicação das Resoluções[1] que homologaram os Módulos 2 e 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

O Módulo 2, com oito submódulos, especifica os procedimentos para realização da revisão tarifária, enquanto o Módulo 7, com três submódulos, redefine a estrutura tarifária que passa a ser específica para cada concessionária de distribuição em função de suas características de sistema elétrico e utilização do mesmo pelos consumidores.

Ainda no escopo da metodologia do 3CRTP, a ANEEL alterou o método de cálculo[2] dos limites dos indicadores de qualidade e criou um *ranking* de continuidade que será utilizado, quando dos reajustes tarifários das concessionárias, para cálculo do Componente de Qualidade (Q) que passa a integrar o Fator X, o método de representação das redes de distribuição e o impacto da curva de carga para o cálculo das Perdas Técnicas Regulatórias[3].

No segmento de geração, o Ministério de Minas e Energia - MME aprovou a metodologia de cálculo para revisão da Garantia Física de usinas hidrelétricas[4]. A partir dessa nova metodologia, a Garantia Física da UHE Peixe Angical aumentou 9,5 MW médios e a da UHE Mascarenhas 11,5 MW médios[5]. Esta energia adicional pode ser comercializada pelas respectivas geradoras nos mercados de Contratação Livre - ACL ou de Contratação Regulada - ACR. O Grupo EDP participou ativamente, em conjunto com a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), das discussões desta nova metodologia e influenciou positivamente a decisão regulatória.

O MME aprimorou as condições de participação e procedimentos de qualificação econômica e financeira dos proponentes vendedores de energia em Leilões A-1, A-3, A-5 e de Fontes Alternativas[6]. Como exemplo, pode-se citar a execução da garantia de fiel cumprimento para atraso de qualquer dos marcos de implantação dos empreendimentos, de modo a dar maior garantia de cumprimento dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs.

Outros temas relevantes no segmento de Geração que podem ser citados são: (i) Aprimoramento da forma de aplicação e estabelecimento da metodologia para o cálculo da TUSDg - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, específico para geração; (ii) Requisitos e critérios para a modificação do regime de exploração das concessões de aproveitamentos hidrelétricos para geração de energia elétrica destinada a serviço público; (iii) Procedimentos para a comunicação de ocorrência grave e parada prolongada não programada, bem como para a eventual suspensão da situação operacional de empreendimento de geração de energia elétrica; e (iv) Procedimentos a serem adotados pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica para obtenção de anuência à transferência de controle societário.

REVISÕES TARIFÁRIAS

EDP Bandeirante - a concessionária teve sua revisão tarifária do 3º ciclo postergada[7] pelo regulador, uma vez que em 23 de outubro de 2011 (data contratual de revisão) não havia metodologia e procedimentos definitivos publicados pela ANEEL. Isso levou ao congelamento das tarifas de energia até a data do próximo reajuste tarifário (23 de outubro de 2012). O resultado da revisão tarifária, embora calculado com um ano de defasagem, terá vigência retroativa à data contratual e os seus efeitos econômicos e financeiros serão considerados no processo de reajuste tarifário como componente financeiro.

REAJUSTES TARIFÁRIOS

EDP Escelsa - O reajuste tarifário anual[8] médio concedido à concessionária foi de 6,89%, reposicionando as tarifas para o período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012. Deste percentual, 4,47% referem-se ao reajuste econômico e 2,42% referem-se a componentes financeiros.

O efeito médio percebido pelos consumidores cativos da EDP Escelsa foi de 2,97%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

LEILÕES

Em 2011 ocorreram seis leilões no Ambiente Regulado: Leilões A-5, A-3, A-1, de Reserva e de Ajuste, de fevereiro e de setembro.

O Leilão A-5, de 20 de dezembro de 2011 para suprimento a partir de 2016, comercializou 555,2 MW médios ao preço médio de 102,18 R$/MWh. Nesse Leilão foram licitadas as hidrelétricas de São Roque e do Complexo Baixo Parnaíba, efetivando-se somente a concessão de São Roque, responsável por 14,7% da energia comercializada no certame, ao preço de 91,20 R$/MWh.

Destacaram-se as usinas eólicas, com 81,5% do total comercializado ao preço médio de 105,11 R$/MWh. As usinas a biomassa participaram somente com 3,8% da energia comercializada, ao preço médio de 103,06 R$/MWh. A EDP Renováveis Brasil foi responsável pela venda de 55,6 MW médios de energia eólica, com participação superior a 10% do total negociado no leilão. Outro ponto importante foi a ausência de empreendimentos termoelétricos a gás natural, provocada pela restrição do limite superior de CVU a 100 R$/MWh e pela exigência de comprovação à ANP das reservas de gás natural que suportem o fornecimento de combustível das usinas a serem contratadas.

O Leilão A-3, de 17 de agosto de 2011 para suprimento a partir de 2014, comercializou 1.365,9 MW médios, ao preço médio de 102,07 R$/MWh. Desse total, 15,3% correspondem à expansão da usina de Jirau a 102,00 R$/MWh. As usinas eólicas foram responsáveis por 30% da energia comercializada, ao preço médio 99,58 R$/MWh. As usinas a biomassa comercializaram 3,5% do total contratado, ao preço médio de 102,41 R$/MWh. A participação da geração termoelétrica a gás natural correspondeu a 51,2% da energia comercializada, ao preço médio de 103,26 R$/MWh. O auto-suprimento de combustível foi um dos pontos determinantes da competitividade da geração termoelétrica no certame, sendo o ponto fundamental dos empreendedores que se sagraram vencedores. Outro destaque foi o atendimento à demanda do leilão, que superou em 20% a energia declarada pelas distribuidoras para 2014.

O Leilão de Reserva, de 18 de agosto de 2011 para suprimento a partir de 2014, comercializou 460,4 MW médios ao preço médio de 99,61 R$/MWh. As biomassas foram responsáveis pela comercialização de 8,3% da venda do leilão, ao preço médio de 100,40 R$/MWh. Novamente o destaque do leilão foi a participação da energia eólica, com 91,7% do volume total comercializado, ao preço médio de 99,54 R$/MWh.

O Leilão de Energia Existente A-1, de 30 de novembro de 2011, comercializou 195 MW médios, ao preço médio de 79,99 R$/MWh, em contratos de três anos de duração com início de suprimento em 2012.

Foram promovidos dois Leilões de Ajuste em 2011. No primeiro, em fevereiro, foram negociados 152,5 MW médios para o produto de quatro meses, ao preço médio de 106,06 R$/MWh e 158 MW médios no produto de dez meses, ao preço médio de 111,29 R$/MWh. No segundo leilão, em setembro de 2011, foram comercializados 179 MW médios no produto de três meses para o final de 2011 e 37,5 MW médios no produto de doze meses para suprimento em 2012.

De forma geral, os leilões de energia de 2011 conseguiram suprir a demanda de energia requerida pelos distribuidores, com destaque à fonte eólica, com grande participação nos leilões A-3, A-5 e de Reserva. A expansão hidroelétrica efetivou somente a licitação da UHE São Roque, de 90,9 MW médios de Garantia Física, em decorrência, principalmente, de problemas no licenciamento ambiental dos demais empreendimentos.

ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

Em 2011, realizou-se uma reorganização societária entre empresas do Grupo EDP no Brasil. A empresa Castelo Energética S.A. - CESA, controlada em 100% pela Energest S.A., foi incorporada por esta em 31/07/2011. O objetivo desta incorporação foi permitir a racionalização e simplificação da estrutura societária e das atividades do grupo, trazendo benefícios de ordem administrativa e econômico-financeira, como redução de gastos e despesas operacionais combinadas. Como resultado, a Energest S.A. passou a exercer, de forma direta, a gestão das usinas outrora de titularidade da CESA (Alegre, Fruteiras, Jucu, Rio Bonito, Viçosa e São João).

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

Ainda em 2011, o Grupo EDP, confirmando seu foco de crescimento em geração, adquiriu, por meio da Companhia Energética do Jari - CEJA, a empresa ECE Participações S.A., que possui o direito de exploração da UHE Santo Antônio do Jari, na divisa dos estados do Pará e Amapá. Esta aquisição foi objeto de Fato Relevante publicado em 15/06/2011 e de Comunicado ao Mercado em 26/12/2011.

ÁREAS DE NEGÓCIOS*

(*) Os dados operacionais não foram auditados pelos Auditores Independentes.

GERAÇÃO

Principal vetor estratégico para o crescimento dos negócios da EDP Energias do Brasil, a área de geração encerrou o ano de 2011 com capacidade instalada de 1.828 MW. O crescimento em relação aos 1.741 MW de capacidade instalada em 2010 deveu-se à entrada em operação comercial do parque eólico Cidreira I (31,5 MW, proporcional à participação de 45% da Companhia), da EDP Renováveis, à repotenciação da UHE Mascarenhas (8,5 MW) e ao reconhecimento de capacidade instalada adicional da UHE Peixe Angical (46,8 MW).

Enerpeixe - Participa com 60% do capital na usina hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins, construída em parceria com Furnas Centrais Elétricas. A capacidade instalada da usina de 452 MW foi regularizada para 498,75 MW, com a publicação da Portaria MME nº 11, de 19/05/2011, que contempla também o acréscimo de 9,5 MW médios na Garantia Física.

Energest - Controla direta e indiretamente os ativos de geração de energia elétrica, da EDP Energias do Brasil, que pertencem à própria ENERGEST (em 31/07/2011 a ENERGEST incorporou a Castelo Energética S.A. - CESA), à Santa Fé Energia, Costa Rica e Pantanal Energia, detendo 15 usinas em operação com potência total de 388,9 MW. As usinas estão localizadas nos estados do Espírito Santo (320,1 MW de capacidade instalada) e Mato Grosso do Sul (68,8 MW de capacidade instalada). Em maio de 2011 foi concluída a repontenciação da unidade geradora 3 da UHE Mascarenhas, acrescentando 8,5 MW de capacidade instalada.

Investco - Detém 1% da capacidade instalada da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), localizada no Rio Tocantins, estado do Tocantins. A usina tem potência instalada de 902,5 MW distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada.

Lajeado Energia - Com participação de 72,27% na UHE Lajeado, a Lajeado Energia é detentora de 652,2 MW de capacidade instalada. A divisão da capacidade instalada da usina se dá em proporção à participação no capital votante.

EDP Renováveis Brasil - Empresa em que a EDP Energias do Brasil possui 45% de participação, possui dois parques eólicos em operação em Santa Catarina, totalizando 13,8 MW de capacidade instalada e, em 21/05/2011, entrou em operação comercial o terceiro parque eólico da empresa no Brasil, a EOL Cidreira I, em Tramandaí - RS, com 70 MW.

No ano de 2011, o volume de energia vendida pelas usinas do Grupo totalizou 8.388 GWh, 1,0% acima do registrado em 2010, devido, principalmente, à venda do acréscimo de garantia física obtido com a repotenciação da UHE Mascarenhas.

PROJETOS EM CONSTRUÇÃO

UTE Porto do Pecém I

A estratégia para ampliar a capacidade instalada em geração da EDP Energias do Brasil inclui a construção da UTE Porto do Pecém I em parceria de 50% com a MPX Energia, no estado do Ceará, que utilizará carvão mineral importado e terá capacidade instalada de 720 MW, dos quais 615 MW foram vendidos pelo Grupo no leilão A-5 em outubro de 2007. O cronograma de implantação prevê início de operação comercial da planta no primeiro trimestre de 2012.

Em outubro de 2009, iniciaram-se os desembolsos dos financiamentos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R$ 1,4 bilhão, e do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), no montante de US$ 320 milhões. Em dezembro de 2011, os desembolsos do BNDES atingiram 92% do montante global, enquanto os desembolsos do BID alcançaram 98%, aproximadamente.

No encerramento do ano, o projeto atingiu um progresso físico de 96,6% e o investimento acumulado em 2011, correspondente à participação da EDP Energias do Brasil, totalizou R$ 224,5 milhões, excluindo os juros capitalizados no projeto R$ 66,8 milhões.

Em novembro de 2011 foi realizada a primeira queima de combustível *(first fire)* da usina e ao longo do ano foi concluída a instalação e comissionamento da esteira de transporte de carvão, além do descarregamento e armazenagem de 72 mil toneladas de carvão.

UHE Santo Antônio do Jari

Em 13 de outubro de 2011, a EDP Energias do Brasil concluiu a aquisição da ECE Participações S.A., detentora de 90% dos direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari, nos termos do Fato Relevante de 15 de junho de 2011.

A aquisição se deu por meio de sua controlada Companhia Energética do Jari - CEJA (atual denominação de Ipueiras Energia S.A.).

Em 23 de dezembro de 2011, através de sua controlada indireta ECE Participações S.A., a Companhia adquiriu os 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari, tornando-se a única proprietária do projeto em construção. Posteriormente, a ANEEL anuiu a transferência integral destes direitos ao celebrar, em janeiro de 2012, o aditivo ao contrato de concessão.

O investimento total previsto para o projeto pode variar entre R$ 1.270 milhões e R$ 1.410 milhões. Neste montante estão inclusos o investimento na construção da usina (EPC) para a capacidade instalada de 373,4 MW, os dispêndios em programas ambientais, a conexão à linha de transmissão e o pagamento do projeto aos vendedores. A UHE Jari celebrou um contrato de EPC *(Engineering Procurement and Construction)* na modalidade *turn-key* pleno com um consórcio constituído pelas empresas CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos, Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Areva Koblitz S.A..

Em dezembro de 2010, a UHE Jari vendeu 190 MW médios por um prazo de 30 anos em contratos regulados no Leilão A-5 ao preço de R$ 104/MWh (base: dez/2010). Até o momento, foram executados 27 dos 28 contratos de compra e venda de energia (CCEAR) com as distribuidoras de energia.

A Licença de Instalação do projeto foi emitida em junho de 2011 e as obras foram iniciadas em agosto de 2011 com conclusão prevista para o final de 2014. Dentre as principais atividades realizadas pelo construtor ou em andamento em 2011 destacam-se: execução das ensecadeiras, construção das edificações do canteiro de obra, supressão vegetal nas áreas provisórias e definitivas, construção do canteiro industrial e escavação da área da casa de força. Em paralelo, está em implementação o projeto básico ambiental com o salvamento da fauna e flora, resgate arqueológico, comunicação com a comunidade, educação ambiental e ações de controle da malária.

Parques Eólicos de Baixa do Feijão

A EDP Renováveis Brasil S.A., empresa em que a EDP Energias do Brasil detém 45% de participação, vendeu 57,2 MW médios de energia nova no Leilão A-5, realizado em 20 de dezembro de 2011, por meio de quatro projetos de geração eólica: Baixa do Feijão I, II, III e IV, localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 120 MW e possuem fator de capacidade médio de 48%. A venda de energia no mercado regulado se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2016, ao preço de R$ 97/MWh. Os empreendimentos já possuem terrenos arrendados e pontos de conexão definidos a aproximadamente 13 km dos parques. O investimento total nos projetos situa-se entre R$ 350 milhões e R$ 400 milhões. A estrutura de financiamento dos projetos contempla uma alavancagem estimada de 60%.

Repotenciações

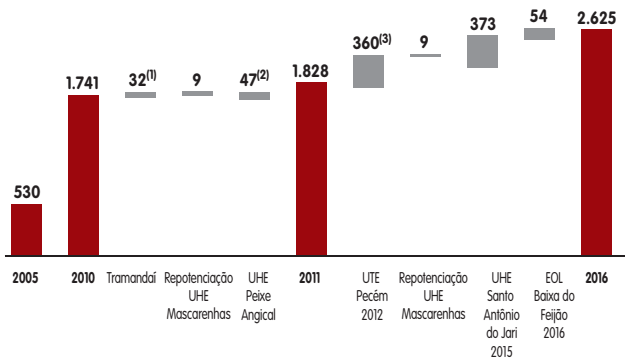
Em 2011, foi concluída a repotenciação da terceira máquina da UHE Mascarenhas com a adição de 8,5 MW de capacidade total e 7,7 MW médios de Garantia Física. O término da repotenciação da usina está previsto para o ano de 2013.

EXPANSÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

A capacidade instalada de geração da EDP Energias do Brasil foi ampliada em 86,7 MW, alcançando o montante total de 1.827,9 MW. Esse aumento deveu-se aos seguintes eventos:

- Entrada em operação do Parque Eólico de Tramandaí: +31,5 MW (Capacidade proporcional à participação de 45% detida pela Companhia. Capacidade total de 70 MW);
- Repotenciação da UHE Mascarenhas: +8,5 MW totalizando 189 MW (Há expansão prevista de 9 MW adicionais, totalizando 198 MW de capacidade instalada futura); e
- Reconhecimento de capacidade instalada adicional na UHE Peixe Angical: +46,8 MW totalizando 498,8 MW.

Em 2016, com a entrada em operação comercial de Pecém I (360 MW em 2012), a finalização da repotenciação da UHE Mascarenhas (+9 MW em 2013), a entrada em operação da UHE Santo Antônio do Jari (373 MW em 2015) e dos quatro parques eólicos de Baixa do Feijão (54 MW em 2016, capacidade proporcional à participação de 45% da Companhia), a capacidade instalada prevista atingirá 2.625 MW.



(1) 45% da participação da EDP Energias do Brasil na EDP Renováveis Brasil.
(2) Reconhecimento de capacidade instalada adicional.
(3) 50% de participação da EDP Energias do Brasil.

DISTRIBUIÇÃO

As atividades de distribuição são desenvolvidas por duas concessionárias do serviço que atendem cerca de 2,8 milhões de clientes em regiões que abrigam uma população total de aproximadamente 7,8 milhões de pessoas.

EDP Bandeirante - A EDP Bandeirante Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão firmado naquela data. A partir de abril de 2005, passou a ser subsidiária integral da EDP Energias do Brasil S.A.. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos por 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba em uma área total de 9,6 mil Km². Em 2011 foram distribuídos 14.725 GWh a um total de 1,545 milhões de clientes faturados, representando um aumento de 2,9% da energia distribuída em relação a 2010. A região concentra empresas de setores econômicos importantes, tais como aviação e fabricação de papel e celulose.

EDP Escelsa - É uma sociedade anônima, de capital aberto desde 19 de janeiro de 1996, com sede em Vitória, estado do Espírito Santo e controlada pela EDP Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de 29 de abril de 2005.

A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², cobrindo aproximadamente 90% do estado e 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995. As principais atividades econômicas da região são siderurgia, mineração de ferro, produção de papel, petróleo e gás. Em 2011 foram distribuídos 9.818 GWh a um total de 1,286 milhões de clientes faturados, representando um aumento de 4% da energia distribuída em relação a 2010.

Mercado Cativo

Energia vendida a clientes finais: O crescimento consolidado de 2,9% em 2011 reflete, principalmente, o aumento no consumo das classes residencial e comercial.

- Classes Residencial e Comercial: Em 2011, os incrementos de consumo foram de 4,8% para a classe residencial e de 5,1% para a comercial, na comparação com o ano anterior. A expansão da base de clientes, o aumento do rendimento médio domiciliar per capita nacional em 2,5% e a queda da taxa média de desemprego para 6,0% - o menor patamar histórico desde 2002 (início da série histórica) - no ano de 2011 frente a 2010, colaboraram para o aumento de consumo verificado nesses segmentos.
  EDP Bandeirante: Crescimentos foram de 5,8% e 5,3%, respectivamente, em relação a 2010. Estes resultados refletem o maior número de dias faturados (+1,5 no ano) e o resultado positivo dos indicadores econômicos nacionais.
  Na classe comercial, ocorreram as migrações para o mercado livre de um cliente em 2010 e de outro em 2011. Desconsiderando-se os efeitos destas migrações, a taxa de crescimento da classe teria sido de 5,6%.
  EDP Escelsa: O desempenho foi positivo tanto no segmento residencial (+3,0%) quanto no comercial (+4,7%), influenciado pelo bom resultado dos indicadores de emprego e renda, e teria sido melhor, não fossem as condições climáticas (no último quadrimestre do ano) e o menor número de dias médios de faturamento (-2,5 dias) em relação a 2010.
  Em 2011, adicionalmente, impactaram os resultados das classes a reclassificação das áreas comuns e administrativas de condomínios residenciais para a classe comercial, por resolução da ANEEL, e na classe comercial, as migrações de cinco clientes para o mercado livre.
- Classe Industrial: A estabilidade no consumo anual deve-se às migrações de clientes para o mercado livre e à acomodação da produção industrial nacional, principalmente no estado de São Paulo.

Mercado Livre

Energia em trânsito (USD): O incremento de 4,2% em 2011, em relação ao ano anterior, deve-se às migrações de consumidores cativos para o mercado livre (23 em 2011 e 13 em 2010), além da entrada de 2 novos consumidores neste mercado.

Investimentos

Os investimentos realizados em 2011 pela EDP Energias do Brasil em distribuição totalizaram R$ 367,8 milhões, com redução de 12,2% em relação a 2010.

Do total, R$ 223,7 milhões (60,8%) foram destinados à expansão de linhas, subestações e redes de distribuição para ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição; R$ 81,2 milhões (16,3%) foram destinados ao melhoramento da rede e substituição de equipamentos, medidores obsoletos e depreciados e recondutoramento de redes em final de vida útil; R$ 6,9 milhões (1,9%) foram destinados à universalização urbana, rural e ao Programa Luz para Todos, propiciando a ligação e o acesso de consumidores aos serviços de energia; e R$ 77,4 milhões (21,1%) foram investidos em telecomunicações, informática e outras atividades.

Investimentos (R$ mil)	EDP Bandeirante		EDP Escelsa		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Expansão da Rede	130.184	125.498	96.650	95.493	226.834	220.991
Melhoramento da Rede	48.831	50.780	33.754	30.397	82.585	81.177
Universalização (Rural + Urbano)	4.421	7.003	2.441	23.687	6.862	30.690
Telecomunicação, Informática e Outros	26.686	21.153	24.860	65.023	51.546	86.176
Subtotal	**210.122**	**204.434**	**157.705**	**214.600**	**367.827**	**419.034**
(–) Obrigações Especiais	(25.296)	(15.486)	(18.924)	(26.775)	(44.220)	(42.261)
Investimento Líquido	**184.826**	**188.948**	**138.781**	**187.825**	**323.607**	**376.773**

QUALIDADE

Os indicadores de qualidade da prestação de serviços mantiveram-se dentro dos padrões estabelecidos pelo órgão regulador, refletindo os investimentos em expansão e modernização de redes, a integração e automação dos centros operacionais.

Na EDP Bandeirante, esses indicadores apresentaram sensível melhora em relação ao ano anterior, refletindo a execução do plano de manutenção da distribuição, de melhoras na gestão das ocorrências no centro de operação e a conclusão de obras, linhas e subestações.

Na EDP Escelsa, embora o programa de manutenção e a estrutura de atendimento de emergências tenham sido incrementados em 2011 para garantir a permanência dos indicadores de qualidade dentro dos limites regulatórios, esses indicadores foram prejudicados por maior frequência de grandes adversidades climáticas.

Indicadores de Qualidade

Distribuidora	DEC (horas)		FEC (vezes)		TMA (minutos)	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
EDP Bandeirante	9,43	12,18	6,17	7,05	180,68	196,85
EDP Escelsa	10,40	9,17	6,34	6,35	226,22	181,93

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Cliente;
DEC Regulatório: Bandeirante 9,7 / Escelsa 11,18
FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente;
FEC Regulatório: Bandeirante 8,42 / Escelsa 8,98
TMA: Tempo Médio de Atendimento.

Perdas comerciais

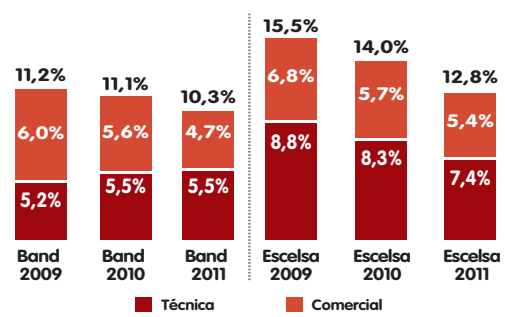
As perdas comerciais apresentaram redução nas duas distribuidoras em relação a dezembro de 2010, sendo de 0,89 p.p. na EDP Bandeirante e 0,30 p.p. na EDP Escelsa.

No ano de 2011, EDP Bandeirante e EDP Escelsa desembolsaram R$ 36,5 milhões em programas de combate às perdas. Do total de recursos, R$ 12,2 milhões foram para investimentos operacionais (substituição de medidores, instalação de rede especial e telemedição) e R$ 24,2 milhões para despesas gerenciáveis (inspeções e retirada de ligações irregulares).

Programa de Combate às Perdas (R$ MM)	2011	2010	2009
Investimentos Operacionais	12,2	38,7	22,3
Despesas Gerenciáveis	24,2	21,7	14,8
Total	**36,5**	**60,4**	**37,1**

Em 2011, nossas concessionárias realizaram aproximadamente 264 mil inspeções, 10,7 mil regularizações de ligações clandestinas e foram retiradas 117 mil ligações irregulares que resultaram na recuperação de receitas de cerca de R$ 18,9 milhões.

Perdas Técnicas e Comerciais



DESEMPENHO OPERACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO CONSOLIDADA

	Evolução do Mercado					
	Volume (MWh)		Var.	Clientes (Unid.)		Var.
	2011	2010	2011/2010	2011	2010	2011/2010
DISTRIBUIÇÃO						
Residencial	5.127.530	4.893.569	4,8%	2.412.585	2.342.008	3,0%
Industrial	4.289.840	4.290.504	0,0%	22.777	21.941	3,8%
Comercial	3.044.384	2.897.925	5,1%	209.260	193.808	8,0%
Rural	665.734	660.799	0,7%	163.608	160.201	2,1%
Outros	1.496.922	1.468.587	1,9%	22.975	22.387	2,6%
Energia Vendida a Clientes Finais	**14.624.411**	**14.211.384**	**2,9%**	**2.831.205**	**2.740.345**	**3,3%**
Suprimento convencional	450.398	455.667	-1,2%	1	1	0,0%
Suprimento	42.024	34.005	23,6%	2	2	0,0%
Energia em trânsito (USD)	9.413.935	9.034.008	4,2%	145	120	20,8%
Consumo Próprio	12.937	13.836	-6,5%	306	261	17,2%
Total Energia Distribuída	**24.543.705**	**23.748.900**	**3,3%**	**2.831.659**	**2.740.729**	**3,3%**

Notas:
Outros = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público
USD = Uso do Sistema de Distribuição
Quadro não auditado pelos Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

COMERCIALIZAÇÃO

A Enertrade é responsável pelas atividades de comercialização de energia e prestação de serviços para o mercado livre, tanto dentro quanto fora das áreas de concessão das duas distribuidoras da EDP Energias do Brasil, que atuam no mercado regulado. A empresa encerrou 2011 com 137 clientes, aumento de 59,3% em comparação ao ano anterior.

Em 2011, a energia comercializada totalizou 9.895 GWh, um aumento de 19,7% em relação ao ano anterior, em que foram comercializados 8.263 GWh.

O crescimento no volume foi impulsionado pela intensificação das negociações de curto e médio prazos que, comparadas a 2010, subiram 72,5%, assim como nas operações de longo prazo que apresentaram crescimento de 8,3% no acumulado do ano.

ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

• Receita Consolidada

Em 2011, a receita operacional líquida totalizou R$ 5.401,7 milhões, aumento de 7,3% em relação ao ano anterior. Os principais determinantes da evolução da receita líquida foram:

• Na geração:

- A receita líquida consolidada da geração totalizou R$ 1.096,4 milhões, crescimento de 9,2% em 2011.

- Na Lajeado Energia foram realizadas operações de compra e venda de energia nos mesmos volumes para obtenção de margem comercial. Essas operações já haviam sido realizadas no ano de 2010, porém em 2011 houve elevação do preço dessa energia em relação à mesma operação realizada no ano anterior. Essas operações abrangeram aproximadamente 10% do volume total vendido por Lajeado e foram responsáveis pela variação do preço médio de venda de energia acima do IGP-M e do IPCA.

- Na Energest houve aumento no volume de energia comercializada, decorrente do incremento da Garantia Física da UHE Mascarenhas e do aumento do nível de contratação da geradora. Esse acréscimo de energia foi comercializado em operações de curto prazo, o que reduziu levemente o preço médio em 2011 em comparação ao preço de 2010 reajustado pelo IGP-M ou IPCA, mas aumentou a receita total de venda de energia da empresa.

- Na Enerpeixe, a variação de preço médio de venda de energia é decorrente da variação do IGP-M associada aos reajustes contratuais ao longo do ano.

• Na distribuição:

- A receita líquida consolidada da EDP Bandeirante e EDP Escelsa totalizou R$ 3.928,7 milhões, crescimento de 4,4% em 2011.

- Aumento de 2,9% no volume de energia vendida a clientes finais impulsionado, principalmente, pelo aumento no consumo da classe residencial e comercial. A expansão da base de clientes, o aumento do rendimento médio domiciliar *per capita* nacional de 2,5% em 2011 e a queda da taxa média de desemprego em 2011 para 6,0%, o menor patamar histórico desde 2002 (início da série histórica do IBGE), contribuíram para o aumento de consumo verificado nesses segmentos. Por outro lado, a classe industrial se manteve estável no consumo anual, como resultado das migrações de clientes para o mercado livre e do arrefecimento da produção industrial nacional, principalmente no estado de São Paulo.

- Aumento de 4,2% do volume de energia distribuída a clientes livres em 2011, frente a 2010, resultante da migração de clientes cativos para o mercado livre (23 em 2011 e 13 em 2010).

- Impacto das novas regras instituídas com os procedimentos para revisão tarifária relativas à receita de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente (PRORET 2.7) que passaram a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, a partir da data contratual de revisão tarifária do 3º Ciclo de Revisões. Desse modo, a EDP Bandeirante provisionou o montante não recorrente de R$ 7,3 milhões referente ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, reduzindo a Receita Operacional. Caso a provisão não tivesse sido realizada, a Receita Líquida em 2011 teria aumentado 7,4% em relação a 2010. Quando do início do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, o valor acumulado nessa subconta receberá o tratamento usual de depreciação dos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

- Reajuste tarifário anual médio na EDP Escelsa de 6,89% a partir de 07 de agosto de 2011 com efeito médio percebido pelos consumidores cativos de 2,97%, considerando os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

• Na comercialização:

- A receita bruta da Enertrade superou R$ 1 bilhão de reais e a receita líquida totalizou R$ 921,7 milhões em 2011, com aumento de 24,3% em relação a 2010, em decorrência, principalmente, do aumento de 18,0% no volume comercializado, reflexo da intensificação das negociações de curto e médio prazos.

• Gastos Operacionais Consolidados

Os **gastos operacionais** totalizaram R$ 4.209,7 milhões em 2011, o que representa um aumento de 9,4% em relação ao ano de 2010.

Os **gastos não-gerenciáveis** estão relacionados à compra de energia, encargos de uso da rede elétrica e taxa de fiscalização da ANEEL e totalizaram R$ 3.002,9 milhões em 2011, 9,5% acima do ano anterior.

O valor de **energia elétrica comprada** para revenda totalizou R$ 2.302,8 milhões, 10,5% acima de 2010, em decorrência de:

(i) início de suprimento de energia de três novos produtos em 2011, adquiridos nos leilões de energia nova, necessários ao atendimento do crescimento do mercado.

(ii) acréscimo no preço médio da compra de energia, reajustado pela variação do IPCA.

(iii) decréscimo no valor da energia comprada de ITAIPU, em 2011, devido à redução das cotas alocadas às Distribuidoras do Grupo, em relação a 2010.

Em 2011, a conta de **encargos de uso e conexão** apresentou saldo de R$ 651,4 milhões, 5,9% acima do apresentado em 2010 devido, principalmente, ao acréscimo nas tarifas e alterações nas regras e premissas de contratação do montante de uso na transmissão decorrente da aplicação da Resolução ANEEL nº 399/2010.

A variação de 9,2% na **taxa de fiscalização** é decorrente da aplicação de nova regulamentação para 2011, que aumentou os valores desse encargo.

As **compensações financeiras** tiveram acréscimo de 14,4% em razão do crescimento da geração realizada no período, base para cálculo desse encargo, além do aumento da tarifa anual utilizada para a apuração do valor.

No acumulado de 2011, os **gastos gerenciáveis**, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R$ 861,2 milhões (+10,1%) em relação a R$ 782,1 milhões em 2010. Houve reclassificação contábil nos valores de 2010 gerando uma diferença nos valores reportados de PMSO e depreciação decorrente, principalmente, da reclassificação dos benefícios do COSIT 27 (direito de apropriação dos créditos fiscais não cumulativos de PIS/COFINS referentes aos anos de 2006 a 2010), conforme explicado no item "Outros" mais adiante. A análise detalhada das variações das contas é apresentada a seguir:

Gastos Gerenciáveis (R$ mil)	2011	2010	Var.
Pessoal	(287.618)	(251.925)	14,2%
Material	(26.566)	(23.478)	13,2%
Serviços de terceiros	(346.570)	(322.615)	7,4%
Provisões	(82.816)	(83.432)	-0,7%
Outros	(117.624)	(102.734)	14,5%
Total PMSO	**(861.194)**	**(784.184)**	**9,8%**
Depreciação e amortização	(345.589)	(323.858)	6,7%
Total dos gastos gerenciáveis	**(1.206.783)**	**(1.108.042)**	**8,9%**
IGP-M (últimos 12 meses)*	**–**	**–**	**5,10%**

** fonte: FGV*

Na conta de gastos com **pessoal,** o aumento de R$ 35,7 milhões (+14,2%) resulta principalmente da combinação dos seguintes efeitos:

(i) Reajuste salarial médio de 7,3% em cumprimento ao acordo coletivo, resultando em encargos adicionais sobre folha de pagamento, além do aumento do quadro de pessoal do Grupo (+ 123 colaboradores), sobretudo, em função da primarização de mão de obra nas áreas comercial (51 colaboradores) e técnica (30 colaboradores) das distribuidoras (+R$ 17,6 milhões);

(ii) Incremento dos gastos com benefícios (vale-alimentação, refeição e convênio farmácia) em decorrência da aplicação do índice de reajuste e maior número de colaboradores no Grupo (+R$ 6,8 milhões);

(iii) Maiores gastos com assistência médica em função do aumento do número de colaboradores e maior utilização dos serviços entre os períodos comparados (+R$ 5,4 milhões);

(iv) Efeito não recorrente no 4T10 devido à reavaliação e reversão parcial do saldo de passivos atuariais do benefício pós-emprego nas distribuidoras, sendo R$ 2,5 milhões na EDP Bandeirante e R$ 9,6 milhões na EDP Escelsa (+R$ 12,1 milhões);

(v) Reclassificação dos encargos financeiros acumulados dos exercícios de 2011 (-R$ 21,5 milhões) e 2010 (-R$ 14,8 mihões), relacionados a assistência médica e previdência privada, da rubrica de pessoal para despesa financeira (IAS 19/CPC 33 - benefícios pós-emprego), resultando na variação líquida de -R$ 6,7 milhões entre os períodos.

Na conta **materiais**, o acréscimo de R$ 3,1 milhões (+13,2%) entre os exercícios de 2011 e 2010 deve-se aos maiores gastos com conservação e reparação do sistema elétrico, em virtude do incremento do Plano Verão e do Plano Adicional de Manutenção Preventiva de Redes para garantia dos indicadores de qualidade de serviços, cumprindo as determinações da ANEEL, que resultaram em maior utilização de materiais de iluminação, ferragens, intervenções na rede e equipamentos de segurança.

No item **serviços de terceiros**, o incremento de R$ 24,0 milhões (+7,4%) na comparação anual deve-se, principalmente, aos seguintes fatores, que se somam aos reajustes contratuais de prestadores de serviço no período:

(i) Acréscimo dos gastos com conservação e reparação do sistema elétrico, sobretudo devido ao incremento do Plano Verão e do Plano Adicional de Manutenção Preventiva de Redes para garantia dos indicadores de qualidade de serviços (+R$ 19,9 milhões);

(ii) Maior prestação de serviços de informática em virtude do aditamento e reajustes de contratos de *hardware,* implantação de novos projetos comerciais (incluindo adaptação à Resolução 414 da ANEEL) e sistemas nas distribuidoras (+R$ 10,4 milhões);

(iii) Gastos não recorrentes com padronização e melhoria das instalações da regional de São José dos Campos, da sede administrativa em São Paulo e das lojas de atendimento. Mudança do local do Centro de Manutenção de Distribuição (CMD) de Guarulhos e implantação de nova loja de atendimento em São José dos Campos (+R$ 2,2 milhões);

(iv) Redução dos gastos com consultorias empresariais, jurídicas e de recursos humanos (-R$ 7,5 milhões);

(v) Menores desembolsos com telecomunicações devido à renegociação dos contratos dos *links* de rede e substituição dos prestadores de serviços de telefonia móvel (-R$ 2,1 milhões).

No item **provisões**, embora sem variação significativa, a redução de R$ 0,6 milhão (- 0,7%) reflete, principalmente, os seguintes eventos:

(i) Reconhecimento não recorrente de contingências relacionadas ao plano cruzado (+R$ 5,6 milhões);

(ii) Redução nos saldos de provisão para devedores duvidosos devido a melhorias implementadas no ciclo comercial, processos internos de *Revenue Assurance* (garantia de receita) e novo critério de contabilização de parcelamento adimplente na EDP Bandeirante e na EDP Escelsa (-R$ 22,1 milhões);

(iii) Efeito não recorrente reconhecido no 3T10 na rubrica "provisões/perdas líquidas", referente à baixa de contas a receber de consumidores de baixa renda da EDP Bandeirante (-R$ 12,8 milhões);

(iv) Evento não recorrente, contabilizado no 2T11, em função de mudança de classificação de risco de perda de "possível" para "provável" do litígio em curso entre as empresas EDP Bandeirante e White Martins S.A. (+R$ 25,1 milhões);

(v) Constituição de provisão não recorrente referente ao processo arbitral de obrigações entre EDP Cesa (atualmente EDP Energest) e a empreiteira Edex na construção da PCH São João (+R$ 5,6 milhões).

O incremento de R$ 14,9 milhões (+14,5%) na conta **outros** é decorrente de três efeitos principais:

(i) Desativação/baixa de ordens, máquinas e equipamentos nas distribuidoras do Grupo ao longo do ano de 2011 (+R$ 36,7 milhões);

(ii) Efeito não recorrente, relativo ao ganho contábil na aquisição da empresa ECE Participações S.A. (UHE Santo Antônio do Jari) baseado em laudo de avaliação de mercado conforme harmonização das práticas internacionais - CPC 15 e CPC 18 (-R$ 10,2 milhões);

(iii) Imparidade de ativos de Terra Verde (redução do valor recuperável) que levou à reversão parcial do montante provisionado ao longo de 2010 totalizando R$ 12 milhões relativos a perdas do projeto na EDP Energias do Brasil (-R$ 10,5 milhões).

Os efeitos relativos ao aproveitamento dos créditos do COSIT 27 passaram a ser aproveitados também nas geradoras a partir de 2011 e foram apropriados nas rubricas "Materiais", "Serviços" e "Depreciação", conforme sua origem. Para fins de comparabilidade, houve a reclassificação dos créditos fiscais de PIS/COFINS das distribuidoras (+R$ 35,6 milhões) originalmente registrados no 4T10 em "Outros" para as rubricas "Materiais" e "Serviços" (R$ 3,6 milhões) e "Depreciação" (R$ 32 milhões).

A conta de **depreciação e amortização** totalizou R$ 345,6 milhões no ano de 2011, com aumento de 6,7% em relação a 2010. Esse aumento se deve a: (i) harmonização do critério de amortização do ágio (método linear ao invés de curva de rentabilidade futura); (ii) maior nível de imobilização de obras em andamento na EDP Bandeirante; (iii) reconhecimento de imparidade (perda de valor recuperável dos ativos) do projeto Terra Verde; e (iv) reclassificação de créditos de PIS/COFINS conforme explicado acima.

• EBITDA e Margem EBITDA

Em 2011, o EBITDA consolidado (lucro antes de imposto de renda, resultados financeiros, depreciação e amortização) totalizou R$ 1.537,6 milhões, representando um aumento de 1,9% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA consolidada teve queda de 1,5 p.p., alcançando 28,5%.

O EBITDA da geração, excluindo eliminações, totalizou R$ 801,0 milhões, aumento de 11,0% em relação a 2010, reflexo dos reajustes dos contratos por inflação e aumento de volume vendido.

Nas distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa, o EBITDA totalizou R$ 754,9 milhões em 2011, decréscimo de 9,6% em relação a 2010, reflexo do arrefecimento do crescimento econômico e de mercado e incremento de custos no período.

Na comercialização, o EBITDA foi de R$ 32,7 milhões e o aumento de 32,8% em relação a 2010 deve-se, sobretudo, à intensificação das negociações de curto e médio prazos e da assertiva estratégia de gestão do portfólio.

• Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida consolidada em 2011 foi de R$ 283,4 milhões, superior à despesa de R$ 197,4 milhões em 2010. Contribuíram para este resultado: (i) despesa não recorrente na EDP Bandeirante, em função de atualização monetária do passivo relacionado a litígio em curso com a empresa White Martins S.A.; (ii) ajustes de marcação a mercado e a valor presente do endividamento; (iii) reclassificação, nos exercícios de 2011 e 2010, dos encargos financeiros atuariais da rubrica de Pessoal para Despesa Financeira (IAS 19/CPC 33 - benefícios pós-emprego); e (iv) reclassificação dos encargos relativos a fianças bancárias da conta Outros para Despesa Financeira (CPC 26 - padronização das demonstrações contábeis).

• Lucro Líquido

Em função dos efeitos acima analisados, o lucro líquido consolidado alcançou R$ 490,7 milhões em 2011, 15,8% inferior ao de 2010. Adicionalmente, entre os anos comparados, houve aumento dos valores distribuídos aos minoritários e partes beneficiárias reduzindo assim o lucro líquido do ano de 2011.

• Endividamento

A dívida bruta consolidada totalizou R$ 3.613,6 milhões em dezembro de 2011, aumento de 6,7% em comparação a dezembro 2010.

A variação do endividamento bruto em 2011 se deu, principalmente, em decorrência de: (i) desembolso de R$ 55 milhões referente ao empréstimo ponte da ECE Participações S.A. com o Banco do Brasil para a construção da UHE Santo Antônio do Jari; (ii) emissão das debêntures da CEJA no valor de R$ 300 milhões a ser liquidado em outubro de 2013; (iii) captações que totalizaram R$ 129 milhões entre CALC-BNDES e Crédito Agrícola nas distribuidoras; e (iv) desembolso de R$ 108 milhões do BID e BNDES para a construção da UTE Pecém I; deduzidos de (v) amortização de debêntures da EDP Bandeirante no montante de R$ 136 milhões; (vi) amortização de debêntures da EDP Escelsa no montante de R$ 123 milhões; e (vii) amortizações de dívidas de longo prazo nas empresas de geração.

Com as novas captações realizadas ao longo do ano, o prazo médio da dívida consolidada passou de 5,1 anos em dezembro de 2010 para 4,5 anos em dezembro de 2011.

Do total da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2011, 8,1% estavam denominados em moeda estrangeira, 99,9% dos quais protegidos da variação cambial por meio de instrumentos de *hedge*, resultando em exposição líquida de 0,1%.

O empréstimo de longo prazo em dólar foi objeto de contratação tanto de *hedge* cambial quanto de *swap* de taxa de juros (de Libor para taxa fixa).

O custo médio da dívida do Grupo em dezembro de 2011 era de 10,3% ao ano, em comparação a 9,1% ao ano no final de 2010, levando-se em consideração os juros capitalizados das dívidas e encargos incorridos nos últimos 12 meses. O aumento do custo médio deveu-se à Selic média mais alta em 2011 em relação à 2010 e contratação de dívidas indexadas ao CDI.

A dívida de curto prazo totaliza R$ 579,7 milhões. Desse montante, R$ 232,9 milhões referem-se à distribuição e R$ 346,9 milhões à geração.

Ao longo de 2012, na distribuição haverá amortizações de debêntures da EDP Escelsa, totalizando R$ 107,9 milhões, além de amortizações mensais de financiamentos com BNDES. Na geração, os vencimentos decorrem dos financiamentos tomados para a construção das usinas.

A dívida líquida, considerando o valor de R$ 895,9 milhões de caixa e disponibilidades, alcançou R$ 2.717,7 milhões em 31 de dezembro de 2011, com aumento de 20,3% em relação a dezembro de 2010, devido à queda de 20,5% (R$ 230,6 milhões) no saldo de caixa e disponibilidades no final de 2011, resultante das amortizações de debêntures nas distribuidoras no valor de R$ 259 milhões.

A relação dívida líquida/EBITDA encerrou o ano em 1,8 vezes, em comparação a 1,5 vezes em dezembro de 2010.

Detalhamento dos financiamentos desembolsados durante 2011

Distribuição

Em maio e junho de 2011, respectivamente, a EDP Escelsa e a EDP Bandeirante assinaram junto ao Banco do Brasil, contratos de empréstimo na modalidade de Crédito Agroindustrial, no valor de R$ 45 milhões e R$ 30 milhões. Sobre os valores contratados, há incidência de juros de 100% do CDI, com principal e juros a vencer em única parcela em maio de 2014 e junho de 2014, respectivamente.

Durante 2011, ocorreram desembolsos do Contrato de Abertura de Limite de Crédito (CALC) do BNDES. Na EDP Bandeirante ocorreram três liberações que totalizaram R$ 26,3 milhões. Na EDP Escelsa também ocorreram três liberações, totalizando R$ 27,4 milhões. Os desembolsos possuem vencimentos para maio de 2017 a taxas de juros compreendidas entre 2,32% e 3,32% acima da TJLP ou taxa fixa de 4,5% ao ano.

A EDP Energias do Brasil possui contrato de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em que o foi aprovada linha de crédito de até € 90 milhões para ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição do Grupo. O empréstimo também será utilizado para manutenção, melhoria na qualidade de abastecimento, redução das perdas e para os investimentos em expansão e melhorias em qualidade das linhas de distribuição e subestações no sistema das concessionárias EDP Bandeirante e EDP Escelsa.

Geração

CEJA

Em outubro de 2011, a Companhia Energética do Jari (CEJA) contratou linha de crédito no valor de R$ 300 milhões para aquisição da UHE Santo Antônio do Jari, com vencimento para 45 dias, às taxas de 110,5% e 113,0% do CDI. O financiamento foi liquidado e substituído por emissão de debêntures. Foi emitido o total de 300 debêntures, de valor nominal unitário de R$ 1 milhão, com subscrição integral no valor de R$ 300 milhões e

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

pagamento de principal e juros em outubro de 2013. Sobre o principal há incidência de 110,5% do CDI. Os recursos objetivaram ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia e redução dos seus custos financeiros.

ECE

Em 26 de outubro de 2011, a ECE contratou linha de crédito no valor de R$ 360 milhões, junto ao Banco do Brasil, como empréstimo-ponte para implementação e construção da UHE Santo Antônio do Jari, à taxa de 109% do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2013. Até dezembro de 2011, o desembolso desse empréstimo totalizou R$ 54,7 milhões.

UTE Porto do Pecém I

O empréstimo do BNDES totaliza R$ 1,4 bilhão (em R$ nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização, com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP + 2,77% a.a. e durante a fase de construção os juros serão capitalizados. Até dezembro de 2011, o desembolso desse empréstimo totalizou R$ 1,3 bilhão.

O empréstimo do BID totaliza US$ 327 milhões, sendo que o contrato de financiamento prevê um *"A Loan"* no montante total de US$ 147 milhões e um *"B Loan"* no montante total de US$ 180 milhões, com prazo total de 17 anos no *"A Loan"* e 13 anos no *"B Loan"*, com carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. As taxas iniciais do *"A Loan"* e *"B Loan"* são Libor + 350 bps e Libor + 300 bps, respectivamente, com *step ups* ao longo do período.

O desembolso total do financiamento até 31 de dezembro de 2011 foi de US$ 319,8 milhões. O valor desembolsado consiste em US$ 143,8 milhões do *"A Loan"* e em US$ 176,0 milhões do *"B Loan"*.

EDP Renováveis Brasil (EDPR)

Em janeiro de 2011, a EDPR firmou junto ao Banco do Brasil contrato de financiamento no valor de R$ 80 milhões destinado a capital de giro, com vencimento em 30 de junho de 2011. Por aditivos, o contrato teve seu vencimento alterado para junho de 2012. Sobre os valores liberados incidem juros de 106,6% do CDI.

Em agosto de 2011, a EDPR firmou junto ao Banco do Brasil novo contrato de financiamento no valor de R$ 40 milhões destinado a capital de giro, cujo vencimento será em julho de 2012. Sobre os valores liberados incidem juros à razão de 107% da variação do CDI.

Elebrás

Em março de 2011, a empresa assinou contrato para o financiamento da construção do Parque Eólico Elebrás Cidreira I (Tramandaí-RS) junto ao BNDES no valor de R$ 227,7 milhões. Do total desembolsado: (i) R$ 71,3 milhões foram à taxa de juros de 2,18% acima da TJLP e com vencimento em outubro de 2027; (ii) R$ 156,4 milhões foram à taxa fixa de 5,5% a.a. e com vencimento em março de 2021.

RATINGS DA EDP ENERGIAS DO BRASIL E DE SUAS DISTRIBUIDORAS

Em maio de 2011, a Standard & Poors elevou os *ratings* da EDP Escelsa de "BB" para "BB+" na escala global e de "AA" para "AA+" na escala nacional, com perspectiva estável. Houve manutenção do *rating* da EDP Bandeirante na escala local em "AA+", com alteração da perspectiva de estável para positiva.

Adicionalmente, em maio de 2011, a Moody's manteve os *ratings* de emissor da EDP Bandeirante e da EDP Escelsa com classificação "Baa3" na escala global e "Aa1.br" na escala nacional. Com isso, as distribuidoras da EDP Energias do Brasil permanecem com a classificação *investment grade* em escala global. A agência de classificação de risco também manteve os *ratings* de emissor em moeda local da EDP Energias do Brasil em "Ba1" na escala global e em "Aa2.br" na escala nacional.

INVESTIMENTOS

Os investimentos da EDP Energias do Brasil totalizaram R$ 807,7 milhões em 2011, com decréscimo de 20,2% em relação aos recursos destinados às áreas de negócios no ano anterior.

Os investimentos em distribuição, incluindo obrigações especiais, totalizaram R$ 323,6 milhões, com queda de 14,1% em relação a 2010 e os investimentos na geração totalizaram R$ 473,1 milhões, 24,0% abaixo de 2010. Mais detalhes estão disponíveis nos itens específicos de investimentos em distribuição e geração deste relatório de administração.

Investimentos (R$ mil)	2011	Partic. (%)	2010	Partic. (%)	Anual (%)
Distribuição	**323.607**	**40,1%**	**376.773**	**37,2%**	**-14,1%**
EDP Bandeirante	184.825	22,9%	188.948	18,7%	-2,2%
EDP Escelsa	138.782	17,2%	187.825	18,6%	-26,1%
Geração	**473.122**	**58,6%**	**622.610**	**61,5%**	**-24,0%**
Enerpeixe	5.727	0,7%	13.631	1,3%	-58,0%
Energest	61.587	7,6%	60.788	6,0%	1,3%
Lajeado/Investco	23.155	2,9%	30.794	3,0%	-24,8%
Santa Fé	16.752	2,1%	12.620	1,2%	32,7%
Pecém	295.894	36,6%	504.777	49,9%	-41,4%
Jari	70.007	8,7%	–	0,0%	n.d.
Outros	**10.933**	**1,4%**	**13.013**	**1,3%**	**-16,0%**
Total	**807.662**	**100,0%**	**1.012.396**	**100,0%**	**-20,2%**

MERCADO DE CAPITAIS

Em 31 de dezembro de 2011, as ações da EDP Energias do Brasil estavam cotadas a R$ 41,50, encerrando o ano com valorização de 13,9%, superando o Ibovespa, que desvalorizou 18,1%, mas com desempenho inferior ao IEE, que valorizou 19,7%. O valor de mercado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era de R$ 6,6 bilhões.

Houve negociação das ações da Companhia em todos os pregões de 2011, totalizando 132,8 milhões de ações negociadas, com média diária de 533,4 mil ações e o volume financeiro totalizou R$ 5.018,2 milhões, com média diária de R$ 20,2 milhões. O aumento da liquidez constatado a partir do 3T11 foi reflexo da oferta secundária de ações realizada em julho de 2011, que elevou o *free float* da Companhia de 35% para 48,8%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia era representado na sua totalidade por 158.805.204 ações ordinárias nominativas. Do total de ações, encontravam-se em circulação 77.534.267, em conformidade com o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e permaneciam em tesouraria 280.225 ações.

REMUNERAÇÃO DE ACIONISTAS

A EDP Energias do Brasil tem como política distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio no valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado da Companhia, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Não obstante à adoção da política de distribuição de dividendos acima referida, a Companhia poderá distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em montante inferior a 50% do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia, das condições macroeconômicas, de revisões e reajustes tarifários, de mudanças regulatórias, estratégia de crescimento, limitações contratuais e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas da EDP Energias do Brasil.

Em 10 de abril de 2012, o Conselho de Administração da Companhia levará para aprovação em Assembléia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de proventos de R$ 370,2 milhões, correspondente a R$ 2,34 por ação, ressaltando que a remuneração ao acionista em 2011 será 5,0% superior ao ano anterior, sendo este o sexto ano consecutivo em que a Companhia distribui dividendos crescentes tanto em valor absoluto como por ação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por sete membros, incluindo um diretor executivo e três conselheiros independentes. Os conselheiros são eleitos pela Assembléia Geral para mandato de um ano, com possibilidade de reeleição. O órgão é responsável por estabelecer as políticas e diretrizes gerais dos negócios, incluindo a estratégia de longo prazo, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar seu funcionamento, além das atividades definidas em lei e no Estatuto Social da Companhia.

A EDP do Brasil está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto pelos seguintes membros:

- António Luis Guerra Nunes Mexia - Presidente do Conselho e do Comitê de Remuneração
- António Manuel Barreto Pita de Abreu - Conselheiro e Diretor presidente da EDP no Brasil
- Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - Conselheiro indicado pelo acionista controlador
- Ana Maria Machado Fernandes - Conselheira indicada pelo acionista controlador
- Modesto Souza Barros Carvalhosa - Conselheiro indicado pelos acionistas minoritários
- Pedro Sampaio Malan - Conselheiro independente e presidente do Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa
- Francisco Carlos Coutinho Pitella - Conselheiro independente e presidente do Comitê de Auditoria

O Conselho de Administração possui três Comitês de Assessoramento, sendo eles: Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa. Os comitês são responsáveis por assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas. Todos são integrados exclusivamente por três conselheiros, que podem solicitar informações e sugestões de integrantes da Diretoria-Executiva ou de membros do corpo gerencial da Companhia.

Comitê de Auditoria: assegura o cumprimento e a correta aplicação dos princípios e das normas contábeis; emite pareceres sobre as contas apresentadas pelos administradores e demonstrações financeiras; avalia o desempenho dos auditores externos e internos; estabelece procedimentos para o recebimento, a guarda e o tratamento de reclamações no âmbito do Canal de Comunicação e Denúncia da EDP no Brasil. O comitê é presidido pelo conselheiro independente Francisco Carlos Coutinho Pitella e conta com a participação de Nuno Maria Pestana de Almeida Alves e Pedro Sampaio Malan. Em 2011, o comitê realizou 5 (cinco) reuniões.

Comitê de Remuneração: assessora o Conselho nas decisões sobre políticas de remuneração da EDP no Brasil e de suas controladas. Tem dois membros indicados pelo controlador - António Luis Guerra Nunes Mexia (presidente) e Nuno Maria Pestana de Almeida Alves - e um terceiro membro independente (Pedro Sampaio Malan). Em 2011, o comitê reuniu-se 2 (duas) vezes.

Comitê de Sustentabilidade e Governança Corporativa: zela pela perenidade da organização, com visão sustentável de longo prazo e considerando possíveis mudanças sociais e ambientais; assegura a adoção das melhores práticas de governança corporativa e o respeito a princípios éticos, para aumentar o valor da sociedade, facilitar o acesso ao capital a custos mais baixos e, assim, contribuir para o fortalecimento do Grupo; é responsável pela criação do processo de autoavaliação do Conselho de Administração, introduzido em 2010. O comitê é presidido pelo membro independente Pedro Sampaio Malan e tem a participação de Ana Maria Machado Fernandes e Modesto Souza Barros Carvalhosa. Em 2011, o comitê reuniu-se 2 (duas) vezes.

Os currículos dos conselheiros podem ser encontrados em nosso *website* www.edpbr.com.br.

DIRETORIA-EXECUTIVA

A Diretoria-Executiva é composta por quatro membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de três anos. É encarregada de administrar os negócios e adotar os atos necessários ou convenientes, bem como executar as deliberações do Conselho de Administração.

Os quatro integrantes da atual Diretoria foram reeleitos para um mandato de três anos (em vigor até dezembro de 2014, com possibilidade de reeleição).

Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta pelos seguintes membros:

Diretor-presidente: António Manuel Barreto Pita de Abreu

Diretor vice-presidente de Finanças, Relações com Investidores e Controle de Gestão: Miguel Dias Amaro

Diretor vice-presidente de Geração e Comercialização: Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor vice-presidente de Distribuição: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Os currículos dos diretores podem ser encontrados em nosso *website* www.edpbr.com.br.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A EDP foi reconhecida entre as 21 empresas brasileiras que são modelos em sustentabilidade e integrou, pelo quarto ano consecutivo, o Guia Exame de Sustentabilidade, elaborado pela revista *Exame*. Também garantiu pela sexta vez a permanência de suas ações no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, que reflete o desempenho da carteira composta por ações de empresas com alto grau de comprometimento nas práticas de sustentabilidade empresarial e governança corporativa.

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Companhia segue, desde 2006, as diretrizes G3 da Global Reporting Initiative (GRI) e a edição de 2010 obteve mais uma vez o nível de aplicação A+ que é concedida aos relatórios que contemplam integralmente os itens do perfil G3, como forma de gestão e todos os indicadores essenciais e setoriais.

Instituto EDP: é responsável pelo relacionamento da EDP no Brasil com todas as partes interessadas na dimensão socioambiental. No aspecto social, promove atividades de educação, desenvolvimento local, assistência social e voluntariado. Carbono social e biodiversidade são as linhas de atuação ambiental. Na cultura e no esporte apoia projetos que visam ao desenvolvimento humano e acesso a manifestações culturais para as comunidades.

Os investimentos da EDP na área estão centralizados no apoio a ações de educação e desenvolvimento local e comunitário, reforçando sempre o exercício da cidadania e estimulando a autonomia dos públicos beneficiados. Em 2011, os investimentos somaram R$ 4.434 mil, sendo R$ 2.623 mil oriundos de incentivos fiscais, como leis de incentivo à cultura. Os projetos das áreas de cultura e esporte tiveram seleção por edital público em 2011, seguindo padrão já adotado anteriormente pelas iniciativas sociais.

ESTRATÉGIA E GESTÃO

As diretrizes estratégicas de longo prazo foram reafirmadas em 2011 por meio de um processo de reflexão estratégica que envolveu todo o corpo diretivo da EDP Energias do Brasil com o intuito de investigar as principais conquistas alcançadas nos últimos três anos e, a partir das fundações criadas no período, formular as estratégias necessárias para superar os desafios propostos pelo cenário dos próximos anos.

Essa análise das diretrizes estratégicas reforçou o conceito de que a estratégia da organização necessariamente deve alinhar os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do grupo EDP no mundo com os pilares estratégicos estabelecidos da organização: crescimento orientado; risco controlado; e eficiência superior.

As atividades também mantiveram a consonância com o Programa Vencer, plataforma de inovação e maximização do potencial das pessoas lançada em 2009, sustentada em dez projetos.

Ferramentas de Gestão: O *Balanced Scorecard* (BSC) - ferramenta de gestão da estratégia utilizada na EDP desde 2005 e revista anualmente - é a ferramenta que norteia as ações dos colaboradores.

Adicionalmente, as metodologias *Kaizen* e *Lean* e os sistemas de certificações ISO e OHSAS sustentam a execução da estratégia corporativa. A Investco e a Enerpeixe conquistaram pela primeira vez a certificação de seus processos pela ISO 9001, que se soma a ISO 14001 (meio ambiente) e a OHSAS 18001 (saúde e segurança ocupacional), e mantiveram-se as demais certificações já obtidas pelo grupo. A EDP Bandeirante e a EDP Escelsa obtiveram a certificação ISO 9001 no processo de tratamento das reclamações comerciais.

O controle das estratégias (distribuição, geração e comercialização) ocorre nas reuniões de controle estratégico, realizadas trimestralmente, e visam à integração entre gestores e à disseminação de objetivos e metas.

Abertos a todos os colaboradores da empresa, os *roadshows* semestrais apresentam o planejamento estratégico com objetivos, prioridades e os principais resultados dos indicadores de gestão. É realizado, ainda, encontro estratégico-operacional mensal, para monitoramento de indicadores comerciais, técnicos e financeiros. Todos os colaboradores recebem e-mails de acompanhamento da estratégia, bem como resultados complementares por meio de outros veículos informativos (boletim *ON*, informações na intranet, etc.).

À semelhança do ano anterior, em 2011, o processo de diálogo com os públicos de interesse da EDP no Brasil recebeu asseguração da AA 1000 *(Accountability)*, norma internacional que rege princípios e procedimentos a serem adotados nessa interação. Nos capítulos seguintes são identificados alguns dos canais de comunicação existentes com os principais *stakeholders* do grupo.

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Os canais de relacionamento com o cliente nas distribuidoras envolvem internet, telefone e atendimento presencial. A acessibilidade também é uma preocupação da empresa: clientes com deficiência auditiva e de fala são atendidos em chamadas telefônicas de texto, sob responsabilidade de profissionais treinados.

Em 2011, foram inaugurados 25 novos postos de atendimento nas distribuidoras do grupo, intensificando o contato direto com o consumidor. Também entrou em operação o novo *call center* da EDP Bandeirante (SP) e da EDP Escelsa (ES), com uma moderna estrutura tecnológica. Os mais de 400 atendentes, distribuídos em diversos turnos de acordo com a demanda de ligações, receberam treinamento direto por profissionais da empresa, garantindo o domínio e a conformidade com os serviços prestados pelas distribuidoras. O serviço de Ouvidoria, na EDP Bandeirante e na EDP Escelsa, disponibiliza um telefone 0800, para recebimento de ligações gratuitas.

Na internet, principal canal de acesso, lançou-se em dezembro a Agência Virtual, na qual os clientes podem realizar o autoatendimento, sem necessidade de deslocamentos. As novas agências das distribuidoras devem passar por melhorias até julho de 2012, contam com integração dos serviços de internet e autoatendimento dos totens, reduzindo o volume de atendimento nas lojas e no *call center*.

As distribuidoras criaram uma nova categoria de clientes - o cliente corporativo. A partir dessa alteração, os grandes clientes - de alta, média e baixa-tensão - ganharam atendimento unificado e personalizado, concentrando demandas e agilizando soluções.

No final do ano, o número total de reclamações, considerando-se todos os canais de atendimento, os órgãos de regulação e defesa do consumidor e a via judiciária, chegou a cerca de 141 mil, com decréscimo de 20% em relação a 2010.

GESTÃO DE PESSOAS

As pessoas são a parte mais importante de qualquer negócio e estão no centro da estratégia da EDP no mundo. Em dezembro de 2011, a força de trabalho da companhia era composta por 2.600 colaboradores próprios, 7.485 empregados terceirizados, 186 estagiários e 20 conselheiros. No ano, foram contratados 364 colaboradores e 243 desligados, resultando na taxa de rotatividade de 19,3% Com o mercado aquecido, o *turn over* tem se apresentado um desafio para as empresas e a EDP trabalha continuamente para criar mecanismos de retenção de talentos.

Ações de desenvolvimento: Os planos individuais de desenvolvimento são elaborados a partir do ciclo de avaliação de desempenho, realizado anualmente para todos os colaboradores. A análise de 360º, conta com autoavaliação, avaliação do gestor, de pares e subordinados, feitas pela intranet ou internet.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2011

O Plano de Sucessão, também executado anualmente, auxilia na definição das atividades de desenvolvimento para os cargos de liderança ou funções críticas.

Uma ferramenta útil para detecção de necessidades de treinamento é o Rotas de Carreira, que desenha as possibilidades de ascensão na estrutura organizacional. Em aplicativo disponível na intranet, os colaboradores podem organizar suas trajetórias profissionais, simulando percursos e alternativas de desenvolvimento e aprendizado.

As atividades de formação somaram 181.705 horas de treinamento em 2011, com média de 71 horas por colaborador e investimento total de R$ 4,0 milhões.

Lançado em junho de 2011, o *Executive Development Program* engloba a capacitação e o desenvolvimento de gestores e colaboradores em carreira Y no período de 2011 a 2013. A iniciativa segue os pilares da Escola de Diretivos da Universidade EDP (Estratégia, Liderança, Comunicação, Negociação e Inovabilidade) e promove competências inovadoras nos líderes do grupo.

Saúde e segurança no trabalho: A Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança adotada pela EDP no Brasil contém diretrizes para garantir a preservação da vida e da saúde dos colaboradores e proporcionar ambiente de trabalho saudável e seguro. Diversos programas são direcionados aos empregados da empresa e aos trabalhadores terceirizados, incluindo campanhas de conscientização, treinamentos e visitas técnicas. O Programa de Segurança do Prestador de Serviços (PPS) carrega os mesmos conceitos do Programa de Segurança para o Colaborador (PSC).

Todas as empresas mantêm programas de medicina preventiva, gerenciamento do exame médico ocupacional, remanejamento e readaptação funcional. Todos os empregados estão representados nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas).

O número de acidentes com afastamento em 2011 ficou 37,8% acima do ano anterior, sendo 11 com colaboradores e 51 com empregados de terceiros. Ocorreram três óbitos, sendo dois de colaboradores e um contratado de terceiros e esses acontecimentos determinaram medidas preventivas e corretivas, como treinamentos e cursos de reciclagem em segurança no trabalho.

Em fase final de construção, a UTE Porto do Pecém I se destacou pela segurança: em três anos de trabalho, não foi registrado nenhum acidente com afastamento entre as cerca de 6 mil pessoas envolvidas na construção da usina no estado do Ceará.

INOVAÇÃO

Criado em 2010, o programa **EDP 2020**, que tem como objetivos a preparar a companhia para a mudança de paradigma que o setor atravessa, é o principal direcionador da atividade de Inovação da EDP no Brasil.

O programa está baseado em cinco pilares de Inovação: gestão, modelos de negócio, operacional, processos e tecnológica. Em termos de tecnologia, as áreas de foco são o desenvolvimento de cidades e redes inteligentes de distribuição de energia, novos sistemas de geração de energia renovável, soluções de eficiência energética, mobilidade elétrica e sistemas de geração distribuída. Nesse sentido, em 2011 ocorreu o lançamento do projeto-piloto de redes inteligentes no estado de São Paulo *(InovCity)* e o desenvolvimento do projeto ClimaGrid. Foi dada continuidade às iniciativas da Bolsa de Inovação, da mobilidade elétrica, dos ciclos de conferências e do Prêmio EDP2020.

Enquadrado no modelo de governança da Sustentabilidade e da Inovação, está o *Innovation Team*, grupo de executivos que se reúne trimestralmente com o objetivo de definir a estratégia de Inovação e Sustentabilidade da companhia, aprovar os projetos a desenvolver bem como acompanhar a sua execução.

Em maio, foi realizada a segunda edição do Fórum de Inovação EDP2020, que pretende ser um dos principais eventos de Inovação no Brasil, e contou com a presença de mais de 200 participantes externos e internos. No evento, participaram como palestrantes Wagner Brenner (responsável pelo blog *Update or Die*), Marcos Bicudo (CEO da Philips no Brasil), António Vidigal (CEO da EDP Inovação) e Fábio Rosa (fundador e diretor do Ideaas).

InovCity: Em 2011 a EDP no Brasil lançou o projeto *InovCity* no município de Aparecida, iniciativa pioneira no estado de São Paulo e alinhada às iniciativas do grupo EDP nesse campo em Portugal. Com o objetivo de testar diversas tecnologias que permitam criar uma cidade energeticamente mais eficiente, o projeto está estruturado em diversas fases de implementação. A primeira etapa, que deverá estar concluída em dezembro de 2012, integra diversas iniciativas: medição inteligente, eficiência energética, iluminação pública eficiente, mobilidade elétrica, geração distribuída e ações de sensibilização da comunidade local.

Inovabilidade: O ano de 2011 foi também marcado, na EDP no Brasil, pela adoção do conceito de Inovabilidade, que resulta da fusão da Inovação com a Sustentabilidade. Para a EDP, a Inovação tem de ser sustentável e a Sustentabilidade tem de ser inovadora, para reforçar a liderança nessas áreas. A implementação desse conceito traduziu-se na criação da primeira área de gestão compartilhada da empresa, inaugurando um novo modelo organizacional na companhia.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Os projetos de pesquisa e desenvolvimento são estabelecidos para obtenção de melhorias nos processos de produção e distribuição de energia, a partir de critérios relacionados à eficiência operacional, redução de riscos e otimização de receita. Os resultados das pesquisas têm contribuído para a capacitação técnica dos profissionais e pesquisadores envolvidos, elaboração de dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicação de trabalhos técnicos em seminários e congressos nacionais e internacionais.

Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido com a realização de seminários internos, cursos de capacitação aos colaboradores, jornadas técnicas e seminários com a efetiva participação dos profissionais. Os resultados estão sendo incorporados a políticas e diretrizes de projeto, operação, manutenção e planejamento, bem como às normas e procedimentos da empresa.

Em 2011, os investimentos em pesquisa em desenvolvimento totalizaram R$ 19,8 milhões.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A prioridade da EDP para os investimento em eficiência energética se dirige a clientes de baixa renda e entidades sem fins lucrativos. Em 2011 houve investimento recorde na área, atingindo R$ 35,7 milhões. Concluíram-se no ano 52 projetos, com economia de energia de 20.925 MWh/ano e redução de 14.069 kW na demanda na ponta. Além de promover economia e segurança no uso da eletricidade, as iniciativas com clientes de baixa renda tendem a diminuir a inadimplência, tornando os custos mais acessíveis aos consumidores. Com isso, houve incremento de 7.991 clientes na base (que anteriormente eram clandestinos), com R$ 4,3 milhões de acréscimo de receita bruta.

• **Eficientização Semafórica:** A EDP Bandeirante foi a primeira distribuidora do Brasil a utilizar iluminação LED em sistemas de sinais de trânsito substituindo as 21,1 mil lâmpadas incandescentes em 15 municípios. Nos quatro anos de desenvolvimento deste projeto, houve a redução de até 90% de gastos com energia elétrica.

• ***Smart Building:*** A EDP Escelsa celebrou convênio inédito com o governo do Espírito Santo para projeto de construção inteligente em prédios públicos e aplicação no Bairro Solar. Uma campanha na mídia televisiva divulgou os projetos de eficiência energética da empresa, com o objetivo de conscientizar a população sobre o uso racional de energia elétrica.

• **Boa Energia na Comunidade:** atuação em comunidades carentes para evitar o desperdício de energia elétrica, através de: regularização e reforma de instalações internas, substituição das lâmpadas incandescentes por LFC de baixo consumo, substituição de refrigeradores antigos por outros de maior eficiência energética e que utilizam gás ecológico, instalação de chuveiros inteligentes e orientação para o uso eficiente e seguro da energia elétrica.

• **Hospitais e entidades beneficentes:** melhoria dos sistemas de ar condicionado, iluminação e refrigeração de instituições, com a substituição de equipamentos de baixo rendimento energético por outros mais econômicos e eficientes.

• ***Portable Light:*** parceria do Instituto EDP com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a ONG Ideeas e a Kenndy & Violich Architecture. Consiste na instalação de painéis fotovoltaicos flexíveis, acompanhados de um circuito de controle com bateria (3 horas de carga solar) acoplada a uma luz LED (4W) e um tecido refletor, armazena energia de fonte solar para iluminação e recarrega pequenos aparelhos via dispositivo USB. O projeto vai beneficiar comunidades de baixa renda ou isoladas no estado do Pará, em meio à floresta Amazônica.

• **Escolas públicas:** formação de educadores e alunos para o uso racional e seguro da energia elétrica com base na metodologia "PROCEL nas Escolas", (distribuição de material didático e pedagógico para as bibliotecas; eventos lúdicos por meio de Unidade Móvel).

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A EDP no Brasil é membro-fundador do Programa Brasileiro GHG Protocol, fazendo a gestão voluntária de suas emissões de gases de efeito estufa (GEE). Além de direcionar esforços na produção de energias renováveis, a empresa realiza anualmente seu inventário de emissões seguindo padrões de qualidade internacional. As edições 2009 e 2010 do inventário receberam o Selo Ouro do GHG Protocol. A EDP integra ainda a plataforma Empresas pelo Clima (EPC), que defende a economia de baixo carbono e políticas públicas relacionadas às questões climáticas.

Pioneira no setor elétrico na elaboração de projetos de crédito de carbono, a EDP tem cinco projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo registrados no Conselho Executivo de Mudanças Climáticas das Nações Unidas: repotenciação da quarta unidade geradora da UHE Mascarenhas (ES); PCH São João (ES) e Paraíso (MS); e parques eólicos Água Doce e Horizonte (SC). Em 2011, foram emitidos por este Conselho Executivo 40.426 Reduções Certificadas de Emissões (RCEs), já comercializados pela EDP. Com a aquisição do projeto da UHE Santo António de Jari, foi dada continuidade à elaboração do Documento de Concepção do Projeto (DCP) deste empreendimento para posterior validação. Os recursos obtidos com a negociação de créditos de carbono são integralmente destinados a projetos socioambientais apoiados ou desenvolvidos pelo Instituto EDP.

Em outra frente, o Programa Econnosco, criado em 2009 com o objetivo de estimular o uso consciente dos recursos naturais pelos colaboradores da EDP, disponibilizou em 2011 a ferramenta "Pegada de Carbono" para medir a quantidade de GEE emitidos no deslocamento diário de cada funcionário da empresa. A participação de quase 800 colaboradores resultou no cálculo de uma emissão de cerca de 59 ton CO_2 por mês, o que significou 711 ton CO_2 no acumulado do ano. Outras ações deste Programa são divulgadas por meio da publicação *EconnoscoNews,* boletim de circulação interna.

A gestão dos aspectos ambientais na EDP no Brasil tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos das operações da empresa no meio ambiente, seguindo os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do grupo EDP.

Os investimentos de caráter ambiental totalizaram R$ 26,8 milhões, com ênfase em aspectos de biodiversidade (proteção de paisagem, monitoramento de fauna e flora, entre outros).

A estratégia ambiental e suas ações de responsabilidade ambiental garantiram à EDP destaque entre as 20 empresas que figuram o **Prêmio Época Empresa Verde,** premiação feita pela revista *Época* com a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC).

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

• ***IR Global Rankings:*** A EDP Energias do Brasil foi reconhecida como o 1º lugar mundial em Governança Corporativa no setor elétrico, de acordo com pesquisa internacional especializada realizada pelo *IR Global Rankings.*

• Guia Exame de Sustentabilidade: Pelo quarto ano consecutivo, a EDP foi reconhecida entre as 21 empresas brasileiras que são modelos em sustentabilidade, em guia elaborado pela revista Exame.

• **Selo Ético:** A EDP foi uma das quatro primeiras empresas a obterem o Selo Ético criado pela Controladoria-Geral da União para reconhecer negócios com boa governança e padrões éticos. A certificação tem critérios relacionados a ética e responsabilidade social, entre outros.

• **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE):** Pelo sexto ano consecutivo, a EDP integrou o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE), que reflete o desempenho da carteira composta por ações de empresas com alto grau de comprometimento com práticas de sustentabilidade empresarial e governança corporativa.

• ***Oekom Research:*** A EDP no Brasil recebeu da *Oekom Research*, agência alemã de *rating* de sustentabilidade, a distinção *"Prime B"* no setor de *utilities*, que classifica a companhia como a melhor elétrica não europeia. Avaliada pela primeira vez, a empresa ficou em 4ª lugar entre as 51 empresas analisadas, sendo a primeira classificada do setor elétrico.

• ***Dow Jones Sustainability:*** O grupo EDP ficou em 1º lugar no índice *Dow Jones* de Sustentabilidade, *ranking* que integra pelo quarto ano consecutivo. O desempenho do grupo possibilitou a entrada para o *FTSE4Good Index Series*, índice que avalia a sustentabilidade das empresas cotadas em bolsa.

• **Exame Melhores e Maiores:** A EDP ocupou a posição de número 64 entre as 100 maiores empresas em Capital Aberto por valor de mercado e o 47º lugar dos 200 maiores grupos empresariais no Brasil.

• **500 maiores da América Latina:** Pesquisa feita pela revista *América Economia* colocou a EDP na 177ª posição e a EDP Bandeirante na 401ª entre os 500 negócios latino-americanos com maior receita em 2010.

• **As Melhores da Dinheiro:** A premiação anual da revista *IstoÉ Dinheiro* reconheceu a EDP entre as cinco melhores empresas do setor de Energia Elétrica e entre as quatro melhores na Gestão Inovação e Qualidade.

• **Valor 1000:** A EDP ocupou 68ª posição das mil maiores de 2010 na publicação do jornal Valor Econômico, sendo a empresa portuguesa mais bem colocada no *ranking*. As companhias são classificadas por receita líquida e estão agrupadas em 25 setores.

• **Empresa sustentável:** A EDP no Brasil foi eleita a Empresa de Energia Mais Sustentável da América do Sul pelo *The New Economy Clean Tech & New Energy Awards 2011*, prêmio organizado pela revista britânica *The New Economy* para identificar organizações com as melhores práticas ambientais no setor energético.

• ***Top Employers Brasil 2012:*** A EDP no Brasil recebeu a certificação *Top Employers Brasil 2012*, outorgada anualmente pelo CRF Institute, com sede na Holanda, que avalia e certifica as empresas com melhores políticas e práticas de RH. Realizada pela primeira vez no País, a avaliação reconheceu 13 empresas brasileiras.

• **Líderes do Brasil:** António Pita de Abreu, presidente da EDP, foi eleito líder empresarial no setor de energia de acordo com o prêmio Líderes do Brasil, realizado pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) e o jornal *Brasil Econômico*. O prêmio conta com 20 categorias, entre empresas públicas e privadas.

• ***Latin America's Best in Investor Relations:*** Pesquisa promovida pela revista internacional *Institutional Investor* junto a analistas de mercado *(sell side e buy side)* destacou dentre os melhores profissionais de Relações com Investidores **Miguel Amaro** - Diretor Financeiro, **Maytê Albuquerque** - Gestora Executiva e **Equipe de Analistas** da EDP Energias do Brasil.

AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes, em abril de 2011, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informativos contábeis. A KPMG desde então não prestou serviços não-relacionados à auditoria independente que superassem 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

AGRADECIMENTOS

A Diretoria da EDP Energias do Brasil agradece a todos que trabalharam e contribuíram na conquista e manutenção da posição de destaque que a companhia mantém no cenário nacional. Em especial, nosso reconhecimento pela confiança dos acionistas, clientes e pelo empenho e competência dos colaboradores. Agradecemos também o apoio dos nossos fornecedores, parceiros e demais *stakeholders*.

Para informações complementares sobre a gestão de Sustentabilidade da EDP Energias do Brasil S.A. consulte o nosso Relatório Anual que estará disponível nos meios de comunicação da empresa no início do segundo trimestre de 2012.

[1] Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 08/11/2011 e Resolução Normativa nº 464 de 22/11/2011, respectivamente.

[2] Resolução Normativa ANEEL nº 444 de 30/08/2011.

[3] Resolução Normativa ANEEL nº 465 de 22/11/2011.

[4] Portaria MME n° 861 de 18/10/2010.

[5] Portaria MME n° 11 de 19/05/2011.

[6] Portaria MME nº 514 de 05/09/2011.

[7] Resolução Normativa ANEEL nº 471 de 20/12/2011.

[8] Resolução Homologatória ANEEL nº 1.184 de 02/08/2011.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010 Reclassificado
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	230.222	285.812	895.868	1.126.449
Títulos a receber	6	1.121	1.121	9.113	8.659
Ativo financeiro indenizável	14			797	823
Consumidores e concessionárias	5			968.051	888.806
Impostos e contribuições sociais	7	95.958	85.966	519.210	540.314
Partes relacionadas	9	15.638			
Dividendos a receber	27	208.019	169.312		
Estoques	2.2.c			67.559	28.112
Cauções e depósitos vinculados	10	222	222	54.022	62.898
Despesas pagas antecipadamente		198	190	4.887	5.254
Ativos financeiros disponíveis para venda	34	33.011	40.801	33.011	40.801
Outros créditos	12	598	1.512	162.355	172.561
		584.987	**584.936**	**2.714.873**	**2.874.677**
Não circulante					
Títulos a receber	6	21.018	21.506	18.949	20.036
Ativo financeiro indenizável	14			482.285	397.324
Consumidores e concessionárias	5			63.657	63.733
Impostos e contribuições sociais	7			38.184	35.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8		9.784	838.324	778.680
Partes relacionadas	9	73.441	116.622	2.223	
Adiantamentos para futuros aumentos de capital	11	10.237	4.075		458
Cauções e depósitos vinculados	10	8.979	8.693	201.720	239.669
Despesas pagas antecipadamente				496	937
Outros créditos	12	13.012	15.759	39.811	32.379
		126.687	**176.439**	**1.685.649**	**1.569.149**
Investimentos	13	3.914.550	3.771.044	32.896	32.920
Propriedades para investimentos	15			4.186	4.351
Imobilizado	16	3.113	1.894	5.659.533	5.303.587
Intangível	17	255.267	266.852	3.565.143	3.026.713
		4.172.930	**4.039.790**	**9.261.758**	**8.367.571**
Total do ativo		**4.884.604**	**4.801.165**	**13.662.280**	**12.811.397**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010 Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	18	6.446	3.370	703.742	626.381
Impostos e contribuições sociais	7	40.203	51.659	550.776	609.891
Dividendos	27	115.631	100.822	192.612	191.142
Debêntures	19			107.923	231.730
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20			471.798	375.701
Benefícios pós-emprego	21	6	3	30.035	27.610
Obrigações estimadas com pessoal	22	8.407	4.774	59.518	50.450
Encargos regulamentares e setoriais	23			275.374	225.380
Uso do bem público	24			20.184	19.440
Provisões	25	5.108	1.318	162.127	30.275
Outras contas a pagar	12	5.390	4.392	114.108	137.411
		181.191	**166.338**	**2.688.197**	**2.525.411**
Não circulante					
Fornecedores	18				915
Impostos e contribuições sociais	7	44.466	32.295	136.817	137.853
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.828	1.122	515.037	289.003
Debêntures	19			860.637	637.593
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	20			2.173.228	2.140.882
Benefícios pós-emprego	21			262.412	189.228
Partes relacionadas	9	109	189		
Encargos regulamentares e setoriais	23			7.035	12.913
Uso do bem público	24			231.139	215.764
Provisões	25	25.250	26.912	182.568	153.566
Provisão para passivo a descoberto	13	25.482	19.784	1.587	12.847
Reserva para reversão e amortização	2.2.s			17.248	17.248
Outras contas a pagar	12	264	47	38.737	23.053
		98.399	**80.349**	**4.426.445**	**3.830.865**
Patrimônio líquido	26				
Capital social		3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reservas de capital		95.598	95.598	95.598	95.598
Reservas de lucros		1.507.656	1.386.620	1.507.656	1.386.620
Outros resultados abrangentes		(174.342)	(103.842)	(174.342)	(103.842)
Ações em tesouraria		(6.614)	(6.614)	(6.614)	(6.614)
Patrimônio líquido atribuído aos controladores		**4.605.014**	**4.554.478**	**4.605.014**	**4.554.478**
Participações de não controladores				1.942.624	1.900.643
Total do patrimônio líquido		**4.605.014**	**4.554.478**	**6.547.638**	**6.455.121**
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.884.604**	**4.801.165**	**13.662.280**	**12.811.397**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Receitas	28	**1.384**		**5.401.662**	**5.034.316**
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda				(2.302.822)	(2.083.074)
Encargos de uso da rede elétrica				(651.398)	(615.146)
		–	**–**	**(2.954.220)**	**(2.698.220)**
Custo de operação	29				
Pessoal				(167.551)	(151.934)
Materiais e serviços de terceiros				(222.686)	(199.457)
Depreciações e amortizações				(261.194)	(242.433)
Outros custos de operação				(36.090)	(29.776)
		–	**–**	**(687.521)**	**(623.600)**
		–	**–**	**(3.641.741)**	**(3.321.820)**
Custo do serviço prestado a terceiros				**(5.548)**	**(6.050)**
Lucro bruto		**1.384**	**–**	**1.754.373**	**1.706.446**
Despesas e receitas operacionais	29				
Despesas com vendas		(1.430)	(2.132)	(41.825)	(80.252)
Despesas gerais e administrativas		(67.642)	(65.865)	(310.483)	(280.289)
Depreciações e amortizações		(12.192)	(17.993)	(84.395)	(81.425)
Outras despesas e receitas operacionais		12.479	(5.661)	(125.692)	(79.548)
		(68.785)	**(91.651)**	**(562.395)**	**(521.514)**
Resultado antes do resultado financeiro, tributos e paticipações societárias		**(67.401)**	**(91.651)**	**1.191.978**	**1.184.932**
Resultado das participações societárias	13.1	**569.951**	**673.282**	**(3.486)**	**(1.837)**
Receitas financeiras	30	30.647	26.428	244.061	258.123
Despesas financeiras	30	(44.278)	(26.855)	(527.503)	(455.513)
Resultado financeiro		**(13.631)**	**(427)**	**(283.442)**	**(197.390)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**488.919**	**581.204**	**905.050**	**985.705**
Imposto de renda e contribuição social correntes	31	(354)	(3.115)	(234.587)	(229.254)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	2.149	9.784	21.249	(19.810)
		1.795	**6.669**	**(213.338)**	**(249.064)**
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias		**490.714**	**587.873**	**691.712**	**736.641**
Participações dos acionistas não controladores				(181.388)	(136.926)
Partes beneficiárias				(19.610)	(17.157)
Resultado líquido do exercício		**490.714**	**587.873**	**490.714**	**582.558**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**3.095**	**3.708**	**3.095**	**3.675**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011	Consolidado 2010
Lucro líquido do exercício	490.714	587.873	490.714	582.558
Outros Resultados Abrangentes				
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(80.270)	(84.320)	(80.270)	(84.320)
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.018	1.716	5.018	1.716
Hedge de fluxos de caixa	(31.565)	1.985	(31.565)	1.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36.317	26.872	36.317	26.872
Resultado abrangente do exercício	**420.214**	**534.126**	**420.214**	**528.811**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	488.919	581.204	905.054	985.705
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			37.256	75.727
Ativo financeiro indenizável - baixa			9.071	661
Depreciações e amortizações	12.192	17.993	345.589	331.904
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	71	323	54.028	33.329
Despesas pagas antecipadamente			1.712	(616)
Fornecedores - atualização monetária			6.136	18.398
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures			378.760	280.793
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			34.215	33.108
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			23.979	(4.937)
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	14.526	9.221	126.532	30.623
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			1.012	4.358
Ajuste a valor presente	(633)	(368)	1.184	(4.081)
Participações societárias	(569.951)	(673.283)	3.482	1.837
Ganho gerado sobre mais valia concessão			(10.184)	
Provisão para perdas com investimentos	2.300	12.847	2.300	12.847
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária			62.107	47.837
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(11.421)	(30.509)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(2.333)	25.456
Atualização monetária contraprestação contingente				
Outros		(5.315)	(6.453)	(2.093)
	(52.576)	**(57.378)**	**1.962.026**	**1.840.347**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias			(79.169)	(27.986)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	14.110	(14.045)	18.853	(16.185)
Estoques			(39.447)	(16.277)
Cauções e depósitos vinculados	(286)	(1.625)	(7.829)	(71.673)
Despesas pagas antecipadamente	(8)	(186)	(904)	(1.895)
Rendas a receber			(238)	18.639
Outros ativos operacionais	(1.525)	11.340	2.274	(5.201)
	12.291	**(4.516)**	**(106.460)**	**(120.578)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	3.076	(7.046)	76.446	50.133
Outros tributos e contribuições sociais	361	18.703	(3.273)	685
Benefícios pós-emprego			(28.796)	(20.516)
Obrigações estimadas com pessoal	3.633	603	8.162	973
Encargos regulamentares e setoriais			(17.991)	20.054
Uso do bem público			(18.097)	(16.279)
Provisões	(12.398)	(7.668)	(48.777)	(35.272)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27			(56.878)	(18.704)
Outros passivos operacionais	595	4.379	(7.620)	(12.205)
	4.733	**8.971**	**(96.824)**	**(31.131)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(45.018)**	**(52.923)**	**1.758.742**	**1.688.638**
Imposto de renda e contribuição social pagos			(268.000)	(218.984)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(45.018)**	**(52.923)**	**1.490.742**	**1.469.654**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria		(1.058)		(1.058)
Baixas (adições) ao investimento		(5.000)	(283.918)	(4.850)
Dividendos recebidos	535.595	456.738		
Títulos recebidos	1.121	1.121		
Aumento de capital em subsidiárias		(112.221)		
Adições ao imobilizado e intangível	(1.897)	(655)	(807.662)	(918.743)
Caixa e equivalentes de caixa por incorporação			8.907	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**534.819**	**338.925**	**(1.082.673)**	**(924.651)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	27.451	77.117	1.385	
Adiantamento para futuro aumento de capital	(235.264)			
Aumento (redução) de capital				(24.007)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(337.578)	(310.747)	(488.955)	(361.346)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			908.376	812.468
Amortização de Principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos			(1.059.456)	(947.691)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(545.391)**	**(233.630)**	**(638.650)**	**(520.576)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(55.590)**	**52.372**	**(230.581)**	**24.427**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	230.222	285.812	895.868	1.126.449
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	285.812	233.440	1.126.449	1.102.022
	(55.590)	**52.372**	**(230.581)**	**24.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Provisão para AFAC	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**3.182.716**	**96.656**	**1.243.047**	**(6.614)**	**(50.095)**	**(108.122)**	**4.357.588**	**5.315**	**1.858.929**	**6.221.832**
Reversão de dividendos		(1.058)					(1.058)			(1.058)
Dividendo adicional aprovado em 09/04/2010			(222.238)				(222.238)			(222.238)
Resultado líquido do exercício						587.873	587.873	(5.315)	136.926	719.484
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal			23.987			(23.987)	–			–
Reserva de retenção de lucros			103.146			(103.146)	–			–
Dividendos intermediários (JSCP)						(106.000)	(106.000)			(106.000)
Dividendos propostos						(7.940)	(7.940)		(95.212)	(103.152)
Dividendo adicional proposto				238.678		(238.678)				
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					(84.320)		(84.320)			(84.320)
Ativos financeiros disponíveis para venda					1.716		1.716			1.716
Hedge de fluxos de caixa					1.985		1.985			1.985
Imposto de renda e contribuição social diferidos					26.872		26.872			26.872
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**3.182.716**	**95.598**	**1.386.620**	**(6.614)**	**(103.842)**	**–**	**4.554.478**	**–**	**1.900.643**	**6.455.121**
Dividendo adicional aprovado em 07/04/2011			(238.678)				(238.678)			(238.678)
Resultado líquido do exercício						490.714	490.714		181.392	672.106
Destinação do lucro										
Constituição de reserva legal			24.536			(24.536)	–			–
Dividendos intermediários (JSCP)						(131.000)	(131.000)		(139.309)	(270.309)
Dividendo adicional proposto			239.249			(239.249)	–			
Reserva de retenção de lucros			95.929			(95.929)	–			–
Outros resultados abrangentes										
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego					(80.270)		(80.270)		(154)	(80.424)
Ativos financeiros disponíveis para venda					5.018		5.018			5.018
Hedge de fluxos de caixa					(31.565)		(31.565)			(31.565)
Imposto de renda e contribuição social diferidos					36.317		36.317		52	36.369
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**3.182.716**	**95.598**	**1.507.656**	**(6.614)**	**(174.342)**	**–**	**4.605.014**	**–**	**1.942.624**	**6.547.638**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**11.892**	**6.903**	**8.360.040**	**7.674.460**
Receita operacional			8.372.894	7.738.064
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(37.256)	(76.076)
Outras receitas	11.892	6.903	24.402	12.472
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(40.494)**	**(56.048)**	**(3.527.676)**	**(3.190.975)**
Custos da energia comprada			(2.302.822)	(2.083.074)
Encargos de uso da rede elétrica			(651.398)	(615.146)
Materiais	(457)	(967)	(26.566)	(23.447)
Serviços de terceiros	(23.980)	(26.839)	(346.569)	(322.322)
Outros custos operacionais	(16.057)	(28.242)	(200.321)	(146.986)
Valor adicionado bruto	**(28.602)**	**(49.145)**	**4.832.364**	**4.483.485**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(12.192)	(17.993)	(345.590)	(317.835)
Valor adicionado líquido produzido	**(40.794)**	**(67.138)**	**4.486.774**	**4.165.650**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	30.647	26.428	244.061	258.123
Participações dos não controladores			(181.392)	(136.926)
Resultado da equivalência patrimonial	569.951	673.282	(3.482)	(1.837)
Valor adicionado total a distribuir	**559.804**	**632.572**	**4.545.961**	**4.285.010**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	12.933	14.070	169.709	139.758
Benefícios	3.276	5.883	54.260	51.397
FGTS	1.880	1.674	16.723	18.027
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	22.105	8.092	1.785.022	1.647.519
Estaduais	215		1.485.691	1.373.320
Municipais	164		5.357	5.697
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	25.908	11.999	508.755	436.022
Aluguéis	2.609	2.981	10.120	13.555
Remuneração de capital próprio				
Dividendos e juros sobre capital próprio	131.000	113.941	131.000	113.941
Partes beneficiárias			19.610	17.157
	200.090	**158.640**	**4.186.247**	**3.816.393**
Lucros retidos	359.714	473.932	359.714	468.617
	559.804	**632.572**	**4.545.961**	**4.285.010**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia ou Energias do Brasil ou Controladora), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

A Companhia possui partipações diretas e indiretas nas seguintes controladas, controladas em conjunto e coligadas (denominadas Grupo):

		% Participação			
		31/12/2011		31/12/2010	
Empresas	**Consolidação**	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Distribuição					
Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante)	integral	100,00		100,00	
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa)	integral	100,00		100,00	
Geração					
Energest S.A. (Energest)	integral	100,00		100,00	
Castelo Energética S.A. (CESA) (*)	integral				100,00
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	integral		51,00		51,00
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	integral		100,00		100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	integral		100,00		100,00
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	integral	55,86		55,86	
Companhia Energética do Jari - (CEJA) (**)	integral	100,00		100,00	
ECE Participações S.A. (ECE Participações)	integral		100,00		
Investco S.A. (Investco)	integral		40,78		40,78
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	integral	60,00		60,00	
Terra Verde Bioenergia Participações S.A. (Terra Verde)	integral	92,00		92,00	
EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis)	por equivalência patrimonial	45,00		45,00	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	proporcional	50,00		50,00	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	proporcional	50,00			
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	proporcional	50,00			
Central Nacional da Energia Eólica S.A. (Cenaeel)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Elebrás Projetos Ltda. (Elebrás)	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Comercialização					
Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Enertrade)	integral	100		100	
Transmissão					
Evrecy Participações Ltda. (Evrecy)	integral	100			100
Outras					
Enercouto S.A. (Enercouto)	integral	100		100	
Escelsa Participações S.A. (Escelsapar)	integral	100		100	
Omega Engenharia e Assessoria Ltda. (Omega)	integral	100		100	

(*) Incorporada pela Energest em 31 de julho de 2011.

(**) Atual denominação de Ipueiras Energia S.A., conforme AGO de 15 de julho de 2011.

1.1. Combinação de Negócios - UHE Santo Antônio do Jari

Em 15 de junho de 2011, a Companhia, por meio de sua controlada Ipueiras Energia (atualmente denominada Companhia Energética do Jari - CEJA), adquiriu a totalidade das ações da ECE Participações, empresa pertencente aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possuia os direitos de exploração da Usina Hidreletrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

A participação remanescente de 10% do Consórcio Amapá Energia é detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tem direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia S.A., pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (*tag along*). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

O investimento total previsto pode variar entre R$1,27 bilhão e R$1,41 bilhão, incluindo o investimento na construção da usina para a instalação da capacidade máxima de 373,4MW e o pagamento do projeto aos vendedores.

Em 13 de outubro de 2011 foi concluida a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE Jari.

Em 23 de dezembro de 2011, foi concluida a aquisição, através da controlada ECE Participações, dos 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE Jari. Com esta aquisição a EDP Energias do Brasil consolida 100% dos direitos de exploração.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição é apresentado a seguir:

	Valor justo reconhecido na aquisição	Valor contábil
Imobilizado	28.996	28.996
Intangível - direito de concessão	584.274	
Caixa e equivalentes de caixa	3.522	3.522
	616.792	**32.518**
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(198.680)	(27)
Total do acervo líquido adquirido	**418.112**	**32.491**
Deságio na compra	(10.184)	–
Contraprestação contingente	**407.928**	**32.491**
Contraprestação contingente - paga à vista	284.079	
Contraprestação contingente - a pagar	123.849	
Caixa líquido adquirido com a controlada		3.522
Caixa pago		(284.079)
Fluxo de saída de caixa, líquido	–	**(280.557)**

Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra da ECE Participações, foi acordada uma contraprestação contingente com o ex-proprietário e os pagamentos adicionais serão feitos da seguinte forma:

a) R$29.000, mediante a publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e/ou demais Aditivos ao contrato de concessão, o que por último ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos ao contrato de concessão, a prorrogação do contrato de concessão para 2044, a homologação de potência da UHE Jari para 373,40MW, a definição do novo cronograma físico de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo (em conjunto, os "Aditivos ao Contrato de Concessão");

b) R$47.000, assumindo-se a estimativa de incremento de 23,25MW médios de energia assegurada, totalizando 219,35MW médios na UHE Jari. Caso haja variações no montante de energia assegurada a ser homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o valor a ser pago será de R$2.022 por MW médios de energia assegurada, adicional aos 196,1MW médios já homologados, referente ao aumento de potência homologado nos termos da letra (a) supra, mediante a publicação do ato confirmatório da respectiva homologação da energia assegurada pela ANEEL;

c) R$19.000, mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS Nº 53, de 6 de julho de 2001; e

d) R$8.000, mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

Em 13 de outubro de 2011 o valor da contraprestação contingente na Controladora foi estimado em R$111.740 e o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão Outros. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente à soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados *pro rata temporis* no período entre a data-base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento. A atualização monetária até 13 de outubro de 2011, foi registrada no intangível e após esta data a contabilização foi contra Despesa financeira no montante de R$2.349.

Como parte da transferência dos 10% da concessão UHE Jari, foi acordada uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (ex-proprietária dos 10% da concessão) e os pagamentos adicionais a serem pagos para o ex-proprietário são:

a) R$3.222, mediante publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e ou demais aditivos ao contrato de concessão, o que por úlltimo ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos ao contrato de concessão, a prorrogação do contrato de concessão para 2044, a homologação de potência da UHE do Jari para 373,40MW, a definição do novo cronograma fisíco de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo;

b) R$5.222, assumindo-se a estimativa de incremento de 23,25MW médios de energia assegurada, totalizando 219,35MW médios na UHE Jari;

c) R$2.111 mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do convênio ICMS nº 53, de 6 de julho de 2001; e

d) R$889 mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

Em dezembro de 2011 o valor da contraprestação contingente no Consolidado foi estimado em R$123.849 (R$111.740 - Controladora e R$12.109 - na controlada ECE Participações), o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão Outros. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente a soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados *pro rata temporis* no período entre a data base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento. As atualizações monetárias até 13 de outubro de 2011 (controlada CEJA) e até 23 de dezembro de 2011 (controlada indireta ECE Participações), foram registradas no intangível. As atualizações monetárias a partir daquelas datas até 31 de dezembro de 2011, no montante de R$2.375 foram registradas contra Despesa financeira.

A controlada indireta ECE Participações, encontra-se em fase pré-operacional e apresentou prejuízo no exercício de R$561.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1.2. Reorganização Societária - Incorporação da Castelo Energética S.A. - CESA pela Energest.

Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da CESA, deliberou a Incorporação da controlada CESA pela Energest, que foi pautada nas seguintes justificativas:

a) a Energest e a CESA são controladas direta e indiretamente pela Companhia;

b) a Energest, única acionista da CESA, concentra a maioria dos ativos de Geração do Grupo EDP Energias do Brasil; e

c) a Energest e a CESA desenvolvem a mesma atividade econômica, tendo ambas ativos de geração do Grupo EDP Energias do Brasil localizados no Estado do Espírito Santo.

Com a incorporação, entendem as partes, que serão obtidos benefícios de ordem administrativa, financeira e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos das empresas envolvidas e uma perpesctiva de expansão dos negócios da Energest.

O processo de reorganização societária foi condicionado as seguintes anuências:

(i) aprovação da operação pelo Banco Santander S.A., emitida em 10 de fevereiro de 2011;

(ii) aprovação da operação pela ANEEL nos termos da Resolução Autorizativa nº 2.861, de 19 de abril de 2011; e

(iii) aprovação da operação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, emitida em 20 de junho de 2011.

Em função da referida reorganização societária e consumadas as providências legais da incorporação, a CESA foi extinta de pleno direito e a Energest assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sucessora legal, para todos os efeitos.

1.3. Transferência das ações da Evrecy, controlada da Energest para a Companhia.

Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Energest em R$27.891 e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social, foi aprovado a atribuição do controle acionário da Evercy para a Companhia.

Por meio do Despacho nº 4.899, de 20 de dezembro de 2011, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF aprovou a redução no capital social da Energest.

Em 23 de dezembro de 2011, a SFF (i) atestou que a instrução do pedido de transferência atende aos requisitos jurídicos, financeiros, técnicos e fiscais exigidos pela ANEEL; (ii) registrou que a Energest encontra-se adimplente com todas as obrigações intrassetoriais; e (iii) recomendou a emissão de resolução autorizativa em favor da Companhia, bem como a aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL votou acerca da transferência do controle societário detido pela Energest na Evrecy, pois a Energest cumpriu com todas as exigências para a transferência em 23 de dezembro de 2011, os efeitos societários dessas operações foram reconhecidos em 2011.

1.4. Participação acionária da Companhia no Balcao Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE

Em 15 de dezembro de 2011 na Reunião de Diretoria da EDP - Energias do Brasil foi aprovada a aquisição de 1 lote de mil ações no valor de R$200 que dará direito a uma posição no conselho de administração da nova Companhia. A BBCE é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com Capital Social de R$12 milhões (60 lotes de 1.000 ações) e está aberta a participação de todos os Agentes do Ambiente de Comercialização Livre - ACL. (Nota 37).

1.5. Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permissões de geração, distribuição e de transmissão de energia:

				Concessão/Autorização/Registro	
Empresas	**Estado**	**Capacidade Instalada (MWm)**	**Energia assegurada (MWm)**	**Início**	**Término**
Energest	ES/MG	299,53	189,30	17/07/1995	19/05/2029
Pantanal	MS	52,76	34,78	04/12/1997	23/12/2029
Santa Fé	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031
Costa Rica	MS	16,00	12,28	05/11/2001	05/11/2031
Porto do Pecém	CE	720,27	631,00	01/07/2008	01/07/2043
Enerpeixe	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036
Investco	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033
Terra Verde	SC	140,00		25/06/2009	25/06/2039
Evrecy	ES/MG			17/07/1995	17/07/2025
Bandeirante	SP			23/10/1998	23/10/2028
Escelsa	ES			17/07/1995	17/07/2025
ECE Participações (*)	PA/AP	373,40	196,10	21/12/1987	31/12/2044
Cenaeel	SC	13,80	2,97	12/08/2002	11/12/2032
Enercouto	GO/MT	150,00	90,30	23/04/2002	23/04/2037
Elebrás	RS	151,00	25,15	28/08/2002	05/09/2032

(*) O projeto básico da UHE Jari foi alterado passando sua potência de 300MW para 373,4MW. A garantia física relacionada à potência de 300MW é de 196,1MW médios, conforme Portaria MME n° 34/2010. A garantia física correspondente à potência de 73,4MW está sendo calculada pelo MME - Ministério de Minas e Energia.

Distribuição

Contratos de Concessão das controladas Bandeirante e Escelsa

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Bandeirante e Escelsa.

Bandeirante e Escelsa: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pelo Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

Transmissão

Contrato de Concessao da controlada Evrecy

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Evrecy.

Evrecy: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pela disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

Geração

Contratos de Concessão da controlada Energest

O prazo das concessões das Usinas Hidrelétricas poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 20 do artigo 40 da Lei 9.074/1995, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei 10.848/2004, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias, desde que a exploração das Usinas Hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das Usinas Hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das Usinas Hidrelétricas estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei 9.648/1998, e artigos 27 e 28 da Lei 10.438/2002, com redação dada pelas Leis 10.604/2002 e 10.848/2004.

Os contratos de concessão das Usinas Hidrelétricas estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados à exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida às concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Contrato de Concessão da controlada Pantanal

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

Na exploração das Usinas Hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do poder Concedente e da ANEEL.

O contrato de concessão da UHE Assis Chateaubriand estabelece que na comercialização de energia, a concessionária aplicará as tarifas homologadas pelo Poder Concedente e em conformidade com disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor de energia elétrica e a superveniente à assinatura do respectivo contrato, sendo que os valores das tarifas serão reajustados com periodicidade anual.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Contratos de Concessão da controlada Investco

A Investco detém o direito de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5MW, representando uma potência total instalada de 902,5MW e assegurada de 701,4MW.

Da potência e energia asseguradas, a Investco deverá destinar 617,48MW e 2.877.660MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Investco não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos. No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados em auditoria da mesma.

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do contrato de concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do contrato de concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no citado contrato.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no contrato de concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no contrato de concessão, a Investco tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a Investco recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Contratos de Concessão da controlada ECE Participações

O prazo do contrato de concessão incial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela ANEEL, pelo período de 30 anos findo em 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste contrato, a ECE Participações recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$574, corrigidos anualmente pela variação do IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Contratos de Concessão da controlada Enerpeixe

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de suas assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 meses antes do término do prazo do contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública referente a exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferior a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizadas a Enerpeixe terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que contemplem os valores contratados e/ou utilizados de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação mediante indenização prévia dos bens ainda não depreciados que tenham sido realizados pelas concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os Investimentos realizados pelas concessionárias durante a vigência do contrato ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Como obrigação comum a todos os contratos de concessão as controladas diretas e indiretas deverão aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Base de preparação e práticas contábeis

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente consistentes com as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações financeiras individuais da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Em 2010 , as demonstrações financeiras apresentaram uma diferença de R$5.315 entre o resultado consolidado e o resultado da Controladora, referente à reversão de provisão para perda em adiantamento para futuro aumento de capital na Enercouto conforme segue:

	31/12/2010	
	Patrimônio Líquido	**Lucro Líquido**
Controladora	4.522.835	387.194
Reversão da provisão AFAC Enercouto		(5.315)
Consolidado	**4.522.835**	**381.879**

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

As controladas diretas e indiretas e as controladas em conjunto são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo, instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos disponíveis para venda mensurados a valor justo.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Controladora e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 5)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, e compreendem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias, distribuidoras e empresas de comercialização de energia livre, bem como a estimativa da receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado do exercício (Nota 5.4);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1);

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: Residencial há mais de 90 dias, Comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias. Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias, e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 14)

As controladas Bandeirante e Escelsa reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

A controlada Evrecy reconhece os recebíveis do Poder Concedente, ou por quem ele indicar, relacionados com o reembolso dos serviços de construção da rede de transmissão e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão ao qual a Evrecy terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro ao término da vigência do contrato de concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços e o carvão mineral da controlada em conjunto Porto do Pecém são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Investimentos (Nota 13)

• Controladas

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo Grupo ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

• Controladas em conjunto

Os acordos de "*joint venture*" que envolvem a constituição de uma entidade separada na qual cada empreendedor detenha uma participação são chamados de entidades controladas em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Qualquer ágio resultante da aquisição da participação da Companhia em uma controlada em conjunto é contabilizado de acordo com a política contábil da Companhia com relação ao ágio resultante de uma combinação de negócios.

Outros investimentos que não se enquadrem nas categorias acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

e) Propriedades para investimentos (Nota 15)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional das controladas e pelos quais se aufere uma renda, são avaliados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f) Ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente (Notas 14 a 17)

Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão apresentados nos grupos de Ativo financeiro indenizável e Intangível, devido a implementação dos CPCs e estão abaixo descritos:

Ativos vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão

Até 31 de dezembro de 2009, foram efetuadas baixas na rubrica Obrigações vinculadas à concessão na proporção dos bens desativados ou alienados e também em função da taxa média de depreciação dos ativos de distribuição, correspondentes aos empreendimentos que tivessem sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros e posteriormente cedidos à Companhia. A partir de 1º de janeiro de 2010, cumprindo com o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia suspendeu o registro das baixas correspondentes aos bens desativados.

g) Imobilizado (Nota 16)

São registrados em Imobilizado todos os ativos tangíveis das geradoras e apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão das distribuidoras e da transmissora. São contabilizados pelo: i) custos de aquisição, acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra; ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração; iii) os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso; iv) nas geradoras térmicas e eólicas, pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado; e v) deduzidos da depreciação acumulada e perdas na redução ao valor recuperável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há lugar a indenização no final da concessão, geração térmica e eólica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Intangível (Nota 17)

Os intangíveis compreendem:

- Direitos de concessão - infraestrutura: são registrados como ativos intangíveis o direito das concessionárias de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente das concessões.
- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, em contrapartida a pagamentos mensais ao Governo Federal, conforme contrato assinado entre as partes. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final dos contratos de concessão e amortizado de acordo com os prazos desses contratos.
- Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros pelo prazo de concessão das companhias.
- Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios: é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado deste negócio.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. Intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são avaliados anualmente para fins de imparidade, conforme nota 2.2.j abaixo.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

i) Licenças ambientais (Notas 17 e 25)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituida uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

j) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do Imobilizado, Propriedade para investimento e Intangível, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

k) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

l) Fornecedores (Nota 18)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

m) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 20 e 19)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

n) Provisões

Contingências (Nota 25.1)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Desmantelamento (Nota 25)

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base térmica e eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

Contraprestação contingente (Nota 25)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

o) Uso do bem público (Nota 24)

É um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados da Enerpeixe e Investco, calculados até o final dos contratos de concessão e reconhecidos a valores presentes pelas taxas implicítas nos respectivos contratos.

p) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

q) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 31)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados, nas controladas indiretas Costa Rica, Pantanal, Santa Fé e Evrecy, conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente e, na Controladora e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis, às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, quando aplicável, foram calculados a partir dos prejuízos fiscais se existentes, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, e são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 23 de março de 2010, a Escelsa obteve, junto a Superintendência do Desenvovimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2005.

Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

A Reserva de incentivos fiscais na Enerpeixe, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07.

r) Benefícios pós-emprego (Nota 21)

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas nas notas 21.1, 21.2, 21.3, 21.4 e 21.5.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

s) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a., pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

t) Capital social (Nota 26)

Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os lucros acumulados.

u) Dividendos e juros sobre capital próprio (Nota 27)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício com base em seu estatuto social. Todavia, valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

v) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge,* quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge,* que estão reconhecidos no resultado.

w) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente, e para avaliação de imparidade que é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Perda ou ganho de receita – baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; Planos de benefícios pós-emprego; Análise de redução ao valor recuperável dos ativos; Provisões para desmantelamento; Provisão para contraprestação contingente; e Avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis.

x) Instrumentos financeiros (Nota 32)

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, Cauções e depósitos vinculados, Contas a receber e outros recebíveis, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos, financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia e/ou suas controladas em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos financeiros são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento incial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são contratos que possuem as seguintes características:

a) seu valor se altera em função das variações de mercado que influenciam taxas de juros, cotações de câmbios, preços de *commodities*, etc;

b) não necessita de investimento inicial líquido ou o investimento inicial é bem inferior ao que seria exigido para contratos similares no mercado; e

c) sempre será liquidado em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

Contabilidade de cobertura (*hedge accounting*)

A Companhia e suas controladas, passaram a qualificar, desde de 2008, determinados instrumentos financeiros para a contabilidade de cobertura (*hedge accounting*). Os derivativos de cobertura são registrados ao valor justo e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo da contabilidade de cobertura adotado e, para isso, os seguintes requisitos foram atendidos:

i) para a data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;

ii) existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;

iii) a eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável;

iv) a cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*; e

v) em relação a cobertura de uma transação prevista, esta deve ser altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia, em última análise, afetar o resultado.

A Companhia e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros de cobertura do risco de taxa de juros e variação cambial. Os derivativos que não se qualificam como de cobertura são registrados como para negociação.

Cobertura de fluxos de caixa

A parte efetiva das variações do valor justo dos derivativos designados e que se qualifiquem como cobertura de fluxos de caixa é reconhecida no Patrimônio líquido - na rubrica Outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas da parcela inefetiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida no resultado do exercício, no momento em que ocorre a inefetividade.

Os valores acumulados no Patrimônio líquido transitam pelo resultado nos exercícios em que o item coberto afeta o resultado, entretanto, quando a transação prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registrados no Patrimônio líquido são reconhecidos, por contrapartida, do custo inicial do ativo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registrado em Patrimônio líquido na data mantém-se em Patrimônio líquido até que a transação prevista seja reconhecida em resultado. Quando já não é esperado que a transação ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registrados por contrapartida de patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Efetividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efetividade. Assim, a Companhia e suas controladas executam testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e em cada data de balanço, e retroativamente de modo a demonstrar a sua efetividade e que as alterações no valor justo do item coberto são compensadas por alterações no valor justo do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefetividade apurada é reconhecida no resultado no momento em que ocorre.

Desreconhecimento

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

y) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

z) Combinação de Negócios e Ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

O ágio não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

aa) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

ab) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611 de 22 de dezembro de 2009.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como os contratos de concessão das distribuidoras e transmissora do Grupo têm tais características, então esta interpretação é aplicável. Já os contratos das geradoras do Grupo apresentam características distintas, portanto a interpretação não é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Na Transmissão aplica-se o modelo financeiro: i) a Receita Anual Permitida, assegurada anualmente, a qual contempla a construção, a operação e a manutenção, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização (transporte de energia) pelos usuários (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores), portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão; ii) o poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; iii) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar; e iv) a parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, quando aplicável, deve ser incluída no modelo do fluxo de caixa, considerando a premissa adotada pela Administração para o seu recebimento..

Na Distribuição aplica-se o modelo bifurcado por ser remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

ac) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

ad) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

2.3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a Energias do Brasil e suas controladas e controladas em conjunto (conforme descrito na Nota 1).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas e controladas em conjunto;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas e controladas em conjunto, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados;
- A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstraçõe financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha;
- Quando uma controlada da Companhia realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto;
- As combinações de negócios foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um proveito é reconhecido nos resultados do exercício.

A controlada em conjunto Porto do Pecém é consolidada pelo método proporcional desde 14 de outubro de 2008 (Nota 2.6.1);

A controlada em conjunto Porto do Pecém Transportadora de Minérios é consolidada pelo método proporcional desde 29 de abril de 2011 (Nota 2.6.2); e

A controlada em conjunto Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica é consolidada pelo método proporcional desde 1º de junho de 2011 (Nota 2.6.3).

2.4. Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo (Nota 36).

2.5. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (*Investments in Associates and Joint Ventures*)

Em maio de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28 incorporando os procedimentos de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que o método de equivalência patrimonial é aplicável tanto para empreendimentos controlados em conjunto quanto para coligadas. Por outro lado, os requerimentos de divulgação para investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto foram combinados numa única e abrangente norma, o IFRS 12 "Divulgação de Participações em Outras Entidades" (*Disclosure of Interests in Other Entities*). As alterações do IAS 28 são efetivas para exercícios anuais que se iniciarem em/após 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto e IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades

A emissão destas novas normas pretende definir com clareza o controle ou compartilhamento sobre uma investida. A IFRS 10 define um modelo de consolidação único que identifica o controle como base para a consolidação de uma entidade. A IFRS 11 estabelece os princípios para a divulgação pelas empresas de empreendimentos em conjunto.

A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para subsidiárias, empreendimentos em conjunto, associados e a estrutura de entidades não consolidadas. Como consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu, igualmente alterados e revisados, o IAS 27 e o IAS 28. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.6. Investimentos em controladas em conjunto

2.6.1. Porto do Pecém

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e a demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 da controlada em conjunto, em fase pré-operacional Porto do Pecém, são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2011- Resumido

Ativo		Passivo	
Circulante	204.844	Circulante	411.290
Não circulante	384.230	Não circulante	2.290.710
Imobilizado	2.846.484	Patrimônio Líquido	734.882
Intangível	1.324		
Total	**3.436.882**	Total	**3.436.882**

Demonstração do resultado em 31/12/2011- Resumida

Despesas Operacionais	(13.354)
Resultado financeiro líquido	(94.928)
IRPJ e CSLL	36.642
Prejuízo do exercício	**(71.640)**

2.6.2. Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e a demonstração do resultado para o período de oito meses findo em 31 de dezembro de 2011 da controlada em conjunto, em fase pré-operacional Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2011- Resumido

Ativo		Passivo	
Circulante	1.280	Circulante	304
Imobilizado	78	Patrimônio Líquido	1.054
Total	**1.358**	Total	**1.358**

Demonstração do resultado em 31/12/2011- Resumida

Despesas operacionais	(1.012)
Resultado financeiro líquido	52
Prejuízo do exercício	**(960)**

2.6.3. Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011 e a demonstração do resultado para o período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2011 da controlada em conjunto, em fase pré-operacional Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A., são apresentados a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2011- Resumido

Ativo		Passivo	
Circulante	1.682	Circulante	78
		Não circulante	1.020
		Patrimônio Líquido	584
Total	**1.682**	Total	**1.682**

Demonstração do resultado em 31/12/2011- Resumida

Despesas operacionais	(234)
Resultado financeiro líquido	(284)
Prejuízo do exercício	**(518)**

As informações relativas a passivos contingentes, compromissos relacionados à participação da Companhia nos empreendimentos controlados em conjunto, assim como o método utilizado para reconhecer o investimento em entidades controladas em conjunto, estão divulgadas nas notas 25.1.2, 13 e 1, respectivamente.

2.7. Reclassificações nos exercícios anteriores

2.7.1. Balanço Patrimonial

Consolidado

Para fins de comparabilidade, foram feitas as seguintes reclassificações nos balanços patrimoniais do consolidado, apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010:

Reclassificação no valor de R$1.281 da rubrica de Títulos a receber para Outras contas a receber (Passivo - Não circulante), para melhor comparabilidade dos saldos contábeis.

Reclassificação no consolidado no valor de R$4.351 da rubrica de Investimentos para Propriedade para investimento, para melhor comparabilidade dos saldos contábeis.

2.7.2. Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade, foram feitas as seguintes reclassificações nas demonstrações de resultado individual e consolidada apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010:

Controladora

Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras no montante de R$95.

Outros resultados: reclassificação do valor em R$13.173 de Outras despesas, referente a ganhos e perdas na alienação de bens e direitos, para Outras Despesas e Receitas operacionais no valor de R$6.270 e Outras receitas em R$6.903.

Consolidado

Custo com energia elétrica: Reclassificação dos Encargos de uso da rede elétrica na controlada Enertrade, de Energia elétrica comprada para revenda para Encargos de uso da rede elétrica no valor de R$13.720.

Crédito de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados em Despesas gerais e administrativas no montante de R$35.763 para as rubricas Materiais e serviços de terceiros em R$3.609 e Depreciações e amortizações em R$32.064.

Provisão para perda: reclassificação do valor de R$5.315, referente provisão para perda da Enercouto, de Outras Despesas para Outras despesas e receitas operacionais.

Outros resultados: reclassificação do valor em R$34.622 referente a Outras despesas e Depreciações e amortizações R$12, referente a ganhos e perdas na alienação de bens e direitos, para Outras Despesas e Receitas operacionais no valor de R$21.575, Outras receitas em R$12.474 e Depreciações e amortizações no valor de R$585.

Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica Outros custos de operação em R$2.277 e Despesas gerais e administrativas em R$3.343, totalizando o valor de R$5.620 para rubrica de Despesas financeiras.

Parcela de juros de benefícios pós-emprego: reclassificação da parcela de juros de benefícios pós-emprego no valor de R$14.756 de Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras, nas controladas Bandeirante e Escelsa.

2.7.3. Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita a com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação no modelo da CVM.

2.7.4. Demonstração do Valor Adicionado

Controladora

Fiança bancária no valor de R$95 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

Consolidado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

Créditos de PIS/COFINS COSIT 27 no valor de R$35.335 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem (materias, serviços de terceiros, outros custos operacionais, depreciações e amortizações).

Créditos de PIS/COFINS: no valor de R$319.426 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem (custos da energia comprada e encargos de uso da rede elétrica).

Parcela de juros de benefícios pós-emprego: no valor de R$14.756 anteriormente apresentado na Distribuição do valor adicionado - Pessoal, passou a ser apresentada na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

Fiança bancária: no valor de R$5.620 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3. Revisão tarifária periódica e Reajuste tarifário

Primeira revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL e o seu Primeiro Termo Aditivo, estabelece para a Evrecy a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica e ciclo revisional de 4 anos. Entre Revisões são aplicados os Reajustes Anuais na data de 1º de julho de cada ano, corrigindo a Receita Anual Permitida - RAP do ano anterior pelo IGP-M, adicionada ou subtraída a Parcela de Ajuste apurada nos últimos doze meses.

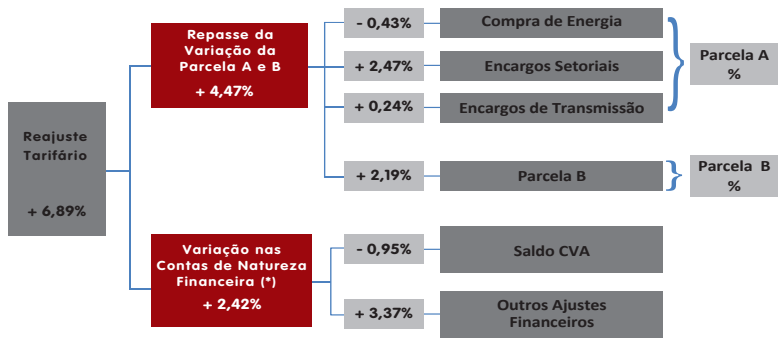
Através da Resolução Homologatória nº 1.171/2011, de 28 de junho de 2011, a ANEEL estabelece as RAPs das concessionárias de transmissão de energia elétrica para o Ciclo 1º de julho de 2011 a 30 junho de 2012. A RAP da Evrecy para o ciclo 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 é de R$8.205, somado a isto tem uma Parcela de Ajuste referente ao ciclo anterior de R$2, totalizando uma receita para o novo ciclo de R$8.207.

Reajuste tarifário de 2011 - Escelsa

Em 2 de agosto de 2011, a ANEEL, em reunião pública, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 6,89%, aplicado às tarifas da Escelsa, a partir de 7 de agosto de 2011, sendo 4,47% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 2,42% referentes aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Escelsa, associados à recuperação relativa a períodos passados, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos é de 2,97%.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR), taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros instrumentos.

Na composição do reajuste, aplicado em 2011 para a Escelsa, destacam-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:



* Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

Termo Aditivo ao Contrato de Concessão - Neutralidade da Parcela A

Neste Reajuste Tarifário da Escelsa está considerado item financeiro negativo no valor de R$6.875, relativo à Neutralidade dos Encargos Setoriais que integram a Parcela A.

Revisão tarifária de 2011 - Bandeirante

A ANEEL decidiu no dia 18 de outubro de 2011, manter as tarifas atuais da Bandeirante até a aplicação da nova metodologia do terceiro ciclo de revisão tarifária, ainda em análise. A decisão será consolidada por meio de resoluções homologatórias a serem publicadas no Diário Oficial da União.

O procedimento provisório para tratamento das tarifas das distribuidoras de energia elétrica com revisão tarifária periódica prevista para o ano de 2011, foi aprovado através da Resolução ANEEL nº 433/2011. A revisão da Bandeirante acontece a cada quatro anos em 23 de outubro.

Após definição da metodologia do terceiro ciclo de revisões tarifárias, a Bandeirante terá 28 dias para apresentar as informações iniciais necessárias ao cálculo tarifário da revisão, exceto aquelas relativas à Base de Remuneração Regulatória, que continuam acompanhando a Resolução nº 342/2008.

A nova resolução determinará ainda a aplicação retroativa dos novos valores à data contratual das revisões tarifárias. A variação de receita decorrente da diferença entre as tarifas aplicadas no período provisório de vigência da revisão tarifária e as definidas na homologação dos resultados definitivos será calculada e compensada de acordo com critério a ser definido pela ANEEL.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	16.210	59.450	217.378	265.231
Aplicações financeiras - renda fixa	214.012	226.362	678.490	861.218
Total	**230.222**	**285.812**	**895.868**	**1.126.449**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 32.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. Consumidores e concessionárias

	Consolidado						
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	106.934	92.710	33.116	232.760	(24.942)	207.818	184.924
Industrial	39.080	24.123	12.947	76.150	(11.883)	64.267	50.261
Comércio, Serviços e Outras Atividades	47.979	23.768	14.815	86.562	(7.995)	78.567	62.286
Rural	9.999	8.861	3.483	22.343	(651)	21.692	18.196
Poder Público							
Federal	4.233	186	141	4.560	(33)	4.527	4.901
Estadual	5.359	260	486	6.105	(412)	5.693	6.069
Municipal	7.922	4.549	229	12.700	(108)	12.592	13.339
Iluminação Pública	10.031	7.404	10.423	27.858	(1.784)	26.074	20.471
Serviço Público	9.417	7.903	3.454	20.774	(33)	20.741	26.100
Clientes livres	36.498	185		36.683		36.683	28.449
Fornecimento não faturado	261.454			261.454		261.454	249.377
Parcelamentos de débitos	38.380	31.509	33.515	103.404	(67.853)	35.551	50.219
(+) Ajuste a valor presente	12			12		12	1.285
Outros créditos	28.592			28.592		28.592	28.578
	605.890	**201.458**	**112.609**	**919.957**	**(115.694)**	**804.263**	**744.455**
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	129.083	3	554	129.640	(523)	129.117	96.776
Energia de curto prazo	21.884			21.884		21.884	27.646
Encargos de uso da rede elétrica	6.726	38	1.199	7.963		7.963	8.229
Outros	4.824			4.824		4.824	11.700
	162.517	**41**	**1.753**	**164.311**	**(523)**	**163.788**	**144.351**
Total Circulante	**768.407**	**201.499**	**114.362**	**1.084.268**	**(116.217)**	**968.051**	**888.806**
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	8.206			8.206	(5.717)	2.489	6.418
Comércio, Serviços e Outras Atividades	18			18		18	54
Poder público							
Municipal							3
Parcelamentos de débitos	46.731			46.731		46.731	50.544
(–) Ajuste a valor presente	(10.821)			(10.821)		(10.821)	(13.455)
	44.134	**–**	**–**	**44.134**	**(5.717)**	**38.417**	**43.564**
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	779		35.923	36.702	(36.702)	–	
Energia de curto prazo	12.853			12.853	(12.853)	–	
Piratininga	23.259			23.259	(2.180)	21.079	20.169
Eletropaulo	4.280			4.280	(119)	4.161	
	41.171	**–**	**35.923**	**77.094**	**(51.854)**	**25.240**	**20.169**
Total Não Circulante	**85.305**	**–**	**35.923**	**121.228**	**(57.571)**	**63.657**	**63.733**

5.1. Energia de Curto Prazo

Refere-se, principalmente, às transações de venda de energia, realizadas no âmbito da CCEE.

O montante classificado como não circulante compreende basicamente os valores decorrentes do racionamento de energia elétrica, da controlada Bandeirante, ocorrido no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002, relativo as interpretações das regras vigentes à época. Esses valores foram integralmente provisionados.

5.2. Concessionária - Piratininga

Os valores de R$21.079 (R$20.169 em 31 de dezembro de 2010) no Ativo não circulante e de R$21.079 no Passivo circulante (R$19.335 em 31 de dezembro de 2010) no Passivo circulante e não circulante (Nota 12), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante, realizada em 1º de outubro de 2001, conforme termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

5.3. Concessionárias - Suprimento convencional

O saldo de Suprimento de energia inclui valores faturados pela controlada Enertrade contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R$39.757 em 31 de dezembro de 2011 (R$39.266 em 31 de dezembro de 2010), sendo que desse montante R$35.923 (R$35.923 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a um direito obtido por sentença arbitral de 19 de março de 2009, em resposta aos processos nºs 03/2005 e 04/2006, emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. Esta sentença arbitral reconheceu que a AMPLA não cumpriu com o preço definido no contrato de compra e venda de energia celebrado entre as partes, para o período de 15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006.

Não tendo a AMPLA reconhecido os efeitos da sentença arbitral, decidiu a controlada Enertrade manter a provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no montante de R$35.923, correspondente ao valor em discussão.

5.4. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa média de remuneração do investimento, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 correspondia a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2010), afetando positivamente o resultado das distribuidoras do exercício em R$1.359 (positivamente em R$3.713 em 31 de dezembro de 2010).

5.5. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As controladas Bandeirante e Escelsa efetuaram em junho de 2011, a revisão da metodologia dos critérios de apuração da Provisão para créditos de liquidação duvidosa, referente a acordos de parcelamentos de débitos de consumidores de baixa tensão. No critério anterior, uma provisão para créditos de liquidação duvidosa era constituída para fazer frente ao saldo integral do parcelamento, independentemente da situação de adimplemento ou não do consumidor, e a reversão da respectiva provisão ocorria quando do recebimento de cada parcela e no critério atual, para os consumidores totalmente adimplentes nos parcelamentos, nenhuma provisão é constituída. Em consequência, no resultado do exercício, foi revertido o montante de R$19.095 em contrapartida a rubrica de Despesas operacionais com vendas.

A exposição do Grupo a riscos de crédito está divulgada na nota 32.5..

6. Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.					4.138	3.711	13.832	15.789
Cessão de crédito - Caiuá Distribuição de Energia S.A.					4.948	4.948	5.117	4.247
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	1.121	1.121	21.018	21.506				
Outros					27			
Total	**1.121**	**1.121**	**21.018**	**21.506**	**9.113**	**8.659**	**18.949**	**20.036**

Controladora

O montante de R$22.139 (R$22.627 em 31 de dezembro de 2010) refere-se às ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" de emissão da controlada Investco, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro na categoria de empréstimo e recebíveis por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Consolidado

Cessão de crédito - Tangará Energia S.A. - refere-se, ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a controlada Lajeado e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios nºs 467/2000-SFF/ANEEL e 1.706/2004-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: Prazo para pagamento de 120 meses, carência de 18 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI e valor do contrato de R$18.199. Como garantia foi dada uma nota promissória pela Tangará, no valor do saldo devedor.

Cessão de crédito - Caiuá Distribuição de Energia S.A. - refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a controlada Lajeado e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, com as seguintes condições: Prazo para pagamento de 86 meses, carência de 24 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI mais 2% juros a.a. e valor do contrato de R$23.532. Como garantia foi dada uma nota promissória pela Caiuá, no valor do saldo devedor.

7. Impostos e contribuições sociais

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	60.813	58.553			324.550	331.048	6.501	6.247
ICMS		5			73.949	35.241	30.039	29.679
PIS e COFINS	469	235			54.359	50.237	1	3
PIS e COFINS - COSIT 27					11.591	91.481		
IRRF sobre aplicações financeiras	3.591	2.004			12.222	2.644	1.634	
IRRF sobre juros s/capital próprio	31.060	25.138			31.060	25.138		
ISS					3.647			
Outros	25	31			7.832	4.525	9	4
Total	**95.958**	**85.966**	**–**	**–**	**519.210**	**540.314**	**38.184**	**35.933**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	354	69			217.105	207.222		
ICMS sobre diferencial de alíquota	5	5			192	40		
ICMS					143.576	174.371		
PIS e COFINS	18.370	14.761			87.326	89.336		
ISS					793	840		
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	30				477	238		
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	102				276	84		
IRRF sobre juros s/ capital próprio	17.269	14.576			58.358	47.160		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	3.382	21.530	40.020	32.295	31.344	72.285	97.145	108.425
Refis - conversão em renda			4.446				39.672	
Parcelamento de impostos - PAEX						6.127		29.428
Outros	691	718			11.329	12.188		
Total	**40.203**	**51.659**	**44.466**	**32.295**	**550.776**	**609.891**	**136.817**	**137.853**

7.1 Imposto de renda e contribuição social - Controladora

Os valores registrados referem-se basicamente a retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC, relativos a períodos anteriores.

7.2 PIS e COFINS

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a distribuidora de energia elétrica Escelsa, como agente integrante da CCEE, exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados líquidos positivos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

7.3 PIS e COFINS - COSIT 27

Distribuidoras

O saldo de R$11.591 (R$78.055 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, que estão sendo compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, as controladas Bandeirante e Escelsa reconheceram, passivo circulante de igual montante, devolvido integralmente aos consumidores, no período de novembro de 2010 a abril de 2011, através da redução da alíquota efetiva de PIS/COFINS. (Nota 12).

No exercício de 2011 está sendo realizada a compensação do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil. A devolução aos consumidores teve início em novembro de 2010. A controlada Bandeirante concluiu a devolução em abril de 2011 e a controlada Escelsa, concluiu em março de 2011, através da redução da alíquota efetiva de PIS/COFINS.

Geradoras

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alteradas pela Instrução Normativa SRF nº 457/07, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.922/2004, 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei 10.865, de 30 de abril de 2004. Com base nesta instrução a controlada direta Energest registrou o montante de R$7.788 em 31 de dezembro de 2010, e as controladas indiretas CESA e Investco registraram em 31 de dezembro de 2010, o montante de R$5.638, os quais encontram-se totalmente compensados.

7.4 ICMS

A controlada Bandeirante apresentou uma variação de R$43.202 na rubrica de ICMS - circulante, referente a aquisição de crédito de ICMS de terceiros para compensação com o pagamento do ICMS devido pelas operações de venda de energia. Esta operação está prevista no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, Decreto nº 54.249/09 em seu artigo 84 inciso II. O saldo a pagar ao fornecedor do crédito está apresentado na nota 12.

7.5 IRRF sobre Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, às alíquotas de 15% e 25%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre Capital Próprio, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isentos, conforme legislação. Neste exercício foi retido o montante de R$17.269.

7.6 Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09, Refis conversão em renda e PAEX

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia assim como suas controladas Bandeirante, Escelsa, Energest e Enertrade procederam à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09 e Refis conversão em renda

A Composição do parcelamento de impostos - Lei 11.941/09 em 31 de dezembro de 2011:

	Controladora	Consolidado
Principal	37.431	90.498
Multa	2.994	9.760
Juros acumulados	16.840	77.976
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(11.934)	(24.033)
Amortização acumulada	(1.929)	(25.712)
Total	**43.402**	**128.489**

Controladora

A variação do exercício no valor de R$5.977, decorre do reconhecimento de juros indexados à taxa SELIC no valor de R$8.393 (Nota 30) aplicados sobre o montante do parcelamento bem como da constituição de encargos financeiros em função da alteração na quantidade de parcelas (de 30 para 180 parcelas), utilização de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R$11.934 para abater os encargos financeiros e a amortização no valor de R$1.929 pagos desde a data da adesão ao programa. Do valor total consolidado da dívida de R$47.848 em 31 de dezembro de 2011, R$43.402 foram parcelados em 180 vezes restando 154 parcelas de R$282 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R$4.446 restantes

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

possuem depósitos judiciais no mesmo montante, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/2009), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Consolidado

A variação do exercício no valor de R$48.104, decorre principalmente da reversão de juros indexados à taxa SELIC no valor de R$1.179 (Nota 30) aplicados sobre o montante do parcelamento em razão da transferência de débitos inicialmente indicados para conversão em renda, utilização de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R$24.033 para abater os encargos financeiros e a amortização no valor de R$25.712 pagos desde a data da adesão ao programa. Do valor total consolidado da dívida de R$168.161 em 31 de dezembro de 2011, R$128.489 foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R$39.672 restantes possuem depósitos judiciais no montante de R$81.599, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da da Portaria PGFN/RFB nº 06/2009), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Parcelamento de impostos - PAEX

Parcelamento Excepcional - PAEX - A controlada Lajeado aderiu, em setembro de 2006, ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O débito consolidado em 130 parcelas mensais, de acordo com o disposto no artigo 1º da medida provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, está sendo pago desde setembro de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.1. Ativo

O efeito de R$2.149 (R$9.784 em 2010) no resultado refere-se a um complemento ao valor de IRPJ sobre Prejuizo Fiscal e CSLL sobre Base Negativa para a utilização na consolidação do Refis cujo registro e utilização aconteceram em Junho de 2011.

	Controladora		
		Resultado	
	31/12/2010	2011	2010
Natureza dos créditos	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	7.194	1.580	7.194
Base Negativa da Contribuição Social	2.590	569	2.590
Total Ativos Diferidos	**9.784**	**2.149**	**9.784**

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, das controladas Bandeirante, Escelsa, Enertrade, Energest e Lajeado, no prazo máximo de 10 anos.

	Consolidado				
		31/12/2011			31/12/2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Prejuízos Fiscais	443.106	110.777		110.777	121.444
Base Negativa da Contribuição Social	482.952		43.465	43.465	54.186
		110.777	**43.465**	**154.242**	**175.630**
Diferenças Temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	157.749	39.438	14.197	53.635	49.303
Benefícios pós-emprego	38.809	9.702	3.493	13.195	10.453
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	218.807	54.167	19.501	73.668	47.161
Provisão para resultados de *swap*	2.451	613	221	834	4.512
Provisão para perdas em estoques	3.287	822	296	1.118	1.208
Provisão para bônus empregados					(13)
Total diferenças temporárias		**104.742**	**37.708**	**142.450**	**112.624**
Benefícios pós-emprego - PSAP	54.027	13.507	4.862	18.369	22.277
Ágio incorporado	684.264	171.065	61.583	232.648	249.137
Diferenças Temporárias - RTT					
Consumidores - ajuste a valor presente	10.808	2.702	973	3.675	4.139
Encargos financeiros - *Recouponing*	424	106	38	144	756
Emprést. e financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	258	65	23	88	7
Imobilizado em serviços - Intangíveis					12
Amortização/Depreciação mais valia - CPC 15					22.765
Licenças ambientais - CPC 25	11.918	2.814	1.013	3.827	394
Uso do bem público - CPC 25	237.717	59.428	21.395	80.823	68.897
Instrumentos financeiros - CPC 39	351.918	87.982	31.670	119.652	66.227
Benefícios a empregados - CPC 33	192.697	48.175	17.342	65.517	38.926
Custos de empréstimos - CPC 20	49.673	12.418	4.471	16.889	16.889
Total diferenças temporárias - RTT		**213.690**	**76.925**	**290.615**	**219.012**
Total Ativo Diferido		**613.781**	**224.543**	**838.324**	**778.680**

8.1.1. Projeção de resultados tributáveis futuros

As projeções de resultados tributáveis futuros indicam que as controladas Bandeirante, Escelsa e Lajeado apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado na nota 8.1.4. Os créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 8.1.2 e 8.1.3, serão realizados financeiramente até 2017 e 2032, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

8.1.2. O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da Bandeirante, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

8.1.3. O crédito fiscal do ágio é proveniente:

a) na controlada Bandeirante, da incorporação ocorrida no exercício de 2002; e da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da Bandeirante;

b) na controlada Escelsa, da incorporação ocorrida em abril de 2005; e da parcela cindida da Controladora Energias do Brasil, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da Escelsa; e

c) na controlada Lajeado, da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela companhia.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das companhias, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R$6.034 para a controlada Bandeirante até o ano de 2027, de R$1.974 para a controlada Escelsa até o ano de 2025 e de R$5.316 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

8.1.4. Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

As Administrações da Companhia e de suas controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e, para as controladas Bandeirante, Escelsa, Investco e Enerpeixe conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Com base no estudo, a Companhia e suas controladas estimam recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Não circulante
127.618	205.409	137.290	108.260	70.775	167.755	21.217	838.324

8.2. Passivo

		Controladora					
						Resultado	
		31/12/2011			31/12/2010	2011	2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/ CSLL	IRPJ/ CSLL
Diferenças Temporárias							
MTM Ações Rede	8.319	2.080	748	2.828	1.122		
Total diferenças temporárias		**2.080**	**748**	**2.828**	**1.122**	–	–
Total Ativos Diferidos		**2.080**	**748**	**2.828**	**1.122**	–	–

		Consolidado					
						Resultado	
		31/12/2011			31/12/2010	2011	2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/ CSLL	IRPJ/ CSLL
Prejuízos Fiscais						6.991	(20.342)
Base Negativa da Contribuição Social						(4.363)	(7.338)
		–	–	–	–	**2.628**	**(27.680)**
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa						4.331	10.781
Benefícios pós-emprego						2.005	61
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas						26.506	1.171
Provisão para resultados de *swap*						(3.678)	25.579
Provisão para perdas em estoques						(90)	464
Provisão para bônus empregados						13	(565)
MTM Ações Rede	8.319	2.080	748	2.828	1.122		
Total diferenças temporárias		**2.080**	**748**	**2.828**	**1.122**	**29.087**	**37.491**
Benefícios pós-emprego - PSAP						(3.908)	(679)
Ágio incorporado						(16.489)	(16.860)
Diferenças Temporárias - RTT							
Consumidores - ajuste a valor presente						(464)	(1.261)
Encargos financeiros - *Recouponing*	146.530					(611)	(678)
Emprést. e financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	52.751					81	146
Imobilizado em serviços - Intangíveis	10.184	2.546	917	3.463		(3.475)	(55)
Mais Valia - CPC 15	1.170.393	292.598	105.335	397.933	199.280		
Amortização/Depreciação mais valia - CPC 15	(84.712)	(21.178)	(7.624)	(28.802)		6.037	10.258
Licenças ambientais - CPC 25	12.742	3.138	1.130	4.268	79	(756)	81
Uso do bem público - CPC 25	123.703	30.926	11.133	42.059	43.747	13.614	(7)
Instrumentos financeiros - CPC 39	274.377	68.594	24.694	93.288	44.775	(5.820)	(20.960)
Benefícios a empregados - CPC 33							393
Total diferenças temporárias - RTT		**376.624**	**135.585**	**512.209**	**287.881**	**8.606**	**(12.083)**
Total Passivos Diferidos		**378.704**	**136.333**	**515.037**	**289.003**	**19.924**	**(19.810)**

A variação na mais valia do CPC 15 refere-se à aquisição da ECE Participações, conforme mencionado na nota 1.1

Controladora

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$2.149, a débito de Patrimônio Líquido em R$1.706 e R$11.934 foi utilizado para redução de impostos (Nota 7.6).

Consolidado

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos do exercício foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$21.249, a débito de Patrimônio Líquido em R$36.317 e R$24.032 foi utilizado para redução de impostos (Nota 7.6).

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia e suas controladas com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Controladora

				Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11.	Bandeirante	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	680				6.760	
	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	129				990	
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	33				522	
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	41				541	
	Investco	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	87				964	
	Lajeado	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	65				666	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	25				268	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	8				95	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011	662				6.738	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11.	Bandeirante	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	176		107		1.785	
	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	87				895	
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	44				340	
	Enercouto	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	1				17	
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2				17	
	Investco	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	8				85	
	Lajeado	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	2				17	
	CEJA	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	1				18	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	1				17	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	158		2		507	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10.	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010		1		177		(2.203)
	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010						1.585
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010				12		443
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010						1.379
Instrumento particular de assunção de dívida sobre a venda dos ativos da incorporada Tocantins Energia para a Eletronorte.	Lajeado	28/05/2009	28/05/2009 a 26/02/2010						(9)
Contrato de mútuo - 100% do CDI.	CESA	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011		95.676			3.650	
	Energest	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011	61.386				2.771	
	Energest	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011		2				2.342
	Enertrade	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2011					283	239
	Escelsapar	27/06/2005	27/06/2005 a 30/11/2012	4.321	3.713			456	275
	Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012	5.519	4.895			622	389
	CEJA	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011		51			6	2
Contrato de mútuo - 102% do CDI.	Terra Verde	01/01/2010	01/01/2010 a 25/12/2012	7.271	5.637			788	274
Contrato de mútuo - 110% do CDI.	Pecém OM	05/12/2011		341					
Contrato de Serviços de consultoria.	Cenaeel	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	235				235	
	Elebrás	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	780				780	
	EDP Renováveis	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	369				369	
Venda de ativos.	Terra Verde	15/01/2010	15/01/2010 a 15/01/2014	6.647	6.647				
Total				**89.079**	**116.622**	**109**	**189**	**31.202**	**4.716**
Total do Circulante				**15.638**	**–**	**–**	**–**		
Total do Não circulante				**73.441**	**116.622**	**109**	**189**		

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Partes relacionadas									
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	369				369	
	CENAEEL	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	235				235	
	ELEBRÁS	01/12/2011	01/12/2011 a 30/11/2012	780				780	
Termo de confissão de dívida entre o Instituto EDP e a Bandeirante, aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.821/11	Instituto EDP	01/10/2011	30/09/2012	838				29	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Renováveis	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	1					
Total				**2.223**	**–**	**–**	**–**	**1.413**	**–**
Total do Circulante				**–**	**–**	**–**	**–**		
Total do Não circulante				**2.223**	**–**	**–**	**–**		

A partir de 1º de janeiro de 2011, a Companhia é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na Controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) o contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, trata a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

b) O contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, trata a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

9.1. Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes Bandeirante, Energest, Enertrade, Lajeado, Escelsa, Terra Verde, Escelsapar, Evrecy, Porto do Pecém, Enercouto, CEJA e EDP Renováveis são controladas direta da Companhia.

As contrapartes Pantanal, Investco, Costa Rica, Santa Fé e ECE Participações são controladas indiretas da Companhia.

9.2. Remuneração dos administradores

9.2.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercíco findo em 31 de dezembro de 2011.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 84%

Remuneração Variável: 16%

9.2.2. Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em R$)

	Controladora		
2011	**Conselho de administração e comitês**	**Diretoria estatutária**	**Total**
Número de membros	**9 (*)**	**6 (**)**	**15**
Remuneração fixa	**719.000**	**2.084.729**	**3.803.729**
Salário ou pró-labore	600.000	1.704.755	2.304.755
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	26.902	26.902
Encargos sociais	119.000	353.072	472.072
Remuneração Variável	**n/a**	**543.312**	**543.312**
Bônus	n/a	448.800	448.800
Encargos sociais	n/a	94.512	94.512
Valor total da remuneração, por órgão	**719.000**	**2.628.041**	**3.347.041**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 09 membros do Conselho de Administração (7 titulares e 2 posições vagas), apenas 3 são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R$860.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 06 membros da Diretoria, 4 são remunerados, sendo que dos 6 membros 2 acumulam 2 funções (1 = Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Diretor Vice-Presidente de Geração e 2 = Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e Diretor Vice-Presidente de Controle de Gestão). A remuneração anual global da Diretoria é até R$3.150.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

9.2.3. Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (em R$)

	Controladora	
2011	**Conselho de administração**	**Diretoria estatutária**
Número de membros	9	6
Valor da maior remuneração individual	24.000	107.454
Valor da menor remuneração individual	13.417	19.273
Valor médio de remuneração individual	19.972	54.751

10. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora Circulante 31/12/2011	Controladora Circulante 31/12/2010	Controladora Não circulante 31/12/2011	Controladora Não circulante 31/12/2010	Consolidado Circulante 31/12/2011	Consolidado Circulante 31/12/2010	Consolidado Não circulante 31/12/2011	Consolidado Não circulante 31/12/2010
Depósitos judiciais	25			8.979	8.693	53	35	188.900	230.337
Cauções e depósitos vinculados	32.2	222	222			53.969	62.863	12.820	9.332
Total		**222**	**222**	**8.979**	**8.693**	**54.022**	**62.898**	**201.720**	**239.669**

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados apresentados no circulante do consolidado refere-se, basicamente, à parte das aplicações financeiras da controlada Enerpeixe, R$45.269 (R$47.575 em 31 de dezembro de 2010), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iii) da nota 20.4 e das operações de energia de curto prazo na CCEE e no não circulante refere-se basicamente aos depósitos vinculados a dívida do BNDES das controladas Santa Fé e Pantanal.

11. Adiantamentos para futuros aumentos de capital

	Controladora Ativo Não circulante 31/12/2011	Controladora Ativo Não circulante 31/12/2010	Consolidado Ativo Não circulante 31/12/2010
Enercouto	500	500	
Omega	4.590		
CEJA	2.047	17	
Terra Verde	3.100	3.100	
EDP Renováveis		458	458
Total	**10.237**	**4.075**	**458**

12. Outros créditos - ativo e outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Controladora Circulante 31/12/2011	Controladora Circulante 31/12/2010	Controladora Não circulante 31/12/2011	Controladora Não circulante 31/12/2010	Consolidado Circulante 31/12/2011	Consolidado Circulante 31/12/2010	Consolidado Não circulante 31/12/2011	Consolidado Não circulante 31/12/2010
Outros créditos - Ativo									
Adiantamentos a empregados		350	15			1.383	766		
Adiantamentos a fornecedores						5.671	844		
Créditos a receber - clientes							167		
Modicidade tarifária - baixa renda	12.1					420	43.872	18.453	
Dispêndios a reembolsar			42			10.192	11.080		
Programa eficiência energética						428	420	1.143	857
RGR a compensar						134			
Bens destinados à alienação							276		15
Serviços em curso	12.2	3	3			128.084	79.279		
Serviços prestados a terceiros		62	62			6.492	8.948	7.033	11.149
Desativações e alienações em curso			8			5.265	19.596		
Compartilhamento de infraestrutura						1.353	1.126		
Instrumentos financeiros derivativos							400		
Adiantamento UTE Resende e Norte Capixaba					7.158				7.158
Outros	12.3	183	1.382	13.012	8.601	2.933	5.787	13.182	13.200
Total		**598**	**1.512**	**13.012**	**15.759**	**162.355**	**172.561**	**39.811**	**32.379**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Outras contas a pagar - Passivo									
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos						13.459	11.004		
Contribuição de iluminação pública						14.672	13.593		
Valores a pagar à Piratininga							382	21.079	18.953
Valores a pagar à Eletropaulo								4.161	
Credores diversos - consumidores						13.933	13.532		
Credores diversos - concessionárias							4.161		
Folha de pagamento		828	422			5.762	4.744		
Modicidade tarifária - baixa renda						3.483	15.200	10.017	
Cessão de créditos de ICMS	7.4					44.273	1.267		
Juros sobre empréstimo compulsório						358	358		
Arrecadação de terceiros a repassar						5.302	3.811		
Valores a pagar TVs a cabo e telefonia						2.928	2.985		
Devolução tarifária COSIT 27	7.3						56.878		
Outros		4.562	3.970	264	47	9.938	9.496	3.480	4.100
Total		**5.390**	**4.392**	**264**	**47**	**114.108**	**137.411**	**38.737**	**23.053**

12.1. Modicidade tarifária - baixa renda

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091, de 18 de novembro de 2005 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, no qual o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade Baixa Renda, a Bandeirante registrou no exercício de 2008 o montante de R$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior. No exercício de 2010 foi efetuada a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R$29.698. A devolução passou a ser efetuada a partir de março de 2009 e o saldo a devolver aos consumidores em 31 de dezembro de 2011 é de R$13.500 (R$15.200 em 31 de dezembro de 2010). Considerando que a legislação e regulamentação dessa matéria preveem o ressarcimento desses valores através do mecanismo da subvenção econômica, a Bandeirante efetuou concomitantemente o registro do valor a receber. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi efetuada a reversão de parte do valor a receber no montante de R$11.245, a débito da Receita, associados a valores que não serão ressarcidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O saldo a receber, quando da devolução total aos clientes em 31 de dezembro de 2011 é de R$18.453 (R$29.698 em 31 de dezembro de 2010).

No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

12.2. Serviços em curso

Referem-se aos custos dos serviços prestados pelas controladas a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é basicamente projetos de Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE) das controladas Bandeirante e Escelsa. A realização desses valores nas Ordens em Curso ocorrerá quando da finalização dos projetos e a contabilização será contra a provisão no Passivo.

12.3. Outros créditos - ativo não circulante

Referem-se, basicamente, a valores a receber da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., no montante de R$10.034 (R$7.591 em 31 de dezembro de 2010).

13. Investimentos

13.1. Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora								% Participação direta	
	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Outros resultados abrangentes	Provisão para perdas	Saldos em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos										
Bandeirante	820.272			222.901	(257.331)	5.527		791.369	100,00	100,00
Escelsa	810.083			103.976	(148.103)	(57.176)		708.780	100,00	100,00
Lajeado	646.372			74.582	(97.188)	(70)		623.696	55,86	55,86
Enercouto	4.744			(177)				4.567	100,00	100,00
Enerpeixe	721.530			97.622	(31.200)			787.952	60,00	60,00
Energest	456.273	36.524	(27.891)	104.148	(51.168)	(1.259)		516.627	100,00	100,00
Enertrade	44.467			23.698	(18.476)			49.689	100,00	100,00
Porto do Pecém (Nota 2.6)	236.125	187.969		(36.219)		(20.833)		367.042	50,00	50,00
P. Pecém Transp. Minérios (Nota 2.6)		601		(75)				526	50,00	
Pecém Operações e Manutenção (Nota 2.6)		551		(259)				292	50,00	
EDP Renováveis	25.754	3.458		(3.482)				25.730	45,00	45,00
Omega	104	5.200		(201)				5.103	100,00	100,00
Evrecy		27.891		394	(428)			27.857	100,00	
Outros	5.320							5.320		
Total	**3.771.044**	**262.194**	**(27.891)**	**586.908**	**(603.894)**	**(73.811)**	**–**	**3.914.550**		
Passivo a Descoberto										
Escelsapar	785			731				1.516	100,00	100,00
CEJA	1.267			5.449				6.716	100,00	100,00
Terra Verde	17.732			10.777			(11.259)	17.250	92,00	92,00
Total	**19.784**	**–**	**–**	**16.957**	**–**	**–**	**(11.259)**	**25.482**		

Escelsapar

A Escelsapar possui provisão para passivo a descoberto no valor de R$1.516 (R$785 em 31 de dezembro de 2010).

Terra Verde

A Terra Verde possui provisão para passivo a descoberto no valor de R$15.663 (R$4.885 em 31 de dezembro de 2010) e na Companhia foi registrada uma provisão para perda com investimento no montante de R$1.587 (R$12.847 em 31 de dezembro de 2010).

Em Assembleia Geral Extraordinária da Terra Verde, realizada em 14 de setembro de 2010, a Companhia manifestou interesse em interromper a implantação do projeto Terra Verde, em caráter definitivo, razão pela qual apresentou proposta de dissolução da sociedade que tem como outro acionista a Investimento Verde, o qual não aceitou a proposta, cujo quórum para deliberação dependeria do voto favorável de tal acionista. Diante do fato mencionado, a Companhia ajuizou, em 20 de setembro de 2010, a competente ação de dissolução da sociedade, processo nº 5830020101846178 que tramita na 3ª Vara Cível da Capital de São Paulo. Em 31 de março de 2011, a controlada Terra Verde efetuou provisão para imparidade no montante R$10.506, que contemplou o valor total do canavial e do ativo imobilizado. Devido à provisão para imparidade, foi revertida a provisão para perda com o investimento no mesmo montante, pemanecendo o valor de R$1.587 para fazer face a eventuais gastos com a dissolução da sociedade.

CEJA

A CEJA possui provisão para passivo a descoberto no valor de R$6.716 (R$1.267 em 31 de dezembro de 2010).

	Consolidado			
	Saldos em 31/12/2010	Adições	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2011
EDP Renováveis	25.754	3.458	(3.482)	25.730
Outros	5.320			5.320
Lajeado				
Outros	55			55
Omega				
Outros	520			520
Outros investimentos				
Enercouto	1.271			1.271
Total	**32.920**	**3.458**	**(3.482)**	**32.896**

13.2. Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e não circulantes)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011		31/12/2010					
Companhia	Ordinárias/ Quotas	Ordinárias /Quotas	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bandeirante	39.091.735	39.091.735	100,00	100,00	100,00	100,00	2.577.538	2.656.839	1.786.170	1.836.568
Enercouto	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	5.077	5.333	509	588
Energest	1.000.572	1.000.572	100,00	100,00	100,00	100,00	776.184	573.823	259.558	117.551
Enerpeixe	499.951	499.951	60,00	60,00	60,00	60,00	2.119.212	2.080.693	805.959	878.144
Enertrade	26.217	26.217	100,00	100,00	100,00	100,00	166.382	134.928	116.691	90.462
Escelsa	5.876	5.876	100,00	100,00	100,00	100,00	2.209.340	2.292.522	1.500.560	1.482.439
Escelsapar	10	10	100,00	100,00	100,00	100,00	5.381	5.337	6.897	6.122
CEJA	20.127	14.722	100,00	100,00	100,00	100,00	418.665	999	425.382	572
Lajeado	113.690	113.690	55,86	100,00	55,86	100,00	1.704.577	1.746.992	200.147	224.769
Porto do Pecém	475.274	99.856	50,00	50,00	50,00	50,00	1.718.441	1.314.641	1.351.000	1.078.516
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	600		50,00	50,00	50,00	50,00	679		152	
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.			50,00	50,00	50,00	50,00	841		549	
Terra Verde (i)			92,00	92,00	92,00	92,00	244	10.486	17.268	15.653
EDP Renováveis	46.893	42.213	45,00	45,00	45,00	45,00	189.769	69.599	132.558	12.366

(i) O total é de 100 ações.

	Patrimônio líquido		Receitas		Resultado do exercício	
Companhia	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bandeirante	791.368	820.271	2.410.625	2.259.256	222.901	278.238
Enercouto	4.568	4.745			(177)	(101)
Energest	516.626	456.272	143.274	108.071	104.148	96.203
Enernova						599
Enerpeixe	1.313.253	1.202.549	357.914	329.570	162.703	118.302
Enertrade	49.691	44.466	921.735	741.414	23.698	16.734
Escelsa	708.780	810.083	1.518.084	1.503.482	103.976	178.567
Escelsapar	(1.516)	(785)			(731)	1.597
CEJA	(6.717)				(7.144)	(48)
Lajeado	1.504.430	1.522.223	427.329	387.299	176.485	154.412
Porto do Pecém	367.441	236.125			(35.820)	(41.531)
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A.	527		406		(74)	
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A.	292				(259)	
Terra Verde (i)	(17.024)	(5.167)			(11.856)	(3.639)
EDP Renováveis	57.211	57.233			(7.738)	

(i) O total é de 100 ações.

14. Ativo financeiro indenizável

As controladas diretas Bandeirante, Escelsa e Evrecy possuem saldo de R$483.082 (R$398.147 em 31 de dezembro de 2010) no circulante e não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros refletem o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo de concessão, são calculados com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante na rubrica Intangível.

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Transferências de intangível	Baixas	Valor líquido em 31/12/2011
Ativo financeiro indenizável	398.147	94.006	(9.071)	483.082
Total	**398.147**	**94.006**	**(9.071)**	**483.082**

15. Propriedades para investimentos

O saldo de R$4.186 em 31 de dezembro de 2011 (R$4.351 em 31 de dezembro de 2010), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pela qual se aufere uma renda. São avaliados ao custo de aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. Imobilizado

	Controladora							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	10,00	8	(4)	4	10,00	8	(3)	5
Máquinas e equipamentos	10,00	1.043	(579)	464	10,00	967	(517)	450
Veículos	20,00	1.272	(476)	796	20,00	817	(350)	467
Móveis e utensílios	10,00	1.591	(995)	596	10,00	1.575	(864)	711
		3.914	**(2.054)**	**1.860**		**3.367**	**(1.734)**	**1.633**
Total do Imobilizado em serviço		**3.914**	**(2.054)**	**1.860**		**3.367**	**(1.734)**	**1.633**
Imobilizado em curso								
Administração		1.253		1.253		261		261
Total do Imobilizado em curso		**1.253**	**–**	**1.253**	**–**	**261**	**–**	**261**
Total Imobilizado		**5.167**	**(2.054)**	**3.113**		**3.628**	**(1.734)**	**1.894**

	Consolidado							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		164.612		164.612		164.614		164.614
Reservatórios, barragens e adutoras	2,34	1.982.466	(289.330)	1.693.136	2,34	1.974.131	(249.028)	1.725.103
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,49	777.274	(161.397)	615.877	3,49	776.650	(144.557)	632.093
Máquinas e equipamentos	4,88	1.675.882	(343.785)	1.332.097	4,88	1.676.428	(296.371)	1.380.057
Veículos	20,00	3.866	(2.613)	1.253	20,00	4.045	(2.354)	1.691
Móveis e utensílios	10,00	2.432	573	3.005	10,00	2.120	375	2.495
		4.606.532	**(796.552)**	**3.809.980**		**4.597.988**	**(691.935)**	**3.906.053**
Transmissão								
Terrenos		1		1		1		1
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	96	(49)	47	4,00	96	(45)	51
Máquinas e equipamentos	3,45	47.735	(12.885)	34.850	3,45	48.498	(11.592)	36.906
		47.832	**(12.934)**	**34.898**		**48.595**	**(11.637)**	**36.958**
Administração								
Terrenos		3.738		3.738		101		101
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,75	163	(36)	127	4,75	164	(30)	134
Máquinas e equipamentos	10,00	4.231	(1.956)	2.275	10,00	4.004	(1.663)	2.341
Veículos	20,00	3.653	(1.383)	2.270	20,00	2.769	(876)	1.893
Móveis e utensílios	10,00	3.268	(1.819)	1.449	10,00	3.175	(1.538)	1.637
		15.053	**(5.194)**	**9.859**		**10.213**	**(4.107)**	**6.106**
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		273		273		273		273
Máquinas e equipamentos	10,00			–	10,00	17	(17)	–
Móveis e utensílios	10,00	370	(234)	136	10,00	370	(197)	173
		643	**(234)**	**409**		**660**	**(214)**	**446**
Total do Imobilizado em serviço		**4.670.060**	**(814.914)**	**3.855.146**		**4.657.456**	**(707.893)**	**3.949.563**
Imobilizado em curso								
Geração		1.810.738	(7.800)	1.802.938		1.353.548		1.353.548
Transmissão				–		3		3
Administração		1.449		1.449		473		473
Total do Imobilizado em curso		**1.812.187**	**(7.800)**	**1.804.387**		**1.354.024**	**–**	**1.354.024**
Total Imobilizado		**6.482.247**	**(822.714)**	**5.659.533**		**6.011.480**	**(707.893)**	**5.303.587**

O imobilizado em curso refere-se basicamente aos investimentos na UTE Porto do Pecém, no montante de R$1.422.669 (R$1.127.544 em 31 de dezembro de 2010) e a repotenciação das UHEs Mascarenhas e Tupirantins e PCH Rio Bonito, que totalizam R$143.061 e R$157.787 em 31 de dezembro de 2010 refere-se às PCHs Rio Bonito, Suiça a UHE Mascarenhas.

O saldo correspondente aos montantes da rubrica de Transmissão refere-se a itens do imobilizado em serviço da geradora Costa Rica.

O valor de depreciação no Imobilizado em curso refere-se a provisão para imparidade da controlada Terra Verde, registrada até o período.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço/intangível	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	5			(1)			4
Máquinas e equipamentos	450		76	(62)			464
Veículos	467		554	(155)	(70)		796
Móveis e utensílios	711		16	(131)			596
Total do Imobilizado em serviço	**1.633**	**–**	**646**	**(349)**	**(70)**	**–**	**1.860**
Total do Imobilizado em curso	**261**	**1.687**	**(659)**	**–**	**–**	**(36)**	**1.253**
Total do Imobilizado	**1.894**	**1.687**	**(13)**	**(349)**	**(70)**	**(36)**	**3.113**
Total líquido	**1.894**	**1.687**	**(13)**	**(349)**	**(70)**	**(36)**	**3.113**

	Consolidado									
	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Juros Capitalizados	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Partes Relacionadas	Aquisição de empresas	Reclassificação para Ativo Intangível	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço										
Terrenos	164.990	3.537		100		(2)				168.625
Reservatórios, barragens e adutoras	1.725.104	64		9.917	(40.312)	(1.734)			36	1.693.075
Edificações, obras civis e benfeitorias	632.275			609	(16.939)	3			105	616.053
Máquinas e equipamentos	1.419.305	181		26.030	(53.393)	(22.581)			(262)	1.369.280
Veículos	3.583	40		1.190	(1.098)	(200)			6	3.521
Móveis e utensílios	4.306	67		328	(109)	2			(2)	4.592
Total do Imobilizado em serviço	**3.949.563**	**3.889**	**–**	**38.174**	**(111.851)**	**24.512**	**–**	**–**	**(117)**	**3.855.146**
Total do Imobilizado em curso	**1.354.024**	**392.769**	**68.228**	**(38.376)**	**(7.800)**	**(1.945)**	**938**	**28.996**	**7.553**	**1.804.387**
Total do Imobilizado - tangível	**5.303.587**	**396.658**	**68.228**	**(202)**	**(119.651)**	**(26.457)**	**938**	**28.996**	**7.436**	**5.659.533**

No exercício, não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, nem ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

17. Intangível

	Controladora							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20,00	2.522	(1.994)	528	20,00	2.161	(1.911)	250
Direito de concessão - Outros (Nota 17.1)	3,87	303.563	(49.152)	254.411	5,79	303.563	(37.391)	266.172
Total do intangível em serviço		**306.085**	**(51.146)**	**254.939**		**305.724**	**(39.302)**	**266.422**
Intangível em curso								
Administração		328		328		430		430
Total do intangível em curso		**328**	**–**	**328**		**430**	**–**	**430**
Total intangível		**306.413**	**(51.146)**	**255.267**		**306.154**	**(39.302)**	**266.852**

	Consolidado							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Distribuição								
Direito de concessão - Infraestrutura	4,77	4.110.408	(2.297.792)	1.812.616	4,82	3.885.287	(2.144.330)	1.740.957
		4.110.408	**(2.297.792)**	**1.812.616**		**3.885.287**	**(2.144.330)**	**1.740.957**
Geração								
Software	19,48	3.700	(2.520)	1.180	17,01	3.851	(1.837)	2.014
Servidão permanente		487		487		487		487
Direito de concessão - Licenças ambientais	18,28	3.854	(1.752)	2.102	17,05	3.855	(1.069)	2.786
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	3,24	171.561	(34.253)	137.308	3,24	171.561	(28.641)	142.920
Direito de concessão - Outros (Nota 17.1)	2,39	1.249.450	(186.675)	1.062.775	2,42	751.099	(229.726)	521.373
		1.429.052	**(225.200)**	**1.203.852**		**930.853**	**(261.273)**	**669.580**
Transmissão								
Servidão permanente		111		111				–
		111		**111**		**–**	**–**	**–**
Administração								
Software	19,92	6.063	(3.992)	2.071	19,93	4.575	(3.362)	1.213
Direito de concessão - Outros (Nota 17.1)	3,87	303.564	(49.152)	254.412	5,79	303.563	(37.391)	266.172
		309.627	**(53.144)**	**256.483**		**308.138**	**(40.753)**	**267.385**
Total do intangível em serviço		**5.849.198**	**(2.576.136)**	**3.273.062**		**5.124.278**	**(2.446.356)**	**2.677.922**
Intangível em curso								
Distribuição		210.486		210.486		274.556		274.556
Geração		38.217		38.217		30.667		30.667
Administração		1.085		1.085		1.275		1.275
Total do intangível em curso		**249.788**	**–**	**249.788**		**306.498**	**–**	**306.498**
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora		940.511		940.511		940.511		940.511
(–) Provisão para manutenção de dividendos		(940.511)		(940.511)		(940.511)		(940.511)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		256.245		256.245		207.757		207.757
(–) Amortização acumulada do ágio		(256.245)		(256.245)		(207.757)		(207.757)
		–		**–**		**–**		**–**
Ágio								
Lajeado Energia e Investco		42.293		42.293		42.293		42.293
		42.293	**–**	**42.293**		**42.293**	**–**	**42.293**
Total intangível		**6.141.279**	**(2.576.136)**	**3.565.143**		**5.473.069**	**(2.446.356)**	**3.026.713**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O ágio no montante de R$42.293 gerado na combinação de negócios em setembro de 2008, quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Energética Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A. nas participadas Lajeado e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A. na Lajeado e Tocantins Energia S.A.
O ágio de expectativa de resultados futuros, sem vida útil definida, sujeito a análise de recuperação anual e sem efeitos fiscais.
A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação do Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço							
Software	250		361	(82)	(1)		528
Direito de concessão - Outros	266.172			(11.761)			254.411
Intangível em curso	430	210	(348)			36	328
	266.852	**210**	**13**	**(11.843)**	**(1)**	**36**	**255.267**

	Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros capitalizados	Transferência para intangível em serviço	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortização	Baixas	Partes Relacionadas	Aquisição de empresas	Incorporação de empresa	Reclassificação do imobilizado	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço												
Software	3.227	220		2.267		(1.429)	4			(1.037)	7	3.251
Servidão permanente	487										111	598
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.786					(684)						2.102
Direito de concessão - Infraestrutura	1.740.957				292.221	(196.264)	(24.298)					1.812.616
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	142.920					(5.613)	1					137.308
Direito de concessão - Outros	787.545	4.348				(53.835)			584.274		(4.378)	1.317.187
Intangível em curso	306.498	318.348	19.860	(1.298)	(386.227)		(3.279)	(938)			(3.176)	249.788
Ágio	42.293											42.293
Total Intangível	**3.026.713**	**322.916**	**19.860**	**202**	**(94.006)**	**(257.825)**	**(27.580)**	**(938)**	**584.274**	**(1.037)**	**(7.436)**	**3.565.143**

No processo de revisão da implementação dos CPCs foi identificado que na data-base 31 de dezembro de 2010, o valor apresentado no custo histórico na rubrica de Direitos de concessão - Geração estava líquido no mesmo valor em R$104.078. Para fins de comparabilidade entre os saldos de 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, foi efetuada a reclassificação entre o valor do custo histórico e a amortização.
A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis.
O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.
Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:
Unidades geradoras de caixa: Bandeirante, Escelsa, Energest, Enertrade, Enerpeixe, Lajeado e Investco;
Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value*;
Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão;
Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão;
Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M/IPCA: 4,5% a.a.; e
Taxa de desconto utilizada (líquido de imposto): taxa média da remuneração do investimento: 8,26%.
Em 31 de dezembro de 2011 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

17.1 Direito de Concessão - Outros

	31/12/2011					
	Controladora			Consolidado		
	Custo	Amortização	Total	Custo	Amortização	Total
Bandeirante	38.143	(13.726)	24.417	38.143	(13.726)	24.417
Lajeado	244.620	(30.390)	214.230	122.533	(48.222)	74.311
Enerpeixe	3.837	(955)	2.882	3.837	(955)	2.882
Porto do Pecém	3.590		3.590	3.590		3.590
Pantanal	13.373	(4.081)	9.292	13.373	(4.081)	9.292
ECE Paricipações			–	584.274		584.274
Investco			–	787.264	(168.843)	618.421
Total	**303.563**	**(49.152)**	**254.411**	**1.553.014**	**(235.827)**	**1.317.187**

18 Fornecedores

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica						305.377	264.695		
Energia livre	18.1					58.934	52.798		
Encargos de uso da rede elétrica						78.150	59.160		
Operações CCEE						31.865	30.796		
Materiais e serviços		6.446	3.370			229.416	218.932		915
Total		**6.446**	**3.370**	**–**	**–**	**703.742**	**626.381**	**–**	**915**

18.1 Energia livre

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387 de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar, concomitantemente, a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004. Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal a ser liquidado até 30 de setembro de 2010.
Os pagamentos por parte das controladas Bandeirante e Escelsa, encontram-se suspensos, neste momento, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado no autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.
O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$6.135 em contrapartida a despesa financeira. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$58.934 (R$52.798 em 31 de dezembro de 2010).

19 Debêntures

	Data		Características das emissões				
Emissora	Emissão	Liquidação	Frequência	Série	Quantidade de títulos	Remuneração	Montante
Bandeirante	01/03/2006	01/03/2011	3ª	Única	25.000	104,4% do CDI	250.000
Bandeirante	01/07/2010	30/06/2016	4ª	Única	39.000	100% do CDI + 1,5%	390.000
Escelsa	01/06/2006	01/06/2011	1ª	Única	26.400	104,4% do CDI	264.000
Escelsa	02/07/2007	02/07/2014	2ª	Única	25.000	105,0% do CDI	250.000
Investco	01/11/2001	01/11/2011	1ª	Única	25.000	10,50% do IGP-M	264.791
CEJA	24/10/2011	11/10/2013	1ª	Única	300	110,5% do CDI	300.000

19.1 Emissora Bandeirante

3ª emissão de debêntures

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.
Foi lançado o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000, com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, liquidada em 1º de março de 2011.

4ª emissão de debêntures

Em 1º de julho de 2010, a Bandeirante realizou a quarta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.
Foi emitido o total de 39 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$390.000, com prazo de vigência de 6 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 4 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de julho de 2016, sendo a primeira amortização em 1º de julho de 2014.
A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% a.a., com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), conforme definido no procedimento de *bookbuilding*, incidentes sobre o valor nominal unitário e, imediatamente, após a primeira data de amortização das debêntures, ao saldo do valor nominal unitário e pagos ao final de cada período de capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão. O pagamento da remuneração está sendo realizado semestralmente a partir da data de emissão, assim, o primeiro pagamento ocorreu em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a data de vencimento.
Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da companhia, redução dos seus custos financeiros e diversificação das suas fontes de financiamentos.
O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:
(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;
(ii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da companhia na Escritura de Emissão;
(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404;
(iv) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e
(v) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

19.2 Emissora Escelsa

1ª emissão de debêntures

Em 1º de junho de 2006 foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.
Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, ao valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$264.000 e prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e, a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011. A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.
A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização foi devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último liquidado em 1º de junho de 2011.

2ª emissão de debêntures

Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.
Foi lançado o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000 com prazo de vigência de 7 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 1/3 em 2 de julho de 2013, e a terceira, de 1/3, em 2 de julho de 2014. A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.
A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de janeiro de 2008 e o último em 2 de julho de 2014.
Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos *Sênior Notes* emitidos pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.
O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:
(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento;
(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
(iv) falência formulada pela Emissora;
(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

19.3 Emissora - Investco

Em outubro de 2001, foi registrada na CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Lajeado.
Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M para atualização das debêntures e fariam jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a partir de 1º de novembro de 2006.
As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto, a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.
Em 31 de outubro de 2011, ocorreu a liquidação das debêntures.

19.4 Emissora - CEJA

Em 24 de outubro de 2011, a CEJA realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos. Foi emitido o total de 300 debêntures, de valor nominal unitário de R$1.000.000,00, com subscrição integral no valor total de R$300.000, com vigência até 11 de outubro de 2013, pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110,50% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da CEJA e redução dos seus custos financeiros.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos Debenturistas, uma vez decorrido 5 dias úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;

(ii) Se a Emissora requerer sua recuperação extrajudicial ou tiver sua recuperação judicial ou sua falência decretada; e

(iii) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o período de vigência das Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2011, as controladas Bandeirante, Escelsa, Investco e CEJA encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

19.5 A mutação das debêntures do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante									
Debêntures	231.730		(206.271)	(90.668)	87.970	82.549	944	1.669	107.923
	231.730	**–**	**(206.271)**	**(90.668)**	**87.970**	**82.549**	**944**	**1.669**	**107.923**
Não circulante									
Debêntures	637.593	300.000			5.593	(82.549)			860.637
	637.593	**300.000**	**–**	**–**	**5.593**	**(82.549)**	**–**	**–**	**860.637**

19.6 Vencimento das parcelas do não circulante:

Ano	Valor
2013	388.782
2014	160.177
2015	155.732
2016	155.946
Total	**860.637**

20 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

			Consolidado							
			31/12/2011				31/12/2010			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Empresa	Custo da Dívida	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda estrangeira										
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Bandeirante	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	19		3.052		84		10.801	2.711
Amortização do custo da transação	Bandeirante	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial			(240)				(1.438)	(240)
BNDES	CESA	4,81% + variação cambial					2		299	174
BNDES	Pantanal	UMBNDES + 4,50% a.a.	1		178		2		270	158
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Porto do Pecém	Libor + 3% a.a. a 3,50% a.a.	1.488		8.310	291.619	1.213			258.917
Custo de Captação	Porto do Pecém					(12.503)				(7.294)
			1.508	**–**	**11.300**	**279.116**	**1.301**	**–**	**9.932**	**254.426**
Moeda nacional										
Eletrobrás	Bandeirante	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a. (tx.adm.)	7		5.227	17.232			4.775	17.252
Cédula de Crédito Bancário	Bandeirante	105% do CDI	335		20.400	20.400	492		20.400	40.800
Nota de Crédito Comercial	Bandeirante	100% do CDI		1.800		30.000				
BNDES - Banco do Brasil	Bandeirante	3,3% a.a. acima da TJLP	59		5.937	8.905	82		5.937	14.842
BNDES - Banco Santander	Bandeirante	3,3% a.a. acima da TJLP	59		5.937	8.905	82		5.937	14.842
BNDES - BB/CALC	Bandeirante	de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP	320		18.219	84.718	725		8.396	77.968
BNDES - BB/CALC	Escelsa	de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e 4,5% a.a. fixo	388		21.933	96.882	937		10.090	93.700
(–) BNDES - CALC - Custos de transação	Escelsa				(37)	(75)			(44)	(112)
Eletrobrás	Escelsa	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a. (tx. adm.)			12.389	76.087			10.800	88.286
Cédula de Crédito Bancário	Escelsa	105% do CDI	1.123		8.080	16.160	1.390		8.080	24.240
Nota de Crédito Comercial	Escelsa	100% do CDI	1.226	23.685	7.000	162.500	372	6.621	7.000	124.500
(–) Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação	Escelsa				(414)	(909)			(437)	(1.323)
BNDES - Banco do Brasil	Escelsa	3,3% a.a. acima da TJLP	55		5.545	8.317	77		5.545	13.862
BNDES - Banco Santander	Escelsa	3,3% a.a. acima da TJLP	55		5.545	8.317	77		5.545	13.862
Cédula de Crédito Bancário	Energest	106,6% do CDI	1.628		9.600	28.800	1.904		10.666	37.333
Santander - CDI	Energest	113,50% do CDI	3.599		33.219		1.982		21.355	
BNDES	Energest	4,50% a.a. acima da TJLP	45		2.503	13.558	80		6.692	18.156
Santander - CDI	Energest	113,50% do CDI					1.101		11.864	
BNDES	Pantanal	4,50% a.a. acima da TJLP	8		1.894		25		3.788	1.893
Eletrobrás	Costa Rica	5,00% + 1,50% a.a. (tx. adm.)	9		532	649			584	1.129
BNDES	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	1.025		56.454	174.064	1.276		56.454	230.518
Banco Itaú	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	313		17.220	53.096	389		17.220	70.316
Bradesco	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	261		14.350	44.246	325		14.350	58.596
Unibanco	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	208		11.480	35.397	260		11.480	46.877
Banco do Brasil	Enerpeixe	4,5% a.a. acima da TJLP	261		14.350	44.245	324		14.350	58.595
BNDES	Porto do Pecém	2,77% a.a. acima da TJLP		2.689	26.281	709.586		2.105		581.081
Custo de Transação	Porto do Pecém					(6.428)				(13.987)
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	1,90% a.a. acima da TJLP	234		5.679	63.413	253		5.679	69.091
Ações recebíveis cumulativas	Investco	3,0% a.a.			2.555	47.639			3.677	48.759
Cédula de Crédito Bancário	Investco	106% do CDI	36		10.000		9		10.000	
Banco da Amazônia	Investco	11,5% a.a.					4		637	
BNDES	Investco	4,00% a.a. acima da TJLP	185		46.756		390		51.419	46.756
Leasing - Safra S.A.	Investco	CDI + 1,45% a.a.							17	
Cédula de Crédito Bancário	ECE Participações	109% do CDI		338		54.700				
			11.439	**28.512**	**368.634**	**1.800.404**	**12.556**	**8.726**	**332.256**	**1.777.832**
Resultado dos *Swaps*										
Banco Citibank	Bandeirante	de 97,94% a 118,94% do CDI			1.831				6.868	1.595
Banco JP Morgan	Bandeirante	de 98,00% a 109,70% do CDI			879				4.078	750
Citibank	Porto do Pecém	USD 1,8138			76.168	65.196			8.350	97.523
Pactual	Porto do Pecém	EUR/USD 1,4040; EUR/R$ 2,73; USD/R$ 1,9678			39				360	30
	–		**–**	**–**	**78.917**	**65.196**	**–**	**–**	**19.656**	**99.898**
Total			**12.947**	**28.512**	**458.851**	**2.144.716**	**13.857**	**8.726**	**361.844**	**2.132.156**

20.1 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da EDP-Energias do Brasil

Contrato de abertura de crédito - Banco do Brasil - Linha de crédito contratada em maio de 2011 no valor de R$360.000, destinado como empréstimo ponte para implementação do projeto de construção da UHE Jari, com vencimento em 12 de maio de 2013. Os créditos serão desembolsados de acordo com a necessidade. Sobre os valores do crédito aberto incidirão encargos financeiros de 109% a.a. do CDI. O contrato foi liquidado em 26 de outubro de 2011 sem nenhum desembolso realizado.

20.2 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Bandeirante

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID

Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

(i) Tranche "A" - US$38,9 milhões, com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a.,vincendos trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

(ii) Tranche "B" - US$61,1 milhões, com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vincendos trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento foi destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Bandeirante pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco J.P. Morgan, em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank, em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento. Essa operação financeira está valorizada pelo valor justo, conforme descrito na nota 32 (Instrumentos financeiros).

Banco Europeu de Investimento (BEI)

A Bandeirante celebrou contrato de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento - BEI no dia 19 de março de 2010. O BEI aprovou linha de crédito de até € 45 milhões para ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Bandeirante. O empréstimo também será utilizado para a manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.

O contrato prevê saques em USD ou EURO conforme solicitação do tomador. No caso de saques em USD, será efetuada uma equivalência para apurar o montante liberado em EURO.

A Bandeirante compromete-se a manter anualmente o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5. Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a 1ª liberação de recurso (Nota 37).

Eletrobrás

Programa Reluz

A Bandeirante celebrou contratos de financiamento para cobertura financeira dos custos totais relativos a projetos de melhoria do sistema de Iluminação Pública para os Municípios de Aparecida, Taubaté, Guarulhos, Suzano, Guaratinguetá e Mogi das Cruzes no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz, no valor total contratado de R$24.410. Os programas são financiados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS e pelos municípios respectivos, na proporção de 75% e 25%, respectivamente, sendo que os recursos liberados até 31 de dezembro de 2011 somam R$21.727. Sobre o principal dos contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., incorporados mensalmente durante o período de carência. Após a carência a taxa de administração passa a ser de 1,5% a.a. pagos mensalmente junto com o principal e juros em 60 parcelas mensais. As dívidas são garantidas por vinculação de receitas e notas promissórias. O saldo devedor, em 31 de dezembro de 2011, é de R$14.679.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor Liberado	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECF 2617/07	09/04/2007	608	608	de 30/05/2008 a 30/04/2013	30/04/2013	167
ECF 2656/07	12/12/2007	3.911	3.594	de 30/03/2009 a 28/02/2014	28/02/2014	1.566
ECF 2657/07	12/12/2007	10.036	9.919	de 30/05/2010 a 30/04/2015	30/04/2015	6.665
ECF 2658/07	12/12/2007	2.946	2.449	de 30/03/2009 a 28/02/2014	28/02/2014	1.068
ECF 2779/09	18/03/2010	3.517	2.651	de 30/08/2012 a 30/07/2017	30/07/2017	2.664
ECF 2800/09	27/05/2010	3.392	2.506	de 30/07/2012 a 30/07/2017	30/07/2017	2.549
Total		**24.410**	**21.727**			**14.679**

Programa Luz para Todos

A Bandeirante celebrou dois contratos de financiamento e concessão de subvenção com a Eletrobrás, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu Programa Luz para Todos, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia, correspondente a 85% do custo total das respectivas obras. Sobre o valor do principal incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos em 120 parcelas mensais com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Até 31 de dezembro de 2011 foram liberados valores no montante de R$14.487. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$7.787.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor da Subvenção Econômica	Valor Liberado do Financiamento	Valor Liberado Subvenção	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECFS 019/04 (1ª etapa)	28/05/2004	11.523	1.773	9.342	1.437	de 30/08/2006 a 30/07/2016	30/07/2016	4.883
ECFS 184/07 (2ª etapa)	25/06/2007	12.359		3.708		de 30/11/2009 a 30/10/2019	30/10/2019	2.904
Total		**23.882**	**1.773**	**13.050**	**1.437**			**7.787**

Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R$102.000, sendo R$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil e R$51.000 junto ao Banco Santander S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vincendos a partir de 5 de junho de 2007 até 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$41.135.

Nota de Crédito Comercial - Banco do Brasil

Contrato firmado em 22 de junho de 2011, no valor de R$30.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 22 de junho de 2011. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros a vencer em uma única parcela, em 6 de junho de 2014. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$31.800.

BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco do Brasil

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R$35.513, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3%a.a. indexados a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5 atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$14.901.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

BNDES contrato nº 88.425/Agente Banco Santander

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R$35.513, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta / EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$14.901.

BNDES/CALC

Assinado em 29 de janeiro de 2009, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, em conjunto com as controladas Bandeirante, Escelsa e Energest, como beneficiadoras do crédito, e tendo como interveniente a Companhia celebraram Contrato de Financiamento CALC, no montante total de R$900.000, tendo por finalidade a realização de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. A Companhia é fiadora e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Para a Bandeirante o montante aprovado foi de R$153.283, com a finalidade de implantação de seu Programa de Investimentos de 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses.

A 1ª liberação efetuada para a Bandeirante no valor de R$86.364 ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A 2ª liberação para a Bandeirante no valor de R$5.640 ocorreu em 28 de abril de 2011, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis mensalmente a partir de 16 de maio de 2011.

A 3ª liberação para a Bandeirante no valor de R$2.662 ocorreu em 13 de maio de 2011, sendo amortizável em 72 meses com período de carência de amortização e juros até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação e juros em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros fixos de 4,5% a.a.

A 4ª liberação efetuada para a Bandeirante no valor de R$10.000 ocorreu em 28 de julho de 2011, sendo amortizável em 70 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP.

A 5ª liberação efetuada para a Bandeirante no valor de R$8.250, em parcelas de R$4.000 e R$4.250, ocorreu em 25 de novembro de 2011, sendo amortizável em 72 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de julho de 2013 e a última em 17 de junho de 2019, com juros que variam de 2,21% a 3,32% a.a. acima da TJLP.

A dívida é garantida por vinculação de parcela de receita da Bandeirante proveniente da receita de energia elétrica, no valor equivalente a, no mínimo, 130% do valor da maior prestação do financiamento, incluindo principal, juros e demais acessórios definidos no contrato. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$103.257.

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de cinco anos a contar de sua data de assinatura.

O contrato apresenta hipóteses usuais de inadimplemento. As beneficiárias se obrigam a, durante todo o prazo de vigência dos respectivos financiamentos, manter o indicador Dívida bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5. Em 31 de dezembro este indicador encontra-se atendido.

20.3 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Escelsa

Banco Europeu de Investimento (BEI)

A Escelsa celebrou contrato de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento - BEI no dia 19 de março de 2010. O BEI aprovou linha de crédito de até € 45 milhões para ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Escelsa. O empréstimo também será utilizado para a manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.

O contrato prevê saques em USD ou EURO conforme solicitação do tomador. No caso de saques em USD, será efetuada uma equivalência para apurar o montante liberado em EURO.

A Escelsa compromete-se a manter anualmente o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5.

Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a 1ª liberação de recurso (Nota 37).

BNDES / CALC - Assinado em 29 de janeiro de 2009, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, em conjunto com as coligadas Bandeirante e Energest, como beneficiadoras do crédito, e tendo como interveniente a EDP - Energias do Brasil celebraram Contrato de Financiamento CALC, no montante total de R$900.000, tendo por finalidade a realização de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. A EDP - Energias do Brasil é fiadora e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Para a Escelsa o montante aprovado foi de R$164.091, com a finalidade de implantação de seu Programa de Investimentos de 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses.

A 1ª liberação efetuada para a Escelsa de R$103.790 ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010, trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A 2ª liberação ocorreu em 24 de fevereiro de 2011 no valor de R$7.518, sendo amortizável em 72 meses com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2011.

A 3ª liberação efetuada para a Escelsa de R$3.846 ocorreu em 13 de maio de 2011, sendo amortizável em 72 meses com período de carência de principal e juros até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros fixos de 4,5% a.a.

A 4ª liberação efetuada para a Escelsa de R$16.000 ocorreu em 28 de julho de 2011, sendo amortizável em 70 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP.

A dívida é garantida por vinculação de parcela de receita da Escelsa proveniente da receita de energia elétrica, no valor equivalente a, no mínimo, 130% do valor da maior prestação do financiamento, incluindo principal, juros e demais acessórios definidos no contrato. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$119.203.

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de cinco anos a contar de sua data de assinatura.

O contrato apresenta hipóteses usuais de inadimplemento. As beneficiárias se obrigam a, durante todo o prazo de vigência dos respectivos financiamentos, manter o indicador Dívida bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5, atendido até este momento.

BNDES contrato n° 88.426/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica no valor de R$35.358, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$13.917.

BNDES contrato n° 88.426/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, empréstimo destinado à implantação do Programa de Investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica no valor de R$35.358, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008 no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexado a TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$13.917.

Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R$40.400, sendo R$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil e R$20.200 junto ao Banco Santander Banespa. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014 com juros semestrais vincendos a partir de 9 de agosto de 2007 até 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$25.363.

(i) Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial

Contrato firmado em 24 de junho de 2010, no valor de R$135.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 28 de junho de 2010. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em 10 parcelas semestrais, sendo a primeira em 29 de novembro de 2010 e a última em 29 de maio de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5 calculados semestralmente, atendido até este momento. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$146.323.

(ii) Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial

Contrato firmado em 27 de maio de 2011, no valor de R$45.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 27 de maio de 2011. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em uma única parcela, em 9 de maio de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, calculados semestralmente, atendido até este momento. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$48.088.

Eletrobrás

Programa Luz para Todos

A Escelsa celebrou diversos contratos de financiamento e concessão de subvenção com a Eletrobrás, que consistem em linhas de crédito a título de financiamento e a título de subvenção econômica para cobertura financeira dos custos diretos das obras do Programa de Eletrificação Rural, que integra o Luz para Todos do Ministério de Minas e Energia.

Sobre o valor do principal concedido a título de financiamento incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente. A Escelsa deverá ressarcir ao agente financeiro 1% do valor de cada saque de recursos concedidos a título de subvenção econômica.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor da Subvenção Econômica	Valor Liberado	Valor Liberado Subvenção	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECFS 031/04 (1ª etapa)	21/05/2004 [1]	30.968	9.528	22.729	7.454	de 30/08/2006 a 30/07/2016	30/07/2016	10.717
ECFS 106/05 (2ª etapa)	20/11/2005 [2]	50.304	15.478	37.114	12.033	de 30/05/2008 a 30/04/2018	30/04/2018	23.761
ECFS 181/07 (3ª etapa)	25/06/2007	75.764	10.102	42.933		de 30/04/2010 a 30/03/2020	30/03/2020	35.777
ECFS 258/09 (4ª etapa)	28/08/2009	56.737	7.565	17.021	2.270	de 30/01/2012 a 30/12/2021	30/12/2021	17.021
Total		**213.773**	**42.673**	**119.797**	**21.757**			**87.276**

1 - O contrato foi aditado em 14 de janeiro de 2005.

2 - O contrato foi aditado em 25 de junho de 2007.

Programa Reluz

A Escelsa celebrou diversos contratos com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os municípios de Serra, João Neiva, Alfredo Chaves, Santa Maria de Jetibá e Viana, cujo valor dos contratos em vigência é de R$11.000, sendo que foram liberados recursos no montante de R$8.816. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. Após a carência a taxa de administração passa a ser de 1,5% a.a. pagos mensalmente junto com o principal e juros.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor Liberado	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECF 2314/04	06/07/2004	8.823	7.353	de 28/02/2005 a 30/01/2011	30/01/2011	
ECF 2472/05	12/07/2007	306	31	de 30/10/2008 a 30/10/2011	30/10/2011	
ECF 2488/05	12/07/2007	261	214	de 30/12/2008 a 30/12/2013	30/12/2013	83
ECF 2500/05	12/07/2007	380	294	de 30/12/2008 a 30/12/2013	30/12/2013	114
ECF 2481/05	30/09/2008	1.230	924	de 30/01/2012 a 30/12/2016	30/12/2016	1.003
Total		**11.000**	**8.816**			**1.200**

20.4 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Enerpeixe

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R$670.000, aprovado nos termos da decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R$335.000 diretamente e R$335.000 através de agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

	Parcela direta	Parcela indireta					
Subcrédito	BNDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total da parcela indireta	Total
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662
	335.000	**100.500**	**83.750**	**83.750**	**67.000**	**335.000**	**670.000**

As principais condições do financiamento são:

(i) Amortização:

a) Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos:

a) Para os subcréditos "B" e "D", índice TJLP, acrescido de 4,5% a.a., durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP Energias de Portugal; e

b) Os *spreads* acima mencionados poderão ser de 6% a.a. a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil, em substituição à fiança da EDP Energias de Portugal, o que pode ocorrer desde janeiro de 2008 somente por solicitação da Enerpeixe e da Companhia. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% a.a., caso a EDP - Energias do Brasil apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3.

O índice de cobertura do serviço da dívida é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, com medição anual em dezembro.

(iii) Garantias e obrigações:

a) Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil;

b) Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:

• Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante, Escelsa, Enersul e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e

• As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE.

c) Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização, juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização; e

d) Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal, regida pelas leis portuguesas.

O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$466.970.

Em 31 de dezembro de 2011, as cláusulas restritivas desses contratos encontram-se em pleno atendimento.

20.5 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Investco

BNDES

(i) Contrato de financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Investco e dos seus controladores, celebrado em 21 de setembro de 2000, no montante de R$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$28.173.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$18.768.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 10 de janeiro de 2011 em parcela única.

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a. O pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008, o bem arrendado pela Investco foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em parcela única.

Cédula de Crédito Bancário

(i) Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Sobre o valor do principal, incidiram juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em parcela única.

(ii) Em 20 de dezembro de 2011, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Brasil no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 107% do CDI, com pagamento no final do contrato. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$10.036.

Ações recebíveis cumulativas

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente através de uma taxa de desconto de 8,70% a.a., equivalente a uma taxa média de financiamento de mercado.

20.6 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Energest

Cédulas de Crédito Bancário - Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R$48.000, junto ao Banco do Brasil. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 com juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 até 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida líquida / EBITDA em índice não superior a 3,5. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$40.028.

Santander CDI - Repasse de recursos captados em reais no exterior, contratado junto ao Banco Santander, nº 231006029, firmado em 12 de fevereiro de 2009, no valor de R$21.355, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil como Interveniente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 9 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2011 essa operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012, com taxa de 113,50% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$23.669.

Santander CDI - Contrato nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela CESA no valor de R$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil como Interveniente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 9 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2011 essa operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012, com taxa de 113,50% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$13.149.

BNDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R$25.404. A 1ª liberação efetuada para a CESA, de R$4.863, ocorreu em 22 de abril de 2010 e a 2ª liberação, de R$15.141, ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 96 meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$16.106. Com a reorganização Societária - Incorporação da CESA pela Energest, este contrato foi assumido pela Energest, conforme descrito na nota 1.2.

20.7 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Pantanal

O contrato nº 01221231 firmado em fevereiro de 2002, no valor de R$55.447, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. O contrato é subdivido em 3 subcréditos, dos quais R$49.902 foram em moeda nacional e R$5.545 em moeda estrangeira (UMBNDES).

BNDES (moeda nacional) - No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$30.014, R$17.565 em 2004 e R$5.635 em 2007. Referente aos recursos dos subcréditos "A" e "B". Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$1.902.

BNDES (moeda estrangeira) - No exercício de 2002 foi liberado recurso do subcrédito "C" no montante de R$9.266. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$179.

20.8 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Costa Rica

Eletrobrás-Financiamento ECF-1568/97 - Contrato assinado pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5%a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória, assumidas pela Costa Rica. Contrato repassado para a Costa Rica, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor". O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$1.190.

20.9 Informações adicionais sobre o serviço da dívida de Santa Fé

BNDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009 foram liberados recursos no montante de R$64.000 e em 27 de abril de 2010 foi liberado o saldo remanescente deste contrato no valor de R$11.633. Sobre o valor do principal incidem juros à taxa de 1,9% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de 100% das ações, outras ações, direitos ou valores mobiliários da Santa-Fé e sua Controladora Energest a favor do Agente Financeiro conforme cláusula 16 do contrato. Esta operação estabelece *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 vezes, atendido até este momento. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$69.326

20.10 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Controladora em conjunto com a Porto do Pecém

BNDES - A controlada em conjunto Porto do Pecém assinou em 10 de julho de 2009 contratos de financiamento de longo prazo com o BID e com o BNDES para a implantação de Pecém. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$738.556.

O contrato de financiamento com o BNDES prevê um empréstimo no valor de R$1.410.199 (em Reais nominais, excluindo juros durante a construção), com prazo total de 17 anos, sendo 14 anos de amortização e carência para pagamento de juros e principal até julho de 2012. O custo contratado é de TJLP acrescida de *spread* de 2,77% a.a. Durante a fase de construção os juros serão capitalizados. Em outubro de 2009, ocorreu a 1ª liberação no valor de R$700.000. Em julho de 2010, ocorreu a 2ª liberação no valor de R$260.000. Em dezembro de 2010 ocorreu a 3ª liberação no valor de R$120.000. A 4ª liberação ocorreu em maio de 2011 no valor de R$60.000. Em setembro de 2011 ocorreu a 5ª liberação no valor de R$95.000. Em dezembro de 2011 ocorreu a 6ª liberação, no valor de R$46.600.

BID - O contrato de financiamento firmado com o BID inclui um empréstimo direto (A *Loan*) de US$147.000.000, com prazo total de 17 anos e início de amortização de principal em 2012, e ainda um empréstimo com participação de bancos comerciais (B *Loan*) de US$180.000.000, com prazo total de 13 anos e início de amortização de principal também em 2012. As taxas iniciais do A *Loan* e B *Loan* são Libor + 350 *basis points* e libor + 300 *basis points* com *step ups* ao longo do período, respectivamente. *Basis points* é uma escala no qual 100 pontos-base representa um por cento. Em função das variações relativamente pequenas que normalmente ocorrem no rendimento dos títulos de renda fixa, estas variações são normalmente expressas em termos de pontos-base ao invés de pontos percentuais. O referido empréstimo de longo prazo em US$, por sua vez, já foi objeto de contratação tanto de *hedge* cambial quanto de *swap* de taxa de juros (de Libor para taxa fixa). O consórcio de *b-lenders* é composto pelos bancos Millenium BCP, Caixa Geral de Depósitos e Calyon. A 1ª liberação ocorreu em outubro de 2009 no valor de US$260.387.445. A 2ª liberação ocorreu em agosto de 2010 no valor de US$50.400.000. A 3ª liberação ocorreu em fevereiro de 2011 no valor de US$9.000.000. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$301.417.

As cláusulas restritivas encontram-se devidamente cumpridas nessa data.

Resultado dos *swaps*

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF (*Non Deliverable Forwards*), firmado em 17 de outubro de 2007, no valor total de US$639.918, com vencimentos entre janeiro de 2008 e outubro de 2012, com a paridade inicial contratada de R$/US$1.8138. Tendo em vista liquidações antecipadas e vencidas até 31 de dezembro de 2011, o *notional* em aberto nesta data-base é de US$327.000.

Operação de proteção junto aos Bancos Citibank e BTG Pactual de NDF, firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de €26.060, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de €/US$1.4040. Tendo em vista liquidações vencidas até 31 de dezembro de 2011, o *notional* em aberto nesta data-base é de €132.

Operação de proteção junto aos Bancos HSBC e BTG Pactual de NDF, firmado em 1º de julho de 2009, no valor total de €10.134, com vencimentos entre julho de 2009 e janeiro de 2012, com a paridade inicial contratada de €/R$2.7300. Tendo em vista liquidações vencidas até 31 de dezembro de 2011, o *notional* em aberto nesta data-base é de €51.

Operação de proteção junto ao Banco Citibank de NDF, firmado em 30 de junho de 2009, no valor total de US$56.163, com vencimentos entre julho de 2009 e novembro de 2011, com a paridade inicial contratada de US$/R$1.9678. Em 30 de novembo de 2011 a operação foi liquidada.

Operação de *swap* junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US$140.521, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2024, onde a Porto do Pecém paga na ponta passiva variação do US$ acrescido de 5,82% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de Libor.

Operação de *swap* junto ao Banco Citibank, contratado em 16 de outubro de 2007, no valor de US$186.479, com início em 2 de abril de 2012 e vencimento final em 1º de outubro de 2021, onde a Porto do Pecém paga na ponta passiva variação do US$ acrescido de 5,79% a.a. e o Banco na ponta ativa paga 100% de Libor.

Operação de *swap* junto ao Banco Citibank, para a cobertura dos juros capitalizados durante a construção da usina Porto do Pecém referentes ao financiamento junto ao BID, contratado em 2 de julho de 2009, no valor de US$1.249.288.739 (montante referente ao saldo acumulado previsto para 4 tranches do financiamento do BID, sendo a exposição aproximada de US$36.000.000), com início em 16 de novembro de 2009 e vencimento final em 16 de novembro 2011, onde a companhia paga na ponta passiva variação do dólar acrescida de 2,085% a.a. e o Banco paga na ponta ativa 100% de Libor.

20.11 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da ECE Participações

Banco do Brasil

Cédulas de Crédito Bancário - Banco do Brasil - Linha de crédito contratada em 26 de outubro de 2011 no valor de R$360.000, destinado como empréstimo ponte para implementação do projeto de construção da UHE Jari, à taxa de 109% do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2013. Os desembolsos ocorrerão conforme necessidade. O saldo devedor deste contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$55.038.

20.12 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Companhia Energética do Jari - CEJA

Cédulas de Crédito Bancário - Itaú-Unibanco - Linha de crédito contratada em 11 de outubro de 2011 no valor de R$300.000, destinado como empréstimo ponte para implementação do projeto de construção da UHE Jari, com vencimento para 45 dias, à taxas de 110,5% e 113,0% do CDI. O financiamento foi liquidado em 21 de novembro de 2011.

20.13 Vencimento das parcelas do Circulante0 e Não circulante (principal e encargos):

	Consolidado		
	Tipo de moeda		
Vencimento	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2012	380.073	91.725	471.798
Não circulante			
2013	359.343	31.330	390.673
2014	350.855	30.994	381.849
2015	366.681	29.861	396.542
2016	126.371	29.020	155.391
2017	89.710	28.777	118.487
2018	69.828	29.372	99.200
2019	66.026	30.221	96.247
2020	62.272	31.339	93.611
Após 2020	337.830	103.398	441.228
	1.828.916	**344.312**	**2.173.228**
Total	**2.208.989**	**436.037**	**2.645.026**

A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercício é a seguinte:

	Consolidado											
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Ajuste a valor presente	Custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante												
Empréstimos, financiamentos e encargos	356.046	311.299	(618.052)	(132.480)	131.353	(102)	341.945		1	1.919	953	392.882
Swaps	19.655		(6.738)	(5.247)	68.989		2.481	136			(360)	78.916
	375.701	**311.299**	**(624.790)**	**(137.727)**	**200.342**	**(102)**	**344.426**	**136**	**1**	**1.919**	**593**	**471.798**
Não circulante												
Empréstimos, financiamentos e encargos	2.040.985	297.077			73.772	102	(341.945)		2.479	2.350	33.213	2.108.033
Swaps	99.897				(32.326)		(2.481)	104			1	65.195
	2.140.882	**297.077**	**–**	**–**	**41.446**	**102**	**(344.426)**	**104**	**2.479**	**2.350**	**33.214**	**2.173.228**

21 Benefícios pós-emprego

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BSPS - Reservas a amortizar			18.317	19.245	75.851	93.998
Programas assistenciais					6.867	6.867
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA			1.018	582	2.597	2.646
Assistência médica e seguro de vida			10.647	7.780	177.097	85.717
Previdência privada	6	3	6	3		
Previdência privada - EnerPrev			47			
	6	**3**	**30.035**	**27.610**	**262.412**	**189.228**

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a partir de 1º de janeiro de 2010, as companhias abertas estão obrigadas a contabilizar passivos oriundos de benefícios pós-emprego, com base nas regras estabelecidas no CPC 33 - Benefícios à Empregados.

De acordo com o normativo CPC 33, as obrigações futuras sob a forma de benefício definido, assumidas pelas empresas, devem ser reconhecidas no passivo líquidas dos fundos constituídos.

As controladas Bandeirante, Escelsa, Energest e Investco, contrataram atuários independentes para realização de avaliação atuarial dos benefícios definidos.

21.1 Bandeirante

A controlada Bandeirante mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

21.1.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Benefício definido e Contribuição variável

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BSPS - Reservas a amortizar	18.317	19.245	75.851	93.998
Programas assistenciais			6.867	6.867
	18.317	**19.245**	**82.718**	**100.865**

Estruturado nas modalidades "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1° de junho de 2011, a gestão do plano de benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Bandeirante, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R$94.167, apurado em 31 de dezembro de 2011 corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. Parte do compromisso está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício definido, que concede BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Bandeirante.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Bandeirante e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto poderá gerar responsabilidade atuarial à Bandeirante.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Bandeirante contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que nos planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na conciliação dos ativos e obrigações do plano com o passivo de benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2011			2010		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(486.439)	373.195	(113.244)	(430.120)	354.080	(76.040)
Custo do serviço corrente	939		939	1.664		1.664
Custo dos juros	(51.189)		(51.189)	(47.185)		(47.185)
Rendimento esperado dos ativos		43.453	43.453		40.638	40.638
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(73.990)	82.364	8.374	(32.761)	(17.794)	(50.555)
Contribuições pagas pela Bandeirante		17.500	17.500		18.234	18.234
Contribuições pagas pelos empregados	(1.766)	1.766		(2.033)	2.033	
Benefícios pagos pelo plano	25.525	(25.525)		23.996	(23.996)	
Saldo final reconhecido	**(586.920)**	**492.753**	**(94.167)**	**(486.439)**	**373.195**	**(113.244)**

O retorno real dos ativos do plano no exercício cresceu substancialmente por valorização daqueles ativos, apurado na avaliação atuarial efetuada em 30 de junho de 2011.

A perda atuarial de R$73.990 no valor presente das obrigações apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2011 foi decorrente principalmente da revisão das premissas utilizadas nesta avaliação. Em 2010, houve perda atuarial de R$32.761.

As contribuições da Bandeirante esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R$18.316.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/ Bandeirante, reconhecida no resultado de 2011 e 2010 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	1.207	1.064
Custo dos juros	51.189	47.185
Rendimento esperado dos ativos	(43.453)	(40.638)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.146)	(2.728)
Total	**6.797**	**4.883**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$26.492 (R$32.019 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2010). Abaixo está apresentado a análise histórica de ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(82.364)	17.794	(10.854)	16.490	35.402
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	–16,72%	4,77%	–3,07%	5,28%	12,15%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	73.990	32.761	(16.553)	(9.382)	13.888
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	12,61%	6,73%	–3,85%	–2,22%	3,42%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(586.920)	(486.439)	(430.120)	(422.199)	(406.171)
Valor justo dos ativos	492.753	373.195	354.080	312.153	291.471
Situação do plano	**(94.167)**	**(113.244)**	**(76.040)**	**(110.046)**	**(114.700)**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2011 Alocação %	31/12/2010 Alocação %
Títulos de dívida	85,60%	84,00%
Ações	11,56%	12,45%
Imóveis	0,36%	0,37%
Outros	2,48%	3,18%
Total	**100,00%**	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2011		2010	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,84%	82,40%	11,20%
Ações	14,40%	16,31%	14,40%	13,29%
Imóveis	0,60%	10,77%	0,60%	11,20%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	**100,00%**	**11,63%**	**100,00%**	**11,49%**

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes do plano:

	31/12/2011	31/12/2010
Participantes ativos	749	829
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	103	132
Aposentados e pensionistas	610	572
	713	**704**
Total	**1.462**	**1.533**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2011	2010
Econômicas		
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,49% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	5,55% a.a.
Crescimento do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21.2 Escelsa

A Escelsa mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

21.2.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões

Planos de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev e cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB e na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev e cadastrado no CNPB e na Previc. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Escelsa contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2011			2010		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(143.214)	239.072	(95.858)	(132.626)	200.084	(67.458)
Custo do serviço corrente	(113)		113	(217)		217
Custo dos juros	(14.729)		14.729	(14.194)		14.194
Rendimento esperado dos ativos		27.092	(27.092)		22.312	(22.312)
Ganhos/(perdas) atuariais	(13.304)	3.572	9.732	(7.782)	28.137	(20.355)
Contribuições pagas pela Escelsa		175	(175)		144	(144)
Contribuições pagas pelos empregados	(172)	172		(166)	166	
Benefícios pagos pelo plano	11.656	(11.656)		11.771	(11.771)	
Saldo final reconhecido	**(159.876)**	**258.427**	**(98.551)**	**(143.214)**	**239.072**	**(95.858)**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Escelsa. A Administração da Escelsa não registrou esse ativo por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Escelsa contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em regulamento de cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(3.572)	(28.137)	(1.972)	19.700	(8.562)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	– 1,38%	–11,77%	– 0,99%	10,50%	– 3,90%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	13.304	7.782	9.016	(8.448)	12.582
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	8,32%	5,43%	6,80%	–7,01%	10,11%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(159.876)	(143.214)	(132.626)	(120.453)	(124.413)
Valor justo dos ativos	258.427	239.072	200.084	187.553	219.500
Situação do plano	**98.551**	**95.858**	**67.458**	**67.100**	**95.087**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2011 Alocação %	31/12/2010 Alocação %
Títulos de dívida	90,80%	78,30%
Ações	7,76%	20,14%
Imóveis	0,50%	0,58%
Outros	0,94%	0,98%
Total	**100,00%**	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2011		2010	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,84%	82,40%	11,20%
Ações	14,40%	16,31%	14,40%	13,29%
Imóveis	0,60%	10,77%	0,60%	11,20%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	**100,00%**	**11,63%**	**100,00%**	**11,49%**

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R$30.664 (R$50.449 em 2010), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$27.092 (R$22.312 em 2010), ocasionando assim um ganho atuarial de R$3.572 (R$28.137 em 2010) não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	31/12/2011			31/12/2010
	Plano I	Plano II	Total	Total
Participantes ativos	3	799	802	848
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		11	11	11
Aposentados e pensionistas	725	216	941	933
	725	**227**	**952**	**944**
Total	**728**	**1.026**	**1.754**	**1.792**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

2011	Plano I	Plano II
Econômicas		
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

2010	Plano I	Plano II
Econômicas		
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49%a.a.	11,49%a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21.2.2 Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA	981	582	2.597	2.646
Assistência médica e seguro de vida	10.591	7.780	174.582	85.717
Previdência Privada - EnerPrev	26			
	11.598	**8.362**	**177.179**	**88.363**

• Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Escelsa.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Escelsa contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes planos do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2011		2010	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(96.725)	(96.725)	(75.040)	(75.040)
Custo do serviço corrente	(1.366)	(1.366)	(425)	(425)
Custo dos juros	(13.220)	(13.220)	(8.059)	(8.059)
Custo do serviço passado	(2.596)	(2.596)	(2.663)	(2.663)
Custo especial por término de benefício			11.202	11.202
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(86.631)	(86.631)	(33.765)	(33.765)
Benefícios pagos diretamente pela Escelsa	11.787	11.787	12.025	12.025
Saldo final do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial	**(188.751)**	**(188.751)**	**(96.725)**	**(96.725)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(27.833)		(30.429)	
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	**(216.584)**	**(188.751)**	**(127.154)**	**(96.725)**

A Escelsa irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 10 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33.

A perda atuarial de R$86.631 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2011, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e do fator de envelhecimento utilizados nesta avaliação. Em 2010, houve perda atuarial de R$33.765.

As contribuições esperadas da Escelsa para estes benefícios para o exercício de 2012 são de R$11.572.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2011 e 2010 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	1.366	425
Custo dos juros	13.220	8.059
Custo do serviço passado	2.596	2.663
Custo especial por término de benefício		(11.202)
Total	**17.182**	**(55)**

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$100.726 (R$43.549 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2010).

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	86.631	33.765	25.182	(10.884)	1.601
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	40,00%	26,55%	33,56%	-19,64%	2,42%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações totalmente descobertas	(216.584)	(127.154)	(75.040)	(55.428)	(66.045)
Valor justo dos ativos					
Situação do plano	**(216.584)**	**(127.154)**	**(75.040)**	**(55.428)**	**(66.045)**

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica na aposentadoria	Pressupostos centrais		Variação nas taxas de tendência dos custos médicos
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	206.687	233.593	184.182
Custo do Serviço e Custo dos juros	16.045	17.794	14.578

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

2011	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

2010	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	n/a	n/a	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	n/a	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1

21.3 Investco

A Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei 9.656/98.

21.3.1 Assistência médica Lei 9.656/98: Benefício Definido

	Circulante 31/12/2011	Não Circulante 31/12/2011
Assistência médica e seguro de vida	8	243
Previdência Privada - EnerPrev	4	
	12	**243**

De acordo com a Lei 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Investco, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada para a data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano.

	31/12/2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido		
Custo do serviço corrente	(158)	(158)
Custo dos juros	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício	554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	**(251)**	**(251)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(425)	
Valor presente das obrigações atuariais	**(676)**	**(251)**

A Investco reconheceu imediatamente os custos do serviço passado da parcela deste benefício, cujo direito a utilização já se encontra adquirida pelos beneficiários do plano, e irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 22 anos os custos do serviço passado não reconhecidos que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33.

As contribuições da Investco esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R$8.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	31/12/2011
Custo do serviço corrente	158
Custo dos juros	89
Custo do serviço passado	298
Custo especial por redução de benefício	(554)
Total	**(9)**

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$171.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica Lei 9.656/98	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	2.172	2.912	1.650
Custo do serviço e Custo dos juros	260	412	151

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2011
Econômicas	
Taxa de desconto	10,25% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023
Inflação	4,50% a.a.
Demográficas	
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1

21.4 Energest

A Energest mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA e outros benefícios a aposentados.

	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA	37	
Assistência médica e seguro de vida	48	2.272
Previdência privada - EnerPrev	17	
	102	**2.272**

21.4.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões
Planos de Benefício definido e Contribuição variável

A Energest é patrocinadora dos Planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A Energest é patrocinadora dos Planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Energest contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2011			2010		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial reconhecido	(986)	2.115	(1.129)	(1.340)	2.782	(1.442)
Custo do serviço corrente	(25)		25	(25)		25
Custo dos juros	(103)		103	(144)		144
Rendimento esperado dos ativos		243	(243)		315	(315)
Ganhos/(perdas) atuariais	(131)	328	(197)	459	(930)	471
Contribuições pagas pela empresa		15	(15)		12	(12)
Contribuições pagas pelos empregados	(8)	8		(7)	7	
Benefícios pagos pelo plano	66	(66)		71	(71)	
Saldo final	**(1.187)**	**2.643**	**(1.456)**	**(986)**	**2.115**	**(1.129)**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Energest. A Administração da Energest não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Energest contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(328)	930	(130)	(182)	(515)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-12,41%	43,97%	-4,67%	-7,37%	-46,23%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	131	(459)	622	182	37
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	11,05%	-46,55%	46,42%	21,41%	19,27%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)	(192)
Valor justo dos ativos	2.642	2.115	2.782	2.469	1.114
Situação do plano	**1.456**	**1.129**	**1.442**	**1.619**	**922**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2011 Alocação %	31/12/2010 Alocação %
Títulos de dívida	88,37%	85,53%
Ações	9,13%	12,16%
Imóveis	0,97%	0,72%
Outros	1,53%	1,59%
Total	**100,00%**	**100,00%**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2011		2010	
Classe de ativo	**Meta de alocação**	**Expectativa de retorno**	**Meta de alocação**	**Expectativa de retorno**
Títulos de dívida	82,40%	10,84%	82,40%	11,20%
Ações	14,40%	16,31%	14,40%	13,29%
Imóveis	0,60%	10,77%	0,60%	11,20%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	**100,00%**	**11,63%**	**100,00%**	**11,49%**

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R$571, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$243, ocasionando assim um ganho atuarial de R$328 não registrados no Patrimônio líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	Plano I	Plano II	31/12/2011	31/12/2010
Participantes ativos		46	46	55
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		2	2	2
Aposentados e pensionistas	1	1	2	1
	1	**3**	**4**	**3**
Total	**1**	**49**	**50**	**58**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

2011

	Plano I	Plano II
Econômicas		
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1

2010

	Plano I	Plano II
Econômicas		
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49% a.a.	11,49% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21.4.2 Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício definido

• AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Energest.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Energest contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes planos do tipo Benefício definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2011		2010
	Valor presente das obrigações do plano	**(Passivo) reconhecido**	**Valor presente das obrigações do plano**
Saldo inicial reconhecido			
Custo do serviço corrente	(90)	(90)	
Custo dos juros	(177)	(177)	
Custo do serviço passado	(190)	(190)	
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(1.907)	(1.907)	
Benefícios pagos diretamente pela empresa	7	7	
Saldo final reconhecido	**(2.357)**	**(2.357)**	**–**
Custo do serviço passado não reconhecido	**(1.508)**		**(1.651)**
Valor presente das obrigações atuariais	**(3.865)**	**(2.357)**	**(1.651)**

As contribuições esperadas da Energest para estes benefícios para o ano de 2012 são de R$85.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011
Custo do serviço corrente	90
Custo dos juros	177
Custo do serviço passado	190
Total	**457**

Os ganhos e perdas atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$1.259.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica na aposentadoria	**Pressupostos centrais**	**Variação nas taxas de tendência dos custos médicos**	
		+1%	**-1%**
Obrigação de Benefício definido	3.702	4.361	3.165
Custo do serviço e Custo dos juros	379	419	346

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

2011

	AIA	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Econômicas			
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

2010

	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Econômicas		
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	n/a
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

21.5 EnerPrev. - Planos de pensão do tipo Contribuição definida

Estruturado na modalidade "Contribuição Definida", sob gestão da EnerPrev e cadastrado no CNPB na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência.

Na qualidade de patrocinadoras deste tipo de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R$672 (R$338 em 31 de dezembro de 2010) e as companhias do Grupo EDP - Energias do Brasil contribuíram no exercício com o montante de R$2.556 (R$1.612 em 31 de dezembro de 2010).

Esse plano tem a adesão de 69 colaboradores da Companhia e 607 colaboradores de suas controladas.

22 Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	7.054	3.020	49.891	41.384
PIS/COFINS			57	
IRPJ/CSLL			318	64
INSS e FGTS	1.353	1.754	9.252	9.002
Total	**8.407**	**4.774**	**59.518**	**50.450**

Na rubrica folha de pagamento estão contempladas, basicamente, provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

23 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quota de reserva global de reversão - RGR	23.765	11.949		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	27.305	24.185		
Juros sobre fundo de reversão	73	73		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	18.607	16.188		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	7.059	6.569		
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	31.772	31.860		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	65.641	53.051	7.035	9.584
Programa de eficiência energética - PEE	98.281	74.489		3.329
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.158	1.138		
Outros encargos	1.713	5.878		
Total	**275.374**	**225.380**	**7.035**	**12.913**

23.1 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)

Os gastos com P&D e PEE efetuados pelas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008 respectivamente. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente por competência o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D e PEE, quando ocorre a sua baixa.

23.2 Outros encargos

A Lei 12.911 de 9 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares nºs 965/2010-SFF/ANEEL e 648/2010-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida, utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento a Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

24 Uso de Bem Público

As controladas Enerpeixe e Investco, como retribuição pela outorga a elas concedidas para exploração dos potenciais hidrelétricos das usinas Peixe Angical e Lajeado, respectivamente, pagam à União, ao longo do prazo de vigência dos contratos de concessões e enquanto os estiverem explorando, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido nos contratos de concessões, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro para a Enerpeixe e dezembro para a Investco.

De acordo com o CPC 38 - Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 17) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado pelo pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado	
Principal	**Circulante**	**Não circulante**
Saldo em 31 de dezembro de 2009	17.280	205.564
Ajuste a valor presente	(1.446)	
Encargos e atualizações monetárias	11.838	18.247
Amortizações	(16.279)	
Transferência para o circulante	8.047	(8.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**19.440**	**215.764**
Ajuste a valor presente	(1.719)	(2.204)
Encargos e atualizações monetárias	25.090	13.049
Amortizações	(18.097)	
Transferência para o circulante	(4.530)	4.530
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**20.184**	**231.139**

25 Provisões - Circulante e Não circulante

		Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas		5.108	1.318	25.250	26.912	15.582	9.159	163.453	140.785
Licenças Ambientais						20.321	21.116	17.207	11.031
Desmantelamento								1.908	1.750
Contraprestação contingente	12					126.224			
Total		**5.108**	**1.318**	**25.250**	**26.912**	**162.127**	**30.275**	**182.568**	**153.566**

25.1 Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Circulante e Não circulante

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

25.1.1 Risco de perda provável

As Administrações da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Controladora							
		Passivo						Ativo	
				Baixas				Depósito Judicial (Nota 10)	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	8				1	9	5	5
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.		15				15		
Outros		28.222	15.758	(12.398)	(5.364)	4.116	30.334		
Total		**28.230**	**15.773**	**(12.398)**	**(5.364)**	**4.117**	**30.358**	**5**	**5**
Circulante		1.318					5.108		
Não circulante		26.912					25.250		
Total		**28.230**					**30.358**		

		Consolidado							
		Passivo						Ativo	
				Baixas				Depósito Judicial (Nota 10)	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	44.975	23.598	(11.663)	(7.188)	5.192	54.914	24.836	18.067
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	66.156	48.732	(88.407)	(6.706)	59.087	78.862	30.479	24.154
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	10.591	4.199	(33)		168	14.925	2.903	3.995
Outros		28.222	15.758	(12.398)	(5.364)	4.116	30.334		
Total		**149.944**	**92.287**	**(112.501)**	**(19.258)**	**68.563**	**179.035**	**58.218**	**46.216**
Circulante		9.159					15.582		
Não circulante		140.785					163.453		
Total		**149.944**					**179.035**		

25.1.1.1 Trabalhistas

Bandeirante

Contemplam ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeio de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras e adicional de periculosidade.

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2011 é R$18.484 (R$16.039 em 31 de dezembro de 2010).

Escelsa, Energest, Investco, Escelsapar, Enerpeixe e EDP - Energias do Brasil

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R$36.430 (R$28.936 em 31 de dezembro de 2010).

25.1.1.2 Cíveis

Bandeirante

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$47.105 (R$40.260 em 31 de dezembro de 2010).

Na esfera Cível, a Bandeirante é parte no processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Bandeirante cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R$10.627. A Bandeirante apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, até que em 8 de junho de 2011 foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R$66.072. Não obstante o levantamento do depósito a ação não foi transitado em julgado e a Bandeirante continua a discutir a ação. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2011 referente a esse processo em específico é de R$11.407.

Escelsa

Referem-se, principalmente, a pleitos indenizatórios de danos morais e materiais.

Enertrade

Ação ajuizada pela Enertrade, questionando a constitucionalidade do pagamento do encargo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R$4.433 (R$3.876 em 31 de dezembro de 2010).

Investco

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R$14.209 (R$13.308 em 31 de dezembro de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 16).

25.1.1.3 Fiscais

Bandeirante

A Bandeirante possui processos relativos à exigência de taxa municipal e ICMS na conta de energia, avaliados como perda provável. Esses casos representam a provisão de R$12.274 (atualizado até 31 de dezembro de 2011).

Escelsa Participações

O INSS lavrou notificação para exigência da contribuição previdenciária em razão da desconsideração de autônomos e de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa Participações. A provisão é de R$2.367 (atualizado até 31 de dezembro de 2011) e o processo aguarda decisão judicial.

Escelsa

A Escelsa possui discussões relativas à exigência de ISSQN e IPTU avaliadas como perda provável, cuja provisão é de R$284 (atualizado até 31 de dezembro de 2011).

25.1.1.4 Outros

Referem-se principalmente aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul, era exercido pela Companhia.

25.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

		Controladora				Consolidado			
				Ativo				Ativo	
				Depósito Judicial				Depósito Judicial	
	Instâncias	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	1.471	688	405	394	91.551	70.653	6.133	4.416
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	3.614				274.807	180.168	2.509	61.685
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	57.358	51.878	4.123	4.123	472.180	382.891	12.716	11.272
Outros		43.554	55.553			47.295	59.284		
Total		**105.997**	**108.119**	**4.528**	**4.517**	**885.833**	**692.996**	**21.358**	**77.373**

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

25.1.2.1 Trabalhistas

Escelsa

Dentre as diversas ações de reclamações trabalhistas destacam-se 28 processos, envolvendo diversos colaboradores, os quais questionam as alterações realizadas no plano de cargos e salários, entre os anos de 2002 a 2006. A matéria está em discussão no Tribunal Superior do Trabalho, havendo ainda expectativa de decisões judiciais favoráveis à Escelsa. O montante estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$21.653

25.1.2.2 Cíveis

Bandeirante

A Bandeirante é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à Bandeirante julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011, sendo tal decisão ainda passível de recurso nas instâncias superiores já com decisões pacificadas no sentido de que só é devido o período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$61.967.

A Bandeirante é parte na ação cível pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivo, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Bandeirante aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$41.071.

Investco

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório da usina ou que pretendem majorar indenizações recebidas por conta do citado enchimento, no montante de R$83.112 (R$69.576 em 31 de dezembro de 2010).

Por serem em número considerável, não se torna exequível a identificação da instância em que cada uma se encontra.

Escelsa

Majoração de tarifa. Ações ordinárias, relativas à majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, em discussão na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2011, esses processos totalizam o montante de R$3.172 (R$1.731 em 31 de dezembro de 2010).

A Escelsa é parte na ação cível pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Escelsa aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União, pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$18.277.

Porto do Pecém

Processo nº 2008.81.00.012450-9

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) objetivando: (i) que a SEMACE e o IBAMA abstenham-se de emitir licenças para atividades na área do Complexo Industrial-Portuário Governador Mário Covas até o licenciamento do Complexo; (ii) a paralisação imediata das obras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A.; e (iii) o condicionamento de celebração de contratos pelo Estado do Ceará para novos empreendimentos ao prévio licenciamento ambiental do próprio Complexo Industrial. A causa não tem valor pecuniário.

Processo nº 2009.81.00.006337-9

Medida Cautelar Incidental com pedido de liminar (distribuída por dependência à Ação Civil Pública nº 2008.81.00.012450-9) em face do Estado do Ceará, de Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMACE e Porto do Pecém Geração de Energia S.A., requerendo provimento judicial que determine, em suma, que a última paralise as obras de instalação da Termelétrica Energia Pecém, na área do Complexo Industrial, até que as falhas e omissões apontadas pelo MPF sejam supridas pela SEMACE, bem como que a SEMACE somente emita qualquer renovação das licenças já concedidas, ou qualquer nova licença ambiental para o empreendimento em questão, quando as referidas falhas e omissões forem contornadas. A causa não tem valor pecuniário.

Processo nº 2009.81.00.016918-2

Ação civil pública proposta pelo MPF, buscando a proteção de direitos e interesses coletivos relacionados à comunidade indígena Anacé, buscando-se evitar a desapropriação e o reassentamento do grupo étnico do seu território tradicional, ou seja, resguardar supostos direitos territoriais dos índios dessa etnia. Para tanto, formulou pedido liminar de suspensão de licenciamentos ambientais de projetos desenvolvidos na área e paralisação de todas as obras. A causa não tem valor pecuniário.

25.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil

A Companhia possui discussões administrativas relativas ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam R$52.188 (atualizado até 31 de dezembro de 2011).

Bandeirante

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela Bandeirante no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R$102.887 atualizado até 31 de dezembro de 2011. A Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual 13.918/2009 e Resolução SF nº 98/2010.

A Bandeirante possui outras contingências fiscais no montante aproximado de R$145.121, atualizado até 31 de dezembro de 2011, referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE).

Escelsa

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações importam em R$9.205, atualizado até 31 de dezembro de 2011 e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R$8.654, atualizados até 31 de dezembro de 2011 e aguardam decisão em primeira instância.

A Escelsa possui, ainda, discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), que somam R$78.209, atualizado até 31 de dezembro de 2011.

Enertrade

A Enertrade discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito no montante integral de R$14.296 em 31 de dezembro de 2011 (R$13.963 em 31 de dezembro de 2010) está garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. Esses processos somam R$10.915 em 31 de dezembro de 2011 (R$9.772 em 31 de dezembro de 2010).

Baseada na posição de seus assessores jurídicos que consideram as perdas como possíveis, nenhuma provisão para essas contingências foi constituída.

25.1.2.4 Outros

Referem-se a contingência descrita na nota 25.1.1.4.

25.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, nas controladas Bandeirante, Escelsa, Energest, Escelsapar, Investco e Lajeado existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R$27.725 (R$33.416 em 31 de dezembro de 2010).

A controlada Bandeirante, através do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nº 55.421/2010 e 55.867/2010. Ambos os processos possuem sentença favorável, sendo que em um dos casos já houve julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de Justiça de São Paulo, no qual foi confirmada a sentença favorável às distribuidoras. No segundo caso, aguarda-se julgamento de 2ª instância. Em virtude dessas decisões, o pagamento do ICMS exigido sobre as perdas comerciais, com vencimento a partir de 31 de maio de 2010, está suspenso. A Bandeirante e seus consultores externos avaliam o caso como perda remota. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011, nos termos dos Decretos, é de R$72.695.

25.1.4 Licenças Ambientais

O montante de R$37.528 em 31 de dezembro de 2011 (R$32.147 em 31 de dezembro de 2010) refere-se basicamente a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e operação das usinas de geração, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

26 Patrimônio Líquido

26.1 Capital social

O Capital social da Companhia é de R$3.182.716, totalmente subscrito, representado por 158.805.204 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 de ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado; e
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	31/12/2011		31/12/2010		
Acionista	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Acionista controlador**
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1) (2)	38.234.188	24,08	38.234.188	24,08	sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc.Unipessoal Ltda. (1) (2)	24.928.914	15,70	24.928.914	15,70	sim
EDP - Energias de Portugal, S.A. (1) (2)	17.827.553	11,23	39.739.013	25,02	sim
Conselheiros e Diretores	57		17		
Ações em tesouraria	280.225	0,18	280.225	0,18	
Outros (3)	77.534.267	48,81	55.622.847	35,02	
Total	**158.805.204**	**100,00**	**158.805.204**	**100,00**	

(1) acionista com mais de 5% de ações com direito a voto.
(2) Empresa de controle estrangeiro.
(3) Há 77.534.267 ações em circulação do total de 158.805.204, ou seja, cerca de 48,81% do total de ações.
As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.
Há 57 ações em poder do Conselho de Administração.
Desde a Oferta Pública Inicial ocorrida em 13 de julho de 2005 o Conselho Fiscal não foi constituído.
Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
Quantidade de ações controladores	80.990.655	51,01	102.902.115	64,80
Quantidade de ações tesouraria	280.225	0,18	280.225	0,18
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	57		17	
Total de ações que não estão em circulação	**81.270.937**		**103.182.357**	
Total de ações	**158.805.204**		**158.805.204**	
Total de ações em circulação	**77.534.267**	**48,81**	**55.622.847**	**35,02**

Em 18 de julho de 2011, a EDP - Energias de Portugal, acionista controladora da Companhia, concluiu o processo de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da sua controlada EDP - Energias do Brasil e de sua titularidade, que resultou na venda de 21.911.460 ações, reduzindo sua participação atual de 64,8% para 51% do capital da EDP - Energias do Brasil.

26.2 Destinação do lucro

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propõe o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro liquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	490.714
Constituição da reserva legal - 5%	(24.536)
	466.178
Destinação do lucro:	466.178
Dividendos intermediários - JSCP	131.000
Dividendo adicional proposto	239.249
Reserva de retenção de lucros	95.929
Quantidade de ações	158.805.204
Dividendos por ação - R$ - JSCP	0,82637

26.3 Reservas

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
Resultado na alienação de ações em tesouraria	60.250	60.250
	95.598	**95.598**
Outros resultados abrangentes		
(Perda) / Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(194.767)	(114.497)
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.319	3.301
Hedge de fluxos de caixa	(77.706)	(46.141)
IRPJ/CSLL diferidos	89.812	53.495
	(174.342)	**(103.842)**
Reservas de lucros		
Legal	158.858	134.322
Retenção de lucros	1.109.549	1.013.620
Dividendo adicional proposto	239.249	238.678
	1.507.656	**1.386.620**
Total	**1.428.912**	**1.378.376**

26.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

26.3.2 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Nota	Saldo em 31/12/2010	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	21	(75.568)	88.447	(168.717)	27.291	(128.547)
Ativos financeiros disponíveis para venda	34	2.179	24.296	(19.278)	(1.706)	5.491
Hedge de fluxos de caixa	2.2.x / 20.10	(30.453)	12.527	(44.092)	10.732	(51.286)
		(103.842)	**125.270**	**(232.087)**	**36.317**	**(174.342)**

27 Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bandeirante	48.907	61.614				
Escelsa	38.066	36.980				
Energest	47.048	16.892				
Enertrade	5.599	3.896				
Enerpeixe	26.520	10.200				
Investco					6.937	12.197
Lajeado	41.451	39.730				
Evrecy	428					
Acionistas - Energias do Brasil			115.631	100.822	115.631	100.822
Eletrobrás					49.344	70.573
Governo de Tocantins					3.020	750
Furnas Centrais Elétricas S.A.					17.680	6.800
Total	**208.019**	**169.312**	**115.631**	**100.822**	**192.612**	**191.142**

28 Receita

	Controladora R$ 2011
Outras receitas operacionais	1.384
Receita	**1.384**

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R$	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010 Reclassificado
Fornecimento (**)						
Residencial	2.412.583	2.342.008	5.127.530	4.893.570	1.737.468	1.594.293
Industrial	22.777	21.941	4.289.840	4.290.504	1.138.932	1.086.949
Comercial	209.260	193.808	3.044.384	2.897.925	950.341	874.242
Rural	163.608	160.201	665.734	660.799	132.677	128.881
Poder público	18.105	17.855	528.627	513.892	177.039	165.747
Iluminação pública	2.553	2.228	528.320	521.232	94.287	90.648
Serviço público	2.317	2.304	439.975	433.464	97.966	92.421
Consumo próprio	306	261	12.937	13.837		
(–) Transferência para TUSD - clientes cativos					(2.215.330)	(2.065.341)
Fornecimento não faturado					11.194	5.781
	2.831.509	**2.740.606**	**14.637.347**	**14.225.223**	**2.124.574**	**1.973.621**
Suprimento de Energia elétrica	13	14	8.880.034	9.021.055	651.949	615.683
Energia de curto prazo			972.267	726.516	53.564	105.317
Comercialização					937.404	742.485
	13	**14**	**9.852.301**	**9.747.571**	**1.642.917**	**1.463.485**
Total Fornecimento e suprimento	**2.831.522**	**2.740.620**	**24.489.648**	**23.972.794**	**3.767.491**	**3.437.106**
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão	**145**	**120**	**9.413.934**	**9.034.008**	**2.872.194**	**2.670.983**
TUSD - outros	145	120	9.413.934	9.034.008	649.513	600.507
TUSD - clientes cativos					2.215.330	2.066.490
TUSD - não faturado					882	(2.257)
TUST					6.469	6.243
Outras receitas operacionais					253.214	258.916
Subtotal	**2.831.667**	**2.740.740**	**33.903.582**	**33.006.802**	**6.892.899**	**6.367.005**
(–) Deduções à receita operacional					**(1.491.237)**	**(1.332.689)**
P&D					(48.558)	(45.922)
Outros encargos					(48.821)	(44.634)
CCC					(298.906)	(221.389)
CDE					(223.282)	(194.264)
RGR					(41.244)	(43.595)
PIS/COFINS					(827.447)	(779.571)
ICMS					(2.140)	(2.593)
ISS					(839)	(721)
Receita	**2.831.667**	**2.740.740**	**33.903.582**	**33.006.802**	**5.401.662**	**5.034.316**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.
(**) A receita de fornecimento é apresentada líquida de ICMS.

28.1 Receitas de Ultrapassem de Demanda e Energia Reativa Excedente - Bandeirante

Até o 2º Ciclo de Revisões Tarifárias, a ANEEL considerava como "Outras Receitas" as receitas fruto do compartilhamento de infraestrutura e serviços cobráveis, conforme estabelecia a REN nº 234, de 31 de outubro de 2006.

Para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias, a ANEEL decidiu por ampliar o rol de receitas que passam a compor as "Outras Receitas" passíveis de compartilhamento para fins de modicidade tarifária. No caso da Bandeirante o 3º ciclo iniciou-se em 23 de outubro de 2011.

De acordo com o PRORET 2.7 – Outras Receitas, homologado pela REN nº 463/2011 a receita (líquida dos tributos incidentes e do percentual de 3,5% da receita) proveniente do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias, passam a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, e por ocasião do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, 2015 no caso da Bandeirante, o valor acumulado nessa subconta até a data do laudo de avaliação dos ativos deverá ser transferido para a conta normal de Obrigações Especiais, quando, então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

No exercício foi registrado o montante de R$7.287 referente ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 a débito da Receita Operacional e a crédito de Obrigações Especiais.

Não obstante a Bandeirante, através da ABRADEE, contestam judicialmente o tratamento destas receitas (Nota 37).

29 Gastos operacionais

	Controladora				
	2011				2010
	Despesas operacionais				
	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		23.618		23.618	21.627
Material		457		457	967
Serviços de terceiros		23.980		23.980	26.839
Depreciação		348		348	328
Amortização		11.844		11.844	17.665
Provisões para contingências			(1.988)	(1.988)	(609)
Aluguéis e arrendamentos		2.609		2.609	2.981
Outras	1.430	16.978	(10.491)	7.917	21.853
	1.430	**79.834**	**(12.479)**	**68.785**	**91.651**
Total	**1.430**	**79.834**	**(12.479)**	**68.785**	**91.651**

	Consolidado							
	2011							2010
	Custo do serviço			Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda estrangeira - Itaipu	372.622						372.622	391.340
Moeda nacional	1.930.200						1.930.200	1.691.734
Encargos de uso da rede elétrica	651.398						651.398	615.146
Taxa de fiscalização						13.799	13.799	12.631
Compensações financeiras						34.882	34.882	30.491
	2.954.220	**–**	**–**	**–**	**–**	**48.681**	**3.002.901**	**2.741.342**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		167.551	591		119.476		287.618	251.925
Material		21.170	1.413		3.983		26.566	23.478
Serviços de terceiros		201.516	3.508	2.111	139.435		346.570	322.615
Depreciação		92.611			33.080		125.691	116.910
Amortização		168.583			51.315		219.898	206.948
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				37.256			37.256	76.911
Provisões para contingências		580				44.980	45.560	6.521
Aluguéis e arrendamentos		853			9.267		10.120	9.336
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						51.093	51.093	14.361
Outras		34.657	36	2.458	38.322	(19.062)	56.411	79.037
	–	**687.521**	**5.548**	**41.825**	**394.878**	**77.011**	**1.206.783**	**1.108.042**
Total	**2.954.220**	**687.521**	**5.548**	**41.825**	**394.878**	**125.692**	**4.209.684**	**3.849.384**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	15.223	10.098	68.474	65.791
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	275		77.529	76.379
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada				1.992
Atualização monetária depósitos judiciais			2.561	8.366
Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS		1.625	8.044	35.042
Atualização monetária contratos de mútuo	8.600			
Variações monetárias moeda nacional		31		51
Variações monetárias moeda estrangeira				11.786
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	5.690	5.179	20.024	27.553
Descontos obtidos			1.000	9
Ajustes a valor presente	831	753	37.179	4.466
Remuneração das ações preferenciais			4.720	4.720
Outras receitas financeiras	28	8.742	24.530	21.968
	30.647	**26.428**	**244.061**	**258.123**
Despesas financeiras				
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			(240)	
Juros e multa sobre impostos	(11)	(1.561)	(11)	(1.561)
Encargos de dívidas	(21)	(779)	(221.811)	(226.822)
Variações monetárias moeda nacional		(4.592)	(4.084)	(11.359)
Variações monetárias moeda estrangeira			(51.612)	(52)
Atualização monetária de licenças ambientais			(1.012)	(2.150)
Juros e multa sobre ICMS			(1.261)	
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais			(2.717)	(2.500)
Operações de *swap* e *hedge*			(11.515)	(18.162)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(4.120)		(68.567)	(11.418)
SELIC - Energia Livre			(6.136)	(14.452)
Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários	(12.808)		(12.808)	
Atualizações monetárias - REFIS	(8.393)	(5.045)	1.179	(27.557)
Marcação a mercado - MTM			(35.380)	(52.960)
Ajustes a valor presente			(1.184)	(162)
Atualização monetária uso do bem público			(38.138)	(30.086)
Ajuste a valor presente uso do bem público			3.923	1.446
Benefícios pós-emprego			(21.481)	(14.756)
Outras despesas financeiras	(18.925)	(14.878)	(54.648)	(42.962)
	(44.278)	**(26.855)**	**(527.503)**	**(455.513)**
Total	**(13.631)**	**(427)**	**(283.442)**	**(197.390)**

31 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJe CSLL	488.919	581.204	488.919	581.204	905.051	985.705	905.051	985.705
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(122.230)	(145.301)	(44.003)	(52.308)	(226.263)	(246.426)	(81.455)	(88.713)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes								
Doações	(275)	(33)	(99)	(12)	(987)	(817)	(355)	(294)
Perdas indedutíveis	(43)		(15)		(7.273)	(2.709)	(2.616)	(975)
Multas indedutíveis	(1)	(1)			(26)	(82)	(9)	(29)
Despesas Indedutíveis		(52)		(19)	(471)	(223)	(170)	(80)
Gratificações a administradores	(102)	(125)	(37)	(45)	(635)	(534)	(228)	(193)
Pesquisa e desenvolvimento					715	1.472	257	530
Provisão para devedores duvidosos						(209)		(75)
Resultados de equivalência patrimonial	142.460	168.321	51.285	60.595	(871)	(459)	(314)	(165)
Partes beneficiárias					(4.903)		(1.765)	
Programa REFIS	(1.011)		(364)		4.463		1.606	
Juros sobre o capital próprio	(16.870)	(13.396)	(6.073)	(4.823)	54.187	39.177	19.508	14.103
Outras					(74)	(1.318)	(62)	(476)
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(626)	(9.413)	(225)	(3.389)	(9.515)	(14.454)	(3.422)	(5.204)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		4.176		2.494	883	12.165	354	1.253
Ajuste lucro presumido					9.517	10.545	3.100	3.594
Incentivos fiscais						24		
Adicional IRPJ	24				302	288		
PAT					329	299		
Lei Rouanet					2.220	1.439		
FIA						315		
SUDENE/ADA					30.635	29.167		
Despesa de IRPJ e CSLL	**1.326**	**4.176**	**469**	**2.493**	**(147.767)**	**(172.340)**	**(65.571)**	**(76.724)**
Alíquota efetiva	–0,27%	–0,72%	–0,10%	–0,43%	16,33%	17,48%	7,25%	7,78%

32 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

32.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

32.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo..

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	230.222	285.812	230.222	285.812
Títulos a receber	1.121	1.121	1.121	1.121
Partes relacionadas	15.638		15.638	
Cauções e depósitos vinculados	222	222	222	222
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.011	40.801	33.011	40.801
Não circulante				
Titulos a receber	21.018	21.506	21.018	21.506
Partes relacionadas	73.441	116.622	73.441	116.622
	374.673	**466.084**	**374.673**	**466.084**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	6.446	3.370	6.446	3.370
Não circulante				
Partes relacionadas	109	189	109	189
	6.555	**3.559**	**6.555**	**3.559**

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	895.868	1.126.449	895.868	1.126.449
Títulos a receber	9.113	8.659	9.113	8.659
Ativo financeiro indenizável	797	823	797	823
Consumidores e concessionárias	968.051	888.806	968.051	888.806
Cauções e depósitos vinculados	53.969	62.863	53.969	62.863
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.011	40.801	33.011	40.801
Outros créditos - Derivativos	2.783	400	2.783	400
Não circulante				
Títulos a receber	18.949	20.036	18.949	20.036
Ativo financeiro indenizável	482.285	397.324	482.285	397.324
Consumidores e concessionárias	63.657	63.733	63.657	63.733
Partes relacionadas	2.223		2.223	
Cauções e depósitos vinculados	12.821	9.332	12.821	9.332
	2.543.527	**2.619.226**	**2.543.527**	**2.619.226**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	703.742	626.381	703.742	626.381
Debêntures	107.923	231.730	107.923	231.730
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	389.057	342.037	392.881	356.045
Derivativos	78.917	19.656	78.917	19.656
Uso do bem público	20.184	19.440	20.184	19.440
Não circulante				
Fornecedores		915		915
Debêntures	860.637	637.593	860.637	637.593
Empréstimos e financiamentos	2.075.682	2.108.264	2.108.032	2.040.983
Derivativos	65.196	99.899	65.196	99.898
Uso do bem público	231.139	215.764	231.139	215.764
	4.532.477	**4.301.679**	**4.568.651**	**4.248.405**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

Os Títulos a receber são constituidos por Ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C” e refere-se à emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

As controladas Bandeirante, Escelsa e Evrecy reconhecem um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

Para Consumidores e concessionárias o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento).

A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 20 e das operações de energia de curto prazo na CCEE para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos vinculados a dívida com o BNDES das controladas Santa Fé e Pantanal.

As ações do grupo Rede Energia são registradas como disponível para venda e marcadas a mercado através da cotação Bovespa. (Nota 34).

Outros créditos (Passivos) - Derivativos, são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidenciação está descrita na nota 32.6 de Instrumentos financeiros derivativos. São compostos por *hedge* de fluxo de caixa de Pecém e Bandeirante.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia eletrica e encargos de uso da rede com taxas definidas pelo mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures, Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e contratos de mútuos e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para as controladas Enerpeixe e Investco.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

Controladora

	31/12/2011					31/12/2010				
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Disponíveis para venda**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Disponíveis para venda**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		230.222			230.222		285.812			285.812
Titulos a receber	22.139				22.139	22.627				22.627
Cauções e depósitos vinculados			222		222			222		222
Ativos financeiros disponíveis para venda				33.011	33.011				40.801	40.801
Partes relacionadas	89.079				89.079	116.622				116.622
	111.218	**230.222**	**222**	**33.011**	**374.673**	**139.249**	**285.812**	**222**	**40.801**	**466.084**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	6.446	6.446	3.370	3.370
Partes relacionadas	109	109	189	189
	6.555	**6.555**	**3.559**	**3.559**

Consolidado

	31/12/2011					31/12/2010				
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Disponíveis para venda**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Disponíveis para venda**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		895.868			895.868		1.126.449			1.126.449
Titulos a receber	28.062				28.062	28.695				28.695
Ativo financeiro indenizável	483.082				483.082	398.147				398.147
Consumidores e concessionárias	1.031.708				1.031.708	952.539				952.539
Cauções e depósitos vinculados			66.790		66.790			72.195		72.195
Ativos financeiros disponíveis para venda				33.011	33.011				40.801	40.801
Partes relacionadas	2.223				2.223					
Outros créditos		2.783			2.783		400			400
	1.545.075	**898.651**	**66.790**	**33.011**	**2.543.527**	**1.379.382**	**1.126.849**	**72.195**	**40.801**	**2.619.227**

	31/12/2011			31/12/2010		
Passivos financeiros	**Valor justo por meio do resultado**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores		703.742	703.742		627.296	627.296
Debêntures		968.560	968.560		869.323	869.323
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		2.500.913	2.500.913		2.397.028	2.397.028
Derivativos	144.113		144.113	119.554		119.554
Uso do bem público		251.323	251.323		235.204	235.204
	144.113	**4.424.368**	**4.568.651**	**119.554**	**4.128.851**	**4.248.405**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Controladora

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	230.222	16.210	214.012
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.011	33.011	
	263.233	**49.221**	**214.012**

Consolidado

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	895.868	217.378	678.490
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.011	33.011	
Outros créditos - Derivativos	2.783		2.783
	931.662	**250.389**	**681.273**
Passivos financeiros			
Derivativos	144.113		144.113
	144.113	**–**	**144.113**

32.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 20, possuem como contraparte o BID, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP, CDI, IGP-M e variações no Dólar e Euro.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao IGP-M, à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações. Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* para controlar todas as exposições à variação cambial para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

32.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Consolidado

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	CDI	104.011	20.262	7	124.280	30.872	61.454	(31.135)	(62.682)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(146.710)	(219.205)		(365.915)	(82.560)	(163.319)	84.441	170.860
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(55)			(55)	(2)	(3)	2	4
		(42.754)	**(198.943)**	**7**	**(241.690)**	**(51.690)**	**(101.868)**	**53.308**	**108.182**
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(75.008)	(289.414)	(509.182)	(873.604)	(43.387)	(86.448)	43.721	87.781
		(75.008)	**(289.414)**	**(509.182)**	**(873.604)**	**(43.387)**	**(86.448)**	**43.721**	**87.781**
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	US$ + Libor	(1.535)	(83.547)	(203.879)	(288.961)	(72.230)	(144.460)	72.230	144.460
Instrumentos financeiros derivativos	US$ + Libor	69.064			69.064	74.731	149.463	(74.730)	(149.462)
		67.529	**(83.547)**	**(203.879)**	**(219.897)**	**2.501**	**5.003**	**(2.500)**	**(5.002)**
Operação									
Instrumentos financeiros derivativos	EUR	(39)			(39)	(45)	(82)	29	66
		(39)			**(39)**	**(45)**	**(82)**	**29**	**66**
Operação									
Instrumentos financeiros derivativos	Libor - 6M	(7.152)	(45.967)	(19.230)	(72.349)	(18.087)	(36.174)	18.088	36.175
		(7.152)	**(45.967)**	**(19.230)**	**(72.349)**	**(18.087)**	**(36.174)**	**18.088**	**36.175**

Os índices de CDI, IGP-M, TJLP, Libor 3M, Libor 6M, EUR e US$, considerados de 11%, 4,5%, 6%, 0,58%, 0,81%, 2,43 e 1,88, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

32.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 20.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 20. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Consumidores e concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

32.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor as controladas, Bandeirante e Escelsa, ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos das companhias, pode-se levar em face a composição de 14,29% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as companhias realizam métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

32.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Todas as operações de *hedge* de fluxo de caixa são da controlada em conjunto Porto do Pecém, enquanto os *swaps* são da controlada Bandeirante. Os derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2011 estão registrados contabilmente pelo seu valor justo.

A controlada Enertrade durante o exercício de 2010, realizou uma operação de venda de um contrato de opção de compra de energia elétrica, o contrato prevê suprimento até 31 de dezembro de 2011 a um preço por MWh mais atrativo ou, em caso de não exercício da opção a contraparte deverá quitar com a Enertrade o prêmio resultante proporcional ao período de suprimento restante. O prêmio total do contrato foi reconhecido integralmente no resultado financeiro da controlada Enertrade no exercício de 2010 e o recebimento do mesmo ocorreu integralmente até outubro de 2011.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos das controladas e controladas em conjunto, foram registradas no resultado.

A operação de *hedge* qualificada para a contabilidade de cobertura da controlada em conjunto Porto do Pecém é constituída pela compra de uma NDF no valor de US$327.000 vencendo em 1º de outubro de 2012, com a finalidade de cobrir o pagamento de dívida em dólares junto ao BID.

O Instrumento derivativo qualificado como proteção do fluxo de caixa foi feito pela efetividade de cobertura observado na contratação, bem como através de avaliações subsequentes de efetividade.

As alterações no valor justo do Intrumento derivativo designado como proteção do fluxo de caixa são reconhecidas diretamente no Patrimônio líquido, proporcionalmente a participação na controlada em conjunto.

O valor justo dos derivativos da controlada em conjunto Porto do Pecém e da controlada Bandeirante são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

Consolidado
Instrumentos financeiros derivativos

		31/12/2011			31/12/2010		
	Companhia	*Hedge* de fluxo de caixa	Outros derivativos	Total	*Hedge* de fluxo de caixa	Outros derivativos	Total
Ativo							
US$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		1.221	1.221		5.477	5.477
US$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		214	214		2.055	2.055
US$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		766	766		3.439	3.439
US$ + Libor 4,375 % a.a.	Bandeirante		613	613		2.751	2.751
Var. US$ + Libor	Porto do Pecem	174.642		174.642	153.799		153.799
Var. US$ + Libor	Porto do Pecem	131.601		131.601	115.895		115.895
Var. US$ + Libor	Porto do Pecem			–	543.136		543.136
US$	Porto do Pecem			–	274.368		274.368
EUR	Porto do Pecem			–	1.896		1.896
EUR	Porto do Pecem			–	737		737
		306.243	**2.814**	**309.057**	**1.089.831**	**13.722**	**1.103.553**
Passivo							
104,69% do CDI	Bandeirante		2.450	2.450		11.973	11.973
118,94% do CDI	Bandeirante		816	816		4.036	4.036
109,70% do CDI	Bandeirante		1.324	1.324		6.442	6.442
109,50% do CDI	Bandeirante		934	934		4.562	4.562
Var. US$ + 5,79% a.a.	Porto do Pecem	212.227		212.227	171.934		171.934
Var. US$ + 5,82% a.a.	Porto do Pecem	166.363		166.363	131.399		131.399
Var. US$ + 2,0895% a.a.	Porto do Pecem			–	546.978		546.978
R$	Porto do Pecem	69.017		69.017	342.761		342.761
US$	Porto do Pecem	17		17	2.026		2.026
R$	Porto do Pecem	22		22	997		997
		447.646	**5.524**	**453.170**	**1.196.095**	**27.013**	**1.223.108**
Total		**(141.403)**	**(2.710)**	**(144.113)**	**(106.264)**	**(13.291)**	**(119.555)**

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pelas controladas da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são:

Consolidado
Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos

	31/12/2011		31/12/2010	
Derivativos com propósito de proteção	Resultado financeiro	Patrimônio líquido	Resultado financeiro	Patrimônio líquido
Riscos cambiais	(9.701)	(27.606)	(68.141)	(30.453)
Riscos de taxas de juros	(3.389)	(23.680)	(3.143)	
Total	**(13.090)**	**(51.286)**	**(71.284)**	**(30.453)**

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro:

Consolidado

Vencimento	Derivativos líquidos
2012	(78.918)
2013	(14.799)
2014	(12.997)
Após 2014	(37.399)
Receber/pagar	**(144.113)**

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Consolidado

Descrição	Controlada	Contraparte	Início Vencimento	Posição	Nocional US$/EUR 31/12/2011	Nocional US$/EUR 31/12/2010	Nocional R$/US$ 31/12/2011	Nocional R$/US$ 31/12/2010	Valor Justo 31/12/2011	Valor Justo 31/12/2010	Efeitos no Resultado 31/12/2011	Efeitos no Resultado 31/12/2010
Opção												
Ativo	Enertrade	Bio Energias	23/04/2010	Opção de compra						400		
Passivo			31/12/2011	energia elétrica								
									–	**400**	**–**	**–**
Swap												
Ativo	Bandeirante	Banco Citibank	19/03/2004	Libor + 4,375% a.a	651	3.244	1.897	9.451	1.221	5.477	403	242
Passivo			14/02/2012	104,69% do CDI					2.450	11.973	716	1.755
									(1.229)	**(6.496)**	**(313)**	**(1.513)**
Ativo	Bandeirante	Banco Citibank	14/12/2004	Libor + 4,375% a.a	244	1.216	676	3.368	214	2.055	8	91
Passivo			14/02/2012	118,94% do CDI					816	4.036	545	659
									(602)	**(1.981)**	**(537)**	**(568)**
Ativo	Bandeirante	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,375% a.a	407	2.027	1.174	5.848	766	3.439	187	152
Passivo			14/02/2012	109,70% do CDI					1.324	6.442	522	994
									(558)	**(3.003)**	**(335)**	**(842)**
Ativo	Bandeirante	Banco JP Morgan	05/04/2006	Libor + 4,375% a.a	325	1.622	846	4.223	613	2.751	150	121
Passivo			14/02/2012	109,50% do CDI					934	4.562	369	702
									(321)	**(1.811)**	**(219)**	**(581)**
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor	93.240	93.240	174.900	170.087	174.642	153.799		
Passivo			01/10/2021	Var. USD + 5,79% a.a.					212.227	171.934	1.399	11.568
									(37.585)	**(18.135)**	**(1.399)**	**(11.568)**
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	02/04/2012	Var. USD + Libor	70.261	70.261	131.796	128.169	131.601	115.895		
Passivo			01/10/2024	Var. USD + 5,82% a.a.					166.363	131.399	1.432	9.889
									(34.762)	**(15.504)**	**(1.432)**	**(9.889)**
Ativo	Porto do Pecém	Banco Citibank	16/11/2009	100% Libor		326.077		630.697		543.137		
Passivo			16/11/2011	100% USD + 2,0895% a.a						546.978	(1.205)	2.450
									–	**(3.841)**	**1.205**	**(2.450)**
NDF												
Comprada	Porto do Pecém	Banco Citibank	17/10/2007	USD	163.500	172.833	306.693	416.583				
Vendida			16/11/2011	R$					69.017	68.392	10.102	43.624
									(69.017)	**(68.392)**	**(10.102)**	**(43.624)**
					Nocional EUR 31/12/2011	Nocional EUR 31/12/2010	Nocional USD 31/12/2011	Nocional USD 31/12/2010				
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR	86	857	161	1.219				
Vendida			16/01/2012	USD					17	131	(64)	83
									(17)	**(131)**	**64**	**(83)**
					Nocional EUR 31/12/2011	Nocional EUR 31/12/2010	Nocional R$ 31/12/2011	Nocional R$ 31/12/2010				
Comprada	Porto do Pecém	BTG Pactual	30/06/2009	EUR	33	333	62	422				
Vendida			16/01/2012	R$					22	260	22	166
									(22)	**(260)**	**(22)**	**(166)**

32.7 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

		Consolidado	
	Nota	2011	2010
Total dos empréstimos e debêntures	19 e 20	3.613.586	3.385.906
Menos: caixa e equivalente de caixa	4	(895.868)	(1.126.449)
Dívida líquida		2.717.718	2.259.457
Total do Patrimônio Líquido		6.547.638	6.455.121
Total do capital		9.265.356	8.714.578
Índice de alavancagem financeira - %		29,33	25,93

33 Compromissos contratuais e Garantias

33.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora 31/12/2011		
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
Responsabilidades com locações operacionais	145	145	
Obrigações de compra	39.993	27.607	12.386
	40.138	**27.752**	**12.386**

		Consolidado 31/12/2011				
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	19 e 20	3.613.586	579.721	1.850.652	533.395	649.818
Contratos de Mútuos	9	66.905	36.212	30.693		
Responsabilidades com locações operacionais		153.401	84.150	62.344	902	6.005
Obrigações de compra		41.302.625	4.933.015	9.658.006	6.522.801	20.188.803
Uso do bem público	24	251.323	20.184	50.190	42.457	138.492
Contraprestação contingente	25	126.224	126.224			
Licenças ambientais	25	37.528	20.321	17.207		
Desmantelamento	25	1.908				1.908
		45.553.500	**5.799.827**	**11.669.092**	**7.099.555**	**20.985.026**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Especificamente nas distribuidoras, na sua maioria, os compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia necessários para que as controladas consigam cumprir os seus objetivos de investimento de médio e longo prazo, bem como garantir o fornecimento de energia aos seus clientes no Brasil.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional das companhias do Grupo.

33.2 Garantias

	Controladora		Consolidado	
Tipo de garantia oferecida	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
	Valor	**Valor**	**Valor**	**Valor**
Aval de acionista	19.610	19.208	217.244	101.683
Bens imóveis				20.742
Bens móveis (veículo)				79
Depósito Caucionado	222	222	66.789	72.195
Fiança Bancária	7.879	7.482	237.680	261.517
Fiança Corporativa			890.725	779.034
Garantias em recebíveis			277.647	235.726
Notas Promissórias	3.029.991	3.692.079	3.315.671	3.952.869
Penhor de Ações			2.047.840	1.897.179
Seguro garantia		1.387	163.400	164.342
Penhor de Direitos			585.318	757.599
	3.057.702	**3.720.378**	**7.802.314**	**8.242.965**

Aval de acionista: o aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade na Controladora, refere-se aos contratos de seguros de vida e no Consolidado R$63.545 referem-se aos contratos de compra e venda de energia, R$55.038 decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos e R$98.661 referentes aos contratos de seguro de vida.

Bens imóveis: corresponde a Alienação Fiduciária de cinco transformadores elevadores de tensão, capacidade unitaria de 190 MVA na controladora indireta Invesco.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras, em sua maioria com o BNDES, nota 10.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade na Controladora, refere-se aos depósitos para ações tributárias e judiciais. No Consolidado os valores mais representativos encontrados em sua totalidade são R$55.668 referentes aos contratos de empréstimos e financiamentos e R$8.378 decorrentes de Contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual o banco, que é o fiador, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pelo banco.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade na Controladora, refere-se aos contratos de ações judiciais e tributárias. No Consolidado os valores mais representativos encontrados em sua totalidade são R$112.215 ações tributárias, R$74.439 referentes aos contratos de compra e venda de energia e R$40.450 decorrentes de ações judiciais.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. As fianças corporativas foram emitidas pela EDP - Energias do Brasil e pela EDP Eletrecidade de Portugal S.A para as controladas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade no Consolidado, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, no valor de R$585.132 e Debêntures R$305.593.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade no Consolidado, R$92.271 refere-se aos Contratos de empréstimos e financiamentos, R$136.377 decorrentes de contratos de compra e venda de energia e R$ 48.999 referente aos Contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2011 o montante de R$3.287.636 refere-se aos Contratos de empréstimos e financiamentos e o montante de R$28.035 a Cessão de Crédito da Tangará e Caiuá.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Penhor de ações em sua totalidade no Consolidado, refere-se aos Contratos de empréstimos e financiamentos. A responsabilidade final das ações dadas como garantia das controladas Pantanal, Santa Fé, Enerpeixe, Investco e Porto do Pecém, pertencem à EDP - Energias do Brasil na proporção de sua participação.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade no Consolidado, R$126.086 refere-se aos contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão e R$37.314 decorrentes dos contratos de compra e venda de energia.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, da UHE Assis Chateaubriand (Pantanal), UHE Peixe Anglical (Enerpeixe) e PCH Francisco Gros (Santa Fé) compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade no Consolidado, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

34 Ativos financeiros disponíveis para venda

Referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais, correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito dessa negociação, a Companhia tinha a opção de converter essas ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos a partir de 11 de setembro de 2008, ao preço de eventual oferta pública. Após este período, se a oferta pública não ocorresse a Companhia deveria exercer a opção de converter as ações em até um ano ao preço unitário fixo de R$5,68.

Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela EDP - Energias do Brasil sobre a Denerge para as ações da Rede Energia S.A., tendo sido reconhecida um perda de marcação a mercado contra o resultado do exercício, no montante de R$12.808, por contrapartida dos Outros resultados abrangentes.

O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$33.011 e a valorização do período entre 30 de setembro e 31 de dezembro de 2011, no montante de R$5.018 está registrado contra Outros resultados abrangentes.

35 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora 31/12/2011	Consolidado 31/12/2011
Subestações		949.572
Usinas		2.862.217
Prédios e conteúdos (próprios)		58.695
Prédios e conteúdos (terceiros)	13.474	77.685
Responsabilidade civil	48.556	582.504
Transportes (materiais)		21.569
Transportes (veículos)	1.600	13.355
Acidentes pessoais	34.947	235.881

36 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

36.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "*Holding*" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O resultado de equivalência patrimonial é integralmente eliminado na coluna "Eliminação"

	2011							
	Distribuição	**Geração**	**Transmissão**	**Comercialização**	***Holding***	**Outros**	**Eliminação**	**Total**
Receitas	3.928.709	1.096.357	6.518	921.735	1.384		(553.041)	5.401.662
Custo do serviço de energia elétrica								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(1.912.360)	(61.865)		(860.457)			531.860	(2.302.822)
Encargos de uso da rede elétrica	(568.800)	(88.455)		(14.381)			20.238	(651.398)
	(2.481.160)	**(150.320)**	**–**	**(874.838)**	**–**	**–**	**552.098**	**(2.954.220)**
Custo de operação								
Pessoal	(142.839)	(20.781)	(576)	(3.355)				(167.551)
Materiais e serviços de terceiros	(191.060)	(30.078)	(907)	(1.186)			545	(222.686)
Depreciações e amortizações	(161.704)	(99.414)		(76)				(261.194)
Outros custos de operação	(32.611)	(3.093)	(73)	(313)				(36.090)
	(528.214)	**(153.366)**	**(1.556)**	**(4.930)**	**–**	**–**	**545**	**(687.521)**
	(3.009.374)	**(303.686)**	**(1.556)**	**(879.768)**	**–**	**–**	**552.643**	**(3.641.741)**
Custo do serviço prestado a terceiros	(5.047)	(439)		(62)				(5.548)
Lucro bruto	**914.288**	**792.232**	**4.962**	**41.905**	**1.384**	**–**	**(398)**	**1.754.373**
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(36.111)	(860)		(3.424)	(1.430)			(41.825)
Despesas gerais e administrativas	(182.887)	(53.272)	(205)	(6.430)	(67.642)	(47)		(310.483)
Depreciações e amortizações	(9.036)	(62.821)		(346)	(12.192)			(84.395)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(102.089)	(36.515)	(38)	555	12.479	(84)		(125.692)
	(330.123)	**(153.468)**	**(243)**	**(9.645)**	**(68.785)**	**(131)**	**–**	**(562.395)**
Resultado do serviço	**584.165**	**638.764**	**4.719**	**32.260**	**(67.401)**	**(131)**	**(398)**	**1.191.978**
Resultado das participações societárias		9.346			569.951		(582.783)	(3.486)
Receitas financeiras	134.678	82.624	628	4.916	30.647	2	(9.434)	244.061
Despesas financeiras	(265.554)	(224.069)	(17)	(2.216)	(44.278)	(803)	9.434	(527.503)
Resultado financeiro	**(130.876)**	**(141.445)**	**611**	**2.700**	**(13.631)**	**(801)**	**–**	**(283.442)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**453.289**	**506.665**	**5.330**	**34.960**	**488.919**	**(932)**	**(583.181)**	**905.050**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(118.782)	(103.113)	(451)	(11.887)	(354)			(234.587)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.630)	26.105		625	2.149			21.249
	(126.412)	**(77.008)**	**(451)**	**(11.262)**	**1.795**	**–**	**–**	**(213.338)**
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias	**326.877**	**429.657**	**4.879**	**23.698**	**490.714**	**(932)**	**(583.181)**	**691.712**
Participações dos acionistas não controladores		(22.041)					(159.347)	(181.388)
Partes Beneficiárias		(19.610)						(19.610)
Resultado líquido do exercício	**326.877**	**388.006**	**4.879**	**23.698**	**490.714**	**(932)**	**(742.528)**	**490.714**
Outras Informações								
Ativo circulante	1.569.745	401.786	10.629	146.423	584.987	1.303	(291.419)	2.423.454
Ativo não circulante	1.189.436	327.278	19.118	18.742	126.687	4.388	(106.872)	1.578.777
Investimentos		(3.895.284)			3.914.550	520	(3.895.339)	(3.875.553)
Propriedades para investimentos	4.186							4.186
Imobilizado	409	5.163.372		567	3.113	3.638		5.171.099
Intangível	2.023.102	781.177		650	255.267	5.326		3.065.522
Passivo circulante	1.656.058	734.372	1.788	112.173	181.191	2.615	(290.649)	2.397.548
Passivo não circulante	1.630.672	2.314.651	102	4.518	98.399	8.972	(129.866)	3.927.448
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.500.148	(270.694)	27.857	49.691	4.605.014	3.588	(3.873.115)	2.042.489

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2010							
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	*Holding*	Outros	Eliminações	Total
Receitas	3.762.738	1.004.121	6.223	741.414			(480.180)	5.034.316
Custo do serviço de energia elétrica								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(1.796.829)	(56.020)		(683.746)			453.521	(2.083.074)
Encargos de uso da rede elétrica	(543.948)	(83.837)		(13.720)			26.359	(615.146)
	(2.340.777)	**(139.857)**	**–**	**(697.466)**	**–**	**–**	**479.880**	**(2.698.220)**
Custo de operação								
Pessoal	(128.725)	(19.613)	(688)	(2.908)				(151.934)
Materiais e serviços de terceiros	(173.432)	(23.202)	(567)	(2.556)			300	(199.457)
Depreciações e amortizações	(149.813)	(92.565)		(55)				(242.433)
Outros custos de operação	(26.267)	(3.293)	(66)	(150)				(29.776)
	(478.237)	**(138.673)**	**(1.321)**	**(5.669)**	**–**	**–**	**300**	**(623.600)**
	(2.819.014)	**(278.530)**	**(1.321)**	**(703.135)**	**–**	**–**	**480.180**	**(3.321.820)**
Custo do serviço prestado a terceiros	(3.785)	(2.174)		(91)				(6.050)
Lucro bruto	**939.939**	**723.417**	**4.902**	**38.188**	**–**	**–**	**–**	**1.706.446**
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(69.566)	(1.638)		(6.916)	(2.132)			(80.252)
Despesas gerais e administrativas	(152.516)	(54.953)	(199)	(6.708)	(65.865)	(48)		(280.289)
Depreciações e amortizações	(14.134)	(49.189)		(109)	(17.993)			(81.425)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(32.781)	(37.838)	(45)	(15)	(5.661)	2.107	(5.315)	(79.548)
	(268.997)	**(143.618)**	**(244)**	**(13.748)**	**(91.651)**	**2.059**	**(5.315)**	**(521.514)**
Resultado do serviço	**670.942**	**579.799**	**4.658**	**24.440**	**(91.651)**	**2.059**	**(5.315)**	**1.184.932**
Resultado das participações societárias		3.479			673.282		(678.598)	(1.837)
Receitas financeiras	190.023	46.973	188	2.940	26.428	1	(8.430)	258.123
Despesas financeiras	(208.756)	(224.920)	(6)	(2.887)	(26.855)	(519)	8.430	(455.513)
Resultado financeiro	**(18.733)**	**(177.947)**	**182**	**53**	**(427)**	**(518)**	**–**	**(197.390)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**652.209**	**405.331**	**4.840**	**24.493**	**581.204**	**1.541**	**(683.913)**	**985.705**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(132.951)	(83.179)	(293)	(9.716)	(3.115)			(229.254)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(62.453)	30.902		1.957	9.784			(19.810)
	(195.404)	**(52.277)**	**(293)**	**(7.759)**	**6.669**	**–**	**–**	**(249.064)**
Resultado líquido antes da participação acionistas não controladores e partes beneficiárias	**456.805**	**353.054**	**4.547**	**16.734**	**587.873**	**1.541**	**(683.913)**	**736.641**
Participações dos acionistas não controladores		(21.237)					(115.689)	(136.926)
Partes Beneficiárias		(17.157)						(17.157)
Resultado líquido do exercício	**456.805**	**314.660**	**4.547**	**16.734**	**587.873**	**1.541**	**(799.602)**	**582.558**
Outras Informações								
Ativo circulante	1.802.192	1.188.611	10.013	115.158	584.936	1.635	(242.933)	3.459.612
Ativo não circulante	1.126.863	522.179	19.425	18.128	176.439	4.219	(144.429)	1.722.824
Investimentos		3.771.099			3.771.044	520	(3.746.949)	3.795.714
Propriedades para investimentos	4.347						4	4.351
Imobilizado	446	4.799.228		684	1.894	206		4.802.458
Intangível	2.015.513	1.081.144		958	266.852	382		3.364.849
Passivo circulante	1.732.693	947.712	1.777	85.895	166.338	513	(243.179)	2.691.749
Passivo não circulante	1.586.314	2.183.798	53	4.567	80.349	6.702	(149.849)	3.711.934
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.630.354	8.230.751	27.608	44.466	4.554.478	(253)	(3.741.279)	10.746.125

37 Eventos Subsequentes

Contraprestação Contingente

Em 26 de janeiro de 2012, foram realizados os pagamentos da contraprestação contingente (Nota 1.2) no montante de R$43.548, referente a prorrogação do contrato de concessão e ao aumento da potência da usina e a homologação do REIDI. O valor pago pela controlada CEJA foi de R$39.169 e pela controlada indireta ECE Participações foi de R$4.379.

Contingências judiciais Cíveis

Em 3 de fevereiro de 2012 foi efetuado o pagamento de depósito judicial no valor de R$6.375, referente a Ação Declaratória movida pela White Martins contra a Bandeirante (Processo nº 583.00.2000-577510-1 - 32ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo), em que se discute a ilegalidade da majoração tarifária ocorrida durante o período de congelamento (de fev/86 a nov/86). O processo encontra-se em fase final (execução) e o pagamento do depósito foi efetuado com base nos cálculos apresentados pela White Martins atualizado até setembro de 2011. Tendo em vista a discordância do montante exigido, a controlada Bandeirante apresentará a impugnação aos cálculos da White Martins. O depósito judicial foi realizado no valor pleiteado pela White Martins, a fim de evitar penhora nas contas correntes da controlada Bandeirante, contudo, continuará discutindo o valor da diferença. Tão logo seja resolvida a controvérsia quanto ao valor, a White Martins efetuará o levantamento do depósito, no montante determinado pelo juiz.

Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Em média, a vida útil dos ativos instalados nas concessionárias de distribuição de energia elétrica, passa de 22 para 26 anos, no entanto, para as concessionárias de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil. Foi atualizada a tabela anterior que era de 1997 e também à incorporação de contribuições do setor nacional e internacional para a determinação da vida útil atual. A aplicação das taxas será a partir de 1º de janeiro de 2012, para fins contábeis. Para fins tarifários será aplicado um pro rata, para aquelas distribuidoras que tem revisão tarifária em 2011, como é o caso da controlada Bandeirante.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente - Bandeirante

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADEE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

Considerando que a ANEEL prontamente se posicionou para recorrer da sentença e que ainda não existe uma formalização dos advogados sobre a probabilidade de perda da ação, a Bandeirante, conservadoramente, manteve a provisão constituida conforme instrução da ANEEL.

Eletrobras - Luz Para Todos - Bandeirante

Em 16 de fevereiro de 2012, ocorreu a 2ª liberação no valor de R$7.169, referentes ao contrato ECFS 184/07.

Captação de Empréstimos e financiamentos - Bandeirante e Escelsa

Banco Europeu de Investimento - BEI

Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a liberação de recursos para as controladas Bandeirante e Escelsa no mesmo valor de USD19,740,000 equivalentes a R$34.071 e nas mesmas condições. Principal vencível em parcela única em 20 de fevereiro de 2018 e juros de Libor 6M + 1,2750%, pagos semestralmente.

Para esta operação foi contratado *swap* com o Goldman Sachs do Brasil, replicando o exato fluxo do financiamento, ao custo de 93,40% do CDI.

Também foi contratada garantia bancária com o Banco Santander pelo prazo de 4 anos, prorrogáveis por mais 2 anos. Os pagamentos das comissões incidentes sobre as garantias serão efetuados semestralmente e para eliminar o risco de variação cambial, foram contratados NDFs (*Non Deliverable Forward*) no valor total de USD2.230.063,43 com os Bancos Goldman Sachs do Brasil, Standard de Investimento e Santander.

Participação acionária da Companhia no Balcao Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE

Em 28 de fevereiro de 2012 ocorreu a integralização no Capital Social da BBCE no valor de R$200.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luis Guerra Nunes Mexia
Presidente

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves
Conselheiro

Ana Maria Machado Fernandes
Conselheira
Pedro Sampaio Malan
Conselheiro

Modesto Souza Barros Carvalhosa
Conselheiro
Franscisco Carlos Coutinho Pitella
Conselheiro

DIRETORIA

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Diretor Presidente

Miguel Dias Amaro
Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e de Controle de Gestão

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Vice-Presidente de Geração
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Vice-Presidente de Distribuição

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade
Fabiana Bueno Hernandez
Gestora Operacional de Consolidação Contábil
Contadora - CRC 1SP224652/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
EDP - Energias do Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP - Energias do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP - Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EDP - Energias do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDP - Energias do Brasil S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

No ano de 2011, a EDP Bandeirante prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, com foco na qualidade e na obtenção de resultados.

A evolução econômica do país em 2011 apresentou sinais de acomodação, traduzindo-se em um crescimento de 3,0% no consumo de energia elétrica face a 2010 no mercado de concessão. A repercussão da crise mundial no mercado brasileiro impactou o setor industrial, que apresentou crescimento de 1,0% comparado ao ano anterior. No período, a base de clientes foi incrementada com cerca de 42 mil novos clientes, em sua grande maioria nos setores residencial e comercial.

Resultados Financeiros

A receita operacional líquida atingiu R$ 2.410,6 milhões, 6,7% superior ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA do período foi de R$ 481,4 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação ao resultado obtido em 2010.

O lucro líquido alcançado foi de R$ 222,9 milhões, este resultado foi impactado, principalmente, por uma ação judicial contra a EDP Bandeirante, referente ao Plano Cruzado, do ano de 2.000. Por conta desta ação judicial, o resultado financeiro foi impactado em R$ 52,3 milhões e a conta de contingências em R$ 25,1 milhões.

Investimentos e Otimização de Processos

A EDP Bandeirante, nos últimos dois anos, fez os investimentos mais elevados da sua história desde a privatização. Estes investimentos, que se aproximam de 200 milhões de reais em cada ano, contemplam obras estruturantes para o reforço do nosso sistema elétrico, nomeadamente através da construção de 5 novas subestações e da ampliação de outras 8, que permitiram expandir em 13% a capacidade instalada, em apenas dois anos. Vale ressaltar o incremento nos canais de atendimento, com a inauguração da agência virtual que disponibiliza serviços online aos clientes e a abertura de 2 novas agências, garantindo atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão.

Aplicando ferramentas de inteligência operacional, a EDP Bandeirante reduziu (em cerca de 70%) a quantidade de deslocamentos improcedentes das equipes de manutenção. O projeto Lean, já implantado com sucesso nos centros de manutenção, também traduziu nosso empenho com relação à melhoria nos processos, resultando em maior eficiência operacional e melhor utilização de recursos. Este esforço de otimização também se tem refletido no ciclo comercial, nomeadamente com o projeto de Garantia de Receita, que permitiu alcançar melhorias relevantes na redução de perdas e de inadimplência.

Indicadores Operacionais

Os indicadores técnicos, que medem a continuidade do fornecimento de energia, DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), apresentaram melhora significativa no ano, com destaque para a redução do DEC em 22,6% face a 2010, resultado dos investimentos na modernização das redes e do plano de manutenção preventiva. Durante o ano, foram efetuadas mais de 500 mil podas de árvores que interferem diretamente na rede de distribuição, bem como, a substituição de cruzetas, postes e para-raios. Essas intervenções foram combinadas com a elevação do nível de automação da rede e aumento do número de clientes abrangidos por transferência automática de cargas. Atualmente, já temos cerca de 30% dos nossos clientes abrangidos pela possibilidade de transferência automática de cargas (em 2008 eram apenas 2%). Somos uma das empresas do setor que possui maior avanço nesta área.

As perdas totais tiveram uma redução de 0,81 p.p. e a melhora deste indicador se deve essencialmente à redução das perdas não técnicas em 0,89 p. p., resultado do Projeto Garantia de Receita.

Investimentos em Inovação, Eficiência Energética e Sustentabilidade

Em 2011, a EDP Bandeirante destacou-se também na área de Inovação, lançando o Projeto InovCity que tornará Aparecida a primeira cidade do Estado de São Paulo dotada de uma rede inteligente de energia. A iniciativa, realizada em parceria com a Secretaria de Energia de São Paulo e a Prefeitura de Aparecida, permitirá uma maior eficiência e qualidade na prestação de serviços ao cliente, como a medição inteligente, iluminação pública eficiente, micro-produção com fontes renováveis de energia, mobilidade elétrica e ações de eficiência energética.

Com o foco na segurança, conforto e qualidade de vida dos clientes, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa de Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades carentes. O projeto, no ano de 2011, atendeu mais de 18 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações na educação e orientação ao uso racional e consumo consciente de energia.

Os investimentos sociais externos tiveram continuidade e promoveram a inclusão e o desenvolvimento das comunidades dos 28 municípios que compõem a área de concessão da Empresa. Com foco na educação, desenvolvimento local, cultura e esporte, foram investidos cerca de R$ 1,8 milhão, com mais de 37 mil pessoas beneficiadas.

Merecem destaque os programas EDP nas Escolas, EDP Solidária e EDP Amiga da Criança. Essa atuação garantiu, pelo oitavo ano consecutivo, a certificação como Empresa Amiga da Criança, pela Fundação Abrinq.

Reconhecimentos e Agradecimentos

Com objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes com relação ao fornecimento de energia elétrica e à eficácia dos serviços oferecidos, a EDP Bandeirante participa anualmente da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2011 atingimos um índice de Satisfação com a Qualidade Percebida de 73,4% e no índice de Satisfação Geral alcançamos uma avaliação de 76,5%.

Em 2011 a empresa foi contemplada com medalha de ouro na categoria Grandes Empresas no Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão, pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e pelos resultados apresentados. No Prêmio Nacional da Qualidade a empresa foi destaque, pela primeira vez na sua história, no critério Pessoas, que mensura o desempenho da empresa na gestão dos seus colaboradores.

Em suma, o ano de 2011, foi um ano de novos investimentos no reforço do sistema elétrico da EDP Bandeirante e de melhora no desempenho operacional da empresa, tanto na vertente técnica como na comercial.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

Em 2012 manteremos a política da segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhado de rigorosa gestão financeira e continuaremos empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

António Manuel Barreto Pita de Abreu

Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração

Presidente: António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro: Leandro da Silva Netto

Diretoria

Diretor Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Técnico e de Ambiente: Francisco Alfredo Fernandes
Diretor Comercial: Michel Nunes Itkes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor de Regulação: Donato da Silva Filho
Diretor de Sustentabilidade: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O setor de serviços foi o grande propulsor da economia paulista no ano de 2011. Segundo a SEAD, o PIB paulista, de janeiro a setembro de 2011, cresceu 3,2% em relação a igual período de 2010, refletindo a expansão de 3,8% do setor de serviços, 3,1% dos impostos e 2,2% da indústria. Corroborando esta assertiva, no acumulado até Dez/11 segundo o IBGE, o volume de vendas no comércio varejista ampliado cresceu 5,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

No que se refere ao emprego, segundo Caged/MTE, entre as Unidades da Federação, São Paulo foi a que mais empregou no ano passado: 551.771 vagas. Tal expansão deve-se, principalmente, a geração de empregos nos setores de Serviços (+295.454 postos) e Comércio (+126.644 postos). De acordo com dados do IBGE, em 2011, São Paulo registrou a menor taxa de desocupação média (6,2%) desde o início da série histórica. Nesse período o rendimento médio real cresceu 2,4% em relação a 2010.

O ano de 2011 foi marcado, também, pelo arrefecimento da produção industrial paulista diante da crise financeira na Europa. No ano, dados IBGE, a produção física industrial de São Paulo registrou crescimento de apenas 0,2% impactado pelo desempenho dos segmentos de veículos automotores (-3,0%) e de máquinas para escritório e equipamentos de informática (-15,6%), que mais influenciaram negativamente a taxa global, pressionados principalmente pelas quedas na produção de automóveis; e de computadores e monitores de vídeo, respectivamente. As contribuições positivas vieram da indústria farmacêutica (7,6%), seguida por refino de petróleo e produção de álcool (5,3%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (9,5%) e outros equipamentos de transporte (5,8%).

3. A EDP BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	Unid.	Saldos Dez/11	Saldos Dez/10	Var. %
Financeiros				
Ativo Total	R$ mil	2.577.538	2.656.839	(3,0)
Patrimônio Líquido	R$ mil	791.368	820.271	(3,5)
Dívida Líquida (1)	R$ mil	455.722	370.899	22,9
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,58	0,45	6,7
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	0,95	0,77	(1,4)

Descrição	Unid.	Janeiro - Dezembro 2011	Janeiro - Dezembro 2010	Var. %
Resultados				
Receita Bruta	R$ mil	3.195.487	2.945.965	8,5
Receita Líquida	R$ mil	2.410.625	2.259.256	6,7
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R$ mil	2.003.456	1.850.050	8,3
Resultado do Serviço (EBIT)	R$ mil	407.169	409.206	(0,5)
EBITDA (2)	R$ mil	481.363	482.915	(0,3)
Resultado Financeiro	R$ mil	(88.016)	(3.623)	2.329,4
Resultado antes de Impostos	R$ mil	319.153	405.583	(21,3)
Lucro Líquido	R$ mil	222.901	278.238	(19,9)
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	20,0%	21,4%	-1,4 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	9,2%	12,3%	-3,1 p.p.
Operacionais				
Investimentos Líquidos (3)	R$ mil	184.825	188.948	(2,2)
Nº de Clientes Finais (*)	mil	1.545.296	1.502.998	2,8
Nº de Colaboradores (4) (*)	Unid.	1.103	1.074	2,7
Produtividade (MWh distrib./ empregado) (*)	MWh	13.351	13.324	0,2
Duração Equiv. de Interrupção p/Cliente - DEC (*)	horas	9,43	12,18	(22,6)
Freqüência Equiv. de Interrupção p/Cliente - FEC (*)	vezes	6,17	7,05	(12,5)

(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional
(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais
(4) Considera quantidade de colaboradores + Conselho de Administração + Diretores Estatutários
(*) Não auditado

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

No ano de 2011, a EDP Bandeirante teve a revisão tarifária do 3º ciclo postergada, uma vez que na data de 23 de outubro de 2011 (data contratual), não havia metodologias e procedimentos definitivos publicados pela ANEEL, o que motivou o congelamento das tarifas até a data do próximo reajuste tarifário. Desta forma, o resultado da revisão tarifária embora calculado apenas em 23 de outubro de 2012, terá vigência retroativa a data contratual e os seus efeitos econômicos e financeiros serão considerados no processo de reajuste tarifário como componente financeiro. A melhor estimativa para o impacto regulatório negativo no resultado da distribuidora EDP Bandeirante, relativo à aplicação retroativa desta metodologia, a ser considerado no próximo processo de reajuste tarifário, é de aproximadamente R$ 3 milhões no ano de 2011.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético (MWh)

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 16.413 GWh, apresentando um aumento de 2,0% em relação a 2010.

6.2 Compra de Energia

A energia requerida pela EDP Bandeirante em 2011 foi de 11.933 GWh superior 3,7% à verificada em 2010. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 17,1%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 37,9% e os Contratos Bilaterais 13,8%.

6.3 Energia Distribuída

A EDP Bandeirante faturou 9.313,1 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, representando um crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 5.412,5 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, apresentando uma elevação de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Bandeirante apresentou uma elevação de 2,9%, totalizando 14.725,7 GWh acumulados no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011.

	Janeiro - Dezembro Consumidores (*) 2011	Consumidores (*) 2010	MWh (*) 2011	MWh (*) 2010	R$ Mil 2011	R$ Mil 2010
Receita Operacional Líquida						
Fornecimento						
Residencial	1.415.879	1.377.830	3.260.568	3.081.059	1.102.266	985.661
Industrial	11.348	10.721	3.194.680	3.226.408	843.522	798.335
Comercial	97.927	94.672	1.847.221	1.754.278	562.079	504.500
Rural	8.124	8.159	83.595	81.260	18.471	16.909
Outros (1)	11.781	11.433	880.671	856.492	211.665	193.899
(–) Transferência para TUSD - clientes cativos					(1.327.490)	(1.182.057)
Fornecimento não Faturado					4.004	14.505
Consumo próprio	137	99	4.382	4.709		
Total Fornecimento	**1.545.196**	**1.502.914**	**9.271.117**	**9.004.206**	**1.414.517**	**1.331.752**
Suprimento	2	2	42.024	34.005	2.083	1.788
Total Fornecimento e suprimento	**1.545.198**	**1.502.916**	**9.313.141**	**9.038.212**	**1.416.600**	**1.333.540**
Disponibilização do Sistema de Distribuição	98	82	5.412.538	5.271.572	1.723.222	1.542.911
Total Energia Distribuída	**1.545.296**	**1.502.998**	**14.725.679**	**14.309.783**	**3.139.822**	**2.376.451**
Outras receitas operacionais					47.744	34.748
Energia de curto prazo (2)			443.308	316.095	7.921	34.766
(–) Deduções à receita operacional					(784.862)	(686.709)
Receita Operacional Líquida	**1.545.296**	**1.502.998**	**15.168.987**	**14.625.878**	**2.410.625**	**2.259.256**

(*) Não auditado
(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
(2) Considera recontabilizações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

A classe Residencial apresentou crescimento de 5,8% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo crescimento de 2,8% na base de clientes e maior consumo unitário.

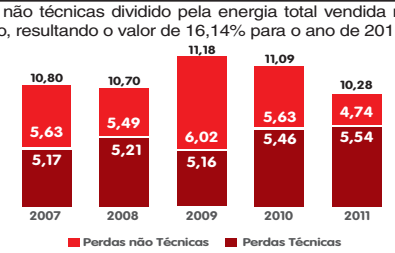
Na classe Industrial de clientes cativos, verificou-se um decréscimo de 1,0% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A classe Comercial apresentou crescimento de 5,3% no fornecimento de energia (GWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

A classe Rural apresentou um aumento de 2,9% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, mesmo apresentando um decréscimo de 0,4% da base de clientes. As demais classes apresentaram um crescimento de 2,8% no fornecimento de energia (GWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

6.4 Perdas Técnicas e Não Técnicas

A ANEEL determina, para cada ano de um período tarifário, o nível máximo de perdas a ser admitido sobre a energia injetada no sistema de distribuição da EDP Bandeirante. Essa determinação pode ser feita mediante a fixação de um valor único para todo o período tarifário ou pela definição de uma "trajetória" ou curva decrescente.

Para o período 2010/2011 esses valores foram estabelecidos em 4,97% para as perdas técnicas e 16,12% para as perdas não técnica (padrão). Vale lembrar que, para este último índice, o valor é calculado considerando a energia total das perdas não técnicas dividido pela energia total vendida no segmento de baixa tensão, resultando o valor de 16,14% para o ano de 2011.



6.5 Combate às Perdas Não Técnicas

No final de 2010, penúltimo ano do 2º ciclo de revisão tarifária 2008-2011, apesar dos grandes investimentos e implementação de várias medidas de Combate às Perdas não Técnicas, a EDP Bandeirante não atingiu a meta regulatória estipulada pela ANEEL para aquele ano, com prejuízos operacionais registrados na ordem de R$ 20 milhões.

Diante deste cenário de crescente pressão em torno do tema perdas comerciais, e com o desafio em atender a trajetória estabelecida pelo Regulador, no segundo semestre de 2011, a EDP Bandeirante intensificou o seu Programa de Combate às Perdas não Técnicas, através do projeto denominado de Reforço do Programa Revenue Assurance, que resultou no investimento total de R$ 11,51 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com a premissa de priorizar as ações nos grandes consumidores, de modo a garantir/blindar 70% do faturamento da Empresa, foram inspecionados mais de 86.000 unidades consumidores de BT e 2.400 unidades consumidoras de MT, substituídos mais de 35.000 medidores de baixa tensão com mais de 25 anos e instaladas 513 unidades remotas de monitoramento e controle das unidades de MT, além da inauguração do Centro Integrado de Medição na regional de Mogi das Cruzes.
Estas ações resultaram na redução de quase 130 GWh de perdas não técnicas em 12 meses, o que representa uma redução de -3,79 p.p de perdas não técnicas sobre o Mercado de Baixa Tensão.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Bandeirante oferece uma estrutura de atendimento segmentada de acordo com o nível de tensão e classe tais como baixa tensão, média e alta tensão e entidades Municipais, Federais e Estaduais entre outros. Oferecendo diversos canais de relacionamento com o cliente tais como *Call Center*, Agências de Atendimento Presencial, Agência Virtual na Internet, atendimento aos Grandes Clientes, ao Poder Público, aos Clientes Corporativos, à Incorporação de Rede e ao Compartilhamento de Rede.
Para isso a EDP Bandeirante conta uma moderna Central de Atendimento Telefônico (*Call Center*), em conformidade com as exigências do órgão regulador ANEEL e ao decreto 6.523 de 2008 - Lei do SAC, com infraestrutura e parque tecnológico de ponta dedicada para melhor atender seus clientes. Essa Central está estruturada para atendimentos de emergência e comerciais, com opção de atendimento humano e eletrônico, em 2011 foram oferecidas 2.985 mil chamadas. Disponibiliza a Agência Virtual que possibilita aos clientes à solicitação de serviços, consultas e utilidades, registrando um total de 5.992 mil consultas e serviços.
Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Bandeirante está presente em 28 Municípios da sua área de concessão, com uma estrutura composta por 30 lojas de atendimento presencial, que realizaram1.130 mil atendimentos. Para os clientes de média e alta tensão, além do atendimento telefônico e internet, o relacionamento é realizado através de Gestores de Clientes, que atendem presencialmente 2,2 mil clientes por ano.
As Entidades Municipais, Estaduais e Federais contam com uma estrutura exclusiva para atendimento, com opção de atendimento telefônico, eletrônico e presencial. A Ouvidoria da EDP Bandeirante é responsável por acolher as reclamações, elogios, sugestões e críticas dos clientes com garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações além da atribuição de instância administrativa de recursos, como ainda estabelecer a intermediação com os Órgãos Regulamentares ARSESP e ANEEL.
Para o atendimento aos Procons e demais órgão de Defesa do Consumidor também é oferecida estrutura exclusiva de atendimento com um Call Center gratuito, localizado em Mogi das Cruzes, bem como as providências e respostas referentes às reclamações formais e processos administrativos.
A empresa, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos clientes no pagamento de sua fatura de energia elétrica, disponibiliza, além dos pagamentos eletrônicos (internet, débito automático, autopagamento), 1.642 pontos de pagamento, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Bandeirante participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes. Em 2011, a EDP Bandeirante atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 73,4%. O ponto da pesquisa a destacar é o IAC - Índice de Aprovação do Cliente avaliado em 81,9%, ficando acima da média ABRADEE (78,6%).

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2011 foram de R$ 184,8 milhões já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os Juros capitalizados representam R$ 10,8 milhões.

	Janeiro - Dezembro		
Investimento - R$ Mil	**2011**	**2010**	**Variação R$ Mil**
Expansão do Sistema Elétrico	130.184	125.498	4.686
Melhoramento da Rede	48.831	50.780	(1.949)
Universalização	4.421	7.003	(2.582)
Telecom., Informática e Outros	26.686	21.153	5.533
Subtotal [1]	**210.122**	**204.434**	**5.688**
(–) Obrigações Especiais [2]	(25.296)	(15.486)	(9.810)
Investimento Líquido	**184.826**	**188.948**	**(4.122)**

(1) Subtotal = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados.
(2) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união estado e municípios nos projetos de investimentos

8.1 Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento a demanda de mercado foram investidos R$ 130,2 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição, visando à ligação de novos clientes e à instalação de sistemas de medição. Vale destacar que, deste montante, R$ 47,4 milhões, foram destinados à construção de novas subestações e linhas além da ampliação e recapacitação de ativos dessa natureza. No que tange a novas subestações, foram concluídas as SE's Satélite (120 MVA), Kida Macedo (40 MVA), Jardim (40 MVA) e Araretama (40 MVA), sendo as 3 primeiras para atendimento a região de Guarulhos e a última, para a região de Pindamonhangaba.
Neste ano concluíram-se as ampliações/remodelações das subestações Cumbica e Valter José em Guarulhos, Caraguatatuba no Litoral Norte, Jambeiro no Vale do Paraíba e Vale do Sol em São José dos Campos.

8.2 Melhoramento da Rede

Os investimentos em melhoramento de redes totalizaram R$ 48,8 milhões, que foram aplicados, principalmente, na substituição de equipamentos e medidores obsoletos, no recondutoramento de redes em final de vida útil e em ações de combate às perdas não técnicas. Tais medidas propiciam a modernização do sistema elétrico, com melhoria de qualidade do fornecimento de energia elétrica e expressiva redução das perdas.

8.3 Universalização

Os investimentos na Universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R$ 4,4 milhões, que foram destinados à ligação, dos clientes da área urbana e rural com demanda inferior a 50 kW. Neste Programa, a EDP Bandeirante somou esforços, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua.

8.4 Tecnologia da Informação

Foram investidos o total de R$ 16,3 milhões, sendo que R$ 1,1 milhões refere-se às aquisições de *Hardwares* e *Softwares* necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações que visa à otimização e organização dos processos da organização além de diminuir o risco de indisponibilidades e falhas por obsolescência e R$ 15,2 milhões referente aos projetos necessários para atender as obrigações Fiscais, Legais e Órgãos Regulatórios. Os principais projetos investidos refere-se à Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação da nova resolução normativa ANEEL nº 414/2010 que trata da revisão da Resolução Normativa ANEEL nº 456/2000 que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. A revisão também incorpora regras afins contidas em várias resoluções da ANEEL, como as resoluções nº 457/2000, nº 615/2002, nº 258/2003, nº 61/2004, nº 207/2006, nº 250/2007, nº 363/2009, nº 373/2009 e nº 384/2009 e a Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece a alteração no controle patrimonial da empresa.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R$ 8,9 milhões e destaca-se, entre as diversas ações, a implantação de dez novos acessos à Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade - RTDAC, interligando via rádio digital o COS (Centro de Operação Sistema) com subestações reduzindo custos de aluguel de links. No Sistema PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia foram prosseguidas as implantações de microrremotas celulares nas Subestações para transporte de dados do sistema CAE (Centro de Análise de Engenharia) local, integrado a Base de Dados do Sistema PLATOE GRID. Para a melhoria contínua do processo operativo foi implantado o sistema SDM - Sistema de Despacho Móvel, para utilização das equipes de Linhas de Transmissão.
A rede de MT teve a incorporação de 23 sistemas de Transferências Automáticas (TA's) de carga entre alimentadores telecomandados e telesupervisionados através do Sistema PLATOE/SCADA, totalizando 57 TA's. Desta forma mais de 30% dos clientes da EDP Bandeirante são beneficiados.
Na subtransmissão a migração do Sistema ERAC - Esquema Regional de Alívio de Carga instalados nas transmissoras passará para as distribuidoras, essa implantação abrange 49 clientes de AT, que estão recebendo equipamentos para telesupervisionar os níveis de tensão, corrente, frequência, tensão do banco de baterias da subestação, bem como estados dos disjuntores.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Houve uma recuperação significativa dos indicadores de desempenho de qualidade do serviço em 2011, ano em que foram cumpridas as metas ANEEL de DEC e FEC da EDP Bandeirante. Essa conquista foi possível com os investimentos realizados, bem como ao desenvolvimento de melhorias operativas através do novo plano de contingência de atendimento de ocorrências por níveis de operação, à implantação do plano de manutenção preventiva com foco nos sistemas críticos, mas principalmente ao engajamento, dedicação e eficiência de todos os colaboradores da empresa.

Indicador	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011
DEC	Horas	9,6	11,34	12,77	12,18	9,43
FEC	Vezes	5,90	6,30	6,43	7,05	6,17

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano).
FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano).

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas

Descrição	2011	2010	Variação %
Subestações			
Quantidade	**63**	**59**	**6,8**
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	**3.535**	**3.261**	**8,4**
Redes de Distribuição - Própria (Km)	**26.893**	**26.631**	**1,0**
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	884	923	-4,2
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 KV)	13.686	13.482	1,5
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	12.323	12.226	0,8
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	**58.252**	**56.797**	**2,6**
Transformador de Distribuição - Urbano	42.427	41.354	2,6
Transformador de Distribuição - Rural	15.776	15.393	2,5
Transformador de Distribuição - Subterrâneo	49	50	-2,0
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	**3.093**	**2.968**	**4,2**
Potência Instalada na Distribuição - Urbano	2.684	2.580	4,0
Potência Instalada na Distribuição - Rural	383	362	5,8
Potência Instalada na Distribuição - Subterrâneo	26	26	0,0
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	**527.637**	**521.228**	**1,2**
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	399.654	395.388	1,1
Postes em Redes de Distribuição - Rural	127.983	125.840	1,7
Iluminação Pública	**348.124**	**340.956**	**2,1**
Lâmpadas - unidades (de propriedade da empresa)	280.127	276.131	1,4
Lâmpadas - unidades (de propriedade dos municípios)	66.766	63.511	5,1
Redes BT - Km (menor que 1 KV)	1.231	1.314	-6,3

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2011, foram concluídos 15 projetos de P&D e iniciados outros 5, totalizando assim 41 projetos em execução, com investimentos da ordem de R$ 8,25 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Bandeirante destaca o projeto *Inovcity Aparecida*, o qual contempla a instalação de um sistema de medição inteligente completo na cidade de Aparecida/SP, que possibilitará uma real aplicação do conceito das redes inteligentes, criando um ambiente para a realização de testes de gerenciamento da rede, de modo a permitir a avaliação dos impactos sociais e econômicos desta tecnologia, em condições reais de utilização.
Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas, onde houve o reconhecimento através da premiação de 4 dos projetos de P&D executados pela empresa.

10.2 Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes propondo soluções inovadoras e sustentáveis, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Bandeirante, em 2011, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE, aprovados pela ANEEL para o PEE 2009, PEE 2010 e PEE 2011 totalizando assim 50 projetos em execução, com investimentos recorde da ordem de R$ 19,5 milhões. Dentre esses projetos destaca-se a modernização de 65 pontos de iluminação da entrada da cidade de Mogi das Cruzes/SP que antes utilizavam lâmpadas de baixa eficiência e numa ação inédita foram substituídas por lâmpadas LED de alto rendimento e vida útil. Vale ressaltar o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de clientes de baixa renda que de jan/11 até dez/11, foram atendidas mais de 18 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de 92 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de economia. No segundo semestre de 2011, iniciou-se a execução de mais 7 Projetos no âmbito do Programa Boa Energia Solar, que prevêem a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 2.557 famílias, por a alternativa de aquecimento solar e doação de lâmpadas econômicas, com a execução adicional desses projetos atingimos a marca de 5.035 unidades consumidoras beneficiadas neste programa.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	Janeiro - Dezembro		
DRE - R$ Mil	**2011**	**2010**	**Var. %**
Receita Operacional Bruta	3.195.487	2.945.965	8,5
(–) Deduções à Receita Operacional	(784.862)	(686.709)	14,3
(=) Receita Operacional Líquida	**2.410.625**	**2.259.256**	**6,7**
(–) Despesas Operacionais:	**2.003.456**	**1.850.050**	**8,3**
Gerenciáveis	**450.105**	**382.613**	**17,6**
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	108.260	96.182	12,6
Material	12.598	10.403	21,1
Serviços de terceiros	142.107	121.911	16,6
Depreciação e Amortização	74.194	73.709	0,7
Provisão p/créd. liq. duvidosa/ perdas líquidas	17.641	38.585	(54,3)
Provisões para contingências	32.934	3.090	965,8
Aluguéis e arrendamentos	3.105	2.013	54,2
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	32.476	12.775	154,2
Outras	26.790	23.945	11,9
Não gerenciáveis	**1.553.351**	**1.467.437**	**5,9**
Energia elétrica comprada para revenda	1.177.752	1.103.439	6,7
Encargos de uso da rede elétrica	369.460	358.367	3,1
Taxa de fiscalização	6.139	5.631	9,0
EBITDA	**481.363**	**482.915**	**(0,3)**
Margem do EBITDA - %	**20,0%**	**21,4%**	**-1,4 p.p.**
(=) Resultado do Serviço	**407.169**	**409.206**	**(0,5)**
Margem do EBIT - %	**16,9%**	**18,1%**	**-1,2 p.p.**

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 6,7% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 2.410,6 milhões. A elevação verificada de R$ 151,3 milhões pode ser decomposta da seguinte forma: i) crescimento de R$ 249,5 milhões da receita bruta, devido o aumento do fornecimento de energia dos clientes cativos representando R$ 82,8 milhões, decréscimo de suprimentos, energia de curto prazo e outras receitas totalizando R$ 13,6 milhões e disponibilização do sistema de distribuição e transmissão, sendo a variação positiva de R$ 180,3 milhões; ii) aumento das deduções da receita operacional em R$ 98,2 milhões, sendo a principal variação dos impostos e contribuições de R$ 27,7 milhões e outras deduções como os encargos setoriais com uma variação de R$ 70,5 milhões, sendo o principal CCC (Conta de Consumo de Combustível) R$ 51,9 milhões e CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) R$ 17,0 milhões e RGR (Reserva Global de Reversão) e Pesquisa e Desenvolvimento totalizando R$ 1,1 milhões.
A receita de fornecimento a clientes finais (líquida de ICMS) apresentou um incremento de 6,2% no período findo em 31 de dezembro de 2011, atingindo R$ 1.414,5 milhões, já contemplando a dedução de R$ 1.327,5 milhões de receita de uso das instalações e fornecimento não faturado de R$ 4,0 milhões.
As Despesas Operacionais totalizaram R$ 2.003,5 milhões no período de doze meses acumulado até 31 de dezembro de 2011, superiores em 8,3% aos verificados no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Bandeirante, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, aumentaram em 2011 R$ 67,5 milhões, correspondente a +17,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as despesas operacionais não gerenciáveis que correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R$ 1.553,4 milhões, superiores em 5,9% ao praticado no mesmo período do ano anterior, devido principalmente pelo aumento do custo de energia elétrica comprada para revenda em 2011 de R$ 1.177,8 milhões, comparado ao custo verificado em 2010 de R$ 1.103,4 milhões, crescimento de R$ 74,3 milhões. Além disso, houve no mês de setembro estorno de provisão CUSD (custo do uso do sistema de distribuição) com Lajeado no valor de R$ 9,9 milhões, baixa de ativos (perda/ganho na alienação de bens) em R$ 4,8 milhões, reclassificação dos custos dos juros do laudo atuarial impactando negativamente em R$ 5,9 milhões em relação ao ano anterior no valor de R$ 5,0 milhões e também houve a provisão de contingência da White Martins de R$ 25,1 milhões, conforme comunicado ao mercado de 15 de junho de 2011. Houve redução nos saldos de provisão para devedores duvidosos devido a melhorias implementadas no ciclo comercial, processos internos de Revenue Assurance (garantia de receita) e novo critério de contabilização de parcelamento adimplente na EDP Bandeirante.
O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R$ 407,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2011, inferior em 0,5% ao obtido em igual período no ano anterior principalmente devido aos efeitos não recorrentes já citados acima. Verificou-se uma margem líquida de 9,2% no período findo em 31 de dezembro de 2011 enquanto que no mesmo período de 2010 foi de 12,3%. O EBITDA do período foi de R$ 481,4 milhões, inferior em 0,3% ao obtido no mesmo período do ano anterior e a margem EBITDA em 2010 foi de 21,4% enquanto que em 2011 foi de 20,0% no período acumulado até 31 de dezembro de 2011.
O Resultado Financeiro do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 88,0 milhões negativos em virtude da redução das receitas financeiras em R$ 19,4 milhões e aumento das despesas financeiras em R$ 65,0 milhões em relação ao mesmo período de 2010, principalmente impactado no valor de R$ 52,3 milhões referente a ação judicial de reflexos na tarifa no período do plano cruzado da S.A. White Martins conforme publicação a mercado em 15 de junho de 2011. Houve uma reclassificação dos juros (laudo atuarial) no valor de R$ 5,9 milhões (CPC33).
Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R$ 222,9 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, inferior em 19,9% ao registrado em igual período do ano anterior.

11.1 Endividamento

	Saldo em		
Endividamento - R$ Mil	**Dez/11**	**Dez/10**	**Variação %**
Dívidas Bruta [1]	647.376	734.985	(11,9)
Caixa e equivalentes de caixa	(191.654)	(364.086)	(47,4)
(=) Dívidas Líquida	**455.722**	**370.899**	**22,9**

[1] Dívida Bruta = Empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas + Debêntures
Em 31 de dezembro de 2011, a EDP Bandeirante apresentou um endividamento líquido de R$ 455,7 milhões, fechando o ano de 2011 em 22,9% superior com relação ao saldo de dezembro de 2010, principalmente devido ao pagamento do principal das Debêntures de curto prazo.
A dívida bancária bruta da EDP Bandeirante em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 647,4 milhões e é composta por R$ 413,4 milhões de debêntures, R$ 211,5 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras) e de R$ 22,5 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida representou 0,58 vezes o Patrimônio Líquido e 0,45 vezes em 31 de dezembro de 2010.

12. GESTÃO DE PESSOAS

Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Bandeirante, durante o ano de 2011 reformulamos e alinhamos o Programa de Desenvolvimento da Liderança, como parte da estrutura da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP. A Escola de Diretivos tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de Gestão e Liderança do Grupo EDP. Ao mesmo tempo, tem função de acompanhar o potencial que temos no grupo, preparando líderes, gerindo sucessão e facilitando a mobilidade funcional e geográfica. O Programa é composto por 5 Pilares importantes para o Grupo: Estratégia, Liderança, Comunicação, Negociação e Inovabilidade. Cada Pilar possui treinamentos obrigatórios e optativos, dependendo do público alvo de cada iniciativa. Com objetivo de garantir a cultura organizacional da EDP, o programa de integração para novos colaboradores transmite informações sobre a cultura, o Código de Ética, direitos e benefícios concedidos pela Empresa.
No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, Conte Comigo, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

12.1 Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Bandeirante, ao final de 2011, foi de 1.098 colaboradores, 4 colaboradores da alta direção em regime estatutário e 1 conselheiro totalizando 1.103. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.407 perante a 1.406 apresentado em 2010.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

12.2 Programa de Benefícios

A EDP Bandeirante dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/ acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento

Investimentos na ordem de R$ 0,77 milhões foram realizados pela Companhia em capacitação, desenvolvimento, atualização dos colaboradores, correspondendo a uma média de 89 horas por colaborador.

No decorrer do ano, 54 colaboradores foram contemplados com o Programa de Incentivo à Educação Formal, programa realizado desde 2001, que disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão

Foi implantada a segunda etapa do sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Foram preenchidas 224 vagas, das quais 33% foram por recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas ON TOP (programa de estágio) com aproveitamento de 23 estagiários e Energizing Development Program (programa interno de trainees).

12.5 Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.

(ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2011 as taxas de frequência e gravidade da EDP Bandeirante foram de 1,74 e 2648,34 respectivamente,ao mesmo tempo que as prestadoras de serviços, registraram taxas de frequência e gravidade de 5,82 e 2.071,69 respectivamente, e foram realizadas 2.014 inspeções.

A re-certificação OHSAS (Occupational Health and Safety Assessment Series) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação de Estações foi realizada no mês de Julho de 2011.

Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além de exames periódicos, check up's (abrangem executivos), visitas técnicas, monitoramentos de dislipidemias, foram realizadas, em 2011, campanhas de vacinação antigripal, doação de sangue, além de disseminação frequente de boletins relacionados a saúde.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

A EDP Bandeirante manteve a continuidade das ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. Orientada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e por sua Política de Sustentabilidade, as iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais, visando o aprofundamento do diálogo, estabelecimento de parcerias e criação de valor compartilhado.

Em 2011 os investimentos socioculturais promovidos pela Companhia atingiram o valor de R$ 1,8 milhões, beneficiando mais de 37 mil pessoas.

O programa "EDP Solidária" apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 8 mil pessoas.

Com o "EDP Cultura", fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando projetos como a "Exposição Paula Rego" na Pinacoteca do Estado, oficinas artístico-pedagógicas "No princípio era a ação" com o espetáculo teatral "Pinóquio e o Prêmio EDP nas Artes", que capacita e valoriza jovens artistas plásticos de todo Brasil.

Já o Programa EDP nas Escolas beneficiou, com a entrega de kits escolares, teatro nas escola, melhorias do ambiente escolar e concursos culturais, mais de 5 mil alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

O "Programa de Voluntariado da EDP", com apoio, dedicação e talento dos colaboradores da EDP Bandeirante, promoveu em São Paulo diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 500 pessoas atendidas por organizações sociais de todo o Estado. Destaque para o projeto Desafio do Bem e a campanha Natal Solidário.

As práticas de excelência em responsabilidade social corporativa da EDP Bandeirante foram fundamentais para a permanência da EDP Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) pelo sexto ano consecutivo e a renovação do título "Empresa Amiga da Criança".

13.2 Meio Ambiente

Os investimentos e gastos de natureza ambiental da EDP Bandeirante em 2011 foram de R$ 4,9 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas. A instalação de 529 km de redes protegidas de distribuição de energia elétrica em 2011 nos municípios de concessão da Companhia proporciona melhor desempenho do sistema e uma convivência mais harmoniosa com a vegetação em áreas urbanizadas, reduzindo a necessidade de supressão e contribuindo diretamente para a paisagem.

Destaca-se também a manutenção dos convênios com prefeituras firmados em 2010, o lançamento do Guia de Arborização Viária e Áreas Verdes Públicas, um importante documento sobre a arborização em meio urbano detalhando o correto manejo das árvores e a realização de Treinamentos de Podas e Condução de Árvores Urbanas para colaboradores próprios e terceiros.

Por fim, visando à prevenção de passivos ambientais, a EDP Bandeirante continua com seu programa de monitoramento de solos e águas subterrâneas em todas as suas instalações, bem como campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2011, a EDP Bandeirante foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu, e recebeu prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial:

Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica: o projeto de eficiência energética realizado pela EDP Bandeirante com a Prefeitura de Mogi das Cruzes recebeu o título de Reconhecimento de Mérito na categoria Iluminação Pública do prêmio atribuído pela Eletrobrás, por meio do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).

Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão: recebido pela EDP Bandeirante o prêmio é organizado pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão (IPEG) e distingue os melhores sistemas e práticas de gestão do mercado. A EDP Bandeirante recebeu medalha de ouro na categoria Grandes Empresas do Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão (PPQG), pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e na qualidade dos serviços prestados.

Prêmio de Pesquisa e Inovação: a EDP Bandeirante recebeu o prêmio em 1º lugar no VI Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (Citenel), realizado em Fortaleza no Ceará, com o artigo "Odin: Metodologia para a Otimização do Despacho Interligado Nacional".

Prêmio Nacional da Qualidade - a EDP Bandeirante foi destaque no Prêmio Nacional da Qualidade no critério *Pessoas*, por se relacionar com seus colaboradores de acordo com critérios estabelecidos pelo Modelo de Excelência da Gestão (MEG). Ganhou evidência o Programa Conciliar, Conciliar com os Filhos, Clube da Corrida e benefícios às gestantes.

A EDP Bandeirante recebeu a premiação de *"Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável"*, promovido pelo Instituto Ambiental Biosfera.

A EDP Bandeirante renovou o selo *Empresa Amiga da Criança 2011*, promovido pela Fundação Abrinq.

A EDP Bandeirante foi colocada na *401ª posição no ranking das 500 Maiores Empresas da América Latina*, promovido pela Revista América Economia.

Prêmio APEx (Aptel de Excelência) - A EDP Bandeirante conquistou o 1º lugar no Prêmio APExpromovido pela Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e Sistemas Privados de Telecomunicações - APTEL - pelo desenvolvimento em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Projeto ClimaGridpor utilizar sistemas de telecomunicações e tecnologia da informação de forma produtiva e inovadora para aprimorar os serviços aos seus clientes.

A EDP Bandeirante certificou o processo de tratamento das reclamações na ISO 9001:2008.

15. BALANÇO SOCIAL - (MODELO IBASE)

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)	2010 Valor (Mil reais)
Receita Líquida (RL)	2.410.625	2.259.256
Resultado Operacional (RO)	319.153	405.583
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	95.714	95.215

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	10.598	11,07%	0,44%	7.177	7,54%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	25.689	26,84%	1,07%	23.751	24,94%	1,05%
Previdência privada	2.854	2,98%	0,12%	4.997	5,25%	0,22%
Saúde	9.490	9,92%	0,39%	7.395	7,77%	0,33%
Segurança e saúde no trabalho	394	0,41%	0,02%	987	1,04%	0,04%
Educação	229	0,24%	0,01%	278	0,29%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.311	1,37%	0,05%	1.502	1,58%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	235	0,25%	0,01%	107	0,11%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	6.816	7,12%	0,28%	8.291	8,71%	0,37%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.495	1,56%	0,06%	1.183	1,24%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	**59.111**	**61,76%**	**2,45%**	**55.668**	**58,47%**	**2,46%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	635	0,20%	0,03%	452	0,11%	0,02%
Cultura	898	0,28%	0,04%	731	0,18%	0,03%
Saúde e Saneamento	40	0,01%	0,00%	80	0,02%	0,00%
Esporte	175	0,05%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	50	0,02%	0,00%	119	0,03%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**1.798**	**0,56%**	**0,07%**	**1.382**	**0,34%**	**0,06%**
Tributos (excluídos encargos sociais)[2]	1.727.895	541,40%	71,68%	1.563.513	385,50%	69,20%
Total - Indicadores sociais externos	**1.729.693**	**541,96%**	**71,75%**	**1.564.895**	**385,84%**	**69,27%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	4.989	1,56%	0,21%	3.748	0,92%	0,17%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**4.989**	**1,56%**	**0,21%**	**3.748**	**0,92%**	**0,17%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período (*)	1.102	1.074
Nº de admissões durante o período	180	121
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.660	1.390
Nº de estagiários(as)	58	67
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	270	303
Nº de mulheres que trabalham na empresa	232	254
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,4%	25,9%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (**)	119	122
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,2%	6,6%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	39	38

6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor **remuneração** na empresa	57,10			57,10		
Número total de acidentes de trabalho	44			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos (as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 74.360	no Procon 1.836	na Justiça 1.157	na Empresa 69.898	no Procon 1.763	na Justiça 1.111
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,4%	no Procon 100%	na Justiça 18%	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 25%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2011: 2.232.153**			**Em 2010(1): 2.044.899**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	78% governo 4% colaboradores(as) 2% acionistas 8% terceiros 8% retido			77% governo 4% colaboradores(as) 3% acionistas 5% terceiros 11% retido		

7 - Outras Informações

(*) Não inclui Conselheiros.

(**) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(1) O Resultado Operacional (RO), do exercício de 2010, foi alterado devido a reclassificação nas Demonstrações de Resultados da rubrica Outros Resultados para a rubrica Outras Despesas e Receitas Operacionais. O valor de Tributos (excluídos encargos sociais) e Valor Adicionado Total a Distribuir, do exercício de 2010, foram alterados devido a reclassificação nas Demonstrações do Valor Adicionado dos créditos de PIS/COFINS da rubrica Impostos, Taxas e Contribuições, em Distribuição do Valor Adicionado, para as rubricas que deram origem a estes créditos, em Geração do Valor Adicionado.

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

16. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Bandeirante informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2011, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011.

18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Bandeirante.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	191.654	364.086
Consumidores e concessionárias	5	453.640	430.004
Impostos e contribuições sociais	6	232.456	199.542
Estoques		21.174	15.436
Cauções e depósitos vinculados	9	149	362
Despesas pagas antecipadamente		1.050	1.097
Outros créditos	10	81.550	92.649
		981.673	**1.103.176**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	11	188.432	135.379
Consumidores e concessionárias	5	52.943	48.860
Impostos e contribuições sociais	6	21.317	19.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	210.213	209.117
Partes relacionadas	8	1.421	963
Cauções e depósitos vinculados	9	63.885	115.798
Outros créditos	10	25.484	12.446
		563.695	**542.044**
Propriedades para investimentos	12	3.053	3.053
Imobilizado	13	136	173
Intangível	14	1.028.981	1.008.393
		1.032.170	**1.011.619**
Total do ativo		**2.577.538**	**2.656.839**

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	325.473	302.629
Impostos e contribuições sociais	6	246.766	265.584
Dividendos	22.2	48.907	61.614
Debêntures	16	24.825	109.245
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	62.041	67.219
Benefícios pós-emprego	18	18.317	19.245
Obrigações estimadas com pessoal	19	21.864	20.920
Encargos regulamentares e setoriais	20	130.916	98.061
Provisões	21	6.900	6.572
Outras contas a pagar	10	80.523	78.032
		966.532	**1.029.121**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	40.713	34.291
Debêntures	16	388.550	388.001
Empréstimos e financiamentos	17	171.960	170.520
Benefícios pós-emprego	18	82.718	100.865
Partes relacionadas	8	856	15
Encargos regulamentares e setoriais	20	885	7.064
Provisões	21	80.685	69.410
Reserva para reversão e amortização	2.2.p	17.248	17.248
Outras contas a pagar	10	36.023	20.033
		819.638	**807.447**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	254.628	254.628
Reservas de capital	22.3	334.728	334.728
Reservas de lucros	22.3	228.504	262.934
Outros resultados abrangentes	22.3	(26.492)	(32.019)
		791.368	**820.271**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.577.538**	**2.656.839**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	**254.628**	**334.728**	**219.128**	**1.348**	**5.257**	**815.089**
Dividendo adicional aprovado - AGO 08/04/2010			(172.358)			(172.358)
Lucro líquido do exercício					278.238	278.238
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			14.174		(14.174)	–
Dividendos intermediários (JSCP)					(38.104)	(38.104)
Dividendo adicional aprovado					(29.227)	(29.227)
Dividendo adicional proposto			201.990		(201.990)	–
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós–emprego				(50.556)		(50.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				17.189		17.189
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**254.628**	**334.728**	**262.934**	**(32.019)**	**–**	**820.271**
Dividendo adicional aprovado - AGO 05/04/2011			(201.990)			(201.990)
Lucro líquido do exercício					222.901	222.901
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.536		(1.536)	–
Dividendos intermediários (JSCP)					(42.892)	(42.892)
Dividendo adicional aprovado					(12.449)	(12.449)
Dividendo adicional proposto			166.024		(166.024)	–
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				8.374		8.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(2.847)		(2.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**254.628**	**334.728**	**228.504**	**(26.492)**	**–**	**791.368**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	319.153	405.583
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	17.641	38.585
Ativo financeiro indenizável - baixa	4.764	
Depreciações e amortizações	74.194	73.709
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	17.194	18.997
Fornecedores - atualização monetária	3.067	11.414
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	75.659	68.527
Provisão (reversão) para plano de benefícios pós-emprego	6.797	(4.883)
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	91.754	13.567
Ajuste a valor presente	(2.543)	(2.337)
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	33.614	25.233
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(8.862)	(14.861)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	8.987	8.389
Outros	52	(471)
	641.471	**641.452**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(42.817)	(43.763)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	57.904	20.839
Estoques	(5.789)	(6.173)
Cauções e depósitos vinculados	(5.084)	(69.387)
Despesas pagas antecipadamente	47	(478)
Outros ativos operacionais	(1.939)	(5.999)
	2.322	**(104.961)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	19.777	52.981
Outros tributos e contribuições sociais	(32.617)	(14.641)
Benefícios pós-emprego	(17.498)	(8.491)
Obrigações estimadas com pessoal	944	(50)
Encargos regulamentares e setoriais	(6.938)	12.186
Provisões	(14.080)	(13.472)
Devolução ao consumidor - PIS e Cofins COSIT 27	(25.108)	(4.002)
Outros passivos operacionais	583	(6.527)
	(74.937)	**17.984**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**568.856**	**554.475**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(129.974)	(85.732)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**438.882**	**468.743**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(184.825)	(188.948)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(184.825)**	**(188.948)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	383	563
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(263.604)	(223.797)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	61.707	399.528
Amortização de Principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquido de derivativos	(224.975)	(429.734)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(426.489)**	**(253.440)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(172.432)**	**26.355**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	191.654	364.086
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	364.086	337.731
	(172.432)	**26.355**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
Receitas	23	**2.410.625**	**2.259.256**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.177.752)	(1.103.439)
Encargos de uso da rede elétrica		(369.460)	(358.367)
	24	**(1.547.212)**	**(1.461.806)**
Custo de operação			
Pessoal		(73.577)	(63.449)
Materiais e serviços de terceiros		(97.011)	(81.395)
Depreciações e amortizações		(65.235)	(62.803)
Outros custos de operação		(17.407)	(18.208)
	24	**(253.230)**	**(225.855)**
		(1.800.442)	**(1.687.661)**
Custo do serviço prestado a terceiros	24	(2.930)	(2.429)
Lucro bruto		**607.253**	**569.166**
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(18.014)	(38.669)
Despesas gerais e administrativas		(101.511)	(89.360)
Depreciações e amortizações		(8.959)	(10.906)
Outras despesas e receitas operacionais		(71.600)	(21.025)
	24	**(200.084)**	**(159.960)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**407.169**	**409.206**
Receitas financeiras		81.977	101.330
Despesas financeiras		(169.993)	(104.953)
Resultado financeiro	25	**(88.016)**	**(3.623)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**319.153**	**405.583**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(100.196)	(82.433)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	3.944	(44.912)
	26	**(96.252)**	**(127.345)**
Resultado líquido do exercício		**222.901**	**278.238**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**5,70**	**7,12**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Resultado líquido do exercício		222.901	278.238
Outros resultados abrangentes	22.3.2		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		8.374	(50.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.847)	17.189
Resultado abrangente do exercício		**228.428**	**244.871**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**4.030.933**	**3.664.534**
Receita operacional	4.048.371	3.701.617
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(17.641)	(38.585)
Outras receitas	203	1.502
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.806.563)**	**(1.647.256)**
Custos da energia comprada	(1.177.752)	(1.103.439)
Encargos de uso da rede elétrica	(369.460)	(358.367)
Materiais	(12.598)	(10.403)
Serviços de terceiros	(142.107)	(121.912)
Outros custos operacionais	(104.646)	(53.135)
Valor adicionado bruto	**2.224.370**	**2.017.278**
Depreciações e amortizações	(74.194)	(73.709)
Valor adicionado líquido produzido	**2.150.176**	**1.943.569**
Receitas financeiras	81.977	101.330
Valor adicionado total a distribuir	**2.232.153**	**2.044.899**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	61.544	48.797
Benefícios	21.754	21.382
FGTS	7.125	7.694
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	887.814	821.556
Estaduais	854.167	756.533
Municipais	3.750	3.733
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	169.993	104.953
Aluguéis	3.105	2.013
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	42.892	38.104
Dividendos	12.449	29.227
	2.064.593	**1.833.992**
Lucros retidos	167.560	210.907
	2.232.153	**2.044.899**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou Bandeirante), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP Energias Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/1998 - ANEEL pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2. Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 5)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 25);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 11)

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Propriedades para investimentos (Nota 12)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufere uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado (Nota 13)

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

f) Intangível (Nota 14)

O intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrentes da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intagível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva e para operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

l) Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

q) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que são reconhecidos no resultado.

t) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Perda ou ganho de receita - baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; e Planos de benefícios pós-emprego.

u) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou um passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento incial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

w) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

y) Contratos de arrendamentos
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

z) Lucro por ação
O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e o Lucro por ação diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.
O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.
A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro
A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados
As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações
As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo
Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Demonstração do Resultado
Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010:
Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS retificando a rubrica de Custos de operação com Depreciações e amortizações no valor de R$10.402, anteriormente alocados na rubrica Despesas gerais e administrativas.
Outros resultados: reclassificação do valor de R$12.775, referente a ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, anteriormente alocadas em Outros resultados para Outras despesas e receitas operacionais.
Parcela de juros de benefícios pós-emprego: reclassificação no valor de R$6.654 de Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras.
Fiança bancária: reclassificação de Outros custos de operação no valor R$84 e Despesas gerais e administrativas no valor de R$823, para Despesas financeiras**.**

2.4.2 Demonstração do Fluxo de Caixa
Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do Lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação no modelo da CVM.

2.4.3 Demonstração do Valor Adicionado
Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:
(i) Créditos de PIS/COFINS no valor de R$164.451 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.
(ii) Parcela de juros de benefícios pós-emprego no valor de R$6.654 anteriormente apresentado na Distribuição do valor adicionado - Pessoal, passou a ser apresentada na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.
(iii) Fiança bancária no valor de R$ 907 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3. Revisão tarifária de 2011
A ANEEL decidiu no dia 18 de outubro de 2011, manter as tarifas atuais da Companhia até a aplicação da nova metodologia do terceiro ciclo de revisão tarifária, ainda em análise. A decisão será consolidada por meio de resoluções homologatórias a serem publicadas no Diário Oficial da União.
O procedimento provisório para tratamento das tarifas das distribuidoras de energia elétrica com revisão tarifária periódica prevista para o ano de 2011 foi aprovado em abril, através da Resolução ANEEL nº 433 de 12 de abril de 2011. A revisão da Companhia acontece a cada quatro anos em 23 de outubro.
Após definição da metodologia do terceiro ciclo de revisões tarifárias, a Companhia terá 28 dias para apresentar as informações iniciais necessárias ao cálculo tarifário da revisão, exceto aquelas relativas à Base de Remuneração Regulatória, que continuam acompanhando a Resolução ANEEL nº 342/2008.
A nova resolução determinará ainda a aplicação retroativa dos novos valores à data contratual das revisões tarifárias. A variação de receita decorrente da diferença entre as tarifas aplicadas no período provisório de vigência da revisão tarifária e as definidas na homologação dos resultados definitivos será calculada e compensada de acordo com o critério a ser definido pela ANEEL.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	103.068	107.460
Aplicações financeiras - renda fixa	88.586	256.626
Total	**191.654**	**364.086**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.
Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 101,4% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.3.

5. Consumidores e concessionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	68.321	49.986	22.356	140.663	(14.018)	126.645	110.289
Industrial	16.267	12.335	11.608	40.210	(8.999)	31.211	20.058
Comércio, Serviços e Outras Atividades	17.742	10.549	10.791	39.082	(4.588)	34.494	22.437
Rural	775	318	296	1.389	(75)	1.314	1.251
Poder Público							
Federal	2.434	80	133	2.647	(33)	2.614	2.812
Estadual	2.592	194	415	3.201	(384)	2.817	2.966
Municipal	4.077	3.179		7.256	(108)	7.148	7.548
Iluminação Pública	5.829	6.693	10.391	22.913	(1.784)	21.129	14.153
Serviço Público	5.493	7.509		13.002	(33)	12.969	19.553
Fornecimento não faturado	177.004			177.004		177.004	171.128
Parcelamentos de débitos	27.370	8.628	18.825	54.823	(26.000)	28.823	41.260
Ajuste a valor presente	314			314		314	1.502
	328.218	**99.471**	**74.815**	**502.504**	**(56.022)**	**446.482**	**414.957**
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	181		31	212		212	
Energia de curto prazo	4.636			4.636		4.636	3.938
Encargos de uso da rede elétrica	1.098	37	1.175	2.310		2.310	4.000
Outros							7.109
	5.915	**37**	**1.206**	**7.158**	**–**	**7.158**	**15.047**
Total Circulante	**334.133**	**99.508**	**76.021**	**509.662**	**(56.022)**	**453.640**	**430.004**
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	8.206			8.206	(5.717)	2.489	6.418
Comércio, Serviços e Outras Atividades	18			18		18	54
Poder público							
Municipal				–		–	3
Parcelamentos de débitos	31.552			31.552		31.552	32.303
(–) Ajuste a valor presente	(6.356)			(6.356)		(6.356)	(10.087)
	33.420	**–**	**–**	**33.420**	**(5.717)**	**27.703**	**28.691**
Concessionárias							
Energia de curto prazo	10.442			10.442	(10.442)	–	
Piratininga	23.259			23.259	(2.180)	21.079	20.169
Eletropaulo	4.280			4.280	(119)	4.161	
	37.981	**–**	**–**	**37.981**	**(12.741)**	**25.240**	**20.169**
Total Não Circulante	**71.401**	**–**	**–**	**71.401**	**(18.458)**	**52.943**	**48.860**

5.1 Energia de Curto Prazo
Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.
Os valores de longo prazo compreendem basicamente a valores decorrentes do racionamento de energia elétrica ocorrido no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002, relativo as interpretações das regras vigentes à época. Esses valores foram integralmente provisionados.

5.2 Concessionária - Piratininga
Os valores de R$21.079 (R$20.169 em 31 de dezembro de 2010) no Ativo Não circulante e de R$21.079 (R$19.335 em 31 de dezembro de 2010) no Passivo circulante e não circulante (Nota 10), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante, realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.
Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

5.3 Ajuste a valor presente
O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 corresponde a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2010), afetando positivamente o resultado do exercício em R$2.543 (positivamente em R$2.337 em 2010).

5.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa
A Companhia efetuou, em junho de 2011, a revisão da metodologia dos critérios de apuração da Provisão para créditos de liquidação duvidosa, referente a acordos de parcelamentos de débitos de consumidores de baixa tensão. No critério anterior, uma provisão para créditos de liquidação duvidosa era constituída para fazer frente ao saldo integral do parcelamento, independentemente da situação de adimplemento ou não do consumidor, e a reversão da respectiva provisão ocorria quando do recebimento de cada parcela e no critério atual, para os consumidores totalmente adimplentes nos parcelamentos, nenhuma provisão é constituída. Em consequência, no resultado do exercício, foi revertido o montante de R$10.697 em contrapartida a rubrica de Despesas operacionais com vendas. A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.5.

6. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	140.982	113.634		
ICMS	64.972	21.770	21.317	19.481
PIS e COFINS	21.523	23.452		
PIS e COFINS - COSIT 27	1.870	40.614		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.481			
Outros	628	72		
Total	**232.456**	**199.542**	**21.317**	**19.481**
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	100.230	80.572		
ICMS	90.718	119.091		
PIS e COFINS	29.336	32.881		
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.433	5.716		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	16.193	22.860	29.688	34.291
Refis - conversão em renda			11.025	
Outros	3.856	4.464		
Total	**246.766**	**265.584**	**40.713**	**34.291**

6.1 ICMS
A variação de R$43.202 na rubrica de ICMS - circulante, refere-se a aquisição de crédito de ICMS de terceiros para compensação com o pagamento do ICMS devido pelas operações de venda de energia. Esta operação está prevista no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, Decreto nº 54.249/09 em seu artigo 84 inciso II. O saldo a pagar ao fornecedor do crédito está apresentado na nota 10.

6.2 PIS e COFINS - COSIT 27
O saldo de R$1.870 (R$40.614 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e da depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, que estão sendo compensados com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu um passivo circulante de igual montante, devolvido integralmente aos consumidores, no período de novembro de 2010 a abril de 2011, através da redução da alíquota efetiva de PIS/COFINS (Nota 10).

6.3 IRRF - Juros sobre capital próprio
Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação. Neste exercício foi retido o montante de R$6.433.

6.4 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09 e Refis conversão em renda
Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.
Composição do parcelamento de impostos - Lei 11.941/09:

	31/12/2011
Principal	22.674
Juros acumulados	32.439
Amortização acumulada	(9.232)
Total	**45.881**

A variação do exercício no valor de R$245 decorre do reconhecimento de juros indexados à taxa SELIC no valor de R$8.987 (Nota 25) aplicados sobre o montante do parcelamento bem como da constituição de encargos financeiros em função da alteração na quantidade de parcelas (de 30 para 60 parcelas), menos a amortização no valor de R$9.232 pagos mensalmente a partir de junho de 2011. Do saldo de R$56.906 em 31 de dezembro de 2011, R$45.881 serão pagos em 34 parcelas de R$1.349 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R$11.025 restantes possuem depósitos judiciais no valor de R$10.096, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/2009), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2011 IRPJ	31/12/2011 CSLL	31/12/2011 Total	31/12/2010 Total	Resultado 2011 IRPJ/CSLL	Resultado 2010 IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais					3.418	(3.418)	(26.442)
Base Negativa da Contribuição Social					5.272	(5.272)	(9.528)
	–	–	–	–	**8.690**	**(8.690)**	**(35.970)**
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	76.539	19.135	6.889	26.024	24.080	1.944	1.342
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	154.929	38.732	13.944	52.676	26.756	25.920	1.082
Provisão para resultados de *swap*	2.451	613	221	834	4.512	(3.678)	(2.975)
Provisão para perdas em estoques	250	63	23	86	68	18	(160)
Provisão para bônus empregados					(13)	13	(307)
Total diferenças temporárias		**58.543**	**21.077**	**79.620**	**55.403**	**24.217**	**(1.018)**
Benefícios pós-emprego - PSAP	**54.027**	**13.507**	**4.862**	**18.369**	**22.277**	**(3.908)**	**(679)**
Ágio incorporado	**283.208**	**70.802**	**25.489**	**96.291**	**102.570**	**(6.279)**	**(6.309)**
Diferenças Temporárias - RTT							
Consumidores - ajuste a valor presente	6.041	1.510	544	2.054	2.920	(866)	(794)
Encargos Financeiros - *Recouponing*	424	106	38	144	756	(611)	(678)
Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	258	65	23	88	7	81	146
Imobilizado em serviços - Intangíveis							(3)
Benefícios a empregados - CPC 33	40.138	10.035	3.612	13.647	16.494		393
Total diferenças temporárias - RTT		**11.716**	**4.217**	**15.933**	**20.177**	**(1.396)**	**(936)**
Total Ativos/Passivos Diferidos		**154.568**	**55.645**	**210.213**	**209.117**	**3.944**	**(44.912)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício de 2011, foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$3.944 e a débito do Patrimônio Líquido em R$2.847.

7.2 O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

7.3 O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da Bandeirante, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$6.018 até o ano de 2027 (Nota 14.1).

7.4 A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 7.2 e 7.3, serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

7.5 Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios.

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Não circulante
48.703	84.225	57.131	10.067	9.999	50	38	210.213

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Outros Créditos										
Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança com a unificação da plataforma do sistema compartilhado	Enerpeixe	01/01/2007	Indeterminado		162	162				
					162	**162**	–	–	–	–
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				680		(6.760)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		108		176		(1.785)	
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através dos despachos nº 2.194/97, nº 1.359/11, nº 1.598/11 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			177		1		2.203
	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			159				3.954
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			32				1.188
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			120		14		2.598
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso à rede compartilhada	Enerpeixe	01/07/2007	Indeterminado		475	475				
Termo de confissão de dívida entre o Instituto EDP e a Bandeirante, aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.821/11	Instituto EDP	01/10/2011	30/09/2014		838				29	
					1.421	**963**	**856**	**15**	**(8.516)**	**9.943**
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025				9	15	(116)	(107)
Compra de energia elétrica	Enerpeixe	23/12/2002	01/10/2003 a 31/01/2016	173,25			18.707	19.340	(141.706)	(139.927)
	Enerpeixe	23/12/2002	01/10/2003 a 31/01/2016	169,30			6.817	6.826	(53.260)	(52.119)
	Energest	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,71			79	63	(601)	(590)
	Energest	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	89,50			59	62	(451)	(441)
	Energest	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	106,92			58	62	(447)	(438)
	Energest	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	153,47			21	22	(163)	(155)
	Investco	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84			148	133	(1.467)	(1.285)
	Investco	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04			4	19	(40)	(206)
	Lajeado Energia	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	126,84			1.246	9.785	(4.628)	(14.159)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,14			1	2	(14)	(15)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	153,47			6	9	(64)	(67)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	142,91			25	29	(209)	(219)
	Santa Fé	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	162,88			45	46	(359)	(322)
					–	–	**27.225**	**36.413**	**(203.525)**	**(210.050)**
				Total	**1.583**	**1.125**	**28.081**	**36.428**	**(212.041)**	**(200.107)**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

c) Os contratos de compra de energia elétrica são reajustados anualmente, sendo os de leilão reajustados pelo índice do IPCA e os contratos bilaterais pelo IGP-M.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 78%

Remuneração Variável: 22%

Conselho Fiscal

Não se aplica

8.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (em R$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	**6 (*)**	**5 (**)**	**11**
Remuneração fixa	**34.848**	**2.193.399**	**2.228.247**
Salário ou pró-labore	29.040	1.642.339	1.671.379
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	115.205	115.205
Encargos sociais	5.808	435.855	441.663
Remuneração Variável	**n/a**	**642.229**	**642.229**
Bônus	n/a	510.198	510.198
Encargos sociais	n/a	132.031	132.031
Total da remuneração, por órgão	**34.848**	**2.835.628**	**2.870.476**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 6 membros do Conselho de Administração (5 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R$36.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 5 membros da Diretoria, 4 são remunerados, sendo que dos 5 membros 1 acumula 2 funções (Diretor Presidente e Diretor de Sustentabilidade). A remuneração anual global da Diretoria é até R$3.000.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2011 (em R$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	5
Valor da maior remuneração individual	2.904	82.973
Valor da menor remuneração individual	2.904	29.592
Valor médio de remuneração individual	2.904	59.076

9. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2010
Depósitos judiciais	6.4 e 21			63.369	115.442
Cauções e depósitos vinculados		149	362	516	356
Total		**149**	**362**	**63.885**	**115.798**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	277	256		
Adiantamentos a fornecedores	2.960	16		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 10.1)	138	31.092	18.453	
Dispêndios a reembolsar	5.316	5.313		
Serviços em curso (Nota 10.2)	61.825	39.056		
Serviços prestados a terceiros	3.934	3.132	7.031	11.149
Desativações e alienações em curso	4.415	11.310		
Compartilhamento de infraestrutura	1.353	1.126		
Outros	1.332	1.348		1.297
Total	**81.550**	**92.649**	**25.484**	**12.446**
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos	12.104	11.004		
Contribuição de iluminação pública	1.785	1.541		
Valores a pagar à CPFL - Piratininga		382	21.079	18.953
Valores a pagar à Eletropaulo			4.161	
Credores diversos - consumidores	9.320	8.600		
Credores diversos - concessionárias		4.161		
Folha de pagamento	1.785	1.581		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 10.1)	3.483	15.200	10.017	
Cessão de créditos de ICMS (Nota 6.1)	44.273	1.267		
Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia	2.928	2.985		
Devolução PIS/COFINS COSIT 27 (Nota 6.2)		25.108		
Outras	4.845	6.203	766	1.080
Total	**80.523**	**78.032**	**36.023**	**20.033**

10.1 Modicidade tarifária - baixa renda

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091, de 18 de novembro de 2005 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, no qual o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade Baixa Renda, a Companhia registrou no exercício de 2008 o montante de R$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior. No exercício de 2010 foi efetuada a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R$29.698. A devolução passou a ser efetuada a partir de março de 2009 e o saldo a devolver aos consumidores em 31 de dezembro de 2011 é de R$13.500 (R$15.200 em 31 de dezembro de 2010). Considerando que a legislação e regulamentação dessa matéria preveem o ressarcimento desses valores através do mecanismo da subvenção econômica, a Companhia efetuou concomitantemente o registro do valor a receber. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi efetuada a reversão de parte do valor a receber no montante de R$11.245, a débito da Receita, associados a valores que não serão ressarcidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O saldo a receber, quando da devolução total aos clientes em 31 de dezembro de 2011 é de R$18.453 (R$29.698 em 31 de dezembro de 2010).

No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

10.2 Serviços em curso

O saldo de R$61.825 em 31 de dezembro de 2011 (R$39.056 em 31 de dezembro de 2010) é composto por gastos com os projetos em andamento dos programas de Eficiência energética e Pesquisa e desenvolvimento, instituídos pelas resoluções nºs 300/2008 e 316/2008, respectivamente, cuja realização se dará a débito do Passivo Circulante de Encargos regulamentares e setoriais quando do encerramento do projeto (Nota 20.2) no valor de R$60.356 em 31 de dezembro de 2011 (R$37.830 em 31 de dezembro de 2010) e de custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso no valor de R$1.469, em 31 de dezembro de 2011 (R$1.226 em 31 de dezembro de 2010).

11. Ativo financeiro indenizável

O saldo de R$188.432 em 31 de dezembro de 2011 (R$135.379 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro reflete o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo de concessão e é calculado com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante na rubrica Intangível.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Transferências de intangível	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Ativo financeiro indenizável	135.379	57.817	(4.764)	188.432
	135.379	**57.817**	**(4.764)**	**188.432**

12. Propriedades para investimentos

O saldo de R$3.053 em 31 de dezembro de 2011 (R$3.053 em 31 de dezembro de 2010), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pela qual se aufere uma renda. São avaliados ao custo de aquisição.

13. Imobilizado

Refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão e o saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$136 (R$173 em 31 de dezembro de 2010). No exercício o valor da depreciação foi de R$37.

14. Intangível

	31/12/2011			31/12/2010		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de concessão - Infraestrutura						
Em serviço	2.226.226	(1.320.925)	905.301	2.087.121	(1.256.938)	830.183
Em curso	123.680		123.680	178.210		178.210
Atividades não vinculadas à concessão						
Ágio na incorporação de sociedade controladora	460.584		460.584	460.584		460.584
(–) Provisão para manutenção de dividendos	(460.584)		(460.584)	(460.584)		(460.584)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	177.376		177.376	158.906		158.906
(–) Amortização acumulada do ágio	(177.376)		(177.376)	(158.906)		(158.906)
	2.349.906	**(1.320.925)**	**1.028.981**	**2.265.331**	**(1.256.938)**	**1.008.393**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Juros Capitalizados	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço							
Direito de concessão - Infraestrutura	830.183			180.440	(89.226)	(16.096)	905.301
Intangível em curso							
Direito de concessão - Infraestrutura	178.210	174.082	10.743	(238.257)		(1.098)	123.680
Total Intangível	**1.008.393**	**174.082**	**10.743**	**(57.817)**	**(89.226)**	**(17.194)**	**1.028.981**

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

A taxa média anual aplicada no exercício de 2011 para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,10%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

14.1 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão pelo prazo de concessão da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

15. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	171.674	161.559
Energia livre	29.455	26.388
Encargos de uso da rede elétrica	46.970	43.013
Operações CCEE	19.201	16.264
Materiais e serviços	58.173	55.405
Total	**325.473**	**302.629**

15.1 Energia livre

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal que deveria ter sido liquidado até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia encontra-se suspenso por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$3.067 em contrapartida a despesa financeira (R$11.414 em 2010).

16. Debêntures

3ª emissão de debêntures

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foi lançado o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000, com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, liquidada em 1º de março de 2011.

4ª emissão de debêntures

Em 1º de julho de 2010, a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foi emitido o total de 39 mil debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$390.000, com prazo de vigência de 6 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 4 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de julho de 2016, sendo a primeira amortização em 1º de julho de 2014.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,50% a.a., com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), conforme definido no procedimento de *bookbuilding*, incidentes sobre o valor nominal unitário e, imediatamente, após a primeira data de amortização das debêntures, ao saldo do valor nominal unitário e pagos ao final de cada período de capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão. O pagamento da remuneração está sendo realizado semestralmente a partir da data de emissão, assim, o primeiro pagamento ocorreu em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a data de vencimento.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da Companhia, redução dos seus custos financeiros e diversificação das suas fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;

(ii) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R$40.000.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404;

(iv) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e

(v) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2014	76.872
2015	155.732
2016	155.946
Total	**388.550**

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante	109.245	(83.333)	(52.634)	51.498	(549)	598	24.825
	109.245	**(83.333)**	**(52.634)**	**51.498**	**(549)**	**598**	**24.825**
Não circulante	388.001				549		388.550
	388.001	**–**	**–**	**–**	**549**	**–**	**388.550**

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2011			31/12/2010			
		Encargos		Principal	Encargos		Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira								
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	19		3.052		84	10.801	2.711
Amortização do custo da transação	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial			(240)			(1.438)	(240)
		19	**–**	**2.812**	**–**	**84**	**9.363**	**2.471**
Moeda nacional								
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a (tx. adm.)	7		5.227	17.232		4.775	17.252
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	335		20.400	20.400	492	20.400	40.800
Nota de Crédito Comercial	100% do CDI		1.800		30.000			
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	59		5.937	8.905	82	5.937	14.842
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	59		5.937	8.905	82	5.937	14.842
BNDES - BB/CALC	de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e 4,5% a.a. fixo	320		18.219	84.718	725	8.396	77.968
		780	**1.800**	**55.720**	**170.160**	**1.381**	**45.445**	**165.704**
Resultado dos *Swaps*								
Banco Citibank	de 97,94% a 118,94% do CDI			1.831			6.868	1.595
Banco JP Morgan	de 98,00% a 109,70% do CDI			879			4.078	750
		–	**–**	**2.710**	**–**	**–**	**10.946**	**2.345**
		799	**1.800**	**61.242**	**170.160**	**1.465**	**65.754**	**170.520**

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

(i) Tranche "A" - US$38,9 milhões, com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vincendos trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

(ii) Tranche "B" - US$61,1 milhões, com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vincendos trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco J.P. Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento. Essa operação financeira está valorizada pelo valor justo, conforme descrito na nota 27 (Instrumentos financeiros).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Banco Europeu de Investimento (BEI)

A Companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no dia 19 de março de 2010. O BEI aprovou linha de crédito de até € 45 milhões para ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Companhia. O empréstimo também será utilizado para a manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.

A Companhia compromete-se a manter anualmente o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5. O contrarto prevê saques em USD ou EURO conforme solicitação do tomador. No caso de saques em USD, será efetuada uma equivalência para apurar o montante liberado em EURO.

Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a 1ª liberação de recursos (Nota 30.4).

Eletrobrás

Programa Reluz

A Companhia celebrou Contratos de Financiamento para cobertura financeira dos custos totais relativos a projetos de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública para os Municípios de Aparecida, Taubaté, Guarulhos, Suzano, Guaratinguetá e Mogi das Cruzes, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz, no valor total contratado de R$24.410. Os programas são financiados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e pelos municípios respectivos, na proporção de 75% e 25%, respectivamente, sendo que os recursos liberados até 31 de dezembro de 2011 somam R$21.727. Sobre o principal dos contratos incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,0% a.a., incorporados mensalmente durante o período de carência. Após a carência a taxa de administração passa a ser de 1,5% a.a. pagos mensalmente junto com o principal e juros em 60 parcelas mensais. As dívidas são garantidas por vinculação de receitas e notas promissórias. O saldo devedor, em 31 de dezembro de 2011, é de R$14.679.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor Liberado	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECF 2617/07	09/04/2007	608	608	de 30/05/2008 a 30/04/2013	30/04/2013	167
ECF 2656/07	12/12/2007	3.911	3.594	de 30/03/2009 a 28/02/2014	28/02/2014	1.566
ECF 2657/07	12/12/2007	10.036	9.919	de 30/05/2010 a 30/04/2015	30/04/2015	6.665
ECF 2658/07	12/12/2007	2.946	2.449	de 30/03/2009 a 28/02/2014	28/02/2014	1.068
ECF 2779/09	18/03/2010	3.517	2.651	de 30/08/2012 a 30/07/2017	30/07/2017	2.664
ECF 2800/09	27/05/2010	3.392	2.506	de 30/07/2012 a 30/07/2017	30/07/2017	2.549
Total		**24.410**	**21.727**			**14.679**

Programa Luz para Todos

A Companhia celebrou dois Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu Programa Luz para Todos, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - "Luz para Todos" do Ministério de Minas e Energia, correspondente a 85% do custo total das respectivas obras. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a e taxa de administração de 1% a.a., pagos em 120 parcelas mensais com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Até 31 de dezembro de 2011 foram liberados valores no montante de R$14.487. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$7.787.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor da Subvenção Econômica	Valor Liberado Financiamento	Valor Liberado Subvenção	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECFS 019/04 (1ª etapa)	28/05/2004	11.523	1.773	9.342	1.437	de 30/08/2006 a 30/07/2016	30/07/2016	4.883
ECFS 184/07 (2ª etapa)	25/06/2007	12.359		3.708		de 30/11/2009 a 30/10/2019	30/10/2019	2.904
Total		**23.882**	**1.773**	**13.050**	**1.437**			**7.787**

Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R$102.000, sendo R$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vincendos a partir de 5 de junho de 2007 até 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$41.135.

Nota de Crédito Comercial - Banco do Brasil

Contrato firmado em 22 de junho de 2011, no valor de R$30.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 22 de junho de 2011. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros a vencer em uma única parcela, em 6 de junho de 2014. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$31.800.

BNDES contrato nº 88.425 / Agente Banco do Brasil

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R$35.513, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta / EBITDA, em índice não superior a 3,5 atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$14.901.

BNDES contrato nº 88.425 / Agente Banco Santander

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R$35.513, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$19.367, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta / EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$14.901.

BNDES / CALC

Assinado em 29 de janeiro de 2009, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, em conjunto com as coligadas Espirito Santo Centrais Elétricas S.A., e a Energest S.A., como beneficiadoras do crédito, e tendo como interveniente a EDP - Energias do Brasil celebraram Contrato de Financiamento CALC, no montante total de R$900.000, tendo por finalidade a realização de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. A EDP - Energias do Brasil é fiadora e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Para a Companhia o montante aprovado foi de R$153.283, com a finalidade de implantação de seu programa de investimentos de 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses.

A 1ª liberação efetuada para a Companhia, no valor de R$86.364, ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A 2ª liberação para a Companhia, no valor de R$5.640, ocorreu em 28 de abril de 2011, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis mensalmente a partir de 16 de maio de 2011.

A 3ª liberação para a Companhia, no valor de R$2.662, ocorreu em 13 de maio de 2011, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência de amortização e juros até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação e juros em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros fixos de 4,5% a.a.

A 4ª liberação efetuada para a Companhia, no valor de R$10.000, ocorreu em 28 de julho de 2011, sendo amortizável em 70 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP.

A 5ª liberação efetuada para a Companhia, no valor de R$8.250, em parcelas de R$4.000 e R$4.250, ocorreu em 25 de novembro de 2011, sendo amortizável em 72 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de julho de 2013 e a última em 17 de junho de 2019, com juros que variam de 2,21% a 3,32% a.a. acima da TJLP.

A dívida é garantida por vinculação de parcela de receita da Companhia proveniente da receita de energia elétrica, no valor equivalente a, no mínimo, 130% do valor da maior prestação do financiamento, incluindo principal, juros e demais acessórios definidos no contrato. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$103.257.

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de cinco anos a contar de sua data de assinatura.

O contrato apresenta hipóteses usuais de inadimplemento. As beneficiárias se obrigam a, durante todo o prazo de vigência dos respectivos financiamentos, manter o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5.

Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda: Nacional	Tipo de moeda: Estrangeira	Total
Circulante			
2012	56.500	5.541	62.041
	56.500	**5.541**	**62.041**
Não circulante			
2013	56.577		56.577
2014	61.340		61.340
2015	22.068		22.068
2016	20.957		20.957
2017	9.245		9.245
2018	1.110		1.110
2019	663		663
	171.960	**–**	**171.960**
Total	**228.460**	**5.541**	**234.001**

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	56.273		(57.844)	(19.179)	18.562	(53)	59.777		1.438	357	59.331
Swaps	10.946		(6.738)	(5.247)	1.492		2.481	136		(360)	2.710
	67.219	**–**	**(64.582)**	**(24.426)**	**20.054**	**(53)**	**62.258**	**136**	**1.438**	**(3)**	**62.041**
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	168.175	61.707			1.800	53	(59.777)			2	171.960
Swaps	2.345				31		(2.481)	104		1	
	170.520	**61.707**	**–**	**–**	**1.831**	**53**	**(62.258)**	**104**	–	**3**	**171.960**

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

18.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2010
BSPS - Reservas a amortizar	18.317	19.245	75.851	93.998
Programas assistenciais			6.867	6.867
	18.317	**19.245**	**82.718**	**100.865**

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1° de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R$94.167, apurado em 31 de dezembro de 2011 corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. Parte do compromisso está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto – BD e CD

• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na conciliação dos ativos e obrigações do plano com o passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2011 Valor presente das obrigações do plano	2011 Valor justo dos ativos do plano	2011 (Passivo) reconhecido	2010 Valor presente das obrigações do plano	2010 Valor justo dos ativos do plano	2010 (Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(486.439)	373.195	(113.244)	(430.120)	354.080	(76.040)
Custo do serviço corrente	939		939	1.664		1.664
Custo dos juros	(51.189)		(51.189)	(47.185)		(47.185)
Rendimento esperado dos ativos		43.453	43.453		40.638	40.638
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(73.990)	82.364	8.374	(32.761)	(17.794)	(50.555)
Contribuições pagas pela Companhia		17.500	17.500		18.234	18.234
Contribuições pagas pelos empregados	(1.766)	1.766	–	(2.033)	2.033	–
Benefícios pagos pelo plano	25.525	(25.525)	–	23.996	(23.996)	–
Saldo final reconhecido	**(586.920)**	**492.753**	**(94.167)**	**(486.439)**	**373.195**	**(113.244)**
Valor presente das obrigações atuariais	**(586.920)**	**492.753**	**(94.167)**	**(486.439)**	**373.195**	**(113.244)**

O retorno real dos ativos do plano no exercício cresceu substancialmente por valorização daqueles ativos, apurado na avaliação atuarial efetuada em 30 de junho de 2011.

A perda atuarial de R$73.990 no valor presente das obrigações apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2011 foi decorrente principalmente da revisão das premissas de crescimentos salariais futuros utilizados nesta avaliação. Em 2010, houve perda atuarial de R$32.761.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R$18.316.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2011 e 2010 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	1.207	1.064
Custo dos juros	51.189	47.185
Rendimento esperado dos ativos	(43.453)	(40.638)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.146)	(2.728)
Total	**6.797**	**4.883**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$26.492 (R$32.019 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2010).

Abaixo está apresentado a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(82.364)	17.794	(10.854)	16.490	35.402
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-16,72%	4,77%	-3,07%	5,28%	12,15%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	73.990	32.761	(16.553)	(9.382)	13.888
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	12,61%	6,73%	-3,85%	-2,22%	3,42%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(586.920)	(486.439)	(430.120)	(422.199)	(406.171)
Valor justo dos ativos	492.753	373.195	354.080	312.153	291.471
Situação do plano	**(94.167)**	**(113.244)**	**(76.040)**	**(110.046)**	**(114.700)**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2011 Alocação %	31/12/2010 Alocação %
Títulos de dívida	85,60%	84,00%
Ações	11,56%	12,45%
Imóveis	0,36%	0,37%
Outros	2,48%	3,18%
Total	**100,00%**	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2011		2010	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,84%	82,40%	11,20%
Ações	14,40%	16,31%	14,40%	13,29%
Imóveis	0,60%	10,77%	0,60%	11,20%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	**100,00%**	**11,63%**	**100,00%**	**11,49%**

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes do plano:

	31/12/2011	31/12/2010
Participantes ativos	749	829
Participantes assistidos		
Com benefícios diferidos	103	132
Aposentados e pensionistas	610	572
	713	**704**
Total	**1.462**	**1.533**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2011	2010
Econômicas		
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,49% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	5,55% a.a.
Crescimento do plano de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

18.1.2 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$561 (R$413 no exercício de 2010).

Esse plano tem a adesão de 239 colaboradores.

19. Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	18.566	17.809
INSS e FGTS	3.298	3.111
Total	**21.864**	**20.920**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

20. Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quota de reserva global de reversão - RGR	12.130	3.489		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	17.749	15.852		
Juros sobre fundo de reversão	73	73		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	11.952	10.536		
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	3.051	3.149		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	29.678	20.756	885	3.974
Programa de eficiência energética - PEE	54.668	40.075		3.090
Taxa de fiscalização - ANEEL	524	507		
Outros encargos	1.091	3.624		
Total	**130.916**	**98.061**	**885**	**7.064**

20.1 Quota de reserva global de reversão - RGR

A ANEEL através do Despacho nº 4.336, de 7 de novembro de 2011, estabeleceu o valor da RGR total no montante de R$30.425, composto pelas cotas residuais do período de janeiro a setembro de 2011 no montante de R$12.939, ajuste das cotas de 2009 no montante de R$146 negativos e cota anual fixada para o período de competência de outubro de 2011 a setembro de 2012 no montante de R$17.632, que está sendo recolhida em 12 parcelas mensais no valor de R$2.535, a partir de 15 de novembro de 2011. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$12.130 (R$3.489 em 31 de dezembro de 2010).

20.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008, respectivamente. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso (Nota 10.2), e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE. No exercício, foi apropriado o montante de R$23.779 (R$22.711 em 2010) (Nota 23) e o montante de atualização monetária de R$2.669 em 2011 (R$2.608 em 2010).

20.3 Outros encargos

A Lei nº 12.111 de 9 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares nºs 965/2010-SFF/ANEEL e 648/2010-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida utlizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional.

O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$1.091 (R$3.624 em 31 de dezembro de 2010).

21. Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	6.874	6.547	80.685	69.410
Licenças Ambientais	26	25		
Total	**6.900**	**6.572**	**80.685**	**69.410**

21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo Depósito Judicial (Nota 9)	
				Baixas					
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	16.039	12.523	(7.302)	(4.040)	1.264	18.484	1.100	1.000
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	51.887	33.322	(81.572)	(4.348)	57.512	56.801	23.153	17.542
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	8.031	4.199			44	12.274		
Total		**75.957**	**50.044**	**(88.874)**	**(8.388)**	**58.820**	**87.559**	**24.253**	**18.542**
Circulante		6.547					6.874		
Não circulante		69.410					80.685	24.253	18.542
Total		**75.957**					**87.559**	**24.253**	**18.542**

21.1.1.1 Trabalhistas

Contemplam ações ajuizadas correspondentes aos períodos posteriores a 1º de janeiro de 1998, conforme protocolo de cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Subsequentemente, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial da Bandeirante ocorrida em 1º de outubro de 2001, cada concessionária (Bandeirante e Piratininga) é responsável pelas obrigações correspondentes aos empregados alocados nas respectivas regiões assumidas por cada companhia, enquanto que as ações corporativas serão assumidas na proporção percentual dos controladores (Bandeirante e Piratininga) determinada no respectivo protocolo de cisão.

Incluem também diversas ações que questionam, entre outros, pagamentos de horas extras e adicional de periculosidade.

21.1.1.2 Cíveis

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 4 de março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de março a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$47.105 (R$40.260 em 31 de dezembro de 2010).

Na esfera Cível, a Companhia é parte no processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a Companhia cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R$10.627. A Companhia apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, até que em 8 de junho de 2011 foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R$66.072. Não obstante o levantamento do depósito a ação não foi transitado nem julgado e a Companhia continua a discutir a ação. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2011 é de R$11.407.

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo Depósito Judicial (Nota 9)	
	Instâncias	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	31.943	24.140	726	461
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	136.889	76.444	1.681	61.048
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm	280.917	206.369	6.447	4.015
Total		**449.749**	**306.953**	**8.854**	**65.524**

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

21.1.2.1 Cíveis

A Companhia é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à Companhia julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011, sendo tal decisão ainda passível de recurso nas instâncias superiores já com decisões pacificadas no sentido de que só é devido o período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$61.967.

A Companhia é parte na ação cível pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivo, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Companhia aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$41.071.

21.1.2.2 Fiscais

Dentre as principais causas com risco de perda avaliada como possível, destaca-se a discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela Companhia no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante de R$102.887 (atualizado até 31 de dezembro de 2011). A Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/2009 e Resolução SF nº 98/2010.

A Companhia possui outras contingências fiscais no montante aproximado de R$145.121 (atualizado até 31 de dezembro de 2011), referentes à discussão administrativa de compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE).

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento cuja perda foi estimada como remota e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R$20.166 (R$21.757 em 31 de dezembro de 2010).

Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. No entanto, devido a ser uma ação recente e pelo fato gerador do principal estar a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo, o saldo pode tornar-se muito relevante, motivo pelo o qual a Companhia entende que deve proceder à divulgação da ação fiscal abaixo.

21.1.3.1 Fiscais

A Companhia, através do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nº 55.421/2010 e 55.867/2010. Ambos os processos possuem sentença favorável, sendo que em um dos casos já houve julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, no qual foi confirmada a sentença favorável às distribuidoras. No segundo caso, aguarda-se julgamento de 2ª instância. A Companhia e seus consultores externos avaliam o caso como perda remota. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011, nos termos dos Decretos, é estimado em R$72.695.

22. Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social é de R$254.628 em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, e está representado por 39.091.735.037 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	222.901
Constituição da reserva legal - 5%	(1.536)
	221.365
Destinação do lucro:	221.365
Dividendos intermediários - JSCP	42.892
Dividendos complementares	12.449
Dividendo adicional proposto	166.024
Quantidade de ações	39.091.735.037
Dividendos por ação - R$ - JSCP	0,001097
Dividendos por ação - R$ - Dividendos complementares	0,000318

Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$42.892, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

22.3 Reservas

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de capital		
Doações e subvenções para investimento	177.342	177.342
Incentivos fiscais	787	787
Ágio na incorporação de sociedade controladora	156.599	156.599
Total	**334.728**	**334.728**
Outros resultados abrangentes		
Perda/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(40.139)	(48.513)
IRPJ/CSLL Diferido	13.647	16.494
	(26.492)	**(32.019)**
Reservas de lucros		
Legal	50.925	49.389
Retenção de lucros	11.555	11.555
Dividendo adicional proposto	166.024	201.990
Total	**228.504**	**262.934**
	536.740	**565.643**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.3.1 Reservas de capital - Doações e subvenções para investimento

Constituídas originalmente na Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., tendo sido vertidas na proporção do patrimônio líquido no processo de cisão realizada pela referida antecessora, ocorrido a partir de 1° de janeiro de 1998, e que deu origem ao início das operações da Companhia.

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por:

(i) Despesa de remuneração das imobilizações em curso

Decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso, com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e, principalmente, através da Portaria DNAEE 250/85, de 12 de dezembro de 1985, tendo sido registrada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no patrimônio líquido; e

(ii) Conta de resultados a compensar - CRC

A Conta de resultados a compensar teve origem na contabilização de crédito relativo aos efeitos do reconhecimento ao direito da compensação dos déficits de remuneração setorial mínima assegurada e que foi reconhecida quando da mudança do regime de remuneração das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, que substituiu o regime do custo do serviço para o atual modelo de remuneração e controle pelos preços. Com amparo na Lei 8.631 de 4 de março de 1993, essa contabilização foi efetuada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no Patrimônio Líquido.

22.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(32.019)	88.434	(80.060)	(2.847)	(26.492)
	(32.019)	**88.434**	**(80.060)**	**(2.847)**	**(26.492)**

22.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

23. Receita

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R$	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Fornecimento (**)						
Residencial	1.415.879	1.377.830	3.260.568	3.081.059	1.102.266	985.661
Industrial	11.348	10.721	3.194.680	3.226.408	843.522	798.335
Comercial	97.927	94.672	1.847.221	1.754.278	562.079	504.500
Rural	8.124	8.159	83.595	81.260	18.471	16.909
Poder público	8.373	8.339	304.642	294.409	96.026	87.520
Iluminação pública	2.184	1.884	304.070	302.090	56.394	53.579
Serviço público	1.224	1.210	271.959	259.994	59.245	52.800
Consumo próprio	137	99	4.382	4.709		
(–) Transferência para TUSD - clientes cativos					(1.327.490)	(1.182.057)
Fornecimento não Faturado					4.004	14.505
	1.545.196	**1.502.914**	**9.271.117**	**9.004.207**	**1.414.517**	**1.331.752**
Suprimento de energia elétrica	2	2	42.024	34.005	2.083	1.788
Energia de curto prazo			443.308	316.095	7.921	34.766
	2	**2**	**485.332**	**350.100**	**10.004**	**36.554**
Total	**1.545.198**	**1.502.916**	**9.756.449**	**9.354.307**	**1.424.521**	**1.368.306**
Disponibilização do Sistema de Distribuição	98	82	5.412.538	5.271.572	1.723.222	1.542.911
TUSD - outros	98	82	5.412.538	5.271.572	393.860	361.962
TUSD - clientes cativos					1.327.490	1.182.057
TUSD - não faturado					1.872	(1.108)
Outras receitas operacionais					47.744	34.748
Subtotal	**1.545.296**	**1.502.998**	**15.168.987**	**14.625.879**	**3.195.487**	**2.945.965**
(–) Deduções à receita operacional						
P&D					(23.779)	(22.711)
Outros encargos					(31.607)	(29.545)
CCC					(194.012)	(142.115)
CDE					(143.424)	(126.435)
RGR					(17.201)	(16.672)
PIS/COFINS					(374.566)	(348.692)
ICMS					(139)	(342)
ISS					(134)	(197)
Subtotal	**–**	**–**	**–**	**–**	**(784.862)**	**(686.709)**
Receita	**1.545.296**	**1.502.998**	**15.168.987**	**14.625.879**	**2.410.625**	**2.259.256**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) As receitas de fornecimento e disponibilização de sistema de distribuição (TUSD) estão apresentadas líquidas de ICMS.

23.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

Até o 2º Ciclo de Revisões Tarifárias, a ANEEL considerava como "Outras Receitas" as receitas fruto do compartilhamento de infraestrutura e serviços cobráveis, conforme estabelecia a REN nº 234, de 31 de outubro de 2006.

Para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias, a ANEEL decidiu por ampliar o rol de receitas que passam a compor as "Outras Receitas" passíveis de compartilhamento para fins de modicidade tarifária. No caso da Companhia o 3º ciclo iniciou-se em 23 de outubro de 2011.

De acordo com o PRORET 2.7 - Outras Receitas, homologado pela REN nº 463/2011 a receita (líquida dos tributos incidentes e do percentual de 3,5% da receita) proveniente do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias, passam a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, e por ocasião do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, 2015 no caso da Companhia, o valor acumulado nessa subconta até a data do laudo de avaliação dos ativos deverá ser transferido para a conta normal de Obrigações Especiais, quando, então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

No exercício foi registrado o montante de R$7.287 referente ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 a débito da Receita Operacional e a crédito de Obrigações Especiais.

Não obstante a Companhia, por meio da ABRADEE, contesta judicialmente o tratamento destas receitas (Nota 30.3).

24. Gastos operacionais

	2011							2010
	Custo do serviço			Despesas Operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda estrangeira - Itaipu	231.733						231.733	243.179
Moeda nacional	946.019						946.019	860.260
Encargos de uso da rede elétrica	369.460						369.460	358.367
Taxa de fiscalização						6.139	6.139	5.631
	1.547.212	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.139**	**1.553.351**	**1.467.437**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		73.577	366		34.317		108.260	96.182
Material		10.159	899		1.540		12.598	10.403
Serviços de terceiros		86.852	1.665		53.590		142.107	121.911
Depreciação					37		37	22
Amortização		65.235			8.922		74.157	73.687
Provisão p/créd. liq. duvidosa/ perdas líquidas				17.641			17.641	38.585
Provisões para contingências						32.934	32.934	3.090
Aluguéis e arrendamentos		43			3.062		3.105	2.013
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						32.476	32.476	12.775
Outras		17.364		373	9.002	51	26.790	23.945
	–	**253.230**	**2.930**	**18.014**	**110.470**	**65.461**	**450.105**	**382.613**
Total	**1.547.212**	**253.230**	**2.930**	**18.014**	**110.470**	**71.600**	**2.003.456**	**1.850.050**

25. Resultado financeiro

	2011	2010 Reclassificado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	10.387	25.020
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	46.041	41.681
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada		1.992
Atualização monetária depósitos judiciais	8.299	
Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS	563	14.830
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	4.272	8.389
Descontos obtidos	351	
Ajustes a valor presente	2.543	2.337
Outras receitas financeiras	9.521	7.081
	81.977	**101.330**
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(146)	
Encargos de dívidas	(62.891)	(57.589)
Variações monetárias moeda nacional	(1)	(3)
Variações monetárias moeda estrangeira	(8.959)	(72)
Juros e multa sobre ICMS	(1.261)	
Operações de *swap* e *hedge*	(1.165)	(3.075)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(58.820)	(6.185)
SELIC - Energia Livre	(3.067)	(11.414)
Atualizações monetárias - REFIS (Nota 6.4)	(8.987)	(5.445)
Marcação a mercado - MTM	(239)	(429)
Benefícios pós-emprego	(7.853)	(6.654)
Outras despesas financeiras	(16.604)	(14.087)
	(169.993)	**(104.953)**
Total	**(88.016)**	**(3.623)**

26. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	319.153	405.583	319.153	405.583
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(79.788)**	**(101.396)**	**(28.724)**	**(36.502)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(282)	(276)	(101)	(99)
Perdas indedutíveis	85	(2.751)	31	(990)
Multas indedutíveis	(17)	(13)	(6)	(5)
Despesas Indedutíveis	(186)		(67)	
Gratificações a administradores	(172)	(127)	(61)	(46)
Pesquisa e desenvolvimento	243	409	87	147
Programa REFIS	(1.462)		(526)	
Juros sobre o capital próprio	10.723	9.526	3.861	3.429
Outros				
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(853)		(306)	
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	36	396	13	88
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador	171	156		
Incentivo Cultural e Artístico	1.025	560		
Doações aos Fds. Direitos da Criança e do Adolescente		125		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(70.453)**	**(93.367)**	**(25.799)**	**(33.978)**
Alíquota efetiva	22,07%	23,02%	8,08%	8,38%

27. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuirem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	191.654	364.086	191.654	364.086
Consumidores e concessionárias	453.640	430.004	453.640	430.004
Cauções e depósitos vinculados	149	362	149	362
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	188.432	135.379	188.432	135.379
Consumidores e concessionárias	52.943	48.860	52.943	48.860
Partes relacionadas	1.421	963	1.421	963
Cauções e depósitos vinculados	516	356	516	356
Total Ativo	**888.755**	**980.010**	**888.755**	**980.010**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	325.473	302.629	325.473	302.629
Debêntures	24.825	109.245	24.825	109.245
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	59.922	53.037	59.331	56.273
Derivativos	2.710	10.946	2.710	10.946
Não circulante				
Debêntures	388.550	388.001	388.550	388.001
Empréstimos e financiamentos	166.084	159.967	171.960	168.175
Derivativos		2.345		2.345
Partes relacionadas	856	15	856	15
Total Passivo	**968.420**	**1.026.185**	**973.705**	**1.037.629**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A Companhia reconhece na rubrica Ativo financeiro indenizável um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para Consumidores e concessionárias, o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo em razão de operações de participação em leilão de energia.

Os Derivativos, são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidenciação está descrita na nota 27.6 de Instrumentos Financeiros derivativos. São compostos por *hedge* de fluxo de caixa da Companhia.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures e os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimos.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		191.654		191.654		364.086		364.086
Ativo financeiro indenizável	188.432			188.432	135.379			135.379
Consumidores e concessionárias	506.583			506.583	478.864			478.864
Cauções e depósitos vinculados			665	665			718	718
Partes relacionadas	1.421			1.421	963			963
	696.436	**191.654**	**665**	**888.755**	**615.206**	**364.086**	**718**	**980.010**

	31/12/2011			31/12/2010		
Passivos financeiros	**Valor justo por meio do resultado**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores		325.473	325.473		302.629	302.629
Debêntures		413.375	413.375		497.246	497.246
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		231.291	231.291		224.448	224.448
Derivativos	2.710		2.710	13.291		13.291
Partes relacionadas		856	856		15	15
	2.710	**970.995**	**973.705**	**13.291**	**1.024.338**	**1.037.629**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
		Mercados idênticos	**Mercados similares**
	31/12/2011	**Nível 1**	**Nível 2**
Ativos financeiros			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	191.654	103.068	88.586
	191.654	**103.068**	**88.586**
Passivos financeiros			
Circulante			
Derivativos	2.710		2.710
	2.710	**–**	**2.710**

27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 17, possuem como contraparte o BID, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP, CDI, IGP-M e variações no Dólar e Euro.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao IGP-M, à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações. Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* para controlar todas as exposições à variação cambial para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.373	97	7	3.477	820	1.623	(839)	(1.697)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(42.346)	(95.366)		(137.712)	(28.694)	(56.746)	29.364	59.433
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(55)			(55)	(2)	(3)	2	4
		(39.028)	(95.269)	7	(134.290)	(27.876)	(55.126)	28.527	57.740
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(7.198)	(13.221)	(336)	(20.755)	(3.381)	(6.718)	3.425	6.895
		(7.198)	(13.221)	(336)	(20.755)	(3.381)	(6.718)	3.425	6.895
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	US$ + Libor	(47)			(47)	(1)	(3)	1	3
Instrumentos financeiros derivativos	US$ + Libor	47			47	1	3	(1)	(3)
		–	–	–	–	–	–	–	–

Os índices de CDI, TJLP, Libor 3M e US$, considerados de 11%, 6%, 0,58% e 1,88, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Consumidores e concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, pode-se levar em face a composição de 12,82% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia foram registradas no resultado.

O valor justo dos derivativos da Companhia são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

	31/12/2011
	SWAP
Ativo	
US$ + Libor 4,375% a.a.	1.221
US$ + Libor 4,375% a.a.	214
US$ + Libor 4,375% a.a.	766
US$ + Libor 4,375% a.a.	613
	2.814
Passivo	
104,69% do CDI	2.450
118,94% do CDI	816
109,70% do CDI	1.324
109,50% do CDI	934
	5.524
Total	**(2.710)**

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia em 2011 são:

	Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos	
	Resultado financeiro	
	31/12/2011	**31/12/2010**
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais	359	(361)
Riscos de taxas de juros	(1.763)	(3.143)
Total	**(1.404)**	**(3.504)**

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

Vencimento	**Derivativos líquido**
2012	(2.710)
Receber/ (pagar)	**(2.710)**

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

					Nocional US$		Nocional R$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
Descrição	**Contraparte**	**Início**	**Vencimento**	**Posição**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Swap												
Ativo	Banco Citibank	19/03/2004	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	651	3.244	1.897	9.451	1.221	5.477	403	242
Passivo				104,69% do CDI					2.450	11.973	716	1.755
									(1.229)	**(6.496)**	**(313)**	**(1.513)**
Ativo	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	244	1.216	676	3.368	214	2.055	8	91
Passivo				118,94% do CDI					816	4.036	545	659
									(602)	**(1.981)**	**(537)**	**(568)**
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	407	2.027	1.174	5.848	766	3.439	187	152
Passivo				109,70% do CDI					1.324	6.442	522	994
									(558)	**(3.003)**	**(335)**	**(842)**
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	325	1.622	846	4.223	613	2.751	150	121
Passivo				109,50% do CDI					934	4.562	369	702
									(321)	**(1.811)**	**(219)**	**(581)**
									(2.710)	**(13.291)**	**(1.404)**	**(3.504)**

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Subestações	510.281
Prédios e conteúdos (próprios)	17.683
Prédios e conteúdos (terceiros)	53.454
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	91.902

29. Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		31/12/2011				
	Nota	**Total**	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	17	647.376	86.866	372.589	187.258	663
Responsabilidades com locações operacionais		92.071	52.758	39.313		
Obrigações de compra		24.424.412	2.263.374	5.302.021	3.596.157	13.262.860
Licenças ambientais		25	25			
		25.163.884	**2.403.023**	**5.713.923**	**3.783.415**	**13.263.523**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As dívidas de curto e longo prazos correspondem aos saldos de empréstimos e respectivos juros vincendos, contraído junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não conversíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vincendos foram calculados considerando a taxa de juros em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Aval de acionista	37.805	35.502
Depósito Caucionado	665	718
Fiança Bancária	21.015	20.499
Garantias em recebíveis	138.452	117.624
Notas Promissórias	20.806	22.029
	218.743	**196.372**

Aval de Acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das garantias com fianças bancárias referem-se: (i) R$10.836 de ações judicias; (ii) R$5.473 de ações tributárias; (iii) R$4.219 de contratos de compra e venda de energia e R$487 relativos a contratos de aluguéis.

Garantias em Recebíveis: o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dado como garantia em recebíveis, R$79.786 refere-se aos contratos de compra e venda de energia, R$30.926 aos Contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão e R$27.740 aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Notas Promissórias, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

30 Eventos subsequentes

30.1 Contingências judiciais Cíveis

Em 3 de fevereiro de 2012 foi efetuado o depósito judicial no valor de R$6.375, referente a Ação Declaratória movida pela White Martins contra a Companhia (Processo nº 583.00.2000-577510-1 - 32ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo), em que se discute a ilegalidade da majoração tarifária ocorrida durante o período de congelamento (de fev/86 a nov/86). O processo encontra-se em fase final (execução) e o pagamento do depósito foi efetuado com base nos cálculos apresentados pela White Martins atualizado até setembro de 2011. Tendo em vista a discordância do montante exigido, a Companhia apresentará a impugnação aos cálculos da White Martins. O depósito judicial foi realizado no valor pleiteado pela White Martins, a fim de evitar penhora nas contas correntes da Companhia, contudo, continuará discutindo o valor da diferença. Tão logo seja resolvida a controvérsia quanto ao valor, a White Martins efetuará o levantamento do depósito, no montante determinado pelo juiz.

30.2 Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Em média, a vida útil dos ativos instalados nas empresas do segmento de distribuição de energia elétrica, passa de 22 para 26 anos, devido à atualização da tabela anterior que era de 1997 e também à incorporação de contribuições do setor nacional e internacional para a determinação da vida útil atual. A aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012, para fins contábeis e para fins tarifários será aplicado um pró-rata, para aquelas distribuidoras que tem revisão tarifária em 2011, como é o caso da Companhia.

30.3 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADEE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

Considerando que a ANEEL prontamente se posicionou para recorrer da decisão e que ainda não existe uma formalização dos advogados sobre a probabilidade de perda da ação, a Companhia, conservadoramente, manteve a provisão constituida conforme instrução da ANEEL.

30.4 Captação de Empréstimos e Financiamentos

a) Banco Europeu de Investimento - BEI

Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a libertação de recursos no valor de USD 19,740,000 equivalentes a R$34.071. Principal vencível em parcela única de 20 de fevereiro de 2018 e juros de Libor 6M + 1,2750%, pagos semestralmente.

Para esta operação foi contratado *swap* com o Goldman Sachs do Brasil, replicando o exato fluxo do financiamento, ao custo de 93,40% do CDI.

Também foi contratada garantia bancária com o Banco Santander pelo prazo de 4 anos, prorrogáveis por mais 2 anos. Os pagamentos das comissões incidente sobre as garantias serão efetuados semestralmente e para eliminar o risco de variação cambial. Foram contratados NDFs *(Non Deliverable Forward)* no valor total de USD 2.230.063,43 com os Bancos Goldman Sachs do Brasil, Standard de Investimentos e Santander.

b) Eletrobrás - Luz Para Todos

Em 16 de fevereiro de 2012, ocorreu a 2ª liberação no valor de R$7.169.473,26, referentes ao contrato ECFS 184/07.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Vice-Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

Leandro da Silva Netto
Conselheiro

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Presidente e Diretor de Sustentabilidade

Francisco Alfredo Fernandes
Diretor Técnico e de Ambiente

Michel Nunes Itkes
Diretor Comercial

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Donato da Silva Filho
Diretor de Regulação

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de
Consolidação e Contabilidade

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Bandeirante Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Bandeirante Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Contexto Geral

No ano de 2011, a EDP Escelsa prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, com foco na qualidade e na obtenção de resultados.

A evolução econômica do país em 2011 apresentou sinais de acomodação. Entretanto, o Estado do Espírito Santo teve o maior crescimento industrial do Sudeste (cadeia de commodities e exportação), registrando crescimento de 5,64% no consumo de energia elétrica face a 2010. O volume de energia distribuída ficou 4,0% acima do ano anterior. No período, a base de clientes foi incrementada em cerca de 49 mil novos clientes, sendo representados, em sua grande maioria, pelos setores residencial e comercial.

Resultados financeiros

A receita operacional líquida atingiu R$ 1.518,1 milhões, 1,0% superior ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento ficou abaixo do esperado, especialmente no último trimestre, devido às baixas temperaturas que reduziram o uso de sistemas de refrigeração, levando a um menor crescimento dos mercados residencial e comercial, além do elevado índice de pluviosidade, que reduziu o uso intensivo da irrigação. O custo das vendas apresentou aumento 6,3% em relação a 2010, acima do crescimento de 1,0% da receita operacional líquida, motivado pelo custo da energia comprada e encargos setoriais.

Estes fatos levaram a uma queda da margem operacional e consequentemente impactaram o EBITDA e o Lucro Líquido, que totalizaram R$ 273,5 milhões e R$ 104,0 milhões, respectivamente.

Investimentos e Otimização de Processos

Nos últimos quatro anos, a EDP Escelsa, fez investimentos de cerca de 820 milhões de reais e que contemplam obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, nomeadamente através da construção de 15 novas subestações e da ampliação de outras 26, que permitiram expandir em 19% a capacidade instalada. Vale ressaltar o incremento nos canais de atendimento, com a inauguração da agência virtual que disponibiliza serviços online aos clientes e a abertura de 23 novas agências, garantindo atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão.

Aplicando ferramentas de eficiência operacional, a EDP Escelsa reduziu cerca 12% a quantidade de deslocamentos improcedentes das equipes de plantão. A implantação do projeto Lean, nos centros de manutenção de Nova Venécia e São Mateus, traduziu-se na melhoria dos processos, resultando em maior eficiência operacional e melhor utilização de recursos. As melhorias nos diversos processos de atendimento e prestação de serviços aos clientes, permitiram reduzir as reclamações comerciais em cerca de 41% em relação ao ano anterior. Este esforço de otimização também se estendeu ao ciclo comercial, nomeadamente através do projeto de Garantia de Receita, que permitiu alcançar melhorias relevantes na redução de perdas e de inadimplência.

Indicadores operacionais

Os indicadores técnicos que medem a continuidade do fornecimento de energia, DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), apresentaram índices em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL, resultado dos investimentos na expansão e modernização das redes e do plano de manutenção. Durante o ano, foram efetuadas mais de 200 mil podas de árvores, que interferem diretamente na rede de distribuição, bem como, a substituição de cruzetas, postes, pára-raios e instalação de espaçadores. Essas intervenções foram combinadas com a elevação do nível de automação da rede e aumento do número de clientes abrangidos por transferência automática de cargas. Atualmente, mais de 32% dos nossos clientes estão abrangidos pela transferência automática de cargas (em 2009 eram menos de 6%).

As perdas totais tiveram uma redução de 1,23 p.p. e a melhora deste indicador se deve essencialmente à modernizacão e reforços no sistema eletrico, ao Plano integrado às Perdas, aos Projetos Garantia de Receita e Eficiência Energética.

Investimentos em inovação, eficiência energética e sustentabilidade

Em 2011, a EDP Escelsa destacou-se também na área de Inovação, atingindo 100% de seus clientes AT e MT telemedidos, monitorados por um moderno Centro Integrado de Medição, instalado em 2011. Destaque também para o Projeto Climagrid, que permitirá à EDP Escelsa incorporar à operação o acompanhamento das condições climáticas (tempestades, descargas elétricas, etc) em tempo real.

Com o foco na segurança, conforto e qualidade de vida de seus clientes, a EDP Escelsa lançou um novo ciclo do Programa de Eficiência Energética, com desembolsos previstos de mais de R$ 41,3 milhões no ciclo 2011/12, com 47% em projetos para comunidades carentes, no Programa Boa Energia na Comunidade. O projeto, que existe desde 2008, já atendeu mais de 175 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações voltadas para a educação e orientação ao uso racional e consumo consciente e seguro de energia elétrica.

No que diz respeito aos projetos sociais, destacam-se os investimentos socioculturais, os quais promoveram a inclusão de milhares de pessoas nos municípios que compreendem a área de atuação da EDP Escelsa. Com foco na educação, cultura, desenvolvimento local e assistência social, a empresa incentivou a integração de colaboradores junto às comunidades, por meio de programa de voluntariado e implementou inúmeras campanhas de conscientização sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Merecem destaque os programas EDP nas Escolas, EDP Solidária, EDP Amiga da Criança e Formação de Jovens Eletricistas. Essa atuação garantiu, pelo oitavo ano consecutivo, a certificação como Empresa Amiga da Criança, pela Fundação Abrinq.

Reconhecimentos e agradecimentos

Com objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes com relação ao fornecimento de energia elétrica e à eficácia dos serviços oferecidos, a EDP Escelsa participa anualmente da pesquisa conduzida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2011 atingiu um índice de Satisfação com a Qualidade Percebida de 78,2% e no índice de Satisfação Geral alcançamos uma avaliação de 79,5%.

Em 2011 a empresa conquistou o primeiro lugar no Prêmio Marcas de Valor, promovido pelo Jornal A Gazeta, no segmento de "Concessão de Serviços Públicos" e primeiro lugar no Prêmio Gazeta Empresarial, no segmento "Empresa Particular que Presta Serviço Público". O Instituto Ambiental Biosfera atribuiu à EDP Escelsa o Prêmio Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em suma, o ano de 2011, foi um ano de novos investimentos e reforço do sistema elétrico da EDP Escelsa e de melhora no desempenho operacional da empresa, tanto na vertente técnica como na comercial.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo.

Em 2012 manteremos a política da segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhada de rigorosa gestão financeira e continuaremos empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente do Conselho de Administração

Conselho de Administração
Presidente: António Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Agostinho Gonçalves Barreira
Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro: Dante Segundo Pancini Pola

Diretoria
Diretor Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Vice-Presidente Executivo: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Técnico e de Ambiente: Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Comercial: Carlos Yoshio Motoki
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor de Regulação: Donato da Silva Filho
Diretor de Sustentabilidade: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2011 foi desafiador para o Espírito Santo. Após ter tido um desempenho excepcional em 2010 (período pós-crise de 2008), de acordo com o Instituto Jones dos Santos Neves o PIB do período foi de 13,3%, era preciso manter crescimento diante da crise financeira que se configurava no continente europeu. Neste sentido, no que se refere a importantes indicadores macroeconômicos tal objetivo foi cumprido. Segundo o IBGE, em 2011 frente a 2010, o Espírito Santo apresentou crescimento superior à média nacional na produção física industrial, +6,8% (contra acréscimo de 0,3% do Brasil), apoiada na expansão de dois dígitos do setor extrativo (29,6%), uma vez que a indústria de transformação assinalou resultado negativo (-5,2%). O volume de vendas do comércio varejista ampliado cresceu 15,0% (contra acréscimo de 6,6% do Brasil), no acumulado até Dez/11 em relação ao mesmo período do ano passado.

A balança comercial estadual encerrou 2011 com saldo positivo de US$ 4,4 bilhões, aumento de 1,4% em relação a 2010. No que se refere às exportações, o Espírito Santo registrou alta de 27%, somando um montante de US$ 15,1 bilhões contra US$ 11,9 bilhões registrados em 2010, o equivalente a 5,92% dos negócios feitos no exterior pelo Brasil. Os principais destinos das exportações capixabas foram os Estados Unidos, a China, a Holanda, a Argentina e a Arábia Saudita. E na lista dos produtos mais vendidos, os destaques ficaram para minério de ferro, petróleo, produtos de ferro e aço, café, celulose e rochas ornamentais. O destaque ficou, no entanto, para as importações feitas pelo Estado: uma alta de 41%, somando um montante de US$ 10,7 bilhões contra US$ 7,5 bilhões no ano anterior, que representaram 4,75% das importações feitas pelo Brasil.

Sob a ótica do emprego, aproximadamente 40 mil pessoas conseguiram emprego com carteira assinada no Espírito Santo em 2011, segundo informações do Caged/MTE. O número é maior do que o registrado em 2010. Os setores que mais contrataram foram serviços, comércio, construção civil e indústria.

3. A EDP ESCELSA E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A EDP Escelsa, empresa de capital aberto, com sede em Vitória, Estado do Espírito Santo e controlada pela EDP - Energias do Brasil S.A. desde novembro de 2002, sendo sua subsidiária integral, a partir de abril de 2005. A EDP Escelsa atende a 70 dos 78 municípios do Estado do Espírito Santo, numa área de 41.241 km², aproximadamente 90% do Estado e a 94% da população total, o que corresponde a 3,3 milhões de habitantes. A concessão tem vigência até 16 de julho de 2025, podendo ser renovada por mais 30 anos, conforme Decreto Executivo de 17 de julho de 1995, outorgada pela União Federal.

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Descrição	Unid.	Saldos dez/11	dez/10	Var. %
Financeiros				
Ativo Total	R$ mil	2.209.340	2.292.522	(3,6)
Patrimônio Líquido	R$ mil	708.780	810.083	(12,5)
Dívida Líquida (1)	R$ mil	597.718	595.114	0,4
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,84	0,73	6,7
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	2,19	1,69	(1,4)

Descrição	Unid.	Janeiro - Dezembro 2011	2010	Var. %
Resultados				
Receita Bruta	R$ mil	1.997.590	1.946.427	2,6
Receita Líquida	R$ mil	1.518.084	1.503.482	1,0
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R$ mil	1.341.088	1.241.746	8,0
Resultado do Serviço (EBIT)	R$ mil	176.996	261.736	(32,4)
EBITDA (2)	R$ mil	273.542	351.974	(22,3)
Resultado Financeiro	R$ mil	(42.860)	(15.110)	183,7
Resultado antes de Impostos	R$ mil	134.136	246.626	(45,6)
Lucro Líquido	R$ mil	103.976	178.567	(41,8)
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	18,0%	23,4%	-5,4 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	6,8%	11,9%	-5,0 p.p.
Operacionais				
Investimentos Líquidos (3)	R$ mil	138.781	187.825	(26,1)
Número de Clientes Finais (*)	mil	1.286.361	1.237.731	3,9
Número de Colaboradores (4) (*)	Unidade	988	966	2,3
Produtividade (MWh distribuído/empregado) (*)	MWh	9.937	9.771	1,7
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC (*)	horas	10,40	9,17	13,4
Freqüência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC (*)	vezes	6,34	6,35	(0,2)

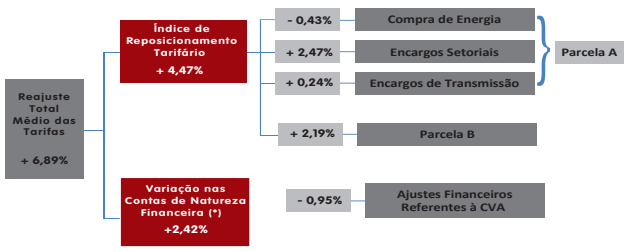
(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - Caixa e equivalentes de caixa
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional
(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais
(4) Considera quantidade de colaboradores + conselho de administração + diretores estatutários
(*) Não auditado

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

O reajuste tarifário anual médio calculado foi de 6,89% reposicionando as tarifas para o período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012. Deste percentual, 4,47% referem-se ao reajuste econômico e 2,42% referem-se a componentes financeiros.

O efeito médio percebido pelos consumidores cativos da EDP Escelsa foi de 2,97%, uma vez que foram considerados os ajustes financeiros referentes a períodos anteriores.

EDP ESCELSA: Decomposição do Índice de Reajuste Tarifário de 2011



(*) Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético - MWh

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 11.258 GWh, apresentando um aumento de 2,6% em relação a 2010.

6.2 Compra de Energia

A energia requerida em 2011 foi de 8.005 GWh, superior em 2,4% à de 2010. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 14,9%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 44,8%, os Contratos Bilaterais 6,5% e o Curto Prazo 0,5%.

6.3 Energia Distribuída

A EDP Escelsa faturou 5.816,6 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, representando um crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 4.001,4 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, apresentando uma elevação de 6,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Escela apresentou uma elevação de 4,0%, totalizando 9.818,0 GWh acumulados no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011.

	janeiro - dezembro					
	Consumidores (*)		MWh (*)		R$ Mil	
Receita Operacional Líquida	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Fornecimento						
Residencial	996.704	964.178	1.866.962	1.812.511	635.202	608.632
Industrial	11.429	11.220	1.095.160	1.064.096	295.410	288.614
Comercial	111.333	99.136	1.197.163	1.143.647	388.262	369.742
Rural	155.484	152.042	582.139	579.539	114.206	111.972
Outros (1)	11.194	10.954	616.252	612.095	157.627	154.917
(–) Transferência para TUSD - clientes cativos					(887.840)	(883.284)
Fornecimento não faturado					7.190	(8.724)
Consumo próprio	169	162	8.555	9.128		
Total Fornecimento	**1.286.313**	**1.237.692**	**5.366.230**	**5.221.016**	**710.057**	**641.869**
Suprimento	1	1	450.398	455.667	54.686	59.496
Total Fornecimento e suprimento	**1.286.314**	**1.237.693**	**5.816.628**	**5.676.683**	**764.743**	**701.365**
Disponibilização do sistema de distribuição	47	38	4.001.396	3.762.436	1.162.198	1.150.318
Total Energia Distribuída	**1.286.361**	**1.237.731**	**9.818.025**	**9.439.119**	**1.926.941**	**1.851.683**
Outras receitas operacionais					54.003	52.484
Energia de curto prazo (2)			528.959	410.421	16.646	42.260
(–) Deduções à receita operacional					(479.506)	(442.945)
Receita Operacional Líquida	**1.286.361**	**1.237.731**	**10.346.984**	**9.849.540**	**1.518.084**	**1.503.482**

(*) Não auditado
(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público
(2) Considera recontabilizações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A classe Residencial apresentou crescimento de 3,0% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo crescimento de 3,4% na base de clientes.
Na classe Industrial, de clientes cativos, verificou-se um acréscimo de 2,9% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A classe Comercial apresentou crescimento de 4,7% no fornecimento de energia (GWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.
A classe Rural apresentou um aumento de 0,4% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior. As demais classes apresentaram um crescimento de 0,7% no fornecimento de energia (GWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

6.4 Perdas Técnicas e não Técnicas

As perdas totais em 2011 foram de 12,79%, abaixo em 1,23 p.p. em relação a 2010. As perdas técnicas reduziram 0,93 p.p, passando de 8,29% para 7,36%. Para esta redução contribuíram os investimentos realizados na expansão da rede. No ano de 2011, a EDP Escelsa investiu R$ 39,1 milhões na expansão do sistema elétrico para atendimento ao crescimento do mercado, com a construção de 3 novas subestações, ampliação de outras 7 subestações existentes, totalizando 190 MVA de capacidade instalada, 11 novos alimentadores, bem como a instalação de compensação reativa na rede de média tensão.
A mudança da defasagem no transformador de Mascarenhas, ponto de conexão com a Rede Básica, ocorrida em outubro de 2010 contribuiu de forma significativa para a redução das perdas. Este fato impediu que no ano de 2011 se repetisse a ocorrência da inversão de fluxo, de origem sistêmica, originado pelos elevados despachos de geração térmica na área Rio de Janeiro, combinado com baixa geração hídrica registrada na região leste da área Minas Gerais, num cenário energético, com a região Sul/Sudeste exportando para a região Norte/Nordeste. Como resultado dessa inversão sistêmica de fluxo, no ano de 2010, verificou-se, em regime normal de operação, o aumento considerável no carregamento das Linhas de Distribuição de 138 kV da EDP Escelsa que interligam a região da Grande Vitória com a região norte do Estado do Espírito Santo, provocando um aumento das perdas técnicas no sistema naquele ano.
Além deste, contribuiu ainda para a redução de perdas técnicas em 2011 os investimentos de R$ 48,4 milhões realizados em 2010 na expansão do sistema para atendimento ao crescimento do mercado, com a instalação de 205 MVA de capacidade nas subestações que resultaram em 7 novas subestações e ampliação de outras 7, complementada com a construção de 16 novos alimentadores.

6.5 Combate às Perdas não Técnicas

O resultado alcançado na redução das perdas não técnicas da EDP Escelsa, de 5,73% em 2010, para 5,43% em 2011, decorreu do desenvolvimento e execução do Programa Revenue Assurance que integrou ações de combate às perdas não técnicas incluindo ações de tecnologia de medição e eficiência energética, além de ações de combate à inadimplência e de fiscalização com aplicação de R$ 29,9 milhões, assim destinados, investimentos em substituição de 29 mil medidores eletromecânicos, com índice de falha ou possibilidade de manipulação, por medidores eletrônicos, instalação de conjuntos de medição externa com telemedição e remotas em unidades consumidoras atendidas em média tensão, ampliando o monitoramento em tempo real feito no Centro Integrado de Medição para 100% das unidades consumidoras de média tensão, 7,7 mil unidades consumidoras de baixa tensão em bairros complexos e 285 unidades consumidoras de baixa tensão indireta com medição externa, em toda área de concessão da EDP Escelsa, identificando irregularidades e despachando equipes de campo para verificação local.
Em fiscalização, foram 177 mil inspeções em unidades consumidoras, 117 mil retiradas de ligações clandestinas, com remoção de 10 toneladas de fios e gambiarras. Foram aplicados R$ 15,4 milhões em ações de eficiência energética, gerando 7 mil unidades consumidoras clandestinas e inativas regularizadas em bairros da Grande Vitória e interior do Estado, com ações para o uso eficiente e seguro de energia elétrica em mais de 40 mil unidades consumidoras de baixa renda, totalizando 25,5 mil unidades consumidoras regularizadas nos últimos quatro anos, doação de 109 mil lâmpadas fluorescentes compactas, mais eficientes, em substituição de lâmpadas incandescentes, totalizando 529 mil lâmpadas doadas em quatro anos, doação de 10 mil kits composto de fios, tomadas, disjuntor, interruptores para instalação elétrica interna da moradia do beneficiário, num total de 23,7 mil kits em quatro anos e doação e instalação de 9 mil padrões de entrada, perfazendo 35,9 mil nos últimos quatro anos.
Um novo ciclo do Programa de Eficiência Energética teve seu lançamento na sede de Governo do Estado do Espírito Santo, grande incentivador e parceiro em eficiência energética. O programa lançado prevê desembolsos da ordem de R$41,3 milhões em 2011/12, com 47% em projetos para comunidades de baixa renda com doação de lâmpadas, padrões de entrada e geladeiras, 42% para o projeto "Bairro Solar" que prevê aquecimento solar em substituição a chuveiros elétricos em 4.240 unidades consumidoras, incluindo de baixa renda, 2% para projetos em hospitais e entidades beneficentes e entidades públicas e 9% para um projeto educacional abrangendo 110 escolas e eficiência energética em prédios públicos, incluindo o Palácio Anchieta, sede do Governo do Espírito Santo.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Escelsa mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos clientes permitindo maior interação com os mesmos, tais como: *Call Center*, internet (agência virtual), agências de atendimento presencial e agentes comerciais, bem como atendimento exclusivo para os grandes clientes, clientes corporativos e poderes públicos. Além desses canais, há uma estrutura de Ouvidoria com *Call Center* dedicado, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, críticas e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com as Ouvidorias da *ANEEL* e com os Órgãos de Defesa do Consumidor.
Para garantir um atendimento de qualidade, a EDP Escelsa conta uma moderna Central de Atendimento Telefônico (*Call Center*), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração. Essa Central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência, com opção de atendimento humano e eletrônico. Em 2011, foram 1,8 milhão de ligações por esse canal para se comunicar com a empresa.
A EDP Escelsa no ano de 2011 abriu 23 novas agências de atendimento, elevando para 70 agências de atendimento presencial em sua área de concessão. Além destas agências, aproveitando a sinergia com a rede de arrecadadores, possui também 109 agentes comerciais distribuídos na área de concessão. Por meio destes canais e da internet, através da agência virtual, foram realizados 3,3 milhões de atendimentos. Cabe destacar que 2011 houve significativa redução das reclamações comerciais, da ordem de 40%, decorrente do aprimoramento na qualidade da gestão comercial.
Houve também redução de 40% em audiências nos Juizados Especiais, decorrente do Projeto denominado Pré-Processual, implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo em parceria com a EDP Escelsa, que proporcionou ao consumidor a opção de buscar um acordo, de forma célere e eficaz, antes da instauração de processos.
Para os grandes clientes e clientes corporativos o mercado é segmentado de acordo com seus respectivos perfis, visando atender suas necessidades, facilitando o acesso e contribuindo para uma maior satisfação destes segmentos e maior aproximação institucional. Os órgãos públicos também contam com uma estrutura de atendimento dedicada, com opção de atendimento telefônico, internet (agência virtual) e presencial, tornando mais ágil o processamento das demandas dos poderes públicos. As necessidades desses clientes são identificadas através de visitas periódicas aos órgãos, permitindo ainda a elaboração de projetos em parceria e o desenvolvimento de produtos e serviços específicos destinados a este segmento, contribuindo para um bom relacionamento institucional da concessionária com os órgãos públicos.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa *ABRADEE*

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Empresa participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Innovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes.
Em 2011, a EDP Escelsa atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 78,2%, superior ao obtido em 2010 que foi de 74,6%. Outro indicador avaliado na pesquisa, o ISG - índice de Satisfação Geral foi avaliado em 79,5%.

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2011 foram de R$ 138,8 milhões já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os juros capitalizados representam R$ 9,2 milhões.

	janeiro - dezembro		
Investimento - R$ Mil	**2011**	**2010**	**Variação R$ mil**
Expansão do Sistema Elétrico	96.650	95.493	1.157
Melhoramento da Rede	33.754	30.397	3.357
Universalização	2.441	23.687	(21.246)
Telecom., Informática e Outros	24.860	65.023	(40.163)
SubTotal (1)	**157.705**	**214.600**	**(56.895)**
(–) Obrigações Especiais (2)	(18.924)	(26.775)	7.851
Investimento Líquido	**138.781**	**187.825**	**(49.044)**

(1) SubTotal = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados
(2) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união estado e municípios nos projetos de investimentos

8.1 Expansão de Rede

Para atendimento da demanda do mercado, foram investidos R$ 96,7 milhões na expansão da rede elétrica, ligação de novos clientes e instalação de sistemas de medição. Destacam-se os investimentos para atender as seguintes regiões:
Na Grande Vitória, ressaltamos a energização da nova Subestação de Distribuição Itapoã com cinco novos circuitos de 15 kV;
Já na região Sul, evidenciamos a disponibilização do 2º transformador na subestação Vila Rica e a ampliação da subestação Cachoeiro de Itapemirim, para assegurar o atendimento aos mercados dos municípios de Cachoeiro de Itapemirim e Atílio Vivácqua;
Na região Norte, destacamos a energização da subestação Baixa Guandú, a substituição dos transformadores das subestações Linhares, Juncado, São Mateus e Vila Pavão além da disponibilização do 2º transformador na subestação Boa Esperança.
As obras visam a atender o crescimento de mercado da região, além de elevar o nível de qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica.

8.2 Melhoramento de Rede

Os principais investimentos em melhoramento de linhas, subestações e redes de distribuição totalizaram R$ 33,8 milhões e consistiram na substituição de equipamentos, além do recondutoramento de redes em final de vida útil e reposição de neutro. Foram substituídos trechos de rede nua de média e baixa tensão para rede protegida e isolada, garantindo maior disponibilidade, preservação do meio ambiente e segurança.

8.3 Universalização

O Programa Luz para Todos foi assinado em maio de 2004 e consiste em um Termo de Compromisso entre o Ministério de Minas e Energia, Governo do Estado do Espírito Santo e a EDP Escelsa, com interveniências da Eletrobrás e ANEEL. Todos os municípios da área de concessão foram beneficiados com o Programa, que, de 2004 a 2011, levou luz elétrica a 50.546 mil domicílios, totalizando nesse período um investimento de R$265 milhões. Deste montante, R$ 2,4 milhões foram investidos em 2011.
O Programa Luz para Todos tem-se revelado um importante instrumento de inclusão social com uma forte contribuição para a melhoria da qualidade de vida e fixação do homem no campo.

8.4 Tecnologia de Informação

Foram investidos o total de R$ 13,3 milhões, sendo que R$ 0,7 mil refere-se às aquisições de *Hardwares* e *Softwares* necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações que visa à otimização e organização dos processos da organização além de diminuir o risco de indisponibilidades e falhas por obsolescência e R$ 12,6 milhões referentes aos projetos necessários para atender as obrigações Fiscais, Legais e Órgãos Regulatórios. Os principais projetos investidos refere-se à Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CCS para atender a homologação da nova resolução normativa ANEEL nº 414/2010 que trata da revisão da Resolução Normativa ANEEL nº 456/2000 que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. A revisão também incorpora regras afins contidas em várias resoluções da ANEEL, como as resoluções nº 457/2000, nº 615/2002, nº 258/2003, nº 61/2004, nº 207/2006, nº 250/2007, nº 363/2009, nº 373/2009 e nº 384/2009 e a Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece a alteração no controle patrimonial da empresa.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

O investimento em automação teve continuidade no ano de 2011 com adição de 77 novos religadores, totalizando 509 religadores telecomandados e telessupervisionados na rede Média Tensão. Foram, também, integradas ao Sistema de Supervisão e Controle três novas subestações, totalizando 85 subestações, mantendo 100% das subestações da EDP Escelsa telecomandadas e telessupervisionadas

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacionais. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizadas nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentam em total conformidade com os padrões estabelecidos pela *ANEEL*, sendo em 2011 registradas 10,40 horas e 6,34 interrupções, respectivamente.

	Unidade	2007	2008	2009	2010(*)	2011
DEC	**Horas**	11,52	10,67	11,44	9,17	10,40
FEC	**Vezes**	7,65	6,93	6,91	6,35	6,34

DEC = Duração Equivalente de interrupções por Clientes (horas - média cliente/ano)

FEC = Frequência Equivalente de interrupções por Cliente (interrupções - média cliente/ano)

(*) Os dados foram alterados em relação a publicação anterior em função de determinação da ANEEL para revisão do critério de aplicação do conceito de dia crítico e reprocessamento dos indicadores da empresa para o ano de 2010.

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas da EDP Escelsa

Descrição	2011	2010	Variação %
Subestações			
Quantidade	85	83	2,4
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.232	3.112	3,9
Redes de Distribuição - Própria (Km)	**58.724**	**57.870**	**1,5**
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	2.215	2.211	0,2
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 KV)	47.740	47.073	1,4
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	8.769	8.586	2,1
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	**88.542**	**84.853**	**4,3**
Transformador de Distribuição - Urbano	23.059	21.094	9,3
Transformador de Distribuição - Rural	65.483	63.759	2,7
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	**2.508**	**2.343**	**7,0**
Potência Instalada na Distribuição - Urbano	1.558	1.414	10,2
Potência Instalada na Distribuição - Rural	950	929	2,3
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	**599.927**	**584.511**	**2,6**
Postes em Redes de Distribuição	599.927	584.511	2,6

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Foram concluídos 4 e iniciados 4 novos projetos de P&D, totalizando 26 projetos em andamento com investimentos da ordem de R$ 4,6 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Escelsa destaca o projeto Mobilidade Elétrica, o qual pretende avaliar os impactos dos veículos elétricos no sistema de distribuição da Escelsa, além de estar participando de forma cooperada com outras distribuidoras de projetos relacionados às chamadas estratégicas da ANEEL, chamadas estas que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias Companhias do setor.
A maioria dos resultados obtidos nos projetos de P&D foi divulgada à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas. Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido através da realização de seminários internos e cursos de capacitação aos colaboradores.

10.2 Eficiência Energética

No ano de 2011 foram iniciados projetos executivos em 26 entidades beneficentes em três prédios públicos do Governo do Estado, basicamente nos sistemas de ar condicionado e iluminação dessas instituições, com a substituição de equipamentos de baixo rendimento energético por outros mais econômicos e eficientes. Iniciado também o projeto "Boa Energia Solar", em cerca de 4 mil unidades residenciais dos bairros Serra Dourada I, II e III, no município da Serra (ES), e 240 apartamentos em conjunto habitacional com 15 prédios, em Itanguá, Cariacica (ES), permitindo substituir os chuveiros elétricos existentes nas residências por alternativas utilizando aquecimento solar de alta eficiência energética. Já no programa "Boa Energia na Comunidade" que visa aumentar a eficiência energética em residências de baixa renda de 104 bairros no Estado, foi promovida ação de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, doação de 109 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO, troca de 4,6 mil geladeiras ineficientes por outras com selo PROCEL de economia de energia, doação de 9 mil padrões de entrada residenciais e 10 mil kits com materiais elétricos a serem utilizados nas instalações internas.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	janeiro - dezembro		
DRE - R$ Mil	**2011**	**2010**	**Variação %**
Receita Operacional Bruta	1.997.590	1.946.427	2,6
(–) Deduções à Receita Operacional	(479.506)	(442.945)	8,3
(=) Receita Operacional Líquida	**1.518.084**	**1.503.482**	**1,0**
(–) Despesas Operacionais:	**1.341.088**	**1.241.746**	**8,0**
Gerenciáveis	**402.827**	**359.014**	**12,2**
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	105.576	85.298	23,8
Material	9.498	8.967	5,9
Serviços de terceiros	124.666	123.803	0,7
Depreciação e amortização	96.546	90.238	7,0
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas	17.565	30.299	*(42,0)*
Provisões para contingências	7.387	4.530	63,1
Aluguéis e arrendamentos	1.116	1.126	*(0,9)*
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	19.104	1.626	1.074,9
Outras	21.369	13.127	62,8
Não gerenciáveis	**938.261**	**882.732**	**6,3**
Energia elétrica comprada para revenda	734.608	693.390	5,9
Encargos de uso da rede elétrica	199.340	185.581	7,4
Taxa de fiscalização	4.313	3.761	14,7
EBITDA	**273.542**	**351.974**	***(22,3)***
Margem do EBITDA - %	**18,0%**	**23,4%**	***-5,4 p.p.***
(=) Resultado do Serviço	**176.996**	**261.736**	***(32,4)***
Margem do EBIT - %	**11,7%**	**17,4%**	***-5,7 p.p.***

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 1,0% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$ 1.518,1 milhões. A elevação verificada de R$ 14,6 milhões pode ser decomposta da seguinte forma: i) crescimento de R$ 51,2 milhões da receita bruta, devido o aumento do fornecimento de energia dos clientes cativos representando R$ 46,4 milhões, decréscimo de suprimentos, energia de curto prazo e outras receitas totalizando R$ 28,9 milhões e disponibilização do sistema de distribuição e transmissão, sendo a variação positiva de R$ 33,7 milhões; ii) aumento das deduções da receita operacional em R$ 36,6 milhões, onde a principal variação são com os encargos setoriais totalizando R$ 39,2 milhões, sendo principalmente CCC (Conta de Consumo de Combustível) R$ 25,6 milhões, CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) R$ 12,0 milhões, RGR (Reserva Global de Reversão) e Pesquisa e Desenvolvimento totalizando R$ 0,7 milhões.
As Despesas Operacionais totalizaram R$ 1.341,1 milhões no período de doze meses acumulado até 31 de dezembro de 2011, superiores em 8,0% aos verificados no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Escelsa, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, aumentaram em 2011 R$ 43,8 milhões, correspondente a +12,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as despesas operacionais não gerenciáveis que correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 totalizou o montante de R$ 938,3 milhões, superiores em 6,3% ao praticado no mesmo período do ano anterior, devido principalmente pelo aumento do custo de energia elétrica comprada para revenda em 2011 de R$ 734,6 milhões, comparado ao custo verificado em 2010 de R$ 693,4 milhões, crescimento de R$ 41,2 milhões e CPC 33 reclassificação dos juros referente ao laudo atuarial no valor de R$ -10,0 milhões, em relação ao ano anterior no valor de R$ 6,1 milhões. Houve Redução nos saldos de provisão para devedores duvidosos devido a melhoria implementadas no ciclo comercial, processos internos de Revenue Assurance (garantia de receita) e novo critério de contabilização de parcelamento adimplente na EDP Escelsa.

Relatório da Administração

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R$ 177,0 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2011, inferior em 32,4% ao obtido em igual período no ano anterior principalmente devido aos efeitos não recorrentes já citados acima. Verificou-se uma margem líquida de 6,8% no período findo em 31 de dezembro de 2011 enquanto que no mesmo período de 2010 foi de 11,9%. O EBITDA do período foi de R$ 273,5 milhões, inferior em 22,3% ao obtido no mesmo período do ano anterior e a margem EBITDA em 2010 foi de 18,0% em enquanto que em 2011 foi de 23,4% no período acumulado até 31 de dezembro de 2011.
O Resultado Financeiro do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 42,8 milhões negativos em virtude da redução das receitas financeiras em R$ 36,0 milhões e aumento das despesas financeiras em R$ 8,2 milhões em relação ao mesmo período de 2010. Houve atualização monetária dos depósitos judiciais Refis no mês de setembro de 2011 no valor de R$ 12,2 milhões e uma reclassificação de R$ 10,0 milhões dos custos dos juros do laudo atuarial.
Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Escelsa apresentou um Lucro Líquido de R$ 104,0 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, inferior em 41,8% ao registrado em igual período do ano anterior.

11.1 Endividamento

	Saldo em		
Endividamento - R$ Mil	**Dez/11**	**Dez/10**	**Variação %**
Dívidas Bruta (1)	703.444	751.153	(6,4)
Caixa e equivalentes de caixa	(105.726)	(156.039)	(32,2)
(=) Dívidas Líquida	**597.718**	**595.114**	**0,4**

(1) Dívida Bruta = Empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas + Debêntures
Em 31 de dezembro de 2011, a EDP Escelsa apresentou um endividamento líquido de R$ 597,7 milhões, fechando o ano de 2011 em 0,4% superior com relação ao saldo de dezembro de 2010, mantendo o saldo em linha ao realizado no exercício anterior.
A dívida bancária bruta da EDP Escelsa em 31 de dezembro de 2011 foi de R$ 703,4 milhões e é composta por R$ 249,6 milhões de debêntures, R$ 365,4 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras) e de R$ 88,5 milhões de financiamentos junto à Eletrobras. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida representou 0,84 vezes o Patrimônio Líquido e 0,73 vezes em 31 de dezembro de 2010.

12. GESTÃO DE PESSOAS

Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Escelsa, durante o ano de 2011 foi reformulado e alinhado o Programa de Desenvolvimento de Liderança, como parte da estrutura da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP. A Escola de Diretivos tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de Gestão e Liderança do Grupo EDP. Ao mesmo tempo, tem função de acompanhar o potencial que se tem no grupo, preparando líderes, gerindo sucessão e facilitando a mobilidade funcional e geográfica. O programa é composto por 5 pilares importantes para o grupo: estratégia, liderança, comunicação, negociação e inovabilidade. Cada pilar possui treinamentos obrigatórios e optativos, dependendo do público alvo de cada iniciativa. Com objetivo de garantir a cultura organizacional da EDP, o programa de integração para novos colaboradores transmite informações sobre a cultura da empresa, o Código de Ética, direitos e benefícios concedidos pela empresa.
No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, Clube da Corrida, Conte Comigo, entre outros. Assegura-se a estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, com revisão da Política de Cargos e Salários e aplicação de uma política de mérito.

12.1 Força de Trabalho
O quadro de pessoal próprio da EDP Escelsa, ao final de 2011, era de 985 colaboradores, 2 colaboradores da alta direção em regime estatutário e 1 conselheiro totalizando 988. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.306 perante a 1.260 apresentado em 2010.

12.2 Programa de Benefícios
A EDP Escelsa dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento
A empresa possui um programa de Incentivo à educação formal individual, através da concessão de bolsas de estudos, conciliando as necessidades dos colaboradores e da EDP Escelsa, em cursos reconhecidos pelas autoridades de educação, técnicos de nível médio, graduação, pós-graduação e MBA. Em 2011, 66 foram contemplados com este benefício. Em capacitação, desenvolvimento, reciclagem e atualização dos colaboradores foram realizadas 68.342 horas de treinamento, com média de 70,95 horas por colaborador. Nos cursos para comunidade foram formados 52 novos profissionais.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão
Foi implantada a 2ª etapa do sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de suas carreiras na EDP. Foram preenchidas 81 vagas, das quais 45,68% foram por recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas ON TOP (programa de estágio) com aproveitamento de dois estagiários e Energizing Development Program (programa interno de trainees).

12.5 Segurança no Trabalho
O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:
(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Escelsa a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.
(ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.
No ano de 2011 foi dado um grande enfoque à segurança no trabalho, tendo sido realizadas 2.906 inspeções em atividades relacionadas ao negócio e 60 reuniões específicas de segurança. Com relação às taxas de freqüência e gravidade para a EDP Escelsa, no ano de 2011 foram registrados os índices de 3,43 e de 5.416, respectivamente, ao tempo em que para as prestadoras de serviços, as taxas de freqüência e gravidade foram 4,51 e 1.659, respectivamente.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa
A EDP Escelsa manteve a continuidade das ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da *Companhia* e seus públicos estratégicos. Orientada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e por sua Política de Sustentabilidade, as iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais, visando o aprofundamento do diálogo, estabelecimento de parcerias e criação de valor compartilhado.
Em 2011 os investimentos socioculturais promovidos pela Companhia atingiram o valor de R$ 750 mil, beneficiando mais de 4 mil pessoas.
O programa "EDP Solidária" apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 1.800 pessoas.
Com o "EDP Cultura", fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando os projetos "Ginga Dendê" que promove reflexões sobre a cultura negra e a história do estado do Espírito Santo e o "Prêmio EDP nas Artes", que capacita e valoriza jovens artistas plásticos de todo Brasil.
Já o Programa "EDP nas Escolas" beneficiou, com a entrega de kits escolares, teatro nas escolas, pintura de quadra poliesportiva e concursos culturais, cerca de 1.350 alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental.
O "Programa de Voluntariado da EDP", com apoio, dedicação e talento dos colaboradores da EDP Escelsa, promoveu, no Espírito Santo, diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 500 pessoas atendidas por organizações sociais de todo o Estado. Destaque para o projeto "Desafio do Bem" e a campanha "Natal Solidário".
As práticas de excelência em responsabilidade social corporativa da EDP Escelsa foram fundamentais para a permanência da EDP no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) pelo sexto ano consecutivo e a renovação do título Empresa Amiga da Criança.

13.2 Meio Ambiente
Em 2011, os gastos e investimentos de natureza ambiental da EDP Escelsa foram à ordem de R$ 7,2 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas.
Destaca-se a participação no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente da Serra/ES - CONDEMAS e no Conselho Municipal em Defesa das Falésias no Município de Marataízes. Em alinhamento com as diretrizes da Política de Biodiversidade do grupo, a EDP Escelsa realizou a reforma da sede administrativa do Parque Municipal Morro da Manteigueira, localizado no município de Vila Velha/ES. Esta importante unidade de conservação também é utilizada para a realização de Educação Ambiental com alunos da rede pública municipal e estadual da região e contribui para a criação de uma consciência conservacionista nas gerações futuras.
O recebimento do Prêmio Destaque Empresarial Brasileiro de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2011, organizado pelo Instituto Biosfera, consagra a atuação da EDP Escelsa na gestão e na realização de ações voltadas à proteção do meio ambiente.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2011, a EDP Escelsa foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu, e recebeu prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial:
Prêmio Marcas e Valor: a EDP Escelsa recebeu o 1º lugar na pesquisa Marcas de Valor, promovida pelo Jornal *A Gazeta,* publicação do ES. A premiação apontou o alto grau de satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados e a contribuição da distribuidora para o desenvolvimento do estado.
Prêmio Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: a EDP Escelsa recebeu a premiação de "Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável", promovido pelo Instituto Biosfera.
Prêmio Gazeta Empresarial: a EDP Escelsa ganhou o prêmio Gazeta Empresarial Cachoeiro no segmento "Empresa Particular que Presta Serviço Público", promovido pela Gazeta Empresarial Cachoeiro.
Anuário 2011: a EDP Escelsa recebeu a 7º colocação dentre as 200 maiores empresas do Espírito Santo no Anuário 2011 promovido pela Instituto Euvaldo Lodi - IEL, no Espírito Santo.
A EDP Escelsa renovou o selo "Empresa Amiga da Criança 2011", promovido pela Fundação Abrinq.
Prêmio APEx (Aptel de Excelência) - A EDP Escelsa conquistou o 1º lugar no Prêmio APEx promovido pela Associação de Empresas Proprietárias de Infraestrutura e Sistemas Privados de Telecomunicações - APTEL - pelo desenvolvimento em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), do Projeto ClimaGrid por utilizar sistemas de telecomunicações e tecnologia da informação de forma produtiva e inovadora para aprimorar os serviços aos seus clientes.
A EDP Escelsa certificou o processo de tratamento das reclamações na ISO 9001:2008.

15. BALANÇO SOCIAL (Modelo Ibase)

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)	2010 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	1.518.084	1.503.482
Resultado operacional (RO)	134.136	246.626
Folha de pagamento bruta (FPB)	84.725	82.962

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	9.290	10,96%	0,61%	6.729	8,11%	0,45%
Encargos sociais compulsórios	22.750	26,85%	1,50%	21.038	25,36%	1,40%
Previdência privada	5.572	6,58%	0,37%	5.564	6,71%	0,37%
Saúde	13.383	15,80%	0,88%	7.117	8,58%	0,47%
Segurança e saúde no trabalho	179	0,21%	0,01%	1.250	1,51%	0,08%
Educação	216	0,26%	0,01%	243	0,29%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	869	1,03%	0,06%	1.189	1,43%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	157	0,19%	0,01%	30	0,04%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	9.133	10,78%	0,60%	5.945	7,17%	0,40%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	559	0,66%	0,04%	615	0,74%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	**62.109**	**73,31%**	**4,09%**	**49.720**	**59,93%**	**3,31%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	214	0,16%	0,01%	399	0,16%	0,03%
Cultura	300	0,22%	0,02%	295	0,12%	0,02%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	77	0,06%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	156	0,12%	0,01%	157	0,06%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	**747**	**0,56%**	**0,05%**	**851**	**0,35%**	**0,06%**
Tributos (excluídos encargos sociais)[2]	1.089.162	811,98%	71,75%	1.082.629	438,98%	72,01%
Total - Indicadores sociais externos	**1.089.909**	**812,54%**	**71,80%**	**1.083.480**	**439,32%**	**72,06%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	**7.223**	5,38%	0,48%	8.707	3,53%	0,58%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	**0**	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**7.223**	**5,38%**	**0,48%**	**8.707**	**3,53%**	**0,58%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%		

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período (*)	987	966
Nº de admissões durante o período	81	79
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	2.578	2.370
Nº de estagiários(as)	95	92
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	489	494
Nº de mulheres que trabalham na empresa	223	222
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	10%	11%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (**)	238	219
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2%	7%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	38	37

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor **remuneração** na empresa	50,10			50,10		
Número total de acidentes de trabalho	40			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos (as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Empresa 54.724	no Procon 3.444	na Justiça 1.826	na Empresa 51.441	no Procon 3.306	na Justiça 1.753
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 97%	na Justiça 37%	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 45%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2011: 1.395.391**			**Em 2010(1): 1.451.427**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	79% governo 6% colaboradores(as) 3% acionistas 7% terceiros 5% retido			76% governo 5% colaboradores(as) 3% acionistas 7% terceiros 9% retido		

7 - Outras Informações

(*) Não inclui Conselheiros.
(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.
(1) O Resultado Operacional (RO), do exercício de 2010, foi alterado devido a reclassificação nas Demonstrações de Resultados da rubrica Outros Resultados para a rubrica Outras Despesas e Receitas Operacionais. O valor de Tributos (excluídos encargos sociais) e Valor Adicionado Total a Distribuir, do exercício de 2010, foram alterados devido a reclassificação nas Demonstrações do Valor Adicionado dos créditos de PIS/COFINS da rubrica Impostos, Taxas e Contribuições, em Distribuição do Valor Adicionado, para as rubricas que deram origem a estes créditos, em Geração do Valor Adicionado. Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil. Nossa empresa valoriza e respeita

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

a diversidade interna e externamente. Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações:

Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

16. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Escelsa informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2010, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011.

18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Escelsa registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Escelsa.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	105.726	156.039
Consumidores e concessionárias	5	338.851	327.666
Impostos e contribuições sociais	6	72.367	140.854
Estoques		14.239	10.322
Cauções e depósitos vinculados	9	4	39
Despesas pagas antecipadamente		877	806
Outros créditos	10	56.008	63.290
		588.072	**699.016**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	11	274.735	242.520
Consumidores e concessionárias	5	10.714	14.873
Impostos e contribuições sociais	6	8.722	10.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	226.836	221.054
Partes relacionadas	8	20	31
Cauções e depósitos vinculados	9	103.569	95.286
Outros Créditos	10	1.145	857
		625.741	**584.819**
Propriedades para investimentos	12	1.133	1.294
Imobilizado	13	273	273
Intangível	14	994.121	1.007.120
		995.527	**1.008.687**
Total do ativo		**2.209.340**	**2.292.522**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	226.598	197.878
Impostos e contribuições sociais	6	104.927	150.141
Dividendos	22.2	38.066	36.980
Debêntures	16	83.098	88.493
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	62.888	49.432
Benefícios pós-emprego	18	11.598	8.362
Obrigações estimadas com pessoal	19	18.440	15.733
Encargos regulamentares e setoriais	20	113.780	100.634
Provisões	21	3.681	1.346
Outras contas a pagar	10	26.450	54.573
		689.526	**703.572**
Não Circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	34.533	40.916
Debêntures	16	166.494	249.592
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	390.964	363.636
Benefícios pós-emprego	18	177.179	88.363
Partes relacionadas	8	820	120
Encargos regulamentares e setoriais	20	5.359	5.221
Provisões	21	34.923	29.943
Outras contas a pagar	10	762	1.076
		811.034	**778.867**
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	376.022	376.022
Reservas de capital	22.3	101.035	101.035
Reservas de lucros	22.3	332.449	376.575
Outros resultados abrangentes	22.3	(100.726)	(43.549)
		708.780	**810.083**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.209.340**	**2.292.522**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2011	2010 Reclassificado
Receitas	23	1.518.084	1.503.482
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(734.608)	(693.390)
Encargos de uso da rede elétrica		(199.340)	(185.581)
	24	**(933.948)**	**(878.971)**
Custo de operação			
Pessoal		(69.262)	(65.276)
Materiais e serviços de terceiros		(94.049)	(92.037)
Depreciações e amortizações		(96.469)	(87.010)
Outros custos de operação		(15.204)	(8.059)
	24	**(274.984)**	**(252.382)**
		(1.208.932)	**(1.131.353)**
Custo do serviço prestado a terceiros	24	**(2.117)**	**(1.356)**
Lucro bruto		**307.035**	**370.773**
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(18.097)	(30.897)
Despesas gerais e administrativas		(81.376)	(63.156)
Depreciações e amortizações		(77)	(3.228)
Outras despesas e receitas operacionais		(30.489)	(11.756)
	24	**(130.039)**	**(109.037)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**176.996**	**261.736**
Receitas financeiras		52.701	88.693
Despesas financeiras		(95.561)	(103.803)
Resultado financeiro	25	**(42.860)**	**(15.110)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**134.136**	**246.626**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(18.586)	(50.518)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	(11.574)	(17.541)
	26	**(30.160)**	**(68.059)**
Resultado líquido do exercício		**103.976**	**178.567**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**17.695,03**	**30.389,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**376.022**	**101.035**	**338.309**	**(21.265)**	**(19.636)**	**774.465**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2010			(77.159)			(77.159)
Lucro líquido do exercício					178.567	178.567
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			7.947		(7.947)	–
Dividendos intermediários (JSCP)					(43.506)	(43.506)
Dividendo adicional proposto			103.319		(103.319)	–
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			4.159		(4.159)	–
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(33.764)		(33.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				11.480		11.480
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**376.022**	**101.035**	**376.575**	**(43.549)**	**–**	**810.083**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 05/04/2011			(103.319)			(103.319)
Lucro líquido do exercício					103.976	103.976
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			5.199		(5.199)	–
Dividendos intermediários (JSCP)					(44.783)	(44.783)
Dividendo adicional proposto			51.781		(51.781)	–
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE			2.213		(2.213)	–
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(86.631)		(86.631)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				29.454		29.454
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**376.022**	**101.035**	**332.449**	**(100.726)**	**–**	**708.780**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Lucro líquido do exercício	103.976	178.567
Outros Resultados Abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(86.631)	(33.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.454	11.480
Resultado abrangente do exercício	**46.799**	**156.283**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	134.136	246.626
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	17.565	30.299
Ativo financeiro indenizável - baixa	3.974	
Depreciações e amortizações	96.546	90.238
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	8.554	11.079
Fornecedores - atualização monetária	3.069	3.968
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	73.817	66.596
Provisão para plano de benefícios pós-emprego	17.182	(55)
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	11.283	7.715
Ajuste a valor presente	1.184	(1.376)
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	21.894	16.404
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(1.743)	(14.451)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(11.320)	17.067
Outros	(315)	1.791
	375.826	**475.901**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(26.980)	(19.280)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	58.541	15.227
Estoques	(3.602)	(8.254)
Cauções e depósitos vinculados	(6.505)	(6.789)
Despesas pagas antecipadamente	(71)	(308)
Outros ativos operacionais	8.199	(4.015)
	29.582	**(23.419)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	25.651	20.421
Outros tributos e contribuições sociais	(4.438)	(6.896)
Benefícios pós-emprego	(11.761)	(12.025)
Obrigações estimadas com pessoal	2.707	(601)
Encargos regulamentares e setoriais	(8.610)	9.141
Provisões	(3.968)	(9.891)
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27	(31.770)	(14.849)
Outros passivos operacionais	3.333	(3.488)
	(28.856)	**(18.188)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**376.552**	**434.294**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.130)	(38.766)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**349.422**	**395.528**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixas (adições) ao investimento	161	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(138.782)	(187.825)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(138.621)**	**(187.825)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	711	234
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(140.299)	(111.797)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	73.663	137.039
Amortização de Principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(195.189)	(185.297)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(261.114)**	**(159.821)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(50.313)**	**47.882**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	105.726	156.039
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	156.039	108.157
	(50.313)	**47.882**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**2.565.470**	**2.494.730**
Receita operacional	2.581.433	2.522.778
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(17.565)	(30.299)
Outras receitas	1.602	2.251
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.126.234)**	**(1.041.758)**
Custos da energia comprada	(734.608)	(693.390)
Encargos de uso da rede elétrica	(199.340)	(185.581)
Materiais	(9.498)	(8.967)
Serviços de terceiros	(124.666)	(123.803)
Outros custos operacionais	(58.122)	(30.017)
Valor adicionado bruto	**1.439.236**	**1.452.972**
Depreciações e amortizações	(96.546)	(90.238)
Valor adicionado líquido produzido	**1.342.690**	**1.362.734**
Receitas financeiras	52.701	88.693
Valor adicionado total a distribuir	**1.395.391**	**1.451.427**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	60.037	43.192
Benefícios	23.516	19.392
FGTS	5.286	6.376
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	520.368	520.188
Estaduais	584.807	577.416
Municipais	724	1.367
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	95.561	103.803
Aluguéis	1.116	1.126
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	44.783	43.506
	1.336.198	**1.316.366**
Lucros retidos	59.193	135.061
	1.395.391	**1.451.427**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou Escelsa), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Vitória - ES, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 – ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que dentro dos 41.241 km² da área de concessão a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2 Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e os instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Consumidores e concessionárias (Nota 5)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentadas, pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 25);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 11)

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão e na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Propriedades para investimentos (Nota 12)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se aufere uma renda, são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado (Nota 13)

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

f) Intangível (Nota 14)

O intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrentes da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

l) Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Em 23 de março de 2010, a Companhia obteve, junto a Superintendência do Desenvovimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2010. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão, aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que são reconhecidos no resultado.

s) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; e Planos de benefícios pós-emprego.

t) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento incial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

u) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

v) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

w) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

x) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

y) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e o Lucro por ação diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010:

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS retificando a rubrica de Custos de operação com Depreciações e amortizações no valor de R$13.094, anteriormente alocados na rubrica Despesas gerais e administrativas.

Outros resultados: reclassificação do valor de R$1.626, referente a ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, anteriormente alocadas em Outros resultados para Outras despesas e receitas operacionais.

Parcela de juros de benefícios pós-emprego: reclassificação no valor de R$8.102 de Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras.

Fiança bancária: reclassificação de Outros custos de operação no valor R$83 e Despesas gerais e administrativas no valor de R$2.123, para Despesas financeiras.

2.4.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa foi apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é efetuada a partir do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para alinhamento com a divulgação no modelo da CVM.

2.4.3 Demonstração do valor adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) Créditos de PIS/COFINS no valor de R$91.327 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem;

(ii) Parcela de juros de benefícios pós-emprego no valor de R$8.102 anteriormente apresentado na Distribuição do valor adicionado - Pessoal, passou a ser apresentada na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros;

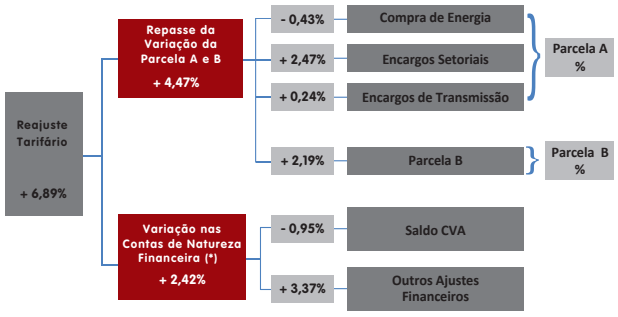
(iii) Fiança bancária no valor de R$2.206 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3 Reajuste tarifário de 2011

Em 2 de agosto de 2011, a ANEEL, em Reunião Pública, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 6,89%, aplicado às tarifas da Companhia, a partir de 7 de agosto de 2011, dos quais 4,47% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 2,42% referentes aos componentes financeiros pertinentes. Considerando-se os ajustes financeiros já incluídos nas tarifas da Companhia, associados à recuperação relativa a períodos passados, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos é de 2,97%.

No processo de reajuste tarifário, a ANEEL considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis (Parcela B), sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X e custos não gerenciáveis (Parcela A), como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo Combustível (CCC), Reserva Global de Reversão (RGR), taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela ANEEL na Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e outros instrumentos.

Na composição do reajuste, aplicado em 2011 para a Companhia, destacam-se os componentes da Parcela A, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:



(*) Correspondentes principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação.

Termo Aditivo ao Contrato de Concessão - Neutralidade da Parcela A

Neste Reajuste Tarifário da Companhia está considerado item financeiro negativo no valor de R$6.875, relativo à Neutralidade dos Encargos Setoriais que integram a Parcela A.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	54.680	43.637
Aplicações financeiras - renda fixa	51.046	112.402
Total	**105.726**	**156.039**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados à taxas que variam entre 99,5% e 102,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.3.

5 Consumidores e concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	38.613	42.724	10.760	92.097	(10.924)	81.173	74.635
Industrial	22.813	11.788	1.339	35.940	(2.884)	33.056	30.203
Comércio, serviços e outras atividades	30.237	13.219	4.024	47.480	(3.407)	44.073	39.849
Rural	9.224	8.543	3.187	20.954	(576)	20.378	16.945
Poder Público							
Federal	1.799	106	8	1.913		1.913	2.089
Estadual	2.767	66	71	2.904	(28)	2.876	3.103
Municipal	3.845	1.370	229	5.444		5.444	5.791
Iluminação Pública	4.202	711	32	4.945		4.945	6.318
Serviço Público	3.924	394	3.454	7.772		7.772	6.547
Fornecimento não faturado	84.450			84.450		84.450	78.249
Parcelamentos de débitos	11.010	22.881	14.690	48.581	(41.853)	6.728	8.959
(–) Ajuste a valor presente	(302)			(302)		(302)	(217)
Outros créditos	28.592			28.592		28.592	28.578
	241.174	**101.802**	**37.794**	**380.770**	**(59.672)**	**321.098**	**301.049**
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	9.217			9.217		9.217	13.499
Energia de curto prazo	6.819			6.819		6.819	11.193
Encargos de uso da rede elétrica	1.717			1.717		1.717	1.921
Outros							4
	17.753	**–**	**–**	**17.753**	**–**	**17.753**	**26.617**
Total circulante	**258.927**	**101.802**	**37.794**	**398.523**	**(59.672)**	**338.851**	**327.666**
Não circulante							
Parcelamentos de débitos	15.179			15.179		15.179	18.241
(–) Ajuste a valor presente	(4.465)			(4.465)		(4.465)	(3.368)
Total não circulante	**10.714**	**–**	**–**	**10.714**	**–**	**10.714**	**14.873**

5.1 Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

5.2 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 correspondia a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2010), afetando negativamente o resultado do exercício em R$1.184 (positivamente em R$1.376 em 2010).

5.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia efetuou, em junho de 2011, a revisão da metodologia dos critérios de apuração da Provisão para créditos de liquidação duvidosa, referente a acordos de parcelamentos de débitos de consumidores de baixa tensão. No critério anterior, uma provisão para créditos de liquidação duvidosa era constituída para fazer frente ao saldo integral do parcelamento, independentemente da situação de adimplemento ou não do consumidor, e a reversão da respectiva provisão ocorria quando do recebimento de cada parcela e no critério atual, para os consumidores totalmente adimplentes nos parcelamentos, nenhuma provisão é constituída. Em consequência, no resultado do exercício, foi revertido o montante de R$8.398 em contrapartida a rubrica de Despesas operacionais com vendas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota 27.5.

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
Ativo - Compensáveis	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Imposto de renda e contribuição social	35.887	71.174		
ICMS	8.823	13.323	8.722	10.198
PIS/COFINS	14.646	17.120		
PIS/COFINS - COSIT 27	9.721	37.441		
IRRF sobre aplicações financeiras	1.653			
Outros	1.637	1.796		
Total	**72.367**	**140.854**	**8.722**	**10.198**
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	18.766	37.382		
ICMS	49.354	51.064		
PIS/COFINS	20.368	24.267		
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.717	6.526		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	5.904	27.278	10.332	40.916
Refis - conversão em renda			24.201	
Outros	3.818	3.624		
Total	**104.927**	**150.141**	**34.533**	**40.916**

6.1. PIS e COFINS - COSIT 27

O saldo de R$9.721 (R$37.441 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e da depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, que estão sendo compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu um passivo circulante de igual montante, devolvido integralmente aos consumidores, no período de novembro de 2010 a março de 2011, através da redução da alíquota efetiva de PIS/COFINS (Nota 10).

6.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação. Neste exercício foi retido o montante de R$6.717.

6.3 Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09 e Refis conversão em renda

Em 2009 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Composição do parcelamento de impostos - Lei 11.941/09:

	31/12/2011
Principal	15.919
Multa	1.725
Juros acumulados	14.775
Prejuízo fiscal/Base negativa	(12.098)
Amortização acumulada	(4.085)
Total	**16.236**

No exercício ocorreu a reversão de juros indexados à taxa SELIC no valor de R$11.320 (Nota 25) aplicados sobre o montante do parcelamento em razão da transferência de débitos inicialmente indicados para conversão em renda, reversão a crédito de despesas operacionais no valor de R$254, utilização de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R$12.098 para abater os encargos financeiros e a amortização no valor de R$4.085 pagos mensalmente a partir de junho de 2011. A Companhia optou pela alteração na quantidade de parcelas (de 30 para 60 parcelas). Do saldo de R$40.437 em 31 de dezembro de 2011, R$16.236 serão pagos em 33 parcelas de R$492 atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R$24.201 restantes possuem depósitos judiciais no montante de R$67.057, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/2009), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2011 IRPJ	31/12/2011 CSLL	31/12/2011 Total	31/12/2010 Total	Resultado 2011 IRPJ/CSLL	Resultado 2010 IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	305.234	76.309		76.309	89.835	(4.642)	(16.483)
Base negativa da contribuição social	345.080		31.057	31.057	38.765	(4.510)	(5.940)
		76.309	**31.057**	**107.366**	**128.600**	**(9.152)**	**(22.423)**
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33.905	8.476	3.051	11.527	9.365	2.162	6.582
Benefício pós-emprego	36.192	9.048	3.257	12.305	10.453	1.852	61
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	39.821	9.955	3.584	13.539	18.229	(4.690)	129
Provisão para perdas em estoques	3.037	759	273	1.032	1.140	(108)	624
Provisão para bônus empregados							(178)
Total diferenças temporárias		**28.238**	**10.165**	**38.403**	**39.187**	**(784)**	**7.218**
Ágio incorporado	81.112	20.277	7.299	27.576	29.604	(2.028)	(1.817)
Diferenças temporárias - RTT							
Consumidores - ajuste a valor presente	4.767	1.192	429	1.621	1.219	402	(467)
Imobilizado em Serviços - Intangíveis					12	(12)	(52)
Benefícios a empregados - CPC 33	152.559	38.140	13.730	51.870	22.432		
Total diferenças temporárias - RTT		**39.332**	**14.159**	**53.491**	**23.663**	**390**	**(519)**
Total ativos diferidos		**164.156**	**62.680**	**226.836**	**221.054**	**(11.574)**	**(17.541)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício de 2011, foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R$11.574, a crédito de Patrimônio Líquido em R$29.454 e R$12.098 foi utilizado para redução de impostos (Nota 6.3).

7.2 O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação em abril de 2005 da parcela cindida da controladora EDP Energias do Brasil S.A., representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. na aquisição de ações da IVEN, na época controladora da Escelsa, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$1.974 até o ano de 2025 (Nota 14.1).

7.3 A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no exercício como demonstrado. No entanto, o crédito relacionado ao ágio, mencionado na nota 7.2, será realizado financeiramente até 2025, em consonância com as normas de amortização dos valores a ele vinculados.

7.4 Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios.

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Não circulante
46.499	55.291	15.665	26.226	29.606	40.508	13.041	226.836

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/ MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Outros créditos										
Contrato de uso do sistema de distribuição	CESA	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025			158			1.028	1.881
	Energest	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025		760	599			7.401	6.652
	Santa Fé	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025		40	39			442	496
					800	**796**	**–**	**–**	**8.871**	**9.029**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11.	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				662		(6.738)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11.	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		2		158		(507)	
	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		10				98	
	Escelsapar	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		1				6	
	EDP Renováveis	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		1				9	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		6				51	
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despachos nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10.	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			13				1.163
	EDP Energias do Brasil	19/1/2007	19/10/2007 a 07/12/2010							(1.379)
	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			14		120		(2.598)
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010							100
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	CEJA	01/08/2005	01/08/2005 a 31/08/2011			1				
	Energest	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012						15	
	Evrecy	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012			3			15	36
	CESA	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012							6
					20	**31**	**820**	**120**	**(7.051)**	**(2.672)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	CESA	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	174,05				458	(2.203)	(3.985)
	CESA	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	161,11				1.776	(10.451)	(18.910)
	CESA	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	158,81				3.042	(12.720)	(23.161)
	Enerpeixe	23/12/2002	23/12/2002 a 31/01/2016	171,39			9.944	9.131	(70.125)	(69.727)
	Energest	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	188,59			439		(1.806)	
	Energest	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	174,58			2.083		(8.565)	
	Energest	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	169,72			3.237		(10.289)	
	Energest	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,00			135	169	(965)	(1.232)
	Energest	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	88,70			52	64	(369)	(468)
	Energest	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	105,96			34	37	(244)	(271)
	Energest	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,09			48	6	(344)	(41)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	150,78			3	4	(30)	(30)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	152,09			6	7	(53)	(53)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	141,63			24	21	(172)	(173)
	Santa Fé	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	161,43			39	39	(296)	(281)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				66	57	(524)	(383)
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025				193	7	(868)	(1.159)
				Total	**–**	**–**	**16.303**	**14.818**	**(120.024)**	**(119.874)**
					820	**827**	**17.123**	**14.938**	**(118.204)**	**(113.517)**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho nº 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

c) Os contratos de compra de energia elétrica são reajustados anualmente, sendo os de leilão reajustados pelo índice do IPCA e os contratos bilaterais pelo IGP-M.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP-Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP-Energias do Brasil que é sua controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 77%

Remuneração Variável: 23%

Conselho Fiscal

Não se aplica

8.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	**8 (*)**	**6 (**)**	**14**
Remuneração fixa	**64.800**	**2.043.693**	**2.108.493**
Salário ou pró-labore	54.000	1.572.146	1.626.146
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	75.282	75.282
Encargos sociais	10.800	396.265	407.065
Remuneração Variável	**n/a**	**637.281**	**637.281**
Bônus	n/a	506.332	506.332
Encargos sociais	n/a	130.949	130.949
Total da remuneração, por órgão	**64.800**	**2.680.974**	**2.745.774**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 8 membros do Conselho de Administração (7 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R$66.000 para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 6 membros da Diretoria, 4 são remunerados, sendo que dos 6 membros 1 acumula 2 funções (Diretor Vice-Presidente Executivo e Diretor Técnico e de Ambiente). A remuneração anual global da Diretoria é até R$3.000.000 para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2011 (em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	8	6
Valor da maior remuneração individual	5.400	87.338
Valor da menor remuneração individual	5.400	27.930
Valor médio de remuneração individual	5.400	55.854

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2010
Depósitos judiciais	6.3 e 21			103.228	94.935
Cauções e depósitos vinculados		4	39	341	351
Total		**4**	**39**	**103.569**	**95.286**

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2010
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	268	254		
Adiantamentos a fornecedores		520		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 10.1)	282	12.780		
Dispêndios a reembolsar	2.922	2.925		
Programa eficiência energética	428	420	1.143	857
Serviços em curso (Nota 10.2)	48.830	30.167		
Serviços prestados a terceiros	1.582	4.547	2	
Desativações e alienações em curso	645	7.961		
Outros	1.051	3.716		
Total	**56.008**	**63.290**	**1.145**	**857**
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos	1.355			
Contribuição de iluminação pública	12.887	12.052		
Credores diversos - consumidores	4.613	4.932		
Folha de pagamento	1.681	1.438		
Juros sobre empréstimo compulsório	358	358		
Arrecadação de terceiros a repassar	5.302	3.811		
Devolução PIS/COFINS COSIT 27 (Nota 6.1)		31.770		
Outras	254	212	762	1.076
Total	**26.450**	**54.573**	**762**	**1.076**

10.1 Modicidade - baixa renda

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei 12.212, de 20 de janeiro de 2010, dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, para os consumidores enquadrados na subclasse residencial Baixa Renda, caracterizada por descontos incidentes sobre a tarifa aplicável à classe residencial da Companhia. No exercício de 2011, foi recebido da Eletrobrás R$22.803 e apropriado R$10.305.

10.2 Serviços em curso

O saldo de R$48.830 em 31 de dezembro de 2011 (R$30.167 em 31 de dezembro de 2010) é composto por gastos com os projetos em andamento dos programas de Eficiência energética e Pesquisa e desenvolvimento, instituídos pelas resoluções nºs 300/2008 e 316/2008, respectivamente, cuja realização se dará a débito do Passivo Circulante de Encargos regulamentares e setoriais quando do encerramento do projeto (Nota 20.2) no valor de R$44.662 em 31 de dezembro de 2011 (R$27.304 em 31 de dezembro de 2010) e de custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

registrados por meio do sistema de Ordens em Curso no valor de R$4.168 em 31 de dezembro de 2011 (R$2.863 em 31 de dezembro de 2010).

11 Ativo financeiro indenizável

O saldo de R$274.735 em 31 de dezembro de 2011 (R$242.520 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro reflete o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo de concessão e é calculado com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante rubrica Intangível.

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Transferências do intangível	Baixas	Saldo em 31/12/2011
Ativo financeiro indenizável	242.520	36.189	(3.974)	274.735
	242.520	**36.189**	**(3.974)**	**274.735**

12 Propriedades para investimentos

O saldo de R$1.133 em 31 de dezembro de 2011 (R$1.294 em 31 de dezembro de 2010), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pela qual se aufere uma renda. São avaliados ao custo de aquisição.

13 Imobilizado

Refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão e o saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$273 (R$273 em 31 de dezembro de 2010).

14 Intangível

	31/12/2011			31/12/2010		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de concessão - Infraestrutura						
Em serviço	1.884.182	(976.867)	907.315	1.798.166	(887.392)	910.774
Em curso	86.806		86.806	96.346		96.346
Atividades não vinculadas à concessão						
Ágio na incorporação de sociedade controladora	103.964		103.964	103.964		103.964
(–) Provisão para manutenção de dividendos	(103.964)		(103.964)	(103.964)		(103.964)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	22.851		22.851	16.894		16.894
(–) Amortização acumulada do ágio	(22.851)		(22.851)	(16.894)		(16.894)
	1.970.988	**(976.867)**	**994.121**	**1.894.512**	**(887.392)**	**1.007.120**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros capitalizados	Transferência para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço							
Direito de concessão - Infraestrutura	910.774			111.781	(107.038)	(8.202)	907.315
Intangível em curso							
Direito de concessão - Infraestrutura	96.346	129.665	9.117	(147.970)		(352)	86.806
Total Intangível	**1.007.120**	**129.665**	**9.117**	**(36.189)**	**(107.038)**	**(8.554)**	**994.121**

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

A taxa média anual aplicada no exercício de 2011 para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,13%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

14.1 Ágio - Incorporação de sociedade controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão pelo prazo de concessão da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

15 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	110.671	99.569
Energia livre	29.479	26.410
Encargos de uso da rede elétrica	23.718	18.215
Operações CCEE	10.682	5.404
Materiais e serviços	52.048	48.280
Total	**226.598**	**197.878**

15.1 Energia livre

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal que deveria ter sido liquidado até 30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia, encontra-se suspenso, por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R$3.069 (R$3.038 em 2010) em contrapartida a despesa financeira.

16 Debêntures

1ª emissão de debêntures

Em 1º de junho de 2006 foi promovida a primeira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, de espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 26.400 debêntures, ao valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$264.000 e prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal e vencimento final em 1º de junho de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de junho de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de junho de 2010 e, a terceira, de 1/3, em 1º de junho de 2011.

A colocação foi concluída em 5 de julho de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização foi devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de novembro de 2006 e o último liquidado em 1º de junho de 2011.

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante	88.493	(88.000)	(34.698)	33.883	83.098	322	83.098
	88.493	**(88.000)**	**(34.698)**	**33.883**	**83.098**	**322**	**83.098**
Não circulante	249.592				(83.098)		166.494
	249.592	**–**	**–**	**–**	**(83.098)**	**–**	**166.494**

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants*, previstas no contrato de debêntures.

2ª emissão de debêntures

Em 2 de julho de 2007 foi promovida a segunda emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, de espécie subordinada, não conversíveis em ações. As debêntures desta emissão não estão sujeitas a repactuação programada.

Foi lançado o total de 25.000 debêntures, de valor nominal unitário de R$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R$250.000 com prazo de vigência de 7 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 5 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 2 de julho de 2014, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 2 de julho de 2012, a segunda, de 1/3 em 2 de julho de 2013, e a terceira, de 1/3, em 2 de julho de 2014.

A colocação foi concluída em 10 de julho de 2007.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 105,0% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 2 de janeiro de 2008 e o último em 2 de julho de 2014.

Os recursos captados na distribuição foram destinados integralmente ao pagamento dos *Sênior Notes* emitidos pela emissora em 15 de julho de 1997, com vencimento final em 15 de julho de 2007.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura, não sanada em 1 dia útil contado da data do inadimplemento;

(ii) descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração, acrescido de caixa no início do período de apuração, acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração, acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração, acrescida da porção da dívida vincenda durante o período de apuração, excluída da receita financeira da variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida no período de apuração, excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);

(iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;

(iv) falência formulado pela Emissora;

(v) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;

(vi) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e

(vii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2013	83.189
2014	83.305
Total	**166.494**

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2011				31/12/2010			
		Encargos		Principal		Encargos		Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - BB/CALC	de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP e 4,5% a.a. fixo	388		21.933	96.882	937		10.090	93.700
(–) BNDES - CALC - Custos de transação				(37)	(75)			(44)	(112)
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a (tx.adm.)			12.389	76.087			10.800	88.286
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	1.123		8.080	16.160	1.390		8.080	24.240
Nota de Crédito Comercial	100% do CDI	1.226	23.685	7.000	162.500	372	6.621	7.000	124.500
(–) Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação				(414)	(909)			(437)	(1.323)
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	55		5.545	8.317	77		5.545	13.862
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	55		5.545	8.317	77		5.545	13.862
		2.847	**23.685**	**60.041**	**367.279**	**2.853**	**6.621**	**46.579**	**357.015**

Banco Europeu de Investimento (BEI)

A Companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no dia 19 de março de 2010. O BEI aprovou linha de crédito de até € 45 milhões para ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Companhia. O empréstimo também será utilizado para a manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.

O contrato prevê saques em USD ou EURO conforme solicitação do tomador. No caso de saques em USD, será efetuada uma equivalência para apurar o montante liberado em EURO.

A Companhia compromete-se a manter anualmente o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5.

Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a 1ª liberação de recurso (Nota 30.2).

BNDES

(i) BNDES/CALC - Assinado em 29 de janeiro de 2009, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, em conjunto com as coligadas Bandeirante Energia S.A. e a Energest S.A., como beneficiadoras do crédito, e tendo como interveniente a EDP - Energias do Brasil celebraram Contrato de Financiamento CALC, no montante total de R$900.000, tendo por finalidade a realização de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. A EDP - Energias do Brasil é fiadora e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Para a Companhia o montante aprovado foi de R$164.091, com a finalidade de implantação de seu programa de investimentos de 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses.

A 1ª liberação efetuada para a Companhia de R$103.790 ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010, trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A 2ª liberação ocorreu em 24 de fevereiro de 2011 no valor de R$7.518, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2011.

A 3ª liberação efetuada para a Companhia de R$3.846 ocorreu em 13 de maio de 2011, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência de principal e juros até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros fixos de 4,50% a.a.

A 4ª liberação efetuada para a Companhia de R$16.000 ocorreu em 28 de julho de 2011, sendo amortizável em 70 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP.

A dívida é garantida por vinculação de parcela de receita da Companhia proveniente da receita de energia elétrica, no valor equivalente a, no mínimo, 130% do valor da maior prestação do financiamento, incluindo principal, juros e demais acessórios definidos no contrato. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$119.203.

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de cinco anos a contar de sua data de assinatura.

O contrato apresenta hipóteses usuais de inadimplemento. As beneficiárias se obrigam a, durante todo o prazo de vigência dos respectivos financiamentos, manter o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5 atendido até este momento.

(ii) BNDES contrato n° 88.426/Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos, no valor total de R$35.358, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5 atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$13.917.

(iii) BNDES contrato n° 88.426/Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos, no valor total de R$35.358, sendo a 1ª liberação em janeiro de 2008, no valor de R$27.054 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R$6.106, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5 atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$13.917.

Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em fevereiro de 2007, no valor total de R$40.400, sendo R$20.200 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil) e R$20.200 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 9 de fevereiro de 2010 e a última em 10 de fevereiro de 2014 e juros semestrais vincendos a partir de 9 de agosto de 2007 até 10 de fevereiro de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as Instituições Financeiras. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$25.363.

Nota de Crédito Comercial - Banco do Brasil

Contrato firmado em 24 de junho de 2010, no valor de R$135.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 28 de junho de 2010. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em 10 parcelas semestrais, sendo a primeira em 29 de novembro de 2010 e a última em 29 de maio de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5 calculados semestralmente, atendido até este momento. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$146.323.

Nota de Crédito Comercial - Banco do Brasil

Contrato firmado em 27 de maio de 2011, no valor de R$45.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 27 de maio de 2011. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros vencíveis em uma única parcela, sendo em 9 de maio de 2014. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5 calculados semestralmente, atendido até este momento. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$48.088.

Eletrobrás

Programa Luz para Todos

A Companhia celebrou diversos Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, que consistem em linhas de crédito a título de financiamento e a título de subvenção econômica para cobertura financeira dos custos diretos das obras do Programa de Eletrificação Rural, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - "Luz para Todos" do Ministério de Minas e Energia.

Sobre o valor do principal concedido a título de financiamento incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos mensalmente. A Companhia deverá ressarcir ao agente financeiro 1% do valor de cada saque de recursos concedidos a título de subvenção econômica.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Contrato nº	Data		Valor do Financiamento	Valor da Subvenção Econômica	Valor Liberado	Valor Liberado Subvenção	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECFS 031/04 (1ª etapa)	21/05/2004	1	30.968	9.528	22.729	7.454	de 30/08/2006 a 30/07/2016	30/07/2016	10.717
ECFS 106/05 (2ª etapa)	20/11/2005	2	50.304	15.478	37.114	12.033	de 30/05/2008 a 30/04/2018	30/04/2018	23.761
ECFS 181/07 (3ª etapa)	25/06/2007		75.764	10.102	42.933		de 30/04/2010 a 30/03/2020	30/03/2020	35.777
ECFS 258/09 (4ª etapa)	28/08/2009		56.737	7.565	17.021	2.270	de 30/01/2012 a 30/12/2021	30/12/2021	17.021
Total			**213.773**	**42.673**	**119.797**	**21.757**			**87.276**

[1] - O contrato foi aditado em 14 de janeiro de 2005.
[2] - O contrato foi aditado em 25 de junho de 2007.

Programa Reluz

A Companhia celebrou diversos contratos com a Eletrobrás, relativos ao Programa de Financiamento a Projetos de Conservação e Eficiência Energética, para os Municípios de Serra, João Neiva, Alfredo Chaves, Santa Maria de Jetibá e Viana, cujo valor dos contratos em vigência é de R$11.000, sendo que foram liberados recursos no montante de R$8.816. Sobre os contratos incidem juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a. sobre o saldo devedor, incorporados mensalmente durante o período de carência. Após a carência a taxa de administração passa a ser de 1,5% a.a. pagos mensalmente junto com o principal e juros.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor Liberado	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECF 2314/04	06/07/2004	8.823	7.353	de 28/02/2005 a 30/01/2011	30/01/2011	
ECF 2472/05	12/07/2007	306	31	de 30/10/2008 a 30/10/2011	30/10/2011	
ECF 2488/05	12/07/2007	261	214	de 30/12/2008 a 30/12/2013	30/12/2013	83
ECF 2500/05	12/07/2007	380	294	de 30/12/2008 a 30/12/2013	30/12/2013	114
ECF 2481/05	30/09/2008	1.230	924	de 30/01/2012 a 30/12/2016	30/12/2016	1.003
Total		**11.000**	**8.816**			**1.200**

Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional
Circulante	
2012	62.888
	62.888
Não circulante	
2013	60.063
2014	102.543
2015	158.155
2016	33.240
2017	18.074
2018	8.058
2019	5.995
2020	3.133
Após 2020	1.703
	390.964
Total	**453.852**

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante									
Empréstimos e Financiamentos	49.432	1.299	(50.466)	(22.025)	22.068	(49)	62.148	481	62.888
	49.432	**1.299**	**(50.466)**	**(22.025)**	**22.068**	**(49)**	**62.148**	**481**	**62.888**
Não circulante									
Empréstimos e Financiamentos	363.636	72.364			17.063	49	(62.148)		390.964
	363.636	**72.364**	**–**	**–**	**17.063**	**49**	**(62.148)**	**–**	**390.964**

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

18.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

• Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2011			2010		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo
Saldo inicial	(143.214)	239.072	(95.858)	(132.626)	200.084	(67.458)
Custo do serviço corrente	(113)		113	(217)		217
Custo dos juros	(14.729)		14.729	(14.194)		14.194
Rendimento esperado dos ativos		27.092	(27.092)		22.312	(22.312)
Ganhos/(perdas) atuariais	(13.304)	3.572	9.732	(7.782)	28.137	(20.355)
Contribuições pagas pela empresa		175	(175)		144	(144)
Contribuições pagas pelos empregados	(172)	172		(166)	166	
Benefícios pagos pelo plano	11.656	(11.656)		11.771	(11.771)	
Saldo final	**(159.876)**	**258.427**		**(143.214)**	**239.072**	**(95.858)**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou a reversão de valores no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes da EnerPrev, de acordo com o estabelecido em regulamento de cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(3.572)	(28.137)	(1.972)	19.700	(8.562)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	-1,38%	-11,77%	-0,99%	10,50%	-3,90%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	13.304	7.782	9.016	(8.448)	12.582
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	8,32%	5,43%	6,80%	-7,01%	10,11%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(159.876)	(143.214)	(132.626)	(120.453)	(124.413)
Valor justo dos ativos	258.427	239.072	200.084	187.553	219.500
Situação do plano	**98.551**	**95.858**	**67.458**	**67.100**	**95.087**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	2011 Alocação %	2010 Alocação %
Títulos de dívida	90,80%	78,30%
Ações	7,76%	20,14%
Imóveis	0,50%	0,58%
Outros	0,94%	0,98%
Total	**100,00%**	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2011		2010	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,84%	82,40%	11,20%
Ações	14,40%	16,31%	14,40%	13,29%
Imóveis	0,60%	10,77%	0,60%	11,20%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	**100,00%**	**11,63%**	**100,00%**	**11,49%**

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R$30.664 (R$50.449 em 2010), face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$27.092 (R$22.312 em 2010), ocasionando assim um ganho atuarial de R$3.572 (R$28.137 em 2010) não registrados no Patrimônio Líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	31/12/2011			31/12/2010
	Plano I	Plano II	Total	Total
Participantes ativos	3	799	802	848
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		11	11	11
Aposentados e pensionistas	725	216	941	933
	725	**227**	**952**	**944**
Total	**728**	**1.026**	**1.754**	**1.792**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

	2011	
Econômicas	Plano I	Plano II
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2010	
Econômicas	Plano I	Plano II
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49%a.a.	11,49%a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 2000	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

18.1.2 Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano. Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$460 (R$314 no exercício de 2010). Esse plano tem a adesão de 204 colaboradores.

18.2 Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

	Passivo Circulante		Passivo Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA	981	582	2.597	2.646
Assistência médica e seguro de vida	10.591	7.780	174.582	85.717
Previdência Privada - EnerPrev	26			
	11.598	**8.362**	**177.179**	**88.363**

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2011		2010	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(96.725)	(96.725)	(75.040)	(75.040)
Custo do serviço corrente	(1.366)	(1.366)	(425)	(425)
Custo dos juros	(13.220)	(13.220)	(8.059)	(8.059)
Custo do serviço passado	(2.596)	(2.596)	(2.663)	(2.663)
Custo especial por término de benefício			11.202	11.202
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(86.631)	(86.631)	(33.765)	(33.765)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	11.787	11.787	12.025	12.025
Saldo final do passivo de benefício definido reconhecido no Balanço Patrimonial	**(188.751)**	**(188.751)**	**(96.725)**	**(96.725)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(27.833)		(30.429)	
Valor presente das obrigações atuariais totalmente descobertas	**(216.584)**	**(188.751)**	**(127.154)**	**(96.725)**

A Companhia irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 10 anos os custos do serviço passado não reconhecidos dos benefícios que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados.

A perda atuarial de R$86.631 no valor presente das obrigações, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2011, foi decorrente principalmente da revisão das premissas de inflação médica e do fator de envelhecimento utilizados nesta avaliação. Em 2010, houve perda atuarial de R$33.765.

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o exercício de 2012 são de R$11.572.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2011 e 2010 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	1.366	425
Custo dos juros	13.220	8.059
Custo do serviço passado	2.596	2.663
Custo especial por término de benefício		(11.202)
Total	**17.182**	**(55)**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$100.726 (R$43.549 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2010).

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	86.631	33.765	25.182	(10.884)	1.601
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	40,00%	26,55%	33,56%	-19,64%	2,42%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações totalmente descobertas	(216.584)	(127.154)	(75.040)	(55.428)	(66.045)
Situação do plano	**(216.584)**	**(127.154)**	**(75.040)**	**(55.428)**	**(66.045)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência Médica na Aposentadoria	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos +1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	206.687	233.593	184.182
Custo do Serviço e Custo dos juros	16.045	17.794	14.578

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

2011	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	n/a	7,59% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

2010	AIA	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas				
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	n/a	n/a	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019	n/a	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	n/a	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	n/a	Wyatt 85 Class 1
Tábua de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

19 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	15.708	13.286
INSS e FGTS	2.732	2.447
Total	**18.440**	**15.733**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas as provisões de férias e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício - PLR.

20 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quota de reserva global de reversão - RGR	11.351	8.133		
Quota da conta de consumo de combustíveis - CCC	9.556	8.333		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.655	5.652		
Encargos tarifários (ECE/EAEEE)	28.721	28.711		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	12.909	12.773	5.359	4.982
Programa de eficiência energética - PEE	43.613	34.414		239
Taxa de fiscalização - ANEEL	353	364		
Outros encargos	622	2.254		
Total	**113.780**	**100.634**	**5.359**	**5.221**

20.1 Quota de Reserva Global de Reversão - RGR

A ANEEL, através do Despacho nº 3.690, de 12 de setembro de 2011, estabeleceu o valor da RGR total no montante de R$37.492, composto pelas cotas residuais do período de janeiro a julho de 2011 no montante de R$12.798, ajuste das cotas de 2009 no montante de R$1.305 e cota anual fixada para o período de competência de agosto de 2011 a julho de 2012 no montante de R$23.389, que está sendo recolhida em 12 parcelas mensais no valor de R$3.124, a partir de 15 de setembro de 2011. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$11.351 (R$8.133 em 31 de dezembro de 2010).

20.2 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

Os gastos com P&D e PEE efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pelas Resoluções Normativas ANEEL nºs 300 e 316 de 12 de fevereiro de 2008 e 13 de maio de 2008, respectivamente. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos, que são alocados na rubrica Serviços em curso (Nota 10.2), e são baixados quando da conclusão dos projetos de P&D e PEE. No exercício, foi apropriado o montante de R$15.012 (R$14.338 em 2010) (Nota 23) e o montante de atualização monetária de R$2.361 em 2011 (R$2.076 em 2010).

20.3 Outros encargos

A Lei 12.111 de 9 de dezembro de 2009, regulamentada pelos Ofícios circulares nºs 965/2010-SFF/ANEEL e 648/2010-SAF/ANEEL, estabeleceu às concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica a obrigatoriedade de recolhimento adicional de 0,3% da Receita operacional líquida utilizando-se do mesmo critério de constituição de passivo de P&D, para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional. O saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R$622 (R$2.254 em 31 de dezembro de 2010).

21 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	3.600	1.294	34.920	29.914
Licenças ambientais	81	52	3	29
Total	**3.681**	**1.346**	**34.923**	**29.943**

21.1 Provisões para contingências e depósitos vinculados à litígios - Circulante e Não circulante

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Passivo: Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas: Pagamentos	Baixas: Reversões	Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2011	Ativo: Depósito Judicial (Nota 9) 31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	25.156	7.797	(3.993)	(2.424)	3.437	29.973	20.501	15.613
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	5.753	8.717	(5.774)	(874)	441	8.263	3.518	2.905
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	299		(33)		18	284		
Total		**31.208**	**16.514**	**(9.800)**	**(3.298)**	**3.896**	**38.520**	**24.019**	**18.518**
Circulante		1.294					3.600		
Não circulante		29.914					34.920	24.019	18.518
Total		**31.208**					**38.520**	**24.019**	**18.518**

21.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração.

21.1.1.2 Cíveis

Referem-se, principalmente, a pleitos indenizatórios de danos morais e materiais.

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Passivo 31/12/2011	31/12/2010	Ativo: Depósito Judicial (Nota 9) 31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	53.131	42.278	4.367	3.230
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	49.140	33.339	790	600
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm.	100.753	94.371	1.208	3.134
Total		**203.024**	**169.988**	**6.365**	**6.964**

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacamos as seguintes ações:

21.1.2.1 Cíveis

Majoração de tarifa. Ações ordinárias, relativas à majoração de tarifa de energia elétrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE nºs 38 e 45 de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, em discussão na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2011, esses processos totalizam o montante de R$3.172 (R$1.731 em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia é parte na ação cível pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Belo Horizonte, movida pela ADIC - Associação de Defesa de Interesses Coletivos, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). A Companhia aguarda o julgamento dos recursos interpostos pela defensoria pública da União pelo Ministério Público Federal contra a decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação. O valor estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$18.277.

21.1.2.2 Trabalhistas

Dentre as diversas ações de reclamações trabalhistas destacam-se 28 processos, envolvendo diversos colaboradores, os quais questionam as alterações realizadas no plano de cargos e salários, entre os anos de 2002 a 2006. A matéria está em discussão no Tribunal Superior do Trabalho, havendo ainda expectativa de decisões judiciais favoráveis à Companhia. O montante estimado em 31 de dezembro de 2011 é de R$21.653.

21.1.2.3 Fiscais

A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações importam em R$9.205 (atualizado até 31 de dezembro de 2011) e atualmente aguardam decisão administrativa.

Diversas Prefeituras - A Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos totalizam o montante de R$8.654 (atualizado até 31 de dezembro de 2011) e aguardam decisão em primeira instância.

A Escelsa possui, ainda, discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), que somam R$78.209 (atualizado até 31 de dezembro de 2011).

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, para estas ações o saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R$5.787 (R$9.911 em 31 de dezembro de 2010).

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social é de R$376.022 em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e está representado por 5.876.012 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado, o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	103.976
Constituição da reserva legal - 5%	(5.199)
	98.777
Destinação do lucro:	**98.777**
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	2.213
Dividendos intermediários - JSCP	44.783
Dividendo adicional proposto	51.781
Quantidade de ações	5.876.012
Dividendos por ação - R$ - JSCP	7,621325

Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$44.783, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

22.3 Reservas	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de capital		
Juros de obras em andamento	65.687	65.687
Ágio na incorporação de sociedade controladora	35.348	35.348
	101.035	**101.035**
Outros resultados abrangentes		
Perda/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(152.615)	(65.984)
IRPJ/CSLL Diferido	51.889	22.435
	(100.726)	**(43.549)**
Reservas de lucros		
Legal	61.699	56.500
Retenção de lucros	212.597	212.597
Dividendo adicional proposto	51.781	103.319
Incentivos fiscais	6.372	4.159
	332.449	**376.575**
Total	**332.758**	**434.061**

22.3.1 Juros de obras em andamento

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por despesa de remuneração das imobilizações em curso, decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e principalmente através da Portaria DNAEE 250/85, de 12 de dezembro de 1985, tendo sido registrada em contrapartida às reservas de capital no patrimônio líquido.

22.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(43.549)	6	(86.637)	29.454	(100.726)
	(43.549)	**6**	**(86.637)**	**29.454**	**(100.726)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

22.3.4 Reserva de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07.

23 Receitas

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R$	
Fornecimento (**)	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**	**2011**	**2010**
Residencial	996.704	964.178	1.866.962	1.812.511	635.202	608.632
Industrial	11.429	11.220	1.095.160	1.064.096	295.410	288.614
Comercial	111.333	99.136	1.197.163	1.143.647	388.262	369.742
Rural	155.484	152.042	582.139	579.539	114.206	111.972
Poder público	9.732	9.516	223.985	219.483	81.013	78.227
Iluminação pública	369	344	224.250	219.142	37.893	37.069
Serviço público	1.093	1.094	168.016	173.470	38.721	39.621
Consumo próprio	169	162	8.555	9.128		
(–) Transferência para TUSD - clientes cativos					(887.840)	(883.284)
Fornecimento não Faturado					7.190	(8.724)
	1.286.313	**1.237.692**	**5.366.230**	**5.221.016**	**710.057**	**641.869**
Suprimento de energia elétrica	1	1	450.398	455.667	54.686	59.496
Energia de curto prazo			528.959	410.421	16.646	42.260
	1	**1**	**979.357**	**866.088**	**71.332**	**101.756**
Total	**1.286.314**	**1.237.693**	**6.345.587**	**6.087.104**	**781.389**	**743.625**
Disponibilização do Sistema de Distribuição (**)	**47**	**38**	**4.001.396**	**3.762.436**	**1.162.198**	**1.150.318**
TUSD - outros	47	38	4.001.396	3.762.436	275.348	267.034
TUSD - clientes cativos					887.840	884.433
TUSD - não faturado					(990)	(1.149)
Outras receitas operacionais					54.003	52.484
Subtotal	**1.286.361**	**1.237.731**	**10.346.983**	**9.849.540**	**1.997.590**	**1.946.427**
(–) Deduções à receita operacional						
P&D					(15.012)	(14.338)
Outros encargos					(17.214)	(15.089)
CCC					(104.894)	(79.274)
CDE					(79.858)	(67.829)
RGR					(23.848)	(22.989)
PIS/COFINS					(237.847)	(242.547)
ICMS					(676)	(734)
ISS					(157)	(145)
Subtotal					**(479.506)**	**(442.945)**
Receita	**1.286.361**	**1.237.731**	**10.346.983**	**9.849.540**	**1.518.084**	**1.503.482**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) As receitas de fornecimento e disponibilização de sistema de distribuição (TUSD) estão apresentadas líquidas de ICMS.

24 Gastos operacionais

	2011							2010
	Custo do serviço			Despesas Operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda estrangeira - Itaipu	140.889						140.889	148.161
Moeda nacional	593.719						593.719	545.229
Encargos de uso da rede elétrica	199.340						199.340	185.581
Taxa de fiscalização						4.313	4.313	3.761
	933.948	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.313**	**938.261**	**882.732**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		69.262	163		36.151		105.576	85.298
Material		8.187	408		903		9.498	8.967
Serviços de terceiros		85.862	1.510		37.294		124.666	123.803
Amortização		96.469			77		96.546	90.238
Provisão p/créd.liq. duvidosa/perdas líquidas				17.565			17.565	30.299
Provisões para contingências						7.387	7.387	4.530
Aluguéis e arrendamentos		134			982		1.116	1.126
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						19.104	19.104	1.626
Outras		15.070	36	532	6.046	(315)	21.369	13.127
		– 274.984	**2.117**	**18.097**	**81.453**	**26.176**	**402.827**	**359.014**
Total	**933.948**	**274.984**	**2.117**	**18.097**	**81.453**	**30.489**	**1.341.088**	**1.241.746**

25 Resultado financeiro

	2011	2010 Reclassificado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	8.000	10.006
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida	31.213	34.698
Atualização monetária depósitos judiciais	(5.738)	8.356
Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS	7.481	18.587
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	5.722	7.234
Descontos obtidos	600	
Ajustes a valor presente		1.376
Outras receitas financeiras	5.423	8.436
	52.701	**88.693**
Despesas financeiras		
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(94)	
Encargos de dívidas	(65.615)	(61.957)
Variações monetárias moeda nacional	(26)	(8)
Variações monetárias moeda estrangeira	(5.498)	
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(3.896)	(5.040)
SELIC - Energia Livre	(3.069)	(3.038)
Atualizações monetárias - REFIS (Nota 6.2)	11.320	(17.067)
Ajustes a valor presente	(1.184)	
Benefícios pós-emprego	(13.353)	(8.102)
Outras despesas financeiras	(14.146)	(8.591)
	(95.561)	**(103.803)**
Total	**(42.860)**	**(15.110)**

26 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	134.136	246.626	134.136	246.626
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(33.534)**	**(61.657)**	**(12.072)**	**(22.196)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(105)	(196)	(38)	(70)
Perdas indedutíveis	(6.526)	42	(2.349)	15
Multas indedutíveis	(6)	(67)	(2)	(24)
Despesas Indedutíveis	(143)	(98)	(52)	(35)
Gratificações a administradores	(143)	(106)	(51)	(38)
Pesquisa e desenvolvimento	257	98	92	35
Programa REFIS	4.582		1.649	
Juros sobre o capital próprio	11.196	10.876	4.030	3.916
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	192	(2.033)	86	(1.214)
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador	158	143		
Incentivo Cultural e Artístico	337	295		
Doações aos Fds Direitos da Criança e do Adolescente		70		
SUDENE	2.258	4.161		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(21.453)**	**(48.448)**	**(8.707)**	**(19.611)**
Alíquota efetiva	15,99%	19,64%	6,49%	7,95%

27 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuirem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	105.726	156.039	105.726	156.039
Consumidores e concessionárias	338.851	327.666	338.851	327.666
Cauções e depósitos vinculados	4	39	4	39
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	274.735	242.520	274.735	242.520
Consumidores e concessionárias	10.714	14.873	10.714	14.873
Partes relacionadas	20	31	20	31
Cauções e depósitos vinculados	341	351	341	351
	730.391	**741.519**	**730.391**	**741.519**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	226.598	197.878	226.598	197.878
Debêntures	83.098	88.493	83.098	88.493
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	59.688	44.809	62.888	49.432
Não circulante				
Debêntures	166.494	249.592	166.494	249.592
Empréstimos e financiamentos	371.068	329.627	390.964	363.636
Partes relacionadas	820	120	820	120
	907.766	**910.519**	**930.862**	**949.151**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A Companhia reconhece na rubrica Ativo financeiro indenizável um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

Para Consumidores e concessionárias, o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo em razão de operações de participação em leilão de energia.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		105.726		105.726		156.039		156.039
Ativo financeiro indenizável	274.735			274.735	242.520			242.520
Consumidores e concessionárias	349.565			349.565	342.539			342.539
Cauções e depósitos vinculados			345	345			390	390
Partes relacionadas	20			20	31			31
	624.320	**105.726**	**345**	**730.391**	**585.090**	**156.039**	**390**	**741.519**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	226.598	226.598	197.878	197.878
Debêntures	249.592	249.592	338.085	338.085
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	453.852	453.852	413.068	413.068
Partes relacionadas	820	820	120	120
	930.862	**930.862**	**949.151**	**949.151**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	105.726	54.680	51.046
	105.726	**54.680**	**51.046**

27.3 Risco de mercado - O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 17, possuem como contraparte o BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Instrumentos financeiros ativos	CDI	2.017	42		2.059	486	960	(496)	(1.005)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(52.421)	(76.420)		(128.841)	(30.396)	(60.131)	31.086	62.896
					(126.782)	**(29.910)**	**(59.171)**	**30.590**	**61.891**
Operação									
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(8.429)	(15.022)	(142)	(23.593)	(2.174)	(4.321)	2.203	4.434
					(23.593)	**(2.174)**	**(4.321)**	**2.203**	**4.434**

Os índices de CDI e TJLP considerados de 11% e 6%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Consumidores e concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da estimativa integralmente contabilizada atendem à fundamentação disposta pelo regulador e às premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, pode-se levar em face a composição de 14,58% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Subestações	439.291
Prédios e conteúdos (próprios)	41.012
Prédios e conteúdos (terceiros)	5.728
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	82.438

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		31/12/2011				
	Nota	**Total**	**Até 1 Ano**	**Entre 1 A 3 Anos**	**Entre 3 A 5 Anos**	**Acima De 5 Anos**
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	17	703.444	145.986	487.255	59.372	10.831
Responsabilidades com locações operacionais		50.741	29.030	21.711		
Obrigações de compra		12.858.985	1.354.906	2.969.315	2.246.265	6.288.499
Licenças ambientais		84	81			
		13.613.254	**1.530.003**	**3.478.284**	**2.305.637**	**6.299.330**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As dívidas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vincendos correspondem aos saldos de empréstimos e respectivos juros vincendos, contraído junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não conversíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vincendos foram calculados considerando a taxa de juros em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	31/12/2011	31/12/2010
Aval de acionista	30.165	30.165
Depósito Caucionado	345	390
Fiança Bancária	119.064	122.656
Garantias em recebíveis	134.891	112.667
Notas Promissórias	80.839	54.066
	365.304	**319.944**

Aval de acionista: o aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Depósito Caucionado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das garantias com fianças bancárias referem-se: (i) R$25.922 de ações judicias; (ii) R$89.207 de ações tributárias; (iii) R$3.935 de contratos de compra e venda de energia.

Garantias em recebíveis: o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo, com prazo médio de vencimento superior a cinco anos, destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2011, do saldo dado como garantia em recebíveis, R$56.591 referem-se aos contratos de compra e venda de energia, R$13.769 aos contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão e R$64.531 aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Notas Promissórias, em sua totalidade, refere-se aos contratos empréstimos e financiamentos.

30 Eventos subsequentes

30.1 Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Em média, a vida útil dos ativos instalados nas empresas do segmento de distribuição de energia elétrica, passa de 22 para 26 anos, devido à atualização da tabela anterior que era de 1997 e também à incorporação de contribuições do setor nacional e internacional para a determinação da vida útil atual. A aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012, para fins contábeis e para fins tarifários será aplicado um pró-rata, para aquelas distribuidoras que tem revisão tarifária em 2011. No caso da Companhia a revisão tarifária ocorreu em 2010, não aplicando-se o pró-rata para fins tarifários.

30.2 Captação de Empréstimos e Financiamentos

a) Banco Europeu de Investimento (BEI)

Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a liberação de recursos no valor de USD 19,740,000 equivalentes a R$34.071. Principal vencível em parcela única em 20 de fevereiro de 2018 e juros de Libor 6M + 1,2750%, pagos semestralmente.

Para esta operação foi contratado *swap* com o Goldman Sachs do Brasil, replicando o exato fluxo do financiamento, ao custo de 93,40% do CDI.

Também foi contratada garantia bancária com o Banco Santander pelo prazo de 4 anos, prorrogáveis por mais 2 anos. Os pagamentos das comissões incidente sobre as garantias serão efetuados semestralmente e para eliminar o risco de variação cambial, foram contratados NDFs *(Non Deliverable Forward)* no valor total de USD 2,230,063.43 com os Bancos Goldman Sachs do Brasil, Standard de Investimentos e Santander.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Vice-Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

Leandro da Silva Netto
Conselheiro

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Presidente e Diretor de Sustentabilidade

Francisco Alfredo Fernandes
Diretor Técnico e de Ambiente
Michel Nunes Itkes
Diretor Comercial

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Donato da Silva Filho
Diretor de Regulação

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade
Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade
Técnica - CRC 1SP137290/O-8 "S" ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa
Vitória - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB.*

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-ES

Carlos Augusto Pires
Contador CRC SP-184830/O-7 S-ES

Rosane Palharim
Contadora CRC SP-220280/O-9 S-ES

1. Iluminação monumental de led no Santuário Nacional de Aparecida.
2. Eletricista instalando o medidor inteligente no cliente de baixa renda.
3. Placa solar nas casas dos clientes de baixa renda.

Inovação e Sustentabilidade

O projeto InovCity inaugura a era das redes de energia elétrica inteligentes no Brasil. A cidade de Aparecida foi a primeira a contar com medidores eletrônicos instalados em todas as unidades consumidoras, além de uma série de medidas sustentáveis e orientações à população sobre como economizar com ações de eficiência energética.

inovcity

edp

Energest S.A.

CNPJ nº 04.029.601/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.349	19.890	108.216	93.223
Ativo financeiro indenizável	5				823
Concessionárias	6	20.724	13.536	30.548	28.874
Impostos e contribuições sociais	7	24.254	26.135	25.111	34.044
Dividendos a receber	9	10.403	13.153	792	
Estoques		238		611	71
Cauções e depósitos vinculados	11				4.081
Despesas pagas antecipadamente		395	388	603	672
Outros créditos	12	5.989	5.387	6.495	6.333
		142.352	**78.489**	**172.376**	**168.121**
Não circulante					
Ativo financeiro indenizável	5				19.425
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.490	4.123	6.490	4.368
Partes relacionadas	10	2.680	830	1.857	
Cauções e depósitos vinculados	11	3.840	114	15.061	10.408
Outros créditos	12				15
		13.010	**5.067**	**23.408**	**34.216**
Investimentos	13	190.896	274.953		
Imobilizado	14	409.213	198.820	654.953	610.359
Intangível	15	20.713	16.494	21.792	18.956
		620.822	**490.267**	**676.745**	**629.315**
Total do ativo		**776.184**	**573.823**	**872.529**	**831.652**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	16	18.764	10.967	26.373	22.005
Impostos e contribuições sociais	7	17.855	6.727	19.713	17.571
Dividendos	9	47.048	16.893	47.048	16.893
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	50.594	35.907	59.129	66.546
Benefícios pós-emprego	18	102		102	
Devolução tarifária					147
Obrigações estimadas com pessoal	19	5.088	4.353	5.442	4.854
Encargos regulamentares e setoriais	20	3.905	3.602	4.599	5.039
Provisões	21	488	238	1.110	1.005
Outras contas a pagar	12	404	286	407	293
		144.248	**78.973**	**163.923**	**134.353**
Não circulante					
Fornecedores	16				915
Impostos e contribuições sociais	7		276		276
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	53		53	79
Empréstimos e financiamentos	17	42.358	37.333	106.420	127.934
Benefícios pós-emprego	18	2.272		2.272	
Partes relacionadas	10	61.612	274	61.681	95.853
Encargos regulamentares e setoriais	20			250	292
Provisões	21	8.956	611	9.676	4.227
Outras contas a pagar	12	59	84	59	84
		115.310	**38.578**	**180.411**	**229.660**
Patrimônio líquido					
Capital social	22.1	263.436	226.912	263.436	226.912
Reservas de lucros	22.3	254.449	229.360	254.449	229.360
Outros resultados abrangentes	22.3	(1.259)		(1.259)	
		516.626	**456.272**	**516.626**	**456.272**
Participações não controladores				11.569	11.367
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		**516.626**	**456.272**	**528.195**	**467.639**
Total do passivo e patrimônio líquido		**776.184**	**573.823**	**872.529**	**831.652**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Receitas	23	**143.274**	**108.071**	**257.835**	**237.674**
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(16.890)	(24.080)	(21.861)	(27.620)
Encargos de uso da rede elétrica		(7.969)	(6.605)	(11.990)	(14.515)
	24	**(24.859)**	**(30.685)**	**(33.851)**	**(42.135)**
Custo de operação					
Pessoal		(13.610)	(12.317)	(14.126)	(13.672)
Materiais e serviços de terceiros		(8.687)	(5.545)	(13.029)	(9.995)
Depreciações e amortizações		(6.936)	(1.135)	(16.134)	(8.524)
Outros custos de operação		(1.455)	(1.035)	(1.114)	(1.790)
	24	**(30.688)**	**(20.032)**	**(44.403)**	**(33.981)**
		(55.547)	**(50.717)**	**(78.254)**	**(76.116)**
Custo do serviço prestado a terceiros	24	(439)	(1.844)	(439)	(2.174)
Lucro bruto		**87.288**	**55.510**	**179.142**	**159.384**
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas		(13)	(43)	(366)	(225)
Despesas gerais e administrativas		(16.422)	(17.461)	(24.185)	(24.398)
Depreciações e amortizações		(87)	(38)	(174)	(195)
Outras despesas e receitas operacionais		(10.556)	(5.194)	(12.247)	(7.626)
		(27.078)	**(22.736)**	**(36.972)**	**(32.444)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**60.210**	**32.774**	**142.170**	**126.940**
Resultado das participações societárias	13	60.025	63.001		
Receitas financeiras		5.624	4.122	11.963	10.930
Despesas financeiras		(12.652)	(10.533)	(25.447)	(28.959)
Resultado financeiro	25	**(7.028)**	**(6.411)**	**(13.484)**	**(18.029)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**113.207**	**89.364**	**128.686**	**108.911**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.839)	6.600	(19.114)	(6.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	780	239	1.500	294
	26	**(9.059)**	**6.839**	**(17.614)**	**(6.085)**
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores		**104.148**	**96.203**	**111.072**	**102.826**
Participações dos acionistas não controladores				(6.924)	(6.623)
Resultado líquido do exercício		**104.148**	**96.203**	**104.148**	**96.203**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**104,09**	**96,15**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Consolidado 2011
Resultado líquido do exercício	104.148	104.148
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(1.907)	(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	648	648
Resultado abrangente do exercício	**102.889**	**102.889**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	113.207	89.364	128.686	108.911
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(10)	24
Ativo financeiro indenizável - baixa			585	661
Depreciações e amortizações	7.023	5.772	16.308	16.811
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1.718	1.782	3.228	2.102
Despesas pagas antecipadamente		(250)	240	(313)
Fornecedores - atualização monetária				3.016
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	8.722	7.373	16.670	14.043
Provisão para plano de benefícios pós-emprego				1
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	5.609	(355)	6.191	311
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	(28)		34	369
Participações societárias	(60.025)	(63.001)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	1.393	1.192	1.891	1.823
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(1)	(816)	(1.197)
Outros		(101)		(106)
	77.619	**41.775**	**173.007**	**146.456**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias	(2.686)	(422)	(2.500)	260
Impostos e contribuições sociais compensáveis	7.124	(15.606)	6.070	(15.852)
Estoques	(229)		(540)	(72)
Cauções e depósitos vinculados	(794)	167	244	7.921
Despesas pagas antecipadamente	24		(242)	(63)
Outros ativos operacionais	(128)	(20)	(187)	581
	3.311	**(15.881)**	**2.845**	**(7.225)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	6.468	5.296	3.559	11.400
Outros tributos e contribuições sociais	(5.202)	6.819	(3.536)	11.601
Benefícios pós-emprego	467		467	
Obrigações estimadas com pessoal	735	279	600	433
Encargos regulamentares e setoriais	(1.903)		(2.262)	(6)
Provisões	(367)		(671)	
Devolução ao consumidor - PIS e COFINS COSIT 27			(147)	147
Outros passivos operacionais	93	(969)	109	(1.118)
	291	**11.425**	**(1.881)**	**22.457**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**81.221**	**37.319**	**173.971**	**161.688**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.993)	(4.846)	(14.962)	(17.486)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**78.228**	**32.473**	**159.009**	**144.202**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	39.407	50.422		
Adições ao imobilizado e intangível	(46.928)	(45.915)	(68.821)	(73.382)
Partes relacionadas	1.857	482		
Caixa e equivalentes de caixa por incorporação/por transferência	22.076		(8.388)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**16.412**	**4.989**	**(77.209)**	**(73.382)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(35.176)	(917)	(34.115)	6.649
Aumento (redução) de capital	36.524		36.524	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(16.893)	(15.455)	(23.614)	(20.959)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures				31.637
Amortização de Principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(18.636)	(9.326)	(45.602)	(31.795)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(34.181)**	**(25.698)**	**(66.807)**	**(14.468)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**60.459**	**11.764**	**14.993**	**56.352**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	80.349	19.890	108.216	93.223
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.890	8.126	93.223	36.871
	60.459	**11.764**	**14.993**	**56.352**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**120.481**	**167.688**	**–**	**(4.235)**	**283.934**	**10.248**	**294.182**
Aumento de capital - AGO de 07/04/2010	106.431	(11.100)			95.331		95.331
Reversão de dividendos		24.359			24.359		24.359
Dividendo adicional aprovado		(24.264)			(24.264)		(24.264)
Lucro líquido do exercício				96.203	96.203	6.623	102.826
Constituição de reserva legal		4.599		(4.599)	–		–
Reserva de retenção de lucros		57.878		(57.878)	–		–
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		10.200		(10.200)	–		–
Dividendos intermediários (JSCP)				(16.000)	(16.000)		(16.000)
Dividendos propostos				(3.291)	(3.291)	(5.504)	(8.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**226.912**	**229.360**	**–**	**–**	**456.272**	**11.367**	**467.639**
Aumento de capital - AGE de 10/10/2011	27.891	(27.891)			–		–
Redução de capital - AGE de 17/10/2011	(27.891)				(27.891)		(27.891)
Aumento de capital - AGE de 27/12/2011	36.524				36.524		36.524
Distribuição de reserva de retenção de Lucros		(23.700)			(23.700)		(23.700)
Lucro líquido do exercício				104.148	104.148	6.924	111.072
Constituição de reserva legal		5.207		(5.207)	–		–
Reserva de incentivo fiscal (ADA)		1.022		(1.022)	–		–
Dividendos intermediários (JSCP)				(27.468)	(27.468)	(6.722)	(34.190)
Dividendo adicional proposto		70.451		(70.451)	–		–
Outros resultados abrangentes							
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego			(1.907)		(1.907)		(1.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			648		648		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**263.436**	**254.449**	**(1.259)**	**–**	**516.626**	**11.569**	**528.195**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**158.805**	**122.038**	**282.471**	**264.108**
Receita operacional	158.340	122.047	282.216	264.098
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(13)	(27)	(261)	(70)
Outras receitas	478	18	516	80
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(48.437)**	**(47.218)**	**(69.067)**	**(70.998)**
Custos da energia comprada	(16.890)	(24.080)	(21.861)	(27.620)
Encargos de uso da rede elétrica	(7.969)	(6.605)	(11.990)	(14.515)
Materiais	(1.235)	(964)	(2.461)	(1.756)
Serviços de terceiros	(12.555)	(11.258)	(22.005)	(20.459)
Outros custos operacionais	(9.788)	(4.311)	(10.749)	(6.648)
Valor adicionado bruto	**110.368**	**74.820**	**213.404**	**193.110**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(7.023)	(1.173)	(16.308)	(8.719)
Valor adicionado líquido produzido	**103.345**	**73.647**	**197.096**	**184.391**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.624	4.122	11.963	10.930
Resultado da equivalência patrimonial	60.025	63.001		
Valor adicionado total a distribuir	**168.994**	**140.770**	**202.135**	**188.698**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	14.549	14.623	15.526	16.798
Benefícios	2.809	2.252	2.880	2.274
FGTS	1.246	1.264	1.271	1.291
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	31.617	13.943	49.362	41.030
Estaduais	278	40	1.699	51
Municipais	139	161	169	214
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	12.652	10.533	25.444	28.959
Aluguéis	1.556	1.751	1.637	1.878
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	27.468	16.000	27.468	16.000
Dividendos e juros sobre capital próprio		3.292		3.292
	92.314	**63.859**	**125.456**	**111.787**
Lucros retidos	76.680	76.911	76.680	76.911
	168.994	**140.770**	**202.135**	**188.698**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Energest S.A. (Companhia ou Energest ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades, gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante, implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou no exterior.

1.1 Reorganização Societária - Incorporação da controlada Castelo Energética S.A. - CESA pela Energest

Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da CESA, deliberou a Incorporação da controlada CESA pela Energest, que foi pautada nas seguintes justificativas:

a) a Companhia e a CESA são controladas direta e indiretamente pela EDP - Energias do Brasil S.A.;

b) a Companhia e a CESA desenvolvem a mesma atividade econômica, tendo ambas ativos de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil localizados no Estado do Espírito Santo.

Com a incorporação, entendem as partes, que serão obtidos benefícios de ordem administrativa, financeira e econômica, permitindo um melhor aproveitamento dos recursos das empresas envolvidas e uma perpesctiva de expansão dos negócios da Companhia. O processo de reorganização societária foi condicionado às seguintes anuências:

(i) aprovação da operação pelo Banco Santander S.A., emitida em 10 de fevereiro de 2011;

(ii) aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nos termos da Resolução Autorizativa nº 2.861, de 19 de abril de 2011; e

(iii) aprovação da operação pelo Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, emitida em 20 de junho de 2011.

Em função da referida reorganização societária e consumadas as providências legais da incorporação, a CESA foi extinta de pleno direito e a Companhia assumiu a responsabilidade ativa e passiva, passando a ser sucessora legal, para todos os efeitos.

Acervo líquido incorporado

Os saldos dos ativos e passivos e o correspondente acervo líquido incorporado pela Companhia, originário do patrimônio da CESA, estão abaixo apresentados:

Balanços patrimoniais em 31 de julho de 2011

	Controladora antes da Incorporação	CESA saldo para Incorporação	Eliminações	Reclassificações	Controladora após Incorporação
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	49.825	22.076			71.901
Concessionárias	12.859	4.502			17.361
Impostos e contribuições sociais	23.786	4.378			28.164
Dividendos a receber	15.599				15.599
Estoques	11	9			20
Cauções e depósitos vinculados	112				112
Despesas pagas antecipadamente	85	31			116
Outros créditos	8.487	474			8.961
	110.764	**31.470**	**–**	**–**	**142.234**
Não Circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.068	949			5.017
Partes relacionadas	876	100	(100)		876
Cauções e depósitos vinculados	27	2.932			2.959
	4.971	**3.981**	**(100)**	**–**	**8.852**
Investimentos	278.392		(79.534)		198.858
Imobilizado	207.395	177.246		14	384.655
Intangível	19.796	1.036		(14)	20.818
	505.583	**178.282**	**(79.534)**	**–**	**604.331**
	621.318	**213.733**	**(79.634)**	**–**	**755.417**
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	5.881	1.329			7.210
Impostos e contribuições sociais	10.454	4.222			14.676
Dividendos	16.893				16.893
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	34.090	15.025			49.115
Benefícios pós-emprego	10				10
Obrigações estimadas com pessoal	3.870				3.870
Encargos regulamentares e setoriais	3.779	813			4.592
Provisões	150	276			426
Outras contas a pagar	126				126
	75.253	**21.665**	**–**	**–**	**96.918**
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos		64			64
Empréstimos e financiamentos	28.800	14.601			43.401
Benefícios pós-emprego	230				230
Partes relacionadas	237	94.764	(100)		94.901
Provisões	467	3.105			3.572
Outras contas a pagar	66				66
	29.800	**112.534**	**(100)**	**–**	**142.234**
Patrimônio líquido					
Capital social	226.912	37.308	(37.308)		226.912
Reservas de lucros	229.360	32.850	(32.850)		229.360
Outros resultados abrangentes	2				2
Lucros (prejuízos) acumulados	59.991	9.376	(9.376)		59.991
	516.265	**79.534**	**(79.534)**	**–**	**516.265**
Total do passivo e patrimônio líquido	**621.318**	**213.733**	**(79.634)**	**–**	**755.417**

1.2 Transferência das ações da controlada Evrecy Participações S.A. para a EDP - Energias do Brasil.

Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Companhia em R$27.891 e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social, foi aprovado a atribuição do controle acionário da Evrecy para a EDP - Energias do Brasil.

Por meio do Despacho nº 4.899, de 20 de dezembro de 2011, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF aprovou a redução no capital social da Companhia.

Em 23 de dezembro de 2011, a SFF (i) atestou que a instrução do pedido de transferência atende aos requisitos jurídicos, financeiros, técnicos e fiscais exigidos pela ANEEL; (ii) registrou que a Concessionária encontra-se adimplente com todas as obrigações intrassetoriais e (iii) recomendou a emissão de resolução autorizativa em favor da EDP - Energias do Brasil, bem como a aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2012, a SFF votou acerca da transferência do controle societário direto da Evrecy nas seguintes condições:

(i) pela emissão de resolução autorizativa, a fim de autorizar a transferência do controle societário direto da Energest para a EDP - Energias do Brasil;

(ii) por estabelecer que a reestruturação societária ora autorizada seja implementada e formalizada em 90 dias e que os documentos comprobatórios da formalização da operação sejam encaminhados à ANEEL no prazo de 30 dias, a contar de sua efetivação; e

(iii) pela aprovação da minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão n° 20/2008-ANEEL, a qual deverá ser assinada no prazo de até 45 dias, a contar da data em que for comprovada a implementação da transferência em questão.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2 Concessões

A Companhia e suas controladas, Pantanal Energética Ltda. (Pantanal), Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé) e Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica), possuem junto à ANEEL, as seguintes concessões de geração em operação:

Empresas	Usinas Hidrelétricas		Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Concessão/Autorização/Registro Início	Concessão/Autorização/Registro Término
Energest	Mascarenhas	(1)	ES/MG	Baixo Guandú/Aimorés	Doce	198,00	134,70	13/07/1995	16/07/2025
	Suíça	(1)	ES	Santa Leopoldina	Santa Maria da Vitória	33,90	18,91	13/07/1995	16/07/2025
	Alegre	(1)	ES	Alegre	Ribeirão Alegre	2,06	1,22	13/07/1995	16/07/2025
	Fruteiras	(1)	ES	Cach. Itapemirim	Fruteiras	8,74	5,56	13/07/1995	16/07/2025
	Jucu	(1)	ES	Domingos Martins	Jucu	4,84	2,63	13/07/1995	16/07/2025
	Rio Bonito	(1)	ES	Santa Maria de Jetibá	Santa Maria da Vitória	22,50	9,40	13/07/1995	16/07/2025
	Aparecida	(1)	ES	Muqui	Muqui do Sul	0,36	–	13/07/1995	16/07/2025
	Iúna	(1)	ES	Iúna	Pardo	0,20	–	13/07/1995	16/07/2025
	Rio Preto	(1)	ES	Barra do São Francisco	Preto	0,43	–	13/07/1995	16/07/2025
	Fumaça	(1)	ES	Alegre	Braço Norte Direito	8,00	–	13/07/1995	16/07/2025
	Viçosa	(2)	ES	Conceição do Castelo	Castelo	4,50	2,53	19/05/1999	19/05/2029
	São João	(2)	ES	Castelo/Conceição do Castelo	Castelo	25,00	14,35	19/05/1999	19/05/2029
Pantanal	Coxim	(3)	MS	Coxim	Córrego do Veado	0,40	0,30	04/12/1997	Indefinida
	São João I	(3)	MS	Ponta Porã	São João	0,66	0,54	04/12/1997	Indefinida
	São João II	(3)	MS	Ponta Porã	São João	0,60	0,45	04/12/1997	Indefinida
	Paraíso	(2)	MS	Costa Rica	Paraíso	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029
	Assis Chateaubriand	(1)	MS	Ribas do Rio Pardo	Pardo	29,50	20,90	04/12/1997	04/12/2027
Costa Rica	Costa Rica	(2)	MS	Costa Rica	Sucuriú	16,00	12,28	05/11/2001	05/11/2031
Santa Fé	Francisco Gros	(2)	ES	Alegre	Itapemirim	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031

(1) Serviço público de energia (Concessão)
(2) Produção independente de energia (Autorizada)
(3) Serviço público de energia (Registro)

2.1 Contratos de Concessão da controladora Energest

O prazo das concessões das UHEs da Controladora, poderão ser prorrogados por período de até 20 anos, nos termos do § 20 do artigo 40 da Lei n° 9.074/1995, com a redação dada pelo artigo 80 da Lei n° 10.848/2004, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das Concessionárias, desde que a exploração das Usinas Hidrelétricas estejam nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de concessão, na legislação do setor e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração das Usinas Hidrelétricas, as concessionárias terão ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que o preço aplicável na comercialização da energia elétrica produzida será negociado livremente pelas concessionárias com os compradores, conforme artigo 10 da Lei nº 9.648/1998, e artigos 27 e 28 da Lei nº 10.438/2002, com redação dada pelas Leis nº 10.604/2002 e nº 10.848/2004.

Os contratos de concessão das UHEs da Controladora estabelecem que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida as concessionárias, observados os valores e as datas das respectivas incorporações ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2.2 Contrato de Concessão UHE Assis Chateaubriand, da controlada Pantanal

O contrato de concessão estabelece que a critério exclusivo do Poder Concedente, e para assegurar a continuidade e qualidade da energia produzida, o prazo da concessão poderá ser prorrogado, no máximo por igual período, mediante requerimento da concessionária.

Na exploração das Usinas Hidrelétricas, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

O contrato de concessão da UHE Assis Chateaubriand estabelece que na comercialização de energia, a concessionária aplicará as tarifas homologadas pelo poder concedente e em conformidade com disciplina legal que vier a ser estabelecida para o setor de energia elétrica e a superveniente à assinatura do respectivo contrato, sendo que os valores das tarifas serão reajustados com periodicidade anual.

O contrato de concessão estabelece que, extinta a concessão, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados, procedendo-se os levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida a concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A controlada Pantanal aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

3 Base de preparação e Práticas contábeis

3.1 Base de preparação

3.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da Controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

3.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela controladora e suas controladas a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Ativo financeiro indenizável (Nota 5)

Os saldos de 2010 representam os recebíveis, a serem pagos pelo Poder Concedente ou por quem ele indicar, decorrentes da construção da rede de transmissão da controlada Evrecy, disponibilização da mesma rede para uso pelas distribuidoras de energia e ainda pelo direito a receber uma indenização ao final da concessão.

• Concessionárias (Nota 6)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos e por recebíveis de empresas de distribuição de energia elétrica decorrentes de operações de uso do sistema de transmissão.

c) Investimentos (Nota 13)

• Controladas

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma Companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

d) Imobilizado (Nota 14)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um ítem do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL n° 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a esta indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

e) Ativo intangível (Nota 15)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1); e

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Nota 15 e 21)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituida uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 16)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 17)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente, mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação.

k) Provisões (Nota 21)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 26)

O imposto de renda e a contribuição social correntes e os diferidos da Controladora registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o Lucro tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social corrente é calculada com base nos Lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração do imposto de renda em 15 de outubro de 2009.

Para as controladas Santa Fé, Evrecy, Pantanal e Costa Rica, o imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Em 22 de dezembro de 2009, a Companhia obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Companhia, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2005.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício de 2011 e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

o) Dividendos (Nota 9)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

p) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica, serviços prestados, receita de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, quando aplicável, que estão reconhecidos no resultado.

r) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos *(impairment)*; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais; e Planos de benefícios pós-emprego.

s) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento incial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

t) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

u) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

v) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/09, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Em 9 de dezembro de 2010 a Resolução CFC nº 1.318/10 aprovou o OCPC 05 - Contratos de Concessão o qual definiu o modelo a ser considerado para as empresas de transmissão de energia elétrica. Com base no entendimento da maioria dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica definiu-se que o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro, devido:

i) a Receita Anual Permitida - RAP, assegurada anualmente, a qual contempla a construção, a operação e a manutenção, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização (transporte de energia) pelos usuários (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores), portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão;

ii) o poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;

iii) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa; e

w) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

x) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

y) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

3.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2)- Demonstrações Consolidadas aprovada pela Resolução CFC nº1.240/09 e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 13.2).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

• Eliminação do investimento da Controladora nas companhias controladas;

• Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as companhias controladas incluídas na consolidação; e

• Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

3.4 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo (Nota 29).

3.5 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de Benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (*Investments in Associates and Joint Ventures*)

Em maio de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28 incorporando os procedimentos de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que o método de equivalência patrimonial é aplicável tanto para empreendimentos controlados em conjunto quanto para coligadas. Por outro lado, os requerimentos de divulgação para investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto foram combinados numa única e abrangente norma, o IFRS 12 "Divulgação de Participações em Outras Entidades" (*Disclosure of Interests in Other Entities*). As alterações do IAS 28 são efetivas para exercícios anuais que se iniciarem em/após 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto e IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades

A emissão destas novas normas pretende definir com clareza o controle ou compartilhamento sobre uma investida. A IFRS 10 define um modelo de consolidação único que identifica o controle como base para a consolidação de uma entidade. A IFRS 11 estabelece os princípios para a divulgação pelas empresas de empreendimentos em conjunto. A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para subsidiárias, empreendimentos em conjunto, associados e a estrutura de entidades não consolidadas. Como consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu, igualmente alterados e revisados, o IAS 27 e o IAS 28. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3.6 Reclassificações do exercício de 2010

3.6.1 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010:

Controladora

Outros resultados: reclassificação do valor de R$1.588, referente a ganhos e perdas na alienação de bens e direitos, para Outras despesas e receitas operacionais.

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados em Despesas gerais e administrativas no montante de R$6.467 para as rubricas Materiais e serviços de terceiros no montante de R$1.869 e Depreciações e amortizações no montante de R$4.599.

Consolidado

Outros resultados: reclassificação do valor de R$1.588, referente a ganhos e perdas na alienação de bens e direitos, para Outras despesas e receitas operacionais.

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados em Despesas gerais e administrativas no montante de R$10.249 para as rubricas Materiais e serviços de terceiros no montante de R$2.193 e Depreciações e amortizações no montante de R$8.066.

Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica de Despesas gerais e administrativas no valor de R$9, para Despesas financeiras.

3.6.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação do Grupo que está de acordo com o modelo da CVM.

3.6.3 Demonstração do Valor Adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

Controladora

Créditos de PIS/COFINS no valor de R$6.488 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.

Consolidado

Créditos de PIS/COFINS no valor de R$10.259 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.

Fiança bancária no valor de R$9 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3.7 Primeira revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008-ANEEL e o seu Primeiro Termo Aditivo, estabelece para a Evrecy a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica e ciclo revisional de 4 anos. Entre Revisões são aplicados os Reajustes Anuais na data de 1º de julho de cada ano, corrigindo a RAP do ano anterior pelo IGP-M, adicionada ou subtraída a Parcela de Ajuste apurada nos últimos doze meses.

Através da Resolução Homologatória nº 1.171/2011, de 28 de junho de 2011, a ANEEL estabeleceu a RAP das concessionárias de transmissão de energia elétrica para o Ciclo 1º de julho de 2011 a 30 junho de 2012. A RAP da Evrecy para o ciclo 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 é de R$8.205, somado a isto tem uma Parcela de Ajuste referente ao ciclo anterior de R$2, totalizando uma receita para o novo ciclo de R$8.207.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Bancos conta movimento	12.913	11.873	17.631	26.486
Aplicações financeiras - renda fixa	67.436	8.017	90.585	66.737
Total	**80.349**	**19.890**	**108.216**	**93.223**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia e suas controladas possuem a opção de resgate das referidas aplicações financeiras, sem penalidade ou perdas de rentabilidade.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 100% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando–se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.3.

5 Ativo financeiro indenizável

Refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente, registrado na controlada Evrecy, tanto pela construção da rede de transmissão de energia como ao direito incondicional de receber caixa a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão que será amortizado até o término da concessão, 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação no exercício (Circulante e Não circulante) é a seguinte:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2010	Baixas	Transferência controle Evrecy	Saldo em 31/12/2011
Ativo financeiro indenizável	20.248	(584)	(19.664)	–
	20.248	**(584)**	**(19.664)**	**–**

Conforme mencionado na nota 1.2, em dezembro de 2011 ocorreu a transferência do controle societário da então controlada Evrecy e, portanto não há saldo na data-base 31 de dezembro de 2011.

6 Concessionárias

	Controladora				
	Saldos Vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	19.540	19.540		19.540	12.725
Energia de curto prazo	1.184	1.184		1.184	811
Total circulante	**20.724**	**20.724**	**–**	**20.724**	**13.536**
Não circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	608	608	(608)	–	
Total não circulante	**608**	**608**	**(608)**	**–**	**–**

	Consolidado				
	Saldos Vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	29.223	29.223		29.223	27.182
Energia de curto prazo	1.325	1.325		1.325	860
Encargos de uso da rede elétrica					832
Total circulante	**30.548**	**30.548**	**–**	**30.548**	**28.874**
Não circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	779	779	(779)	–	
Energia de curto prazo	32	32	(32)	–	
Total não circulante	**811**	**811**	**(811)**	**–**	**–**

7. Impostos e contribuições sociais

	Controladora			Consolidado		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social	16.430	16.861		16.601	20.499	
ICMS	13			23	39	
PIS e COFINS	5.053			5.053	572	
PIS e COFINS - COSIT 27		7.788			11.340	
IRRF sobre aplicações financeiras	1.567	102		2.177	102	
Outros	1.191	1.384		1.257	1.492	
Total	**24.254**	**26.135**	**–**	**25.111**	**34.044**	**–**

	Controladora			Consolidado		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	9.500	1.789		10.468	11.496	
ICMS sobre diferencial de alíquota	45			69	16	
ICMS		11		12	21	
PIS e COFINS	1.617	1.030		1.911	1.580	
ISS	343			588		
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	130			160		
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	77			120		
IRRF sobre juros s/capital próprio	4.120	2.400		4.120	2.400	
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		185	276		185	276
Outros	2.023	1.312		2.265	1.873	
Total	**17.855**	**6.727**	**276**	**19.713**	**17.571**	**276**

7.1 IRRF - juros sobre capital próprio

7.1 PIS e COFINS - COSIT 27

Em 15 de março de 2004, a Instrução Normativa SRF nº 404, com base na Lei 10.833/03 dispôs sobre a possibilidade de desconto de crédito de PIS e COFINS calculados sobre a depreciação de bens incorporados ao ativo imobilizado, para utilização na produção de bens destinados a venda e prestação de serviços, posteriormente alterada pela Instrução Normativa SRF nº 457/04, a qual manteve o critério de desconto de créditos pela depreciação calculada segundo critérios estabelecidos pela IN SRF nº 162/98 e IN SRF nº 130/99 e introduziu a opção de desconto pelo valor de aquisição dos bens pelo prazo de 4 anos, para máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado, e de 2 anos, no caso de bens e disposições contidas nos decretos 4.955/2004, 5.173/2004 e 5.222/2004, adquiridos a partir de outubro de 2004, observando o disposto no artigo 31 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Em 2010, foram concluídos os trabalhos de análise do imobilizado para fins de apuração dos montantes dos créditos de PIS e COFINS, permitidos pela legislação, e desenvolvidos relatórios demonstrativos dos cálculos e critérios, para atendimento ao disposto no artigo 9º da IN RFB 457/2004.

7.2 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 22.2). Neste exercício foi retido o montante de R$4.120.

7.3 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009 foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, o que gerou uma redução de passivos contingentes relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal.

A Companhia optou pelo pagamento à vista do parcelamento em função das reduções dos encargos financeiros..

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo e Passivo

Os créditos fiscais a seguir detalhados, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Controladora					
	Ativo não circulante					Passivo não Circulante				
	31/12/2011				31/12/2010	31/12/2011				31/12/2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias										
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.288	1.822	656	2.478	3.146					
Benefício pós-emprego	2.357	589	212	801						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.721	2.147	773	2.920	829					
Total diferenças temporárias		**4.558**	**1.641**	**6.199**	**3.975**		**–**	**–**	**–**	**–**
Diferenças Temporárias - RTT										
Licenças Ambientais - CPC 25	1.514	214	77	291	148	344	39	14	53	
Total diferenças temporárias - RTT		**214**	**77**	**291**	**148**		**39**	**14**	**53**	**–**
Total Ativos Diferidos		**4.772**	**1.718**	**6.490**	**4.123**		**39**	**14**	**53**	**–**

	Consolidado									
	Ativo não circulante					Passivo Não Circulante				
	31/12/2011				31/12/2010	31/12/2011				31/12/2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total
Diferenças Temporárias										
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.288	1.822	656	2.478	3.146					
Benefício pós-emprego	2.357	589	212	801						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.721	2.147	773	2.920	829					
Total diferenças temporárias		**4.558**	**1.641**	**6.199**	**3.975**		**–**	**–**	**–**	**–**
Diferenças Temporárias - RTT										
Licenças Ambientais - CPC 25	1.514	214	77	291	393	344	39	14	53	79
Total diferenças temporárias - RTT		**214**	**77**	**291**	**393**		**39**	**14**	**53**	**79**
Total Ativos Diferidos		**4.772**	**1.718**	**6.490**	**4.368**		**39**	**14**	**53**	**79**

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

2012	2013	Total Não circulante
3.231	3.259	6.490

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Resultado

	Controladora Resultado		Consolidado Resultado	
	2011	2010	2011	2010
Natureza dos créditos	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(669)	437	(669)	437
Benefício pós-emprego	153		153	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.366	(144)	2.091	(144)
Provisão para bônus empregados		(80)		(80)
Total diferenças temporárias	**850**	**213**	**1.575**	**213**
Diferenças temporárias - RTT				
Licenças Ambientais - CPC 25	(70)	26	(75)	81
Total diferenças temporárias - RTT	**(70)**	**26**	**(75)**	**81**
Total passivos diferidos	**780**	**239**	**1.500**	**294**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos, na Controladora foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$780, a crédito de Patrimônio líquido em R$648 e a crédito no passivo de R$886.

No Consolidado a mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$1.500 e a crédito de Patrimônio líquido em R$648.

9. Dividendos

	Controladora				Consolidado		
	Ativo		Passivo		Ativo	Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
EDP - Energias do Brasil			47.048	16.893		47.048	16.893
CESA		3.582					
Evrecy	792	1.137			792		
Pantanal	7.167	5.900					
Santa Fé	2.444	2.534					
Total	**10.403**	**13.153**	**47.048**	**16.893**	**792**	**47.048**	**16.893**

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 9, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Controladora

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,71	79	63			601	590
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	89,50	59	62			451	441
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	106,92	58	62			447	438
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	153,47	21	22			163	155
	Enertrade	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022		166	149			1.770	143
	Enertrade	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		393	353			4.198	4.012
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	174,05					2.203	3.985
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	161,11					10.451	18.910
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	158,81					12.720	23.161
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	188,59	439				1.806	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	174,58	2.083				8.565	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	169,72	3.237				10.289	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,00	135	169			965	1.232
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	88,70	52	64			369	468
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	105,96	34	37			244	271
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,09	48	6			344	41
					6.804	**987**	**–**	**–**	**55.586**	**53.847**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Concessionárias										
Outros Créditos										
Serviços de consultoria ambiental e manutenção e operação da PCH Costa Rica	Costa Rica	01/07/2008	01/07/2008 a 30/06/2014		60	52			774	590
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		31	30			344	301
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		39				139	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		19				107	
	Pantanal	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						428	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						132	
					149	**82**	**–**	**–**	**1.924**	**891**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					159		(3.954)
	CESA	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					100		
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					13		(1.163)
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011							(1.585)
	Santa Fé	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011		823	829				
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				10		(98)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				129		(990)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				87		(895)	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012						(15)	(6)
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011			1.857				1.857	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	CESA	09/11/2007	09/11/2007 a 05/05/2009			1				
	EDP Energias do Brasil	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011					2		(2.342)
	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011				61.386		(2.771)	
					2.680	**830**	**61.612**	**274**	**(2.912)**	**(9.050)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012				967	869	(10.337)	(10.127)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010							16
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				760	599	(7.401)	(6.652)
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					158	(1.028)	(1.881)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				83	56	(603)	(360)
					–	**–**	**1.810**	**1.682**	**(19.369)**	**(19.004)**
				Total	**9.633**	**1.899**	**63.422**	**1.956**	**35.229**	**26.684**

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,71	79	63			601	590
	Bandeirante	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	89,50	59	62			451	441
	Bandeirante	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	106,92	58	62			447	438
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	153,47	21	22			163	155
	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	162,88	45	46			359	322
	Enertrade	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022		166	149			1.770	143
	Enertrade	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014		393	353			4.198	4.012
	Enertrade	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023		1.509	1.778			13.906	13.359
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011		32				275	
	Enertrade	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011						18	
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011				278		(3.151)	
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011						(56)	
	Enertrade	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011				147		(675)	
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	174,05					2.203	3.985
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	161,11					10.451	18.910
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	158,81					12.720	23.161
	Escelsa	01/08/2001	01/08/2001 a 17/07/2025	188,59	439				1.806	
	Escelsa	01/11/2002	01/11/2002 a 17/07/2025	174,58	2.083				8.565	
	Escelsa	01/11/2007	01/11/2007 a 17/07/2025	169,72	3.237				10.289	
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,00	135	169			965	1.232
	Escelsa	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	88,70	52	64			369	468
	Escelsa	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	105,96	34	37			244	271
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,09	48	6			344	41
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	161,43	39	39			296	281
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025			15			116	107
	Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025			7			868	1.159
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025			2			21	21
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025			1			14	13
Conexão do sistema de transmissão	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025			57			524	383
					8.429	**2.932**	**425**	**-**	**68.101**	**69.492**
Outros Créditos										
Serviços de consultoria ambiental	Enerpeixe	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		31	30			344	301
	Investco	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014		38				139	
	Evrecy	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						132	
					69	**30**	**-**	**-**	**615**	**301**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					159		(3.954)
	CESA	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					100		
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011					13		(1.163)
	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011							(1.585)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				129		(990)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				41		(541)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011						(95)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				26		(268)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				87		(895)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				2		(17)	
	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011						(17)	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014						(51)	
	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				10		(98)	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012						(15)	(6)
	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012						(15)	(36)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011			1.857				1.857	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	29/12/2006	29/12/2006 a 29/12/2011					2		(2.342)
	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011					95.579		(4.912)
	EDP Energias do Brasil	15/05/2003	15/05/2003 a 29/12/2011				61.386		(2.771)	
					1.857	**–**	**61.681**	**95.853**	**(3.916)**	**(13.998)**
Fornecedores										
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012				967	869	(10.337)	(10.127)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010							16
	Enertrade	31/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009							(41)
	Enertrade	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011						(877)	
Contrato de uso do sistema de distribuição	Enertrade	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011			24			65	61
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				760	599	(7.401)	(6.652)
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025					158	(1.028)	(1.881)
	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025				40	39	(442)	(496)
Conexão do sistema de transmissão	Evrecy	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025				83	56	(603)	(360)
					–	**24**	**1.850**	**1.721**	**(20.623)**	**(19.480)**
				Total	**10.355**	**2.986**	**63.956**	**97.574**	**44.177**	**36.315**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

10.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

As contrapartes Costa Rica, Pantanal Energética e Santa Fé são controladas direta da Companhia.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Política ou prática de remuneração do conselho de administração, diretoria e comitês.

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Conselho de Administração

Não se aplica

Diretoria

Remuneração Fixa: 76%

Remuneração Variável: 24%

10.2.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício 2011 (em R$)

2011	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Total
Número de membros	6 (*)	4 (**)	10
Remuneração fixa	**n/a**	**1.749.163**	**1.749.163**
Salário ou pró-labore	n/a	1.253.422	1.253.422
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	150.650	150.650
Encargos sociais	n/a	345.091	345.091
Remuneração variável	**n/a**	**537.898**	**537.898**
Bônus	n/a	420.233	420.233
Encargos sociais	n/a	117.665	117.665
Valor Total da remuneração, por órgão	**n/a**	**2.287.061**	**2.287.061**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Os 6 membros do Conselho de Administração não são remunerados.

(**) Dos 4 membros da Diretoria, todos são remunerados. A remuneração anual global de tais membros é de até R$2.100.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

10.2.3 Média de remuneração e encargos do conselho de administração e da diretoria relativos ao exercício de 2011 (em R$)

2011	Conselho de administração	Diretoria estatutária
Número de membros	6	4
Valor da maior remuneração individual	n/a	63.048
Valor da menor remuneração individual	n/a	8.454
Valor médio de remuneração individual	n/a	47.647

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Controladora Não circulante 31/12/2011	Controladora Não circulante 31/12/2010	Consolidado Circulante 31/12/2010	Consolidado Não circulante 31/12/2011	Consolidado Não circulante 31/12/2010
Depósitos judiciais	21	3.255	9		3.255	1.783
Cauções e depósitos vinculados		585	105	4.081	11.806	8.625
Total		**3.840**	**114**	**4.081**	**15.061**	**10.408**

Depósitos judiciais

O saldo apresentado no consolidado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 refere-se a depósitos judiciais recursais, visto que as ações de natureza trabalhista encontram-se em andamento.

Cauções e depósitos vinculados

O saldo de R$4.081 em 31 de dezembro de 2010 no circulante e R$11.806 em 31 de dezembro de 2011 (R$8.625 em 31 de dezembro de 2010) no Não circulante, refere-se ao contingenciamento e aplicação de recursos efetuado pela Controladora e suas controladas Pantanal e Santa Fé, mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamentos firmados com as instituições financeiras.

12. Outros créditos - Ativo e outras contas a pagar - Passivo

	Controladora Circulante 31/12/2011	Controladora Circulante 31/12/2010	Controladora Não circulante 31/12/2011	Controladora Não circulante 31/12/2010	Consolidado Circulante 31/12/2011	Consolidado Circulante 31/12/2010	Consolidado Não circulante 31/12/2011	Consolidado Não circulante 31/12/2010
Outros créditos - Ativo								
Adiantamentos a empregados	161	39			164	42		
Adiantamentos a fornecedores		127				162		
Créditos a receber - clientes		167				167		
Dispêndios a reembolsar	1.954	2.758			1.954	2.758		
RGR a compensar	134				134			
Bens destinados à alienação								15
Serviços em curso	3.577	1.987			3.947	2.615		
Serviços prestados a terceiros	148	82			148	98		
Desativações e alienações em curso					205	317		
Outros	15	227			(57)	174		
Total	**5.989**	**5.387**	**–**	**–**	**6.495**	**6.333**	**–**	**15**
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	355	283			355	289		
Outras	49	3	59	84	52	4	59	84
Total	**404**	**286**	**59**	**84**	**407**	**293**	**59**	**84**

13. Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldos em 31/12/2010	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Incorporação (Nota 1.1)	Transferência controle Evrecy	Saldos em 31/12/2011	% Participação direta 31/12/2011	% Participação direta 31/12/2010
CESA	80.906	9.376	(10.748)	(79.534)		–		100,00
Pantanal	58.224	28.667	(12.267)			74.624	100,00	100,00
Evrecy	27.608	4.485	(4.202)		(27.891)	–		100,00
Costa Rica	11.831	7.206	(6.996)			12.041	51,00	51,00
Santa Fé	96.384	10.291	(2.444)			104.231	100,00	100,00
Total	**274.953**	**60.025**	**(36.657)**	**(79.534)**	**(27.891)**	**190.896**		

13.2 Participação direta dos investimentos

	Empresas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil) 31/12/2011 Ordinárias/Quotas	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil) 31/12/2010 Ordinárias/Quotas	% de participação da Companhia 31/12/2011 Capital social integralizado	% de participação da Companhia 31/12/2011 Capital votante	% de participação da Companhia 31/12/2010 Capital social integralizado	% de participação da Companhia 31/12/2010 Capital votante	Ativos totais 31/12/2011	Ativos totais 31/12/2010	Passivos (Circulantes e Não circulantes) 31/12/2011	Passivos (Circulantes e Não circulantes) 31/12/2010	Patrimônio líquido 31/12/2011	Patrimônio líquido 31/12/2010	Receitas 31/12/2011	Receitas 31/12/2010	Resultado acumulado 31/12/2011	Resultado acumulado 31/12/2010
(1)	CESA		10			100	100		233.935		153.029		80.906	26.550	43.756	9.376	15.953
	Pantanal	23.390	23.390	100	100	100	100	87.897	78.418	13.273	20.194	74.624	58.224	44.541	42.429	28.667	24.697
(2)	Evrecy		21.512			100	100		29.438		1.830		27.608	5.963	6.223	4.485	4.547
	Costa Rica	7.302	7.302	51	51	51	51	25.727	25.601	2.117	2.403	23.610	23.198	17.921	16.910	14.130	13.515
	Santa Fé	86.371	86.371	100	100	100	100	184.129	179.583	79.898	83.199	104.231	96.384	21.951	21.235	10.291	10.912

(1) Em 31 de julho de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da CESA, deliberou a sua Incorporação pela Energest, vide nota 1.1.

(2) Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Energest em R$27.891 e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social, foi aprovado a atribuição do controle acionário da Evercy para a EDP - Energias do Brasil.

14 Imobilizado

	Controladora 31/12/2011 Taxas anuais médias de depreciação %	Controladora 31/12/2011 Custo histórico	Controladora 31/12/2011 Depreciação acumulada	Controladora 31/12/2011 Valor líquido	Controladora 31/12/2010 Taxas anuais médias de depreciação %	Controladora 31/12/2010 Custo histórico	Controladora 31/12/2010 Depreciação acumulada	Controladora 31/12/2010 Valor líquido
Geração								
Terrenos		1.215		1.215		435		435
Reservatórios, barragens e adutoras	2,82	105.330	(35.656)	69.674	2,22	26.705	(25.342)	1.363
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,70	32.911	(20.318)	12.593	3,52	18.035	(16.947)	1.088
Máquinas e equipamentos	4,10	200.663	(57.134)	143.529	3,71	137.934	(39.914)	98.020
Veículos	20,00	714	(406)	308	20,00	920	(413)	507
Móveis e utensílios	10,00	393	(200)	193	10,00	297	(84)	213
		341.226	**(113.714)**	**227.512**		**184.326**	**(82.700)**	**101.626**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	88	(10)	78	4,00	89	(7)	82
Máquinas e equipamentos	9,57	1.523	(303)	1.220	9,52	1.475	(193)	1.282
Veículos	20,00	1.078	(500)	578	20,00	1.002	(319)	683
Móveis e utensílios	10,00	472	(233)	239	10,00	448	(194)	254
		3.161	**(1.046)**	**2.115**		**3.014**	**(713)**	**2.301**
Total do imobilizado em serviço		**344.387**	**(114.760)**	**229.627**		**187.340**	**(83.413)**	**103.927**
Imobilizado em curso								
Geração		179.384		179.384		94.880		94.880
Administração		202		202		13		13
Total do imobilizado em curso		**179.586**	**–**	**179.586**		**94.893**	**–**	**94.893**
Total imobilizado		**523.973**	**(114.760)**	**409.213**		**282.233**	**(83.413)**	**198.820**

	Consolidado							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Geração								
Terrenos		6.006		6.006		6.008		6.008
Reservatórios, barragens e adutoras	2,59	235.276	(58.609)	176.667	2,31	234.523	(53.977)	180.546
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,54	93.075	(47.694)	45.381	3,46	92.890	(46.002)	46.888
Máquinas e equipamentos	3,98	282.376	(85.540)	196.836	3,87	293.231	(79.203)	214.028
Veículos	19,91	1.088	(725)	363	20,00	1.411	(804)	607
Móveis e utensílios	9,70	718	(370)	348	9,96	702	(302)	400
		618.539	**(192.938)**	**425.601**		**628.765**	**(180.288)**	**448.477**
Transmissão								
Terrenos		1		1		1		1
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	96	(49)	47	4,00	96	(45)	51
Máquinas e equipamentos	3,45	2.465	(942)	1.523	3,45	2.732	(1.009)	1.723
		2.562	**(991)**	**1.571**		**2.829**	**(1.054)**	**1.775**
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	88	(10)	78	4,00	89	(7)	82
Máquinas e equipamentos	9,57	1.523	(303)	1.220	9,52	1.476	(193)	1.283
Veículos	20,00	1.078	(500)	578	20,00	1.002	(319)	683
Móveis e utensílios	10,00	477	(234)	243	10,00	449	(194)	255
		3.166	**(1.047)**	**2.119**		**3.016**	**(713)**	**2.303**
Total do imobilizado em serviço		**624.267**	**(194.976)**	**429.291**		**634.610**	**(182.055)**	**452.555**
Imobilizado em curso								
Distribuição		1		1		1		1
Geração		225.459		225.459		157.787		157.787
Transmissão						3		3
Administração		202		202		13		13
Total do imobilizado em curso		**225.662**	**–**	**225.662**		**157.804**	**–**	**157.804**
Total imobilizado tangível		**849.929**	**(194.976)**	**654.953**		**792.414**	**(182.055)**	**610.359**

O saldo correspondente aos montantes da rubrica de Transmissão refere-se a itens do Imobilizado em serviço da Costa Rica.
A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora								
	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Partes relacionadas	Incorporação CESA	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço									
Terrenos	435				(1)		781		1.215
Reservatórios, barragens e adutoras	1.363			(1.110)			69.422	(1)	69.674
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.170			(369)			11.751	119	12.671
Máquinas e equipamentos	99.302		635	(4.762)			49.699	(125)	144.749
Veículos	1.190		123	(353)	(80)			6	886
Móveis e utensílios	467		28	(69)			6		432
Total do imobilizado em serviço	**103.927**	**–**	**786**	**(6.663)**	**(81)**	**–**	**131.659**	**(1)**	**229.627**
Total do Imobilizado em curso	**94.893**	**41.271**	**(852)**	**–**	**(408)**	**(920)**	**45.587**	**15**	**179.586**
Total do imobilizado	**198.820**	**41.271**	**(66)**	**(6.663)**	**(489)**	**(920)**	**177.246**	**14**	**409.213**

	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Partes Relacionadas		Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço									
Terrenos	6.010				(2)				6.008
Reservatórios, barragens e adutoras	180.547	64	1.434	(4.642)	(833)			36	176.606
Edificações, obras civis e benfeitorias	47.018		169	(1.788)	3			105	45.507
Máquinas e equipamentos	217.035		838	(8.597)	(91)			(9.547)	199.638
Veículos	1.290		123	(397)	(81)			6	941
Móveis e utensílios	655		32	(95)	1			(2)	591
Total do imobilizado em serviço	**452.555**	**64**	**2.596**	**(15.519)**	**(1.003)**	**–**		**(9.402)**	**429.291**
Total do Imobilizado em curso	**157.804**	**63.214**	**(2.662)**	**–**	**(1.190)**	**(920)**		**9.416**	**225.662**
Total do imobilizado	**610.359**	**63.278**	**(66)**	**(15.519)**	**(2.193)**	**(920)**		**14**	**654.953**

14.1 Cessão parcial e compartilhamento da Pequena Central Hidrelétrica São Simão (PCH São Simão)

Em 30 de novembro de 2010 foi firmado acordo entre a controlada Santa Fé e a São Simão Energia S.A. através do contrato de Cessão parcial e compartilhamento da PCH São Simão incluindo uma linha de Transmissão de 30km, em 138KV no município de Alegre, Estado do Espírito Santo, cujo compartilhamento foi autorizado por meio do Despacho ANEEL nº 1.556 de 27 de abril de 2009.

O valor pago pela controlada Santa Fé foi de R$ 5.489 e corresponde à metade do investimento e ambas as partes ficaram responsáveis por assumir todos os custos adicionais decorrentes da aquisição, constituição, regularização, manutenção, averbação e registro dos ativos, que serão compartilhados com a controlada Santa Fé à proporção de 50%, quando da apuração e dos efetivos pagamentos.

14.2 Incorporação CESA pela Energest

Os saldos apresentados na coluna de Incorporação, referem-se aos saldos da controlada CESA em 31 de julho de 2011, na data-base da incorporação conforme demonstrado na nota 1.1.

14.3 Partes relacioanadas

O montante de R$920 refere-se ao contrato de cessão e transferência de investimento com a ECE Participações, conforme demonstrado na nota 10.

15. Intangível

	Controladora							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	19,05	1.975	(1.335)	640	16,67	866	(526)	340
Servidão permanente		42		42				
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	528	(372)	156	25,00	133	(133)	–
		2.545	**(1.707)**	**838**		**999**	**(659)**	**340**
Administração								
Software	19,41	520	(208)	312	19,38	514	(108)	406
		520	**(208)**	**312**		**514**	**(108)**	**406**
Total do intangível em serviço		**3.065**	**(1.915)**	**1.150**		**1.513**	**(767)**	**746**
Intangível em curso								
Geração		19.081		19.081		15.748		15.748
Administração		482		482				
Total do intangível em curso		**19.563**	**–**	**19.563**		**15.748**	**–**	**15.748**
Total intangível		**22.628**	**(1.915)**	**20.713**		**17.261**	**(767)**	**16.494**

	Consolidado							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	17,10	2.200	(1.464)	736	15,81	2.122	(1.053)	1.069
Servidão permanente		219		219		219		219
Direito de concessão - Licenças ambientais	11,92	1.107	(913)	194	11,91	1.108	(687)	421
		3.526	**(2.377)**	**1.149**		**3.449**	**(1.740)**	**1.709**
Administração								
Software	19,41	520	(208)	312	19,39	519	(108)	411
		520	**(208)**	**312**		**519**	**(108)**	**411**
Total do intangível em serviço		**4.046**	**(2.585)**	**1.461**		**3.968**	**(1.848)**	**2.120**
Intangível em curso								
Geração		19.845		19.845		16.836		16.836
Administração		486		486				
Total do intangível em curso		**20.331**	**–**	**20.331**		**16.836**	**–**	**16.836**
Total intangível		**24.377**	**(2.585)**	**21.792**		**20.804**	**(1.848)**	**18.956**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora								
	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Partes relacionadas	Incorporação CESA	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço									
Software	746		74	(356)	(1)		488	1	952
Servidão permanente							42		42
Direito de concessão - Licenças ambientais				(32)			188		156
Intangível em curso	15.748	5.657	(8)		(1.200)	(937)	318	(15)	19.563
Total Intangível	**16.494**	**5.657**	**66**	**(388)**	**(1.201)**	**(937)**	**1.036**	**(14)**	**20.713**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Partes relacionadas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço								
Software	1.480		78	(509)	(2)		1	1.048
Servidão permanente	219							219
Direito de concessão - Licenças ambientais	421			(227)				194
Intangível em curso	16.836	5.660	(12)		(1.201)	(937)	(15)	20.331
Total Intangível	**18.956**	**5.660**	**66**	**(736)**	**(1.203)**	**(937)**	**(14)**	**21.792**

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não são amortizadas.

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira e devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deverá ser efetuada durante o período de vigência da licença.

15.1 Incorporação CESA pela Energest

Os saldos apresentados na coluna de Incorporação, referem-se aos saldos da controlada CESA em 31 de julho de 2011, na data-base da incorporação conforme demonstrado na nota 1.1.

15.2 Partes relacionadas

O montante de R$937 refere-se ao contrato de cessão e transferência de investimento com a ECE Participações, conforme demonstrado na nota 10.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado		
	Circulante		Circulante		Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	968	2.460	968	2.460	
Encargos de uso da rede elétrica	843	649	937	846	
Operações CCEE	1.403	2.243	1.422	3.047	
Materiais e serviços	15.550	5.615	23.046	15.652	915
Total	**18.764**	**10.967**	**26.373**	**22.005**	**915**

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição dos empréstimos

		Controladora					
		31/12/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
Cédula de Crédito Bancário	106,6% do CDI	1.628	9.600	28.800	1.904	10.666	37.333
Santander - CDI	113,50% do CDI	3.599	33.219		1.982	21.355	
BNDES	4,50% a.a. fixo e 1,92% a.a. acima da TJLP	45	2.503	13.558			
		5.272	**45.322**	**42.358**	**3.886**	**32.021**	**37.333**
Total		**5.272**	**45.322**	**42.358**	**3.886**	**32.021**	**37.333**

			Consolidado					
			31/12/2011			31/12/2010		
			Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Empresa	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira								
BNDES	CESA	4,81% + variação cambial				2	299	174
BNDES	Pantanal	UMBNDES + 4,50% a.a.	1	178		2	270	158
			1	**178**	**–**	**4**	**569**	**332**
Moeda nacional								
Cédula de Crédito Bancário	Energest	106,6% do CDI	1.628	9.600	28.800	1.904	10.666	37.333
Santander - CDI	Energest	113,50% do CDI	3.599	33.219		1.982	21.355	
BNDES	Energest	4,50% a.a. fixo e 1,92% a.a. acima da TJLP	45	2.503	13.558	80	6.692	18.156
Santander - CDI	CESA	113,50% do CDI				1.101	11.864	
BNDES	Pantanal	4,50% a.a. acima da TJLP	8	1.894		25	3.788	1.893
Eletrobrás	Costa Rica	5,00% + 1,50% a.a. (tx adm.)	9	532	649		584	1.129
BNDES - Banco do Brasil	Santa Fé	1,90% a.a. acima da TJLP	234	5.679	63.413	253	5.679	69.091
			5.523	**53.427**	**106.420**	**5.345**	**60.628**	**127.602**
Total			**5.524**	**53.605**	**106.420**	**5.349**	**61.197**	**127.934**

17.2 Informações adicionais sobre a dívida da companhia

cédulas de crédito bancário

Contrato firmado em fevereiro de 2008, no valor total de R$48.000, junto ao Banco do Brasil S.A. sobre o valor do empréstimo incidirão juros à razão de 106,6% do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a primeira em 20 de fevereiro de 2011 e a última em 20 de fevereiro de 2015 e juros semestrais vencíveis a partir de 20 de agosto de 2008 até 20 de fevereiro de 2015. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida líquida/EBITDA em índice não superior a 3,5. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$40.028.

Santander CDI - Repasse de recursos captados em reais no exterior, contratado junto ao Banco Santander S.A., nº 231006029, firmado em 12 de fevereiro de 2009, no valor de R$21.355, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil como Interveniente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 9 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2011 essa operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012, com taxa de 113,50% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$23.669.

Santander CDI - Contrato nº 231006019, firmado em 12 de fevereiro de 2009, pela CESA no valor de R$11.864, pelo prazo de 60 dias com vencimento final em 13 de abril de 2009, à taxa de 123,50% do CDI. A amortização e os juros serão pagos de uma só vez no vencimento final do contrato. Garantia, aval em nota promissória e EDP - Energias do Brasil como Interveniente Garantidor. Esta operação em 13 de abril de 2009, através de um aditamento ao contrato teve seu prazo de liquidação prorrogado para 12 de junho de 2009, mantendo ratificadas todas as demais cláusulas e condições do contrato original. Em 12 de junho esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de setembro de 2009, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 10 de setembro de 2009 esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 10 de março de 2010, mantendo-se todas as demais cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2010, esta operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 9 de março de 2011, com taxa de 113,50% do CDI e manutenção das cláusulas de condições do contrato original. Em 9 de março de 2011 essa operação teve seu prazo de vencimento repactuado para 5 de março de 2012, com taxa de 113,50% do CDI. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2011 é de R$13.149.

BNDES - Contrato firmado em 13 de novembro de 2009, no valor de R$25.404. A 1ª liberação efetuada para a CESA, de R$4.863, ocorreu em 22 de abril de 2010 e a 2ª liberação, de R$15.141, ocorreu em 13 de maio de 2010, sendo amortizáveis em 96 meses, respectivamente e, vencendo-se a primeira prestação de ambas em 15 de junho de 2010 e a última em 15 de maio de 2018, com juros que variam de 1,92% acima da TJLP e juros fixos de 4,50%. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 1,8 vezes a prestação vencida deste contrato. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$16.106. Com a reorganização Societária - Incorporação da CESA pela Energest, este contrato foi assumido pela Companhia, conforme descrito na nota 1.1.

17.3 Informações adicionais sobre o serviço da dívida das controladas

Pantanal

O contrato nº 01221231 firmado em fevereiro de 2002, no valor de R$55.447, destinado a implantação das três Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs, sendo Viçosa e São João no Estado do Espírito Santo e Paraíso no Estado de Mato Grosso do Sul. O contrato é subdivido em 3 subcréditos, dos quais R$49.902 foram em moeda nacional e R$5.545 em moeda estrangeira (UMBNDES).

BNDES (moeda nacional) - No exercício de 2002 foram liberados recursos no montante de R$30.014, R$17.565 em 2004 e R$5.635 em 2007. Referente aos recursos dos subcréditos "A" e "B". Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de junho de 2012. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$1.902.

BNDES (moeda estrangeira) - No exercício de 2002 foi liberado recurso do subcrédito "C" no montante de R$9.266. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 4,5% a.a., acrescido da variação da UMBNDES, exigíveis mensalmente, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 16 de julho de 2012. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$179.

Costa Rica

Eletrobrás-Financiamento ECF-1568/97 - Contrato assinado pela Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul, em 4 de novembro de 1997, no valor de R$5.375, para financiamento da construção da Usina Hidrelétrica de Costa Rica, com recursos do Fundo de Investimentos da Eletrobrás - FINEL, com juros de 6,5% a.a., com término em 31 de maio de 2014, amortização em 180 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com garantia em receita e nota promissória, assumidas pela Costa Rica. Contrato repassado para a Costa Rica, através do "Contrato Particular de Promessa de Liberação de Devedor". O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$1.190.

Santa Fé

BNDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009 foram liberados recursos no montante de R$64.000 e em 27 de abril de 2010 foi liberado o saldo remanescente deste contrato no valor de R$11.633. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1,9% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de 100% das ações, outras ações, direitos ou valores mobiliários da companhia e sua Controladora Energest a favor do Agente Financeiro conforme cláusula 16 do contrato. Esta operação estabelece *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 vezes, atendido até este momento. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$69.326.

17.4 Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

	Controladora		Consolidado		
	Tipo de moeda		Tipo de moeda		
Vencimento	Nacional	Total	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante					
2012	50.594	50.594	58.950	179	59.129
	50.594	**50.594**	**58.950**	**179**	**59.129**
Não circulante					
2013	12.103	12.103	18.264		18.264
2014	12.103	12.103	17.949		17.949
2015	12.103	12.103	17.782		17.782
2016	2.503	2.503	8.182		8.182
2017	2.503	2.503	8.182		8.182
2018	1.043	1.043	6.722		6.722
2019		–	5.679		5.679
2020		–	5.679		5.679
Após 2020		–	17.981		17.981
	42.358	**42.358**	**106.420**	**–**	**106.420**
Total	**92.952**	**92.952**	**165.370**	**179**	**165.549**

A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercicio é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Incorporação de empresa	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e encargos de dividas	35.907	(10.642)	(7.994)	8.722	9.576	15.025	50.594
	35.907	**(10.642)**	**(7.994)**	**8.722**	**9.576**	**15.025**	**50.594**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	37.333				(9.576)	14.601	42.358
	37.333	**–**	**–**	**–**	**(9.576)**	**14.601**	**42.358**

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	66.546	(29.103)	(16.499)	16.665	21.507	13	59.129
	66.546	**(29.103)**	**(16.499)**	**16.665**	**21.507**	**13**	**59.129**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	127.934				(21.507)	(7)	106.420
	127.934	**–**	**–**	**–**	**(21.507)**	**(7)**	**106.420**

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

	Controladora		Consolidado	
	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011
Auxílio incentivo à aposentadoria - AIA	37		37	
Assistência médica e seguro de vida	48	2.272	48	2.272
Previdência Privada - EnerPrev	17		17	
	102	**2.272**	**102**	**2.272**

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social - ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia. A Companhia é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, através de dois planos de

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia. Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado. A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que, para esses planos previdenciários, o valor justo dos ativos supera o valor presente das obrigações atuariais, conforme demonstrado a seguir:

	2011			2010		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(986)	2.115	(1.129)	(1.340)	2.782	(1.442)
Custo do serviço corrente	(25)		25	(25)		25
Custo dos juros	(103)		103	(144)		144
Rendimento esperado dos ativos		243	(243)		315	(315)
Ganhos/(perdas) atuariais	(131)	328	(197)	459	(930)	471
Contribuições pagas pela empresa		15	(15)		12	(12)
Contribuições pagas pelos empregados	(8)	8		(7)	7	
Benefícios pagos pelo plano	66	(66)		71	(71)	
Valor presente das obrigações atuariais	**(1.187)**	**2.643**	**(1.456)**	**(986)**	**2.115**	**(1.129)**

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Companhia. A Administração da Companhia não registrou esse ativo, por não estar assegurada a efetiva redução das contribuições da Patrocinadora ou que será reembolsado no futuro.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribui com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios.

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007
Ajustes de experiência com ativos do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais dos ativos	(328)	930	(130)	(182)	(515)
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	–12,41%	43,97%	–4,67%	–7,37%	–46,23%
Ajustes de experiência com obrigações do plano					
(Ganhos)/Perdas atuariais das obrigações	131	(459)	622	182	37
Percentual de (Ganhos)/Perdas relativos ao total de ativos do plano	11,05%	–46,55%	46,42%	21,41%	19,27%
Situação do plano					
Valor presente das obrigações total ou parcialmente cobertos	(1.186)	(986)	(1.340)	(850)	(192)
Valor justo dos ativos	2.642	2.115	2.782	2.469	1.114
Situação do plano	**1.456**	**1.129**	**1.442**	**1.619**	**922**

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	31/12/2011 Alocação %	31/12/2010 Alocação %
Títulos de dívida	88,38%	85,53%
Ações	9,13%	12,16%
Imóveis	0,97%	0,72%
Outros	1,52%	1,59%
Total	**100,00%**	**100,00%**

A taxa esperada de retorno dos ativos foi determinada considerando a meta de alocação e expectativa de retorno de cada classe de ativo, conforme demonstrado a seguir:

	2011		2010	
Classe de ativo	Meta de alocação	Expectativa de retorno	Meta de alocação	Expectativa de retorno
Títulos de dívida	82,40%	10,84%	82,40%	11,20%
Ações	14,40%	16,31%	14,40%	13,29%
Imóveis	0,60%	10,77%	0,60%	11,20%
Outros	2,60%	10,77%	2,60%	10,77%
Total	**100,00%**	**11,63%**	**100,00%**	**11,49%**

O retorno real dos ativos do plano no exercício foi de R$571, face a uma expectativa de retorno no início do exercício no valor de R$243, ocasionando assim um ganho atuarial de R$328 não registrados no Patrimônio Líquido em virtude da impossibilidade de reconhecimento do superávit mencionado anteriormente.

Apresenta-se a seguir, a composição do número de participantes dos planos:

	Plano I	Plano II	31/12/2011	31/12/2010
Participantes ativos		46	46	55
Participantes assistidos				
Com benefícios diferidos		2	2	2
Aposentados e pensionistas	1	1	2	1
	1	**3**	**4**	**3**
Total	**1**	**49**	**50**	**58**

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial dos benefícios foram as seguintes:

2011	Plano I	Plano II
Econômicas		
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,63% a.a.	11,63% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	n/a	Wyatt 85 Class 1

2010	Plano I	Plano II
Econômicas		
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,49% a.a.	11,49% a.a.
Crescimentos salariais futuros	5,55% a.a.	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

18.1.2 Plano de Contribuição Definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e suas controladas diretas contribuíram no exercício com R$477 (R$317 no exercício de 2010).

Esse plano tem a adesão de 67 colaboradores da Controladora e 4 colaboradores de suas controladas.

18.2 Auxílio incentivo a aposentadoria, Assistência médica e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

• Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA - Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e

• Assistência médica e outros benefícios a aposentados - Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações dos planos.

	2011		2010
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano
Custo do serviço corrente	(90)	(90)	
Custo dos juros	(177)	(177)	
Custo do serviço passado	(190)	(190)	
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(1.907)	(1.907)	
Benefícios pagos diretamente pela empresa	7	7	
Saldo final reconhecido	**(2.357)**	**(2.357)**	**–**
Custo do serviço passado não reconhecido	(1.508)		(1.651)
Valor presente das obrigações atuariais	**(3.865)**	**(2.357)**	**(1.651)**

As contribuições esperadas da Companhia para estes benefícios para o ano de 2011 são de R$85.

A despesa líquida com estes benefícios reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011
Custo do serviço corrente	90
Custo dos juros	177
Custo do serviço passado	190
Total	**457**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$1.259.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica na aposentadoria	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos +1%	–1%
Obrigação de benefício definido	3.702	4.361	3.165
Custo do serviço e Custo dos Juros	379	419	346

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

2011			
Econômicas	AIA	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto	10,25% a.a.	10,25% a.a.	10,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	7,59% a.a. até 2015, reduzindo para 5,55% a.a. a partir de 2016	n/a	7,59%
Crescimento dos planos de benefícios	4,50% a.a.	n/a	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	1,50% a.a.	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational	
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	

2010		
Econômicas	Assistência médica	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto	10,75% a.a.	10,75% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	5,55% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	9,5% a.a. em 2011, reduzindo linearmente para 5,5% a.a. até 2019	n/a
Inflação	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

19 Obrigações estimadas com pessoal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	4.239	3.738	4.239	3.988
PIS/COFINS			57	
IR/CSLL			181	
INSS e FGTS	849	615	965	866
Total	**5.088**	**4.353**	**5.442**	**4.854**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2011.

20 Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quota de reserva global de reversão - RGR	226	129	257	327		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	705	781	861	1.018		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	2.907	2.651	3.388	3.600	250	292
Taxa de fiscalização - ANEEL	67	41	93	94		
Total	**3.905**	**3.602**	**4.599**	**5.039**	**250**	**292**

20.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia e suas controladas são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia e suas controladas têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa. (Nota 23).

21 Provisões

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			8.589	414			8.923	2.824
Licenças ambientais	488	238	367	197	1.110	1.005	753	1.403
Total	**488**	**238**	**8.956**	**611**	**1.110**	**1.005**	**9.676**	**4.227**

21.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora

		Passivo							Ativo
				Baixas					
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Incorporação de empresa	Saldo em 31/12/2011	Depósito Judicial Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	414	417	(155)	(582)	106	2.721	2.921	2.352
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.		5.500			168		5.668	101
Total		**414**	**5.917**	**(155)**	**(582)**	**274**	**2.721**	**8.589**	**2.453**
Não circulante		414						8.589	
Total		**414**						**8.589**	

Consolidado

		Passivo						Ativo	
				Baixas				Depósito Judicial	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	2.582	823	(155)	(627)	298	2.921	2.352	955
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	242	5.583		(21)	198	6.002	101	
Total		**2.824**	**6.406**	**(155)**	**(648)**	**496**	**8.923**	**2.453**	**955**
Não circulante		2.824					8.923		
Total		**2.824**					**8.923**		

Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

		Controladora				Consolidado			
				Ativo				Ativo	
				Depósito judicial				Depósito judicial	
	Instâncias	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	4.302	2.420	223	9	4.302	2.935	223	248
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	548	443			548	513		
Fiscais	1ª,2ª,3ª e Adm.	3.328	2.672			3.417	3.241		
Total		**8.178**	**5.535**	**223**	**9**	**8.267**	**6.689**	**223**	**248**

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento na controlada CESA, que foram incorporados pela Controladora (Nota 1.1), cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais é de R$579 em 31 de dezembro de 2011 (R$580 em 31 de dezembro de 2010). (Nota 11)

21.2 Licenças ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das Usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e são atualizados com base no IGP-M.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2011 é de R$263.436 e em 31 de dezembro de 2010 é de R$226.912. A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP Energias do Brasil	1.000.572.259	100	1.000.572.259	100
Outros	5		5	
Total	**1.000.572.264**	**100**	**1.000.572.264**	**100**

22.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$27.468, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	104.148
Constituição da reserva legal - 5%	(5.207)
	98.941
Destinação do lucro:	**98.941**
Dividendos intermediários - JSCP	27.468
Reserva de incentivo fiscal	1.022
Dividendo adicional proposto	70.451
Quantidade de ações	1.000.572.264
Dividendos por ação - R$ - JSCP	0,02745229

22.3 Reservas

	31/12/2011	31/12/2010
Outros resultados abrangentes		
Perda/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(1.907)	
IRPJ/CSLL diferido	648	
	(1.259)	**–**
Reservas de lucros		
Legal	23.418	18.211
Retenção de lucros	149.358	200.949
Dividendo adicional proposto	70.451	
Incentivos fiscais	11.222	10.200
	254.449	**229.360**
Total	**253.190**	**229.360**

22.3.1 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		7	(1.914)	648	(1.259)
	–	**7**	**(1.914)**	**648**	**(1.259)**

22.3.2 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, para viabilizar os programas de investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

23 Receitas

	Controladora			
	MWh (*)		R$	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento de energia elétrica	**1.715.689**	**1.347.067**	**150.921**	**118.584**
Energia de curto prazo			4.978	2.357
	1.715.689	**1.347.067**	**155.899**	**120.941**
Total suprimento	**1.715.689**	**1.347.067**	**155.899**	**120.941**
Outras receitas operacionais			2.441	1.106
Subtotal			**158.340**	**122.047**
(–) Deduções à receita operacional				
P&D			(1.364)	(1.081)
RGR			1.064	(1.552)
PIS/COFINS			(14.646)	(11.289)
ISS			(120)	(54)
Total			**143.274**	**108.071**

(*) Não auditado

	Consolidado					
	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R$	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Suprimento de energia elétrica	**10**	**11**	**2.270.642**	**2.221.576**	**268.714**	**251.607**
Energia de curto prazo					6.821	5.518
	10	**11**	**2.270.642**	**2.221.576**	**275.535**	**257.125**
Total suprimento	**10**	**11**	**2.270.642**	**2.221.576**	**275.535**	**257.125**
Disponibilização do sistema de distribuição e transmissão					6.671	7.066
Amortização do ativo financeiro indenizável					(797)	(823)
Outras receitas operacionais					808	729
Subtotal				**107.250**	**282.217**	**264.097**
(–) Deduções à receita operacional						
P&D					(1.851)	(1.647)
RGR					(168)	(3.934)
PIS/COFINS					(20.918)	(19.271)
ICMS					(1.325)	(1.517)
ISS					(120)	(54)
Total				**107.250**	**257.835**	**237.674**

(*) Não auditado

24 Gastos operacionais

	Controladora							
	Custo do serviço			Despesas operacionais			2011	2010
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda nacional	16.890						16.890	24.080
Encargos de uso da rede elétrica	7.969						7.969	6.605
Taxa de fiscalização						630	630	497
Compensações financeiras						4.121	4.121	3.483
	24.859	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.751**	**29.610**	**34.665**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		13.610			8.565		22.175	21.452
Material		1.067	106		62		1.235	964
Serviços de terceiros		7.620	333		4.602		12.555	11.256
Depreciação		6.553			82		6.635	918
Amortização		383			5		388	255
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas				13			13	27
Provisões para contingências						5.334	5.334	(375)
Aluguéis e arrendamentos		502			1.054		1.556	1.751
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(459)	(459)	(17)
Outras		953			2.139	930	4.022	4.401
	–	**30.688**	**439**	**13**	**16.509**	**5.805**	**53.454**	**40.632**
Total	**24.859**	**30.688**	**439**	**13**	**16.509**	**10.556**	**83.064**	**75.297**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
	Custo do serviço			Despesas operacionais			2011	2010
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda nacional	21.861						21.861	27.620
Encargos de uso da rede elétrica	11.990						11.990	14.515
Taxa de fiscalização						1.137	1.137	1.159
Compensações financeiras						4.958	4.958	4.675
	33.851	**–**	**–**	**–**	**–**	**6.095**	**39.946**	**47.969**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		14.126			9.206		23.332	23.764
Material		1.842	106		513		2.461	1.787
Serviços de terceiros		11.187	333	106	10.380		22.006	20.752
Depreciação		15.460			111		15.571	7.990
Amortização		674			63		737	729
Provisão p/créd.liq.duvidosa/perdas líquidas				260			260	70
Provisões para contingências						5.694	5.694	204
Aluguéis e arrendamentos		540			1.097		1.637	1.879
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(497)	(497)	(67)
Outras		574			2.989	955	4.518	5.657
	–	**44.403**	**439**	**366**	**24.359**	**6.152**	**75.719**	**62.765**
Total	**33.851**	**44.403**	**439**	**366**	**24.359**	**12.247**	**115.665**	**110.734**

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	3.493	200	9.428	6.619
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	1.873	3.883	2.155	4.103
Descontos obtidos	6	8	49	9
Outras receitas financeiras	252	31	331	199
	5.624	**4.122**	**11.963**	**10.930**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(9.113)	(7.815)	(17.800)	(20.848)
Variações monetárias moeda nacional		(2)	(21)	(225)
Variações monetárias moeda estrangeira		(4)	(5)	20
Atualização monetária de licenças ambientais	(28)	(44)	(69)	(172)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(274)	23	(495)	23
Atualização monetária contratos de mútuo	(2.772)	(2.342)	(6.434)	(7.254)
Benefícios pós-emprego	(186)		(186)	
Outras despesas financeiras	(279)	(349)	(437)	(503)
	(12.652)	**(10.533)**	**(25.447)**	**(28.959)**
Total	**(7.028)**	**(6.411)**	**(13.484)**	**(18.029)**
	(186)		**(186)**	

26 Imposto de renda e contribuição social:

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	113.207	89.364	113.207	89.364	128.686	108.911	128.686	108.911
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(28.302)**	**(22.341)**	**(10.189)**	**(8.043)**	**(32.171)**	**(27.228)**	**(11.582)**	**(9.802)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(42)	(87)	(15)	(31)	(42)	(87)	(15)	(31)
Perdas indedutíveis	(538)		(193)		(746)		(268)	
Multas indedutíveis	(1)	(1)	(1)		(1)	(1)	(1)	
Despesas indedutíveis	(138)	(11)	(50)	(4)	(138)	(11)	(50)	(4)
Gratificações a administradores	(108)	(92)	(39)	(33)	(108)	(92)	(39)	(33)
Pesquisa e desenvolvimento	74	214	27	77	74	241	27	87
Resultados de equivalência patrimonial	15.006	15.751	5.402	5.670				
Juros sobre o capital próprio	6.868	4.000	2.472	1.440	6.868	4.000	2.472	1.440
Outros								
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(308)	(10)	(111)	(4)	246	(107)	89	(39)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(329)	9.739	(11)		(331)	9.595	(12)	(115)
Ajuste lucro presumido					12.400	11.455	4.139	3.922
Incentivos fiscais								
Adicional IRPJ	24	24			132	144		
Lei Rouanet	115	42			115	42		
FIA		11				11		
SUDENE	1.328	528			1.328	528		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(6.351)**	**7.767**	**(2.708)**	**(928)**	**(12.374)**	**(1.510)**	**(5.240)**	**(4.575)**
Alíquota efetiva	5,61%	-8,69%	2,39%	1,04%	9,62%	1,39%	4,07%	4,20%

27 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas, e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	80.349	19.890	80.349	19.890
Concessionárias	20.724	13.536	20.724	13.536
Não circulante				
Partes relacionadas	2.680	830	2.680	830
Cauções e depósitos vinculados	585	105	585	105
	104.338	**34.361**	**104.338**	**34.361**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	18.764	10.967	18.764	10.967
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	50.000	35.907	50.594	35.907
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	41.860	37.333	42.358	37.333
Partes relacionadas	61.612	274	61.612	274
	172.236	**84.481**	**173.328**	**84.481**

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	108.216	93.223	108.216	93.223
Ativo financeiro indenizável		823		823
Concessionárias	30.548	28.874	30.548	28.874
Cauções e depósitos vinculados		4.081		4.081
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável		19.425		19.425
Partes relacionadas	1.857		1.857	
Cauções e depósitos vinculados	11.806	8.625	11.806	8.625
	152.427	**155.051**	**152.427**	**155.051**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	26.373	22.005	26.373	22.005
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	57.886	61.591	59.129	66.546
Não circulante				
Fornecedores		915		915
Empréstimos e financiamentos	98.911	126.287	106.420	127.934
Partes relacionadas	61.681	95.853	61.681	95.853
	244.851	**306.651**	**253.603**	**313.253**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado da nota 11. Para o ativo não circulante, basicamente são os depósitos vinculados à dívida com o BNDES das controladas Santa fé e Pantanal.

Os Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composta por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contrato de Mútuo e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

Controladora

	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio doresultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		80.349		80.349		19.890		19.890
Concessionárias	20.724			20.724	13.536			13.536
Cauções e depósitos vinculados			585	585			105	105
Partes relacionadas	2.680			2.680	830			830
	23.404	**80.349**	**585**	**104.338**	**14.366**	**19.890**	**105**	**34.361**

Controladora

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	18.764	18.764	10.967	10.967
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	92.952	92.952	73.240	73.240
Partes relacionadas	61.612	61.612	274	274
	173.328	**173.328**	**84.481**	**84.481**

Consolidado

	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio doresultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		108.216		108.216		93.223		93.223
Ativo financeiro indenizável					20.248			20.248
Concessionárias	30.548			30.548	28.874			28.874
Cauções e depósitos vinculados			11.806	11.806			12.706	12.706
Partes relacionadas	1.857			1.857				
	32.405	**108.216**	**11.806**	**152.427**	**49.122**	**93.223**	**12.706**	**155.051**

Consolidado

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	26.373	26.373	22.920	22.920
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	165.549	165.549	194.480	194.480
Partes relacionadas	61.681	61.681	95.853	95.853
	253.603	**253.603**	**313.253**	**313.253**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Controladora

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	80.349	12.913	67.436
	80.349	**12.913**	**67.436**

Consolidado

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	108.216	17.631	90.585
	108.216	**17.631**	**90.585**

27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 17, possuem como contraparte o BNDES, Banco Santander e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating* com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2011.

28 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora	**Consolidado**
	31/12/2011	**31/12/2011**
Usinas	237.022	408.063
Prédios e conteúdos (terceiros)	5.029	5.029
Responsabilidade civil	48.556	145.668
Transportes (veículos)	1.600	3.200
Acidentes pessoais	19.665	19.665

29 Informação por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável da Companhia, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

A Companhia desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração e transmissão de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

29.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2011				2010			
	Geração	Transmissão	Ajustes	Total	Geração	Transmissão	Ajustes	Total
Receitas	252.415	5.963	(543)	257.835	231.811	6.223	(360)	237.674
Custo do serviço de energia elétrica								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(21.861)			(21.861)	(27.620)			(27.620)
Encargos de uso da rede elétrica	(12.533)		543	(11.990)	(14.875)		360	(14.515)
	(34.394)	**–**	**543**	**(33.851)**	**(42.495)**	**–**	**360**	**(42.135)**
Custo de operação								
Pessoal	(13.633)	(493)		(14.126)	(12.984)	(688)		(13.672)
Materiais e serviços de terceiros	(12.195)	(834)		(13.029)	(9.428)	(567)		(9.995)
Depreciações e amortizações	(16.134)			(16.134)	(8.524)			(8.524)
Outros custos de operação	(1.052)	(62)		(1.114)	(1.724)	(66)		(1.790)
	(43.014)	**(1.389)**	**–**	**(44.403)**	**(32.660)**	**(1.321)**	**–**	**(33.981)**
	(77.408)	**(1.389)**	**543**	**(78.254)**	**(75.155)**	**(1.321)**	**360**	**(76.116)**
Custo do serviço prestado a terceiros	(439)			(439)	(2.174)			(2.174)
Lucro bruto	**174.568**	**4.574**	**–**	**179.142**	**154.482**	**4.902**	**–**	**159.384**
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	(366)			(366)	(225)			(225)
Despesas gerais e administrativas	(23.980)	(205)		(24.185)	(24.199)	(199)		(24.398)
Depreciações e amortizações	(174)			(174)	(195)			(195)
Outras despesas e receitas operacionais	(12.212)	(35)		(12.247)	(7.581)	(45)		(7.626)
	(36.732)	**(240)**	**–**	**(36.972)**	**(32.200)**	**(244)**	**–**	**(32.444)**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**137.836**	**4.334**	**–**	**142.170**	**122.282**	**4.658**	**–**	**126.940**
Resultado das participações societárias	4.485		(4.485)	–	4.547		(4.547)	–
Receitas financeiras	11.381	582		11.963	10.742	188		10.930
Despesas financeiras	(25.431)	(16)		(25.447)	(28.953)	(6)		(28.959)
Resultado financeiro	**(14.050)**	**566**	**–**	**(13.484)**	**(18.211)**	**182**	**–**	**(18.029)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**128.271**	**4.900**	**(4.485)**	**128.686**	**108.618**	**4.840**	**(4.547)**	**108.911**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(18.699)	(415)		(19.114)	(6.086)	(293)		(6.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.500			1.500	294			294
	(17.199)	**(415)**	**–**	**(17.614)**	**(5.792)**	**(293)**	**–**	**(6.085)**
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias	**111.072**	**4.485**	**(4.485)**	**111.072**	**102.826**	**4.547**	**(4.547)**	**102.826**
Participações dos acionistas não controladores	(6.924)			(6.924)	(6.623)			(6.623)
Resultado líquido do exercício	**104.148**	**4.485**	**(4.485)**	**104.148**	**96.203**	**4.547**	**(4.547)**	**96.203**

29.2 Outras informações

	31/12/2011		31/12/2010			
	Geração	Total	Geração	Transmissão	Ajustes	Total
Ativo circulante	172.376	172.376	158.108	10.013		168.121
Ativo não circulante	23.408	23.408	14.791	19.425		34.216
Investimentos		–	27.608		(27.608)	–
Imobilizado	654.953	654.953	610.359			610.359
Intangível	21.792	21.792	18.956			18.956
Passivo circulante	163.923	163.923	132.576	1.777		134.353
Passivo não circulante	180.411	180.411	229.607	53		229.660
Patrimônio Líquido e Não controladores	528.195	528.195	467.639	27.608	(27.608)	467.639

As informações referentes ao segmento de transmissão, apresentadas na Demonstração do Resultado e no Balanço Patrimonial de 2010, refletem os saldos correspondentes a controlada Evrecy, que foram transferidos para a EDP - Energias do Brasil S.A., em 23 de dezembro de 2011, conforme mencionado na nota 1.2.

30 Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e os contratos de mútuos (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		Controladora 31/12/2011			
	Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	17	92.952	50.594	36.309	6.049
Contratos de Mútuos	10	61.386	30.693	30.693	
Responsabilidades com locações operacionais		382	345	37	
Obrigações de compra		26.175	21.308	4.867	
Licenças ambientais	21	855	488	367	
		181.750	**103.428**	**72.273**	**6.049**

		Consolidado 31/12/2011				
	Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	17	165.549	59.129	53.995	23.086	29.339
Contratos de mútuos	10	61.386	30.693	30.693		
Responsabilidades com locações operacionais		1.316	870	446		
Obrigações de compra		37.620	30.088	7.532		
Licenças ambientais	21	1.863	1.110	753		
		267.734	**121.890**	**93.419**	**23.086**	**29.339**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

30.2 Garantias

	Controladora		Consolidado	
Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aval de acionista	9.466	7.794	9.466	7.794
Depósito Caucionado	585	105	11.806	12.706
Fiança Corporativa			71.407	77.704
Garantias em recebíveis				1.131
Penhor de Ações			109.761	147.069
Seguro garantia	445		445	
Penhor de direitos			71.407	77.704
	10.496	**7.899**	**274.292**	**324.108**

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, na Controladora, R$7.962 refere-se aos contratos de seguros de vida R$1.504 a contratos de compra e venda de energia e no Consolidado os valores mais representativos são os destacados na Controladora.
Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.
Em 31 de dezembro de 2011 o saldo na Controladora e no consolidado, em um sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.
Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade no Consolidado, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.
Garantias em recebíveis: o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei 8.987/95), explicita a possibilidade de as concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.
Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos detidos pelas controladas Santa Fé e Pantanal. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Energest.
Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas existe o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços etc.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, em sua totalidade na Controladora e no Consolidado, refere-se a Contratos de compra e venda de energia.
Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé e da Pantanal, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos.

31 Meio ambiente

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia e suas controladas por eventual inobservância da legislação.
Os gastos de natureza ambiental da Companhia e suas controladas em 2011 foram de R$1.038 sendo R$566 capitalizados no exercício, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente, e R$472 em contrapartida no resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

32 Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Para o segmento de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil e a aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
DiretorPresidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor

Carlos Alberto de São José Cavaleiro
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Energest S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Energest S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Energest S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Santa Fé Energia S.A.

CNPJ nº 08.944.243/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.416	22.104
Concessionárias	5	2.755	2.303
Impostos e contribuições sociais	6	616	199
Estoques		235	
Despesas pagas antecipadamente		74	1
Outros créditos		3	14
		24.099	**24.621**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	8	5.081	3.815
		5.081	**3.815**
Imobilizado	9	154.603	150.655
Intangível	10	346	492
		154.949	**151.147**
Total do ativo		**184.129**	**179.583**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	11	5.617	2.482
Impostos e contribuições sociais	6	777	522
Dividendos	14.2	2.444	2.534
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	5.913	5.932
Encargos regulamentares e setoriais		5	7
Provisões	13	491	391
		15.247	**11.868**
Não circulante			
Fornecedores	11		915
Empréstimos e financiamentos	12	63.413	69.091
Partes relacionadas	7	867	829
Provisões	13	371	496
		64.651	**71.331**
Patrimônio líquido			
Capital social	14.1	86.371	86.371
Reservas de lucros	14.3	17.860	10.013
		104.231	**96.384**
Total do passivo e patrimônio líquido		**184.129**	**179.583**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Receitas	15	21.951	21.235
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	16		
Energia elétrica comprada para revenda		(1.395)	(675)
Encargos de uso da rede elétrica		(459)	(521)
		(1.854)	**(1.196)**
Custo de operação	16		
Pessoal		(5)	
Materiais e serviços de terceiros		(983)	(357)
Depreciações e amortizações		(3.549)	(3.362)
Outros custos de operação		(11)	(9)
		(4.548)	**(3.728)**
		(6.402)	**(4.924)**
Lucro bruto		**15.549**	**16.311**
Despesas e receitas operacionais	16		
Despesas com vendas		(16)	(14)
Despesas gerais e administrativas		(603)	(163)
Outras despesas e receitas operacionais		(56)	(81)
		(675)	**(258)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**14.874**	**16.053**
Receitas financeiras		2.639	1.940
Despesas financeiras		(5.647)	(5.766)
Resultado financeiro	**17**	**(3.008)**	**(3.826)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**11.866**	**12.227**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.575)	(1.315)
	18	**(1.575)**	**(1.315)**
Resultado líquido do exercício		**10.291**	**10.912**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**119,15**	**126,34**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	**86.371**	**1.910**	**(244)**	**88.037**
Dividendo adicional aprovado - AGO 08/04/2010		(31)		(31)
Lucro líquido do exercício			10.912	10.912
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		533	(533)	–
Reserva de retenção de lucros		7.601	(7.601)	–
Dividendos propostos			(2.534)	(2.534)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**86.371**	**10.013**	**–**	**96.384**
Lucro líquido do exercício			10.291	10.291
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		515	(515)	–
Dividendos propostos			(2.444)	(2.444)
Dividendo adicional proposto		7.332	(7.332)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**86.371**	**17.860**	**–**	**104.231**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010
Geração do valor adicionado	**22.766**	**22.025**
Receita operacional	22.783	22.039
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(17)	(14)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(3.184)**	**(1.659)**
Custos da energia comprada	(1.395)	(675)
Encargos de uso da rede elétrica	(459)	(521)
Materiais	(111)	(31)
Serviços de terceiros	(1.188)	(364)
Outros custos operacionais	(31)	(68)
Valor adicionado bruto	**19.582**	**20.366**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(3.549)	(3.362)
Valor adicionado líquido produzido	**16.033**	**17.004**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.639	1.940
Valor adicionado total a distribuir	**18.672**	**18.944**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	257	
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.462	2.200
Estaduais	5	
Municipais	1	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	5.647	5.766
Aluguéis	9	62
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	2.444	2.534
	10.825	**10.566**
Lucros retidos	7.847	8.378
	18.672	**18.944**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.866	12.227
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	16	
Depreciações e amortizações	3.549	3.362
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2
Despesas pagas antecipadamente	11	(30)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.576	5.689
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	29	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	13	307
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(319)
	21.060	**21.238**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(468)	97
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(417)	3.001
Estoques	(235)	
Cauções e depósitos vinculados	(1.266)	(3.496)
Despesas pagas antecipadamente	(84)	59
Outros ativos operacionais	11	
	(2.459)	**(339)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	2.220	2.245
Outros tributos e contribuições sociais	240	(61)
Encargos regulamentares e setoriais	(2)	
Provisões	(67)	
Outros passivos operacionais		7
	2.391	**2.191**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**20.992**	**23.090**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.560)	(1.168)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**19.432**	**21.922**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(7.351)	(12.620)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(7.351)**	**(12.620)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	38	(57)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.534)	(626)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		11.633
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(11.273)	(9.345)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(13.769)**	**1.605**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.688)**	**10.907**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	20.416	22.104
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.104	11.197
	(1.688)	**10.907**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Santa Fé Energia S.A. (Companhia ou Santa Fé), constituída em 30 de maio de 2007, Sociedade Anônima de capital fechado, com sede no municipio de Serra, estado do Espirito Santo, é uma controlada da Energest S.A., Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil). A Companhia está constituída sob a forma de sociedade por ações, com objetivo social de atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, e, ainda, participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas por meio da Resolução Autorizativa da ANEEL, nº 482 de 12 de novembro de 2001, pelo prazo de 30 anos. A referida usina entrou em operação a partir do dia 27 de maio de 2009.

2 Autorizações

A Companhia possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL:

Usina hidrelétrica	Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Autorização Início	Autorização Término
Francisco Gross (1)	ES	Alegre	Itapemirim	29,00	16,4	13/11/2001	13/11/2031

(1)Produção independente de energia

Conforme Resolução ANEEL nº 2.913 de 4 de outubro de 2010 a denominação da PCH Santa Fé passou a ser PCH Francisco Gross.

3 Base de preparação e práticas contábeis

3.1 Base de preparação

3.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão da elaboração das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, conforme pretendido pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da autorização, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que por sua vez indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativo intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e faixas de servidão. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 9 e 13)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação, amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 13)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6 e 18)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

m) Dividendos (Nota 14.2)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado em Assembleia Geral.

n) Capital social (Nota 14.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos, que estão reconhecidos no resultado.

p) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Mensuração de instrumentos financeiros; e Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais.

q) Instrumentos financeiros (Nota 20)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais diminuições no valor recuperável.

r) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

t) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e lucro por ação diluído.

u) Ativos de infraestrutura vinculados à autorização

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à autorização, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na autorização.

3.3 Novas IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis a Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor e passa a vigorar para os exercícios sociais, iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3.4 Reclassificações do exercício de 2010

3.4.1 Demonstração do fluxo de caixa

Em 2010 a demonstração do fluxo de caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, para consistência com as práticas da controladora final, EDP - Energias do Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	2.929	3.272
Aplicações financeiras - renda fixa	17.487	18.832
Total	**20.416**	**22.104**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxas que variam entre 100,3% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.3.

5 Concessionárias

	Saldos vincendos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	2.614		2.614	2.254
Energia de curto prazo	141		141	49
	2.755	**–**	**2.755**	**2.303**
Total Circulante	**2.755**	**–**	**2.755**	**2.303**
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	32	(32)	–	–
	32	**(32)**	**–**	**–**
Total não Circulante	**32**	**(32)**	**–**	**–**

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social		163
IRRF sobre aplicações financeiras	566	
Outros	50	36
Total	**616**	**199**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	396	381
ICMS sobre diferencial de alíquota	138	
PIS e COFINS	77	38
ISS	114	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	22	
Outros	30	103
Total	**777**	**522**

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	162,88	45	46			359	322
	Escelsa	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	161,43	39	39			296	281
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011		32				275	
	Enertrade	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011						18	
					116	**85**	**–**	**–**	**948**	**603**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/1997 e Resoluções Normativas nº 334/2008 e nº 423/2010	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2011				822	829		
Serviços de consultoria ambiental	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				20		(107)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/2011	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	07/12/2011				25		(268)	
					–	**–**	**867**	**829**	**(375)**	**–**
Fornecedores										
Contrato de uso do sistema de distribuição	Escelsa	20/03/2009	20/03/2009 a 17/07/2025				40	39	(442)	(496)
Compra de energia elétrica	Enertrade	31/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009							(41)
	Enertrade	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011						(877)	
					–	**–**	**40**	**39**	**(1.319)**	**(537)**
				Total	**116**	**85**	**907**	**868**	**(746)**	**66**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Controladora direta e controladora final

A controladora direta da Companhia é a Energest e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da administração.

8 Cauções e depósitos vinculados

O saldo de R$5.081 em 31 de dezembro de 2011 (R$3.815 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a depósitos mantidos em conta de reserva em cumprimento dos contratos de financiamentos.

9 Imobilizado

	31/12/2011			31/12/2010		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		4.200		4.200		4.200		4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	2,65	82.056	(4.137)	77.919	2,61	82.055	(2.394)	79.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41	18.885	(1.022)	17.863	3,41	18.884	(560)	18.324
Máquinas e equipamentos	3,57	32.394	(2.074)	30.320	3,28	42.463	(1.546)	40.917
Móveis e utensílios	10,00	33	(7)	26	10,00	34	(4)	30
Total do Imobilizado em serviço		**137.568**	**(7.240)**	**130.328**		**147.636**	**(4.504)**	**143.132**
Imobilizado em curso								
Geração		24.275		24.275		7.523		7.523
Total imobilizado		**161.843**	**(7.240)**	**154.603**		**155.159**	**(4.504)**	**150.655**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Depreciação	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço						
Terrenos	4.200					4.200
Reservatórios, barragens e adutoras	79.661		(1.742)	1	(1)	77.919
Edificações, obras civis e benfeitorias	18.324		(461)			17.863
Máquinas e equipamentos	40.917		(1.197)		(9.400)	30.320
Móveis e utensílios	30		(3)	(1)		26
Total do imobilizado em serviço	**143.132**	**–**	**(3.403)**	**–**	**(9.401)**	**130.328**
Total do imobilizado em curso	**7.523**	**7.351**	**–**	**–**	**9.401**	**24.275**
Total líquido	**150.655**	**7.351**	**(3.403)**	**–**	**–**	**154.603**

Os ingressos no imobilizado em curso de 2011 incluem gastos no montante de R$5.277, referentes a reparação dos equipamentos danificados em decorrência da inundação na casa de força da usina, ocorrida em 3 de abril de 2011.

10 Intangível

	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	13	(4)	9	20,00	12	(1)	11
Servidão permanente		177		177		177		177
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	459	(421)	38	25,00	460	(278)	182
Total do Intangível em Serviço		**649**	**(425)**	**224**		**649**	**(279)**	**370**
Intangível em curso								
Geração		118		118		122		122
Administração		4		4				–
Total do intangível em curso		**122**	**–**	**122**		**122**	**–**	**122**
Total imobilizado intangível		**771**	**(425)**	**346**		**771**	**(279)**	**492**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Amortização	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço			
Software	11	(2)	9
Servidão permanente	177		177
Direito de concessão - Licenças ambientais	182	(144)	38
Intangível em curso	122		122
	492	**(146)**	**346**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software.*

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de autorização na Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida), não são amortizadas.

Licenças ambientais são exigidas pela legislação ambiental brasileira que devem ser obtidas após a entrada em operação das usinas hidrelétricas. A amortização deverá ser efetuada durante o período de vigência da licença.

11 Fornecedores

	Circulante		Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010
Encargos de uso da rede elétrica	40	39	
Materiais e serviços	5.577	2.443	915
Total	**5.617**	**2.482**	**915**

Do montante de R$5.577 do saldo de Materiais e serviços, R$3.626 referem-se a pagamentos relativos aos serviços de recuperação da usina devido a inundação da casa de força e R$915, referentes à aquisição de 50% da linha de transmissão de São Simão (Nota 9).

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
BNDES - Banco do Brasil	1,90% a.a. acima da TJLP	234	5.679	63.413	253	5.679	69.091
		234	**5.679**	**63.413**	**253**	**5.679**	**69.091**

BNDES - Contrato firmado em maio de 2009, com repasse de recursos pelo Banco do Brasil. No dia 29 de maio de 2009 foram liberados recursos no montante de R$64.000 e em 27 de abril de 2010 já liberado o saldo remanescente deste contrato no valor de R$11.633. Sobre o valor do principal incide juros à taxa de 1,9% a.a. acrescido da variação da TJLP, exigíveis mensalmente a partir de 15 de março de 2010, juntamente com as prestações do principal com vencimento final em 15 de fevereiro de 2024. A garantia pactuada prevê o penhor de 100% das ações da Companhia, fiança corporativa e cessão de direitos de contratos (Penhor de Direitos) a favor do Agente Financeiro conforme cláusula 16 do contrato. Esta operação estabelece *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,2 vezes, atendido até este momento. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R$69.326.

12.1 Vencimento das parcelas do circulante e não circulante (principal + encargos)

Vencimento	Nacional
Circulante	
2012	5.913
	5.913
Não circulante	
2013	5.679
2014	5.679
2015	5.679
2016	5.679
2017	5.679
2018	5.679
2019	5.679
2020	5.679
Após 2020	17.981
	63.413
Total	**69.326**

A mutação dos empréstimos, financiamentos e dos encargos de dívida no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos	5.932	(5.679)	(5.594)	5.576	5.678	5.913
	5.932	**(5.679)**	**(5.594)**	**5.576**	**5.678**	**5.913**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	69.091				(5.678)	63.413
	69.091	**–**	**–**	**–**	**(5.678)**	**63.413**

13 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			334	242
Licenças ambientais	491	391	37	254
Total	**491**	**391**	**371**	**496**

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e orgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2011
Cíveis	242	83	(21)	30	334
Total	**242**	**83**	**(21)**	**30**	**334**
Não circulante	242				334
Total	**242**				**334**

13.1.2 Risco de perda possível

Na Companhia não existem processos de naturezas Trabalhistas, Cíveis ou Fiscais em andamento, cuja perda tenha sido estimada como possível.

13.2 Licenças ambientais

O montante de R$491 em 31 de dezembro de 2011 (R$391 em 31 de dezembro de 2010) no circulante e R$37 em 31 de dezembro de 2011 (R$254 em 31 de dezembro de 2010) no não circulante referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da PCH Francisco Gros, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, implantação de unidades de conservação e monitoramento do lençol freático. O reconhecimento dos custos associados às licenças prévias e de instalação ocorre contra a rubrica de Imobilizado, sendo, portanto, tratados como custo da usina. Já os custos associados à licença de operação foram reconhecidos contra a rubrica de Intangível. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 é de R$86.371 representados por 86.371.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da Energest.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

14.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	10.291
Constituição da reserva legal - 5%	(515)
	9.776
Destinação do lucro:	**9.776**
Dividendos complementares	2.444
Dividendo adicional proposto	7.332

14.3 Reservas de lucros

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de lucros		
Legal	1.173	658
Retenção de lucros	9.355	9.355
Dividendo adicional proposto	7.332	
Total	**17.860**	**10.013**

15 Receita

	MWh (*)		R$	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento de Energia elétrica	142.316	140.160	22.108	20.616
Energia de curto prazo			675	1.423
Total Fornecimento e suprimento	**142.316**	**140.160**	**22.783**	**22.039**
(–) Deduções à receita operacional	–	–	**(832)**	**(804)**
PIS/COFINS			(832)	(804)
Subtotal	**142.316**	**140.160**	**21.951**	**21.235**

(*) Não auditado

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16 Gastos operacionais

	2011						2010
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	1.395					1.395	675
Encargos de uso da rede elétrica	459					459	521
Taxa de fiscalização					56	56	81
	1.854	**–**	**–**	**–**	**56**	**1.910**	**1.277**
Gerenciáveis							
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		5		252		257	
Material		111				111	31
Serviços de terceiros		872		316		1.188	364
Depreciação		3.403				3.403	3.217
Amortização		146				146	145
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			16			16	14
Aluguéis e arrendamentos		4		5		9	62
Outras		7		30		37	72
	–	**4.548**	**16**	**603**	**–**	**5.167**	**3.905**
Total	**1.854**	**4.548**	**16**	**603**	**56**	**7.077**	**5.182**

17 Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.612	1.908
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	13	5
Outras receitas financeiras	14	27
	2.639	**1.940**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(5.576)	(5.689)
Atualização monetária de licenças ambientais	(13)	(66)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(29)	
Outras despesas financeiras	(29)	(11)
	(5.647)	**(5.766)**
	(3.008)	**(3.826)**

18 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	11.866	12.227	11.866	12.227
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(2.967)**	**(3.057)**	**(1.068)**	**(1.100)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	1.852	2.131	584	687
Adicional IRPJ	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(1.091)**	**(902)**	**(484)**	**(413)**
Alíquota efetiva	9%	7%	4%	3%

19 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	2011
Usinas	45.000
Responsabilidade civil	48.556

20 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		20.416		20.416		22.104		22.104
Concessionárias	2.755			2.755	2.303			2.303
Cauções e depósitos vinculados			5.081	5.081			3.815	3.815
	2.755	**20.416**	**5.081**	**28.252**	**2.303**	**22.104**	**3.815**	**28.222**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	5.617	5.617	3.397	3.397
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	69.326	69.326	75.023	75.023
Partes relacionadas	867	867	829	829
	75.810	**75.810**	**79.249**	**79.249**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

		Mensuração do valor justo	
		Mercados idênticos	Mercados similares
	31/12/2011	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	20.416	2.929	17.487
	20.416	**2.929**	**17.487**

20.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 13, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

20.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	20.416	22.104	20.416	22.104
Concessionárias	2.755	2.303	2.755	2.303
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	5.081	3.815	5.081	3.815
	28.252	**28.222**	**28.252**	**28.222**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	5.617	2.482	5.617	2.482
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	5.259	5.932	5.913	5.932
Não circulante				
Fornecedores		915		915
Empréstimos e financiamentos	56.402	69.091	63.413	69.091
Partes relacionadas	867	829	867	829
	68.145	**79.249**	**75.810**	**79.249**
	96.397	**107.471**	**104.062**	**107.471**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

O saldo de concessionárias é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES para depósitos vinculados a dívida da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A posição em 31 de dezembro de 2011 em Caixa temos um montante disponível imediatamente e Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

20.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		31/12/2011				
	Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vincendos	12	69.326	5.913	17.037	17.037	29.339
Responsabilidades com locações operacionais		14	14			
Obrigações de compra		2.410	1.735	675		
Licenças ambientais	13	528	491	37		
		72.278	**8.153**	**17.749**	**17.037**	**29.339**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

21.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	31/12/2010
Depósito Caucionado	5.081	3.815
Fiança Corporativa	69.326	75.623
Penhor de Ações	86.371	86.371
Penhor de Direitos	69.326	75.623
	230.104	**241.432**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos.
Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos.
Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e finaciamentos. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalizade, pertence à Energest, conforme nota 14.1.
Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Autorização da Santa Fé, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

22 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental em 2011 foram de R$382 sendo R$143 capitalizados no exercício, relativos a gestão e proteção do meio ambiente e R$239 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem.

23 Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Para o segmento de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil e a aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" ES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Santa Fé Energia S.A.
Serra - ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Fé Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-ES

Rosane Palharim
Contadora CRC SP-220280/O-9 S-ES

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.646	8.305
Ativo financeiro indenizável	5	797	823
Concessionárias	6	891	781
Impostos e contribuições sociais	7	227	75
Despesas pagas antecipadamente		68	11
Outros créditos			18
		10.629	**10.013**
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	5	19.118	19.425
		19.118	**19.425**
Total do ativo		**29.747**	**29.438**

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores		229	45
Impostos e contribuições sociais	7	175	153
Dividendos	11.2	1.220	1.137
Devolução tarifária			147
Obrigações estimadas com pessoal	9	108	261
Encargos regulamentares e setoriais	10	37	28
Outras contas a pagar		19	6
		1.788	**1.777**
Não circulante			
Partes relacionadas	8	15	3
Encargos regulamentares e setoriais	10	87	50
		102	**53**
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	21.512	21.512
Reservas de lucros	11.3	6.345	6.096
		27.857	**27.608**
Total do patrimônio líquido		**27.857**	**27.608**
Total do passivo e patrimônio líquido		**29.747**	**29.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Receitas	12	**6.518**	**6.223**
Custo de operação			
Pessoal		(576)	(688)
Materiais e serviços de terceiros		(907)	(567)
Outros custos de operação		(73)	(66)
	13	**(1.556)**	**(1.321)**
Lucro bruto		**4.962**	**4.902**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(205)	(199)
Outras despesas e receitas operacionais		(38)	(45)
	13	**(243)**	**(244)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**4.719**	**4.658**
Receitas financeiras		628	188
Despesas financeiras		(17)	(6)
Resultado financeiro	14	**611**	**182**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**5.330**	**4.840**
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(451)	(293)
Resultado líquido do exercício		**4.879**	**4.547**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	**21.462**	**2.703**	**–**	**24.165**
Aumento de capital - 6ª alteração do contrato social	50			50
Dividendo adicional aprovado		(17)		(17)
Lucro líquido do exercício			4.547	4.547
Destinação do lucro				
Dividendos propostos			(1.137)	(1.137)
Dividendo adicional proposto		3.410	(3.410)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**21.512**	**6.096**	**–**	**27.608**
Dividendo adicional aprovado		(3.410)		(3.410)
Lucro líquido do exercício			4.879	4.879
Destinação do lucro				
Dividendos propostos			(1.220)	(1.220)
Dividendo adicional proposto		3.659	(3.659)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**21.512**	**6.345**	**–**	**27.857**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010
Geração do valor adicionado	**7.203**	**6.776**
Receita operacional	7.203	6.776
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(1.161)**	**(796)**
Materiais	(64)	(22)
Serviços de terceiros	(1.033)	(730)
Outros custos operacionais	(64)	(44)
Valor adicionado bruto	**6.042**	**5.980**
Valor adicionado líquido produzido	**6.042**	**5.980**
Receitas financeiras	628	188
Valor adicionado total a distribuir	**6.670**	**6.168**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	375	558
Benefícios	78	22
FGTS	27	27
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.241	951
Estaduais	1	
Municipais	1	21
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	17	6
Aluguéis	51	36
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	1.220	1.137
	3.011	**2.758**
Lucros retidos	3.659	3.410
	6.670	**6.168**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.330	4.840
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Ativo financeiro indenizável - baixa	333	661
Despesas pagas antecipadamente	6	(11)
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		1
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	80	73
	5.749	**5.564**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(110)	288
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(152)	(50)
Despesas pagas antecipadamente	(63)	
Outros créditos	18	47
	(307)	**285**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	184	41
Tributos e contribuições sociais	23	13
Obrigações estimadas com pessoal	(153)	154
Encargos regulamentares e setoriais	(34)	(22)
Devolução tarifária	(147)	147
Outras obrigações	13	(5)
	(114)	**328**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**5.328**	**6.177**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(452)	(272)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**4.876**	**5.905**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	12	(21)
Dividendos	(4.547)	(918)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(4.535)**	**(939)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**341**	**4.966**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.646	8.305
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.305	3.339
	341	**4.966**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Evrecy Participações Ltda. (Empresa ou Evrecy), constituída em 21 de novembro de 2006, controlada atualmente pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 3 de março de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aprovou através da Resolução autorizativa nº 1.823, a transferência da concessão de transmissão da Castelo Energética S.A. - CESA para a Evrecy, regida pelo Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, de 14 de novembro de 2008, referente às Linhas de Transmissão (i) Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV); (ii) Conselheiro Pena - Aimorés (230kV); e (iii) Aimorés - Mascarenhas (circuito-1) (230kV) e Subestação Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, mediante cisão parcial da CESA.

Em 13 de outubro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, formalizando a transferência da concessão regida pelo referido contrato para a Evrecy com prazo de concessão até 17 de julho de 2025.

Em 17 de outubro de 2011, a Assembleia Geral Extraordinária da Energest, deliberou a redução do capital social da Energest em R$27.891 e, a título de restituição do valor correspondente à redução do capital social foi aprovado a atribuição do controle acionário da Empresa para a EDP - Energias do Brasil S.A.

Por meio do Despacho nº 4.899, de 20 de dezembro de 2011, a ANEEL através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF aprovou a redução no capital social da Controladora Energest.

Em 23 de dezembro de 2011, a ANEEL (i) atestou que a instrução do pedido de transferência atende aos requisitos jurídicos, financeiros, técnicos e fiscais exigidos pela ANEEL, (ii) registrou que a Energest encontra-se adimplente com todas as obrigações intrassetoriais e (iii) recomendou a emissão de resolução autorizativa em favor da EDP Energias do Brasil S.A., bem como a aprovação do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008 - ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2012, a ANEEL votou a cerca da transferência do controle societário direto da Empresa:

(i) pela emissão de resolução autorizativa, a fim de autorizar a transferência, do controle societário direto da Empresa detida pela Energest S.A. para a EDP Energias do Brasil S.A.;

(ii) por estabelecer que a reestruturação societária ora autorizada seja implementada e formalizada em 90 (noventa) dias e que os documentos comprobatórios da formalização da operação sejam encaminhados à ANEEL no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua efetivação; e

(iii) pela aprovação da minuta do Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008 - ANEEL, a qual deverá ser assinada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data em que for comprovada a implementação da transferência em questão.

Do Contrato de Concessão:

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 020/2008 - ANEEL, com vigência até 17 de julho de 2025, estabelece as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica referente às Linhas de Transmissão (i) Governador Valadares - Conselheiro Pena (230kV), (ii) Conselheiro Pena - Aimorés (230kV), (iii) Aimorés - Mascarenhas (circuito 1) (230kV) e a Subestação Mascarenhas (230/138kV), localizadas nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Durante a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Empresa terá liberdade total na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, material e tecnologia, visando garantir bons níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, cortesia, integração social e preservação do meio ambiente. A legislação especifíca sobre as normas regulamentares, instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

A receita da Transmissora é denominada RAP (Receita Anual Permitida) que possui reajuste anual sempre no mês de julho. A composição do valor é efetuada através de um modelo matemático onde são consideradas as Instalações de transmissão integrantes da Rede Básica, as demais instalações de transmissão, as instalações de conexão contratadas entre a Transmissora e os usuários e a parcela de ajuste do período.

As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Empresa.

Empresa: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pela disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A Empresa não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber

• Ativo financeiro indenizável (Nota 5)

Inclui os recebíveis do Poder Concedente, ou por quem ele indicar, relacionados com o reembolso dos serviços de construção da rede de transmissão e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão ao qual a Empresa terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro ao término da vigência do contrato de concessão.

• Concessionárias (Nota 6)

Representadas pelo faturamento mensal informado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS destacada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão.

c) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7 e 15)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%.

d) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços.

f) Benefício pós-emprego (Nota 18)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

g) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridos até a data do balanço.

h) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas de uso do sistema de transmissão de energia elétrica e de operação e manutenção da mesma rede são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento da tarifa de uso do sistema de transmissão é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros auferidos em aplicações financeiras.

i) Instrumentos financeiros (Nota 16)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixas e equivalentes de caixa, Ativo financeiro indenizável, Contas a receber de concessionárias e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

j) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Resolução CFC nº 1.261/09, aplicando-se aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. Em 9 de dezembro de 2010 a Resolução CFC nº 1.318/10 aprovou o OCPC 05 - Contratos de Concessão o qual definiu o modelo a ser considerado para as empresas de transmissão de energia elétrica. Com base no entendimento da maioria dos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica definiu-se que o modelo que melhor reflete o negócio de transmissão é o modelo ativo financeiro, como segue:

i) a Receita Anual Permitida, assegurada anualmente, a qual contempla a construção, a operação e a manutenção, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização da infraestrutura e não por sua utilização (transporte de energia) pelos usuários (geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores), portanto não existe risco de demanda para a empresa de transmissão;

ii) o poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro;

iii) a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão será classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar; e

iv) a parcela do ativo financeiro relativa à indenização dos ativos, quando aplicável, deve ser incluída no modelo do fluxo de caixa, considerando a premissa adotada pela Administração para o seu recebimento.

k) Dividendos (Nota 11.2)

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa ao final do exercício, com base no contrato social e aprovado em reunião de Diretoria.

l) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

m) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Empresa elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.3. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Empresa ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Empresa não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Empresa no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Empresa ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa foi apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é efetuada a partir do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para consistência com as práticas da controladora EDP - Energias do Brasil S.A.

3 Revisão tarifária periódica - Evrecy

O Contrato de Concessão de Transmissão nº 20/2008 - ANEEL e o seu Primeiro Termo Aditivo, estabelece para a Evrecy a data de 1º de julho de 2009 para a Primeira Revisão Tarifária Periódica e ciclo revisional de 4 anos. Entre Revisões são aplicados os Reajustes Anuais na data de 1º de julho de cada ano, corrigindo a RAP do ano anterior pelo IGPM, adicionada ou subtraída a Parcela de Ajuste apurada nos últimos doze meses.

Através da Resolução Homologatória nº 1.171/2011, de 28 de junho de 2011, a ANEEL estabeleceu as RAPs das concessionárias de transmissão de energia elétrica para o Ciclo 1º de julho de 2011 a 30 junho de 2012.

A RAP da Evrecy para o ciclo 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 é de R$8.205, acrescido da Parcela de Ajuste referente ao ciclo anterior de R$2, totalizando uma receita para o novo ciclo de R$8.207.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	4.060	2.185
Aplicações financeiras - renda fixa	4.586	6.120
Total	**8.646**	**8.305**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Empresa possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 16.

5 Ativo financeiro indenizável

A Empresa estimou o valor do ativo financeiro indenizável da concessão com base nos respectivos valores residuais contábeis na data de transição em 1º de janeiro de 2009, por considerar impraticável a aplicação retroativa do ICP01 - Contratos de Concessão, conforme orientação do OCPC 05 - Contratos de Concessão, mensurando-o, após o reconhecimento inicial, pelo custo amortizado, sendo este o montante que a Empresa entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor, considerando as incertezas existentes hoje no valor indenizável dos ativos d e energia.

O saldo no circulante de R$797 em 31 de dezembro de 2011 (R$823 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente, ou por quem ele indicar, pela prestação de serviço de construção da rede de transmissão, nos próximos 12 meses, e o saldo no não circulante de R$19.118 (R$19.425 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao restante do crédito a receber do Poder Concedente a ser reembolsado até ao final da concessão.

6 Concessionárias

	31/12/2011	31/12/2010
Concessionárias		
Operação e manutenção dos serviços da rede	891	781
Total circulante	**891**	**781**

7 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis		
PIS e COFINS		60
IRRF sobre aplicações financeiras	118	
Outros	109	15
Total	**227**	**75**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	107	109
ICMS sobre diferencial de alíquota	24	
PIS e COFINS	25	24
Outros	19	20
Total	**175**	**153**

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Concessionárias									
Uso do sistema de transmissão	Bandeirante	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025	9	15			116	107
	Escelsa	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025	193	7			868	1.159
	Lajeado Energia	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025	2	2			21	21
	Enerpeixe	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025	1	1			14	13
Conexão do sistema de transmissão	Energest	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025	83	56			603	360
	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 17/07/2025	66	57			524	383
				354	**138**	**–**	**–**	**2.146**	**2.043**
Partes relacionadas									
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	13/05/2009	13/05/2009 a 12/05/2012				3	(15)	(36)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			6		(51)	
Serviços de consultoria ambiental	Energest	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014					(132)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011			8		(95)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			1		(17)	
				–	**–**	**15**	**3**	**(310)**	**(36)**
			Total	**354**	**138**	**15**	**3**	**1.836**	**2.007**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Empresa, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil S.A.

8.2 Remuneração dos administradores

A Empresa não teve dispêndios no exercício com os profissionais chaves da Administração.

9 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	96	250
INSS e FGTS	12	11
Total	**108**	**261**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2011.

10 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quota de reserva global de reversão - RGR	27	17		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	7	7	87	50
Taxa de fiscalização - ANEEL	3	4		
	37	**28**	**87**	**50**

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 é de R$21.512, representados por 21.512.367 quotas.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme contrato social.

11.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado anualmente pela Empresa terá a destinação que lhe for determinada pela controladora EDP - Energias do Brasil S.A., nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Nenhum dos quotistas terá direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre a sua aplicação. Por deliberação da controladora EDP - Energias do Brasil S.A., a Empresa poderá levantar balancetes mensais, trimestrais ou semestrais, distribuindo então os lucros existentes, conforme previsto no Contrato Social da Empresa.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	4.879
Destinação do lucro:	**4.879**
Dividendos propostos	1.220
Dividendo adicional proposto	3.659

11.3 Reservas de lucros

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de lucros		
Retenção de lucros	2.686	2.686
Dividendo adicional proposto	3.659	3.410
Total	**6.345**	**6.096**

12 Receitas

	R$ 2011	R$ 2010
Receita de operação e manutenção	2.427	2.257
Receita de construção	797	823
Receita financeira de concessão	3.788	3.523
Outras receitas operacionais	191	173
Subtotal	**7.203**	**6.776**
(-) Deduções à receita operacional		
P&D	(73)	(71)
RGR	(320)	(205)
PIS/COFINS	(292)	(277)
Receita	**6.518**	**6.223**

13 Gastos operacionais

	2011 Custo do serviço De operação	2011 Despesas operacionais Gerais e administrativas	2011 Despesas operacionais Outras	2011 Total	2010 Total
Não gerenciáveis					
Taxa de fiscalização			38	38	45
	–	**–**	**38**	**38**	**45**
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	576			576	696
Material	64			64	21
Serviços de terceiros	843	190		1.033	730
Aluguéis e arrendamentos	36	15		51	36
Outras	37			37	37
	1.556	**205**	**–**	**1.761**	**1.520**
Total	**1.556**	**205**	**38**	**1.799**	**1.565**

14 Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	626	184
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	2	1
Outras receitas financeiras		3
	628	**188**
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(17)	(6)
	(17)	**(6)**
Total	**611**	**182**

15 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda 2011	Imposto de renda 2010	Contribuição social 2011	Contribuição social 2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	5.330	4.840	5.330	4.840
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(1.333)	(1.210)	(480)	(436)
Outros				
Ajuste lucro presumido	1.004	971	334	358
Incentivos fiscais				
Adicional IRPJ	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(305)**	**(215)**	**(146)**	**(78)**
Alíquota efetiva	5,72%	4,44%	2,74%	1,61%

16 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Empresa efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

16.1 Considerações gerais

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Empresa.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Partes relacionadas, Ativo financeiro indenizável e Fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.646	8.305	8.646	8.305
Ativo financeiro indenizável	797	823	797	823
Concessionárias	891	781	891	781
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	19.118	19.425	19.118	19.425
	29.452	**29.334**	**29.452**	**29.334**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	229	45	229	45
Não circulante				
Partes relacionadas	15	3	15	3
	244	**48**	**244**	**48**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumentos financeiros.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

A Empresa reconhece, na rubrica Ativo financeiro indenizável, um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

O saldo de Concessionárias é composto principalmente de contratos de encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado pela ANEEL e o saldo de Fornecedores é composto de materiais e serviços, pelo fato de possuirem giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para estas rubricas.Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimos.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011			31/12/2010		
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		8.646	8.646		8.305	8.305
Ativo financeiro indenizável	19.915		19.915	20.248		20.248
Concessionárias	891		891	781		781
	20.806	**8.646**	**29.452**	**21.029**	**8.305**	**29.334**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	229	229	45	45
Partes relacionadas	15	15	3	3
	244	**244**	**48**	**48**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	8.646	4.060	4.586
	8.646	**4.060**	**4.586**

16.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos instrumentos avaliados aproxima-se do seu valor contábil.

16.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício de 2011 a Empresa não realizou nenhuma captação de recursos.

16.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

17 Cobertura de seguros

A Empresa mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Subestações	52.684
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	653

18 Benefício pós-emprego

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada, os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Empresa. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Empresa contribuiu no exercício com R$24 (R$18 no exercício de 2010).

Esse plano tem a adesão de 4 colaboradores.

19 Compromissos contratuais e garantias

19.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, as obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011		
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
Obrigações de compra	3.425	2.094	1.331
	3.425	**2.094**	**1.331**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente prestações de serviços necessários para o decurso normal de sua atividade operacional da Empresa. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Empresa.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Empresa.

19.2. Garantias

	31/12/2011	31/12/2010
Tipo de garantia oferecida	**Valor**	**Valor**
Aval de acionista	264	221
	264	**221**

Aval de acionista: O aval prestado pelo acionista tem a finalidade de garantir a contratação de seguro de vida. No aval, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

20 Meio ambiente

A Empresa está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Empresa por eventual inobservância da legislação.

DIRETORIA

Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor Presidente

Agostinho Gonçalves Barreira
Diretor

Carlos Yoshio Motoki
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade
Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade Técnica
CRC 1SP137290/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria e Quotistas da
Evrecy Participações Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **Evrecy Participações Ltda.** ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Evrecy Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, cuja apresentação não é requerida à Empresa pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Lajeado Energia S.A.

CNPJ nº 03.460.864/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010 Reclassificado
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.820	73.734	10.134	77.646
Títulos a receber	5	9.449	8.997	9.113	8.659
Concessionárias	4	58.212	48.946	58.794	49.483
Impostos e contribuições sociais	7	27.374	24.389	49.842	48.590
Partes relacionadas	10	49.233			
Dividendos a receber	24	9.074	14.299		
Estoques	8			4.696	
Despesas pagas antecipadamente		56	51	720	776
Rendas a receber	6			4.825	4.587
Outros créditos	12	7.497	4.819	7.669	4.892
		167.715	**175.235**	**145.793**	**194.633**
Não circulante					
Títulos a receber	5	25.405	26.632	18.949	20.036
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	112.897	119.043	121.037	124.228
Partes relacionadas	10		44.423		408
Cauções e depósitos vinculados	11	435	435	1.628	1.055
		138.737	**190.533**	**141.614**	**145.727**
Investimentos	13	792.447	745.646	55	55
Imobilizado	14	32	38	1.317.130	1.344.437
Intangível	15	605.646	635.540	632.508	662.877
		1.398.125	**1.381.224**	**1.949.693**	**2.007.369**
Total do ativo		**1.704.577**	**1.746.992**	**2.237.100**	**2.347.729**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010 Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	16	19.698	18.451	10.873	13.077
Impostos e contribuições sociais	7	52.715	50.325	92.276	84.812
Dividendos	24	93.815	112.370	100.752	124.567
Partes relacionadas	10			5.519	
Debêntures	17				33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18			60.653	66.153
Benefícios pós-emprego	22			12	
Obrigações estimadas com pessoal		78	64	1.443	1.388
Encargos regulamentares e setoriais	19	14.273	11.830	14.431	11.974
Uso do bem público	20			3.634	3.370
Provisões	21			8.519	9.167
Outras contas a pagar	12	702	701	970	956
		181.281	**193.741**	**299.082**	**349.456**
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais	7	17.105	29.428	17.105	29.428
Empréstimos e financiamentos	18			68.657	117.021
Benefícios pós-emprego	22			243	
Partes relacionadas	10	67		199	4.894
Encargos regulamentares e setoriais	19	413	319	454	336
Uso do bem público	20			37.814	33.155
Provisões	21			14.758	14.168
Outras contas a pagar	12	1.281	1.281	1.281	1.281
		18.866	**31.028**	**140.511**	**200.283**
Patrimônio líquido					
Capital social	23.1	756.868	756.868	756.868	756.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	168.484	186.152	168.484	186.152
Outros resultados abrangentes		(125)		(125)	
		1.504.430	**1.522.223**	**1.504.430**	**1.522.223**
Participações não controladores				293.077	275.767
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		**1.504.430**	**1.522.223**	**1.797.507**	**1.797.990**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.704.577**	**1.746.992**	**2.237.100**	**2.347.729**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Receitas	25	**427.329**	**387.299**	**485.622**	**442.740**
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(38.892)	(23.176)	(39.021)	(23.288)
Encargos de uso da rede elétrica		(45.491)	(41.247)	(46.788)	(42.447)
	26	**(84.383)**	**(64.423)**	**(85.809)**	**(65.735)**
Custo de operação					
Pessoal				(5.423)	(5.015)
Materiais e serviços de terceiros				(5.691)	(2.913)
Depreciações e amortizações		(8)	(4)	(34.720)	(35.653)
Outros custos de operação		(142.071)	(135.060)	(102)	(93)
	26	**(142.079)**	**(135.064)**	**(45.936)**	**(43.674)**
		(226.462)	**(199.487)**	**(131.745)**	**(109.409)**
Lucro bruto		**200.867**	**187.812**	**353.877**	**333.331**
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas		(410)	(273)	(494)	(577)
Despesas gerais e administrativas		(2.562)	(1.417)	(14.259)	(15.786)
Depreciações e amortizações		(29.869)	(18.162)	(30.086)	(18.361)
Outras despesas e receitas operacionais		(18.382)	(16.364)	(20.196)	(17.991)
	26	**(51.223)**	**(36.216)**	**(65.035)**	**(52.715)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**149.644**	**151.596**	**288.842**	**280.616**
Resultado das participações societárias	12.1	59.756	43.373		
Receitas financeiras		15.201	12.265	15.997	15.290
Despesas financeiras		6.352	(596)	(18.461)	(34.977)
Resultado financeiro	27	**21.553**	**11.669**	**(2.464)**	**(19.687)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**230.953**	**206.638**	**286.378**	**260.929**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(28.713)	(26.348)	(62.456)	(56.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	(6.145)	(8.721)	(3.279)	(7.575)
	28	**(34.858)**	**(35.069)**	**(65.735)**	**(64.419)**
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias		**196.095**	**171.569**	**220.643**	**196.510**
Participações dos acionistas não controladores				(24.548)	(24.941)
Partes beneficiárias	23.2	(19.610)	(17.157)	(19.610)	(17.157)
Resultado líquido do exercício		**176.485**	**154.412**	**176.485**	**154.412**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**867,18**	**758,72**		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Controladora 2011	Consolidado 2011
Resultado líquido do exercício	176.485	176.485
Outros resultados abrangentes		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(190)	(190)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65	65
Resultado abrangente do exercício	**176.360**	**176.360**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	230.953	206.638	286.378	260.929
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	410		419	
Títulos a receber - AVP	(255)	(235)		
Depreciações e amortizações	29.877	18.166	66.576	54.014
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	8		14.037	636
Despesas pagas antecipadamente	21	(36)	867	(861)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures			11.558	22.846
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			8.204	1.937
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas			2.094	1.624
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			791	1.033
Ajuste a valor presente			2.972	
Participações societárias	(59.756)	(43.373)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	4.596	4.317	4.661	4.377
Outros			(4.720)	
	205.854	**185.477**	**393.837**	**346.535**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias	(9.400)	(1.580)	(9.454)	(1.597)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(7.601)	(17.964)	(16.102)	(18.194)
Estoques			(4.696)	
Cauções e depósitos vinculados		566	(573)	908
Despesas pagas antecipadamente	(26)	(15)	(811)	403
Rendas a receber			(238)	18.639
Títulos a receber	1.030		775	
Outros ativos operacionais	(2.954)	(1.244)	(3.053)	(1.274)
	(18.951)	**(20.237)**	**(34.152)**	**(1.115)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	1.247	(9.607)	(2.205)	(10.848)
Outros tributos e contribuições sociais	(16.244)	5.313	(6.359)	(7.956)
Benefícios pós-emprego			(4)	
Obrigações estimadas com pessoal	14		55	566
Encargos regulamentares e setoriais	(2.059)		(2.086)	(32)
Uso do bem público			(3.281)	(3.797)
Provisões			(6.346)	(746)
Outros passivos operacionais	1	(4.581)	14	(4.549)
	(17.041)	**(8.875)**	**(20.212)**	**(27.362)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**169.862**	**156.365**	**339.473**	**318.058**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.321)	(29.114)	(60.241)	(54.472)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**140.541**	**127.251**	**279.232**	**263.586**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixas (adições) ao investimento		150		150
Dividendos recebidos	16.496	18.431		
Adições ao imobilizado e intangível	15	(72)	(19.534)	(11.318)
Partes relacionadas	(4.810)	1.036		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**11.701**	**19.545**	**(19.534)**	**(11.168)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	67	(24.887)	1.232	(18.397)
Aumento (redução) de capital		(24.007)		(24.007)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(219.223)	(93.698)	(226.623)	(106.014)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			10.000	10.000
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos			(111.819)	(112.036)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(219.156)**	**(142.592)**	**(327.210)**	**(250.454)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(66.914)**	**4.204**	**(67.512)**	**1.964**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.820	73.734	10.134	77.646
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.734	69.530	77.646	75.682
	(66.914)	**4.204**	**(67.512)**	**1.964**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2010	**756.868**	**579.203**	**115.469**	**–**	**51.293**	**1.502.833**	**265.430**	**1.768.263**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 08/04/2010			(51.352)			(51.352)		(51.352)
Lucro líquido do exercício					154.412	154.412	24.941	179.353
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			10.285		(10.285)			
Reserva de retenção de lucros			4.897		(4.897)			
Dividendos intermediários (JSCP)					(83.670)	(83.670)		(83.670)
Dividendos propostos							(14.604)	(14.604)
Dividendo adicional proposto			106.853		(106.853)			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**756.868**	**579.203**	**186.152**	**–**	**–**	**1.522.223**	**275.767**	**1.797.990**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 05/04/2011			(106.853)			(106.853)		(106.853)
Lucro líquido do exercício					176.485	176.485	24.548	201.033
Destinação do lucro								
Constituição de reserva legal			8.824		(8.824)			
Reserva de retenção de lucros			1.378		(1.378)			
Dividendos intermediários (JSCP)					(87.300)	(87.300)	(7.192)	(94.492)
Dividendo adicional proposto			78.983		(78.983)			
Outros resultados abrangentes								
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(190)		(190)	(70)	(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				65		65	24	89
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**756.868**	**579.203**	**168.484**	**(125)**	**–**	**1.504.430**	**293.077**	**1.797.507**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	**2010**	**2011**	**2010**
		Reclassificado		**Reclassificado**
Geração do valor adicionado	**475.184**	**431.005**	**553.954**	**505.920**
Receita operacional	475.594	431.279	554.373	506.198
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(410)	(274)	(419)	(278)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(87.662)**	**(68.033)**	**101.983**	**83.318**
Custos da energia comprada	(38.892)	(23.176)	(39.021)	(23.288)
Encargos de uso da rede elétrica	(45.491)	(41.247)	(46.788)	(42.447)
Materiais			(745)	(720)
Serviços de terceiros	(707)	(444)	(13.224)	(10.257)
Outros custos operacionais	(2.572)	(3.166)	(2.205)	(6.606)
Valor adicionado bruto	**387.522**	**362.972**	**451.971**	**422.602**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(29.877)	(18.166)	(64.806)	(54.014)
Valor adicionado líquido produzido	**357.645**	**344.806**	**387.165**	**368.588**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	15.201	12.265	15.997	15.290
Participações dos não controladores			(24.548)	(24.941)
Resultado da equivalência patrimonial	59.756	43.373		
Valor adicionado total a distribuir	**432.602**	**400.444**	**378.614**	**358.937**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	991	253	8.927	6.611
Benefícios			1.100	1.290
FGTS			505	418
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	99.797	92.966	152.923	143.497
Estaduais			22	189
Municipais	1	1	107	22
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(6.352)	596	18.462	34.977
Aluguéis	142.070	135.059	473	364
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	87.300	83.670	87.300	83.670
Dividendos e juros sobre capital próprio	78.983	106.853	78.982	83.670
Partes beneficiárias	19.609	17.157	19.610	17.157
	422.399	**436.555**	**368.411**	**395.048**
Lucros retidos	10.203	(36.111)	10.203	(36.111)
	432.602	**400.444**	**378.614**	**358.937**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Lajeado Energia S.A. (Companhia ou Lajeado ou Controladora), Sociedade Anônima de capital fechado, com sede em São Paulo controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2011, 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A., sociedade de capital aberto que tem como objeto principal estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão). O valor da participação societária em 73%, decorre da aplicação do CPC 39.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Conforme descrito na nota 17, a Companhia arrendou parte dos ativos da Investco, correspondente ao percentual de sua participação na concessão da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá á UNIÃO, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A controlada Investco é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continua sendo consolidada até a data que cessa tal controle.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Controladora e sua investida a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 8)

Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

e) Investimentos (Nota 12)

• Controladas

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e, em demais sociedades que fazem parte de uma mesma Companhia ou que estejam sob controle comum, são avaliadas por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

f) Imobilizado (Nota 14)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento pretendida pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Ativo intangível (Nota 15)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1);

• Direitos de concessão: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Direito de concessão - uso do bem público: o direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

i) Licenças ambientais (Notas 14 e 21)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituida uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

j) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

k) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

l) Fornecedores (Nota 16)
Inclui o saldo a pagar à Investco relativo a arrendamento da UHE Lajeado, fornecedores de serviços, encargos de uso da rede elétrica e valores a pagar relativos à energia comercializada na CCEE.

m) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 18)
Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

n) Provisões (Nota 21)
São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

o) Demais passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

p) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 9 e 28)
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.
As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicavél, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.
A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

q) Benefícios pós-emprego (Nota 22)
A controlada Investco possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 22.
Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.
Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.
As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

r) Uso do Bem Público (Nota 20)
É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

s) Capital social (Nota 23.1)
Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.
Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

t) Dividendos
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

u) Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.
As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

v) Uso de estimativas e julgamentos
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.
As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a Licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

w) Instrumentos financeiros (Nota 30)
Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:
• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.
• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

x) Contratos de arrendamento
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

y) Lucro por ação
O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e as ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

z) Demonstrações do valor adicionado
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.3 Demonstrações Financeiras Consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e sua controlada.
Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil.
As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:
• Eliminação do investimento da controladora na sua controlada direta;
• Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e a sua controlada direta; e
• Destaque da participação dos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

2.4 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.
O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.
A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro
A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados
As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes.

IAS 28 - Investimentos em Coligadas e Empreendimentos Controlados em Conjunto (*Investments in Associates and Joint Ventures*)
Em maio de 2011 o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28 incorporando os procedimentos de contabilização de empreendimentos controlados em conjunto, uma vez que o método de equivalência patrimonial é aplicável tanto para empreendimentos controlados em conjunto quanto para coligadas. Por outro lado, os requerimentos de divulgação para investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto foram combinados numa única e abrangente norma, o IFRS 12 "Divulgação de Participações em Outras Entidades" (*Disclosure of Interests in Other Entities*). As alterações do IAS 28 são efetivas para exercícios anuais que se iniciarem em/após 1º de janeiro de 2013.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações
As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto e IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades
A emissão destas novas normas pretende definir com clareza o controle ou compartilhamento sobre uma investida. A IFRS 10 define um modelo de consolidação único que identifica o controle como base para a consolidação de uma entidade. A IFRS 11 estabelece os princípios para a divulgação pelas empresas de empreendimentos em conjunto. A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para subsidiárias, empreendimentos em conjunto, associados e a estrutura de entidades não consolidadas. Como consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu, igualmente alterados e revisados, o IAS 27 e o IAS 28. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo
Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.5 Reclassificações do Exercício de 2010

2.5.1 Balanço Patrimonial
Para fins de comparabilidade foi feita a seguinte reclassificação nos valores anteriormente apresentados no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010:
Ativo - Títulos a receber: reclassificação no valor de R$1.281 da rubrica de Títulos a receber para Outras contas a receber (Passivo - Não circulante), para melhor comparabilidade dos saldos contábeis.

2.5.2 Demonstração do Resultado
Para fins de comparabilidade, foram feitas as seguintes reclassificações nas demonstrações de resultado da controladora e do consolidado apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010:

Controladora
Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica Despesas gerais e administrativas para despesas financeiras no montante de R$21.
Outros resultados: reclassificação do valor de R$898 para Outras despesas e receitas operacionais.

Consolidado
Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados na rubrica de Despesas gerais e administrativas no montante de R$1.918 para as rubricas de Materiais e serviços de terceiros no montante de R$1.416 e Depreciações e amortizações no montante de R$502.
Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica Despesas gerais e administrativas para despesas financeiras no montante de R$158.
Outros resultados: reclassificação do valor de R$898 para Outras despesas e receitas operacionais.

2.5.3 Demonstração do Fluxo de Caixa
Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para consistência com as práticas contábeis da controladora EDP - Energias do Brasil.

2.5.4 Demonstração do Valor Adicionado
Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

Controladora
Créditos de PIS/COFINS no valor de R$6.567 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.
Fiança bancária no valor de R$21 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

Consolidado
Créditos de PIS/COFINS no valor de R$8.618 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.
Fiança bancária no valor de R$158 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	6.820	11.477	10.134	15.389
Aplicações financeiras - renda fixa		62.257		62.257
Total	**6.820**	**73.734**	**10.134**	**77.646**

Aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2010 de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui a opção de resgate antecipado das referidas aplicações, sem penalidade ou perdas de rentabilidade.
As aplicações financeiras de 2010 referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures remunerados a taxas que variam entre 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 30.

4. Concessionárias

	Controladora				
	Saldos vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	50.333	50.333		50.333	36.878
Energia de curto prazo	1.833	1.833		1.833	3
Encargos de uso da rede elétrica	6.046	6.046		6.046	12.065
Total circulante	**58.212**	**58.212**	**–**	**58.212**	**48.946**
Não circulante					
Concessionárias					
Energia de curto prazo	584	584	(584)		
Total não circulante	**584**	**584**	**(584)**	**–**	**–**

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante					
Concessionárias					
Suprimento de energia elétrica	50.793	50.793		50.793	37.323
Energia de curto prazo	1.896	1.896		1.896	44
Encargos de uso da rede elétrica	6.105	6.105		6.105	12.116
Total circulante	**58.794**	**58.794**	**–**	**58.794**	**49.483**
Não circulante					
Concessionárias					
Energia de curto prazo	598	598	(598)		
Total não circulante	**598**	**598**	**(598)**	**–**	**–**

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.
A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 30.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.	4.138	3.711	13.832	15.789	4.138	3.711	13.832	15.789
Cessão de crédito - Caiuá Distribuição de Energia S.A.	4.948	4.948	5.117	4.247	4.948	4.948	5.117	4.247
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	336	338	6.456	6.596				
Outros	27				27			
Total	**9.449**	**8.997**	**25.405**	**26.632**	**9.113**	**8.659**	**18.949**	**20.036**

Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" - montante de R$336 em 2011 (R$338 em 2010) no Ativo Circulante e de R$6.456 em 2011 (R$6.596 em 2010) no Ativo não circulante refere-se às ações de emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Cessão de crédito - Tangará Energia S.A. - refere-se, ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Tangará Energia S.A., em 31 de agosto de 2004, aprovado pela ANEEL através dos Ofícios nºs 467/2000-SFF/ANEEL e 1.706/2004-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: Prazo para pagamento de 120 meses, carência de 18 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI e valor do contrato de R$18.199. Como garantia foi dada uma nota promissória, no valor do saldo devedor.

Cessão de crédito - Caiuá Distribuição de Energia S.A. - refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado entre a Companhia e a Caiuá Distribuição de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2006, aprovado pela ANEEL através do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, com as seguintes condições: Prazo para pagamento de 86 meses, carência de 24 meses, término em 29 de fevereiro de 2016, remuneração de 100% do CDI mais 2% juros a.a. e valor do contrato de R$23.532. Como garantia foi dada uma nota promissória, no valor do saldo devedor.

6. Rendas a receber - Consolidado

O saldo de R$4.285 em 31 de dezembro de 2011 (R$4.587 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão.

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a., sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

7. Impostos e contribuições sociais

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	21.246	21.978			43.320	43.492		
PIS e COFINS	2.537	2.388			2.638	2.480		
PIS e COFINS - COSIT 27						2.086		
IRRF sobre aplicações financeiras	1.407				1.692	509		
Outros	2.184	23			2.192	23		
Total	**27.374**	**24.389**	**–**	**–**	**49.842**	**48.590**	**–**	**–**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	28.708	26.348			63.542	56.758		
ICMS sobre diferencial de alíquota	29				86	19		
PIS e COFINS	4.998	4.438			6.704	6.058		
ISS	4				65	13		
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	8				38	33		
IRRF sobre serviços prestados por terceiros	4				22	11		
IRRF sobre juros s/capital próprio	13.094	12.551			15.694	14.656		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	5.865		17.105		5.865		17.105	
Parcelamento de impostos - PAEX		6.127		29.428		6.127		29.428
Outros	5	861			260	1.137		
Total	**52.715**	**50.325**	**17.105**	**29.428**	**92.276**	**84.812**	**17.105**	**29.428**

7.1 Parcelamento Excepcional - PAEX

A Companhia aderiu, em setembro de 2006, ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 130 parcelas mensais e sucessivas (SRF/PGFN), corrigidas pela TJLP para os débitos com vencimento até 28 de fevereiro de 2003, e em 120 parcelas mensais e sucessivas (IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa), corrigidas pela SELIC para os débitos com vencimento entre 1º de março de 2003 e 31 de dezembro de 2005, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União ou do INSS, mesmo que discutidos judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal ajuizada, inclusive aos débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O débito consolidado em 130 parcelas mensais, de acordo com o disposto no artigo 1º da medida provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, está sendo pago desde setembro de 2006. Sobre o saldo devedor incidem juros mensais equivalentes à variação da TJLP.

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

A Composição do parcelamento de impostos - Lei 11.941/09, segue conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2011
Principal	14.474
Multa	5.041
Juros acumulados	13.922
Amortização acumulada	(10.467)
Total	**22.970**

A variação do exercício no valor de R$12.585 decorre da redução dos encargos financeiros no valor de R$7.239 (Nota 28) decorrentes da opção da Companhia em transferir os débitos incluídos no PAES/PAEX para o REFIS e a amortização no valor de R$10.468 pagos desde a data da adesão ao programa. A Companhia optou pela alteração na quantidade de parcelas (de 30 para 73 parcelas) restando 47 parcelas de R$489 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

7.2 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2011 aos acionistas a título de Juros sobre o capital próprio, conforme legislação (Nota 23.2) liquidado em janeiro de 2012. Neste exercício foi retido o montante de R$13.094.

8. Estoques

O valor de R$4.696, refere-se a itens de peças e materiais de manutenção inventariados e valorizados a valor de mercado no qual a controlada Investco, através de Reunião de Diretoria em 19 de julho de 2011, deliberou a implementação de controle através de estoque, com o objetivo de criar controles análiticos adequados que permitam otimizar o sistema de controle interno.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

9.1 Ativo

	Controladora						
		31/12/2011			31/12/2010	Resultado 2011	Resultado 2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/ CSLL	IRPJ/ CSLL
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	860	215	77	292	153	139	93
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.833	1.458	525	1.983		1.983	
Total diferenças temporárias		**1.673**	**602**	**2.275**	**153**	**2.122**	**93**

	Controladora						
		31/12/2011			31/12/2010	Resultado 2011	Resultado 2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/ CSLL	IRPJ/ CSLL
Ágio incorporado	319.944	79.986	28.795	108.781	116.963	(8.182)	(8.734)
Diferenças temporárias - RTT							
Instrumentos financeiros - CPC 39	5.414	1.355	486	1.841	1.927	(85)	(80)
Total diferenças temporárias - RTT		**1.355**	**486**	**1.841**	**1.927**	**(85)**	**(80)**
Total Ativos/Passivos Diferidos		**83.014**	**29.883**	**112.897**	**119.043**	**(6.145)**	**(8.721)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido foi registrada em contrapartida do resultado do exercício em R$6.145.

	Consolidado						
		31/12/2011			31/12/2010	Resultado 2011	Resultado 2010
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/ CSLL	IRPJ/ CSLL
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	874	219	78	297	153	144	93
Benefício pós-emprego	260	65	24	89			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	8.323	2.080	749	2.829		2.829	
Total diferenças temporárias		**2.364**	**851**	**3.215**	**153**	**2.973**	**93**
Ágio incorporado	319.944	79.986	28.795	108.781	116.963	(8.182)	(8.734)
Diferenças temporárias - RTT							
Licenças ambientais - CPC 25	(1.077)	(270)	(97)	(367)	1	(369)	
Uso do bem público - CPC 25	27.843	6.960	2.505	9.465	1.346	8.119	(6.529)
Instrumentos financeiros - CPC 39	(165)	(40)	(17)	(57)	5.765	(5.820)	7.595
Total diferenças temporárias - RTT		**6.650**	**2.391**	**9.041**	**7.112**	**1.930**	**1.066**
Total Ativos/Passivos Diferidos		**89.000**	**32.037**	**121.037**	**124.228**	**(3.279)**	**(7.575)**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$3.279, a crédito de Patrimônio Líquido em R$89.

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP - Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Companhia, que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R$5.180 até o ano de 2032 (Nota 15.1).

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora

2012	2013	2014	2015	Total Não circulante
12.297	27.143	29.906	43.551	112.897

Consolidado

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total Não circulante
13.562	27.472	30.235	43.880	329	987	4.572	121.037

10. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para a sua controladora e a receber de sua controlada direta Investco, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, e estão apresentados como segue:

Controladora

					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	126,84	1.246	9.785			4.628	14.159
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,14	1	2			14	15
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	153,47	6	9			64	67
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	142,91	25	29			209	219
	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 16/12/2032		10.350	14.145			109.207	115.038
	Enertrade	01/07/2010	01/07/2010 a 31/12/2010			1.637				6.659
	Enertrade	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011		852				13.524	
	Enertrade	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011		2.481				13.935	
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2010 a 31/10/2011						1.307	
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	150,78	3	4			30	30
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	152,09	6	7			53	53
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	141,63	24	21			172	173
Outros Créditos										
Uso do sistema de transmissão	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 16/12/2032		1.890				14.396	
					16.884	**25.639**	**–**	**–**	**157.539**	**136.413**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Controladora

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Partes relacionadas										
Instrumento particular de assunção de dívida sobre a venda dos ativos da incorporada Tocantins Energia para a Eletronorte.	EDP - Energias do Brasil	28/05/2009	28/05/2009 a 26/02/2010							9
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11.	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				65		(666)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11.	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				2		(17)	
Venda de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010			408				
Contratos de mútuo - 100% do CDI	Investco	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012		49.233	44.015			5.204	3.799
					49.233	**44.423**	**67**	**–**	**4.521**	**3.808**
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025				2	2	(21)	(21)
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 31/03/2010							(8.421)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010							(404)
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/03/2011						(13.062)	
	Enertrade	01/02/2011	01/02/2011 a 31/05/2011						(13.486)	
	Enertrade	01/09/2011	01/09/2011 a 30/09/2011						(124)	
	Enertrade	01/11/2011	01/11/2011 a 30/11/2011						(481)	
	Enertrade	01/12/2011	01/12/2011 a 31/12/2011				1.327		(1.201)	
Arrendamento UHE Lajeado	Investco	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033				12.045	7.402	(142.059)	(135.059)
					–	–	**13.374**	**7.404**	**(170.434)**	**(143.905)**
					66.117	**70.062**	**13.441**	**7.404**	**(8.374)**	**(3.684)**

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Concessionárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	126,84	1.246	9.785			4.628	14.159
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,14	1	2			14	15
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	153,47	6	9			64	67
	Bandeirante	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	142,91	25	29			209	219
	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84	148	133			1.467	1.285
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	4	19			40	206
	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 16/12/2032		10.350	14.145			109.207	115.038
	Enertrade	01/07/2010	01/07/2010 a 31/12/2010			1.637				6.659
	Enertrade	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011		852				13.524	
	Enertrade	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011		2.481				13.935	
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2010 a 31/10/2011						1.307	
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	150,78	3	4			30	30
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	152,09	6	7			53	53
	Escelsa	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	141,63	24	21			172	173
Outros Créditos										
Uso do sistema de transmissão	Enertrade	01/11/2001	01/01/2003 a 16/12/2032		1.890				14.381	
					17.036	**25.791**	**–**	**–**	**159.031**	**137.904**
Partes relacionadas										
Instrumento particular de assunção de dívida sobre a venda dos ativos da incorporada Tocantins Energia para a Eletronorte.	EDP - Energias do Brasil	28/05/2009	28/05/2009 a 26/02/2010							9
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				38		(153)	
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				65		(666)	
	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				86		(964)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				2		(17)	
	EDP - Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				8		(85)	
Venda de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010			408				
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP - Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.519	4.894	(622)	(389)
					–	**408**	**5.718**	**4.894**	**(2.507)**	**(380)**
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025				2	2	(21)	(21)
Compra de energia elétrica	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 31/03/2010							(8.421)
	Enertrade	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010							(404)
	Enertrade	01/01/2011	01/01/2011 a 31/03/2011						(13.062)	
	Enertrade	01/02/2011	01/02/2011 a 31/05/2011						(13.486)	
	Enertrade	01/09/2011	01/09/2011 a 30/09/2011						(124)	
	Enertrade	01/11/2011	01/11/2011 a 30/11/2011						(481)	
	Enertrade	01/12/2011	01/12/2011 a 31/12/2011				1.327		(1.201)	
					–	–	**1.329**	**2**	**(28.375)**	**(8.846)**
					17.036	**26.199**	**7.047**	**4.896**	**128.149**	**128.678**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como na Controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho n° 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

10.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

A contraparte Investco é controlada direta da Companhia.

10.2 Remuneração dos administradores

10.2.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

10.2.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (em R$)

	Controladora		
	Conselho de administração	Diretoria estatutária	Total
Número de membros	**5 (*)**	**5 (*)**	**10**
Remuneração fixa	**126.000**	**183.000**	**309.000**
Salário ou pró-labore	105.000	145.000	250.000
Encargos sociais	21.000	38.000	59.000
Valor total da remuneração, por órgão	**126.000**	**183.000**	**309.000**

(*) Dos 5 membros do Conselho de Administração, apenas 2 são remunerados e dos 5 membros da Diretoria Estatutária, apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da diretoria é de até R$420.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

10.2.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2011 (em R$)

	Controladora	
2011	**Conselho de administração**	**Diretoria estatutária**
Número de membros	5	5
Valor da maior remuneração individual	6.000	13.750
Valor da menor remuneração individual	4.500	1.500
Valor médio de remuneração individual	5.250	7.625

11. Cauções e depósitos vinculados

		Controladora		Consolidado	
		Não circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais	21	435	435	1.628	1.055
Total		**435**	**435**	**1.628**	**1.055**

12. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos - Ativo				Reclassificado				Reclassificado
Adiantamentos a empregados					103	29		
Bens destinados à alienação		276				276		
Serviços em curso	7.497	4.516			7.566	4.560		
Outros		27				27		
Total	**7.497**	**4.819**	**–**	**–**	**7.669**	**4.892**	**–**	**–**
Outras contas a pagar - Passivo								
Folha de pagamento	702	701			894	879		
Outras			1.281	1.281	76	77	1.281	1.281
Total	**702**	**701**	**1.281**	**1.281**	**970**	**956**	**1.281**	**1.281**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13. Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos no exercício de 2011

	Controladora					% Participação Direta	
	Saldo em 31/12/2010	Equivalência patrimonial	Dividendos s/JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos							
Investco	745.440	59.756	(12.830)	(125)	792.241	73,00	73,00
Outros	206				206		
Total	**745.646**	**59.756**	**(12.830)**	**(125)**	**792.447**		

13.2 Participação direta do investimento

	Ações possuídas pela Companhia (Mil)				% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não Circulantes)	
	31/12/2011		31/12/2010		31/12/2011		31/12/2010					
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Investco	293.608	197.007	293.608	197.007	62,39	73,00	62,39	73,00	1.402.059	1.418.978	316.590	397.620

	Patrimônio líquido		Receitas		Resultado acumulado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Investco	1.085.469	1.021.358	200.353	190.500	84.304	68.314

14. Imobilizado

	Controladora							
		31/12/2011				31/12/2010		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Móveis e utensílios	10,00	58	(26)	32	10,00	59	(21)	38
Total do imobilizado em serviço		**58**	**(26)**	**32**		**59**	**(21)**	**38**
Total imobilizado		**58**	**(26)**	**32**		**59**	**(21)**	**38**

	Consolidado							
		31/12/2011				31/12/2010		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.035	(125.435)	562.600	2,00	682.792	(111.733)	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,75	340.614	(77.998)	262.616	3,85	340.221	(70.195)	270.026
Máquinas e equipamentos	6,90	429.024	(112.199)	316.825	6,24	418.969	(101.729)	317.240
Veículos	20,00	903	(851)	52	20,00	903	(783)	120
Móveis e utensílios	10,00	1		1	7,12	1		1
		1.573.095	**(316.483)**	**1.256.612**		**1.557.404**	**(284.440)**	**1.272.964**
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,50	45.270	(11.943)	33.327	3,47	45.766	(10.583)	35.183
		45.270	**(11.943)**	**33.327**		**45.766**	**(10.583)**	**35.183**
Administração								
Máquinas e equipamentos	9,98	1.362	(887)	475	9,98	1.277	(790)	487
Veículos	20,00	659	(150)	509	20,00	420	(42)	378
Móveis e utensílios	10,00	597	(331)	266	10,00	564	(277)	287
		2.618	**(1.368)**	**1.250**		**2.261**	**(1.109)**	**1.152**
Total do Imobilizado em serviço		**1.620.983**	**(329.794)**	**1.291.189**		**1.605.431**	**(296.132)**	**1.309.299**
Imobilizado em curso								
Depósitos Judiciais (Nota 21.1.1.3)		14.209		14.209		13.308		13.308
Outros		11.732		11.732		21.830		21.830
Total do Imobilizado em curso		**25.941**	**–**	**25.941**		**35.138**	**–**	**35.138**
Total imobilizado		**1.646.924**	**(329.794)**	**1.317.130**		**1.640.569**	**(296.132)**	**1.344.437**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora		
	Valor líquido em 31/12/2010	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço			
Móveis e utensílios	38	(6)	32
Total do imobilizado em serviço	**38**	**(6)**	**32**
Total imobilizado	**38**	**(6)**	**32**

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificações	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518						114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	571.059		6.144	(13.702)	(901)		562.600
Edificações, obras civís e benfeitorias	270.026		393	(7.803)			262.616
Máquinas e equipamentos	352.910		25.020	(14.104)	(13.088)	(111)	350.627
Veículos	498		239	(176)			561
Móveis e utensílios	288		33	(55)	1		267
Total do imobilizado em serviço	**1.309.299**	**–**	**31.829**	**(35.840)**	**(13.988)**	**(111)**	**1.291.189**
Imobilizado em curso							
Geração							
Depósitos judiciais	13.308	901					14.209
Outros	21.830	22.178	(31.952)		(258)	(66)	11.732
Total do imobilizado em curso	**35.138**	**23.079**	**(31.952)**	**–**	**(258)**	**(66)**	**25.941**
Total do imobilizado	**1.344.437**	**23.079**	**(123)**	**(35.840)**	**(14.246)**	**(177)**	**1.317.130**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

15. Intangível

	Controladora							
		31/12/2011				31/12/2010		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Direito de concessão	4,04	739.378	(133.930)	605.448	2,46	739.378	(104.077)	635.301
		739.378	**(133.930)**	**605.448**		**739.378**	**(104.077)**	**635.301**
Administração								
Software	20,00	194	(52)	142	20,00	68	(33)	35
		194	**(52)**	**142**		**68**	**(33)**	**35**
Total do intangível em serviço		**739.572**	**(133.982)**	**605.590**		**739.446**	**(104.110)**	**635.336**
Intangível em curso								
Geração						204		204
Administração		56		56				
Total do intangível em curso		**56**	**–**	**56**		**204**	**–**	**204**
Atividades não vinculadas à concessão								
Ágio na incorporação de sociedade controladora		375.963		375.963		375.963		375.963
(–) Provisão para manutenção de dividendos		(375.963)		(375.963)		(375.963)		(375.963)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		56.018		56.018		31.957		31.957
(–) Amortização acumulada do ágio		(56.018)		(56.018)		(31.957)		(31.957)
Total imobilizado intangível		**739.628**	**(133.982)**	**605.646**		**739.650**	**(104.110)**	**635.540**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
		31/12/2011				31/12/2010		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	899	(617)	282	20,00	779	(452)	327
Direito de concessão	4,04	739.378	(133.930)	605.448	2,46	739.378	(104.077)	635.301
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(6.533)	13.605	2,92	20.138	(5.886)	(14.252)
		760.415	**(141.080)**	**619.335**		**760.295**	**(110.415)**	**649.880**
Transmissão								
Servidão permanente		111		111				
		111		**111**		**–**	**–**	**–**
Administração								
Software	20,00	608	(159)	449	20,00	312	(89)	223
		608	**(159)**	**449**		**312**	**(89)**	**223**
Total do intangível em serviço		**761.134**	**(141.239)**	**619.895**		**760.607**	**(110.504)**	**650.103**
Intangível em curso								
Geração		12.461		12.461		12.657		12.657
Administração		152		152		117		117
Total do intangível em curso		**12.613**	**–**	**12.613**		**12.774**	**–**	**12.774**
Ágio na incorporação de sociedade controladora		375.963		375.963		375.963		375.963
(–) Provisão para manutenção de dividendos		(375.963)		(375.963)		(375.963)		(375.963)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		56.018		56.018		31.957		31.957
(–) Amortização acumulada do ágio		(56.018)		(56.018)		(31.957)		(31.957)
Total intangível		**773.747**	**(141.239)**	**632.508**		**773.381**	**(110.504)**	**662.877**

Ágio na incorporação de sociedade controladora - refere-se ao ágio incorporado, oriundo de reorganização societária, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da Companhia ICPC 09, conforme descrito na nota 15.1.

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido 31/12/2010	Adições	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço						
Software	35		125	(18)		142
Direito de concessão	635.301			(29.853)		605.448
Intangível em curso	204	(15)	(125)		(8)	56
Total Intangível	**635.540**	**(15)**	**–**	**(29.871)**	**(8)**	**605.646**

	Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2010	Adições	Transferência intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Transferência de Ativos (Intercias)	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço							
Software	550		417	(235)	(1)		731
Servidão permanente						111	111
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	14.252			(648)	1		13.605
Direito de concessão	635.301			(29.853)			605.448
Intangível em curso	12.774	76	(294)		(9)	66	12.613
Total Intangível	**662.877**	**76**	**123**	**(30.736)**	**(9)**	**177**	**632.508**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R$12.613, relativo ao Intangível em curso, R$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

15.1 Ágio na incorporação de sociedade controladora

Como resultado da reorganização societária, Incorporação da Tocantins Energia S.A. e da EDP Lajeado Energia S.A. pela Lajeado Energia, ocorrida em 30 de novembro de 2009, foi registrado ágio no valor de R$375.963 suportado por laudo de avaliação econômico-financeira emitido por avaliadores independentes, que será amortizado pelo prazo remanescente da concessão até o ano de 2033, conforme Resolução autorizativa da ANEEL nº 2.218 de 1º de dezembro de 2009.

Em 31 de dezembro de 2011 o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/01

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	375.963
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio	**127.827**
Provisão para manutenção dos dividendos	248.136

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, consequentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Lajeado, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Lajeado Energia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no Patrimônio líquido da Lajeado (Nota 23.3.2).

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Investco - arrendamento	12.045	7.403		
Suprimento de energia elétrica	1.327		1.327	
Encargos de uso da rede elétrica	5.609	4.881	5.754	5.039
Operações CCEE	560	6.081	560	6.081
Materiais e serviços	157	86	3.232	1.957
Total	**19.698**	**18.451**	**10.873**	**13.077**

Investco - arrendamento - Refere-se ao Instrumento Particular de Contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, conforme mencionado na nota 6.

17. Debêntures

Emissora Investco

Em outubro de 2001, foi registrada na CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e fariam jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto, a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

Em 31 de outubro de 2011, ocorreu a liquidação das debêntures.

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Juros provisionados	Custos de transação	Variação monetária	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante							
Debêntures	33.992	2.589	24	1.669	(34.938)	(3.336)	–
	33.992	**2.589**	**24**	**1.669**	**(34.938)**	**(3.336)**	**–**

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

18.1 Composição dos empréstimos

			Consolidado					
			31/12/2011			31/12/2010		
			Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Empresa	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional								
Ações recebíveis cumulativa	Investco	3,0% a.a.		3.676	68.657		3.677	70.265
Cédula de Crédito Bancário	Investco	106% do CDI	36	10.000		9	10.000	
Banco da Amazônia	Investco	11,5% a.a.				4	637	
BNDES	Investco	4,00% a.a. acima da TJLP	185	46.756		390	51.419	46.756
Leasing - Safra S.A.	Investco	CDI + 1,45% a.a.					17	
Total			**221**	**60.432**	**68.657**	**403**	**65.750**	**117.021**

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da controlada Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos (Penhor de direitos). O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$28.173.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da controlada Investco e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Investco, nota promissória e cessão de direitos de contratos (Penhor de direitos). O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$18.768.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 10 de janeiro de 2011 em uma única parcela.

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008, o bem arrendado pela controlada Investco foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em uma única parcela.

Cédula de Crédito Bancário

(i) Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R$10.000. O prazo de amortização do contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em uma única parcela.

(ii) Em 20 de dezembro de 2011, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 107% do CDI, com pagamento no final do contrato. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$10.036.

Ações recebíveis cumulativas

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da controlada Investco, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada conforme estabelecido no estatuto social, nas condições descritas no parágrafo anterior. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

	Consolidado
	Tipo de moeda
Vencimento	Nacional
Circulante	
2012	60.653
	60.653
Não circulante	
2013	4.384
2014	4.006
2015	3.659
2016	3.339
2017	3.045
2018	2.774
2019	2.525
2020	2.296
Após 2020	42.629
	68.657
Total	**129.310**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício é a seguinte:

	Valor total em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor total em 31/12/2011
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dividas	66.153	10.000	(66.785)	(7.467)	7.285	51.476	1	(10)	60.653
	66.153	**10.000**	**(66.785)**	**(7.467)**	**7.285**	**51.476**	**1**	**(10)**	**60.653**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	117.021					(51.476)	3.112		68.657
	117.021	**–**	**–**	**–**	**–**	**(51.476)**	**3.112**	**–**	**68.657**

19. Encargos regulamentares e setoriais

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	3.492	2.928			3.540	2.969		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.676	8.803	413	319	10.784	8.905	454	336
Taxa de fiscalização - ANEEL	105	99			107	100		
Total	**14.273**	**11.830**	**413**	**319**	**14.431**	**11.974**	**454**	**336**

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia e sua controlada Investco são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa. (Nota 27).

20. Uso do bem público

A controlada Investco, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 15) no momento inicial do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Consolidado	
	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	3.370	33.155
Ajuste a Valor Presente		(2.204)
Encargos e atualizações monetárias	1.275	9.133
Amortizações	(3.281)	
Transferência para o circulante	2.270	(2.270)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.634	37.814

21. Provisões

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			6.094	5.449
Licenças Ambientais	8.519	9.167	8.664	8.719
Total	**8.519**	**9.167**	**14.758**	**14.168**

21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A controlada Investco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Consolidado						
		Passivo						Ativo
				Baixas				Depósito Judicial (Nota 11)
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011 / 31/12/2010
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	1.051	1.791	(171)	(97)	172	2.746	771 / 494
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	4.398	1.095	(1.061)	(1.463)	379	3.348	
Total		**5.449**	**2.886**	**(1.232)**	**(1.560)**	**551**	**6.094**	**771 / 494**
Não circulante		5.449					6.094	
Total		**5.449**					**6.094**	

As reversões da controlada Investco incluem R$1.125 de provisões consideradas excessivas face a persperctiva de desembolso efetiva.

21.1.1.2 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

21.1.1.3 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, à indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da controlada Investco por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela controlada Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R$14.209 (R$13.308 em 31 de dezembro de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 14).

21.1.2 Risco de perda possível

Adicionalmente, existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado			
			Ativo Depósito Judicial (Nota 11)			Ativo Depósito Judicial (Nota 11)	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas				335	275	317	83
Cíveis				83.112	69.576	38	37
Fiscais	3.653	3.032	435	4.431	3.211	435	
Total	**3.653**	**3.032**	**435**	**87.878**	**73.062**	**790**	**120**

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas no item 20.1.1.3 Indenizações.

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza fiscal e trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações o saldo dos depósitos judiciais da controlada Investco é de R$67 em 31 de dezembro de 2011 (R$6 em 31 de dezembro de 2010) (Nota 11).

21.2 Licenças ambientais

O montante de R$17.183 em 31 de dezembro de 2011 (R$17.886 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

22. Benefícios pós-emprego

A controlada Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

22.1 Investco

22.1.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A partir do dia 31 de dezembro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 1.015, a controlada Investco passou a patrocinar à EnerPrev – Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. A implantação ocorreu em Março de 2011.

Na qualidade de Patrocinadora, a controlada Investco contribuiu no exercício com R$22.

Esse plano tem a adesão de 14 colaboradores.

22.1.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011
Assistência médica e seguro de vida	8	243
Previdência Privada - EnerPrev	4	
	12	**243**

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de Assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada para a data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano.

	31/12/2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido		
Custo do serviço corrente	(158)	(158)
Custo dos juros	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício	554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	**(251)**	**(251)**
Custo do serviço passado não reconhecido	(425)	
Valor presente das obrigações atuariais	**(676)**	**(251)**

A controlada Investco reconheceu imediatamente os custos do serviço passado da parcela deste benefício cujo direito a utilização já se encontra adquirida pelos beneficiários do plano, e irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 22 anos os custos do serviço passado não reconhecidos que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados.

As contribuições da controlada Investco esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R$8.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011
Custo do serviço corrente	158
Custo dos juros	89
Custo do serviço passado	298
Custo especial por redução de benefício	(554)
Total	**(9)**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais na controlada Investco são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$171.

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência nos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica Lei nº 9.656/98	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos +1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	2.172	2.912	1.650
Custo do Serviço e Custo dos juros	260	412	151

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2011	2010
Econômicas		
Taxa de desconto	10,25% a.a.	n/a
Inflação médica de longo prazo	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023	n/a
Inflação	4,50% a.a.	n/a
Demográficas		
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational	n/a
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	n/a

23. Patrimônio líquido

23.1 Capital social

A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está demonstrada a seguir:

	31/12/2011							
	Em milhares de ações							
	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Quantidade Total de ações	% Participação total
EDP - Energias do Brasil S.A.	113.690	100,00					113.690	55,86
Governo do Estado de Tocantins					8.278	100,00	8.278	4,07
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás			81.549	100,00			81.549	40,07
Total	**113.690**	**100,00**	**81.549**	**100,00**	**8.278**	**100,00**	**203.517**	**100,00**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme Estatuto Social.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 28 do Estatuto Social, da seguinte forma:

a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, da constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta de órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias e preferenciais 25% dos lucros líquidos; e

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 20 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R$87.300, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	176.485
Constituição da reserva legal - 5%	(8.824)
	167.661
Destinação do lucro:	**167.661**
Dividendos intermediários - JSCP	87.300
Reserva de lucros	1.378
Dividendo adicional proposto	78.983
Quantidade de ações	203.517.892
Dividendos por ação - através de JSCP	0,428955

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" tem as seguintes vantagens:

As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

(i) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R$748; e

(ii) recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferencias classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferencias classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobrás prevê: i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; ii) garantia de rendimento à Eletrobrás equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos; iii) os valores dos investimentos na área ambiental da UHE Lajeado são descontados dos dividendos devidos à EDP - Energias do Brasil e registrados no Patrimônio líquido na rubrica Reserva de lucros.

Em 2011 o total dos rendimentos da Eletrobrás são de R$87.771, sendo R$19.610, referente a partes beneficiárias, R$38.427, a dividendos e R$29.734, juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF.

23.3 Reservas

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de capital		
Partes beneficiárias	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	127.827	127.827
	579.203	**579.203**
Outros resultados abrangentes		
Perda/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(190)	
IRPJ/CSLL Diferido	65	
	(125)	**–**
Reservas de lucros		
Legal	41.608	32.784
Retenção de lucros	34.915	33.537
Dividendo adicional proposto	78.983	106.853
Lucros a realizar	12.978	12.978
	168.484	**186.152**
Total	**747.562**	**765.355**

23.3.1 Partes beneficiárias

A Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração nos Estatutos, criando 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária e, 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76. Estas ações, bem com as partes beneficiárias foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.

23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio líquido da Lajeado na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado. (Nota 15.1).

23.3.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios a empregados		(190)	65	(125)
	–	**(190)**	**65**	**(125)**

23.3.4 Reservas de lucros

A Reserva de retenção de lucros foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

24. Dividendos - Ativos e Passivos

	Controladora			Consolidado		
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Investco	9.074					12.197
Lajeado		14.299				
EDP - Energias do Brasil			41.451	112.370	41.451	112.370
Outros			52.364		59.301	
Total	**9.074**	**14.299**	**93.815**	**112.370**	**100.752**	**124.567**

25. Receita

	Controladora			
	MWh (*)		R$	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de Energia elétrica	3.698.318	3.668.115	422.662	368.546
Energia de curto prazo			13.463	17.315
	3.698.318	**3.668.115**	**436.125**	**385.861**
Total Fornecimento e suprimento	**3.698.318**	**3.668.115**	**436.125**	**385.861**
Outras receitas operacionais			39.469	45.419
Subtotal	**3.698.318**	**3.668.115**	**475.594**	**431.280**
(–) Deduções à receita operacional				
P&D			(4.273)	(3.875)
PIS/COFINS			(43.992)	(40.106)
Total	**3.698.318**	**3.668.115**	**427.329**	**387.299**

	Consolidado			
	MWh (*)		R$	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de Energia elétrica	3.743.010	3.712.807	428.076	373.566
Energia de curto prazo			13.794	17.775
	3.743.010	**3.712.807**	**441.870**	**391.341**
Total Fornecimento e suprimento	**3.743.010**	**3.712.807**	**441.870**	**391.341**
Outras receitas operacionais			112.503	114.858
Subtotal	**3.743.010**	**3.712.807**	**554.373**	**506.199**
(–) Deduções à receita operacional			(68.751)	(63.459)
P&D			(4.331)	(3.930)
PIS/COFINS			(64.420)	(59.529)
Total	**3.743.010**	**3.712.807**	**485.622**	**442.740**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

26. Gastos operacionais

	Controladora						
	2011						2010
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	38.892					38.892	23.176
Encargos de uso da rede elétrica	45.491					45.491	41.247
Taxa de fiscalização					1.258	1.258	1.186
Compensações financeiras					17.124	17.124	14.280
	84.383	**–**	**–**	**–**	**18.382**	**102.765**	**79.889**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada				991		991	253
Serviços de terceiros				707		707	444
Depreciação				6		6	5
Amortização		8		29.863		29.871	18.161
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			410			410	273
Aluguéis e arrendamentos		142.071				142.071	135.060
Outras				864		864	1.618
	–	**142.079**	**410**	**32.431**	**–**	**174.920**	**155.814**
Total	**84.383**	**142.079**	**410**	**32.431**	**18.382**	**277.685**	**235.703**

	Consolidado						
	2011						2010
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	39.021					39.021	23.288
Encargos de uso da rede elétrica	46.788					46.788	42.447
Taxa de fiscalização					1.275	1.275	1.202
Compensações financeiras					17.361	17.361	14.478
	85.809	**–**	**–**	**–**	**18.636**	**104.445**	**81.415**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.423		6.637		12.060	9.831
Material		522		223		745	720
Serviços de terceiros		5.169		8.055		13.224	10.257
Depreciação		34.054		16		34.070	35.006
Amortização		666		30.070		30.736	19.008
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			419			419	277
Provisões para contingências					1.543	1.543	1.413
Aluguéis e arrendamentos		45		428		473	365
Outras		57	75	(1.084)	17	(935)	3.832
	–	**45.936**	**494**	**44.345**	**1.560**	**92.335**	**80.709**
Total	**85.809**	**45.936**	**494**	**44.345**	**20.196**	**196.780**	**162.124**

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010 Reclassificado	2011	2010 Reclassificado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	5.709	3.666	6.778	5.442
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	255	235		
Atualização monetária depósitos judiciais				10
Atualização monetária contratos de mútuo	5.204	3.799		
Variações monetárias moeda nacional		20		20
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	519	747	750	1.054
Remuneração das ações preferenciais			4.720	4.720
Outras receitas financeiras	3.514	3.798	3.749	4.044
	15.201	**12.265**	**15.997**	**15.290**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(11)		(9.975)	(20.634)
Variações monetárias moeda nacional		(103)	(1.660)	(6.531)
Atualização monetária de licenças ambientais			(790)	(1.722)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais			(2.717)	(2.500)
Atualizações monetárias das contingências judiciais			(552)	(211)
Atualizações monetárias - REFIS	7.239		7.239	
Atualização monetária contratos de mútuo	(3)		(625)	(389)
Atualização monetária uso do bem público			(10.408)	1.085
Ajuste a valor presente uso do bem público			2.204	(3.023)
Benefício pós-emprego			89	
Outras despesas financeiras	(873)	(493)	(1.088)	(1.052)
	6.352	**(596)**	**(18.461)**	**(34.977)**
	21.553	**11.669**	**(2.464)**	**(19.687)**

28. Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de Renda		Contribuição Social		Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	230.954	206.638	230.954	206.638	286.378	260.929	286.378	260.929
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(57.739)**	**(51.660)**	**(20.786)**	**(18.597)**	**(71.595)**	**(65.232)**	**(25.774)**	**(23.484)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Doações	(103)	(98)	(37)	(35)	(173)	(147)	(62)	(53)
Multas indedutíveis					(1)			
Despesas Indedutíveis						(56)		(20)
Gratificações a administradores		17		6	(25)	17	(9)	6
Pesquisa e desenvolvimento	141	402	51	145	141	403	51	145
Resultados de equivalência patrimonial	14.940	10.843	5.379	3.904				
Partes beneficiárias	(4.903)		(1.765)		(4.903)		(1.765)	
Programa REFIS	2.351		846		2.351		846	
Juros sobre o capital próprio	24.153	18.943	8.696	6.819	28.728	22.693	10.343	8.169
Outros								
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(4.788)	(4.540)	(1.723)	(1.634)	(4.324)	(5.456)	(1.555)	(1.964)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	66		(71)		986	31	267	
Incentivos fiscais								
Adicional IRPJ	24	24			48	48		
Lei Rouanet	410	338			690	372		
FIA		54				109		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(25.448)**	**(25.677)**	**(9.410)**	**(9.392)**	**(48.077)**	**(47.218)**	**(17.658)**	**(17.201)**
Alíquota Efetiva	11%	12%	4%	5%	17%	18%	6%	7%

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	2011	
	Controladora	**Consolidado**
Usinas		561.349
Responsabilidade civil	48.556	97.112
Transportes (materiais)		2.500
Transportes (veículos)		1.600
Acidentes Pessoais		2.606

30. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

30.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

30.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, títulos e rendas a receber, partes relacionadas e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora				Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil		Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	6.820	73.734	6.820	73.734	10.134	77.646	10.134	77.646
Títulos a receber	9.449	8.997	9.449	8.997	9.113	8.659	9.113	8.659
Concessionárias	58.212	48.946	58.212	48.946	58.794	49.483	58.794	49.483
Partes relacionadas	49.233		49.233					
Rendas a receber					4.825	4.587	4.825	4.587
Não circulante								
Títulos a receber	25.405	26.632	25.405	26.632	18.949	20.036	18.949	20.036
Partes relacionadas		44.423		44.423		408		408
	149.119	**202.732**	**149.119**	**202.732**	**101.815**	**160.819**	**101.815**	**160.819**
Passivos financeiros								
Circulante								
Fornecedores	19.698	18.451	19.698	18.451	10.873	13.077	10.873	13.077
Partes relacionadas					5.519		5.519	
Debêntures						33.992		33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					60.681	65.541	60.653	66.153
Uso do bem público					3.634	3.370	3.634	3.370
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos					68.657	115.884	68.657	117.021
Partes relacionadas	67		67		199	4.894	199	4.894
Uso do bem público					37.814	33.155	37.814	33.155
	19.765	**18.451**	**19.765**	**18.451**	**187.377**	**269.913**	**187.349**	**271.662**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumentos financeiros.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

Os Títulos a receber são constituidos por Ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C” e refere-se à emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

O saldo de rendas a receber, refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado, Paulista Lajeado Energia e Lajeado para assegurar receita. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo IPCA medido pelo IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

O saldo de concessionárias e fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica, encargos de uso da rede e energia de curto prazo com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

Os Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C” e refere-se à emissão da controlada Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP da Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros:

Controladora

	31/12/2011			31/12/2010		
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		6.820	6.820		73.734	73.734
Títulos a receber	34.854		34.854	35.629		35.629
Concessionárias	58.212		58.212	48.946		48.946
Partes relacionadas	49.233		49.233	44.423		44.423
	142.299	**6.820**	**149.119**	**128.998**	**73.734**	**202.732**

	31/12/2011		31/12/2010		
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	19.698	19.698	18.451	18.451
Partes relacionadas	67	67		–
	19.765	**19.765**	**18.451**	**18.451**

Consolidado

	31/12/2011			31/12/2010		
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		10.134	10.134		77.646	77.646
Rendas a receber	4.825		4.825	4.587		4.587
Títulos a receber	28.062		28.062	28.695		28.695
Concessionárias	58.794		58.794	49.483		49.483
Partes relacionadas			–	408		408
	91.681	**10.134**	**101.815**	**83.173**	**77.646**	**160.819**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	10.873	10.873	13.077	13.077
Debêntures		–	33.992	33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	129.310	129.310	183.174	183.174
Partes relacionadas		–	4.894	4.894
Uso do bem público	41.448	41.448	36.525	36.525
	181.631	**181.631**	**271.662**	**271.662**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Controladora		Consolidado	
	Mensuração do valor justo		Mensuraçãodo valor justo	
		Mercados idênticos		Mercados idênticos
	31/12/2011	Nível 1	31/12/2011	Nível 1
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.820	6.820	10.134	10.134
	6.820	**6.820**	**10.134**	**10.134**

30.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela controlada apresentados na nota 18, possuem como contraparte o BNDES e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela controlada criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a controlada possui um risco de mercado associado a TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP e CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

30.1.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Consolidado

		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
				Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**Provável**				
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(403)	(403)	(95)	(189)	97	197
		(403)	**(403)**	**(95)**	**(189)**	**97**	**197**
Operação							
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(2.138)	(2.138)	(310)	(615)	314	631
		(2.138)	**(2.138)**	**(310)**	**(615)**	**314**	**631**

Os índices de CDI e TJLP, considerados de 11% e 6%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

30.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da controlada em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da controlada em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 18.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 18. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

30.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

31. Compromissos contratuais e Garantias

31.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e o Uso do bem público (que figuram nas demonstrações financeiras) as obrigações de compras e as responsabilidades com locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		Controladora				
		31/12/2011				
	Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Contratos de Mútuos	10	(49.233)	(49.233)			
Responsabilidades com locações operacionais		1.955.097	184.319	420.980	305.894	1.043.904
Obrigações de compra		514	514			
		1.906.378	**135.600**	**420.980**	**305.894**	**1.043.904**

		Consolidado				
		31/12/2011				
	Nota	Total Geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	18	129.310	60.653	6.601	10.166	51.890
Contratos de Mútuos	10	5.519	5.519			
Responsabilidades com locações operacionais		108	108			
Obrigações de compra		7.052	6.378	674		
Uso do bem público	20	41.448	3.634	8.865	7.499	21.450
Licenças ambientais	21	17.183	8.519	8.664		
		200.620	**84.811**	**24.804**	**17.665**	**73.340**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de sua controlada. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Responsabilidades com locações operacionais, inclui essencialmente o compromisso financeiro assumido em função do contrato de Arrendamento da UHE Lajeado. A titular do contrato de arrendamento é sua controlada direta Investco.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e de sua controlada.

31.2 Garantias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Tipo de garantia oferecida				
Aval de acionista			1.109	1.123
Bens imóveis				20.742
Bens móveis (veículo)				79
Fiança bancária			395	33.961
Fiança corporativa			46.755	120.000
Garantias em recebíveis	4.245	4.245	4.304	4.304
Notas promissórias	28.035	28.695	184.035	184.695
Penhor de ações			915.296	915.296
Penhor de direitos			46.941	98.565
	32.280	**32.940**	**1.198.835**	**1.378.665**

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida, da controlada Investco.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Bancária no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de ações judiciais, da controlada Investco.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, da controlada Investco.

Garantias em recebíveis: o artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade de as concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Em 31 de dezembro de 2011, os saldos de Garantias em recebíveis na Controladora e no Consolidado, em sua totalidade, referem-se aos Contratos de uso dos sistemas de Distribuição e Transmissão.

Notas Promissórias: é uma promessa de pagamento pela qual o emitente se compromete diretamente com o beneficiário a pagar-lhe certa quantia em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2011 o montante de R$28.035 apresentado na Controladora refere-se às garantias oferecidas na Cessão de Crédito de Tangará e Caiuá e o restante do saldo do consolidado às garantias dos Contratos de empréstimos e financiamentos da controlada Investco.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega da ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Penhor de Ações no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos da controlada Investco. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP - Energias do Brasil (40,78%) da beneficiária.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo, mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Penhor de Direitos no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos, da controlada Investco.

32. Meio ambiente

A controlada Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a controlada Investco investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2011 foram de R$5.782 sendo R$5.014, capitalizados no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R$768 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

33. Eventos subsequentes

Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Para o segmento de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil e a aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Otavio Assis Henriques
Presidente

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Conselheiro

Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira
Conselheiro

Antonio Frederico Pereira da Silva
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henrique
Diretor Presidente e Diretor Executivo

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Técnico

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Hélio Fernandes Dias
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de
Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Lajeado Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Lajeado Energia S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonail, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Investco S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 00.644.907/0001-93

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

A COMPANHIA

A Investco S.A. é titular exclusiva dos ativos que compõe a Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães ("UHE Lajeado"), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh, porém a companhia não é titular exclusiva do Contrato de Concessão, sendo titular de 1%. Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, esta companhia tem duas fontes de receita: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A Investco S.A. opera e mantém a UHE Lajeado, através de quadro próprio, treinado e qualificado para cumprir essa missão da melhor forma possível. Em 2011, foi atingido o recorde de geração dos anos de 2002 a 2010, com 5.139 GWh, aproximadamente 11,41% acima da energia assegurada anual de 4.613 GWh. A Usina apresentou um índice de disponibilidade médio anual de 87,4%, fechando o mês de dezembro com uma disponibilidade mensal de 98,31% bem acima da disponibilidade exigida no Contrato de Concessão, que é de 89,6%.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Investco S.A. registrou uma Receita Operacional Bruta de R$221 milhões em 2011 e R$210 milhões em 2010, o que representa um aumento de 5,2%, o acréscimo verificado de R$10,8 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste), sobre o cálculo do arrendamento de 2009. Cabe ressaltar que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos estão inclusos a remuneração dos custos operacionais. O endividamento financeiro, composto de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, que era de R$224,1 milhões em 2010 (Sendo que R$80,8 milhões correspondem a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39) passou a ser R$136,1 milhões em 2011 (R$79,1 milhões referente a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC 39), decorrente da amortização do período que resultou na redução de 39,3%.

O EBITDA (lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional) aumentou 5,6% em relação ao ano de 2010, passando de R$164,9 milhões para R$174,1 milhões, em decorrência da aplicação do CA sobre o arrendamento, representando 0,4% de aumento sobre a receita líquida. O resultado do serviço aumentou 7,9% passando de R$129,0 milhões em 2010 para R$139,2 milhões em 2011, influenciado principalmente pelo aumento da Receita Operacional Bruta. O Lucro da empresa teve um aumento de 23,4% passando de R$68 milhões para R$84 milhões. Os Investimentos em 2011 foram de R$23,2 milhões, sendo R$16,3 milhões referentes a Investimentos em Máquinas e Equipamentos (retrofit de transformador), além disso, foram investidos R$1,2 milhão em programas ambientais, R$0,9 milhão em regularizações de terrenos, R$1,0 milhão em obras civis e R$3,6 milhões em Licenças Ambientais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

A Investco S.A., como uma das maiores empresas do Tocantins, tem uma importante função como promotora do equilíbrio social, econômico e ambiental no estado. A gestão da responsabilidade sócio-ambiental no último ano, baseada na interação com a comunidade, no incentivo à educação e na valorização da cultura local, trilha um caminho que incentiva o desenvolvimento econômico sustentável e a conservação dos recursos naturais. Os investimentos sócio-ambientais da Investco S.A. focam o uso múltiplo do reservatório da Usina e o desenvolvimento das comunidades do entorno. Com parcerias com a sociedade civil organizada, gestores públicos, setor privado e instituições de ensino, diversos projetos foram executados e mais de 25 mil pessoas foram beneficiadas.

Canais de Diálogo com a Comunidade

Central de Atendimento - Para promover o diálogo constante com a comunidade do entorno do reservatório, a Investco S.A. mantém uma Central de Atendimento, com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 6463443. Pelo número, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos. Além disso, o diálogo permanente é uma ótima forma de promover a troca de conhecimentos e experiências, melhorando sempre nosso processo de gestão empresarial.

Site - Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. O site é utilizado também para a publicação de notícias sobre a empresa, a Usina e setor elétrico, de forma geral.

Publicações em Jornais e Diário Oficial - Por meio dos grandes veículos de comunicação regionais e do DOE (Diário Oficial do Estado), a Investco S.A. amplia o alcance da comunicação, promovendo o diálogo com diversos públicos, e não somente com a comunidade do entorno. Usualmente, essa forma de comunicação é utilizada para divulgar as ações realizadas pela Investco S.A.

Divulgação em rádio - Mesmo na era da internet, o rádio ainda é a ferramenta de comunicação com maior alcance, atingindo todas as camadas sociais e chegando aos locais mais remotos do país. Ciente disso, a Investco S.A. utiliza rádios regionais e locais para divulgar ações que são desenvolvidas pela empresa. Entre os temas, além de eventos realizados pela Investco S.A., estão dicas de conservação do meio ambiente.

Comerciais Televisivos - Outro veículo que atinge grande parte da população é a televisão. No último ano a Investco S.A. veiculou comerciais em duas emissoras: TV Globo e TV Record. Os temas foram o Circuito Cultural e Esportivo Investco e o Fórum do Lago (conferir itens mais abaixo). Para que um maior número de pessoas assistisse aos vídeos, as gravações foram ao ar mais de cem vezes entre os meses de agosto e novembro.

Atendimentos Coletivos e Individuais - Trata-se de uma ferramenta que vem sendo a cada dia mais procurada pela comunidade. Após solicitação por telefone, e-mail ou fax, a Investco S.A. recebe grupos de visitantes na Usina, acompanhados por técnicos da área de comunicação, meio ambiente ou operação e manutenção, de acordo com o perfil do visitante. Na ocasião, os visitantes assistem a uma palestra sobre as ações da empresa e o funcionamento da Usina, além de verem de perto as instalações da UHE. No último ano, milhares de pessoas de diferentes locais do país conheceram a Usina.

Projetos com foco na Educação

EDP nas Escolas - A Investco S.A., por meio do Instituto EDP, desenvolve o Programa EDP nas Escolas, iniciativa social que contribui para o desenvolvimento do aluno e para a melhoria na qualidade do ensino fundamental em escolas públicas. No Tocantins, são 280 alunos beneficiados, no município de Lajeado, por meio da distribuição de kits escolares, concurso de Arte com Energia, campanha da saúde bucal, teatro nas escolas, além do apoio a projetos que já fazem parte do calendário de atividades das instituições de ensino.

Projeto de Educação Ambiental

Circuito Cultural e Esportivo Investco - O circuito busca a conscientização ambiental e os usos múltiplos do reservatório de forma sustentável, sempre através de uma gestão participativa, por meio de atividades de educação ambiental, oficinas, cultura, esporte e lazer. Na nona edição, em 2011, o Circuito Cultural e Esportivo Investco atingiu mais de 20 mil pessoas. A programação contou com a companhia de Teatro a Bordo, com as apresentações das peças Amigo Folharal, Bufonarias II e A Água que fugiu do Lago, além de manifestações culturais da cidade e sessão de filmes curta metragem. Do lado esportivo a canoagem foi muito disputada, com a participação de atletas da Delegação Brasileira de Canoagem, além de provas voltadas à participação ativa de triatletas, e da realização do Enduro a Pé Corporativo.

Prêmio EDP nas Artes - A Investco S.A. e o Instituto EDP trouxeram para Palmas a capacitação de jovens artistas para participação do Prêmio EDP nas Artes. A capacitação foi realizada com fotógrafos, artesões e artistas plásticos. O propósito do curso foi a atualização de 30 jovens artistas tocantinenses.

Projetos Socioambientais, patrocinados a partir de edital público

Esporte e Cidadania - Educação através do esporte (escolinha de futebol de campo e vôlei de areia) em parceria com a escola pública local e a Polícia Comunitária.

CEDECA - A parceria com o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente Glória de Ivone - CEDECA desenvolve o projeto **Candeia,** o qual visa a promoção de ações que assegurem a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas de violência, respeitando os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as diretrizes estabelecidas pela VII Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Zig-Zag - Promoção da inclusão social de adolescentes e jovens que estão em situação de vulnerabilidade social, assegurando o seu desenvolvimento integral e o pleno direito à cidadania através da qualificação profissional na área de corte e costura, da formação humana e cristã, do lazer, do esporte, da cultura e da educação, realizado pelo Centro Juvenil Salesiano Dom Bosco.

COMSAÚDE - O projeto Educando e Capacitando a Comunidade, visa desenvolver 565 crianças e adolescentes do município de Porto Nacional, por meio de atividades sócio culturais, educacionais e geração de renda.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, a Companhia informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2011, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da Instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos aos senhores Acionistas, Conselheiros, Clientes, Governos, Federal, Estadual e Municipal, Fornecedores, Prestadores de serviços, Credores e em especial aos Colaboradores, por mais um ano de realizações.

BALANÇO SOCIAL ANUAL/2011 (1)

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)[1]		
Receita líquida (RL)		200.353			190.500	
Resultado operacional (RO)		115.181			97.664	
Folha de pagamento bruta (FPB)		8.336			8.071	
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	623	7,48%	0,31%	719	8,91%	0,38%
Encargos sociais compulsórios	2.116	25,39%	1,06%	1.910	23,66%	1,00%
Previdência privada	47	0,57%	0,02%	17	0,21%	0,01%
Saúde	409	4,91%	0,20%	508	6,29%	0,27%
Segurança e saúde no trabalho	30	0,36%	0,01%	30	0,37%	0,02%
Educação	26	0,31%	0,01%	16	0,20%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	147	1,77%	0,07%	126	1,56%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	14	0,17%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	447	5,36%	0,22%	908	11,25%	0,48%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	24	0,29%	0,01%	17	0,21%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	**3.885**	**46,60%**	**1,94%**	**4.251**	**52,67%**	**2,23%**
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	45	0,04%	0,02%	196	0,20%	0,10%
Cultura	200	0,17%	0,10%	0	0,00%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	135	0,12%	0,07%	103	0,11%	0,05%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**380**	**0,33%**	**0,19%**	**299**	**0,31%**	**0,16%**
Tributos (excluídos encargos sociais)[2]	51.727	44,91%	25,82%	49.229	50,41%	25,84%
Total - Indicadores sociais externos	**52.107**	**45,24%**	**26,01%**	**49.229**	**50,71%**	**26,00%**
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.782	5,02%	2,89%	1.450	1,48%	0,76%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**5.782**	**5,02%**	**2,89%**	**1.450**	**1,48%**	**0,76%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		(x) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	
		( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período	77	90
Nº de admissões durante o período	9	3
Nº de empregados(as) terceirizados(as)[1]	38	0
Nº de estagiários(as)	0	2
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	14	15
Nº de mulheres que trabalham na empresa	15	17
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17%	14%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa*	2	2
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0%	0%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	0

6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2011			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor **remuneração** na empresa		14,3			14,3	
Número total de acidentes de trabalho		1			0	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não serão considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2011:**	**177.834**		**Em 2010[1]:**	**165.900**	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	30% governo 11% acionistas	5% colaboradores(as) 17% terceiros 37% retido		31% governo 18% acionistas	5% colaboradores(as) 23% terceiros 23% retido	

7 - Outras Informações

(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(1) O Resultado Operacional (RO), do exercício de 2010, foi alterado devido a reclassificação nas Demonstrações de Resultados da rubrica Outros Resultados para a rubrica Outras Despesas e Receitas Operacionais. O valor de Tributos (excluídos encargos sociais) e Valor Adicionado Total a Distribuir, do exercício de 2010, foram alterados devido a reclassificação nas Demonstrações do Valor Adicionado dos créditos de PIS/COFINS da rubrica Impostos, Taxas e Contribuições, em Distribuição do Valor Adicinado, para as rubricas que deram origem a estes créditos, em Geração do Valor Adicionado.

Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externa. Informações não auditadas.

Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.314	3.912
Rendas a receber	5	16.870	11.989
Concessionárias	4	582	537
Impostos e contribuições sociais	6	22.468	24.201
Estoques	7	4.696	
Despesas pagas antecipadamente		664	725
Outros créditos		172	73
		48.766	**41.437**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	8.140	5.185
Cauções e depósitos vinculados	10	1.193	620
		9.333	**5.805**
Imobilizado	11	1.317.098	1.344.399
Intangível	12	26.862	27.337
		1.343.960	**1.371.736**
Total do ativo		**1.402.059**	**1.418.978**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	13	3.220	2.029
Impostos e contribuições sociais	6	39.561	34.487
Dividendos	22	16.011	26.496
Partes relacionadas	9	54.752	
Debêntures	14		33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	60.989	66.490
Benefícios pós-emprego	20	12	
Obrigações estimadas com pessoal	18	1.365	1.324
Encargos regulamentares e setoriais	16	158	144
Uso do bem público	17	3.634	3.370
Provisões	19	8.519	9.167
Outras contas a pagar		268	255
		188.489	**177.754**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	75.113	123.617
Benefícios pós-emprego	20	243	
Partes relacionadas	9	132	48.909
Encargos regulamentares e setoriais	16	41	17
Uso do bem público	17	37.814	33.155
Provisões	19	14.758	14.168
		128.101	**219.866**
Patrimônio Líquido			
Capital social	21.1	804.459	804.459
Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3	266.708	202.426
Outros resultados abrangentes	21.3	(171)	
		1.085.469	**1.021.358**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.402.059**	**1.418.978**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	**804.459**	**14.473**	**106.019**	**–**	**58.122**	**983.073**
Lucro líquido do exercício					68.314	68.314
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			6.322		(6.322)	–
Reserva de retenção de lucros			90.085		(90.085)	–
Dividendos intermediários (JSCP)					(15.000)	(15.000)
Dividendos propostos					(15.029)	(15.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**804.459**	**14.473**	**202.426**	**–**	**–**	**1.021.358**
Lucro líquido do exercício					84.304	84.304
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			4.215		(4.215)	–
Reserva de retenção de Lucros			60.067		(60.067)	–
Dividendos intermediários (JSCP)					(18.300)	(18.300)
Dividendos propostos					(1.722)	(1.722)
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(260)		(260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				89		89
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**804.459**	**14.473**	**266.708**	**(171)**	**–**	**1.085.469**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
Receitas	23	**200.353**	**190.500**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica	24		
Energia elétrica comprada para revenda		(129)	(112)
Encargos de uso da rede elétrica		(1.297)	(1.200)
		(1.426)	**(1.312)**
Custo de operação	24		
Pessoal		(5.423)	(5.015)
Materiais e serviços de terceiros		(5.691)	(2.913)
Depreciações e amortizações		(34.712)	(35.649)
Outros custos de operação		(91)	(92)
		(45.917)	**(43.669)**
		(47.343)	**(44.981)**
Lucro bruto		**153.010**	**145.519**
Despesas e Receitas operacionais	24		
Despesas com vendas		(84)	(304)
Despesas gerais e administrativas		(11.697)	(14.369)
Depreciações e amortizações		(217)	(199)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.814)	(1.627)
		(13.812)	**(16.499)**
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		**139.198**	**129.020**
Receitas financeiras		6.255	7.059
Despesas financeiras		(30.272)	(38.415)
Resultado financeiro	25	**(24.017)**	**(31.356)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**115.181**	**97.664**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(33.743)	(30.496)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.866	1.146
	26	**(30.877)**	**(29.350)**
Resultado líquido do exercício		**84.304**	**68.314**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**107,20**	**86,87**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**220.830**	**209.974**
Receita operacional	220.839	209.978
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(9)	(4)
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(14.322)**	**(15.285)**
Custos da energia comprada	(129)	(112)
Encargos de uso da rede elétrica	(1.297)	(1.200)
Materiais	(745)	(720)
Serviços de terceiros	(12.518)	(9.813)
Outros custos operacionais	367	(3.440)
Valor adicionado bruto	**206.508**	**194.689**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(34.929)	(35.848)
Valor adicionado líquido produzido	**171.579**	**158.841**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.255	7.059
Valor adicionado total a distribuir	**177.834**	**165.900**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	7.936	6.358
Benefícios	1.100	1.290
FGTS	505	418
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	53.126	50.531
Estaduais	22	189
Municipais	106	21
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	30.273	38.415
Aluguéis	462	364
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	18.300	15.000
Dividendos	1.722	15.029
	113.552	**127.615**
Lucros retidos	64.282	38.285
	177.834	**165.900**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.181	97.664
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	9	
Depreciações e amortizações	36.699	35.848
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	14.029	636
Despesas pagas antecipadamente	846	(825)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	11.558	22.846
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	8.204	1.937
Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	2.094	1.624
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	791	1.033
Ajuste a valor presente	2.972	
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	65	60
Outros	(4.720)	
	187.728	**160.823**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(54)	(17)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(8.501)	(230)
Estoques	(4.696)	
Cauções e depósitos vinculados	(573)	342
Despesas pagas antecipadamente	(785)	418
Rendas a receber	(4.881)	18.639
Outros ativos operacionais	(99)	(30)
	(19.589)	**19.122**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.191	(1.241)
Outros tributos e contribuições sociais	9.885	(13.269)
Benefícios pós-emprego	(4)	
Obrigações estimadas com pessoal	41	566
Encargos regulamentares e setoriais	(27)	(32)
Uso do bem público	(3.281)	(3.797)
Provisões	(6.346)	(746)
Outros passivos operacionais	13	32
	1.472	**(18.487)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**169.611**	**161.458**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(30.920)	(25.358)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**138.691**	**136.100**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(19.549)	(11.246)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(19.549)**	**(11.246)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	5.975	5.689
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(23.896)	(30.747)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10.000	10.000
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(111.819)	(112.036)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(119.740)**	**(127.094)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(598)**	**(2.240)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.314	3.912
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.912	6.152
	(598)	**(2.240)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2011	2010
Lucro líquido do exercício		84.304	68.314
Outros resultados abrangentes	21.3.2		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		(260)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		89	
Resultado abrangente do exercício		**84.133**	**68.314**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1. Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias.

A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 7)

Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

e) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares:* são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

• Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Licenças Ambientais (Notas 11 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

l) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

m) Provisões (Nota 19)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 8 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

p) Benefícios pós-emprego (Nota 20)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 20.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

q) Uso do Bem Público (Nota 17)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

r) Capital social (Nota 21)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

s) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

u) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

v) Instrumentos financeiros (Nota 28)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

x) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

y) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis a Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos financeiros - divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao valor justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Demonstração do resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS anteriormente classificados na rubrica de Despesas gerais e administrativas no montante de R$1.918 para as rubricas de Materiais e serviços de terceiros no montante de R$1.416 e Depreciações e amortizações no montante de R$502.

Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras no montante de R$137.

2.4.2 Demonstração do fluxo de caixa

Em 2010 a Demonstração do fluxo de caixa era apresentada a partir do Lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação no modelo da CVM.

2.4.3 Demonstração do valor adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) Créditos de PIS/COFINS no valor de R$2.051 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.

(ii) Fiança bancária no valor de R$317 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	3.314	3.912
Total	**3.314**	**3.912**

4. Concessionárias

	Saldos vincen-dos	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	460		460	445
Energia de curto prazo	63		63	41
Encargos de uso da rede elétrica	59		59	51
	582	**–**	**582**	**537**
Total Circulante	**582**	**–**	**582**	**537**
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	14	(14)	–	
	14	**(14)**	**–**	**–**
Total Não Circulante	**14**	**(14)**	**–**	**–**

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5. Rendas a receber

O saldo de R$16.870 em 31 de dezembro de 2011 (R$11.989 em 31 de dezembro de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado, Paulista Lajeado Energia e Lajeado Energia, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 9).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

6. Impostos e contribuições sociais

	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	22.074	21.514
PIS e COFINS	101	92
PIS e COFINS - COSIT 27		2.086
IRRF sobre aplicações financeiras	285	509
Outros	8	
Total	**22.468**	**24.201**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	34.834	30.410
ICMS sobre diferencial de alíquota	57	19
PIS e COFINS	1.706	1.620
ISS	61	13
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	30	33
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	18	11
IRRF sobre juros s/capital próprio	2.600	2.105
Outros	255	276
Total	**39.561**	**34.487**

A movimentação dos Impostos e contribuições sociais no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Constituição/ Provisão	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compen-sação tribu-tos federais	Reclas-sificação	Transfe-rência	Saldo em 31/12/2011
Ativo - compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	21.514			21.763	(1.364)		(19.839)	22.074
PIS e COFINS	92	1.921				(86)	(1.826)	101
PIS e COFINS - COSIT 27	2.086	110	72		(2.260)		(8)	–
IRRF sobre aplicações financeiras	509	285					(509)	285
Outros		8						8
Total	**24.201**	**2.324**	**72**	**21.763**	**(3.624)**	**(86)**	**(22.182)**	**22.468**
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social	30.410	33.743		(9.158)		(322)	(19.839)	34.834
ICMS sobre diferencial de alíquota	19	202		(164)				57
PIS e COFINS	1.620	15.309		(10.635)	(3.994)		(594)	1.706
ISS	13	240		(192)				61
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	33	481		(484)				30
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	11	142		(135)				18
IRRF sobre juros s/capital próprio	2.105	2.600		(2.105)				2.600
Outros	276	1.108		620			(1.749)	255
Total	**34.487**	**53.825**	**–**	**(22.253)**	**(3.994)**	**(322)**	**(22.182)**	**39.561**

6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2011 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 21.2) liquidado em janeiro de 2012. Neste exercício foi retido o montante de R$2.600.

7. Estoques

O valor de R$4.696, refere-se a itens de peças e materiais de manutenção inventariados e valorizados a valor de mercado no qual a Companhia, através de Reunião de Diretoria em 19 de julho de 2011, deliberou a implementação de controle através de estoque, com o objetivo de criar controles análiticos adequados que permitam otimizar o sistema de controle interno.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

8.1 Ativo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2011 IRPJ	31/12/2011 CSLL	31/12/2011 Total	31/12/2010 Total	Resultado 2011 IRPJ/CSLL	Resultado 2010 IRPJ/CSLL
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	4	1	5		5	
Benefício pós-emprego	260	65	24	89			
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.490	622	224	846		846	
Total diferenças temporárias		**691**	**249**	**940**	**–**	**851**	**–**
Diferenças Temporárias - RTT							
Licenças Ambientais - CPC 25	(1.077)	(270)	(97)	(367)	1	(369)	
Uso do Bem Público - CPC 25	27.843	6.960	2.505	9.465	1.346	8.119	(6.529)
Instrumentos financeiros - CPC 39	(5.579)	(1.395)	(503)	(1.898)	3.838	(5.735)	7.675
Total diferenças temporárias - RTT		**5.295**	**1.905**	**7.200**	**5.185**	**2.015**	**1.146**
Total Ativos Diferidos		**5.986**	**2.154**	**8.140**	**5.185**	**2.866**	**1.146**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$2.866, e a crédito de Patrimônio líquido em R$89.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, estudo técnico da projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total
1.265	329	329	329	329	987	4.572	8.140

9. Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 22, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R$/ MWh em 31/12/2011	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Concessinárias										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84	148	133			1.467	1.285
	Bandeirante	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	4	19			40	206
Rendas a receber										
	Lajeado Energia	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		12.045	7.402			142.059	135.059
Arrendamento UHE Lajeado	CEB Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		3.574	3.398			38.920	37.003
	Paulista Lajeado	15/01/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.251	1.189			13.622	12.951
					17.022	**12.141**	**–**	**–**	**196.108**	**186.504**
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				87		(964)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				8		(85)	
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	01/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014				38		(153)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				5.518	4.894	(622)	(389)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012				49.233	44.015	(5.204)	(3.799)
					–	**–**	**54.884**	**48.909**	**(7.028)**	**(4.188)**
			Total		**17.022**	**12.141**	**54.884**	**48.909**	**189.080**	**182.316**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) o contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, trata a distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

b) O contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, trata a distribuição dos gastos com locação de imóveis, Gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuído pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

9.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A., sua controladora direta, CEB Lajeado S.A. e Paulista Lajeado Energia S.A., acionistas minoritárias.

9.3 Remuneração dos administradores

9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Remuneração Fixa de 100% para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

9.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	**3 (*)**	**7 (**)**	**5 (***)**	**15**
Remuneração fixa	**114.005**	**314.971**	**108.000**	**536.976**
Salário ou pró-labore	95.004	234.636	90.000	419.640
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	26.902	n/a	26.902
Encargos sociais	19.001	53.433	18.000	90.434
Valor Total da remuneração, por órgão	**114.005**	**314.971**	**108.000**	**536.976**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 3 membros do Conselho de Administração, apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R$200.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 7 membros da Diretoria, apenas 2 são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R$300.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(***) Todos os 5 membros do Conselho Fiscal são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal é até R$108.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

9.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2011 (em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	3	7	5
Valor da maior remuneração individual	6.334	17.927	1.800
Valor da menor remuneração individual	6.334	8.321	1.800
Valor médio de remuneração individual	4.750	12.114	1.800

10. Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Não circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2010
Depósitos judiciais	19	1.193	620
Total		**1.193**	**620**

11. Imobilizado

	31/12/2011 Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2011 Custo histórico	31/12/2011 Depreciação acumulada	31/12/2011 Valor líquido	31/12/2010 Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Depreciação acumulada	31/12/2010 Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.035	(125.435)	562.600	2,00	682.792	(111.733)	571.059
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,75	340.614	(77.998)	262.616	3,85	340.221	(70.195)	270.026
Máquinas e equipamentos	6,90	429.024	(112.199)	316.825	6,24	418.969	(101.729)	317.240
Veículos	20,00	903	(851)	52	20,00	903	(783)	120
Móveis e utensílios	10,00	1		1	7,12	1		1
		1.573.095	**(316.483)**	**1.256.612**		**1.557.404**	**(284.440)**	**1.272.964**
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,50	45.270	(11.943)	33.327	3,47	45.766	(10.583)	35.183
		45.270	**(11.943)**	**33.327**		**45.766**	**(10.583)**	**35.183**
Administração								
Máquinas e equipamentos	9,98	1.362	(887)	475	9,98	1.277	(790)	487
Veículos	20,00	659	(150)	509	20,00	420	(42)	378
Móveis e utensílios	10,00	539	(305)	234	10,00	505	(256)	249
		2.560	**(1.342)**	**1.218**		**2.202**	**(1.088)**	**1.114**
Total do Imobilizado em serviço		**1.620.925**	**(329.768)**	**1.291.157**		**1.605.372**	**(296.111)**	**1.309.261**
Imobilizado em curso								
Depósitos Judiciais (Nota 19.1.1.2)		14.209		14.209		13.308		13.308
Outros		11.732		11.732		21.830		21.830
Total do Imobilizado em curso		**25.941**	**–**	**25.941**		**35.138**	**–**	**35.138**
Total Imobilizado		**1.646.866**	**(329.768)**	**1.317.098**		**1.640.510**	**(296.111)**	**1.344.399**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Aquisições	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Reclassificações	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518						114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	571.059		6.144	(13.702)	(901)		562.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	270.026		393	(7.803)			262.616
Máquinas e equipamentos	352.910		25.020	(14.104)	(13.088)	(111)	350.627
Veículos	498		239	(176)			561
Móveis e utensílios	250		33	(49)	1		235
Total do imobilizado em serviço	**1.309.261**	**–**	**31.829**	**(35.834)**	**(13.988)**	**(111)**	**1.291.157**
Imobilizado em curso							
Depósitos judiciais	13.308	901					14.209
Outros	21.830	22.178	(31.952)		(258)	(66)	11.732
Total do Imobilizado em curso	**35.138**	**23.079**	**(31.952)**	**–**	**(258)**	**(66)**	**25.941**
	1.344.399	**23.079**	**(123)**	**(35.834)**	**(14.246)**	**(177)**	**1.317.098**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

12. Intangível

	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	899	(617)	282	20,00	779	(452)	327
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(6.533)	13.605	2,92	20.138	(5.886)	14.252
		21.037	**(7.150)**	**13.887**		**20.917**	**(6.338)**	**14.579**
Transmissão								
Servidão permanente		111		111				
		111	**–**	**111**		**–**	**–**	**–**
Administração								
Software	20,00	414	(107)	307	20,00	244	(56)	188
		414	**(107)**	**307**		**244**	**(56)**	**188**
Total do Intangível em Serviço		**21.562**	**(7.257)**	**14.305**		**21.161**	**(6.394)**	**14.767**
Intangível em curso								
Geração		12.461		12.461		12.453		12.453
Administração		96		96		117		117
Total do Intangível em Curso		**12.557**	**–**	**12.557**		**12.570**	**–**	**12.570**
Total do Intangível		**34.119**	**(7.257)**	**26.862**		**33.731**	**(6.394)**	**27.337**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transf. intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço							
Software	515		292	(217)	(1)		589
Servidão permanente						111	111
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP (Nota 17)	14.252			(648)	1		13.605
Intangível em curso	12.570	91	(169)		(1)	66	12.557
Total do Intangível	**27.337**	**91**	**123**	**(865)**	**(1)**	**177**	**26.862**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R$12.557, relativo ao Intangível em curso, R$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE - Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

13. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Encargos de uso da rede elétrica	145	158
Materiais e serviços	3.075	1.871
Total	**3.220**	**2.029**

14. Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e fariam jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuíam fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto, a EDP Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

Em 31 de outubro de 2011, ocorreu a liquidação das debêntures.

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Juros provi-sionados	Custos de transação	Variação monetária	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante							
Debêntures	33.992	2.589	24	1.669	(34.938)	(3.336)	
	33.992	**2.589**	**24**	**1.669**	**(34.938)**	**(3.336)**	**–**

15. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição dos empréstimos

		31/12/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativas	3,0% a.a.		4.012	75.113		4.014	76.861
Cédula de Crédito Bancário	106% do CDI	36	10.000		9	10.000	
Banco da Amazônia	11,5% a.a				4	637	
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	185	46.756		390	51.419	46.756
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.					17	
Total		**221**	**60.768**	**75.113**	**403**	**66.087**	**123.617**

BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos Acionistas da Companhia e dos seus controladores, celebrado em 21 de setembro de 2000, no montante total de R$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$28.173.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002 e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas em caução parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 é de R$18.768.

Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 11,5% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 10 de janeiro de 2011 em parcela única.

Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a. O pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008, o bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 14 de março de 2011 em parcela única.

Cédula de Crédito Bancário

(i) Em 29 de dezembro de 2010, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco Alfa de Investimentos S.A. no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 106% do CDI, com pagamento no final do contrato. A remuneração acrescida do valor de principal foi liquidada em 30 de março de 2011 em parcela única.

(ii) Em 20 de dezembro de 2011, foi firmado um contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Brasil S.A. no valor de R$10.000. O prazo de amortização desse contrato é de 90 dias, em parcela única. Sobre o valor do principal, incidirá juros correspondentes a 107% do CDI, com pagamento no final do contrato. O saldo devedor da dívida em 31 de dezembro de 2011 era de R$10.036.

Ações recebíveis cumulativas

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente através de uma taxa de desconto de 8,70% a.a., equivalente a uma taxa média de financiamento de mercado.

Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional
Circulante	
2012	60.989
	60.989
Não circulante	
2013	4.720
2014	4.342
2015	3.995
2016	3.675
2017	3.381
2018	3.110
2019	2.861
2020	2.632
Após 2020	46.397
	75.113
Total	**136.102**

A mutação dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício é a seguinte:

	Valor total em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Variação monetária e cambial	Valor total em 31/12/2011
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	66.490	10.000	(66.785)	(7.467)	7.285	51.476		(10)	60.989
	66.490	**10.000**	**(66.785)**	**(7.467)**	**7.285**	**51.476**	**–**	**(10)**	**60.989**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	123.617					(51.476)	2.972		75.113
	123.617	**–**	**–**	**–**	**–**	**(51.476)**	**2.972**	**–**	**75.113**

16. Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	48	41		
Pesquisa e desenvolvi mento - P&D	108	102	41	17
Taxa de fiscalização - ANEEL	2	1		
Total	**158**	**144**	**41**	**17**

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 23).

17. Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará a caducidade da concessão. Em 31 de dezembro de 2011 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tido ocorrido no período atrasos de pagamentos.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**3.370**	**33.155**
Ajuste a valor presente		(2.204)
Encargos e atualizações monetárias	1.275	9.133
Amortizações	(3.281)	
Transferência para o circulante	2.270	(2.270)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	**3.634**	**37.814**

18. Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	1.263	1.114
INSS e FGTS	102	210
Total	**1.365**	**1.324**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

19. Provisões

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			6.094	5.449
Licenças ambientais	8.519	9.167	8.664	8.719
Total	**8.519**	**9.167**	**14.758**	**14.168**

19.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

19.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo	
								Depósito Judicial (Nota 10)	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª,2ª e 3ª	1.051	1.791	(171)	(97)	172	2.746	771	494
Cíveis	1ª,2ª,3ª e Adm.	4.398	1.095	(1.061)	(1.463)	379	3.348		
Total		**5.449**	**2.886**	**(1.232)**	**(1.560)**	**551**	**6.094**	**771**	**494**
Circulante									
Não circulante		5.449					6.094	771	494
Total		**5.449**					**6.094**	**771**	**494**

As reversões incluem R$1.125 de provisões consideradas excessivas face a persperctiva de desembolso efetiva.

19.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

19.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R$14.209 (R$13.308 em 31 de dezembro de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

19.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito Judicial (Nota 10)	
	Instâncias	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	335	275	317	83
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	83.112	69.576	38	37
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm.	778	179		
Total		**84.225**	**70.030**	**355**	**120**

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas no item 19.1.1.2 - Indenizações.

19.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2011 é de R$67 (R$6 em 31 de dezembro de 2010), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 10).

19.2 Licenças Ambientais

O montante de R$17.183 em 31 de dezembro de 2011 (R$17.886 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

20. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

20.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A partir do dia 31 de dezembro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 1.015, a Companhia passou a patrocinar à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A. A implantação ocorreu em Março de 2011.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$22.

Esse plano tem a adesão de 14 colaboradores.

20.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

	31/12/2011	
	Circulante	Não Circulante
Assistência médica e seguro de vida	8	243
Previdência Privada - EnerPrev	4	
	12	**243**

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada para a data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado na conciliação das obrigações do plano.

	31/12/2011	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido		
Custo do serviço corrente	(158)	(158)
Custo dos juros	(89)	(89)
Custo do serviço passado	(298)	(298)
Custo especial por término de benefício	554	554
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(260)	(260)
Saldo final reconhecido	**(251)**	**(251)**
Custo do serviço passado não reconhecido	**(425)**	
Valor presente das obrigações atuariais	**(676)**	**(251)**

A Companhia reconheceu imediatamente os custos do serviço passado da parcela deste benefício, cujo direito à utilização já se encontra adquirida pelos beneficiários do plano, e irá reconhecer como despesa linear no prazo médio de 22 anos os custos do serviço passado não reconhecidos que ainda se tornarão adquiridos, de acordo com a instrução do parágrafo 96 do CPC 33 - Benefícios a empregados.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o execício de 2012 são de R$8.

A despesa líquida com este benefício reconhecida no resultado de 2011 em contrapartida à rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	31/12/2011
Custo do serviço corrente	158
Custo dos juros	89
Custo do serviço passado	298
Custo especial por redução de benefício	(554)
Total	**(9)**

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R$171 (Nota 21.3.2).

A análise de sensibilidade de variação nas taxas de tendência dos custos médicos é expressa a seguir:

Assistência médica Lei nº 9.656/98	Pressupostos centrais	Variação nas taxas de tendência dos custos médicos	
		+1%	-1%
Obrigação de Benefício definido	2.172	2.912	1.650
Custo do serviço e Custo dos juros	260	412	151

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2011
Econômicas	
Taxa de desconto	10,25% a.a.
Inflação médica de longo prazo	11% a.a. em 2012, reduzindo linearmente para 6% a.a. até 2023
Inflação	4,50% a.a.
Demográficas	
Tábua de mortalidade	RP 2000 Gerational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2010:

	31/12/2011 Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd. de ações "ON"	% Participação	Qtd. de ações "PNR"	% Participação	Qtd. de ações "PNA"	% Participação	Qtd. de ações "PNB"	% Participação	Qtd. de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	**100,00**	**255.560**	**100,00**	**16.289**	**100,00**	**5.156**	**100,00**	**107.199**	**100,00**	**786.406**	**100,00**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 15), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 21.2).

21.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

a) 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei n° 6.404/76;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;

d) serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R$18.300, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	**84.304**
Constituição da reserva legal - 5%	(4.215)
	80.089
Destinação do lucro:	**80.089**
Dividendos intermediários - JSCP	18.300
Dividendos complementares do exercício	1.722
Dividendo Adicional Proposto	60.067
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - JSCP - ordinária	0,025993
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "A"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "B"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "C"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP - preferencial Classe "R"	0,012230
Dividendos por ação ordinária	0,004282

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e

c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.3 Reservas

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	14.473	14.473
	14.473	**14.473**
Outros resultados abrangentes		
Perda/Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(260)	
IRPJ/CSLL Diferido	89	
	(171)	**–**
Reservas de lucros		
Reserva legal	21.987	17.772
Reserva de retenção de lucros	150.152	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
	266.708	**202.426**
Total	**281.010**	**216.899**

21.3.1 Reservas de capital

O valor de R$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações provenientes da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Perdas	Provisão IRPJ/ CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		(260)	89	(171)
	–	**(260)**	**89**	**(171)**

21.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.4 Ações preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, no montante de R$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

22. Dividendos

	Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010
Lajeado Energia S.A.	9.684	16.175
EDP - Energias do Brasil S.A.		508
CEB Lajeado S.A.	2.653	4.415
Paulista Lajeado Energia S.A.	929	1.545
COPEL - Companhia Paranaense de Energia		91
Furnas Centrais Elétricas S.A.		23
Acionistas não controladores	2.745	3.739
Total	**16.011**	**26.496**

23. Receitas

	MWh (*)		R$	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento de energia elétrica	44.692	44.692	5.414	5.020
Energia de curto prazo			331	460
Total Fornecimento e suprimento	**44.692**	**44.692**	**5.745**	**5.480**
Arrendamento			214.437	203.871
Outras receitas operacionais			657	627
(–) Deduções à receita operacional				
P&D			(58)	(55)
PIS/COFINS			(20.428)	(19.423)
	44.692	**44.692**	**200.353**	**190.500**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24. Gastos operacionais

	2011						2010
	Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e adminis-trativas	Outras	Total	Total Reclas-sificado
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Moeda nacional	129					129	112
Encargos de uso da rede elétrica	1.297					1.297	1.200
Taxa de fiscalização					17	17	16
Compensações financeiras					237	237	198
	1.426	**–**	**–**	**–**	**254**	**1.680**	**1.526**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		5.423		5.646		11.069	9.578
Material		522		223		745	720
Serviços de terceiros		5.169		7.348		12.517	9.813
Depreciação		34.054		10		34.064	35.001
Amortização		658		207		865	847
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			9			9	4
Provisões para contingências					1.543	1.543	1.413
Aluguéis e arrendamentos		34		428		462	364
Outras		57	75	(1.948)	17	(1.799)	2.214
	–	**45.917**	**84**	**11.914**	**1.560**	**59.475**	**59.954**
Total	**1.426**	**45.917**	**84**	**11.914**	**1.814**	**61.155**	**61.480**

25. Resultado financeiro

	2011	2010 Reclassificado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.069	1.776
Atualização monetária depósitos judiciais		10
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	231	307
Remuneração das ações preferenciais	4.720	4.720
Outras receitas financeiras	235	246
	6.255	**7.059**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(9.964)	(20.634)
Variações monetárias moeda nacional	(1.660)	(6.428)
Atualização monetária de licenças ambientais	(790)	(1.722)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(2.972)	(2.735)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(552)	(211)
Atualização monetária contratos de mútuo	(5.826)	(4.188)
Atualização monetária uso do bem público	(10.408)	1.085
Benefícios pós-emprego	(89)	
Ajuste a valor presente uso do bem público	2.204	(3.023)
Outras despesas financeiras	(215)	(559)
	(30.272)	**(38.415)**
	(24.017)	**(31.356)**

26. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	115.181	97.664	115.181	97.664
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(28.795)**	**(24.416)**	**(10.366)**	**(8.790)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(70)	(49)	(25)	(18)
Multas indedutíveis	(1)			
Despesas Indedutíveis		(56)		(20)
Gratificações a administradores	(25)		(9)	
Pesquisa e desenvolvimento		1		
Juros sobre o capital próprio	4.575	3.750	1.647	1.350
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	463	(916)	167	(330)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	920	31	338	
Adicional IRPJ	24	24		
Lei Rouanet	280	34		
FIA		55		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(22.629)**	**(21.542)**	**(8.248)**	**(7.808)**
Alíquota Efetiva	19,65%	22,06%	7,16%	7,99%

27. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Usinas	561.349
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	2.606

28. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

28.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

28.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.314	3.912	3.314	3.912
Concessionárias	582	537	582	537
Rendas a receber	16.870	11.989	16.870	11.989
	20.766	**16.438**	**20.766**	**16.438**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.220	2.029	3.220	2.029
Partes relacionadas	54.752		54.752	
Debêntures		33.992		33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	61.017	65.878	60.989	66.490
Uso do bem público	3.634	3.370	3.634	3.370
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	75.113	122.480	75.113	123.617
Partes relacionadas	132	48.909	132	48.909
Uso do bem público	37.814	33.155	37.814	33.155
	235.682	**309.813**	**235.654**	**311.562**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da Investco, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Investco.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011			31/12/2010		
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo pro meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa		3.314	3.314		3.912	3.912
Rendas a receber	16.870		16.870	11.989		11.989
Concessionárias	582		582	537		537
	17.452	**3.314**	**20.766**	**12.526**	**3.912**	**16.438**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	3.220	3.220	2.029	2.029
Debêntures		–	33.992	33.992
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	136.102	136.102	190.107	190.107
Partes relacionadas	54.884	54.884	48.909	48.909
Uso do bem público	41.448	41.448	36.525	36.525
	235.654	**235.654**	**311.562**	**311.562**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	3.314	3.314
	3.314	**3.314**

28.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia, apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e CDI.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao IGP-M, à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

28.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(403)	(403)	(95)	(189)	97	197
		(403)	**(403)**	**(95)**	**(189)**	**97**	**197**
Operação							
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(2.138)	(2.138)	(310)	(615)	314	631
		(2.138)	**(2.138)**	**(310)**	**(615)**	**314**	**631**

Os índices de CDI, IGP-M, TJLP, considerados de 11%, 4,5% e 6%, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

28.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 4 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

28.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29. Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas demonstrações financeiras) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

						31/12/2011
	Nota	**Total Geral**	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**	**acima de 5 anos**
Dividas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vincendos	15	136.102	60.989	13.057	10.166	51.890
Contratos de mútuos	9	54.752	54.752			
Responsabilidades com locações operacionais		108	108			
Obrigações de compra		6.538	5.864	674		
Uso do bem público	17	41.448	3.634	8.865	7.499	21.450
Licenças ambientais	19	17.183	8.519	8.664		
		256.131	**133.866**	**31.260**	**17.665**	**73.340**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

	31/12/2011	31/12/2010
Tipo de garantia oferecida	**Valor**	**Valor**
Aval de acionista	1.109	1.123
Bens imóveis		20.742
Bens móveis (veículo)		79
Fiança Bancária	395	33.861
Fiança Corporativa	46.755	120.000
Garantias em recebíveis	59	59
Notas Promissórias	156.000	156.000
Penhor de Ações	915.296	915.296
Penhor de Direitos	46.941	98.565
	1.166.555	**1.345.725**

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual o banco, que é o fiador, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pelo banco, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se a ações judiciais.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada; e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Penhor de Direitos, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Penhor de Ações, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP - Energias do Brasil S.A. (40,78%), conforme mencionado nas notas 9.1 e 21.1.

30. Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2011 foram de R$5.782 sendo R$5.014, capitalizados no exercício (Nota 11), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R$768 em contrapartida do resultado do exercício relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

31. Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Para o segmento de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil e a aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AntÓnio Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Rubem Fonseca Filho
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" TO

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jung Kim
Conselheiro

Edison Rodrigues
Conselheiro

Marco Antonio Vieira
Conselheiro

Rubens dos Santos
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros efetivos do Conselho Fiscal da Investco S.A., com base do Parecer dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, e, tendo examinado o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações do Valor Adicionado e dos Fluxos de Caixa dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como o Relatório da Administração, concluimos, por unanimidade, dos presentes, que as peças refletem adequadamente a situação econômica e financeira da Companhia, e, assim, consideramos que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para sua aprovação em Assembléia Geral. Os votos se acham à disposição nos escritórios da Companhia.

São Paulo, 02 de março de 2012
Allain Brasil Bertrand Júnior - Conselheiro Efetivo
Felipe Ha Jung Kim - Conselheiro Efetivo
Marco Antonio Vieira - Conselheiro Efetivo
Edison Rodrigues - Conselheiro Efetivo
Rubens dos Santos - Conselheiro Efetivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-TO
Carlos Augusto Pires
Contador CRC SP-184830/O-7 S-TO
Rosane Palharim
Contadora CRC SP-220280/O-9 S-TO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.089	5	9.242
Impostos e contribuições sociais	5	100	504	3.747
Despesas pagas antecipadamente		1	3	1
Outros créditos	8	18		385
		7.208	**512**	**13.375**
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6		–	3.566
Partes relacionadas	7	3.747		
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	29.000		
		32.747	**–**	**3.566**
Investimentos	10	32.024		
Imobilizado	11	75	105	100.858
Intangível	12	346.611	382	584.311
		378.710	**487**	**685.169**
Total do ativo		**418.665**	**999**	**702.110**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	13	153	8	1.723
Impostos e contribuições sociais	5	28	495	132
Obrigações estimadas com pessoal				13
Provisões	16	114.089		129.389
Outras contas a pagar	8	8		26
		114.278	**503**	**131.283**
Não circulante				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	3.463		205.682
Debêntures	14	305.593		305.593
Empréstimos e financiamentos	15			55.038
Partes relacionadas	7	1	52	1.859
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.047	17	2.047
Provisões	16			7.325
		311.104	**69**	**577.544**
Patrimônio líquido Negativo				
Capital social	17.1	20.127	20.127	20.127
Lucros (prejuízos) acumulados		(26.844)	(19.700)	(26.844)
		(6.717)	**427**	**(6.717)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**418.665**	**999**	**702.110**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo de operação	18			
Pessoal				(134)
Materiais e serviços de terceiros				(297)
Outros custos de operação				(9)
Lucro bruto		**–**	**–**	**(440)**
Despesas e receitas operacionais	18			
Despesas gerais e administrativas		(481)	(32)	(481)
Depreciações e amortizações		(35)		(35)
Outras Despesas e Receitas operacionais		9.825		9.825
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**9.309**	**(32)**	**8.869**
Resultado das participações societárias		(466)		
Receitas financeiras		2.042		2.042
Despesas financeiras		(14.566)	(16)	(14.592)
Resultado financeiro	19	**(12.524)**	**(16)**	**(12.550)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(3.681)**	**(48)**	**(3.681)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(3.463)		(3.463)
		(3.463)	**–**	**(3.463)**
Prejuízo do exercício		**(7.144)**	**(48)**	**(7.144)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**14.722**	**(14.721)**	**1**	**1**
Incorporação de Acervo Líquido Enernova - AGE de 31/12/2010		(4.931)	(4.931)	(4.931)
Aumento de capital - AGE de 31/12/2010	5.405		5.405	5.405
Prejuízo do exercício		(48)	(48)	(48)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**20.127**	**(19.700)**	**427**	**427**
Prejuízo do exercício		(7.144)	(7.144)	(7.144)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**20.127**	**(26.844)**	**(6.717)**	**(6.717)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011
Geração do valor adicionado	**10.184**		**10.184**
Receita operacional			
Outras receitas	10.184		10.184
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(701)**	**(32)**	**(998)**
Custos da energia comprada			
Materiais	(70)		(93)
Serviços de terceiros	(239)	(17)	(513)
Outros custos operacionais	(392)	(15)	(392)
Valor adicionado bruto	**9.483**	**(32)**	**9.186**
Retenções			
Depreciações e amortizações	(35)		(35)
Valor adicionado líquido produzido	**9.448**	**(32)**	**9.151**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	2.042		2.042
Resultado da equivalência patrimonial	(466)		
Valor adicionado total a distribuir	**11.024**	**(32)**	**11.193**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta	(58)		26
Benefícios	6		20
FGTS	12		19
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	3.503		3.530
Estaduais	55		58
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	14.566	16	14.595
Aluguéis	84		89
	18.168	**16**	**18.337**
Prejuízos	(7.144)	(48)	(7.144)
	11.024	**(32)**	**11.193**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010	Consolidado 2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.680)	(48)	(3.680)
Depreciações e amortizações	35		35
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	4.164	3	418
Despesas pagas antecipadamente	3		3
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9.372		9.710
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			25
Participações societárias	466		
Ganho gerado sobre mais valia concessão	(10.184)		(10.184)
Atualização monetária contraprestação contingente	2.349		2.349
	2.525	**(45)**	**1.324**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Impostos e contribuições sociais compensáveis	404		(3.243)
Outros ativos operacionais	(18)		4.868
	386	**–**	**1.625**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores	145		5.113
Outros tributos e contribuições sociais	(467)		(377)
Obrigações estimadas com pessoal			13
Provisões			(9.154)
Outros passivos operacionais	8		16
	(314)	**–**	**(4.389)**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**2.597**	**(45)**	**(4.088)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixas (adições) ao investimento	(257.160)		(284.079)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(29.000)		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(3.806)		(66.261)
Partes relacionadas	(3.747)		
Caixa e equivalentes de caixa por incorporação		1	8.907
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(293.713)**	**1**	**(341.433)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas	(51)	46	1.807
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.030		2.030
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	600.000		654.700
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(303.779)		(303.779)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**298.200**	**46**	**354.758**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**7.084**	**2**	**9.237**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.089	5	9.242
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	3	5
	7.084	**2**	**9.237**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 **Contexto operacional**

A Companhia Energética do Jari - CEJA (Companhia ou CEJA), anteriormente denominada Ipueiras Energia, Sociedade Anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, SP tem por objeto as atividades de geração e transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração de energia e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionadas ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de julho de 2011, foi aprovada a mudança na denominação social anteriormente Ipueiras Energia S.A. para Companhia Energética do Jari - CEJA. A Companhia adquiriu em 2011 100% da ECE Participações S.A. e efetua consolidação integral.

A Controlada ECE Participações é a detentora da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, que encontra-se em fase pré-operacional.

A Companhia é subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), cujo plano de negócios é parte integrante do plano estratégico do Grupo EDP Energias de Portugal, e visa o crescimento no segmento de geração de energia elétrica, numa estratégia de diluição do risco de negócio. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuia participação em controlada que se encontrava em fase pré-operacional. A manutenção das atividades da Companhia é garantida e quando necessário financiada pela Controladora, pelo que esta prevê efetuar aportes de capital para cumprir com seus compromissos de curto prazo.

1.1 Concessões

A Controlada possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado	Cidade	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Santo Antônio do Jari	PA/AP	Laranjal do Jari	Jari	373,4	196,1	21/12/1987	31/12/2044

O prazo do contrato de concessão incial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

O projeto básico da UHE Santo Antonio do Jari foi alterado passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW de capacidade instalada. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios de energia assegurada, conforme Portaria MME nº 34/2010. A garantia física correspondente à potência de 73,4 MW está sendo calculada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de 30 anos findo em 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do poder concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Controlada recolherá à UNIÃO, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$574. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Controlada aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

1.2 Reorganização societária

Incorporação da Enernova em Ipueiras

Em 31 de dezembro de 2010 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a incorporação da Enernova S.A., controlada integral da EDP - Energias do Brasil pela Ipueiras.

O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010 da Enernova, é apresentado a seguir:

Balanço Patrimonial em 31/12/2010 - Resumido

Ativo		Passivo	
Circulante	17	Circulante	8
Imobilizado	105	Não circulante	69
Intangível	382	Patrimônio líquido	427
Total	**504**	Total	**504**

2 **Base de preparação e Práticas contábeis**

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A controlada é consolidada desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continua sendo consolidada até a data que cessa tal controle.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela controladora e sua controlada em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

b) Investimentos (Nota 10)

Nas demonstrações financeiras da controladora os investimentos em controladas, são avaliados por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

c) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359 de 16 de setembro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intagível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

d) Intangível (Nota 12)

Os intangíveis compreendem:

• Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização será quando a usina entrar em operação.

e) Licenças ambientais (Notas 11 e 16)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituido uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 14 e 15)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Contraprestação contingente (Notas 3 e 16)

Contraprestações contigentes originados em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 20)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicavél, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

m) Capital social (Nota 17.1)

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge,* quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge,* que estão reconhecidos no resultado.

o) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e para avaliação de imparidade é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos, a Mensuração de instrumentos financeiros, Licenças ambientais e Contraprestação contigente.

p) Instrumentos financeiros (Nota 21)

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber e outros recebíveis, Investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, Empréstimos e financiamentos, Debêntures e Fornecedores, assim como Contas a pagar e Outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

· **Instrumentos mantidos até o vencimento**

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

· **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado**

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por elas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

· **Empréstimos e recebíveis**

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

q) Combinação de Negócios (Nota 3)

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores.

O ágio não deve ser amortizado, mas é objeto de recuperação anual.

O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

r) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas aprovada pela Resolução CFC nº1.240/09 e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Companhia na sua controlada; e
- Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e sua controlada.

A ECE Participações S.A. é consolidada integralmente desde 13 de outubro de 2011.

2.4 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos em Conjunto e IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades

A emissão destas novas normas pretende definir com clareza o controle ou compartilhamento sobre uma investida. A IFRS 10 define um modelo de consolidação único que identifica o controle como base para a consolidação de uma entidade. A IFRS 11 estabelece os princípios para a divulgação pelas empresas de empreendimentos em conjunto. A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para subsidiárias, empreendimentos em conjunto, associados e a estrutura de entidades não consolidadas. Como consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu, igualmente alterados e revisados, o IAS 27 e o IAS 28. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.5 Reclassificações nos exercícios anteriores

2.5.1 Balanço Patrimonial

Para fins de melhor divulgação os créditos tributários e os passivos a recolher foram apresentados nas suas respectivas rúbricas e anteriormente foram apresentados líquidos.

2.5.2 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foi feita a seguinte reclassificação nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, referente as despesas com fiança bancária anteriormente apresentadas na rubrica Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras no montante de R$12.

2.5.3 Demonstração do Valor Adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

Fiança bancária no valor de R$12 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3 Combinação de negócios

3.1 Aquisição UHE Santo Antônio do Jari

Em 15 de junho de 2011, a EDP - Energias do Brasil, por meio de sua controlada Ipueiras Energia (atualmente denominada Companhia Energética do Jari - CEJA), adquiriu a totalidade das ações da ECE Participações S.A., Companhia que pertencia aos Grupos CS e Participa, detentora de 90% do Consórcio Amapá Energia, o qual possuía os direitos de exploração da Usina Hidreletrica Santo Antônio do Jari (UHE Jari), na divisa dos Estados do Pará e Amapá.

Em 13 de outubro de 2011 foi concluída a aquisição dos 90% dos direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari.

A participação remanescente de 10% no Consórcio Amapá Energia era detida pela Jari Energética S.A., detentora original da concessão que tinha direito de venda conjunta da sua participação à Ipueiras Energia, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento (*tag along*). O exercício deste direito foi realizado em 30 de junho de 2011.

Em 23 de dezembro de 2011, foi concluída a aquisição, através da controlada ECE Participações, dos 10% remanescentes dos direitos de exploração da UHE Santo Antônio do Jari. Com esta aquisição o Grupo EDP - Energias do Brasil passou a deter 100% dos direitos de exploração.

O investimento total previsto pode variar entre R$1,27 bilhão e R$1,41 bilhão, incluindo o investimento na construção da usina para a instalação da capacidade máxima de 373,4 MW e o pagamento do projeto aos vendedores.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis em 13 de outubro de 2011, data de aquisição, é apresentado a seguir:

	Nota	Valor justo reconhecido na aquisição	Valor contábil
Imobilizado	11	28.996	28.996
Intangível - direito de concessão	12	584.274	
Caixa e equivalentes de caixa		3.522	3.522
		616.792	**32.518**
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	6.2	(198.680)	(27)
Total do acervo líquido adquirido		**418.112**	**32.491**
Deságio na compra	18	(10.184)	
Contraprestação contingente		**407.928**	**32.491**
Contraprestação contingente paga à vista		284.079	
Contraprestação contingente a pagar	16	123.849	
Caixa líquido adquirido com a controlada			3.522
Caixa pago			(284.079)
Fluxo de saída de caixa, líquido		**–**	**(280.557)**

3.2 Contraprestação contingente

3.2.1 Controladora

Como parte do contrato de compra da ECE Participações, foi acordada uma contraprestação contingente com o ex-proprietário e os pagamentos adicionais serão feitos da seguinte forma:

a) R$29.000, mediante a publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e/ou demais Aditivos ao Contrato de Concessão, o que por último ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos, a prorrogação do Contrato de Concessão para 2044, a homologação de potência da UHE Jari para 373,40 MW, a definição do novo cronograma físico de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo (em conjunto, os "Aditivos ao Contrato de Concessão");

b) R$47.000, assumindo-se a estimativa de incremento de 23,25 MW médios de energia assegurada, totalizando 219,35 MW médios na UHE Jari. Caso haja variações no montante de energia assegurada a ser homologado pela ANEEL, o valor a ser pago será de R$2.022 por MW médios de energia assegurada, adicional aos 196,1 MW médios já homologados, referente ao aumento de potência homologado nos termos da letra (a) supra, mediante a publicação do ato confirmatório da respectiva homologação da energia assegurada pela ANEEL;

c) R$19.000, mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materiais, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do Convênio ICMS nº 53, de 6 de julho de 2001; e

d) R$8.000, mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, junto às Autoridades Governamentais competentes.

Em 13 de outubro de 2011 o valor da contraprestação contingente na Controladora foi estimado em R$111.740 e o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão Outros. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente a soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados *pro rata temporis* no período entre a data base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento. A atualização monetária até 13 de outubro de 2011, foi registrada no intangível e após esta data a contabilização foi contra despesa financeira no montante de R$2.349.

3.2.2 Controlada

Em complemento aos valores adicionais a serem pagos ao ex-proprietário da ECE Participações, abaixo estão relacionados os pagamentos adicionais a serem pagos para o ex-proprietário da Jari Energética:

a) R$3.222, mediante a publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e/ou demais aditivos ao Contrato de Concessão, o que por úlltimo ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos, a prorrogação do Contrato de Concessão para 2044, a homologação de potência da UHE Jari para 373,40 MW, a definição do novo cronograma fisíco de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo;

b) R$5.222, assumindo-se a estimativa de incremento de 23,25 MW médios de energia assegurada, totalizando 219,35 MW médios na UHE Jari;

c) R$2.111 mediante a aprovação junto a todas a Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materias, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do convênio ICMS nº 53, de 6 de julho de 2001; e

d) R$889 mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, junto às Autoridades Governamentais competentes.

3.2.3 Consolidado

Em dezembro de 2011 o valor da contraprestação contingente no Consolidado foi estimado em R$123.849 (R$111.740 - controladora e R$12.109 - na controlada ECE Participações), o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão Outros. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente a soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados *pro rata temporis* no período entre a data base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento. As atualizações monetárias até 13 de outubro de 2011 (Controladora) e até 23 de dezembro de 2011 (controlada ECE Participações), foram registradas no intangível. As atualizações monetárias a partir daquelas datas até 31 de dezembro de 2011, no montante de R$2.375 foram registradas contra despesa financeira (R$2.349 na Controladora e R$26 na Controlada).

A controlada indireta ECE Participações, encontra-se em fase pré-operacional e apresentou prejuízo no exercício de R$561.

Em 26 de janeiro de 2012 foram liquidados os pagamentos da contraprestação contingente, referente a prorrogação do contrato de concessão, ao aumento da potência da usina e a homologação do REIDI conforme mencionado na nota de Eventos Subsequentes.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2011
Bancos conta movimento	435	5	2.588
Aplicações financeiras - renda fixa	6.654		6.654
Total	**7.089**	**5**	**9.242**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Debêntures, remunerados a taxa de 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A exposição da Companhia e controlada a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.

5 Impostos e contribuições sociais

	Controladora Circulante 31/12/2011	Controladora Circulante 31/12/2010	Consolidado Circulante 31/12/2011
Ativo - Compensáveis			
Imposto de renda e contribuição social	15	495	15
IRRF sobre aplicações financeiras	85		85
ISS			3.647
Outros		9	
Total	**100**	**504**	**3.747**
Passivo - a recolher			
Imposto de renda e contribuição social		495	
ICMS sobre diferencial de alíquota	3		4
ISS	9		10
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	4		46
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	2		32
Outros	10		40
Total	**28**	**495**	**132**

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Controladora

	Controladora Passivo não circulante 31/12/2011				Resultado 2011
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias - RTT					
Imobilizado em serviços - Intangíveis	10.184	2.546	917	3.463	(3.463)
Total Passivos Diferidos		**2.546**	**917**	**3.463**	**(3.463)**

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Consolidado

	Consolidado Ativo não circulante 31/12/2011				Consolidado Passivo não circulante 31/12/2011				Resultado 2011
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ/CSLL
Diferenças temporárias - RTT									
Imobilizado em serviços - Intangíveis				–	10.184	2.546	917	3.463	(3.463)
Mais valia - CPC 15				–	584.275	146.069	52.584	198.653	
Licenças ambientais - CPC 25	10.490	2.622	944	3.566	10.490	2.622	944	3.566	
Total Ativos/Passivos Diferidos		**2.622**	**944**	**3.566**		**151.237**	**54.445**	**205.682**	**(3.463)**

7 Partes relacionadas

Controladora

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo 31/12/2011	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Partes relacionadas								
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	ECE Participações	15/12/2011		3.747			3.747	
Contrato de aluguel de sala Centro Operativo de Carapina	Escelsa	01/08/2005	01/08/2005 a 31/08/2011			1		
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		1		(18)	
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011			51	(6)	(2)
				3.747	**1**	**52**	**3.723**	**(2)**

Consolidado

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo 31/12/2011	Receitas (despesas) no exercício 2011
Partes relacionadas					
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011		1.858	(1.858)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014	1	(18)
Contrato de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/08/2009	10/08/2009 a 08/04/2011		(6)
				1.859	**(1.882)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A.

A contraparte ECE Participações é controlada da Companhia.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia e sua controlada não tiveram dispêndios no exercício com os profissionais chave da Administração.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Controladora Circulante 31/12/2011	Consolidado Circulante 31/12/2011
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	18	31
Serviços em curso		354
Total	**18**	**385**
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	8	26
Total	**8**	**26**

9 Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 18 de outubro de 2011 a Companhia efetuou um Adiantamento para futuro aumento de capital para sua Controlada no valor de R$1.000, e em 23 de dezembro de 2011 foi efetuado outro AFAC no montante de R$28.000.

10 Investimentos

10.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldos em 31/12/2010	Adições	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2011
Investimentos				
ECE Participações		32.491	(467)	32.024
Total	**–**	**32.491**	**(467)**	**32.024**

Para fins de calculo da equivalência patrimonial foi considerado o resultado a partir de 13 de outubro de 2011, data da obtenção do controle, conforme mencionado na nota 3.

10.2 Participação direta dos investimentos

	Ações/Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido	
	31/12/2011		31/12/2011							
Empresas	Ordinárias/ Quotas	Preferenciais	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ECE Participações	18.545	18.545	100	100	149.563	12.836	117.539	11.405	32.024	1.431

Empresas	Resultado acumulado 31/12/2011	31/12/2010
ECE Participações	(561)	(118)

11 Imobilizado

	Controladora 31/12/2011				Controladora 31/12/2010			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Geração								
Veículos	20,00	71	(41)	30	20,00	72	(27)	45
		71	**(41)**	**30**		**72**	**(27)**	**45**
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,00	20	(3)	17	10,00	20	(2)	18
Veículos	20,00	68	(40)	28	20,00	68	(26)	42
		88	**(43)**	**45**		**88**	**(28)**	**60**
Total do Imobilizado em serviço		**159**	**(84)**	**75**		**160**	**(55)**	**105**
Total imobilizado tangível		**159**	**(84)**	**75**		**160**	**(55)**	**105**

	Consolidado 31/12/2011			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Geração				
Veículos	20,00	71	(41)	30
		71	**(41)**	**30**
Administração				
Máquinas e equipamentos	10,00	20	(3)	17
Veículos	20,00	68	(40)	28
		88	**(43)**	**45**
Total do Imobilizado em serviço		**159**	**(84)**	**75**
Imobilizado em curso				
Geração		100.783		100.783
Total do Imobilizado em curso		**100.783**	**–**	**100.783**
Total imobilizado tangível		**100.942**	**(84)**	**100.858**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Deprecia-ções	Baixas	Partes relacionadas	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	18		(2)	1		17
Veículos	87		(28)	(1)		58
Total do imobilizado em serviço	**105**	**–**	**(30)**	**–**	**–**	**75**
Total do Imobilizado em curso	**–**	**3.806**	**–**	**(59)**	**(3.747)**	**–**
Total do imobilizado	**105**	**3.806**	**(30)**	**(59)**	**(3.747)**	**75**

	Consolidado								
	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Juros Capitalizados	Depreciações	Baixas	Partes relacionadas	Aquisição de empresas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço									
Máquinas e equipamentos	18			(2)	1				17
Veículos	87			(28)	(1)				58
Total do imobilizado em serviço	**105**	**–**	**–**	**(30)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**75**
Total do Imobilizado em curso	**–**	**65.436**	**1.462**	**–**	**(59)**	**1.858**	**28.996**	**3.090**	**100.783**
Total do imobilizado	**105**	**65.436**	**1.462**	**(30)**	**(59)**	**1.858**	**28.996**	**3.090**	**100.858**

11.1 Aquisições

Do montante registrado na coluna de aquisições, R$60.563 referem-se a adiantamentos a fornecedores para a construção da usina.

11.2 Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota 7, o saldo apresentado na coluna de Partes Relacionadas refere-se ao Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos entre a Companhia e a controlada no valor de R$3.747 e a coligada Energest no valor de R$1.858.

11.3 Aquisição de empresas

O Valor apresentado referente a Aquisição de empresas, conforme evidenciado na nota de Combinação de Negócios (Nota 3) refere-se ao Imobilizado adquirido.

12 Intangível

	Controladora 31/12/2011				Controladora 31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Geração								
Direito de concessão - Outros		346.593		346.593				
		346.593	**–**	**346.593**		**–**	**–**	**–**
Administração								
Software	20,00	26	(8)	18	20,00	26	(3)	23
		26	**(8)**	**18**		**26**	**(3)**	**23**
Total do Intangível em Serviço		**346.619**	**(8)**	**346.611**		**26**	**(3)**	**23**
Intangível em curso								
Geração						359		359
Total intangível		**346.619**	**(8)**	**346.611**		**385**	**(3)**	**382**

	Consolidado 31/12/2011			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Geração				
Direito de concessão - Outros		584.274		584.274
		584.274	**–**	**584.274**
Administração				
Software	20,00	26	(8)	18
		26	**(8)**	**18**
Total do Intangível em Serviço		**584.300**	**(8)**	**584.292**
Intangível em curso				
Geração		19		19
Total do Intangível em Curso		**19**	**–**	**19**
Total intangível		**584.319**	**(8)**	**584.311**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora				
	Valor líquido 31/12/2010	Amortizações	Baixas	Aquisição de empresa	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço					
Software	23	(5)			18
Intangível em curso	359		(359)	346.593	346.593
Total Intangível	**382**	**(5)**	**(359)**	**346.593**	**346.611**

	Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Amorti-zações	Baixas	Aquisição de empresas	Reclassi-ficação	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço							
Software	23		(5)				18
Direito de concessão - Outros					584.274		584.274
Intangível em curso	359	3.109		(359)		(3.090)	19
Total Intangível	**382**	**3.109**	**(5)**	**(359)**	**584.274**	**(3.090)**	**584.311**

12.1 Direito de Concessão - Outros

Refere-se aos direitos de exploração da UHE Jari adquiridos em 2011, conforme descrito na nota 3.

13 Fornecedores

	Controladora Circulante 31/12/2011	Controladora Circulante 31/12/2010	Consolidado Circulante 31/12/2011
Materiais e serviços	153	8	1.723
Total	**153**	**8**	**1.723**

14 Debêntures

Emissora	Data: Emissão	Data: Liquidação	Frequência	Série	Quantidade de títulos	Remuneração	Montante
CEJA	03/11/2011	11/10/2013	1ª	Única	300	110,50% do CDI	300.000

14.1 Emissão de debêntures

Em 24 de outubro de 2011, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos.

Foi emitido o total de 300 debêntures, de valor nominal unitário de R$1.000.000,00, com subscrição integral no valor total de R$300.000, com vigência até 11 de outubro de 2013, pagamento de juros remuneratórios na data de vencimento.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 110,50% das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da Companhia e redução dos seus custos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:
(i) Se a Emissora não pagar pontualmente quaisquer valores devidos aos Debenturistas, uma vez decorrido 05 dias úteis da notificação para pagamento entregue à Emissora pelo Agente Fiduciário;
(ii) Se a Emissora requerer sua recuperação extrajudicial ou tiver sua recuperação judicial ou sua falência decretada; e
(iii) Se a Emissora deixar de fornecer seus balanços anuais auditados por empresa de primeira linha durante todo o período de vigência das Debêntures.

Ano	Valor
2013	305.593
Total	**305.593**

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Controladora			
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2011
Não circulante				
Debêntures		300.000	5.593	305.593
	–	**300.000**	**5.593**	**305.593**

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2011
Não circulante				
Debêntures		300.000	5.593	305.593
	–	**300.000**	**5.593**	**305.593**

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição dos empréstimos

		Consolidado 31/12/2011	
		Encargos	Principal
	Custo da dívida	Não circulante	Não circulante
Moeda Nacional			
Cédula de Crédito Bancário	109% do CDI	338	54.700
		338	**54.700**

15.2 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da Companhia

Cédulas de Crédito Bancário - Itaú-Unibanco - Linha de crédito contratada pela Companhia em 11 de outubro de 2011 no valor de R$300.000, destinado como empréstimo-ponte para Implementação do Projeto de Construção da UHE Jari, com vencimento para 45 dias, às taxas de 110,5% e 113,0% do CDI. O financiamento foi liquidado em 21 de novembro de 2011.

15.3 Informações adicionais sobre o serviço da dívida da ECE Participações

Cédulas de Crédito Bancário - Banco do Brasil - Linha de crédito contratada pela Controlada em 26 de outubro de 2011 no valor de R$360.000, destinado como empréstimo-ponte para Implementação do Projeto de Construção da UHE Jari, à taxa de 109% do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2013. Os desembolsos ocorrerão conforme necessidade. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$55.038.

15.4 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

	Consolidado Tipo de moeda	
Vencimento	Nacional	Total
Não circulante		
2013	55.038	55.038
Total	**55.038**	**55.038**

A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercício é a seguinte:

	Controladora					
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos		300.000	(300.000)	(3.779)	3.779	–
	–	**300.000**	**(300.000)**	**(3.779)**	**3.779**	–

	Consolidado					
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos		300.000	(300.000)	(3.779)	3.779	–
	–	**300.000**	**(300.000)**	**(3.779)**	**3.779**	**–**
Não circulante						
Empréstimos e Financiamentos		54.700			338	55.038
	–	**54.700**	**–**	**–**	**338**	**55.038**

16 Provisões

	Controladora	Consolidado	
	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011
Licenças ambientais		3.165	7.325
Contraprestação contingente (Nota 3)	114.089	126.224	
Total	**114.089**	**129.389**	**7.325**

16.1 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das usinas, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

17 Patrimônio líquido

17.1 Capital social

O capital social é de R$20.127, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e está representado por 20.126.746 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil (20.126.747 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2010).

A quantidade de ações antes do aumento de capital, em 2010 era de 14.721.837 e com o aumento foram emitidas 5.404.910 ações ordinárias passando a quantidade total de ações para 20.126.747.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social, e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	20.126.743	100	20.126.746	100
Outros	3		1	
Total	**20.126.746**	**100**	**20.126.747**	**100**

18 Gastos operacionais

	Controladora 2011			2010
	Despesas operacionais			
	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Gerenciáveis				
Material	70		70	
Serviços de terceiros	239		239	17
Depreciação	30		30	
Amortização	5		5	
Aluguéis e arrendamentos	84		84	
Outras	88	(9.825)	(9.737)	15
	516	**(9.825)**	**(9.309)**	**32**
Total	**516**	**(9.825)**	**(9.309)**	**32**

	Consolidado 2011			
	Custo do serviço	Despesas operacionais		
	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	134			134
Material	23	70		93
Serviços de terceiros	274	239		513
Depreciação		30		30
Amortização		5		5
Aluguéis e arrendamentos	5	84		89
Outras	4	88	(9.825)	(9.733)
	440	**516**	**(9.825)**	**(8.869)**
Total	**440**	**516**	**(9.825)**	**(8.869)**

18.1 Outras

O montante de R$9.825 é decorrente da compra vantajosa na combinação de negócios, descrita na nota 3, no valor de R$10.184, descontado das baixas dos projetos registrados no Intangível em curso em R$359.

19 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011
Receitas financeiras			
Renda de aplicações financeiras	479		479
Outras receitas financeiras	1.563		1.563
	2.042	**–**	**2.042**
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	(12.208)	(1)	(12.208)
Variações monetárias moeda nacional	(2.350)		(2.376)
Atualização monetária contratos de mútuo	(5)	(3)	(5)
Outras despesas financeiras	(3)	(12)	(3)
	(14.566)	**(16)**	**(14.592)**
Total	**(12.524)**	**(16)**	**(12.550)**

20 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(3.681)	(48)	(3.681)	(48)	(3.680)	(48)	(3.680)	(48)
Alíquota	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	920	12	331	4	920	12	331	4
Doações					3		1	
Resultados de equivalência patrimonial	(117)		(42)					
Outros								
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(3.349)	(12)	(1.206)	(4)	(3.469)	(12)	(1.249)	(4)
Despesa de IRPJ e CSLL	**(2.546)**	**–**	**(917)**	**–**	**(2.546)**	**–**	**(917)**	**–**
Alíquota Efetiva	-69%		-25%		-69%		-25%	

21 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

21.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil difere do seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.089	5	7.089	5
Não circulante				
Partes relacionadas	3.747		3.747	
Total Ativo	**10.836**	**5**	**10.836**	**5**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	153	8	153	8
Não circulante				
Debêntures	305.593		305.593	
Partes relacionadas	1	52	1	52
Total Passivo	**305.747**	**60**	**305.747**	**60**

	Consolidado	
	Valor justo 31/12/2011	Valor contábil 31/12/2011
Ativos financeiros		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9.242	9.242
Total Ativo	**9.242**	**9.242**
Passivos financeiros		
Circulante		
Fornecedores	1.723	1.723
Não circulante		
Debêntures	305.593	305.593
Empréstimos e financiamentos	55.969	55.038
Partes relacionadas	1.859	1.859
Total Passivo	**365.144**	**364.213**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

As Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&F Bovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e transferência de ativos entre a Companhia e a ECE Participações, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

Controladora

	31/12/2011			31/12/2010	
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		7.089	7.089	5	5
Partes relacionadas	3.747		3.747		–
	3.747	**7.089**	**10.836**	**5**	**5**

Controladora

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	153	153	8	8
Debêntures	305.593	305.593		–
Partes relacionadas	1	1	52	52
	305.747	**305.747**	**60**	**60**

Consolidado

	31/12/2011	
Ativos financeiros	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	9.242	9.242
	9.242	**9.242**

Consolidado

	31/12/2011	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	1.723	1.723
Debêntures	305.593	305.593
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.038	55.038
Partes relacionadas	1.859	1.859
	364.213	**364.213**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual, buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

Controladora

		Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	7.089	435	6.654
	7.089	**435**	**6.654**

Consolidado

		Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	9.242	2.588	6.654
	9.242	**2.588**	**6.654**

21.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

22 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora 31/12/2011	Consolidado 31/12/2011
Usinas		731.323
Responsabilidade civil		50.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos representados por passivos de curto e por dívidas financeiras de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e as obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Controladora

		31/12/2011		
	Nota	**Total**	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14	305.593		305.593
Obrigações de compra		591	591	
Contraprestação contingente	16	12.135	12.135	
		318.319	**12.726**	**305.593**

Consolidado

		31/12/2011		
	Nota	**Total**	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14 e 15	360.631		360.631
Obrigações de compra		591	591	
Contraprestação contingente	16	126.224	126.224	
Licenças ambientais	16	10.490	3.165	7.325
		497.936	**129.980**	**367.956**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e sua controlada. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

23.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	Controladora 31/12/2011	Consolidado 31/12/2011
Aval de acionista		55.038
Fiança Corporativa	305.593	305.593
	305.593	**360.631**

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se ao contrato de empréstimo e financiamento da Controlada.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se as Debêntures da Companhia.

24 Eventos Subsequentes

Contraprestação Contingente

Em 26 de janeiro de 2012, foram realizados os pagamentos da contraprestação contingente (Nota 3) no montante de R$43.548, referente a prorrogação do contrato de concessão, ao aumento da potência da usina e a homologação do REIDI. O valor pago pela Companhia foi de R$39.169 e pela controlada R$4.379.

Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. A aplicação das novas taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis, considerando a entrada em operação da usina esperada para 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor de Engenharia e Construção

Luis Carlos Gouveia Pereira
Diretor Administrativo e Financeiro

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Companhia Energética do Jari - CEJA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia Energética do Jari - CEJA em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética do Jari - CEJA essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

ECE Paticipações S.A.

CNPJ nº 09.333.996/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.153	181
Impostos e contribuições sociais	5	3.647	
Outros créditos	8	367	10
		6.167	**191**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	3.566	
		3.566	**–**
Imobilizado	9	100.783	12.645
Intangível	10	39.047	
		139.830	**12.645**
Total do ativo		**149.563**	**12.836**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	11	1.570	11
Impostos e contribuições sociais	5	104	14
Obrigações estimadas com pessoal		13	
Provisões	14	15.300	
Outras contas a pagar	8	18	
		17.005	**25**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	3.566	
Empréstimos e financiamentos	12	55.038	
Partes relacionadas	7	5.605	
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	29.000	11.380
Provisões	14	7.325	
		100.534	**11.380**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	32.976	1.822
Lucros (prejuízos) acumulados		(952)	(391)
		32.024	**1.431**
Total do passivo e patrimônio líquido		**149.563**	**12.836**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2011	2010
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	16		
Pessoal		(134)	
Materiais e serviços de terceiros		(330)	
Outros custos de operação		(68)	
		(532)	–
Lucro bruto		**(532)**	**–**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			(76)
		–	**(76)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**(532)**	**(76)**
Resultado das participações societárias			
Despesas financeiras		(29)	(42)
Resultado financeiro	**17**	**(29)**	**(42)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(561)**	**(118)**
Prejuízo do exercício		**(561)**	**(118)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**1.822**	**(273)**	**1.549**
Prejuízo do exercício		(118)	(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**1.822**	**(391)**	**1.431**
Aumento de capital - AGE 18/03/2011	14.668		14.668
Aumento de capital - AGE 09/08/2011	7.211		7.211
Aumento de capital - AGE 01/09/2011	1.704		1.704
Aumento de capital - AGE 19/09/2011	7.571		7.571
Prejuízo do exercício		(561)	(561)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**32.976**	**(952)**	**32.024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(561)	(118)
Ajuste para conciliar o prejuízo ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	338	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	26	
	(197)	**(118)**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3.647)	
Outros ativos operacionais	(356)	(6)
	(4.003)	**(6)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.559	11
Outros tributos e contribuições sociais	90	
Obrigações estimadas com pessoal	13	
Outros passivos operacionais	18	
	1.680	**11**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(2.520)**	**(113)**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(2.520)**	**(113)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixas (adições) ao investimento	(26.919)	
Adições ao Imobilizado e Intangível	(77.668)	(4.204)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(104.587)**	**(4.204)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	5.605	
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.000	4.237
Aumento(redução) de capital	19.774	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	54.700	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**109.079**	**4.237**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.972**	**(80)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.153	181
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	181	261
	1.972	**(80)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Geração do valor adicionado		
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(392)**	**(76)**
Materiais	(23)	
Serviços de terceiros	(307)	
Outros custos operacionais	(62)	(76)
Valor adicionado bruto	**(392)**	**(76)**
Valor adicionado líquido produzido	**(392)**	**(76)**
Valor adicionado total a distribuir	**(392)**	**(76)**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	84	
Benefícios	14	
FGTS	7	
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	27	
Estaduais	3	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	29	42
Aluguéis	5	
	169	**42**
Prejuízo	(561)	(118)
	(392)	**(76)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia ECE Participações S.A. (Companhia ou ECE), é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da Companhia Energética do Jari - CEJA, Companhia do Grupo EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo - SP, que tem por objeto social o propósito específico de direta ou indiretamente, implantar e explorar o potencial hidraulico da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari e comercializar a energia elétrica nela gerada e ainda exercer outras ações que possam no todo ou em parte ser vinculada ao seu propósito específico.

2 Concessões

A Companhia possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado	Cidade	Rio	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Santo Antonio do Jari	PA/AP	Laranjal do Jari	Jari	373,4	196,1	21/12/1987	31/12/2044

O projeto básico da UHE Santo Antonio do Jari foi alterado passando sua potência de 300 MW para 373,4 MW. A garantia física relacionada à potência de 300 MW é de 196,1 MW médios e energia assegura, conforme Portaria MME nº 34/2010. A garantia física correspondente à potência de 73,4 MW está sendo calculada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

O prazo do contrato de concessão incial previa um período de 30 anos a contar de 21 de dezembro de 1987, data da publicação do Decreto de outorga da concessão. No 4º termo aditivo de 23 de janeiro de 2012, foi prorrogado o prazo de concessão até 31 de dezembro de 2044.

No leilão A-5 ocorrido em dezembro de 2010, foram vendidos 190MW médios correspondente a um fator de utilização de 65% da capacidade instalada, já aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo período de 30 anos findo em 31 de dezembro de 2044.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da concessionária, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do poder concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R$574, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

3 Base de preparação e práticas contábeis

3.1 Base de preparação

3.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Resolução CFC nº 1.359 de 16 de setembro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intagível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

c) intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos no desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - outros. Os seguintes critérios são aplicados:

• Direitos de concessão - outros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e avaliados anualmente para fins de imparidade.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis de intangíveis associados a direito de concessão não superam os prazos residuais dos contratos de concessão. O início da amortização será quando a usina entrar em operação.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R4).

d) Licenças ambientais (Notas 9 e 14)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é constituída uma provisão e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

e) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

h) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i) Contraprestação contingente (Nota 14)

Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos são atualizados pela taxa de juros efetiva.

j) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

l) Instrumentos financeiros (Nota 18)

Instrumentos financeiros não derivativos incluem, Caixas e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras obrigações. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

m) Capital social (Nota 15)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis, por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

n) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros, recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos a licenças ambientais e contraprestação contingente.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5 e 6)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei 11.941/09).

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

3.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	2.153	181
Total	**2.153**	**181**

5 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - Compensáveis		
ISS	3.647	
Total	**3.647**	–
Passivo - a recolher		
ICMS sobre diferencial de alíquota	1	
ISS	1	
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	42	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	30	
Outros	30	14
Total	**104**	**14**

6 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Não circulante			
	31/12/2011			
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
Diferenças temporárias - RTT				
Licenças ambientais - CPC 25	10.490	2.622	944	3.566
Total diferenças temporárias - RTT		**2.622**	**944**	**3.566**
Total ativos/Passivos diferidos		**2.622**	**944**	**3.566**

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

	Não circulante			
	31/12/2011			
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**
Diferenças temporárias - RTT				
Licenças ambientais - CPC 25	10.490	2.622	944	3.566
Total diferenças temporárias - RTT		**2.622**	**944**	**3.566**
Total ativos/Passivos diferidos		**2.622**	**944**	**3.566**

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo 31/12/2011	Receitas (Despesas) no exercício 2011
Partes relacionadas					
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	CEJA	15/12/2011		3.747	(3.747)
Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos	Energest	15/12/2011		1.858	(1.858)
				5.605	**(5.605)**
			Total	**5.605**	**(5.605)**

7.1 Controladora direta e controladora final

A controladora direta da companhia é a Companhia Energética do Jari - CEJA e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chaves da Administração.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	13	
Adiantamentos a fornecedores		10
Serviços em curso	354	
Total	**367**	**10**
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	18	
Total	**18**	–

9 Imobilizado

	31/12/2011			31/12/2010		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso						
Geração		100.783	100.783		12.645	12.645
Total do imobilizado em curso		**100.783**	**100.783**		**12.645**	**12.645**
Total imobilizado		**100.783**	**100.783**		**12.645**	**12.645**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros capitalizados	Partes relacionadas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em curso	12.645	77.981	1.462	5.605	3.090	100.783
Total do imobilizado	**12.645**	**77.981**	**1.462**	**5.605**	**3.090**	**100.783**

9.1 Ingressos

Os ingressos no imobilizado referem-se a construção da UHE Santo Antônio do Jari.

9.2 Partes relacionadas

Conforme mencionado na nota 7, o saldo apresentado na coluna de Partes Relacionadas refere-se ao Contrato de Cessão e Transferência de Investimentos entre a Companhia e sua controladora no valor de R$3.747 e a coligada Energest no valor de R$1.858.

10 Intangível

	31/12/2011		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em serviço			
Geração			
Direito de concessão - Outros		39.028	39.028
		39.028	**39.028**
Total do Intangível em Serviço		**39.028**	**39.028**
Intangível em curso			
Geração		19	19
Total do Intangível em Curso		**19**	**19**
Total do intangível		**39.047**	**39.047**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Aquisição de concessão	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço					
Direito de concessão - Outros			39.028		39.028
Intangível em curso		3.109		(3.090)	19
Total do intangível	–	**3.109**	**39.028**	**(3.090)**	**39.047**

10.1 Direito de Concessão - Outros

Em 20 de dezembro de 2011, a ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.292, anuiu a transferência da participação de 10% da Jari Energética S.A. na concessão da UHE Jari, para a Companhia.

Em 23 de dezembro de 2011, data da transferência, foram reconhecidos R$26.919, referente ao percentual de 10%, e R$12.109 referente a contraprestação contingente, vide nota 14.2. Os valores na data da transferência encontravam-se atualizados de acordo com as cláusulas contratuais, sendo 50% da variação da taxa DI e 50% da variação da IPCA.

11 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Materiais e serviços	1.570	11
Total	**1.570**	**11**

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

12.1 Composição dos empréstimos

		31/12/2011	
		Encargos	Principal
	Custo da dívida	Não circulante	Não circulante
Cédula de Crédito Bancário	109% do CDI	338	54.700
		338	**54.700**

Banco do Brasil

Cédulas de Crédito Bancário - Banco do Brasil - Linha de crédito contratada pela Companhia em 26 de outubro de 2011 no valor de R$360.000, destinado como empréstimo ponte para Implementação do Projeto de Construção da UHE Jari, à taxa de 109% do CDI, com vencimento em 13 de outubro de 2013. Os desembolsos ocorrerão conforme necessidade. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$55.038.

12.2 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

	Tipo de moeda	
Vencimento	**Nacional**	**Total**
Não circulante		
2013	55.038	55.038
Total	**55.038**	**55.038**

A mutação dos empréstimos e financiamentos do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Juros provisionados	Valor líquido em 31/12/2011
Não circulante				
Empréstimos e Financiamentos		54.700	338	55.038
	–	**54.700**	**338**	**55.038**

13 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Passivo	
	Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Companhia Energética do Jari - CEJA	29.000	
Participa Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.		11.335
ECE Comercializadora de Energia Ltda.		45
Total	**29.000**	**11.380**

Em 18 de outubro de 2011 a ECE recebeu um Adiantamento para futuro aumento de capital da CEJA no valor de R$1.000, e em 23 de dezembro de 2011 foi efetuado outro AFAC no montante de R$28.000.

14 Provisões

	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011
Licenças ambientais	3.165	7.325
Contraprestação contingente	12.135	
Total	**15.300**	**7.325**

14.1 Licenças ambientais

O montante de R$10.490 em 31 de dezembro de 2011, refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Jari, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

14.2 Contraprestação contingente

Como parte do contrato de compra da UHE Jari, em dezembro foi efetuada a transferência dos 10% restantes da concessão, que pertenciam à Jari Energética. Foi acordada uma contraprestação contingente com a Jari Energética S.A. (ex-proprietária) e os pagamentos adicionais pela transferência da concessão serão feitos da seguinte forma:

a) R$3.222, mediante a publicação do ato confirmatório da celebração do segundo e ou demais aditivos ao Contrato de Concessão, o que por último ocorrer, contemplando, cumulativamente, o qual deverá incluir, mas sem limitação, em um ou mais aditivos, a prorrogação do Contrato de Concessão para 2044, a homologação de potência da UHE Jari para 373,40 MW, a definição do novo cronograma físico de implantação do empreendimento, alteração do traçado da linha de transmissão de uso exclusivo;

b) R$5.222, assumindo-se a estimativa de incremento de 23, 25 MWm de energia assegurada, totalizando 219,35 MWm na UHE Jari;

c) R$2.111 mediante a aprovação junto a todas as Autoridades Governamentais competentes e publicação do benefício fiscal de diferencial de alíquota devida nas aquisições interestaduais de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes e outros materias, bem como os importados sem similar nacional (DIFAL), objeto do

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

convênio ICMS nº 53, de 6 de julho de 2001; e

d) R$889 mediante a homologação do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes.

Em 23 de dezembro de 2011 o valor da contraprestação contingente foi estimado em R$12.109, o reconhecimento desses custos ocorreu contra a rubrica de Intangível - Direito de Concessão - Outros. O saldo é corrigido pelo percentual correspondente à soma de 50% da variação da Taxa DI e 50% da variação do IPCA, ambos calculados *pro rata temporis* no período entre a data-base (1º de junho de 2011) e data do efetivo pagamento. As atualizações monetárias até 23 de dezembro de 2011, foram registradas no intangível e após está data a contabilização foi contra a despesa financeira no montante de R$26.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social é de R$32.976 em 31 de dezembro de 2011 e está representado por 18.545.208 ações ordinárias e 18.545.208 ações preferenciais, sem valor nominal, sendo que estão integralizadas nesta data 15.248.758 ações ordinárias e 17.726.788 ações preferenciais, integralmente detidas pela Companhia Energética do Jari S.A. - CEJA. O capital social era de R$1.822 em 31 de dezembro de 2010 e estava representado por 1.822.417 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente detidas por pessoas físicas e jurídicas residentes no país.

16 Gastos operacionais

	2011		2010
	Custo do serviço De operação	Total	Total
Gerenciáveis			
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	134	134	
Material	23	23	
Serviços de terceiros	307	307	
Aluguéis e arrendamentos	5	5	
Outras	63	63	76
Total	**532**	**532**	**76**

17 Resultado financeiro

	2011	2010
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas		(42)
Variações monetárias moeda nacional	(26)	
Outras despesas financeiras	(3)	
Total	**(29)**	**(42)**

18 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

18.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

18.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.153	181	2.153	181
	2.153	**181**	**2.153**	**181**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.570	11	1.570	11
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	55.969		55.038	
Partes relacionadas	5.605		5.605	
	63.144	**11**	**62.213**	**11**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumentos financeiros.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de transferências de ativos entre a Companhia e a Energest e a CEJA, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011		31/12/2010	
Ativos financeiros	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	2.153	2.153	181	181
	2.153	**2.153**	**181**	**181**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	1.570	1.570	11	11
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	55.038	55.038		–
Partes relacionadas	5.605	5.605		–
	62.213	**62.213**	**11**	**11**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.153	2.153
	2.153	**2.153**

18.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado ao CDI.

Como risco de mercado associado a taxas de juros, atribui-se ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos instrumentos avaliados aproxima-se do seu valor contábil.

18.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A posição em 31 de dezembro de 2011 em Caixa temos um montante disponível imediatamente e Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

18.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

19 Cobertura de seguros

A Companhia mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Usinas	731.323
Responsabilidade civil	50.000

20 Compromissos contratuais e Garantias

20.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos representados por passivos de curto e por dívidas financeiras de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) , são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		31/12/2011		
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vincendos	12	55.038		55.038
Contraprestação Contingente	14	114.089	114.089	
Licenças ambientais	14	10.490	3.165	7.325
		179.617	**117.254**	**62.363**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

20.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2011 Valor
Aval de acionista	55.038
	55.038

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

21 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2011 foram de R$3.022, sendo este montante capitalizado no exercício, relativos à gestão e proteção do meio ambiente.

22 Eventos Subsequentes

Contraprestação Contingente

Em 26 de janeiro de 2012, foram realizados os pagamentos da contraprestação contingente (Nota 14.2) no montante de R$4.379, referente a prorrogação do contrato de concessão e ao aumento da potência da usina e a homologação do REIDI.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor
Presidente

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Luis Carlos Gouveia Pereira
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de
Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade
Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8

Enerpeixe S.A.

CNPJ nº 04.426.411/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **Enerpeixe S.A.,** em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade sócio ambiental, em 2011 deu continuidade aos seus projetos sociais nas áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação.

Na contínua procura da excelência a Enerpeixe no ano de 2011 foi recertificada no seu processo de operação e manutenção. A ISO NBR 14001 na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil) e na ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe S.A. registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	155.114	70.294
Concessionárias	4	48.093	45.881
Impostos e contribuições sociais	5	2.460	38
Cauções e depósitos vinculados	9	45.269	58.194
Despesas pagas antecipadamente		394	413
Outros créditos	10	5.820	3.299
		257.150	**178.119**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	72.176	67.551
		72.176	**67.551**
Imobilizado	11	1.663.807	1.703.413
Intangível	12	126.079	131.610
		1.789.886	**1.835.023**
Total do ativo		**2.119.212**	**2.080.693**

	Nota	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	13	3.918	4.826
Impostos e contribuições sociais	5	22.764	16.838
Partes relacionadas	7	1.147	1.924
Dividendos	21	44.200	17.000
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	115.922	116.428
Obrigações estimadas com pessoal	17	510	487
Encargos regulamentares e setoriais	15	11.611	9.672
Uso do bem público	16	16.550	16.070
Provisões	18	529	2.076
Outras contas a pagar	10	48	48
		217.199	**185.369**
Não circulante			
Exigível a longo prazo			
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	42.708	43.747
Empréstimos e financiamentos	14	351.048	464.902
Partes relacionadas	7	637	637
Uso do bem público	16	193.325	182.609
Provisões	18	1.042	880
		588.760	**692.775**
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	882.628	882.628
Reservas de capital	20.3	18.546	18.546
Reservas de lucros	20.3	412.079	301.375
		1.313.253	**1.202.549**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.119.212**	**2.080.693**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**882.628**	**18.546**	**249.007**	**(45.934)**	**1.104.247**
Lucro líquido do exercício				118.302	118.302
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.618	(3.618)	
Reserva de retenção de lucros			24.272	(24.272)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			24.478	(24.478)	
Dividendos propostos				(20.000)	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**882.628**	**18.546**	**301.375**		**1.202.549**
Lucro líquido do exercício				162.703	162.703
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			8.135	(8.135)	
Reserva de retenção de lucros			75.519	(75.519)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			27.049	(27.049)	
Dividendos intermediários (JSCP)				(52.000)	(52.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**882.628**	**18.546**	**412.079**		**1.313.253**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
Receitas	22	**357.914**	**329.570**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(983)	(5.112)
Encargos de uso da rede elétrica		(29.134)	(26.515)
	23	(30.117)	(31.627)
Custo de operação			
Pessoal		(1.591)	(1.614)
Materiais e serviços de terceiros		(11.895)	(10.855)
Depreciações e amortizações		(48.560)	(48.371)
Outros custos de operação		(1.930)	(1.480)
	23	(63.976)	(62.320)
Custo total		**(94.093)**	**(93.947)**
Lucro bruto		**263.821**	**235.623**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas			(836)
Despesas gerais e administrativas		(7.255)	(6.896)
Depreciações e amortizações		(230)	(237)
Outras despesas e receitas operacionais		(13.505)	(12.243)
	23	(20.990)	(20.212)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**242.831**	**215.411**
Receitas financeiras		16.421	8.359
Despesas financeiras		(80.255)	(92.231)
Resultado financeiro	24	**(63.834)**	**(83.872)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**178.997**	**131.539**
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(49.007)	(44.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	5.664	6.522
Imposto de Renda - Incentivo ADA	20.3.2	27.049	24.478
Resultado líquido do exercício		**162.703**	**118.302**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**195,26**	**141,98**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Geração do valor adicionado	**398.340**	**366.794**
Receita operacional	398.340	366.794
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(48.763)**	**(51.096)**
Custos da energia comprada	(983)	(5.112)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(29.134)	(26.515)
Materiais	(592)	(526)
Serviços de terceiros	(14.086)	(13.046)
Outros custos operacionais		
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(1.432)	(3.296)
Seguros	(829)	(939)
Doações, contribuições e subvenções	(248)	(261)
Tarifas bancárias	(2)	(2)
Diárias com viagens e hotéis	(75)	(109)
Jornais, revistas, livros, etc.	(69)	(60)
Ações judiciais	(1.891)	(7.991)
(–)Diversos	573	6.747
(–) Recuperação de despesas	5	14
Valor adicionado bruto	**349.577**	**315.699**
Depreciações e amortizações	(48.790)	(48.608)
Valor adicionado líquido gerado	300.787	267.090
Receitas financeiras	16.421	8.359
Valor adicionado total a distribuir	**317.208**	**275.449**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.445	3.006
Benefícios	620	666
FGTS	299	353
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	69.641	60.606
Estaduais	26	46
Municipais	11	12
Remuneração de capital de terceiros		
Juros	80.118	92.147
Aluguéis	345	311
Remuneração de capital próprio		
Dividendos propostos	52.000	20.000
	206.505	**177.147**
Lucros retidos	**110.703**	**98.302**
	317.208	**275.449**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	178.997	131.539
Depreciações e amortizações	48.790	48.608
Apropriação dos encargos e atualizações monetárias	53.037	64.611
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados		29
Despesas pagas antecipadamente	454	496
Uso de bem público	26.012	31.171
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	580	
Licenças ambientais	153	2.956
	308.023	**279.410**
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(2.212)	(119)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(2.074)	(2.671)
Cauções e depósitos vinculados	12.925	(2.689)
Despesas pagas antecipadamente	(435)	(413)
Outros ativos operacionais	(2.521)	(1.244)
	9.831	**(7.136)**
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.685)	(83)
Encargos regulamentares e setoriais	1.939	(1.235)
Outros tributos e contribuições sociais	(2.879)	(1.507)
Obrigações estimadas com pessoal	23	(55)
Uso do bem público	(14.816)	(12.482)
Provisões	(2.118)	(3.212)
Outras obrigações		(456)
	(19.536)	**(19.030)**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**298.318**	**253.244**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.374)	(15.034)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**274.944**	**238.210**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e ao intangível	(5.727)	(12.950)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(5.727)**	**(12.950)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(17.000)	(20.020)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(167.397)	(178.972)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(184.397)**	**(198.992)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**84.820**	**26.268**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	155.114	70.294
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	70.294	44.026
	84.820	**26.268**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. (“Companhia” ou “Enerpeixe”), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001.

Conforme a Portaria nº 11 do Ministério das Minas e Energia de 19 de maio de 2011, a Usina passou de 452 MW de potência instalada para 498 MW e sua energia assegurada alterada de 271 MW para 274 MW.

A energia elétrica produzida pela UHE Peixe Angical é comercializada pela Companhia na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.

O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. O prazo da concessão poderá ser prorrogado com base nos relatorios tecnicos especificos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a criterio da ANEEL, mediante requerimento das Concessionarias, desde que a exploração do Aproveitamento Hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato, na legislação do setor, e atenda os interesses dos consumidores. O requerimento de prorrogação deverá ser apresentado até 36 (trinta e seis) meses antes do término do prazo do Contrato, acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias, e dos compromissos e encargos assumidos com os órgão da Administração Pública, referentes à exploração de energia elétrica.

No caso da energia gerada ser inferiores a energia assegurada e potência contratada e/ou utilizada, a Companhia terá que ressarcir os demais agentes, que operem na modalidade integrada, pela parcela de energia e potência que completem os valores contratados e/ou utilizados, de acordo com a legislação, critérios e regras do GCOI (Grupo de Controle, Otimização e Inteligência Computacional Aplicados a Sistemas de Energia Elétrica) em vigor, mediante tarifas definidas pela ANEEL. A qualquer tempo, para atender o interesse público e na forma da legislação em vigor, o Poder Concedente poderá promover a encampação, mediante indenização prévia, dos bens ainda não depreciados, que tenham sido realizados pelas Concessionárias. A determinação do valor da indenização será realizada por auditoria do Poder Concedente. Caso ocorra a declaração de caducidade da concessão, o Poder Concedente indenizará os investimentos realizados pelas Concessionárias durante a vigência do Contrato, ainda não

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados, deduzidos os valores das penalidades e dos danos porventura decorrentes do fato motivador da caducidade.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS,* emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 24 de fevereiro de 2012.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito no resumo das principais práticas contábeis.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrado ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em Leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e os valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos.

c) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados sobre os ativos enquanto em construção.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa à Resolução Normativa ANEEL n° 367, de 02 de junho de 2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação de concessão.

e) Intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos, faixas de servidão e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

• Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1);

• Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição;

• Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão e amortizado pelo prazo de contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais (Notas 12 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível: licenças de operação são amortizadas pelo prazo de vigência da licença.

g) Redução ao valor recuperável

Ativo Financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não Financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 5, 6 e 25)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$ 240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

n) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui plano de benefício a empregados do tipo Contribuição definida. A descrição do plano de benefício concedido aos empregados está descrita na nota 19.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

o) Uso do bem público (Nota 16)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

p) Capital social (Nota 20.1)

Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidas como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

r) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para as concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com os contratos de suprimento.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

s) Estimativas contábeis e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; Provisões necessárias para custos relacionados a licença de operação e Recuperação dos ativos *(impairment)*.

t) Instrumentos financeiros (Nota 26)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

u) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional as demonstrações financeiras preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

v) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias no respectivo período.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto, não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRSs exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Balanço Patrimonial

Para melhor apresentação no Ativo o valor R$ 35.298 referente a Partes Relacionadas foi reclassificada em Concessionárias e no Passivo o valor de R$ 2.574 referente a Encargos de dívidas foi reclassificada em Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

2.4.2 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas informações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2010:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Publicado	Reclassificações	Reclassificado
Receitas	**329.570**		**329.570**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(5.112)		(5.112)
Encargos de uso da rede elétrica	(26.515)		(26.515)
	(31.627)		**(31.627)**
Custo de operação			
Pessoal	(1.614)		(1.614)
Materiais e serviços de terceiros	(10.855)		(10.855)
Depreciações e amortizações	(50.415)	2.044	(48.371)
Outros custos de operação	480	(1.960)	(1.480)
	(62.404)	**84**	**(62.320)**
Lucro bruto	**235.539**	**84**	**235.623**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas	(836)		(836)
Despesas gerais e administrativas	(6.896)		(6.896)
Depreciações e amortizações	(237)		(237)
Outras despesas e receitas operacionais	(12.243)		(12.243)
	(20.212)		**(20.212)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	**215.327**	**84**	**215.411**
Receitas financeiras	8.359		8.359
Despesas financeiras	(92.147)	(84)	(92.231)
Resultado financeiro	**(83.788)**	**(84)**	**(83.872)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**131.539**		**131.539**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(44.237)		(44.237)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.522		6.522
Imposto de renda - Incentivo ADA	24.478		24.478
Resultado líquido do exercício	**118.302**		**118.302**

O valor de R$ 2.044 refere-se a reclassificação dos créditos de PIS e COFINS de Depreciações e amortizações para Outros custos de operação e R$ 84 refere-se a reclassificação de Outros custos de operação para Despesas Financeiras.

2.4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010, a Demonstração do Fluxo de Caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação dessa demonstração efetuada por sua controladora.

Para fins de comparabilidade o valor referente a Dividendos pagos é apresentado líquido de imposto de renda onde o mesmo foi reclassificado em Outros tributos e contribuição social.

retido o montante de R$ 7.800.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	1.646	952
Aplicações financeiras - renda fixa	153.468	69.342
Total	**155.114**	**70.294**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.3.

4 Concessionárias

	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010 Reclassificado
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	35.468	35.298
Suprimento de energia elétrica - terceiros	11.750	10.431
Energia de curto prazo	875	152
Total	**48.093**	**45.881**

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, com vencimentos em até 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5 Impostos e contribuições sociais

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	2.460	38
Total	**2.460**	**38**
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	11.738	10.733
PIS e COFINS	2.879	2.813
ISS	27	23
PIS, COFINS e CS - Sobre serviços prestados por terceiros	203	183
IRRF sobre juros s/capital próprio	7.800	3.000
Outros	117	86
Total	**22.764**	**16.838**

5.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20.2). No exercício de 2011 foi

6 Impostos e contribuições sociais diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem as diferenças temporárias, os quais são utilizados para redução de carga tributaria futura foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos

	Ativo Não Circulante					Passivo Não Circulante				
Natureza dos créditos	**Base de Cálculo**	**IR**	**CS**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**Base de Cálculo**	**IR**	**CS**	**31/12/2011**	**31/12/2010**
Diferenças temporárias										
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	836	209	75	284						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	580	145	52	197						
Total diferenças temporárias		**354**	**127**	**481**						
Diferenças temporárias - RTT										
Licenças ambientais - CPC 25	991	248	89	337		1.908	477	172	649	
Uso do bem público - CPC 25	209.875	52.468	18.890	71.358	67.551	123.703	30.926	11.133	42.059	43.747
Total diferenças temporárias - RTT		**52.716**	**18.979**	**71.695**	**67.551**		**31.403**	**11.305**	**42.708**	**43.747**
Total Ativos/Passivos Diferidos		**53.070**	**19.106**	**72.176**	**67.551**		**31.403**	**11.305**	**42.708**	**43.747**

A mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contra partida a credito do resultado do exercício em R$ 5.664.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais nos seguintes exercícios:

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total Não circulante
3.103	2.766	2.766	2.766	2.766	8.298	49.711	72.176

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos as operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

					Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício, bruto de PIS e COFINS	
Contraparte	**Objeto do contrato**	**Data da transação**	**Período de duração**	**Preço praticado R$/MWh em 31/12/2011**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**2011**	**2010**
Concessionárias - Circulante										
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	173,25	18.707	19.341			156.150	145.228
	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	169,30	6.817	6.826			58.689	54.094
Escelsa	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/01/2016	171,39	9.944	9.131			77.273	72.369
					35.468	**35.298**			**292.112**	**271.691**
Partes relacionadas	**Não circulante**									
Bandeirante	1)	01/01/2007	Indeterminado				162	162		
Bandeirante	2)	01/07/2007	Indeterminado				475	475		
							637	**637**		
Fornecedores - Circulante										
Energest	Serviços de consultoria ambiental						31	30	(373)	(301)
Evrecy	Uso do sistema de transmissão	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025				1	1	(14)	(13)
Enertrade	Energia Comprada para revenda	01/04/2011 27/06/2011	01/03/2011 a 31/03/2011 01/04/2011 a 31/05/2011						(727)	
Furnas	Encargos de uso da rede						545	449	(4.787)	(4.320)
Furnas	Serviço de operação e manutenção da usina						570	1.444	(5.559)	(7.237)
							1.147	1.924	(11.460)	(11.871)
					35.468	**35.298**	**1.784**	**2.561**	**280.652**	**259.820**

1) Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado.

2) Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada.

Partes relacionadas

Bandeirante - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 93,4 MW médios em 2006 e 109 MW médios para o período remanescente, ao preço de R$ 91,12/MWh, com data-base de reajuste em outubro de 2002. O contrato foi aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R$ 107,18/MWh, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 23 de outubro de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 23 de outubro de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2011 é de R$ 173,25/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.850/2003-SFF/ANEEL.

Bandeirante - CEMAT - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, tendo como interveniente a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 35,1 MW médios em 2006 e 40,65 MW médios para o período remanescente, ao preço de R$ 79,76/MWh, com data-base de reajuste nos meses de abril. O contrato foi aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R$ 106,49/MWh, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 8 de abril de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 8 de abril de cada ano do período de suprimento. Em 15 de dezembro de 2003, a CEMAT exerceu sua opção de ceder o contrato à Bandeirante, conforme previsão do Parágrafo Terceiro da Cláusula 21 do referido contrato. O preço vigente em dezembro de 2011 é de R$ 169,30/MWh. A cessão do contrato foi aprovada pela ANEEL em 25 de maio de 2004, através do Ofício nº 819/2004-SFF/ANEEL.

Escelsa - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 47,2 MW médios em 2006 e 53,9 MW médios para o período remanescente, ao preço de R$ 85,67/MWh, com data-base de reajuste em agosto de 2002. O contrato foi aditado em 19 de fevereiro de 2003, passando o preço para R$ 83,73/MWh, sendo novamente aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R$ 107,18/MWh, com data-base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 7 de agosto de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 7 de agosto de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2011 é de R$ 171,39/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.848/2003-SFF/ANEEL.

As condições contratuais acima descritas não foram modificadas.

Os valores com a coligada EVRECY referem-se a operações de encargos de uso da rede elétrica, com a coligada Enertrade refere-se a de compra de energia para complemento ao suprimento físico contratado pelas concessionárias distribuidoras, quando necessário, com a coligada Energest aos serviços de consultoria ambiental e com a coligada Bandeirante ao ressarcimento de gastos com a implantação do sistema de gestão.

Furnas - Os valores referem-se, basicamente, a encargos de uso da rede, a serviço de operação e manutenção da usina. O contrato de prestação dos serviços de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, subestação associada e linhas de transmissão, serviços de hidrologia, de planejamento energético de médio e curto prazos, de auscultação da barragem e serviços de engenharia de manutenção e de operação do sistema elétrico em conformidade com o Manual de Operação e Plano de Manutenção, que possibilitem o cumprimento do contrato de concessão, os acordos operativos, bem como os contratos de venda de energia. O prazo do contrato teve início a partir de 11 de julho de 2006 e término em 30 de abril de 2012.

EDP - Electricidade de Portugal S.A. - Carta de fiança onde constitui-se fiadora e principal pagadora pelo pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações do contrato de financiamento junto ao BNDES, conforme descrito na nota 15.

8 Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2011.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

8.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011:

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	5	1	6
Remuneração fixa anual (em R$)	81.600	890.050	971.650
Salário ou pró-labore	81.600	890.050	971.650
Valor Total da remuneração, por órgão	**81.600**	**890.050**	**971.650**

Obs: A partir de junho/2011 não houve nova nomeação para o cargo de Diretor de Operação.

8.1.2 Remuneração Média do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2011:

2011	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	5	1
Valor da maior remuneração individual (em R$)	3.400	35.700
Valor da menor remuneração individual (em R$)	3.400	26.250
Valor médio de remuneração individual (em R$)	3.400	30.975

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração da Enerpeixe, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 07 de abril de 2011, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R$ 1.995, para o período de abril de 2011 a março de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Cauções e depósitos vinculados

	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais	53	35
Cauções e depósitos vinculados	45.216	58.159
Total	**45.269**	**58.194**

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia, R$ 43.862 (2010 - R$ 47.575), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 15 e das operações de energia de curto prazo na CCEE. O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se ao valor de 3 (três) próximas parcelas vincendas de amortização juros e encargos, bem como de 3 (três) parcelas do contrato de Operação e Manutenção.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos – Ativo		
Adiantamentos a empregados	4	4
Adiantamentos a fornecedores	91	66
Estoques	518	462
Serviços em curso	5.207	2.765
Outros		2
Total	**5.820**	**3.299**
Outras contas a pagar – Passivo		
Folha de pagamento	48	48
Total	**48**	**48**

11 Imobilizado

	Taxa anuais médias de depreciação %	31/12/2011 Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2010 Valor líquido
Geração					
Terrenos		13.023		13.023	13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%	856.247	(89.074)	767.173	781.939
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,12%	259.841	(29.607)	230.234	235.702
Máquinas e equipamentos	2,99%	744.546	(117.332)	627.214	649.408
Veículos	19,29%	1.476	(1.080)	396	564
Móveis e utensílios	9,86%	838	(186)	652	492
		1.875.971	**(237.279)**	**1.638.692**	**1.681.128**
Administração					
Máquinas e equipamentos	6,70%	9	(3)	6	7
Veículos	20,00%	136	(66)	70	98
Móveis e utensílios	9,95%	359	(121)	238	266
		504	**(190)**	**314**	**371**
Total do imobilizado em serviço		**1.876.475**	**(237.469)**	**1.639.006**	**1.681.499**
Geração		24.801		24.801	21.914
Total do imobilizado em curso		**24.801**		**24.801**	**21.914**
Total imobilizado		**1.901.276**	**(237.469)**	**1.663.807**	**1.703.413**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço					
Terrenos	13.023				13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	781.939		2.339	(17.105)	767.173
Edificações, obras civís e benfeitorias	235.702		47	(5.515)	230.234
Máquinas e equipamentos	649.415		78	(22.273)	627.220
Veículos	662		104	(300)	466
Móveis e utensílios	758		238	(106)	890
Total do imobilizado em serviço	**1.681.499**		**2.806**	**(45.299)**	**1.639.006**
Total do imobilizado em curso	**21.914**	**5.693**	**(2.806)**		**24.801**
Total do imobilizado - tangível	**1.703.413**	**5.693**		**(45.299)**	**1.663.807**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

12 Intangível

	Taxa anuais médias de amortização %	31/12/2011 Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2010 Valor líquido
Intangível em serviço					
Geração					
Software	19%	1.275	(584)	691	933
Servidão permanente		268		268	268
Direito de concessão - Licenças ambientais	3%	2.747	(839)	1.908	2.365
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	1%	151.423	(27.720)	123.703	128.668
		155.713	(29.143)	126.570	132.234
Administração					
Software	20%	198	(189)	9	46
		198	(189)	9	46
Total do intangível em serviço		**155.911**	**(29.332)**	**126.579**	**132.280**
Geração		34		34	
Total do intangível em curso		**34**		**34**	
Obrigações vinculadas à concessão - P&D		**(681)**	**147**	**(534)**	**(670)**
Total imobilizado intangível		**155.264**	**(29.185)**	**126.079**	**131.610**

A movimentação do intangível no exercicío é a seguinte:

Intangível	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Amortização	Valor líquido 31/12/2011
Intangível em serviço				
Software	979		(279)	700
Servidão permanente	268			268
Direito de concessão - Licenças ambientais	2.365		(457)	1.908
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	128.668		(4.965)	123.703
Intangível em curso		34		34
Obrigações vinculadas à concessão - P&D	(670)		136	(534)
	131.610	**34**	**(5.565)**	**126.079**

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

13 Fornecedores

	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	101	815
Encargos de uso da rede elétrica	3.749	3.095
Materiais e serviços	68	916
Total	**3.918**	**4.826**

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

14.1 Composição dos empréstimos

	31/12/2011 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	31/12/2010 Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante
Moeda nacional						
BNDES	1.025	56.454	174.064	1.276	56.454	230.518
Banco Itaú	313	17.220	53.096	389	17.220	70.316
Bradesco	261	14.350	44.246	325	14.350	58.596
Unibanco	208	11.480	35.397	260	11.480	46.877
Banco do Brasil	261	14.350	44.245	324	14.350	58.595
Total	**2.068**	**113.854**	**351.048**	**2.574**	**113.854**	**464.902**

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDES, no valor total de R$ 670.000, aprovado nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R$ 335.000 em operação de financiamento direto com recursos do BNDES e R$ 335.000 em operação de financiamento mediante repasse realizado por agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

	Parcela direta	Parcela indireta					
Subcrédito	**BNDES**	**Itaú BBA**	**Banco do Brasil**	**Bradesco**	**Unibanco**	**Total**	**Total**
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662
	335.000	**100.500**	**83.750**	**83.750**	**67.000**	**335.000**	**670.000**

As principais condições do financiamento são:

(i) Amortização:

• Para os subcréditos "B" e "D", 95 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de março de 2008 e a última em 15 de janeiro de 2016.

(ii) Encargos:

• Para os subcréditos "B" e "D", índice Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de 4,5% ao ano, durante o prazo em que vigorar a fiança da EDP - Energias de Portugal S.A.; e

• Os *spreads* acima mencionados poderão ser de até 6% ao ano a partir da data em que vigorar a fiança da controladora direta EDP - Energias do Brasil S.A., em substituição à fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., o que, a partir de janeiro de 2008, poderá ocorrer somente por solicitação da Companhia e da EDP - Energias do Brasil S.A.. Esta taxa poderá ser reduzida para 5% ao ano, caso a EDP - Energias do Brasil S.A. apresente índice de capitalização mínimo de 38% e a Enerpeixe apresente índice de cobertura do serviço da dívida de 1,3. O índice de cobertura do serviço da dívida é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras, com medição anual em dezembro.

(iii) Vencimentos das parcelas de circulante e não circulante (principal e encargos):

	Total
Circulante	
2012	115.922
	115.922
Não circulante	
2013	113.853
2014	113.853
2015	113.853
2016	9.489
	351.048
Total	**466.970**

(iv) Garantias e obrigações:

• Penhor de ações correspondentes a 60% do capital social da beneficiária, detidos pela EDP - Energias do Brasil S.A.;

• Penhor dos direitos emergentes da concessão, incluindo, dentre outros:

  • Os direitos de crédito da beneficiária, decorrentes da venda de energia produzida pela UHE Peixe Angical às companhias Bandeirante Energia S.A., Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT; e

  • As garantias constantes do Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVEs.

• Manter em conta reserva financeira o valor equivalente a, no mínimo, três meses da parcela de amortização de juros e encargos, bem como, três meses de pagamento do Contrato de O&M (Contrato de Operação e Manutenção), durante a fase de amortização;

• Carta de fiança da EDP - Energias de Portugal S.A., regida pelas leis portuguesas;

• Em 31 de dezembro de 2011, as cláusulas restritivas desses contratos de financiamentos encontram-se em pleno atendimento, a saber índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos). O ICSD é definido como a relação entre o fluxo de caixa disponível e serviço da dívida e será apurado com base nos demonstrativos financeiros findos em 31 de dezembro de cada exercício, durante o período do contrato.

Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	116.428	(113.854)	(53.543)	53.037	113.854	115.922
	116.428	**(113.854)**	**(53.543)**	**53.037**	**113.854**	**115.922**
Não circulante						
Empréstimos e Financiamentos	464.902				(113.854)	351.048
	464.902				**(113.854)**	**351.048**

15 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante 31/12/2011	31/12/2010
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.658	2.582
Pesquisa e desenvolvimento	8.875	7.017
Taxa de fiscalização - ANEEL	78	73
Total	**11.611**	**9.672**

15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

A Companhia registrou o montante de R$ 1.944 em 2011 (R$ 1.783 em 2010), sendo a título de principal R$ 1.432 em 2011 (R$ 1.318 em 2010), registrado no Grupo de Dedução da Receita e R$ 512 em 2011 (R$ 465 em 2010) de atualização monetária, registrado no Resultado Financeiro.

16 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Peixe Angical, pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro.

A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará a caducidade da concessão. Em 31 de dezembro de 2011 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido no período atrasos de pagamentos.

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contra partida do Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento.

Este Intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente a realização do pagamento.

Segue abaixo movimentação do exercício:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**16.070**	**182.609**
Ajuste a valor presente	(1.719)	
Encargos e atualizações monetárias	23.815	3.916
Amortizações	(14.816)	
Transferência para o circulante	(6.800)	6.800
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	**16.550**	**193.325**

17 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	256	276
INSS e FGTS	254	211
Total	**510**	**487**

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

18 Provisões

	31/12/2011	31/12/2010
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	580	
Licenças ambientais	991	2.956
Total	**1.571**	**2.956**
Circulante	529	2.076
Não circulante	1.042	880
	1.571	**2.956**

18.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para a ação em curso, como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Passivo		
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Adições	Saldo em 31/12/2011
Trabalhistas	3ª		580	580
Total			**580**	**580**

18.1.1.1 Trabalhistas

Refere-se a ação trabalhista que questiona, entre outros, indenização de acidente de trabalho e verbas rescisórias.

18.1.2 Risco de perda possível

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	31/12/2011	31/12/2010
Trabalhistas	1ª e 3ª	12	12
Cíveis	1ª,2ª e 3ª	296	296
Administrativos	Adm.	3.741	3.731
Total		**4.049**	**4.039**

18.2 Licenças ambientais

O montante de R$ 991 em 31 de dezembro de 2011 (R$ 2.956 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a provisão para custos necessários para atribuição da licença de operação da UHE Peixe Angical, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

19 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadorias e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

19.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensões: Contribuição definida

A partir do dia 03 de fevereiro de 2010, com a publicação da portaria PREVIC nº 40, a Companhia passou a patrocinar à EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo Energias do Brasil, plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, estruturado na modalidade "Contribuição Definida", e cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios. O Plano de Custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme Regulamento do Plano e PGBL Estilo de Vida, sob gestão da Bradesco Vida e Previdência S.A.. A implantação ocorreu em março de 2010.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$ 89.

Esse plano tem a adesão de 19 colaboradores.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 está demonstrada a seguir:

	31/12/2011			31/12/2010		
Acionistas	Quantidade de ações	%Participação	Capital social - R$	Quantidade de ações	% Participação	Capital social - R$
EDP - Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051	333.300.836	40%	353.051
	833.252.089	**100%**	**882.628**	**833.252.089**	**100%**	**882.628**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

20.2 Destinação do lucro

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma de Lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	162.703
Reserva legal - 5%	(8.135)
Incentivo fiscal - ADA	(27.049)
Total	127.519
Destinação do lucro:	
Dividendos - JSCP	52.000
Reserva de retenção de lucros	75.519

Em 26 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$ 52.000, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos nas demonstrações dos resultados.

20.3 Reservas

20.3.1 Reservas de capital e de lucros

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
	18.546	**18.546**
Reservas de lucros		
Legal	31.278	23.142
Retenção de lucros	284.223	208.704
Incentivos fiscais	96.578	69.529
	412.079	**301.375**
Total	**430.625**	**319.921**

Reservas de capital é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do exercício findo até 31 de dezembro de 2007.

20.3.2 Reservas de incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07.

	2011	2010
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	162.703	118.302
Doações e subvenções - incentivo ADA redução de IRPJ	27.049	24.478
Lucro líquido, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	135.654	93.824
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	**(27.049)**	**(24.478)**
	2011	**2010**
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	1.313.253	1.202.549
Reserva de lucro - incentivos fiscais - ADA	27.049	24.478
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(27.049)	(24.478)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	**1.313.253**	**1.202.549**

20.3.3 Reserva de retenção de lucros

Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de Lucros ou Investimentos, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas no contrato de financiamento com o BNDES.

21 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2011	31/12/2010
EDP - Energias do Brasil S.A.	26.520	10.200
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.680	6.800
Total	**44.200**	**17.000**

22 Receita operacional líquida

	MWh (*)		R$	
	2011	2010	2011	2010
Suprimento de energia elétrica	2.724	2.597	389.957	361.796
Total fornecimento de energia elétrica	2.724	2.597	389.957	361.796
Energia de curto prazo			8.382	4.998
Total outras receitas operacionais			8.382	4.998
	2.724	**2.597**	**398.339**	**366.794**
(–) Deduções da receita				
PEE e P&D			(3.579)	(3.296)
PIS/COFINS			(36.846)	(33.928)
Total	**2.724**	**2.597**	**357.914**	**329.570**

(*) Não auditado

23 Gastos operacionais

	2011					2010
	Custo do serviço		Despesas operacionais			
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis						
Contratos bilaterais	983				983	5.112
Encargo de uso e conexão	29.134				29.134	26.515
Taxa de fiscalização				932	932	878
Compensações financeiras				12.563	12.563	11.338
	30.117			**13.495**	**43.612**	**43.843**
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		1.591	3.621		5.212	4.937
Material		383	210		593	526
Serviços de terceiros		11.512	2.574		14.086	13.045
Depreciação e Amortização		48.560	230		48.790	48.608
Provisão p/créd. liq. duvidosa/ perdas líquidas						836
Provisões para contingências		580			580	
Aluguéis e arrendamentos		81	264		345	311
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				10	10	27
Outras		1.269	586		1.855	2.026
		63.976	**7.485**	**10**	**71.471**	**70.316**
Total	**30.117**	**63.976**	**7.485**	**13.505**	**115.083**	**114.159**

24 Resultado financeiro

	2011	2010 Reclassificado
Renda de aplicações financeiras	16.079	8.061
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	231	216
Outras receitas financeiras	111	82
	16.421	**8.359**
Encargos de dívidas	(53.087)	(64.657)
Variações monetárias licença de operação	(153)	(256)
Atualizações monetárias uso do bem público	(27.730)	(31.171)
Ajuste a valor presente uso do bem público	1.719	4.469
Outras despesas financeiras	(1.004)	(616)
	(80.255)	**(92.231)**
Total	**(63.834)**	**(83.872)**

25 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	178.997	131.539	178.997	131.539
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(44.749)	(32.885)	(16.110)	(11.839)
Doações	(36)	(65)	(13)	(24)
Despesas indedutíveis	(2)	(6)	(1)	(2)
Pesquisa e desenvolvimento		321		116
Provisão para devedores duvidosos		(209)		(75)
Juros sobre o capital próprio	13.000	5.000	4.680	1.800
Outras	(74)	7	(62)	2
Adicional IR	24	24		
Lei Rouanet		120		
ADA	27.049	24.478		
Despesa de IRPJ e CSLL	(4.788)	(3.215)	(11.506)	(10.022)
Alíquota efetiva	17,79%	21,05%	6,43%	7,62%

26 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

26.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou qualquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com as operações de instrumentos financeiros não derivativos estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para a apuração de valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, está situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similiares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em no balanço pelo valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	155.114	70.294	155.114	70.294
Concessionárias	48.093	45.881	48.093	45.881
Cauções e depósitos vinculados	45.216	58.159	45.216	58.159
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.918	4.826	3.918	4.826
Partes relacionadas	1.147	1.924	1.147	1.924
Emprést. e financ. e encargos de dívidas	115.922	116.428	115.922	116.428
Uso do bem público	16.550	16.070	16.550	16.070
Não circulante				
Emprést. e financ. e encargos de dívidas	351.048	464.902	351.048	464.902
Partes relacionadas	637	637	637	637
Uso do bem público	193.325	182.609	193.325	182.609
	930.970	**961.730**	**930.970**	**961.730**

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos têm empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos têm passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo e estão contabilizados pelo custo amortizado e correspondem à empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimento em infraestrututura de geração de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		155.114		155.114		70.294		70.294
Concessionárias	48.093			48.093	45.881			45.881
Cauções e depósitos vinculados			45.216	45.216			58.159	58.159
	48.093	**155.114**	**45.216**	**248.423**	**45.881**	**70.294**	**58.159**	**174.334**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado Reclassificado**	**Total**
Fornecedores	3.918	3.918	4.826	4.826
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	466.970	466.970	581.330	581.330
Encargos regulamentares e setoriais			9.672	9.672
Partes relacionadas	1.147	1.147	2.561	2.561
Uso do bem público	209.875	209.875	198.679	198.679
	681.910	**681.910**	**797.068**	**797.068**

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nivel 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similiares as contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	155.114	1.646	153.468

26.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES e Agentes Financeiros (Banco do Brasil S/A, Banco Itaú S/A, Banco Bradesco S/A e Unibanco S/A). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

26.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

		Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	CDI	8.066		8.066	9.967	11.826	6.120	4.129
Cauções e depósitos vinculados	CDI	4.702	18.185	22.887	28.282	33.559	17.367	11.717
Instrumentos financeiros ativos				**30.953**	**38.249**	**45.385**	**23.487**	**15.847**
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	24.502	32.851	57.353	71.226	84.923	43.299	29.059
Instrumentos financeiros passivos				**57.353**	**71.226**	**84.923**	**43.299**	**29.059**
Valor de referência								
CDI - 10,0%				10,00%	12,50%	15,00%	7,50%	5,00%
TJLP - 6,0%				6,00%	7,50%	9,00%	4,50%	3,00%

26.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritas individualmente na nota 14. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

26.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são R$ 200.000 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil.

A Companhia possui um seguro para danos materiais de até R$ 200.000, com os seguintes sublimites: quebra de máquina - R$ 100.000; despesas extraordinárias - R$ 10.000; honorário de perito - R$ 1.000; despesas de agilização - R$ 2.000; pequenas obras de engenharia - R$ 10.000; erros e omissões - R$ 2.000; demolição e aumento do custo de construção - R$ 5.000; inclusões/exclusões de bens - R$ 2.000; recomposição de registros - R$ 500; despesas de salvamento e contenção de sinistros - R$ 1.000.

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2011 foram de R$ 7.156, sendo R$ 6.317 capitalizados no período, relativos à terrenos e serviço de apoio e desenvolvimento social, e R$ 839 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento e Controle Ambiental e proteção de biodiversidade e da paisagem.

29 Compromissos contratuais e garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		31/12/2011				
	Nota	**Total Geral**	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Dividas financeiras de curto e longo prazo inclui juros vincendos	14	466.970	115.922	341.559	9.489	
Uso do bem público	16	209.875	16.550	41.325	34.958	117.042
Obrigações de compra		159.040	43.406	58.763	34.050	22.821
Licenças ambientais	18.2	991	529	462		
		836.876	**176.407**	**442.109**	**78.497**	**139.863**

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionada com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias

	31/12/2011	**31/12/2010**
Tipo de garantia oferecida	Valor	Valor
Depósito caucionado	45.216	58.159
Fiança bancária	6.085	5.116
Fiança corporativa	466.970	581.330
Penhor de direitos	466.970	581.330
Penhor de ações	529.577	529.577
	1.514.818	**1.755.512**

Depósito caucionado: É um depósito em dinheiro oferecido como garantia das dívidas que possam vir a existir em relação ao empréstimo e financiamento.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo do Depósito caucionado, em sua totalidade, refere-se a garantia de empréstimo e financiamento, bem como, das garantias da CCEE.

Fiança bancária: É um contrato por meio do qual o banco, que é o fiador, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pelo banco, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança bancária, em sua totalidade, refere-se a locação do imóvel e contratos da ONS.

Fiança corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança corporativa, em sua totalidade, refere-se ao contrato de empréstimo e financiamento.

Penhor de direitos: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de empréstimos e financiamentos de longo prazo - no mínimo cinco anos - destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Penhor de ações: É o direito real que se constitui pela entrega da ações como garantia, representando por 60% (sessenta por cento) do capital social da beneficiária, de propriedade da EDP - Energias do Brasil S.A..

30 Eventos subsequentes

Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Para o segmento de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil e a aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES – **Presidente**
ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA – **Conselheiro**
CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE – **Conselheiro**
CARLOS NADALUTTI FILHO – **Conselheiro**
LUIZ HENRIQUE HAMANN – **Conselheiro**

DIRETORIA

JULIO GALVÃO DE ARAUJO JUNIOR – **Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro**
JULIO GALVÃO DE ARAUJO JUNIOR – **Respondendo pela Diretoria de Operação**
CÉSARE BARGHETTI JUNIOR – **Gerente Administrativo e Financeiro**
FRANCISCO JOSÉ MAGDALENA – **Especialista Administrativo Financeiro Contador - CRC 1SP259218/O-4**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Enerpeixe S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB,* assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB.*

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

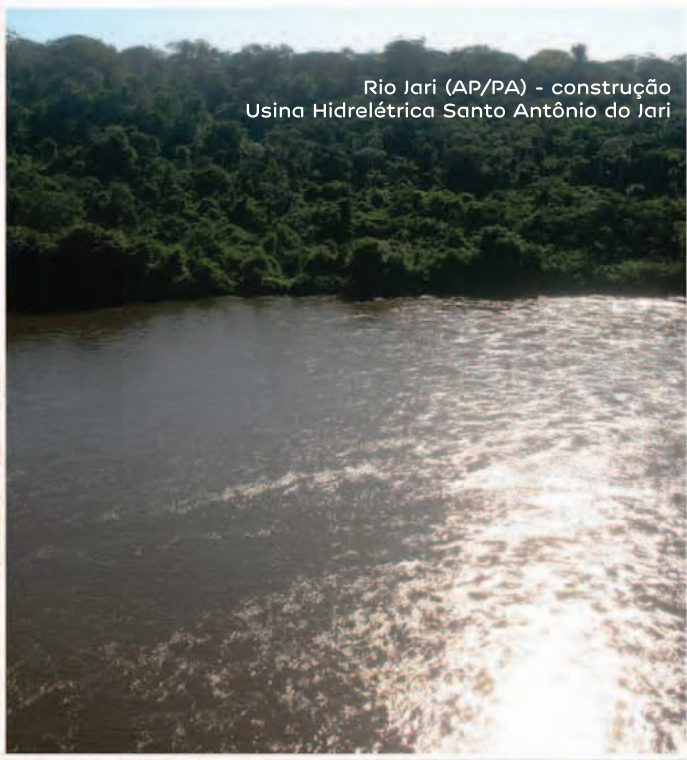
Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9



Geração EDP: presença em todo o Brasil

O Grupo detém usinas hidrelétricas no Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Tocantins. No Ceará, a Usina Térmica de Pecém será inaugurada em 2012. Na divisa do Pará e Amapá, a UHE Santo Antônio do Jari entra em operação em 2015. No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, energia limpa e sustentável é gerada em parques eólicos da EDP Renováveis. E, em 2016, serão mais quatro parques eólicos no Rio Grande do Norte.

edp

Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A.

CNPJ nº 04.149.295/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.343	10.415
Consumidores e concessionárias	5	97.213	73.300
Impostos e contribuições sociais	6	33.383	29.703
Despesas pagas antecipadamente		340	73
Outros créditos	9	1.144	1.667
		146.423	**115.158**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	14.532	13.906
Partes relacionadas	8		12
Cauções e depósitos vinculados	13	4.210	4.210
		18.742	**18.128**
Imobilizado	10	567	684
Intangível	11	650	958
		1.217	**1.642**
Total do ativo		**166.382**	**134.928**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	12	81.568	58.924
Impostos e contribuições sociais	6	23.496	21.772
Dividendos	15.2	5.599	3.897
Obrigações estimadas com pessoal		1.339	1.217
Outras contas a pagar	9	171	85
		112.173	**85.895**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6		647
Partes relacionadas	8	77	32
Provisões	13	4.433	3.876
Outras contas a pagar	9	8	12
		4.518	**4.567**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	26.285	26.285
Reservas de lucros	15.3	23.406	18.181
		49.691	**44.466**
Total do passivo e patrimônio líquido		**166.382**	**134.928**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**26.285**	**24.413**	**–**	**50.698**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2010		(18.782)		(18.782)
Lucro líquido do exercício			16.734	16.734
Dividendos intermediários (JSCP)			(1.912)	(1.912)
Dividendos propostos			(2.272)	(2.272)
Dividendo adicional proposto		12.550	(12.550)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**26.285**	**18.181**	**–**	**44.466**
Dividendo adicional aprovado - AGO de 04/04/2011		(12.550)		(12.550)
Lucro líquido do exercício			23.698	23.698
Dividendos intermediários (JSCP)			(2.167)	(2.167)
Dividendos propostos			(3.756)	(3.756)
Dividendo adicional proposto		17.775	(17.775)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**26.285**	**23.406**	**–**	**49.691**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
Receitas	16	921.735	741.414
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(860.457)	(683.746)
Encargos de uso da rede elétrica		(14.381)	(13.720)
	17	**(874.838)**	**(697.466)**
Custo de operação			
Pessoal		(3.355)	(2.908)
Materiais e serviços de terceiros		(1.186)	(2.556)
Depreciações e amortizações		(76)	(55)
Outros custos de operação		(313)	(150)
	17	**(4.930)**	**(5.669)**
		(879.768)	**(703.135)**
Custo do serviço prestado a terceiros	17	(62)	(91)
Lucro bruto		**41.905**	**38.188**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		(3.424)	(6.916)
Despesas gerais e administrativas		(6.430)	(6.708)
Depreciações e amortizações		(346)	(109)
Outras receitas (despesas) operacionais		555	(15)
	17	**(9.645)**	**(13.748)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**32.260**	**24.440**
Receitas financeiras		4.916	2.940
Despesas financeiras		(2.216)	(2.887)
Resultado financeiro	18	**2.700**	**53**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**34.960**	**24.493**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(11.887)	(9.716)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	625	1.957
	19	**(11.262)**	**(7.759)**
Resultado líquido do exercício		**23.698**	**16.734**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**1.238,60**	**874,62**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**1.058.207**	**849.597**
Receita operacional	1.059.573	856.399
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(1.371)	(6.844)
Outras receitas	5	42
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(880.783)**	**(703.074)**
Custos da energia comprada	(860.457)	(683.746)
Encargos de uso da rede elétrica	(14.381)	(13.720)
Materiais	(63)	(62)
Serviços de terceiros	(4.017)	(3.981)
Outros custos operacionais	(1.865)	(1.565)
Valor adicionado bruto	**177.424**	**146.523**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(422)	(164)
Valor adicionado líquido produzido	**177.002**	**146.359**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.916	2.940
Valor adicionado total a distribuir	**181.918**	**149.299**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.384	5.768
Benefícios	430	334
FGTS	197	148
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	104.697	83.721
Estaduais	44.670	39.078
Municipais	404	349
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2.216	2.887
Aluguéis	222	280
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	2.167	1.912
Dividendos	3.756	2.272
	164.143	**136.749**
Lucros retidos	17.775	12.550
	181.918	**149.299**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	34.960	24.493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	1.371	6.819
Depreciações e amortizações	412	165
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	154	160
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	283	
Despesas pagas antecipadamente	145	62
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	(106)	287
	37.219	**31.986**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(25.229)	36.513
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.077)	2.131
Despesas pagas antecipadamente	(412)	(78)
Outros ativos operacionais	468	(949)
	(26.250)	**37.617**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	22.644	(16.859)
Outros tributos e contribuições sociais	(746)	1.085
Obrigações estimadas com pessoal	122	128
Outros passivos operacionais	81	(429)
	22.101	**(16.075)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**33.070**	**53.528**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.319)	(7.494)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**20.751**	**46.034**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(151)	(198)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(151)**	**(198)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(226)	(20.687)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(16.446)	(24.750)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**(16.672)**	**(45.437)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.928**	**399**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.343	10.415
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.415	10.016
	3.928	**399**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Enertrade Comercialização e Serviços de Energia S.A. (Companhia ou Enertrade), Sociedade Anônima de capital fechado, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação. Além das atividades mencionadas, a partir de 29 de outubro de 2009, a Companhia passou a prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior, bem como participar em outras sociedades como sócia.

1.1 Participação acionária da Companhia no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE

Em 15 de dezembro de 2011 na Reunião de Diretoria da EDP - Energias do Brasil foi aprovada a aquisição de 1 lote de mil ações no valor de R$200 que dará direito a uma posição no conselho de administração da nova Companhia. A BBCE é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado com Capital Social de R$12 milhões (60 lotes de 1.000 ações) e está aberta a participação de todos os Agentes do Ambiente de Comercialização Livre - ACL (Nota 23.2).

2 Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo International *Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A Companhia não possui Outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e os instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Consumidores e concessionárias (Nota 5)

Representadas basicamente por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Imobilizado (Nota 10)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativo intangível (Nota 11)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g) Fornecedores (Nota 12)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica.

h) Provisões (Nota 13)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

j) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 19)

O Imposto de Renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicavél, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

k) Benefícios pós-emprego (Nota 14)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pesso al no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

l) Capital social (Nota 15.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

m) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos em instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável, e juros sobre impostos compensáveis que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias.

o) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros e Provisões para contingências.

p) Instrumentos financeiros (Nota 20)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento incial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

• Contratos de comercialização

A Administração considera que a função da Companhia está intimamente ligada à estratégia do Grupo no atendimento de seus clientes de geração e de distribuição e tendo por objetivo a entrega de energia aos principais clientes ligados à sua rede de distribuição. Consequentemente a Companhia conduz as suas operações em estreita ligação com os objetivos do Grupo EDP e não tem por objetivo atuar de maneira autônoma no mercado. Desta maneira os contratos são registrados quando do efetivo despacho da energia aos seus clientes pelos valores estabelecidos nos contratos.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

r) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação ou o Lucro por ação diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações finaceiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor e passa a vigorar para os exercícios sociais, iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3 Reclassificações do exercício de 2010

3.1 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010:

Encargos de uso da rede elétrica: reclassificação das despesas com reembolso de encargos de transmissão no valor de R$13.720.

Fiança bancária: reclassificação das despesas com fiança bancária da rubrica Outros custos de operação no valor de R$2.110 para Despesas financeiras.

Outros resultados: reclassificação do valor de R$15, referente a ganhos e perdas na alienação de bens e direitos, para Outras Despesas e Receitas operacionais.

3.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa foi apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é efetuada a partir do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, para consistência com as práticas da controladora EDP - Energias do Brasil S.A.

3.3 Demonstração do Valor Adicionado

Para os valores apresentados em 2010, houve a reclassificação referente a Fiança bancária no valor de R$2.110, anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	6.331	10.415
Aplicações financeiras - renda fixa	8.012	
Total	**14.343**	**10.415**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários, remunerados a taxa de 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.3.

5 Consumidores e Concessionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante							
Consumidores							
Clientes livres	36.498	185		36.683		36.683	28.449
	36.498	**185**	**–**	**36.683**	**–**	**36.683**	**28.449**
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	54.194	3	523	54.720	(523)	54.197	33.392
Energia de curto prazo	6.333			6.333		6.333	11.459
	60.527	**3**	**523**	**61.053**	**(523)**	**60.530**	**44.851**
Total circulante	**97.025**	**188**	**523**	**97.736**	**(523)**	**97.213**	**73.300**
Não circulante							
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica			35.923	35.923	(35.923)	–	
Energia de curto prazo	1.781			1.781	(1.781)	–	
	1.781	**–**	**35.923**	**37.704**	**(37.704)**	**–**	**–**
Total não circulante	**1.781**	**–**	**35.923**	**37.704**	**(37.704)**	**–**	**–**

5.1 Suprimento de energia elétrica

O saldo de Suprimento de energia inclui valores faturados contra a Ampla Energia e Serviços S.A. - AMPLA (anteriormente denominada Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro - CERJ), vencidas e a vencer, no total de R$39.757 em 31 de dezembro de 2011 (R$39.266 em 31 de dezembro de 2010), sendo que desse montante R$35.923 (R$35.923 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a um direito obtido por sentença arbitral de 19 de março de 2009, em resposta aos processos nºs 03/2005 e 04/2006, emitida pela Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem. Esta sentença arbitral reconheceu que a AMPLA não cumpriu com o preço definido no contrato de compra e venda de energia celebrado entre as partes, para o período de 15 de novembro de 2003 até 28 de agosto de 2006.

Não tendo a AMPLA reconhecido os efeitos da sentença arbitral, a Companhia decidiu manter a provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no montante de R$35.923, correspondente ao valor em discussão.

5.2 Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

Os valores de longo prazo compreendem operações vinculadas a processos judiciais em andamento movidos por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE. Esses valores foram integralmente provisionados.

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2010
Ativo - Compensáveis			
Imposto de renda e contribuição social	23.574	22.275	
ICMS	103	104	
PIS e COFINS	7.628	6.354	
IRRF sobre aplicações financeiras	266	26	
Outros	1.812	944	
Total	**33.383**	**29.703**	**–**
Passivo - a recolher			
Imposto de renda e contribuição social	11.887	9.717	
ICMS	3.461	4.195	
PIS e COFINS	7.686	6.955	
IRRF sobre juros s/capital próprio	325	286	
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		432	647
Outros	137	187	
Total	**23.496**	**21.772**	**647**

6.1 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 15.2). Neste exercício foi retido o montante de R$325.

6.2 Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 2009, foi formalizada junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento, optando pelo pagamento, à vista, no valor de R$347 em função das reduções dos encargos financeiros. Com isso, houve a reversão da provisão em R$674 e redução dos encargos em R$58.

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados na nota 7.1, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

		31/12/2011			31/12/2010	Resultado	
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total**	**2011 IRPJ/CSLL**	**2010 IRPJ/CSLL**
Prejuízos fiscais							(349)
Base negativa da contribuição social							(126)
	–	–	–	–	–	–	**(475)**
Diferenças temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	38.307	9.577	3.448	13.025	12.559	466	2.327
Provisão para riscos tributários,cíveis e trabalhistas	4.433	1.108	399	1.507	1.347	159	105
Total diferenças temporárias		**10.685**	**3.847**	**14.532**	**13.906**	**625**	**2.432**
Total ativos diferidos		**10.685**	**3.847**	**14.532**	**13.906**	**625**	**1.957**

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício de 2011, foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R$625.

7.2 Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização des ses créditos fiscais diferidos nos exercícios indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos exercícios seguintes.

2012	2013	Total Não circulante
13.025	1.507	14.532

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Ativo 31/12/2011	Ativo 31/12/2010	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010
Concessionárias									
Venda de energia elétrica	CESA	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						16
	Costa Rica	01/05/2011	01/05/2011 a 30/11/2011		24			65	61
	Energest	01/01/2008	01/02/2008 a 31/12/2012	967	869			10.337	10.127
	Enerpeixe	01/03/2011	01/03/2011 a 31/05/2011					659	
	Lajeado Energia	01/01/2010	01/01/2010 a 31/03/2010						8.421
	Lajeado Energia	01/01/2010	01/01/2010 a 30/06/2010						404
	Lajeado Energia	01/01/2011	01/01/2011 a 31/03/2011					13.062	
	Lajeado Energia	01/02/2011	01/02/2011 a 31/05/2011					13.486	
	Lajeado Energia	01/09/2011	01/09/2011 a 30/09/2011					124	
	Lajeado Energia	01/11/2011	01/11/2011 a 30/11/2011					481	
	Lajeado Energia	01/12/2011	01/12/2011 a 31/12/2011	1.327				1.201	
	Santa Fé	01/01/2009	01/01/2009 a 31/07/2009						41
	Santa Fé	01/01/2011	01/05/2011 a 31/08/2011					877	
				2.294	**893**	**–**	**–**	**40.292**	**19.070**
Partes relacionadas									
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	Bandeirante	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010				32		(1.188)
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010						(100)
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 2.194/97 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/11	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010		12				(443)
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011			33		(522)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			44		(340)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI - 2º e 3º aditivos	EDP Energias do Brasil	09/11/2009	09/11/2009 a 09/11/2011					(283)	(239)
				–	**12**	**77**	**32**	**(1.145)**	**(1.970)**
Fornecedores									
Compra de energia elétrica	CESA	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022				149	(1.024)	(143)
	Energest	30/08/2010	01/12/2010 a 31/12/2022			166		(746)	
	Energest	01/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2014			393	353	(4.198)	(4.012)
	Costa Rica	01/01/2010	01/01/2010 a 31/12/2010						(197)
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			278		(3.151)	
	Costa Rica	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011					(56)	
	Costa Rica	01/01/2011	01/07/2011 a 31/12/2011			147		(675)	
	Lajeado Energia	01/11/2001	01/01/2003 a 31/12/2032			10.350	14.145	(109.192)	(115.038)
	Lajeado Energia	01/07/2010	01/07/2010 a 31/12/2010				1.637		(6.659)
	Lajeado Energia	01/04/2011	01/04/2011 a 31/12/2011			852		(13.524)	
	Lajeado Energia	01/07/2011	01/07/2011 a 31/12/2011			2.481		(13.935)	
	Lajeado Energia	01/01/2011	01/01/2010 a 31/10/2011					(1.307)	
	Santa Fé	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2011			32		(275)	
	Santa Fé	01/10/2011	01/10/2011 a 31/10/2011					(18)	
	Pantanal	01/09/2008	01/01/2009 a 31/12/2023			1.509	1.778	(13.906)	(13.359)
Uso do sistema de transmissão	Lajeado Energia	01/01/2001	01/01/2003 a 16/12/2032			1.890		(14.396)	
				–	**–**	**18.098**	**18.062**	**(176.403)**	**(139.408)**
			Total	**2.294**	**905**	**18.175**	**18.094**	**(137.256)**	**(122.308)**

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos, sendo:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da *Holding* que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Diretoria

Remuneração Fixa: 80%

Remuneração Variável: 20%

8.3.2. Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (Em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	4(*)	3 (**)	7
Remuneração fixa (em R$)	–	**1.638.481**	**1.638.481**
Salário ou pró-labore	n/a	1.210.137	1.210.137
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	94.068	94.068
Encargos sociais	n/a	334.276	334.276
Remuneração Variável (em R$)	–	**398.692**	**398.692**
Bônus	n/a	311.478	311.478
Encargos sociais	n/a	87.214	87.214
Valor Total da remuneração, por órgão	**–**	**2.037.173**	**2.037.173**

(n/a) = Não Aplicável

(*) Os 4 membros do Conselho de Administração não são remunerados.

(**) Dos 3 membros da Diretoria, todos são remunerados.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3. Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2011 (Em R$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	3
Valor da maior remuneração individual	n/a	66.535
Valor da menor remuneração individual	n/a	50.796
Valor médio de remuneração individual	n/a	56.588

9 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010	Não circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2010
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	26	3		
Dispêndios a reembolsar		42		
Serviços em curso	352	113		
Serviços prestados a terceiros	766	1.109		
Instrumentos financeiros derivativos		400		
Total	**1.144**	**1.667**	**–**	**–**
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento	121	81		
Outras	50	4	8	12
Total	**171**	**85**	**8**	**12**

10 Imobilizado

	31/12/2011 Taxas anuais médias de depreciação - %	31/12/2011 Custo Histórico	31/12/2011 Depreciação Acumulada	31/12/2011 Valor Líquido	31/12/2010 Taxas anuais médias de depreciação - %	31/12/2010 Custo Histórico	31/12/2010 Depreciação Acumulada	31/12/2010 Valor Líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	67	(22)	45	3	67	(20)	47
Máquinas e equipamentos	10	274	(181)	93	10	255	(159)	96
Veículos	20	438	(151)	287	20	325	(101)	224
Móveis e utensílios	10	244	(138)	106	10	235	(117)	118
Total do Imobilizado em serviço		**1.023**	**(492)**	**531**		**882**	**(397)**	**485**
Imobilizado em curso								
Administração		36		36		199		199
Total do imobilizado em curso		**36**	**–**	**36**		**199**	**–**	**199**
Total imobilizado		**1.059**	**(492)**	**567**		**1.081**	**(397)**	**684**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	47			(2)		45
Máquinas e equipamentos	96		18	(21)		93
Veículos	224		170	(67)	(40)	287
Móveis e utensílios	118		9	(21)		106
Total do imobilizado em serviço	**485**	**–**	**197**	**(111)**	**(40)**	**531**
Total do Imobilizado em curso	**199**	**35**	**(197)**	**–**	**(1)**	**36**
Total líquido	**684**	**35**	**–**	**(111)**	**(41)**	**567**

11 Intangível

	31/12/2011 Taxas anuais médias de amortização - %	31/12/2011 Custo histórico	31/12/2011 Depreciação acumulada	31/12/2011 Valor líquido	31/12/2010 Taxas anuais médias de amortização - %	31/12/2010 Custo histórico	31/12/2010 Depreciação acumulada	31/12/2010 Valor líquido
Intangível em serviço								
Administração								
Software	20	1.926	(1.393)	533	20	1.322	(1.092)	230
Intangível em curso								
Administração		117		117		728		728
Total do intangível		**2.043**	**(1.393)**	**650**		**2.050**	**(1.092)**	**958**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço						
Software	230		614	(311)		533
Intangível em curso	728	116	(614)		(113)	117
Total do intangível	**958**	**116**	**–**	**(311)**	**(113)**	**650**

12 Fornecedores

	Circulante 31/12/2011	Circulante 31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	81.347	58.748
Materiais e serviços	221	176
Total	**81.568**	**58.924**

13 Provisões

13.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo			Ativo Depósito Judicial	
	Instâncias	Saldo em 31/12/2010	Atualizações Monetárias	Saldo em 31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Cíveis	1ª, 2ª,3ª e Adm.	3.876	557	4.433	3.707	3.707
Total		**3.876**	**557**	**4.433**	**3.707**	**3.707**
Não circulante		**3.876**		**4.433**	**3.707**	**3.707**

A Companhia é parte na Ação declaratória de Nulidade da decisão arbitral, em trâmite no Juízo Niterói no estado do Rio de Janeiro, movido pela Ampla Serviços e Energia S.A. O risco envolvido no processo é relativo a sucumbência no caso de eventual condenação da Companhia. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2011 é de R$4.433. Para esta ação a Companhia possui depósito judicial no valor de R$3.707.

13.1.2 Risco de perda possível

			Ativo Depósito Judicial
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011
Trabalhistas	310		
Fiscais	25.304	23.821	503
Total	**25.614**	**23.821**	**503**

13.1.2.1 Fiscais

A Companhia discute judicialmente a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito no montante integral de R$14.296 em 31 de dezembro de 2011 (R$13.963 em 31 de dezembro de 2010) está garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento.

Existe discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referentes aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. Esses processos somam R$10.915 em 31 de dezembro de 2011 (R$9.772 em 31 de dezembro de 2010).

Baseada na posição de seus assessores jurídicos que consideram as perdas como possíveis, nenhuma provisão para essas contingências foi constituída.

14 Benefícios pós-emprego

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$185 (R$121 no exercício de 2010). Esse plano tem a adesão de 19 colaboradores.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social de R$26.285, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, está representado por 19.132.969 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

15.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	23.698
Destinação do lucro:	**23.698**
Dividendos intermediários - JSCP	2.167
Dividendos complementares	3.756
Dividendo adicional proposto	17.775
Quantidade de ações	19.132.969
Dividendos por ação - JSCP	0,113260
Dividendos complementares por ação ordinária	0,196310

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R$2.167, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

15.3 Reservas de lucros

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de lucros		
Legal	5.631	5.631
Dividendo adicional proposto	17.775	12.550
Total	**23.406**	**18.181**

16 Receitas

	R$	
	2011	2010
(i) Comercialização de energia elétrica	977.697	760.946
Outras receitas operacionais	37.223	56.397
(–) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(92.781)	(75.604)
ISS	(404)	(325)
Receita	**921.735**	**741.414**
(i) Líquido de ICMS		

17 Gastos operacionais

	2011							2010
		Custo do serviço		Despesas operacionais				
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda nacional	860.457						860.457	683.746
Encargos de uso da rede elétrica	14.381						14.381	13.720
	874.838	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**874.838**	**697.466**
Gerenciáveis								
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.355	62		3.247		6.664	6.608
Material		54			9		63	62
Serviços de terceiros		1.132		2.005	880		4.017	3.981
Depreciação		66			45		111	113
Amortização		10			301		311	51
Provisão p/créd.liq.duvidosa/ perdas líquidas				1.371			1.371	6.844
Provisões para contingências						(674)	(674)	–
Aluguéis e arrendamentos		1			221		222	280
Outras		312		48	2.073	119	2.552	1.569
	–	**4.930**	**62**	**3.424**	**6.776**	**(555)**	**14.637**	**19.508**
Total	**874.838**	**4.930**	**62**	**3.424**	**6.776**	**(555)**	**889.475**	**716.974**

18 Resultado financeiro

	2011	2010 Reclassificado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.012	545
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	1.202	1.377
Outras receitas financeiras	1.702	1.018
	4.916	**2.940**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(171)	(166)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(558)	
Atualização monetária contratos de mútuo	(283)	
Outras despesas financeiras	(1.204)	(2.721)
	(2.216)	**(2.887)**
Total	**2.700**	**53**

19 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.960	24.493	34.960	24.493
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(8.740)**	**(6.123)**	**(3.146)**	**(2.204)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(13)	(13)	(5)	(5)
Perdas indedutíveis	(43)		(15)	
Despesas indedutíveis	(2)			
Gratificações a administradores	(85)	(101)	(31)	(37)
Programa REFIS	3		1	
Juros sobre o capital próprio	542	478	195	172
Adicional IRPJ	24	24		
Lei Rouanet	53	50		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(8.261)**	**(5.685)**	**(3.001)**	**(2.074)**
Alíquota Efetiva	24%	23%	9%	8%

20 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

20.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando aplicável, é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	14.343	10.415	14.343	10.415
Consumidores e concessionárias	97.213	73.300	97.213	73.300
Outros créditos - Derivativos		400		400
Não circulante				
Partes relacionadas		12		12
	111.556	**84.127**	**111.556**	**84.127**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	81.568	58.924	81.568	58.924
Não circulante				
Partes relacionadas	77	32	77	32
	81.645	**58.956**	**81.645**	**58.956**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

Os saldos de Consumidores e concessionárias e Fornecedores são compostos, principalmente, de contratos bilateriais de fornecimento e suprimento de energia elétrica a preços usuais de mercado e ainda, pelo fato destes saldos terem giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011			31/12/2010		
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		14.343	14.343		10.415	10.415
Consumidores e concessionárias	97.213		97.213	73.300		73.300
Partes relacionadas			–	12		12
Outros Créditos			–		400	400
	97.213	**14.343**	**111.556**	**73.312**	**10.815**	**84.127**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	81.568	81.568	58.924	58.924
Partes relacionadas	77	77	32	32
	81.645	**81.645**	**58.956**	**58.956**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**	**Mercados similares Nível 2**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	14.343	6.331	8.012
	14.343	**6.331**	**8.012**

20.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações, quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício de 2011 a Companhia não realizou nenhuma captação de recursos.

20.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, estando os resultados obtidos com estas operações condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração entende que as operações dos ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia durante o exercício de 2010, realizou uma operação de venda de um contrato de opção de compra de energia elétrica, o contrato prevê suprimento até 31 de dezembro de 2011 a um preço por MWh mais atrativo ou, em caso de não exercício da opção a contraparte deverá quitar a Companhia o prêmio resultante proporcional ao período de suprimento restante. O prêmio total do contrato foi reconhecido integralmente no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2010 e o recebimento do mesmo ocorreu integralmente até outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possui saldo de instrumentos financeiros derivativos.

21 Cobertura de seguros

A Companhia mantem contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	4.323

22 Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011				
	Total Geral	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**	**acima de 5 anos**
Obrigações de compra	3.352.816	786.203	1.305.661	646.329	614.623
	3.352.816	**786.203**	**1.305.661**	**646.329**	**614.623**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

22.2 Garantias

	31/12/2011	31/12/2010
Tipo de garantia oferecida		
Aval de acionista	63.787	7.670
Fiança bancária	70.950	63.573
Seguro garantia	36.869	36.869
	171.606	**108.112**

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, do saldo dado como Aval de acionista, R$62.041 são referentes a Contratos de compra e venda de energia e R$1.746 decorrentes de Seguros de vida.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, do saldo dado como fiança bancária, R$57.997 são referentes aos contratos de compra e venda de energia e R$12.953 decorrentes de ações tributárias.

Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas encontramos o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, etc.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Seguro garantia, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

23 Evento subsequente

23.1 Revisão da vida útil dos bens

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. A aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

23.2 Participação acionária da Companhia no Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia - BBCE

Em 28 de fevereiro de 2012 ocorreu a integralização no Capital Social da BBCE no valor de R$200.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro

Miguel Dias Amaro
Conselheiro

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

José Roberto Pascon
Diretor

João Carlos de Abreu Guimarães
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enertrade - Comercialização e Serviços de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010 Reclassificado
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.338	6.091	7.956	9.025
Concessionárias	4			15.326	774
Impostos e contribuições sociais	5	83		10.289	757
Dividendos a receber	19	461	415		
Despesas pagas antecipadamente		5	13	241	89
Outros créditos		32	106	34	107
		1.919	**6.625**	**33.846**	**10.752**
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais	5			15.236	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.1			793	325
Partes relacionadas	7	22	37		
Adiantamento para futuro aumento de capital	8	26.175			
Cauções e depósitos vinculados	9	65		17.296	1.030
Outros créditos			3		3
		26.262	**40**	**33.325**	**1.358**
Investimentos	10	138.168	51.306		
Imobilizado	11	5.843	4.095	379.159	252.584
Intangível	12	17.577	7.533	19.390	8.276
		161.588	**62.934**	**398.549**	**260.860**
Total do ativo		**189.769**	**69.599**	**465.720**	**272.970**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2011	Controladora 31/12/2010 Reclassificado	Consolidado 31/12/2011	Consolidado 31/12/2010 Reclassificado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	13	508	585	3.360	1.706
Impostos e contribuições sociais	5	157	100	5.137	579
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14	120.882		144.512	163.692
Benefícios pós-emprego	15		1		1
Obrigações estimadas com pessoal	16	1.098	779	1.104	784
Encargos regulamentares e setoriais				2	3
Provisões	17	6.500	8.050	6.500	8.050
Outras contas a pagar		102	93	279	93
		129.247	**9.608**	**160.894**	**174.908**
Não Circulante					
Impostos e contribuições sociais diferidos	6.2			18.421	18.796
Empréstimos e financiamentos	14			221.860	17.857
Partes relacionadas	7	1.011		2.870	
Adiantamento para futuro aumento de capital			458		458
Provisões	17	2.300	2.300	4.464	3.718
		3.311	**2.758**	**247.615**	**40.829**
Patrimônio líquido					
Capital social	18.1	69.935	62.219	69.935	62.219
Lucros (prejuízos) acumulados		(12.724)	(4.986)	(12.724)	(4.986)
		57.211	**57.233**	**57.211**	**57.233**
Total do passivo e patrimônio líquido		**189.769**	**69.599**	**465.720**	**272.970**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.738)	(4.083)	(3.931)	(3.961)
Depreciações e amortizações	38	20	10.618	3.089
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1.377	4	1.377	6
Despesas pagas antecipadamente			268	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	6.504		30.673	1.900
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			143	50
Participações societárias	(9.237)	(552)		
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária			6	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(126)	(114)
	(9.056)	**(4.611)**	**39.028**	**970**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Concessionárias			(14.552)	360
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(83)	2	(23.684)	(389)
Cauções e depósitos vinculados	(65)		(16.159)	1.733
Despesas pagas antecipadamente	8	(13)	(419)	(61)
Outros ativos operacionais	74	(77)	74	(77)
	(66)	**(88)**	**(54.740)**	**1.566**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(77)	(90)	1.654	965
Outros tributos e contribuições sociais	57	44	210	326
Benefícios pós-emprego	(1)		(1)	
Obrigações estimadas com pessoal	319	441	320	439
Encargos regulamentares e setoriais			(7)	
Provisões	(7.550)	(8.050)	(7.550)	(8.050)
Outros passivos operacionais	9	55	186	(1.432)
	(7.243)	**(7.600)**	**(5.188)**	**(7.752)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(16.365)**	**(12.299)**	**(20.900)**	**(5.216)**
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.365)	(489)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(16.365)**	**(12.299)**	**(22.265)**	**(5.705)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixas (adições) ao investimento	(75.978)	8.000		
Dividendos recebidos	1.660	1.925		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(26.175)			
Adições ao Imobilizado e Intangível	(7.207)	(4.495)	(139.732)	(162.543)
Partes relacionadas	15			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(107.685)**	**5.430**	**(139.732)**	**(162.543)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	1.011	(37)	2.870	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	(458)	12.618	(458)	12.618
Aumento (redução) de capital	7.716		7.716	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	120.000		433.123	159.260
Amortização de Principal de Empréstimos, financiamentos, Debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(8.972)		(282.323)	(4.873)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**119.297**	**12.581**	**160.928**	**167.006**
Redução de caixa e equivalantes de caixa	**(4.753)**	**5.712**	**(1.069)**	**(1.242)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.338	6.091	7.956	9.025
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6.091	379	9.025	10.267
	(4.753)	**5.712**	**(1.069)**	**(1.242)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**49.459**	**(903)**	**48.556**
Aumento de capital - AGE de 28/10/2010	9.033		9.033
Aumento de capital - AGE de 14/12/2010	3.727		3.727
Prejuízo do exercício		(4.083)	(4.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**62.219**	**(4.986)**	**57.233**
Aumento de capital - AGE de 09/12/2011	7.716		7.716
Prejuízo do exercício		(7.738)	(7.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**69.935**	**(12.724)**	**57.211**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Receitas	20			**47.123**	**7.849**
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica					
Encargos de uso da rede elétrica				(1.822)	(302)
	21	–	–	**(1.822)**	**(302)**
Custo de operação					
Pessoal				(44)	(25)
Materiais e serviços de terceiros				(5.250)	(1.575)
Depreciações e amortizações				(8.781)	(2.130)
Outros custos de operação				(1.616)	(161)
	21	–	–	**(15.691)**	**(3.891)**
		–	–	**(17.513)**	**(4.193)**
Lucro bruto		–	–	**29.610**	**3.656**
Despesas e receitas operacionais					
Despesas com vendas		(8)		(9)	
Despesas gerais e administrativas		(6.943)	(4.568)	(7.686)	(5.212)
Depreciações e amortizações		(38)	(20)	(1.837)	(959)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.378)		(1.452)	(17)
	20	**(8.367)**	**(4.588)**	**(10.984)**	**(6.188)**
Resultado antes do resultado financeiro das participações societárias e tributos		**(8.367)**	**(4.588)**	**18.626**	**(2.532)**
Resultado das participações societárias	10.1	9.237	552		
Receitas financeiras		70		316	638
Despesas financeiras		(8.678)	(47)	(22.873)	(2.067)
Resultado financeiro	22	**(8.608)**	**(47)**	**(22.557)**	**(1.429)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(7.738)**	**(4.083)**	**(3.931)**	**(3.961)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	23			(4.648)	(438)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23			841	316
		–	–	**(3.807)**	**(122)**
Prejuízo do exercício		**(7.738)**	**(4.083)**	**(7.738)**	**(4.083)**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**(74,26)**	**(39,18)**	**(74,26)**	**(39,18)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora 2011	Controladora 2010 Reclassificado	Consolidado 2011	Consolidado 2010 Reclassificado
Geração do valor adicionado	**–**	**–**	**51.408**	**8.146**
Receita operacional			51.408	8.146
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(4.479)**	**(1.928)**	**(12.368)**	**(4.405)**
Encargos de uso da rede elétrica			(1.822)	(302)
Materiais	(102)	(28)	(145)	(50)
Serviços de terceiros	(2.549)	(1.537)	(8.249)	(3.229)
Outros custos operacionais	(1.828)	(363)	(2.152)	(824)
Valor adicionado bruto	**(4.479)**	**(1.928)**	**39.040**	**3.741**
Retenções				
Depreciações e amortizações	(38)	(20)	(10.618)	(3.089)
Valor adicionado líquido produzido	**(4.517)**	**(1.948)**	**28.422**	**652**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	70		316	638
Resultado da equivalência patrimonial	9.237	552		
Valor adicionado total a distribuir	**4.790**	**(1.396)**	**28.738**	**1.290**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	1.875	1.251	1.899	1.266
Benefícios	276	85	288	90
FGTS	309	188	310	189
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	575	650	8.692	1.140
Estaduais	130	9	134	11
Municipais	18	9	18	9
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	8.678	47	22.873	2.067
Aluguéis	667	448	2.262	601
	12.528	**2.687**	**36.476**	**5.373**
Lucros retidos	(7.738)	(4.083)	(7.738)	(4.083)
	4.790	**(1.396)**	**28.738**	**1.290**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

EDP Renováveis Brasil S.A. (Companhia ou Controladora ou EDP Renováveis Brasil), Sociedade Anônima de capital fechado, com sede no Município de São Paulo - SP, controlada pela EDP Renováveis S.A. e EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil S.A.), constituída em 12 de dezembro de 2007, tem por objeto social a participação em outras sociedades, bem como as atividades de planejamento, operação e manutenção de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza e, em particular, as de regime especial, as de produção hidráulica ou mini-hidráulica, eólica, solar, solar térmica, fotovoltaica, biomassa e resíduos.

A Companhia tem como acionistas a EDP Renováveis S.A. e a EDP - Energias do Brasil, cujos planos de negócios são parte integrante do plano estratégico do Grupo EDP Energias de Portugal, e visam o desenvolvimento de projetos em fontes de energia renováveis. A atividade da Companhia é garantida e quando necessário financiada pelos acionistas. Para a Companhia cumprir com seus compromissos de curto prazo os acionistas prevêm efetuar aportes de capital. As participações diretas detidas são as seguintes:

Empresas	Consolidação	% Participação 31/12/2011	% Participação 31/12/2010
Cenaeel Central Nacional de Energia Eólica S.A.	Integral	100,00%	100,00%
Elebrás Projetos S.A.	Integral	100,00%	100,00%

1.1 Concessões

A Companhia e suas controladas diretas Cenaeel e Elebrás possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração:

Usinas Eólicas	Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Ano do início da operação	Autorização/Registro Início	Autorização/Registro Término
Cenaeel - Horizonte (1)	SC	Água Doce	4,80		2004	12/08/2002	Indefinida
Cenaeel - Água Doce (2)	SC	Água Doce	9,00	2,97	2006	11/12/2002	11/12/2032
Elebrás - Tramandaí (2)	RS	Tramandaí	70,00	25,15	2011	05/09/2002	05/09/2032
Elebrás - Palmar I (2)	RS	Santa Vitória do Palmar	81,00			05/09/2002	05/09/2032
Total			**164,80**	**28,12**			

(1) Registro
(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

1.2 Venda de 57,2 MW nº Leilão A-5 de energia nova

A Companhia, em 30 de dezembro de 2011, vendeu 57,2 MW médios de energia nova no Leilão A-5, por meio de quatro projetos de geração eólica: Baixa do Feijão I, II, III e IV, localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em conjunto, os projetos somam capacidade instalada de 120 MW e possuem fator de capacidade médio de 48%. O fator de capacidade foi estimado com base em 2 anos de medição através de estudos internos e externos de acordo com as especificações exigidas pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

A venda de energia no mercado regulado se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2016, ao preço de R$97/MWh.

Os empreendimentos já possuem terrenos arrendados e pontos de conexão definidos a aproximadamente 13 km dos parques. O investimento total nos projetos situa-se entre R$350 milhões e R$400 milhões. A estrutura de financiamento dos projetos contempla uma alavancagem estimada de 60%.

1.3 Combinação de negócios

A Companhia adquiriu A Cenaeel - Central Nacional de Energia Eólica em 16 de fevereiro de 2009, que tem uma capacidade instalada de 13,8MW, distribuídos em 2 parques eólicos, já em funcionamento, e a Elebrás em 17 de março de 2009, com uma capacidade instalada de 70MW e que iniciou as operações em maio de 2011. Ambos os parques incluem tarifas incentivadas PROINFA pelo prazo de 20 anos. De acordo com o CPC15 estas transações foram reconhecidas através do método de aquisição. O custo da entidade adquirida é atribuído aos ativos líquidos adquiridos, incluindo ativos intangíveis identificáveis, passivos e passivos contingentes assumidos com base em seu valor justo estimado na data da aquisição.

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data de troca. Ativos identificáveis adquiridos e passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição, independente do grau da participação minoritária.

O ágio é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida.

O ágio não deve ser amortizado e deve ser objeto de análise de recuperação anualmente. O deságio é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente, quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando integralmente conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela controladora e suas controladas para todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Investimentos (Nota 10)

• Controladas

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, são avaliados por equivalência patrimonial.

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

d) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento, conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos. Para a depreciação dos outros ativos utiliza-se as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovados pela Resolução Normativa n° 367/09).

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Faixas de servidão: compreendem as faixas de servidão permanente que estão registradas pelo custo de aquisição.

• Ágio gerado por conta de uma combinação de negócios: é registrado por conta da diferença entre o valor pago pelo negócio adquirido e o valor de mercado deste negócio.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

f) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

g) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

j) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

k) Provisões (Nota 17)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6 e 23)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados: (i) na controlada direta Cenaeel com base nos resultados tributáveis presumidos, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%; e (ii) na Controladora e controlada direta Elebrás, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicavél, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 15)

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

o) Capital social (Nota 18.1)

Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

p) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequente no exercício seguinte.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

q) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a avaliação de imparidade que é em base anual.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros; Provisão para desmantelamento; Provisão para variação entre energia faturada e energia despachada; Realização de imposto de renda diferido; e Provisão para contraprestação contingente.

r) Instrumentos financeiros (Nota 26)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiro, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento incial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

s) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

t) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC n º 1.287, de 23 de julho de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

u) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R2) -

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Demonstrações Consolidadas aprovada pela resolução CFC nº 1.240/09 e alterações posteriores, abrangendo a Companhia e sua controlada (conforme descrito na Nota 1).

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Companhia nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Companhia e suas controladas.

2.4 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas e IFRS 12 - Divulgação de Participação em Outras Entidades

A emissão destas novas normas pretende definir com clareza o controle ou compartilhamento sobre uma investida. A IFRS 10 define um modelo de consolidação único que identifica o controle como base para a consolidação de uma entidade. A IFRS 12 combina, aumenta e substitui os requisitos de divulgação para subsidiárias, empreendimentos em conjunto, associados e a estrutura de entidades não consolidadas. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.5 Reclassificações nos exercícios anteriores

2.5.1 Balanço Patrimonial

Para fins de comparabilidade foi feita a seguinte reclassificação nos valores anteriormente apresentados no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2010:

Ativo Circulante: Reclassificação da rubrica de Cauções e depósitos vinculados no valor de R$1.028 para a mesma rubrica no Ativo Não Circulante.

Passivo Circulante: Reclassificação das rubricas de Outras contas a pagar no valor de R$8.146 para as rubricas de: Encargos regulamentares e setoriais R$3; Provisões R$8.050; e Outras Contas a Pagar R$93.

Passivo Não Circulante: Reclassificação das rubricas de Provisões no valor de R$1.418 e Outras contas a pagar R$2.300 para a rubrica de: Provisões R$3.718.

2.5.2 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010: Custo de operação dos parques eólicos anteriormente classificados em Despesas gerais e administrativas R$130, para Custo de operação Materiais e serviços R$93 e outros custos de operação R$37.

2.5.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do Lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita a partir do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, para consistência com as práticas contábeis da coligada EDP - Energias do Brasil.

2.5.4 Demonstração do Valor Adicionado

Devido as reclassificações efetuadas na Demonstração do Resultado de 31 de dezembro de 2010, a Demonstração do Valor Adcionado do mesmo período foi reclassificada para fins de melhor comparabilidade.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	1.338	6.091	7.956	6.942
Aplicações financeiras - renda fixa				2.083
Total	**1.338**	**6.091**	**7.956**	**9.025**

Aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Parte do saldo da conta de Bancos conta movimento consolidado no valor de R$2.291 está sujeito a liquidação conforme contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES para financiamento do Parque Eólico, conforme parágrafo 13° item II alínea (a) a (c). Maiores detalhes estão sendo apresentado na nota 27.2. As aplicações financeiras de 2010 referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures remunerados a taxas que variam entre 103% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 Concessionárias

	Consolidado		
	Saldos vincendos	Saldo em 31/12/2011	Saldo em 31/12/2010
Circulante			
Concessionárias			
Suprimento de energia elétrica	15.326	15.326	774
Total Circulante	**15.326**	**15.326**	**774**

No consolidado, o saldo de R$15.326 em 31 de dezembro de 2011 (R$774 em 31 de dezembro de 2010), é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica das controladas diretas Cenaeel e Elebrás com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. no valor de R$10.733 (R$659 em 31 de dezembro de 2010), para os quais não são esperadas perdas na sua realização, além de ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Eletrobrás no valor de R$4.593 em 31 de dezembro de 2011 (R$115 em 31 de dezembro de 2010).

5 Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - Compensáveis						
Imposto de renda e contribuição social			1.136	36		
ICMS				66		
PIS e COFINS	67		6.555	104	15.236	
IRRF sobre aplicações financeiras	16		239	230		
Outros			2.359	321		
Total	**83**	**–**	**10.289**	**757**	**15.236**	**–**

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

A rubrica de Outros, demonstrada no quadro acima é composta por tributos retidos na fonte conforme apresentado no quadro abaixo:

	31/12/2011
Retenção na Fonte de IRRF/CSLL/PIS/COFINS	604
Retenção na Fonte de CSLL/PIS/COFINS	65
Retenção na Fonte de IRRF	8
Retenção na Fonte - Orgãos Públicos	1.682
Total	**2.359**

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social			4.380	83
ICMS sobre diferencial de alíquota				66
PIS e COFINS			575	25
ISS		2	4	43
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços	9		10	
IRRF - sobre serviços prestados por 3º	10	3	(4)	28
Outros	138	95	172	334
Total	**157**	**100**	**5.137**	**579**

6 Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Os créditos fiscais apresentados, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Consolidado				
	31/12/2011				31/12/2010
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Diferenças Temporárias					
Provisão para materiais e serviços	678	169	61	230	
Total diferenças temporárias		**169**	**61**	**230**	**–**
Ágio incorporado					
Desmantelamentos - CPC 25	1.654	414	149	563	325
Total diferenças temporárias - RTT		**414**	**149**	**563**	**325**
Total diferenças temporárias		**583**	**210**	**793**	**325**

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012. Com base nesse estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante a partir do exercício de 2012 conforme demonstrado abaixo:

2012	2020 a 2021	Total Não circulante
230	563	793

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

	Consolidado					Resultado	
	31/12/2011				31/12/2010	2011	2010
Natureza dos créditos	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total**	**IRPJ/CSLL**	**IRPJ/CSLL**
Provisão para materiais e serviços						230	
Total diferenças temporárias		**–**	**–**	**–**	**–**	**230**	**–**
Ágio incorporado							
Mais valia - CPC 15	54.333	13.581	4.890	18.471	18.473		
Amortização/Depreciação mais valia - CPC 15	(1.792)	(448)	(161)	(609)		609	316
Desmantelamentos - CPC 25	1.646	411	148	559	323	2	
Total diferenças temporárias - RTT		**13.544**	**4.877**	**18.421**	**18.796**	**611**	**316**
Total diferenças temporárias		**13.544**	**4.877**	**18.421**	**18.796**	**841**	**316**

A mutação no Imposto de renda e Contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício.

7 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a receber da controlada Cenaeel, apresentados na nota 19, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e da Companhia com as controladoras, são apresentadas como segue:

Controladora

Partes relacionadas				Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	**Contra-parte**	**Data da transação**	**Período de duração**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**2011**	**2010**
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente pessoal, material e serviços de terceiros	Elebrás	01/01/2010	Não existe data para liquidação do saldo	22	37			(3.147)	(700)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	Escelsa	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014			1			
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Energias do Brasil	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			369		(369)	
	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			641		(308)	
			Total	**22**	**37**	**1.011**	**–**	**(3.824)**	**(700)**

Consolidado

Partes relacionadas				Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
Objeto do contrato	**Contra-parte**	**Data da transação**	**Período de duração**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**31/12/2011**	**31/12/2010**	**2011**	**2010**
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis Brasil	01/12/2011	Não existe data para liquidação do saldo			369		(369)	
	EDP Energias do Brasil	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			235		(235)	
	EDP Energias do Brasil	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			780		(780)	
	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Não existe data para liquidação do saldo			641		(308)	
	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			195		(195)	
	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)			650		(650)	
			Total	**–**	**–**	**2.870**	**–**	**(2.537)**	**–**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Controladora direta

As controladoras diretas da Companhia são a EDP Renováveis S.A. e a EDP - Energias do Brasil.

As companhias Cenaeel e Elebrás são controladas direta da Companhia.

7.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais chave da administração.

8 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Ativo Não circulante 31/12/2011
Elebrás Projetos S.A.	26.175
Total	**26.175**

9 Cauções e depósitos vinculados

	Controladora Não circulante	Consolidado Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Depósitos judiciais	65	67	2
Cauções e depósitos vinculados		17.229	1.028
Total	**65**	**17.296**	**1.030**

Como garantias aos contratos celebrados entre as controladas Cenaeel e Elebrás e o BNDES e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foram estabelecidos a vinculação e cessão da receita vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda arrecadação será depositada na Conta Vinculada. Os valores depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida deverão manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. Os valores depositados na Conta Reserva de O&M deverão manter no mínimo saldo correspondente a três vezes o valor da próxima prestação mensal do Contrato de O&M. A Conta Reserva somente será utilizada em caso de insuficiência de recursos existentes na Conta Vinculada. Esta conta será movimentada apenas pelo banco mandatário.

Parte do saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2011, referente ao contrato firmado entre a Cenaeel e o BNDES e BRDE, no montante de R$1.135 (R$1.028 em 31 de dezembro de 2010), no consolidado, foram aplicados em Fundos do tipo Unibanco Private Active Fix FI visando manter a rentabilidade dos recursos da controlada direta Cenaeel. O montande de R$16.094 da Elebrás não sofre correção e é gerenciado pelo Banco mandatário, totalizando o valor de R$17.229 em 31 de dezembro de 2011.

10 Investimentos

10.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Saldos em 31/12/2010	Adições	Equivalência patrimonial	Dividendos/JSCP	Capitalização de juros	Saldos em 31/12/2011	% participação 31/12/2011	% participação 31/12/2010
Cenaeel	27.520		1.316	(1.706)		27.130	100%	100%
Elebrás	23.786	75.982	7.921		3.349	111.038	100%	100%
Total	**51.306**	**75.982**	**9.237**	**(1.706)**	**3.349**	**138.168**		

A capitalização de juros refere-se a financiamento adquirido pela controladora para aquisição de ativos da controlada Elebrás.

Os valores dos investimentos apresentado no quadro acima para as Companhias Cenaeel e Elebrás contem em seus saldos mais valia sobre ativos gerados na combinação de negócios conforme CPC 15, apresentado no quadro abaixo:

	PL	Mais valia sobre ativo CPC 15	Saldos em 31/12/2010	PL	Mais valia sobre ativo CPC 15	Saldos em 31/12/2011
Cenaeel	15.675	11.845	27.520	15.908	11.222	27.130
Elerás	(219)	24.005	23.786	87.590	23.448	111.038
Total			**51.306**			**138.168**

10.2 Participação direta dos investimentos

	Ações possuídas pela Companhia (mil)		% de participação da Companhia													
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011		31/12/2010		Ativos totais		Passivos (circulante e não circulante		Patrimônio líquido		Receitas		Resultado acumulado	
Companhia	Ordinárias	Ordinárias	Capital social integralizado	Capital votante	Capital social integralizado	Capital votante	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Cenaeel	2.054	2.054	100%	100%	100%	100%	36.611	36.664	20.703	20.989	15.908	15.675	8.092	7.849	1.940	1.815
Elebrás	132.601	132.601	100%	100%	100%	100%	348.284	164.142	264.044	164.361	84.240	(219)	39.031		8.481	(646)

11 Imobilizado

Controladora

	31/12/2011 Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2010 Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,00	59	(8)	51	10,00	59	(2)	57
Veículos	20,00	127	(41)	86	20,00	127	(16)	111
		186	**(49)**	**137**		**186**	**(18)**	**168**
Total do Imobilizado em serviço		**186**	**(49)**	**137**		**186**	**(18)**	**168**
Imobilizado em curso								
Geração		5.132		5.132		3.455		3.455
Administração		574		574		472		472
Total do imobilizado em curso		**5.706**	**–**	**5.706**		**3.927**	**–**	**3.927**
Total imobilizado		**5.892**	**(49)**	**5.843**		**4.113**	**(18)**	**4.095**

Consolidado

	31/12/2011 Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2010 Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		357		357				
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	4.636	(108)	4.528				
Máquinas e equipamentos	4,00	389.236	(22.210)	367.026	5,00	97.300	(11.809)	85.491
		394.229	**(22.318)**	**371.911**		**97.300**	**(11.809)**	**85.491**
Administração								
Máquinas e equipamentos	10,00	79	(27)	52	10,00	80	(20)	60
Veículos	20,00	157	(64)	93	20,00	157	(33)	124
Móveis e utensílios	10,00	12	(9)	3	10,00	11	(7)	4
		248	**(100)**	**148**		**248**	**(60)**	**188**
Atividades não vinculadas à concessão								
Máquinas e equipamentos						3	(2)	1
		–	**–**	**–**		**3**	**(2)**	**1**
Total do Imobilizado em serviço		**394.477**	**(22.418)**	**372.059**		**97.551**	**(11.871)**	**85.680**
Imobilizado em curso								
Geração		6.526		6.526		166.432		166.432
Administração		574		574		472		472
Total do imobilizado em curso		**7.100**	**–**	**7.100**		**166.904**	**–**	**166.904**
Total imobilizado		**401.577**	**(22.418)**	**379.159**		**264.455**	**(11.871)**	**252.584**

O montante de R$5.132, relativo ao imobilizado em curso (Controladora), refere-se a aquisição de torres de medição e equipamentos diversos para os projetos de desenvolvimento de novos parques eólicos.

As controladas Cenaeel e Elebrás, efetuaram durante o ano de 2011 um estudo detalhado sobre a vida útil dos parques eólicos, onde compararam dados históricos de vida útil dos equipamentos utilizados num parque eólico, analisando tipos diferentes de equipamentos, geologias e geografias (nacionais e internacionais) de utilização e efeitos de natureza, e concluiram que para equipamentos utilizados nos seus parques eólicos, a vida útil média é de 25 anos.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

Controladora

Imobilizado em serviço	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Depreciações	Baixas	Partes relacionadas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Máquinas e equipamentos	57		(6)				51
Veículos	111		(25)				86
Total do imobilizado em serviço	**168**	**–**	**(31)**	**–**	**–**	**–**	**137**
Total do Imobilizado em curso	**3.927**	**3.020**	**–**	**(1.236)**	**(76)**	**71**	**5.706**
Total líquido	**4.095**	**3.020**	**(31)**	**(1.236)**	**(76)**	**71**	**5.843**

Consolidado

Imobilizado em serviço	Valor líquido em 31/12/2010	Aquisições	Juros capitalizados	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Terrenos				357				357
Edificações, obras civís e benfeitorias				4.636	(108)			4.528
Máquinas e equipamentos	85.552	436	3.349	292.013	(10.471)	(3.801)		367.078
Veículos	124				(31)			93
Móveis e utensílios	4				(1)			3
Total Imobilizado em serviço	**85.680**	**436**	**3.349**	**297.006**	**(10.611)**	**(3.801)**	**–**	**372.059**
Total do Imobilizado em curso	**166.904**	**124.750**	**12.562**	**(295.951)**	**–**	**(1.236)**	**71**	**7.100**
Total líquido	**252.584**	**125.186**	**15.911**	**1.055**	**(10.611)**	**(5.037)**	**71**	**379.159**

12 Intangível

Controladora

	31/12/2011 Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2010 Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valorlíquido
Intangível em Serviço								
Administração								
Software	20,00	33	(8)	25	20,00	33	(2)	31
		33	**(8)**	**25**		**33**	**(2)**	**31**
Total do Intangível em Serviço		**33**	**(8)**	**25**		**33**	**(2)**	**31**
Intangível em curso								
Geração		13.766		13.766		3.724		3.724
Administração		17		17		9		9
Total do Intangível em Curso		**13.783**	**–**	**13.783**		**3.733**	**–**	**3.733**
Ágio na aquisição de investimentos								
Cenaeel		3.769		3.769		3.769		3.769
		3.769	**–**	**3.769**		**3.769**	**–**	**3.769**
Total intangível		**17.585**	**(8)**	**17.577**		**7.535**	**(2)**	**7.533**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Consolidado							
	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	1	(1)	–	20,00	1	(1)	–
Servidão permanente		1.788		–				–
		1.789	**(1)**	**1.788**		**1**	**(1)**	**–**
Administração								
Software	17,50	44	(9)	35		44	(2)	42
		44	**(9)**	**35**		**44**	**(2)**	**42**
Total do intangível em serviço		**1.833**	**(10)**	**1.823**		**45**	**(3)**	**42**
Intangível em curso								
Geração		13.766		13.766		4.456		4.456
Administração		32		32		9		9
Total do intangível em curso		**13.798**	**–**	**13.798**		**4.465**	**–**	**4.465**
Ágio na aquisição de investimentos								
Cenaeel		3.769		3.769		3.769		3.769
		3.769	**–**	**3.769**		**3.769**	**–**	**3.769**
Total intangível		**19.400**	**(10)**	**19.390**		**8.279**	**(3)**	**8.276**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Amortizações	Baixas	Partes relacionadas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço							
Software	31		(7)	1			25
Intangível em curso	3.733	12.255		(142)	(1.992)	(71)	13.783
Ágio na aquisição de investimentos	3.769						3.769
	7.533	**12.255**	**(7)**	**(141)**	**(1.992)**	**(71)**	**17.577**

	Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Amortização	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço							
Software	42			(8)	1		35
Servidão permanente			1.788				1.788
Intangível em curso	4.465	12.389	(2.843)		(142)	(71)	13.798
Ágio na aquisição de investimentos	3.769						3.769
Total intangível	**8.276**	**12.389**	**(1.055)**	**(8)**	**(141)**	**(71)**	**19.390**

Do montante de R$12.389 (consolidado), relativo ao ingresso no Intangível, R$12.079 refere-se a gastos com desenvolvimento de projetos de novos parques eólicos.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa consolidada, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis.

O valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade das operações da controlada Cenaeel é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportados em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de pressupostos de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

Base de determinação do valor recuperável: valor em uso - *equity value;*

Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção

Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da autorização

Taxa de crescimento fluxo de caixa: evolução do preço

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia e suas controladas diretas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Encargos de uso da rede elétrica			240	42
Materiais e serviços	508	585	3.120	1.664
Total	**508**	**585**	**3.360**	**1.706**

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida

			Controladora Circulante 31/12/2011	
	Empresa	Custo da dívida	Encargos	Principal
Moeda nacional				
Capital de Giro - Banco do Brasil	EDP Renováveis Brasil	106,60% a 107% do CDI	882	120.000
			882	**120.000**

			Consolidado					
			31/12/2011			31/12/2010		
			Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Empresa	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não Circulante
Moeda nacional								
Capital de Giro - Banco do Brasil	EDP Renováveis Brasil	106,60% a 107% do CDI	882	120.000				
BNDES	Cenaeel	TJLP + 3,50% a.a.	37	919	8.954	28	839	9.873
BRDE	Cenaeel	TJLP + 4,50% a.a.	33	718	7.267	23	650	7.984
Capital de Giro - Banco do Brasil	Elebrás	104% a 109% do CDI				2.892	159.260	
BNDES - Banco do Brasil	Elebrás	2,18% a.a. acima da TJLP e 5,5% a.a. fixo	622	21.357	206.040			
BNDES - Banco do Brasil - Custos de transação	Elebrás			(56)	(401)			
			1.574	**142.938**	**221.860**	**2.943**	**160.749**	**17.857**

EDP Renováveis Brasil

Contrato nº 306.400.946 firmado em 27 de Janeiro de 2011 junto ao Banco do Brasil, no valor de R$80.000 destinado a capital de giro da Companhia, com vencimento em 30 de junho de 2011. No primeiro aditivo, foram alterados os vencimentos para 28 de novembro de 2011. No segundo aditivo, novamente os vencimentos foram alterados, agora para 28 de junho de 2012. Sobre os valores liberados incidem juros à razão de 106,6% da variação do CDI. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$80.847.

Contrato nº 306.400.999 firmado em 1º de Agosto de 2011 junto ao Banco do Brasil, no valor de R$40.000 destinado a capital de giro da Companhia, cujo vencimento será em 2 de julho de 2012. Sobre os valores liberados incidem juros à razão de 107% da variação do CDI. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$40.035.

Cenaeel

Entre 1º de junho e 31 de julho de 2006, a controlada Cenaeel captou, junto ao BNDES e ao BRDE, recursos no valor de R$11.500 e R$9.000 respectivamente para o financiamento da construção da Usina Eólica de Água Doce, à taxa de 3,50% (BNDES) e 4,50% (BRDE) a.a. (a título de *spread*), acima da TJLP instituída pela Lei 9.365, de 16 de dezembro de 1996, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT, divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada lei, cujo montante está sendo amortizado em 144 parcelas com vencimento inicial em 15 de outubro de 2007 e final em 15 de setembro de 2019. Como garantias para essas obrigações, a controlada Cenaeel designou o penhor de todas as ações representativas do seu capital social e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro, e cessão fiduciária de direitos sobre o Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE nº 015/2004. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$9.910 BNDES e R$8.018 BRDE.

O contrato também estabelece Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,4 vezes.

Todas as cláusulas restritivas encontram-se cumpridas em 31 de dezembro de 2011.

Elebrás

Banco do Brasil

Em 21 de janeiro de 2010, a controlada Elebrás assinou junto ao Banco do Brasil o contrato de financiamento "ponte" para o Projeto eólico de Tramandaí, no montante de R$200.000, com vencimento em 16 de janeiro de 2011, e incidência de juros de 104% do CDI, calculados a partir de cada desembolso e devidos semestralmente a partir da data do primeiro desembolso. Em 14 de janeiro de 2011, foi assinado o primeiro aditivo deste contrato. Em agosto de 2011 este financiamento foi liquidado em uma única parcela.

BNDES

Em 29 de março de 2011, a controlada Elebrás captou, junto ao BNDES, recursos para o financiamento da construção do Parque Eólico Elebrás Cidreira I, no valor total de R$227.700:

(i) a 1ª liberação em 22 de julho de 2011, no valor total de R$210.000, onde R$56.623 à taxa de 2,18% a.a. acima da TLJP, com recursos do BNDES (FAT) através do Banco do Brasil, e o restante, no valor de R$156.377, à taxa de 5,50% a.a. com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizáveis em 192 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de outubro de 2027; e

(ii) a 2ª liberação em 29 de agosto de 2011, no valor de R$17.700, à taxa de 5,5% a.a., com recursos do BNDES (FAT) através do Banco do Brasil, amortizável em 113 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de março de 2021.

Esta operação estabelece, garantias as ações detidas pela EDP Renováveis Brasil e cessão fiduciária de direitos sobre o CCVE nº 015/2004.

Também estabelece ICSD de no mínimo 1,3 vezes. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$228.019.

Todas as cláusulas restritivas encontram-se cumpridas em 31 de dezembro de 2011.

A mutação dos empréstimos e financiamentos, líquido dos custos de transação, é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	163.692	221.999	(250.198)	(32.135)	34.023	(3.256)	10.377	10	144.512
	163.692	**221.999**	**(250.198)**	**(32.135)**	**34.023**	**(3.256)**	**10.377**	**10**	**144.512**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	17.857	211.124				3.256	(10.377)		221.860
	17.857	**211.124**	**–**	**–**	**–**	**3.256**	**(10.377)**	**–**	**221.860**

Os vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal + encargos) são apresentados a seguir:

Vencimento	Tipo de Moeda Nacional
Circulante	
2012	144.512
	144.512
Não circulante	
2013	23.104
2014	23.286
2015	23.487
2016	23.706
2017	23.948
2018	24.214
Não circulante	
2019	23.683
2020	21.330
Após 2020	35.102
	221.860
Total	**366.372**

15 Benefícios pós-emprego

A EnerPrev - Previdência Complemetar do Grupo Energias do Brasil é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio e um privado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., cadastrados no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Previc, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamentos destes planos.

Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R$109 (R$50 no exercício de 2010).

Esse plano tem a adesão de 5 colaboradores.

16 Obrigações estimadas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Folha de pagamento	898	678	903	682
INSS e FGTS	200	101	201	102
Total	**1.098**	**779**	**1.104**	**784**

Na rubrica Folha de pagamento está contemplada, basicamente, as provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício de 2011.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Provisões

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Desmantelamento							2.164	1.418
Contraprestação contingente	6.500	8.050	2.300	2.300	6.500	8.050	2.300	2.300
Total	**6.500**	**8.050**	**2.300**	**2.300**	**6.500**	**8.050**	**4.464**	**3.718**

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo depreciados de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses ativos.

O valor em 31 de dezembro de 2011 de R$2.164 (R$1.418 em 31 de dezembro de 2010) na rubrica Provisões do Passivo e não circulante do consolidado refere-se a Provisão para desmantelamento dos parques eólicos das controladas Cenaeel e Elebrás registrados em contrapartida ao imobilizado (Nota 11). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 24.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,18% a.a.

O saldo da rubrica de contraprestação contingente apresentado no circulante em 31 de dezembro de 2011 é de R$6.500 (R$8.050 em 31 de dezembro de 2010), referente ao saldo residual da segunda parcela a pagar à empresa alemã de desenvolvimento de projetos eólicos *InnoVent*, pelo total da capacidade instalada do parque eólico da controlada Elebrás no valor de R$500. Adicionalmente foi realizada uma provisão de R$6.000 de pagamento a efetuar à Norvento pela segunda parcela da aquisição de Baixa do Feijão (a pagar até setembro de 2012), sendo sua contrapartida registrada no ativo imobilizado em curso. Este pagamento não está sujeito a nenhuma atualização monetária. O saldo de R$2.300 apresentado no não circulante em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é composto de custos adicionais definidos em contrato associados à conclusão das diversas fases de implementação do parque eólico da Elebrás e de obtenção de licenças ambientais dos demais projetos.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R$69.935 (R$ 62.291 em 31 de dezembro de 2010), representado por 104.207.317 ações (92.493.524 em 31 de dezembro de 2010) ordinárias distribuídas conforme a seguir:

Acionistas	Ações	%
EDP - Renováveis S.A.	57.314.022	55,00
EDP Energias do Brasil	46.893.295	45,00
Total	**104.207.317**	**100,00**

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$100, incluídas as ações ordinárias já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão das novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 9 de dezembro de 2011 os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital no montante de R$7.716, passando o capital social de R$62.219 para R$69.935.

18.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

19 Dividendos

A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem um saldo a receber de R$461 (R$415 em 31 de dezembro de 2010) referente aos dividendos propostos de sua controlada Cenaeel.

20 Receita

	Consolidado R$	
	2011	2010
Suprimento de Energia elétrica	51.407	8.146
Total Fornecimento e suprimento	**51.407**	**8.146**
(–) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(4.284)	(297)
Receita	**47.123**	**7.849**

21 Gastos operacionais

	Controladora				
	Despesas operacionais			2011	2010
	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Gerenciáveis					
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.151		3.151	2.174
Material		102		102	28
Serviços de terceiros		2.549		2.549	1.537
Depreciação		31		31	18
Amortização		7		7	2
Aluguéis e arrendamentos		667		667	448
Outras	8	474	1.378	1.860	381
Total	**8**	**6.981**	**1.378**	**8.367**	**4.588**

	Consolidado						
	Custo do serviço		Despesas operacionais			2011	2010
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total Reclassificado
Não gerenciáveis							
Encargos de uso da rede elétrica	1.822					1.822	302
Taxa de fiscalização					17	17	17
	1.822	**–**	**–**	**–**	**17**	**1.839**	**319**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		44		3.151		3.195	2.199
Material		43		102		145	50
Serviços de terceiros		5.207		3.042		8.249	3.229
Depreciação		8.781		1.829		10.610	3.087
Amortização				8		8	2
Aluguéis e arrendamentos		1.595		667		2.262	601
Outras		21	9	724	1.434	2.188	894
	–	**15.691**	**9**	**9.523**	**1.434**	**26.657**	**10.062**
Total	**1.822**	**15.691**	**9**	**9.523**	**1.451**	**28.496**	**10.381**

22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado	31/12/2011	31/12/2010 Reclassificado
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	70		285	630
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis			26	7
Outras receitas financeiras			5	1
	70	**–**	**316**	**638**
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(8.668)	(27)	(22.623)	(1.927)
Variações monetárias moeda nacional			44	(50)
Ajustes a valor presente			(187)	
Outras despesas financeiras	(10)	(20)	(107)	(90)
	(8.678)	**(47)**	**(22.873)**	**(2.067)**
Total	**(8.608)**	**(47)**	**(22.557)**	**(1.429)**

23 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(7.738)	(4.083)	(7.738)	(4.083)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**1.935**	**1.021**	**696**	**367**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações		(4)		(1)
Despesas indedutíveis		(10)		(4)
Gratificações a administradores	(82)		(29)	
Resultados de equivalência patrimonial	2.310	138	831	50
Outras	(169)		(61)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(3.994)	(1.145)	(1.437)	(412)
Despesa de IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**–**	**–**

	Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(3.931)	(3.961)	(3.931)	(3.961)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**983**	**990**	**354**	**356**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações		(4)		(1)
Despesas indedutíveis		(10)		(4)
Gratificações a administradores	(82)		(29)	
Outras	(169)		(61)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(3.868)	(1.307)	(1.391)	(470)
Ajuste lucro presumido	300	217	108	87
Incentivos fiscais	48	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(2.788)**	**(90)**	**(1.019)**	**(32)**
Aliquota efetiva	71%	2%	26%	1%

24 Arrendamento mercantil operacional

Arrendamento - Cenaeel

A controlada Cenaeel firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação das usinas eólicas. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2011	2010
Até um ano	87	86
Acima de um ano e até cinco anos	516	478
Acima de cinco anos	1.074	1.128
	1.677	**1.692**

A controlada Cenaeel reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2011 o valor de R$81 e (R$116 em 2010).

Adicionalmente aos pagamentos de arrendamento operacional, a controlada Cenaeel tem previsto em seus contratos o pagamento da conta de luz das propriedades em que se encontram instalados os Aerogeradores. Nos contratos de arrendamento do Parque Eólico do Horizonte está previsto que a cada 3 anos será realizada uma revisão do valor a ser pago como arrendamento operacional comparando o IGP-M acumulado e o equivalente em arrobas de boi gordo vigente naquela data, praça de Santa Catarina e em consulta a orgão governamental em atividade comprovada a época do fato, prevalecendo dos dois o maior. No quadro abaixo demonstramos as despesas separadas dos arrendamentos conforme parágrafo 15 alínea (b) do ICPC 03:

	2011	2010
Despesa com a variação da arroba do boi [(a)]	1	
Despesa com pagamento de luz	7	4
	8	**4**

[(a)] A controlada Cenaeel revisou no ano 2011 o valor a ser pago como arrendamento operacional das fazendas arrendadas para o Parque Eólico do Horizonte e identificou que o preço da arroba do boi gordo foi superior ao reajuste acumulado do IGP-M. Na ocasião a variação do IGP-M foi de 19,91% e a variação da arroba do boi gordo foi de 20,42%, no acumulado dos anos de (2008 - 2011). Devido à variação da arroba do boi ser superior a variação do IGP-M, este índice foi utilizado para corrigir o valor do arrendamento em 2011. Em 2012 e 2013 será feito o reajuste pelo IGP-M e em 2014 será feita a comparação com a arroba do boi novamente. Para a Usina Eólica de Água Doce o contrato prevê apenas o IGP-M como índice de reajuste. Conforme nota 1 os parques eólicos foram adquiridos no ano de 2009 e por esse motivo não houve reconhecimento de variação no ano de 2010.

Arrendamento - Elebrás

A controlada Elebrás, firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí. Os contratos têm prazo de 25 a 30 anos, prorrogáveis por iguais períodos, mediante manifestação expressa das partes. Todos os contratos têm cláusula de rescisão contratual sem ônus a ambas as partes após 60 meses da assinatura. Os pagamentos são efetuados mensalmente por percentual de 3,2% do valor da energia gerada pela usina eólica em kWh.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2011	2010
Até um ano	2.152	1.636
Acima de um ano e até cinco anos	12.714	11.715
Acima de cinco anos	84.637	83.750
	99.503	**97.101**

A controlada Elebrás reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2011 o valor de R$1.746 e (R$924 em 2010).

A Companhia não possui outros tipos de despesas relacionadas ao arrendamento operacional.

25 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas diretas mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora 31/12/2011	Consolidado 31/12/2011
Usinas		345.925
Prédios e conteúdos (terceiros)	4.497	4.497
Responsabilidade civil	48.556	145.668
Transportes (veículos)	1.600	3.200

26 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

26.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que neste caso, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.338	6.091	1.338	6.091
Não circulante				
Partes relacionadas	22	37	22	37
	1.360	**6.128**	**1.360**	**6.128**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	508	585	508	585
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	121.368		120.882	
Não circulante				
Partes relacionadas	1.011		1.011	
	122.887	**585**	**122.401**	**585**

	Consolidado			
	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7.956	9.025	7.956	9.025
Concessionárias	15.326	774	15.326	774
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	17.231	1.028	17.229	1.028
	40.513	**10.827**	**40.511**	**10.827**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	3.360	1.706	3.360	1.706
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	141.643	2.306	144.512	163.692
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	190.378	19.758	221.860	17.857
Partes relacionadas	2.870		2.870	
	338.251	**23.770**	**372.602**	**183.255**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

O saldo de Concessionárias é composto de contratos de suprimentos de energia eletrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e BRDE, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 9.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora							
	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		1.338		1.338		6.091		6.091
Partes relacionadas	22			22	37			37
	22	**1.338**	**–**	**1.360**	**37**	**6.091**		**6.128**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	508	508	585	585
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	120.882	120.882		–
Partes relacionadas	1.011	1.011		–
	122.401	**122.401**	**585**	**585**

	Consolidado							
	31/12/2011				31/12/2010			
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		7.956		7.956		9.025		9.025
Concessionárias	15.326			15.326	774			774
Cauções e depósitos vinculados			17.231	17.231			1.030	1.030
	15.326	**7.956**	**17.231**	**40.513**	**774**	**9.025**	**1.030**	**10.829**

	31/12/2011		31/12/2010	
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	3.360	3.360	1.706	1.706
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	366.372	366.372	181.549	181.549
Partes relacionadas	2.870	2.870		–
	372.602	**372.602**	**183.255**	**183.255**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita à informação mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Controladora		
	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.338	1.338
	1.338	**1.338**

Consolidado		
	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	7.956	7.956
	7.956	**7.956**

26.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES, BRDE e o Banco do Brasil. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuí-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a incerteza relacionado à taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

26.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

26.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A controlada Cenaeel durante o exercício realizou uma operação com derivativo embutido de arrendamento mercantil operacional do imóvel para operação da usina eólica. O contrato prevê uma revisão a cada três anos comparando o IGP-M acumulado e a arroba do boi gordo prevalecendo dos dois o maior. Este derivativo embutido foi reconhecido na despesa e suas metodologias de cálculo estão descritas na nota 24.

Em atendimento à Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Consolidado						
Descrição	Controlada	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Efeitos no Resultado 31/12/2011
Derivativo	Cenaeel	Fazendas do Parque Eólico do Horizonte	16/02/2009	01/05/2023	Arrendamento de terras	(1)
						(1)

27 Compromissos contratuais e Garantias

27.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

		Controladora 31/12/2011		
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazos incluem juros vincendos	14	120.882	120.882	
Obrigações de compra		2.498	1.448	1.050
Contraprestação contingente	17	8.800	6.500	2.300
		132.180	**128.830**	**3.350**

		Consolidado 31/12/2011				
	Nota	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	14	366.372	144.512	69.877	71.868	80.115
Responsabilidades com locações operacionais		48.670	2.068	5.949	5.406	35.247
Obrigações de compra		2.498	1.448	1.050		
Contraprestação contingente	17	8.800	6.500	2.300		
Desmantelamento		2.164				2.164
		428.504	**154.528**	**79.176**	**77.274**	**117.526**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e de suas controladas. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Os compromissos contratuais da Companhia referem-se à gestão do financiamento adquirido com a finalidade de construção do Parque Eólico de Tramandaí e Parque Eólico do Horizonte, conforme nota 14 e contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí e Parque Eólico do Horizonte com prazo de duração de 25 a 30 anos, conforme nota 24.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

27.2 Garantias

	Controladora		Consolidado	
Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aval de acionista	1.524	1.481	1.524	1.481
Bens imóveis			19.235	20.496
Conta vinculada			2.291	
Depósito caucionado			17.229	1.028
Fiança bancária	242		690	412
Fiança corporativa	122.571		122.571	
Penhor de ações			91.639	14.035
	124.337	**1.481**	**255.179**	**37.452**

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, tanto na Controladora quanto no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Bens imóveis: Corresponde a alienação fiduciária de: 15 aerogeradores do Parque Eólico do Horizonte, localizado no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Conta vinculada: A conta registra a movimentação verificada nos respectivos subtítulos e não podem ser movimentadas pela emissão de cheques por estarem vinculadas a determinadas operações, estabelecidas pelo BNDES para pagamento das despesas operacionais correntes inclusive as decorrentes dos Contratos de Manutenção e Prestação de Serviços (O&M) celebrado entre a Companhia e a Wobben Windpower. Pagamento das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente deste contrato.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, no Consolidado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, na Controladora, em sua totalidade, refere-se aos contratos de ações judiciais. No Consolidado, o saldo em 31 de dezembro de 2011, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo, na Controladora, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.

28 Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Em 2011 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.

29 Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. A aplicação das taxas, aos ativos não diretamentes relacionados à atividade de geração eólica, será a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Ana Maria Machado Fernandes — Presidente

António Manuel Barreto Pita de Abreu — Vice-Presidente

Luiz de Abreu Castello - Branco Adão da Fonseca — Conselheiro

Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira — Conselheiro

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas — Conselheiro

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Renato Volponi Lício
Diretor

Bernardo de Deus Vieira Paisana Salvador Pinheiro
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Fabiana Bueno Hernandez
Gestora Operacional de Consolidação Contábil
Contadora - CRC 1SP224652/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
EP Renováveis Brasil S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Renováveis Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EDP Renováveis Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da EDP Renováveis Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da EDP Renováveis Brasil S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

CENAEEL
Central Nacional de Energia Eólica S.A.

CNPJ nº 04.959.392/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.299	2.905
Concessionárias	4	1.082	774
Impostos e contribuições sociais	5	914	691
Despesas pagas antecipadamente		44	67
		6.339	**4.437**
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	7	1.135	1.028
		1.135	**1.028**
Imobilizado	8	29.116	31.188
Intangível		21	11
		29.137	**31.199**
Total do ativo		**36.611**	**36.664**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	9	1.127	555
Impostos e contribuições sociais	5	140	151
Dividendos	13.2	461	415
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	10	1.707	1.540
Obrigações estimadas com pessoal		6	5
Encargos regulamentares e setoriais		2	3
Outras contas a pagar	12	177	
		3.620	**2.669**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	16.221	17.857
Partes relacionadas	6	430	
Provisões	11	432	463
		17.083	**18.320**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	14.035	14.035
Reservas de lucros	13.3	1.873	1.640
		15.908	**15.675**
Total do passivo e patrimônio líquido		**36.611**	**36.664**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**22.035**	**1.750**	**(67)**	**23.718**
Redução de capital - AGE 25/10/2010	(8.000)			(8.000)
Dividendo adicional aprovado - AGO 23/02/2010		(1.443)		(1.443)
Lucro líquido do exercício			1.815	1.815
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		87	(87)	–
Dividendos propostos			(415)	(415)
Dividendo adicional proposto		1.246	(1.246)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**14.035**	**1.640**	**–**	**15.675**
Dividendo adicional aprovado - AGO 05/04/2011		(1.246)		(1.246)
Lucro líquido do exercício			1.940	1.940
Constituição de reserva legal		97	(97)	–
Dividendos propostos			(461)	(461)
Dividendo adicional proposto		1.382	(1.382)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**14.035**	**1.873**	**–**	**15.908**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Companhia ou Cenaeel), Sociedade Anônima de capital fechado constituída em 11 de março de 2002, que tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 16 de fevereiro de 2009, pela EDP Renováveis Brasil S.A. os parques eólicos descritos abaixo.

A Companhia tem sede e foro à Rodovia PRT 280 - Km 94,3, no município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, onde localizam-se as usinas geradoras de energia eólica denominadas Parque Eólico do Horizonte e Usina Eólica de Água Doce.

Atualmente as duas usinas geradoras de energia eólica possuem 23 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 13,8 MW. A totalidade de produção de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., e a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Usinas Eólicas		Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Ano do início da operação	Autorização/Registro Início	Autorização/Registro Término
Horizonte	(1)	SC	Água Doce	4,80		2004	12/08/2002	Indefinido
Água Doce	(2)	SC	Água Doce	9,00	2,97	2006	11/12/2002	11/12/2032
Total				**13,80**	**2,97**			

(1) Registro

(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

2 Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Imobilizado (Nota 8)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos. Para a depreciação dos outros ativos utiliza-se as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovados pela Resolução Normativa N° 367/09).

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

d) Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares:* são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 9)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2011	2010
Receitas	14	**8.092**	**7.849**
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(259)	(302)
	15	**(259)**	**(302)**
Custo de operação			
Pessoal		(44)	(25)
Materiais e serviços de terceiros		(1.238)	(1.482)
Depreciações e amortizações		(1.975)	(2.130)
Outros custos de operação		(102)	(124)
	15	**(3.359)**	**(3.761)**
		(3.618)	**(4.063)**
Lucro bruto		**4.474**	**3.786**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas		(1)	
Despesas gerais e administrativas		(493)	(197)
Depreciações e amortizações		(7)	(6)
Outras despesas e receitas operacionais		(73)	(17)
	15	**(574)**	**(220)**
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		**3.900**	**3.566**
Receitas financeiras		246	638
Despesas financeiras		(1.860)	(1.950)
Resultado financeiro	16	**(1.614)**	**(1.312)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**2.286**	**2.254**
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(346)	(439)
		(346)	**(439)**
Resultado líquido do exercício		**1.940**	**1.815**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**0,94**	**0,88**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010 Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.286	2.254
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.982	2.136
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		2
Despesas pagas antecipadamente	76	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.798	1.900
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	60	46
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	6	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(126)	(114)
	6.082	**6.224**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(308)	360
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(204)	(326)
Cauções e depósitos vinculados		1.733
Despesas pagas antecipadamente	(53)	(39)
	(565)	**1.728**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	572	489
Outros tributos e contribuições sociais	(122)	(43)
Obrigações estimadas com pessoal	1	(2)
Encargos regulamentares e setoriais	(7)	
Outros passivos operacionais	177	(1.478)
	621	**(1.034)**
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**6.138**	**6.918**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(235)	(489)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**5.903**	**6.429**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aumento (redução) de capital		(8.000)
Adições ao imobilizado e intangível	(11)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(11)**	**(8.000)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	430	
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.661)	(1.925)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(3.267)	(3.267)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(4.498)**	**(5.192)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.394**	**(6.763)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.299	2.905
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.905	9.668
	1.394	**(6.763)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2011	2010
Geração do valor adicionado	**8.399**	**8.146**
Receita operacional	8.399	8.146
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(2.064)**	**(1.987)**
Encargos de uso da rede elétrica	(259)	(302)
Materiais	(25)	(22)
Serviços de terceiros	(1.706)	(1.599)
Outros custos operacionais	(74)	(64)
Valor adicionado bruto	**6.335**	**6.159**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1.982)	(2.136)
Valor adicionado líquido produzido	**4.353**	**4.023**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	246	638
Valor adicionado total a distribuir	**4.599**	**4.661**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	24	15
Benefícios	12	5
FGTS	1	1
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	677	757
Estaduais	4	2
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.860	1.950
Aluguéis	81	116
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	461	415
	3.120	**3.261**
Lucros retidos	1.479	1.400
	4.599	**4.661**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 10)
Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 11)
São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)
O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

m) Dividendos (Nota 13.2)
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral.

n) Capital social (Nota 13.1)
Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

o) Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.
As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

p) Uso de estimativa e julgamentos
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros e Provisão para desmantelamento.

q) Instrumentos financeiros (Nota 20)
Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

r) Contratos de arrendamento (Nota 18)
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

s) Lucro por ação
O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 636, de 23 de julho de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

u) Demonstrações do valor adicionado
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.
O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.
A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro
A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações
As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo
Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa
Em 2010 a Demonstração do fluxo de caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita a partir do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, para consistência com as práticas contábeis da coligada EDP - Energias do Brasil S.A.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	4.299	822
Aplicações financeiras - renda fixa		2.083
Total	**4.299**	**2.905**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
As aplicações financeiras de 2010 referem-se, substancialmente, a Certificado de Depósito Bancário e Debêntures remunerados a taxas que variam entre 103% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4 Concessionárias
O saldo de R$1.082 em 31 de dezembro de 2011 (R$659 em 31 de dezembro de 2010), é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da Companhia com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A., para os quais não são esperadas perdas na sua realização, além de ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Eletrobrás referente ao exercício de 2010 no valor de R$115.

5 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - Compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	6	36
PIS e COFINS	8	104
IRRF sobre aplicações financeiras	223	230
Outros	677	321
Total	**914**	**691**

A rubrica de Outros, demonstrada no quadro acima é composta por tributos retidos na fonte conforme apresentado no quadro abaixo:

	31/12/2011
Retenção na Fonte de IRRF/CSLL/PIS/COFINS	604
Retenção na Fonte de CSLL/PIS/COFINS	65
Retenção na Fonte de IRRF	8
Total	**677**

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	77	83
PIS e COFINS	28	25
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	1	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	10	
Outros	24	43
Total	**140**	**151**

6 Partes relacionadas
Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, apresentados na nota 13, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora indireta e coligada estão apresentadas como segue:

Partes relacionadas				Passivo	Receitas (despesas) no exercício
Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	31/12/2011	2011
Contrato de Serviços de consultoria	EDP-Energias do Brasil S.A.	30/12/2010	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	235	(235)
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis S.A.	30/12/2010	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	195	(195)
				430	**(430)**
			Total	**430**	**(430)**

6.1 Controladora direta
A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP Renováveis S.A. A EDP Energias do Brasil S.A. é a coligada.

6.2 Remuneração dos administradores
A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chave da administração.

7 Cauções e depósitos vinculados
Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Os valores depositados na Conta Reserva deverão manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A Conta Reserva somente será utilizada em caso de insuficiência de recursos existentes na Conta Centralizadora.
Os saldos disponíveis na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2011 no montante de R$1.135 (R$1.028 em 31 de dezembro de 2010) foram aplicados em Fundos do tipo Unibanco Private Active Fix FI visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

8 Imobilizado

	31/12/2011				31/12/2010			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Máquinas e equipamentos	4	41.954	(12.849)	29.105	4,48	42.044	(10.876)	31.168
		41.954	**(12.849)**	**29.105**		**42.044**	**(10.876)**	**31.168**
Administração								
Máquinas e equipamentos	10	20	(19)	1	10	21	(18)	3
Veículos	20	30	(23)	7	20	30	(17)	13
Móveis e utensílios	10	12	(9)	3	10	11	(7)	4
		62	**(51)**	**11**		**62**	**(42)**	**20**
Total do imobilizado		**42.016**	**(12.900)**	**29.116**		**42.106**	**(10.918)**	**31.188**

A Companhia efetuou, durante o ano de 2011, um estudo detalhado sobre a vida útil dos parques eólicos, onde comparou dados históricos de vida útil dos equipamentos utilizados num parque eólico, analisando tipos diferentes de equipamentos, geologias e geografias (nacionais e internacionais) de utilização, efeitos de natureza, e concluiu que para equipamentos utilizados nos seus parques eólicos, a vida útil média é de 25 anos.
A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Depreciações e amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	31.171	436	(1.975)	(526)	29.106
Veículos	13		(6)		7
Móveis e utensílios	4		(1)		3
Total líquido	**31.188**	**436**	**(1.982)**	**(526)**	**29.116**

9 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Encargos de uso da rede elétrica	20	42
Materiais e serviços	1.107	513
Total	**1.127**	**555**

10 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2011			31/12/2010		
		Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional							
BNDES	TJLP + 3,50% a.a.	37	919	8.954	28	839	9.873
BRDE	TJLP + 4,50% a.a.	33	718	7.267	23	650	7.984
		70	**1.637**	**16.221**	**51**	**1.489**	**17.857**

Entre 1º de junho e 31 de julho de 2006, a Companhia captou, junto ao BNDES e ao BRDE, recursos no valor de R$11.500 e R$9.000, respectivamente, para o financiamento da construção da Usina Eólica de Água Doce, à taxa de 3,50% (BNDES) e 4,50% (BRDE) a.a. (a título de *spread),* acima da TJLP instituída pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT, divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada lei, cujo montante está sendo amortizado em 144 parcelas com vencimento inicial em 15 de outubro de 2007 e final em 15 de setembro de 2019. Como garantias para essas obrigações, a Companhia designou o penhor de todas as ações representativas do seu capital social e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro e cessão fiduciária de direitos sobre o CCVE nº 015/2004. Também estabelece Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,4 vezes. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$9.910 BNDES e R$8.018 BRDE.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Todas as cláusulas restritivas encontram-se cumpridas em 31 de dezembro de 2011.

A mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	1.540	(1.489)	(1.778)	1.798	1.636	1.707
	1.540	**(1.489)**	**(1.778)**	**1.798**	**1.636**	**1.707**
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	17.857				(1.636)	16.221
	17.857	**–**	**–**	**–**	**(1.636)**	**16.221**

Os vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal + encargos) é apresentado a seguir:

Vencimento	Tipo de moeda Nacional
Circulante	
2012	1.707
	1.707
Não circulante	
2013	1.800
2014	1.978
2015	2.175
2016	2.391
2017	2.629
2018	2.891
2019	2.357
	16.221
Total	**17.928**

11 Provisões

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

O valor em 31 de dezembro de 2011 de R$432 (R$463 em 31 de dezembro de 2010) na rubrica Provisões do Passivo não circulante refere-se à Provisão para desmantelamento dos parques eólicos Horizonte e Água Doce, registrado em contrapartida ao Imobilizado (Nota 8). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 18.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,18% a.a.

12 Outras contas a pagar

O saldo de R$177 na rubrica de credores diversos - Concessionárias refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a Eletrobrás.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é de R$14.035 e está representado por 2.053.500 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

Acionistas	Ações	%
EDP - Renováveis Brasil S.A.	2.053.499	100
Outros	1	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

13.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

	31/12/2011
Resultado líquido apurado no exercício	1.940
Constituição da reserva legal - 5%	(97)
	1.843
Destinação do lucro:	
Dividendos	**1.843**
Dividendo mínimo obrigatório	461
Dividendo adicional proposto	1.382
Quantidade de ações	2.053.500
Dividendos por ação - R$ - Dividendos complementares	0,000673
Dividendos por ação - R$	0,000897

13.3. Reservas de lucros

	31/12/2011	31/12/2010
Reservas de lucros		
Legal	491	394
Dividendo adicional proposto	1.382	1.246
Total	**1.873**	**1.640**

14 Receitas

	R$ 2011	R$ 2010
Suprimento de Energia elétrica	8.398	8.146
Total Fornecimento e suprimento	**8.398**	**8.146**
(–) Deduções à receita operacional	**(306)**	**(297)**
PIS/COFINS	(306)	(297)
Receita	**8.092**	**7.849**

15 Gastos operacionais

	Custo do serviço		Despesas operacionais			2011	2010
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Não gerenciáveis							
Encargos de uso da rede elétrica	259					259	302
Taxa de fiscalização					17	17	17
	259	**–**	**–**	**–**	**17**	**276**	**319**
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		44				44	25
Material		25				25	22
Serviços de terceiros		1.213		493		1.706	1.599
Depreciação		1.975		6		1.981	2.136
Amortização				1		1	
Aluguéis e arrendamentos		81				81	116
Outras		21	1		56	78	66
	–	**3.359**	**1**	**500**	**56**	**3.916**	**3.964**
	259	**3.359**	**1**	**500**	**73**	**4.192**	**4.283**

16 Resultado financeiro

	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	215	630
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	26	7
Outras receitas financeiras	5	1
	246	**638**
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.797)	(1.900)
Variações monetárias moeda nacional	40	(46)
Ajustes a valor presente	(100)	
Outras despesas financeiras	(3)	(4)
	(1.860)	**(1.950)**
Total	**(1.614)**	**(1.312)**

17 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda 2011	Imposto de renda 2010	Contribuição social 2011	Contribuição social 2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.286	2.254	2.286	2.254
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(572)**	**(564)**	**(206)**	**(203)**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	300	217	108	87
Incentivos fiscais	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	**(248)**	**(323)**	**(98)**	**(116)**
Alíquota Efetiva	11%	14%	4%	5%

18 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação das usinas eólicas. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2011	2010
Até um ano	87	86
Acima de um ano e até cinco anos	516	478
Acima de cinco anos	1.074	1.128
	1.677	**1.692**

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2011 o valor de R$81 e (R$116 em 2010).

Adicionalmente aos pagamentos de arrendamento operacional, a Companhia tem previsto em seus contratos o pagamento da conta de luz das propriedades em que se encontram instalados os Aerogeradores. Nos contratos de arrendamento do Parque Eólico do Horizonte está previsto que a cada 3 anos será realizada uma revisão do valor a ser pago como arrendamento operacional comparando o IGP-M acumulado e o equivalente em arrobas de boi gordo vigente naquela data, praça de Santa Catarina e em consulta a orgão governamental em atividade comprovada a época do fato, prevalecendo dos dois o maior. No quadro abaixo demonstramos as despesas separadas dos arrendamentos conforme parágrafo 15 alínea (b) do ICPC 03:

	2011	2010
Despesa com a variação da arroba do boi [a]	1	
Despesa com pagamento de luz	7	4
	8	**4**

[a] A Companhia revisou no ano de 2011 o valor a ser pago como arrendamento operacional das fazendas arrendadas para o Parque Eólico do Horizonte e identificou que o preço da arroba do boi gordo foi superior ao reajuste acumulado do IGP-M. Na ocasião a variação do IGP-M foi de 19,91% e a variação da arroba do boi gordo foi de 20,42%, no acumulado dos anos de (2008 - 2011). Devido à variação da arroba do boi ser superior a variação do IGP-M, este índice foi utilizado para corrigir o valor do arrendamento em 2011. Em 2012 e 2013 será feito o reajuste pelo IGP-M e em 2014 será feita a comparação com a arroba do boi novamente. Para a Usina Eólica de Água Doce o contrato prevê apenas o IGP-M como índice de reajuste. Conforme nota 1 os parques eólicos foram adquiridos no ano de 2009 e por esse motivo não houve reconhecimento de variação no ano de 2010.

19 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Usinas	42.300
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (veículos)	1.600

20 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

20.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo 31/12/2011	Valor justo 31/12/2010	Valor contábil 31/12/2011	Valor contábil 31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	2.905	4.299	2.905
Concessionárias	1.082	774	1.082	774
Não Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	1.135	1.028	1.135	1.028
	6.516	**4.707**	**6.516**	**4.707**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.127	555	1.127	555
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.662	1.540	1.707	1.540
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	15.789	17.857	16.221	17.857
Partes relacionadas	430		430	
	19.008	**19.952**	**19.485**	**19.952**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

O saldo de Concessionárias composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e BRDE, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 7.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de prestação de serviços, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Classificação dos instrumentos financeiros:

	2011				2010			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa		4.299		4.299		2.905		2.905
Concessionárias	1.082			1.082	774			774
Cauções e depósitos vinculados			1.135	1.135			1.028	1.028
	1.082	**4.299**	**1.135**	**6.516**	**774**	**2.905**	**1.028**	**4.707**

	2011		2010	
Passivos financeiros	**Outros ao custo amortizado**	**Total**	**Outros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	1.127	1.127	555	555
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.928	17.928	19.397	19.397
Partes relacionadas	430	430		–
	19.485	**19.485**	**19.952**	**19.952**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	**Mercados idênticos Nível 1**
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.299	4.299
	4.299	**4.299**

20.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 10, possuem como contraparte o BNDES e o BRDE. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 10.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 10. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 4 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

20.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia, durante o exercício, realizou uma operação com derivativo embutido de arrendamento mercantil operacional do imóvel para operação da usina eólica. O contrato prevê uma revisão a cada três anos comparando o IGP-M acumulado e a arroba do boi gordo prevalecendo dos dois o maior. Este derivativo embutido foi reconhecido na despesa e suas metodologias de cálculo estão descritas na nota 18.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Companhia	Contraparte	Início Vencimento	Posição	Efeitos no Resultado 31/12/2011
Derivativo	CENAEEL	Fazendas do Parque Eólico do Horizonte	16/02/2009	Arrendamento de terras	(1)
					(1)

21 Compromissos contratuais e garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011				
	Total	**Até 1 ano**	**Entre 1 a 3 anos**	**Entre 3 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	17.928	1.707	5.953	7.911	2.357
Responsabilidades com locações operacionais	951	81	232	211	427
Desmantelamento	432				432
	19.311	**1.788**	**6.185**	**8.122**	**3.216**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Os compromissos contratuais da Companhia referem-se à gestão do financiamento adquirido com a finalidade de construção da Usina Eólica de Água Doce, conforme nota 10 e aos contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da Usina Eólica de Água Doce com prazo de duração de 21 a 23 anos, conforme nota 18.

21.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	31/12/2010
Bens imóveis	19.235	20.496
Depósito Caucionado	1.135	1.028
Penhor de Ações	14.035	14.035
	34.405	**35.559**

Bens imóveis: Corresponde a alienação fiduciária de 15 aerogeradores do Parque Eólico do Horizonte, localizado no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Bens imóveis, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Depósito Caucionado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o BNDES, BRDE e a Companhia, neste caso beneficiária, em 19 de maio de 2006, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, deu em garantia todas as ações representativas do capital social da Companhia, ou que venham a ser adquiridas no futuro, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dada como garantia em sua totalidade pertencem à EDP - Renováveis Brasil S.A., conforme nota 13.1.

22 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Em 2011 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.

23 Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. A aplicação das taxas, aos ativos não diretamentes relacionados à atividade de geração eólica, serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Renato Volponi Lício
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.
Água Doce - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Rosane Palharim
Contadora CRC SP220280/O-9 S-SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.319	29
Concessionárias	4	14.244	
Impostos e contribuições sociais	5	9.292	66
Despesas pagas antecipadamente		192	9
Outros créditos			1
		26.047	**105**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	15.236	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.1	793	325
Cauções e depósitos vinculados	8	16.096	2
		32.125	**327**
Imobilizado	9	288.320	162.978
Intangível	10	1.792	732
		290.112	**163.710**
Total do ativo		**348.284**	**164.142**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	11	1.725	566
Impostos e contribuições sociais	5	4.840	328
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	12	21.923	162.152
		28.488	**163.046**
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	6.2	559	323
Empréstimos e financiamentos	12	205.639	
Partes relacionadas	7	1.451	37
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	26.175	
Provisões	14	1.732	955
		235.556	**1.315**
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	77.604	1.626
Reservas de lucros	15.3	6.636	
Lucros (prejuízos) acumulados			(1.845)
		84.240	**(219)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**348.284**	**164.142**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010	**1.326**	–	**(1.199)**	**127**
Aumento de capital - AGO de 07/04/2010	300			300
Prejuízo do exercício			(646)	(646)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Não auditado)	**1.626**	–	**(1.845)**	**(219)**
Aumento de capital - AGO de 20/06/2011	75.978			75.978
Lucro líquido do exercício			8.481	8.481
Constituição de reserva legal		332	(332)	
Reserva de retenção de lucros		6.304	(6.304)	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**77.604**	**6.636**	–	**84.240**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

A Elebrás Projetos S.A. (Companhia ou Elebrás), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 17 de dezembro de 2001, tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 17 de março de 2009, pela EDP Renováveis Brasil S.A.

A Companhia tem sede e foro à Rua Mostardeiro, 366 - Conjunto 501, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, onde localiza-se a usina geradora de energia eólica denominada Parque Eólico de Tramandaí.

A usina geradora de energia eólica entrou em operação em maio de 2011 e atualmente possui 31 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 70MW.

A totalidade de medição de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Usinas Eólicas		Estado	Cidade	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Autorização/Registro Início	Autorização/Registro Término
Cidreira I	(1)	RS	Tramandaí	70,00	25,15	05/09/2002	05/09/2032
Santa Vitória do Palmar I	(1)	RS	Santa Vitória do Palmar	81,00		28/08/2002	28/08/2032
Total				**151,00**	**25,15**		

(1) Produção Independente de Energia

2. Base de preparação e Práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos. Para a depreciação dos outros ativos utiliza-se as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovados pela Resolução Normativa n° 367/09).

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativo intangível (Nota 10)

Os ativos intangíveis compreendem as faixas de servidão permanente que estão registradas pelo custo de aquisição.

e) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

f) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 11)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 12)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 14)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2011	2010 (Não auditado)
Receitas	16	**39.031**	
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica	17	(1.563)	
		(1.563)	
Custo de operação			
Materiais e serviços de terceiros		(4.012)	(93)
Depreciações e amortizações		(6.806)	
Outros custos de operação		(1.514)	(37)
	17	**(12.332)**	**(130)**
		(13.895)	**(130)**
Lucro bruto		**25.136**	**(130)**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(250)	(447)
		(250)	**(447)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		**24.886**	**(577)**
Despesas financeiras		(12.335)	(70)
Resultado financeiro	18	**(12.335)**	**(70)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**12.551**	**(647)**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(4.302)	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	232	
	19	**(4.070)**	**1**
Resultado líquido do exercício		**8.481**	**(646)**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**63,96**	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.551	(647)
Depreciações e amortizações	6.806	
Despesas pagas antecipadamente	192	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	22.371	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	83	4
	42.003	**(643)**
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Concessionárias	(14.244)	
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(23.397)	(65)
Cauções e depósitos vinculados	(16.094)	
Despesas pagas antecipadamente	(374)	(9)
	(54.109)	**(74)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	1.159	566
Outros tributos e contribuições sociais	275	325
Outros passivos operacionais		(9)
	1.434	**882**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(10.672)**	**165**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.130)	
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(11.802)**	**165**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(132.514)	(158.048)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(132.514)**	**(158.048)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	1.414	38
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.175	
Aumento (redução) de capital	75.978	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	313.123	159.260
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	(270.084)	(1.606)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**146.606**	**157.692**
Redução de caixa e equivalantes de caixa	**2.290**	**(191)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.319	29
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29	220
	2.290	**(191)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 (Não auditado)
Geração do valor adicionado	**43.009**	–
Receita operacional	43.009	
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(5.824)**	**(490)**
Encargos de uso da rede elétrica	(1.563)	
Materiais	(18)	
Serviços de terceiros	(3.994)	(93)
Outros custos operacionais	(249)	(397)
Valor adicionado bruto	**37.185**	**(490)**
Depreciações e amortizações	(6.806)	
Valor adicionado líquido produzido	**30.379**	**(490)**
Valor adicionado total a distribuir	**30.379**	**(490)**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições Federais	8.049	49
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	12.335	70
Aluguéis	1.514	37
	21.898	**156**
Lucros retidos	8.481	(646)
	30.379	**(490)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

k) Demais passivos circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6 e 19)
O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.
O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.
As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos quando aplicavél, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

m) Capital social (Nota 15.1)
Ações ordinárias são classificadas como capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações.

n) Apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidação subsequente no exercício seguinte.
As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.
As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

o) Uso de estimativa e julgamento
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.
Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.
As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros; e Provisão para desmantelamento.

p) Instrumentos financeiros (Nota 22)
Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, a um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento
Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

q) Contratos de arrendamento (Nota 20)
Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

r) Lucro por ação
O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 1.287, de 23 de julho de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e Lucro por ação diluído.

s) Demonstrações do valor adicionado
A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)
Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.
O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados até a data de sua aplicação obrigatória.
A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis
As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro
A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados
As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros
Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações
As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração
Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo
Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010

2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa
Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita a partir do Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, para consistência com as práticas contábeis da coligada EDP - Energias do Brasil S.A.

3 Caixa e equivalentes de caixa
O saldo de R$2.319 em 31 de dezembro de 2011 (R$29 em 31 de dezembro de 2010) está representado por sua totalidade por saldo de Bancos conta movimento.
O saldo acima apresentado está sujeito a liquidação conforme contrato firmado com o BNDES para financiamento do Parque Eólico, conforme parágrafo 13° item II alínea (a) a (c). Maiores detalhes estão sendo apresentado na nota 23.2.

4 Concessionárias
O saldo de R$14.244 em 31 de dezembro de 2011, é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da Companhia com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (R$3.511) e com a CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (R$10.733), para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

5 Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante
	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)	31/12/2011
Ativo - Compensáveis			
Imposto de renda e contribuição social	1.130		
ICMS		66	
PIS e COFINS	6.480		15.236
Outros	1.682		
Total	**9.292**	**66**	**15.236**
Passivo - a recolher			
Imposto de renda e contribuição social	4.303		
ICMS sobre diferencial de alíquota		66	
PIS e COFINS	547		
ISS	4	41	
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	(24)	25	
Outros	10	196	
Total	**4.840**	**328**	**–**

Os montantes de PIS e COFINS registrados no ativo referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

6 Imposto de renda e contribuições sociais diferidos

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo
Os créditos fiscais apresentados, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

Natureza dos créditos	31/12/2011 Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2010 Total (Não auditado)	Resultado 2011	Resultado 2010
Diferenças temporárias							
Provisão para materiais e serviços	678	169	61	230		230	
Total diferenças temporárias		**169**	**61**	**230**		**230**	
Desmantelamentos - CPC 25	1.654	414	149	563	325	2	1
Total diferenças temporárias - RTT		**414**	**149**	**563**	**325**	**2**	**1**
Total diferenças temporárias		**583**	**210**	**793**	**325**	**232**	**1**

A Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de fevereiro de 2012. Com base nesse estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante a partir do exercício de 2012 conforme demonstrado abaixo:

2012	2020 a 2021	Total Não circulante
230	563	793

A realização dos tributos diferidos apresentados no quadro acima referente aos anos de 2020 à 2021 está condicionado a realização efetiva dos custos com o desmantelamento previsto no final do prazo da autorização.

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

Natureza dos créditos	31/12/2011 Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2010 Total (Não auditado)
Diferenças Temporárias - RTT					
Desmantelamentos - CPC 25	1.646	411	148	559	323
Total diferenças temporárias - RTT		**411**	**148**	**559**	**323**

7 Partes relacionadas
São apresentados por saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora direta e final, e sua coligada e estão apresentadas como segue:

Partes relacionadas: Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo 31/12/2011	Passivo 31/12/2010 (Não auditado)	Receitas (despesas) no exercício 2011	Receitas (despesas) no exercício 2010 (Não auditado)
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente pessoal, material e serviços de terceiros	EDP Renováveis Brasil S.A.	01/01/2010	Não existe data para liquidação do saldo	22	37	(3.147)	(700)
Contrato de serviços de consultoria	EDP Energias do Brasil S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	780		(780)	
Contrato de serviços de consultoria	EDP Renováveis S.A.	01/12/2011	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	649		(650)	
				1.451	**37**	**(4.577)**	**(700)**
Total				**1.451**	**37**	**(4.577)**	**(700)**

7.1 Controladora direta
A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP Renováveis S.A. A EDP Energias do Brasil S.A. é a coligada.

7.2 Remuneração dos administradores
A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chave da administração.

8 Cauções e depósitos vinculados
Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretratável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. Os valores depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida deverão manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização.

	Nota	Circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2011	Não circulante 31/12/2010 (Não auditado)
Depósitos judiciais			2	2
Cauções e depósitos vinculados	22.2		16.094	
Total		**–**	**16.096**	**2**

9 Imobilizado

	31/12/2011 Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2010 (Não auditado) Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		357		357				–
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	4.636	(108)	4.528				–
Máquinas e equipamentos	4	288.677	(6.636)	282.041				–
		293.670	**(6.744)**	**286.926**		**–**	**–**	**–**
Atividades não vinculadas à concessão								
Máquinas e equipamentos				–		3	(2)	1
		–	**–**	**–**		**3**	**(2)**	**1**
Total do Imobilizado em serviço		**293.670**	**(6.744)**	**286.926**		**3**	**(2)**	**1**
Geração		1.394		1.394		162.977		162.977
Total do Imobilizado em curso		**1.394**	**–**	**1.394**		**162.977**	**–**	**162.977**
Total do imobilizado		**295.064**	**(6.744)**	**288.320**		**162.980**	**(2)**	**162.978**

A Companhia efetuou, durante o ano de 2011, um estudo detalhado sobre a vida útil dos parques eólicos, onde comparou dados históricos de vida útil dos equipamentos utilizados num parque eólico, analisando tipos diferentes de equipamentos, geologias e geografias (nacionais e internacionais)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de utilização, efeitos de natureza, e concluiu que para equipamentos utilizados nos seus parques eólicos, a vida útil média é de 25 anos.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010 (Não auditado)	Aquisições	Juros capitalizados	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Partes relacionadas	Valor líquido em 31/12/2011
Imobilizado em serviço								
Terrenos				357				357
Edificações, obras civís e benfeitorias				4.636	(108)			4.528
Máquinas e equipamentos	1			292.013	(6.698)	(3.275)		282.041
Total do imobilizado em serviço	**1**	**–**	**–**	**297.006**	**(6.806)**	**(3.275)**	**–**	**286.926**
Total do imobilizado em curso	162.977	121.730	12.562	(295.951)			76	1.394
Total do imobilizado	**162.978**	**121.730**	**12.562**	**1.055**	**(6.806)**	**(3.275)**	**76**	**288.320**
Total líquido	**162.978**	**121.730**	**12.562**	**1.055**	**(6.806)**	**(3.275)**	**76**	**288.320**

10 Intangível

	31/12/2011				31/12/2010 (Não auditado)			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Servidão permanente		1.788		1.788				–
Total do intangível em serviço		**1.788**	**–**	**1.788**		**–**	**–**	**–**
Intangível em curso								
Geração						732		–
Administração		4		4				–
Total do Intangível em curso		**4**	**–**	**4**		**732**	**–**	**732**
Total imobilizado intangível		**1.792**	**–**	**1.792**		**732**	**–**	**732**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010 (Não auditado)	Ingressos	Transferência para intangível em serviço	Partes relacionadas	Valor líquido 31/12/2011
Imobilizado em serviço - intangível					
Servidão permanente			1.788		1.788
Imobilizado em curso - intangível	732	123	(2.843)	1.992	4
	732	**123**	**(1.055)**	**1.992**	**1.792**

11 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)
Encargos de uso da rede elétrica	220	
Materiais e serviços	1.505	566
Total	**1.725**	**566**

12 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

		31/12/2011			31/12/2010	
		Encargos	Principal		Encargos	Principal
	Custo da dívida	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante (Não auditado)	Circulante (Não auditado)
Moeda nacional						
Capital de giro - BB	104% a 109% do CDI				2.892	159.260
BNDES - Banco do Brasil	2,18% a.a. acima da TJLP e 5,5% a.a. fixo	622	21.357	206.040		
BNDES - Banco do Brasil - Custos de transação			(56)	(401)		
		622	**21.301**	**205.639**	**2.892**	**159.260**

Banco do Brasil

Em 21 de janeiro de 2010, a Companhia assinou junto ao Banco do Brasil o contrato de financiamento "ponte" para o Projeto Eólico de Tramandaí, no montante de R$200.000, com vencimento em 16 de janeiro de 2011, e incidência de juros de 104% do CDI, calculados a partir de cada desembolso e devidos semestralmente a partir da data do primeiro desembolso. Em 14 de janeiro de 2011, foi assinado o primeiro aditivo deste contrato. Em agosto de 2011 este financiamento foi liquidado em uma única parcela.

BNDES

Em 29 de março de 2011, a Companhia captou, junto ao BNDES, recursos para o financiamento da construção do Parque Eólico Elebrás Cidreira I, no valor total de R$227.700: (i) a 1ª liberação em 22 de julho de 2011, no valor total de R$210.000, no qual R$53.623 à taxa de 2,18% a.a. acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TLJP instituída pela Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, como Critério Legal de Remuneração dos Recursos Originários do Fundo PIS/PASEP e do FAT, divulgada pelo Banco Central do Brasil na forma da citada lei, com recursos do BNDES (FAT) através do Banco do Brasil, e o restante, no valor de R$156.377, à taxa de 5,50% a.a. com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizáveis em 192 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de outubro de 2027; e (ii) a 2ª liberação em 29 de agosto de 2011, no valor de R$17.700, à taxa de 5,50% a.a., com recursos do BNDES (FAT) através do Banco do Brasil, amortizável em 113 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de novembro de 2011 e a última em 15 de março de 2021.

Esta operação estabelece garantias as ações detidas pela EDP Renováveis e cessão fiduciária de direitos sobre o CCVE nº 015/2004. Também estabelece Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,3 vezes, que serão apurados anualmente após o início da operação comercial. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R$228.018.

Todas as cláusulas restritivas encontram-se cumpridas em 31 de dezembro de 2011.

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte, líquido dos custos de transação:

	Valor líquido em 31/12/2010 (Não auditado)	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros capitalizados	Juros reclassificados	Transferências	Custo de transação	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante									
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	162.152	101.999	(248.709)	(21.385)	22.371	(3.256)	8.741	10	21.923
	162.152	**101.999**	**(248.709)**	**(21.385)**	**22.371**	**(3.256)**	**8.741**	**10**	**21.923**
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos		211.124				3.256	(8.741)		205.639
	–	**211.124**	**–**	**–**	**–**	**3.256**	**(8.741)**	**–**	**205.639**

Os vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal + encargos) é apresentado a seguir:

Vencimento	Tipo de moeda Nacional
Circulante	
2012	21.923
	21.923
Não circulante	
2013	21.304
2014	21.308
2015	21.312
2016	21.315
2017	21.319
2018	21.323
2019	21.326
2020	21.330
Após 2020	35.102
	205.639
Total	**227.562**

13 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Passivo Não circulante 31/12/2011
EDP - Renováveis Brasil S.A.	26.175
Total	**26.175**

14 Provisões

Provisões para desmantelamento são constituídas, quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo depreciados de forma linear pelo período de vida-útil médio esperado desses ativos.

O valor, em 31 de dezembro de 2011, de R$1.732 (R$955 em 2010) na rubrica Provisões do Passivo não circulante refere-se à Provisão para desmantelamento do Parque Eólico de Tramandaí, registrado em contrapartida ao Imobilizado (Nota 9). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos Parques Eólicos, conforme Nota 20.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,18% a.a.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R$77.604 (R$1.626 em 2010) e está representado por 132.601.309 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

2011		
Acionistas	**Ações nominativas**	**%**
EDP - Renováveis Brasil S.A.	132.591.309	99,99%
Outros	10.000	0,01%
Total	**132.601.309**	**100%**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

15.2 Destinação do lucro

A Companhia não efetuará distribuição dos dividendos, conforme definido no estatuto social.

	31/12/2011
Lucro líquido apurado no exercício	8.481
Prejuízos acumulados	(1.845)
Lucro líquido ajustado	**6.636**
Constituição da reserva legal - 5%	(332)
	6.304
Destinação do lucro:	**6.304**
Reserva de lucros	6.304

15.3 Reservas de lucros

Refere-se à reserva legal constituída à razão de 5% do lucro líquido (R$332) e reserva de retenção de lucros (R$6.304) totalizando o saldo de R$6.636 em 31 de dezembro de 2011.

16 Receita

	2011
Suprimento de energia elétrica	43.009
	43.009
Total Fornecimento e suprimento	**43.009**
(–) Deduções à receita operacional	
PIS/COFINS	(3.978)
Receita	**39.031**

17 Gastos operacionais

	2011				2010
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Total	Total (Não auditado)
Não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica	1.563			1.563	
	1.563	**–**	**–**	**1.563**	**–**
Gerenciáveis					
Material		18		18	
Serviços de terceiros		3.994		3.994	93
Depreciação		6.806		6.806	
Aluguéis e arrendamentos		1.514		1.514	37
Outras			250	250	447
	–	**12.332**	**250**	**12.582**	**577**
Total	**1.563**	**12.332**	**250**	**14.145**	**577**

18 Resultado financeiro

	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(12.158)	
Variações monetárias moeda nacional	4	(4)
Ajustes a valor presente	(87)	
Outras despesas financeiras	(94)	(66)
	(12.335)	**(70)**
	(12.335)	**(70)**

19 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	12.551	(647)	12.551	(647)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**(3.138)**	**162**	**(1.130)**	**58**
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	128	(162)	46	(58)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		1		
Incentivos fiscais	24			
Despesa de IRPJ e CSLL	**(2.986)**	**1**	**(1.084)**	**–**
Alíquota efetiva	24%		9%	

20 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da Usina Eólica de Tramandaí. Os contratos têm prazo de 25 anos a 30 anos, prorrogáveis por iguais períodos, mediante manifestação expressa das partes. Todos os contratos têm cláusula de rescisão contratual sem ônus a ambas as partes após 60 meses da assinatura. Os pagamentos são efetuados mensalmente por percentual de 3,2% do valor da energia gerada pela usina eólica em KWh.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2011	2010 (Não auditado)
Até um ano	2.152	1.636
Acima de um ano e até cinco anos	12.714	11.715
Acima de cinco anos	84.637	83.750
	99.503	**97.101**

A Companhia reconheceu como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2011 o valor de R$1.746 (R$924 em 2010).

A Companhia não possui outros tipos de despesas relacionadas ao arrendamento operacional.

21 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Usinas	303.625
Responsabilidade civil	48.556

22 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	2.319	29	2.319	29
Concessionárias	14.244		14.244	
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	16.096	2	16.096	2
	32.659	**31**	**32.659**	**31**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.725	566	1.725	566
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18.613	766	21.923	162.152
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	174.589	1.901	205.639	
Partes relacionadas	1.451	37	1.451	37
	196.378	**3.270**	**230.738**	**162.755**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira.

O saldo de Concessionárias é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 8.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	2011				2010 (Não auditado)		
Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa		2.319		2.319	29		29
Concessionárias	14.244			14.244			–
Cauções e depósitos vinculados			16.096	16.096		2	2
	14.244	**2.319**	**16.096**	**32.659**	**29**	**2**	**31**

	2011		2010 (Não auditado)	
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	1.725	1.725	566	566
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	227.562	227.562	162.152	162.152
Partes relacionadas	1.451	1.451	37	37
	230.738	**230.738**	**162.755**	**162.755**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	2.319	2.319
	2.319	**2.319**

22.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 12, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado somente a TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribui-se à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

22.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 12.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 12. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigaçõe s contratadas foram atendidos em sua plenitude.

22.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazos incluem juros vincendos	227.562	21.923	63.924	63.957	77.758
Responsabilidades com locações operacionais	47.719	1.987	5.717	5.195	34.820
Desmantelamento	1.732				1.732
	277.013	**23.910**	**69.641**	**69.152**	**114.310**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Os compromissos contratuais da Companhia referem-se à gestão do financiamento adquirido com a finalidade de construção do Parque Eólico de Tramandaí, conforme nota 12 e contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da usina eólica de Tramandaí com prazo de duração de 25 a 30 anos, conforme nota 20.

23.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	31/12/2011	31/12/2010 (Não auditado)
Conta vinculada	2.291	
Depósito caucionado	16.094	
Fiança bancária	448	412
Penhor de ações	77.604	
	96.437	**412**

Conta vinculada: A conta registra a movimentação verificada nos respectivos subtítulos e não podem ser movimentadas pela emissão de cheques por estarem vinculadas a determinadas operações, estabelecidas pelo BNDES para pagamento das despesas operacionais correntes inclusive as decorrentes dos Contratos de Manutenção e Prestação de Serviços (O&M) celebrado entre a Companhia e a Wobben Windpower. Pagamento das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida decorrente deste contrato.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Conta vinculada, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Depósito Caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (Nota 8).

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Depósito Caucionado, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e a Companhia, neste caso beneficiária, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, deu em garantia todas as ações representativas do capital social da Companhia, ou que venham a ser adquiridas no futuro, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à EDP - Renováveis Brasil S.A., conforme nota 15.1.

24 Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Em 2011 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.

25 Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. A aplicação das taxas, aos ativos não diretamente relacionados à atividade de geração eólica, serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Renato Volponi Lício
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8 "S" RS

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Elebrás Projetos S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Elebrás Projetos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elebrás Projetos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida à Companhia pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010

Nós chamamos a atenção para o fato que nós não auditamos as demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2010, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, ou quaisquer das respectivas notas explicativas e, dessa maneira, não expressamos uma opinião sobre elas.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Carlos Augusto Pires
Contador CRC SP-184830/O-7 S-RS

Enercouto S.A.

CNPJ nº 04.705.039/0001-65

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, nos colocando à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	493	770
Impostos e contribuições sociais		3	3
		496	**773**
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	1.271	1.271
		1.271	**1.271**
Imobilizado	6	3.211	3.233
Intangível	7	99	56
		3.310	**3.289**
Total do ativo		**5.077**	**5.333**

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores		8	86
Impostos e contribuições sociais			2
		8	**88**
Não circulante			
Partes relacionadas		1	
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	500	500
		501	**500**
Patrimônio líquido			
Capital social	8.1	5.316	5.316
Lucros (prejuízos) acumulados		(748)	(571)
		4.568	**4.745**
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.077**	**5.333**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010 Reclassificado
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(145)	(61)
Depreciações e amortizações		(1)	
	9	**(146)**	**(61)**
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(146)	(61)
Despesas financeiras		(31)	(40)
Resultado financeiro		**(31)**	**(40)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(177)**	**(101)**
Resultado líquido antes da participação dos acionistas não controladores e partes beneficiárias		**(177)**	**(101)**
Prejuízo do exercício		**(177)**	**(101)**
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R$		**(0,18)**	**(0,10)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2010 (Reclassificado)	**1**	**(470)**	**(469)**
Aumento de capital - AGO de 07/04/2010	5.315		5.315
Prejuízo do exercício		(101)	(101)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	**5.316**	**(571)**	**4.745**
Prejuízo do exercício		(177)	(177)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	**5.316**	**(748)**	**4.568**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(177)	(101)
Depreciações e amortizações	1	
	(176)	**(101)**
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(78)	(14)
Outros tributos e contribuições sociais	(2)	(16)
	(80)	**(30)**
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(256)**	**(131)**
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	**(256)**	**(131)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(22)	301
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	**(22)**	**301**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	1	(1)
Adiantamento para futuro aumento de capital		500
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	**1**	**499**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(277)**	**669**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	493	770
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	770	101
	(277)	**669**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Enercouto S.A. (Companhia ou Enercouto), constituída em 18 de setembro de 2001, sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, SP e tem como principal objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, exclusivamente em relação ao Aproveitamento Hidrelétrico designado como o conjunto composto pela Usina Hidrelétrica Couto Magalhães e pelas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central Geradora.

2 Concessões

A Companhia possui a seguinte autorização de geração em operação, junto à ANEEL:

Usina Hidrelétrica	Estado	Cidade	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWm)	Concessão Início	Concessão Término
Couto Magalhães	GO/MT	Santa Rita do Araguaia/Alto Araguaia	Araguaia	150,00	90,30	23/04/2002	23/04/2037

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento das concessionárias, desde que a exploração do aproveitamento hidrelétrico esteja nas condições estabelecidas no contrato de concessão, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, as concessionárias terão liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do poder concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

3 Base de preparação e Práticas contábeis

3.1 Base de preparação

3.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010 Reclassificado
(–) Insumos adquiridos de terceiros	**(120)**	**(61)**
Serviços de terceiros	(117)	(60)
Outros custos operacionais	(3)	(1)
Valor adicionado bruto	**(120)**	**(61)**
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1)	
Valor adicionado líquido produzido	**(121)**	**(61)**
Valor adicionado total a distribuir	**(121)**	**(61)**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
Estaduais	13	
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	31	40
Aluguéis	12	
	56	**40**
Prejuízos retidos	(177)	(101)
	(121)	**(61)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

3.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Imobilizado (Nota 6)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União, esta indenizará a Companhia pelos ativos não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

c) Ativo intangível (Nota 7)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares* e desenvolvimento de projetos. Os seguintes critérios são aplicados:

• *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

d) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

e) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços.

g) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

h) Imposto de renda e contribuição social (Nota 11)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

i) Capital social (Nota 8.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital Social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquidas de quaisquer efeitos tributários.

j) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias que estão reconhecidos no resultado.

l) Instrumentos financeiros (Nota 12)

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem Caixas e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais diminuições em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

m) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

n) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138/08 e alterações posteriores, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

3.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção preliminar dessas normas ou interpretações.

Normas e Interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

3.4 Reclassificações nos exercícios anteriores

3.4.1 Demonstração do Resultado

Para fins de comparabilidade foi feita a seguinte reclassificação nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, referente as despesas com fiança bancária anteriormente apresentadas na rubrica Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras no montante de R$40.

3.4.2 Demonstração do Valor Adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados: Fiança bancária no valor de R$40 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	493	770
Total	**493**	**770**

5 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Ativo		Passivo	
	Não circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
EDP - Energias do Brasil			500	500
Couto Magalhães	1.271	1.271		
Total	**1.271**	**1.271**	**500**	**500**

6 Imobilizado

	31/12/2011			31/12/2010		
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso						
Geração		3.211	3.211		3.233	3.233
Total do Imobilizado em curso		**3.211**	**3.211**		**3.233**	**3.233**
Total do Imobilizado		**3.211**	**3.211**		**3.233**	**3.233**

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2010	Ingressos	Reclassifição	Valor líquido 31/12/2011
Total do imobilizado em curso	**3.233**	**1**	**(23)**	**3.211**
Total do imobilizado	**3.233**	**1**	**(23)**	**3.211**
Total líquido	**3.233**	**1**	**(23)**	**3.211**

Do montante de R$3.211, relativo ao imobilizado em curso, R$3.054 refere-se a gastos com projeto básico. Elaboração do EIA/RIMA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Intangível

	31/12/2011			31/12/2010		
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Geração								
Software	20,00	5	(1)	4	20,00	5	(1)	4
		5	**(1)**	**4**		**5**	**(1)**	**4**
Total do intangível em serviço		**5**	**(1)**	**4**		**5**	**(1)**	**4**
Intangível em curso								
Geração		93		93		52		52
Administração		2		2				
Total do intangível em curso		**95**	**–**	**95**		**52**	**–**	**52**
Total do intangível		**100**	**(1)**	**99**		**57**	**(1)**	**56**

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Amortização	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2011
Intangível em serviço					
Software	4		(1)	1	4
Intangível em curso	52	21		22	95
	56	**21**	**(1)**	**23**	**99**

8 Patrimônio líquido

8.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 é de R$5.316 representados por 1.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, todas de propriedade da EDP - Energias do Brasil.

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

9 Gastos operacionais

	2011		2010
	Despesas Operacionais Gerais e administrativas	Total	Total Reclassificado
Gerenciáveis			
Serviços de terceiros	117	117	60
Amortização	1	1	
Aluguéis e arrendamentos	12	12	
Outras	16	16	1
Total	**146**	**146**	**61**

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

10 Resultado financeiro

	2011	2010 Reclassificado
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(31)	(40)
Total	**(31)**	**(40)**

11 Imposto de Renda e Contribuição Social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	(177)	(101)	(177)	(101)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	**44**	**25**	**16**	**9**
Outros				
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(44)	(25)	(16)	(9)
Despesa de IRPJ e CSLL	–	–	–	–
Alíquota efetiva	0%	0%	0%	0%

12 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

12.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

12.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Partes relacionadas e Fornecedores.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	493	770	493	770
	493	**770**	**493**	**770**
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	8	86	8	86
Não circulante				
Partes relacionadas	1		1	
	9	**86**	**9**	**86**

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio da instituição financeira.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	2011		2010	
Ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Total	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	493	493	770	770
	493	**493**	**770**	**770**

	2011		2010	
Passivos financeiros	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	8	8	86	86
Partes relacionadas	1	1		–
	9	**9**	**86**	**86**

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

	Mensuração do valor justo	
	31/12/2011	Mercados idênticos Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	493	493
	493	**493**

12.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado aproxima-se ao seu valor contábil, nas operações de ativos e passivos financeiros avaliados.

12.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações quando aplicável.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não realizou nenhuma captação.

12.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Administração entende que as operações com ativos financeiros não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

13 Compromissos contratuais e Garantias

13.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2011, as obrigações de compras (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2011	
	Total Geral	Até 1 ano
Obrigações de compra	708	708
	708	**708**

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

13.2 Garantias

	31/12/2011	31/12/2010
Fiança Bancária	7.840	7.840
	7.840	**7.840**

Fiança bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se aos contratos de compra e venda de energia.

14 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Não houveram gastos de natureza ambiental em 31 de dezembro de 2011 (R$503 em 2010).

15 Eventos subsequentes

A Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, estabelece as novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Para o segmento de geração de energia elétrica não houve mudanças significativas na vida útil e a aplicação das taxas serão a partir de 1º de janeiro de 2012 para fins contábeis.

DIRETORIA

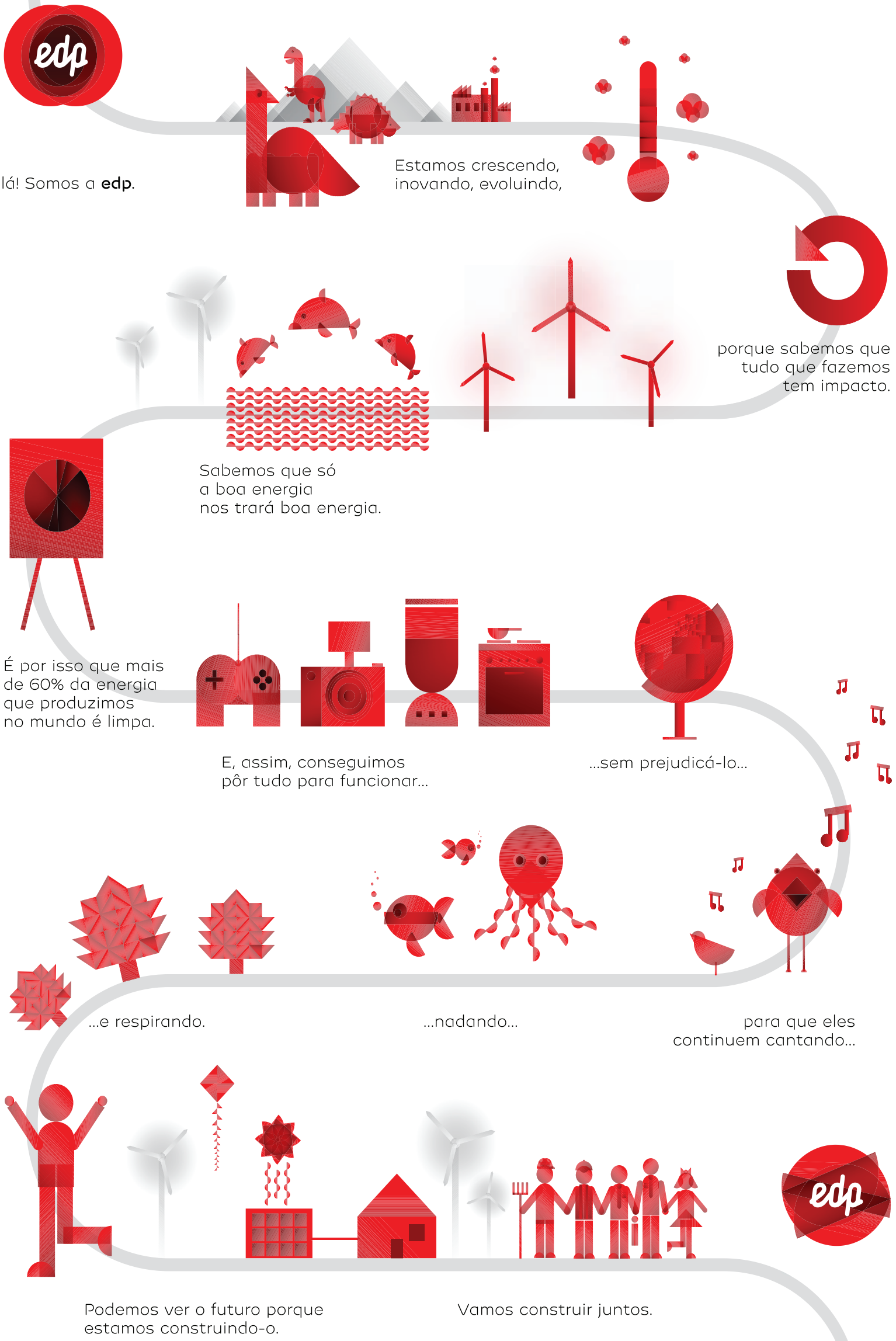
Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor
Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Souza
Diretor

André Luiz de Castro Pereira
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O-8


Olá! Somos a **edp**.
Estamos crescendo,
inovando, evoluindo,
porque sabemos que
tudo que fazemos
tem impacto.
Sabemos que só
a boa energia
nos trará boa energia.
É por isso que mais
de 60% da energia
que produzimos
no mundo é limpa.
E, assim, conseguimos
pôr tudo para funcionar...
...sem prejudicá-lo...
...e respirando.
...nadando...
para que eles
continuem cantando...
Podemos ver o futuro porque
estamos construindo-o.
Vamos construir juntos.
uma boa energia
www.edpbr.com.br